



TRAJETÓRIAS DOCENTES NAS HUMANIDADES

Marisa de Fátima Lomba de Farias
Damião Duque de Farias
Edvaldo Cesar Moretti

(Organizadores)



TRAJETÓRIAS DOCENTES NAS HUMANIDADES

EDITORA TOTALBOOKS

CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR

Dr^a Adriana Dorfman
Dr. Alfa Oumar Diallo
Dr^a Ana Maria Colling
Dr. Antonio Moreno Jiménez
Dr. Bruno de Souza Lima
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição
Dr. Charlei Aparecido da Silva
Dr^a Cintia Santos Diallo
Dr^a. Cristina Vargas Cademartori
Dr. Eduardo Salinas Chavez
Dr. Emerson Galvani
Dr. Edvaldo César Moretti
Dr^a Edvania Gomes de Assis Silva
Dr^a Elisabeth Ritter
Dr. Eliseu José Weber
Dr. Fabio de Oliveira Sanches
Dr^a Gilca Lucena Kortmann
Dr. Gustavo Daniel Buzai
Dr. Henrich Hasenack
Dr. Henri Luiz Fuchs
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro
Dr^a Irene Santos Garcia
Dr. Javier Garcia López
Dr. Jefferson Cardia Simões
Dr. Jose Luis Gurria Gascón
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano
Dr. Paulo Roberto Fitz
Dr^a Patrícia Cristina Statella Martins
Dr. Roberto Verdum
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles
Dr. Rogério Gomes da Silva
Dr^a Valéria Silveira Brisolara
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro



EDITORA TOTALBOOKS®

Av. Willy Eugênio Fleck, 1500/337 – CEP 91150-180 – Porto Alegre - RS

www.totalbooks.com.br

Copyright © Marisa de Fátima Lomba de Farias; Damião Duque de Farias; Edvaldo Cesar Moretti.
Capa: Marise Massen Frainer.
Arte da capa: Elias Souza.
Editoração: Equipe TotalBooks.
Revisão: Autores/equipe TotalBooks.

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Trajetórias docentes nas humanidades [livro eletrônico] / organizadores
Marisa de Fátima Lomba de Farias, Damião Duque de Farias,
Edvaldo Cesar Moretti. --1. ed. -- Porto Alegre, RS : TotalBooks,
2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88393-56-7

1. Ciências e humanidades 2. Ciências humanas 3. Experiências – Relatos
4. Prática pedagógica 5. Professores - Biografia 6. Professores - Relatos
I. Farias, Marisa de Fátima Lomba de. II. Farias, Damião Duque de.
III. Moretti, Edvaldo Cesar.

24-188656

CDD-371.10092

Índices para catálogo sistemático:

1. Professores : Relatos de experiências : Educação 371.10092
Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Todos os direitos reservados para os autores.

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito do/a respectivo/a autor/a.

Os autores e as autoras são responsáveis pelos conteúdos apresentados (textos, figuras, quadros etc.) inclusive pela grafia, correção gramatical, sintaxe e pelo uso da norma culta da língua portuguesa, e assumem total responsabilidade pública e jurídica sobre os mesmos.

EDITORA TOTALBOOKS® LTDA.

www.totalbooks.com.br
contato@totalbooks.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Trajetórias Docentes nas Humanidades. Universidade Federal da Grande Dourados”, foi pensado com o objetivo de compartilhar a trajetória e construção de conhecimentos de docentes da Faculdade de Ciências Humanas.

São 15 capítulos escritos por pesquisadores/as das áreas de Geografia, História e Ciências Sociais, cujas experiências acadêmicas permitiram a consolidação da pesquisa, do ensino e da extensão na área de ciências humanas. A maioria das trajetórias dividiram-se entre duas ou mais instituições, outrossim, o pleno desabrochar e amadurecimento, bem como, o reconhecimento acadêmico de cada um e de cada uma dos/as docentes/autores/as, foram alcançados no correr de suas experiências na UFGD.

Ao lermos cada um dos capítulos e vivenciarmos, por meio das narrativas, as muitas estradas e, sobretudo, veredas percorridas, construídas, nos damos conta de que a vida desses e dessas profissionais, seus trabalhos e seus afetos dão contornos, em razoável medida, à consolidação institucional da FCH e da própria UFGD, criada em 2005. Esse enovelamento característico é perceptível nas linhas e entrelinhas, nos compromissos éticos e sociais voltados à educação e à ciência, dedicados aos grupos sociais em vulnerabilidades, com um olhar mais apurado para pessoas indígenas, assentadas, quilombolas e as mulheres.

Os textos, desenvolvidos a partir dos Relatórios para Progressão Funcional à Classe de Docente Titular, apontam para diferentes olhares acadêmicos sobre o campo das ciências humanas, com perspectivas metodológicas outras, plurais, diversas e criativas. São olhares sobre os processos e dinâmicas sociais que permeiam nossas sociedades, os seus conflitos, as suas existências e as “(de)xistências”, suas (re)sistências e os seus possíveis. Compreendemos que do debruçar sobre temas ambientais, históricos, filosóficos, sociais, geográficos, antropológicos e políticos, um mundo novo se descortina e se inventa em imaginações e projetos: esse foi e, ainda, é o modo mais próprio da relação das humanidades e a vida social que nos cerca.

Cada apresentação das/os autoras/es de suas trajetórias docentes é, por si só, um emaranhado de subjetividades pensadas e sentidas, cujas especificidades marcantes se definem nas escolhas e nos turbilhões que os arrastaram, e orientaram as suas vivências pessoais e acadêmicas. E, no entanto, o livro apresenta certa unidade: amor à sabedoria e às gentes.

Optamos, nesta apresentação, por deixar de expor o resumo de cada um dos textos, como é de praxe. Preferimos aguçar a curiosidade e a criatividade de interpretação de cada pessoa que, porventura, este livro alcançar e, nos entrecruzamentos e nas fronteiras do acadêmico e do subjetivo, eles possam ser tocados por essas autênticas experiências, humanas, demasiado humanas, aqui narradas.

Marisa de Fátima Lomba de Farias

Damião Duque de Farias

Edvaldo Cesar Moretti

PREFÁCIO

Ao iniciar esse prefácio, devo alertar a utilização do tom deveras inapropriado para a apresentação de uma obra, especialmente nestes primeiros parágrafos. Mas depois de pensar em muitos caminhos para melhor atender ao convite de prefaciar este livro, o que muito me orgulhou, sucumbi a um misto de pensamentos, emoções e afetos. A admiração pelas(os) autoras(es), que me honra(ra)m com a convivência na Faculdade de Ciências Humanas, fica desde este primeiro momento registrada.

Peço desculpas porque não vou tratar exatamente de trajetórias acadêmicas, mas, sim, do curso de vidas que alcançaram o ponto mais alto da carreira do magistério superior em uma universidade muito querida. O mérito desse sucesso não é referente apenas ao valor do trabalho, mas também à superação de exigências administrativas, limites orçamentários e condições de trabalho na universidade que se encontrava em construção. Os textos apresentados falam dos exames para a promoção ao cargo de Professor(a) Titular, e esse é o ponto mais alto da carreira, ocupado por mérito acadêmico e, também, pela pontuação atribuída às atividades do currículo. Recupero, no entanto, o sentido de “currículo” que, em seu étimo, significa curso ou trajetória de uma vida, e, nos casos narrados, a trajetória de vida coincide com a vida acadêmica.

Em um mundo que pode ser chamado de desencantado, tendo a afirmar que os escritos apresentados são relatos de trajetórias de encantamento. Encantamento sobretudo político, encantamento de quem pensa o futuro como um lugar mais livre, mais seguro e com mais acessos a possibilidades virtuosas e libertadoras. Evidentemente, estou tratando de uma universidade encantadora, com histórias surpreendentes de docentes. Uma universidade nascida do encantamento e do desejo de pessoas que estão aqui se narrando, as mesmas pessoas que conduziram os anos nascentes e projetaram uma territorialidade para a realização tanto de sonhos quanto de alternativas concretas para o desenvolvimento de subjetividades até então marginalizadas que, sem essa oportunidade, estariam fadadas a perpetuar condições mais precárias de existência.

Essa menção não se refere a uma instituição como força empreendedora no sentido neoliberal. Muito pelo contrário. O sentido neoliberal certamente precariza as relações de produção e captura o valor dos corpos. Estou, então, falando exatamente o contrário disso. As autoras e os autores deste livro são sujeitos singulares. Eu as(os) percebo como agentes que não negligenciaram seus valores e estilos próprios e, como mostram seus textos, souberam tecer

com outros atores uma rede de acolhimento e de produção de novas cores e novas linhas. Linhas de resistência, humanização e reconhecimento de que todas as vidas importam.

Talvez seja excesso dizer o que vou afirmar agora, mas não posso deixar de fazê-lo: este livro conduz seus leitores à gratidão. Os sentidos ligados à gratidão são de reconhecimento e graça. Assim, quando reconhecemos, fazemos novo contato com o que um dia foi próximo e se distanciou e, nessa retomada de contato, percebemos as marcas deixadas que sobreviveram ou, em outras palavras, as marcas perpetuadas pela convivência. A(o) leitor(a) torna-se grata(o) ao reconhecer o outro que deixou marcas em si. Isso ativa a memória da constituição de sua própria história, ativa a teia de vínculos pregressos que o liga a outros pontos e percebe que sem essa rede de saberes, afetos e eventos não teria ocorrido o seu crescimento.

Dentro dessa mesma carga de afetos, identifico que essas carreiras, essas trajetórias, se tornaram românticas às(aos) autoras(es). Trago aqui o romantismo para tentar traduzir o motor motivacional (um projeto mais elevado de país) e o combustível (engajamento na partilha social mais justa) que alimentou grande parte dos passos de cada um(a) dessas(es) autoras(es). Os relatos das carreiras são construídos poeticamente. Identificamos, no ponto mais alto da carreira docente, uma face discursiva centrada na estética, na sensação compartilhada de participação em um conjunto de eventos que podem ser considerados transformadores da vida de muitas pessoas que levaram consigo as marcas de terem compartilhado com essas(es) docentes os melhores momentos de suas vidas. E, de fato, estar nessa Universidade e com essas(es) docentes foi transformador.

Ora, a forma como se dá atualmente a promoção à titularidade permite à maior parte do corpo docente o seu alcance. A exigência é apresentar, a cada dois anos, a comprovação burocrática das atividades acadêmicas: publicações, oferta de disciplinas, atividades administrativas de gestão e atividades de extensão, entre outras. O que torna, então, esse grupo tão especial? Muitas coisas... esse grupo é composto pelas(os) primeiras(os) titulares da Faculdade de Ciências Humanas. Uma parte deste grupo é de docentes do antigo *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que ajudou a criar a Universidade Federal da Grande Dourados – e esse grupo provavelmente tinha a carreira represada, como era identificado, até 2012, quem estava no posto de Professor(a) Associado(a) nível 4, sem vaga para promoção ao posto de titular – e outra parte é de ingressantes dos primeiros concursos públicos da nova universidade. Logo, todas(os) são nossas(os) pioneiras(os).

Abro aqui um parêntese. O acesso universal à titularidade para todas(os) que após o nível 4 do percurso como Professor(a) Associado(a) foi uma conquista da greve da categoria em

2012. O presidente do sindicato que conduziu as assembleias – Prof. Adauto de Oliveira Souza –, o diretor da Faculdade de Ciências Humanas que acolheu e ajudou professores recém admitidos a compreenderem as lutas da categoria docente – Prof. João Carlos de Souza –, a pró-reitora de planejamento que no fórum de pró-reitoras(es) pautou (juntamente com seus pares) essa distorção na progressão da carreira docente – Prof^a Silvana de Abreu –, e o reitor que enfrentou o parecer da Advocacia Geral da União que indicava o corte de ponto das(os) grevistas, negando a efetivação desse corte na UFGD, propiciando que as negociações transcorressem sem ameaças – Prof. Damiano Duque de Farias – fizeram parte do grupo corajoso e nobre se faz presente entre autora e autores deste livro. Houve ainda um compromisso formado pelas assembleias grevistas: todas as atividades de ensino seriam repostas sem prejuízo à qualidade. Fecho aqui o parêntese.

Nossos(as) pioneiros(as) construíram muitas coisas. A Faculdade de Ciências Humanas, hoje, conta com cursos completos, ou seja, graduações com formação em licenciatura e bacharelado, e pós-graduações com mestrados e doutorados. Os cursos de Ciências Sociais, Geografia e História são, neste sentido, completos. O curso de Psicologia, o mais novo da Faculdade, iniciado em 2009, conta com graduação – bacharelado e licenciatura – e pós-graduações com residência multiprofissional em saúde e mestrado. As(os) pioneiras(os) participaram da criação da universidade, e da expansão e consolidação que permanecem em marcha, contando com as suas forças.

As narrativas das(os) autoras(es) expressam acertos, vitórias, contribuições e amadurecimentos, porém, mesmo que menos intensamente, também expressam lacunas, desilusões e falhas. Considerando a perspectiva da carreira acadêmica, observamos que as escritas apontam rupturas com lugares e condições de origem. Muitas trajetórias foram inusitadas, desafiadoras e, às vezes, errantes. E, com essas características, outra perspectiva merece registro.

A perspectiva que aponto é uma regularidade da forma de olhar desses(as) autores(as). Esses olhares não são exatamente da estrangeiridade, embora a migração seja uma característica muito frequente nesse grupo. Mesmo as(os) estrangeiras(os) podem ter um olhar convergente com as linhas de visualização e de enunciação criadas pelos sujeitos locais para que sejam notadas apenas uma faceta de um lugar. No entanto, o desenvolvimento da ciência crítica se relaciona com um olhar de não conformidade, de estranhamento. É uma certa fluência do olhar antropológico que busca compreender como o território compõe suas subjetividades, como os valores, a lógica e os modos de existência constituem uma organicidade sempre distinta, sempre

contextual. Pois é dentro dessa organicidade que algumas subjetividades especiais não se conformam às aparências.

Talvez essa não conformidade não necessite de um território de fronteira ou de uma migração, essa não conformidade do olhar se manifesta pela desestabilização, em nosso caso, de uma episteme universalizante de origem eurocêntrica. Este olhar torna possível aceder o que está naturalizado para a maioria, permite desestabilizar as próprias origens e tradições e, também, problematizar o entorno, seja ele qual for.

A compreensão de que as diferenças não se constituem necessariamente em desigualdades, ou que as igualdades são construções propícias para apagar as diferenças, é uma operação que desloca o lugar de um suposto inimigo para um novo ambiente baseado em novas possibilidades de encontros de sensibilidades que tocam estímulos diversos de nossos rotineiros. E é ali mesmo, entre os comuns, e entre as diferenças cotidianas, que acedem as novas associações e as possibilidades de transformação que produzem os engajamentos mais aguçados e produtivos que caracterizam esse grupo de escritoras(es).

O engajamento acadêmico aqui registrado pode servir de alerta para todas(os) as(os) acadêmicas(os) que acreditam que conhecem bem o território em que trabalham e as salas de aula onde intervêm. Se houver morte, discriminação, violência, subalternização ou desperdício de saberes, temos um problema a ser trabalhado e esse problema, certamente, é mais bem conhecido pelas subjetividades não brancas, não cisheteronormativas, excluídas, expropriadas e exploradas próximas de nós.

Pois, os textos que seguem tratam de lutas resistentes a esse estatuto social de produção e naturalização das injustiças coloniais, sejam elas sobre o ambiente, os segmentos sociais ou sobre as formas de produção de saberes. A diversidade das narrativas mostra a riqueza de olhares e os modos de existência daqueles que insistentemente consideram a educação sobretudo uma linha de fuga, uma possibilidade de transformação de subjetividades e de territórios a partir de suas próprias trajetórias.

Conrado Neves Sathler

Psicologia FCH/UFMG

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Marisa de Fátima Lomba de Farias

Damião Duque de Farias

Edvaldo Cesar Moretti.....6

PREFÁCIO

Conrado Neves Sathler..... 10

SUMÁRIO 11

MEMÓRIAS DE UMA VIDA GEOGRAFIZADA: UMA TRAJETÓRIA DOCENTE

Silvana de Abreu13

UMA TRAJETÓRIA EM ANDAMENTO

Paulo Roberto Címó Queiroz.....50

DA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA À DEMOCRACIA AMEAÇADA: RELATO DE UMA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E ACADÊMICA EM DUAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS

André Luiz Faústing92

MEMÓRIAS E IMAGINAÇÕES DE UMA BIOGRAFIA INTELLECTUAL

Damião Duque de Farias.....122

TRAVESSIA DA VIDA ACADÊMICA: ENOVELAMENTOS E SONHOS POSSÍVEIS.

Marisa de Fátima Lomba de Farias159

MEMÓRIAS SIGNIFICATIVAS DE VIVÊNCIAS FORMATIVAS: O IMAGINÁRIO EUROCÊNTRICO/COLONIAL QUE PERMEIA A TEMÁTICA INDÍGENA

Protásio Paulo Langer.....203

MEMORABILIA: FRAGMENTOS (RE)COLHIDOS DAS LEMBRANÇAS DE UM HISTORIADOR

Eudes Fernando Leite.....231

CAMINHANDO SE (RE)FAZ O CAMINHO: UMA GEOGRAFIA ENTREMEADA POR "MUITAS OUTRAS"	
<i>María José Martínelli Silva Calixto</i>	264
REVISITANDO E COMPARTILHANDO TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS	
<i>Alzira Salete Menegat</i>	305
"CADA UM É MUITA GENTE": BREVE RELATO DE UM FAZER-SE ACADÊMICO	
<i>Márcia Yukari Mizusaki</i>	328
REFLEXÕES SOBRE TRAJETÓRIA ACADÊMICA E A CONSTRUÇÃO DO OLHAR GEOGRÁFICO	
<i>Edvaldo Cesar Moretti</i>	365
NA/DA/COM A UNIVERSIDADE PÚBLICA: O FAZER DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICO/PROFISSIONAL	
<i>Flaviana Gasparotti Nunes</i>	384
VIDA, PASSADO, PRESENTE - LUTAS, UTOPIAS E MEMÓRIAS	
<i>Adauto de Oliveira Souza</i>	408
LEITURAS DAS DOBRAS DO TEMPO, DA POLÍTICA - EXPERIÊNCIAS DE UM HISTORIADOR	
<i>João Carlos de Souza</i>	447
HISTÓRIA DE UM PROFESSOR	
<i>Cláudio Alves de Vasconcelos</i>	477
SOBRE OS AUTORES.....	506

MEMÓRIAS DE UMA VIDA GEOGRAFIZADA: UMA TRAJETÓRIA DOCENTE

Silvana de Abreu

Apresentação

O texto que aqui apresentamos foi elaborado originalmente como exposição oral, a partir do *Memorial para Provimento do Cargo de Professora Titular*, durante a seção de avaliação, na Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, visando progressão funcional à classe de **Professora Titular** da Carreira do Magistério Superior.

A data era 05 de outubro de 2017 e eram 13h30min quando a banca avaliadora iniciou os trabalhos, com a participação das professoras Dr^a Adir Casaro Nascimento (UCDB), Dr^a Celene Barreiras (UFG) e dos professores Dr. Claudio Vasconcelos (UFGD) e Dr. Wilson Biasotto (UFMS).

Posteriormente, já em 2021, as professoras Dr^a Rosemeire Almeida (UFMS) e Dr^a Maria José Calixto (UFGD) organizaram o livro “Os caminhos do viver e do fazer Geografia no estado de Mato Grosso do Sul” e nele publiquei o capítulo: “Uma vida entre Memórias e um Memorial?”, juntamente com outros professores de Geografia do Mato Grosso do Sul (Abreu, 2021).

O coletivo de textos apresentados neste compêndio de Geografia revelou a imprescindibilidade da universidade pública no processo de produção de um conjunto importante de saberes geográficos, construídos ao longo de décadas, no estado de Mato Grosso do Sul (Almeida e Calixto, 2021).

Recentemente, fui gratificada com um convite mais que especial, feito pelo professor Dr. Damião Farias, historiador, também professor do DCH, para participar de uma publicação que visa explicitar as trajetórias docentes da FCH, por meio também de nossos memoriais.

Nesse sentido, apresentamos aqui aspectos de nossas memórias, consolidadas em momentos anteriores, mas que representam a defesa oral de meu memorial, que faço pública, atualizada e qualificada para cumprimento dos objetivos e normas desta publicação.

Notas introdutórias em *defesa* de um memorial!

Pensar um memorial próprio certamente não se constitui em tarefa das mais corriqueiras, sobretudo para docentes como nós, sempre com muitas atribuições a cumprir: reuniões, relatórios a entregar, textos a publicar, *Curriculum Lattes* a atualizar, grupos de pesquisa, estudantes a orientar, aulas, leituras, avaliações a realizar.

Sim, é difícil escrever sobre *mim mesma*. Por um lado, pela constatação do tempo passado, acumulado e vivido! Por outro, porque ao “*separar o joio do trigo*”, percebe-se o que efetivamente “*valeu a pena*” fazer mais do que outras coisas.

Desde a cidade de Irapuru (SP), no interior de São Paulo, onde nasci, e de lá ganhei outros ares, a vida foi vivida sob pilares aprendidos: honestidade, solidariedade, compaixão, indignação. Se compreendi direito, meus pais me ensinaram esses princípios *nas entrelinhas*, mais do que em discursos e regras rígidas. São processos construtivos de caráter que se consolidam (cotidianamente) em teoria e *práxis*.

A sorte me foi companheira e não me furtou de encontrar alguém para partilhar comigo desses e outros valores, já tem algum tempo. Refiro-me ao meu companheiro de jornada, Aduino Souza e também aos nossos filhos Igor e Luísa, cuja existência e amor incondicional nos fortalece.

A ousadia de assumir a Pró-Reitora de Administração e Planejamento da UFGD em 2006, não aconteceu sem ausências, mas foi possível fazer porque encontrei solidariedade familiar, compreensão e cumplicidade de ideias. Pelo caminho de nossas vidas juntas, perdas significativas não faltaram: pessoas que amamos e que partiram dessa existência; pleitos não vencidos; amigos, alguns, que talvez nem o fossem, que se distanciaram. Mas nunca me faltou amor!

Fazendo essas memórias percebi que não fiz nada que fosse apenas meu! E isso foi consolador, pois a solidão não me encontrou. Mesmo nos momentos mais difíceis!

Contudo, nem todos têm a mesma condição. Um lamentável fato que se colocou como um alerta para as Instituições Federais de Ensino (IFES), para docentes e técnicos administrativos, para gestores e ex-gestores das Instituições Federais de Ensino Superior, foi o suicídio do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Há que se fazer um parêntese, portanto, para tratar de uma tragédia aparentemente externa, mas que de fato foi (para a comunidade acadêmica brasileira) a representação do caos

e de ataques a que têm sido submetidos gestores e gestoras em diferentes órgãos, sob ideias genéricas e generalizantes que envolvem desde a desconfiança na democracia brasileira e seus pleitos eleitorais (urna eletrônica, sobretudo), ratificando a criminalização da política e autorização para conduzir processos judiciais acelerados, pautados em convicções e sob espetacularização, em nome do combate à corrupção, da segurança nacional, entre outros estigmas. Velhas táticas da política, que já “derrubaram” presidentes e criaram autocracias.¹

Nesse movimento, também, veio o golpe de 2016, o *impeachment* da presidenta eleita, Dilma Rousseff, e a assunção da presidência por Michel Temer.

Assim, era 02 de outubro de 2017, quando a mídia noticiou o suicídio de um professor universitário e reitor da UFSC. Dezoito dias antes, o seu nome já circulava nos telejornais, internet, grupos de WhatsApp, acusado como chefe de organização criminoso, por desvio de recursos públicos, obstrução de investigação, que o levaram à prisão midiática. A pergunta poderia ser feita: foi efetivamente suicídio ou foi assassinato?

Sob condições e tempos de “temeridade”, um professor universitário, um pesquisador do Direito que conquistou o voto da comunidade para ser reitor, independentemente de sua posição política, não encontrou força para sobreviver à desonra que se alastrou sobre a sua carreira, sua vida, sua família, diante do escândalo midiático e policialesco a que foi submetido.²

Tendo vivido quase uma década da minha vida na lida pela criação da UFGD e ocupando cargo na gestão superior da universidade, me coloquei no seu lugar e pensei sobre tudo o que vivemos, construindo a UFGD. Práticas! (Abreu, 2022).

Tais pensamentos me trouxeram memórias vividas e muito positivas com os procuradores da Advocacia Geral da União (AGU), em Mato Grosso do Sul, cuja experiência foi a melhor possível e gostaria de externar o quanto o convívio com o Procurador Dr. Jezhiel Pena Lima foi significativo para o meu, o nosso trabalho, sobretudo porque era um servidor público que partilhava conosco do desejo de um promissor futuro para a UFGD, sonhando com uma cultura institucional que referenciasse a qualidade, a democracia nas decisões, a

¹ Um exemplo, em 2012, foi o golpe em Fernando Lugo, no Paraguai: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/25/saiba-como-foi-o-golpe-do-paraguai-de-2012/>. Também podemos fazer referência aos históricos golpes, como de Getúlio Vargas, que basicamente promoveu dois golpes, um em 1930 e o Estado Novo em 1937. Ver em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-que-vargas-deu-o-golpe-do-estado-novo/>. Outro exemplo pode ser a tentativa de Golpe de 08 de janeiro de 2023, no Brasil. Entre muitos outros. Todos os links foram acessados em: 05 jun. 2023.

² <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/reitor-da-ufsc-diz-que-afastamento-do-cargo-apos-operacao-da-pf-e-um-exilio-e-que-prisao-foi-traumatica.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2023.

transparência, a solidariedade, a diversidade de sujeitos, ideias e pensamentos. Aprendemos muito juntos!

Pensei também nas dificuldades que se enfrenta na administração pública. Pensei sobre as pressões que exercem os órgãos de controle e nossa experiência. Pensei nas vezes em que se percebia estarem mais interessados em acusar do que orientar, talvez envolvidos em vaidades amplamente acalentadas por redes sociais, *fake news* e, inclusive, judicialização do serviço público.

Condenação *a priori*! Execração Pública! Desrespeito à privacidade e ao ato elementar do direito à defesa e ao contraditório garantido na constituição. Esse é o drama vivido por administradores públicos em nosso país, confundidos com bandidos ou, nesse contexto de interesses políticos e econômicos, propositadamente comparados a segmentos desprezíveis da classe política, que controla e domina historicamente as decisões sobre a vida de cada um de nós (seja no executivo, no legislativo e/ou no judiciário).

O jogo em questão, expõe uma máxima dominante (mas não verdadeira): de que não é possível ser honesto e lidar com o dinheiro público. Esse discurso interessa quando o objetivo é colocar em questão instituições públicas, científicas, de formação profissional, que passam a ser tratadas equivocadamente como berço de libertinagens, estímulo ao uso de drogas, custo, gasto, prejuízo. No interior desse processo, desmoralizar servidores públicos compõe a estratégia e a retórica ganha eco nos noticiários. Às vezes, como se pode ver, pode levar à morte. Existem traumas irremediáveis.

Para um pai ou uma mãe, para um professor ou uma professora, é preciso olhar nos olhos de nossos filhos e educandos. Como diria Postman e Weingartner (1972): “Não é o que dizemos que importa, mas o que conseguimos que ‘eles’ façam.” Isso é educar.

Perder essa capacidade de encarar o outro, abala a relação ensino aprendizagem e de confiança. Isso significa, sem dúvida, a perda do sentido do *fazer* e, para alguns, do viver. Pensei nas humilhações a que foi submetido esse professor e reitor de uma universidade federal referenciada pela sua qualidade, e no significado disso tudo no contexto das nossas vidas!

Quantas situações de exceção já se construíram com base em postulados moralizantes e meras convicções? Quantos homens e mulheres foram queimados nas fogueiras da inquisição, na Idade Média, ou sufocados até a morte, nos campos de concentração nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial? Tudo por pura convicção!

Não é fácil construir uma carreira, mas destruir uma reputação, uma pessoa, é muito simples. O peso pode ser insuportável. E foi!

Nesse sentido, reitero a importância que tem os órgãos de controle, o ministério público, as procuradorias e, inclusive, a polícia federal como órgãos fundamentais para que os recursos públicos sejam devidamente utilizados, sobretudo para o processo de democracia. O outro lado desse movimento não pode ser o fim do controle!

Quando verdadeiros lesadores dos recursos públicos estão no comando, o risco que se corre é expor esses órgãos também à execração pública.

No interior da PROAP/UFGD, é possível dizer que havia uma tensão constante, sobretudo porque na relação público/privado não há igualdade de relações. Ao empresário, sujeito do privado, a responsabilização leva tempo em caso de descumprimento contratual, como abandono de obra, por exemplo. Mas, ao servidor público, que tem a função de executar e ordenar as despesas, sempre existe o risco da execração pública.

Os tempos dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff foram de investimentos significativos nas universidades federais, tendo havido ampliação representativa das vagas, bem como distribuição geográfica mais inclusiva, considerando a criação de novas universidades e campus por todo o país. Essa condição ampliou expressivamente o controle dos gastos públicos, na mesma proporção em que se ampliavam os recursos orçamentários a serem executados anualmente.

Não se tratava de uma perseguição, evidentemente. Nem foi isso que sofreu o reitor Cancellier (UFSC). O fato é que, a partir do governo Lula, a transparência foi estimulada.

Havia esmero e busca de explicações constantes, muitas das quais até desmedidas. Um exemplo vivenciado pelos gestores das IFES e que tomou grandes proporções no Governo Dilma Rousseff, foi a exigência de que os preços para as licitações públicas fossem baseados na Tabela SINAPI, da Caixa Econômica Federal (que não era um instrumento público, à época).

O fato é que a Tabela SINAPI não existia com a finalidade de orientar os preços para contratações públicas, e o sistema da CEF não tinha obrigação de atualizar seus dados e informações para isso, sobretudo porque era baseado em informações de preços unitários para a construção de casas populares.

Outro problema é que os orçamentos públicos são anuais e o tempo de elaboração e realização de todos os procedimentos processuais para chegar até uma contratação de serviços e/ou obra, eram incompatíveis com as exigências.

Me lembro da exaustão dos servidores dos setores de planejamento e gestão de materiais, mas especialmente do coordenador, professor Dr. Áureo Lima, extremamente didático, explicando aos auditores da Controladoria Geral da União/MS, que utilizar o SINAPI como base para a composição de preços era inadequado às necessidades e complexidades das construções de laboratórios, salas de aula, que nós estávamos construindo.

Alertávamos, em muitas reuniões realizadas e relatórios enviados, que a “desqualificação” de nossos preços e orçamentos poderia levar à contratação de empresas incapazes de finalizar as obras, a riscos de qualidade e descumprimento da finalidade, à ampliação do tempo de realização e atraso na entrega das obras para o funcionamento adequado dos cursos...

Palavras ao vento! Às vezes ficava a sensação de era exatamente esse o objetivo!

A pressão nacional sobre os gestores na execução dos orçamentos anuais acabou por forçar o Governo Dilma a propor e aprovar normativos, em 2013³ que legalizaram o uso do SINAPI. Todavia, se houve pressão de um lado da corda, do outro, enquanto gestores, me lembro de uma reunião que foi realizada pelo Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD), quando da minha gestão como coordenadora nacional. Na oportunidade, pudemos expor aos representantes da CGU como era o cotidiano “no chão de fábrica” e apresentar nossas opiniões, sugestões e contrapontos. Foi muito promissor aquele encontro.

Das relações com o controle, dentro do direito ao contraditório, de nossa parte sempre prevaleceu o aprendizado, inclusive porque a teimosia e a obstinação em provar que era possível dar vazão às demandas e especificidades das universidades por meio dos processos licitatórios, ao invés de “dar jeitinhos”, sempre foi a minha obstinação. Nunca se deixou qualquer

³ “Atendendo ao disposto no Decreto 7983/2013 (critérios para orçamento de referência) e na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) a CAIXA disponibiliza relatórios com referências de preços de insumos e de custos de composições de serviços. O Decreto 7983/2013 estabelece as atribuições da CAIXA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE na gestão do SINAPI, sendo a CAIXA responsável por toda base técnica de engenharia, pelo processamento de dados e publicação dos relatórios de preços e custos, enquanto o IBGE atua na realização da pesquisa de preço, tratamento dos dados, formação e divulgação dos índices.” Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/sinapi/referencias-precos-insumos/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 30 maio 2023.

questionamento sem resposta, tampouco deixamos de expor as contradições de alguns relatórios de auditoria, expressando suas divergências e inconsistências.

Tudo isso demandou muito (re)trabalho, advindo de mudanças nos padrões e protocolos internos e externos, com ganhos para a transparência na UFGD, mas também custou o desestímulo de pessoas. Alguns servidores não suportaram o desgaste advindo de alguns relatórios mais agressivos e acusatórios.

Atualizando as letras dessa que foi a minha defesa oral, gostaria de lembrar a emoção e o apelo do professor Biasotto para eu publicar um texto destacando esse movimento de (o)pressão dos órgãos de controle, sobretudo considerando o contexto vivido pós-golpe 2016 e seus desdobramentos. Eis aqui, então, minha homenagem, *in memoriam*, ao Prof. Dr. Wilson Valentim Biasotto.

Anos se passaram após o episódio fatídico que levou ao suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, e o desfecho foi vexatório para os protagonistas das convicções, trágico para seus familiares e amigos, para a UFSC e para a universidade brasileira.⁴

De onde parti para chegar até *aquí*: aspectos da formação de uma vida

Ao lado de docentes, técnicos administrativos, estudantes, companheiras e companheiros de jornada universitária, construímos caminhos firmes para consolidar a UFGD nos moldes de uma cultura institucional que se forjou no sonho do compromisso com a ética, com a democracia, a transparência, o respeito às decisões, a ampla divulgação das posições e decisões coletivas (Abreu, 2022).

Em retrospectão, vejo que em todos os lugares em que estive, o compromisso social e coletivo, o diálogo, a busca pela essência, mais que a aparência, prevaleceram. Certamente, não foi e não é uma coincidência. Nunca esqueci quem eu era, nem tive dúvida de que lado eu estava.

⁴ “Luiz Carlos Cancellier, desde 2019, informalmente batizou uma lei – a Lei nº 13.869/2019, que versa sobre os crimes de abuso de autoridade. Para o estudioso do Direito, talvez a aprovação da lei possa ter um efeito inicial mais simbólico do que prático. “As legislações às vezes não são feitas para serem aplicadas todo dia, e nem por isso deixam de ser importantes e eficazes. As legislações são feitas, muitas vezes, para estabelecer limites simbólicos ao destinatário daquela norma. Eu vejo a Lei Cancellier como uma legislação dessa categoria, simbólica, que serve como um aviso a toda e qualquer autoridade, ou detentor de poder – que ele não está acima das leis, essa pessoa também pode ser abraçada/alcançada pela lei.” *In*: <https://noticias.ufsc.br/2022/10/cinco-anos-sem-cancellier-o-legado-de-uma-vida-interrompida/>. Ver também: <https://www.intercept.com.br/2018/05/12/policia-federal-a-lei-e-para-todos-so-que-nao/>; <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sem-provas-pf-encerra-inquerito-que-levou-reitor-cancellier-ao-suicidio/37766/>.

Refletindo sobre o tempo passado, é possível reconhecer marcas deixadas. Heranças de quem nasceu na ditadura militar dos anos sessenta, sobreviveu sob alienação e viu desvelar-se os sentimentos reprimidos na formação superior em Geografia e no movimento estudantil.

Bisneta, neta e filha de migrantes; de encontros proporcionados pelo processo de *(des)territorialização e (re)territorialização*⁵ de sujeitos nordestinos e descendentes de italiano e português, atraídos pela expansão cafeeira. Um encontro sob a pobreza, o trabalho no campo e o êxodo rural, mas fundamentalmente um encontro sob solidariedade e inquietações, que conduziram por uma vida simples e repleta de esperanças de um futuro melhor.

A ditadura militar “ditava” o meu/nosso fazer cotidiano e escolar. Sob o hino nacional diariamente cantado e entoado alto, com a mão direita no peito, professoras e professores fomentavam a participação das crianças e jovens em declamações de poemas que relevavam a pátria e nutriam o sentimento nacional.

No ensino de estudos sociais, as capitais, os estados, as características físicas e populacionais, as datas e os heróis nacionais construía*m um* imaginário da realidade social e natural... normalizado e harmonioso... como a música que se cantava: *Esse é um Brasil que vai pra frente, ooooo! De uma gente amiga e tão contente, ooooo! Esse é um país que vai pra frente, de um povo unido de grande valor. Um país que canta, trabalha e se agiganta, é um país do nosso amor!* (Música da ditadura militar).

Sob silêncios! A pequena cidade do interior paulista não expressava as diferenças sociais. Na escola, o filho do lixeiro, Benedito (nome fictício), estudava na mesma sala que o filho do prefeito.

Era um menino negro, seu pai também era negro e varria a cidade. A mãe dele era negra e “boia fria” e acabou vítima de uma morte prematura, em uma madrugada, quando estava na carroceria de uma camionete, ou talvez fosse um caminhão, que se chocou com um trem. O motorista que carregava “boias frias” para trabalhar na lavoura, estava alcoolizado, e não morreu... mas morreram pais e mães de famílias pobres. A tragédia “correu de boca em boca”!

Foi a primeira vez que pensei sobre “boias frias” e a morte de uma “mãe”. Porque uma mãe estaria indo trabalhar fora de casa? Minha mãe costurava, mas era em casa!

O pobre (literalmente) varredor de ruas da cidade ficou viúvo, com muitos filhos, entre os quais, uma criança de colo. Era uma menina. Eles moravam perto da minha casa e, por

⁵ Haesbaert (2004).

algumas vezes, as mulheres da vizinhança e também as crianças visitavam a família. Íamos ficar/brincar com as crianças, levar mantimentos.

Me lembro do meu colega de classe, sem mãe, mas a sua história estava escrita nas estrelas, e apenas muito tempo depois eu a compreenderia. Sua tragédia era também a da maioria da população negra no Brasil, desde a chegada dos primeiros navios negreiros. Demorei a compreender a “naturalidade” da condição de vida do Bene e de sua família!

Assim, sem qualquer formação/prática política, e formação escolar limitada e ideologizada, a rotina *singela* da infância também construiu críticas, desacordos, desconfortos com regras, com a situação de pobreza. A família se colocava em oposição à situação. Ironicamente, a oposição seria “Orestes Quércia”, do MDB! Concretamente, era o que se tinha!

A segunda metade dos anos setenta trouxeram experiências novas. A migração para a Região Centro-Oeste foi sem dúvida a mais profunda. Primeiro, o choque com o novo: pessoas, lugar, terra vermelha no lugar do asfalto. Para minha família, a mudança foi um avanço social.

A universidade era uma realidade difícil de alcançar para a geração do início dos anos oitenta, sobretudo as públicas. Havia quem poderia fazer os cursos de excelência ou “imperiais” das universidades públicas. As faculdades privadas, com poucas exceções, eram consideradas (e eram) de baixa qualidade; “*pagou passou*”, e, muitas vezes, era o que sobrava para quem era procedente da escola secundarista pública, principalmente para os cursos de formação de professores.

Não sonhei os cursos imperiais, tampouco os cursos pagos de formação de professores. A utopia da universidade demandaria ajustar as condições de existência com a faculdade. Escolhas possíveis, a licenciatura em Geografia se realizou, dentro de um sonho familiar de futuro melhor.

Acredito que a *Geração 68*⁶ (como sempre afirma minha orientadora de mestrado, Arlete Moyses Rodrigues) viveu a resistência e o enfrentamento direto com o regime militar, em uma das fases mais nefastas de nosso país. Mas posso garantir que coube à geração dos anos 80, “ganhar a década”, ou seja, retomar e consolidar a democracia.

⁶ Expressão usada para referir-se aos militantes que lutaram contra a ditadura militar, sobretudo jovens estudantes que enfrentaram o endurecimento da ditadura em 1968. Em 13 de dezembro de 1968, os militares emitiram o Ato Institucional nº 5, uma norma legal que marcou o endurecimento da Ditadura Militar. Sobre a Geração 1968 ver, entre outros: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/06/geracao-1968-na-luta-ontem-hoje-e-sempre.shtml>.

E isso aconteceu sob a admiração desses sujeitos da resistência de 1968. Muitos foram mortos, outros exilados, outros mutilados para sempre, traumatizados. Mas por eles, inclusive, gritamos palavras de ordem, lutamos pelo voto direto para presidente... Não havia limite para resistir! Havia direitos por construir!

É certo que nossa geração ainda está viva, em grande parte, mas a geração deste século (XXI) tem que também entender seu papel. O futuro requer novas trincheiras de luta, desafios e resistências. Às vezes, me parece que se desconhece que tivemos que lutar, tivemos que organizar movimentos, ir para a rua para conquistar até aqui!

Nesse processo, a Geografia se fez minha, nossa, companheira! Como diriam alguns dos meus orientandos, a AGB seria *um ícone* de resistência. Desde a reforma estatutária (1979), os estudantes de Geografia puderam ser sócios. Isso foi transformador, quando se pensa que a AGB é uma associação profissional! Eu pude beber nessa fonte!

Desde 1978, a Geografia viveria no apogeu da renovação crítica e esse não foi um movimento aleatório. A minha professora de Geografia, na 8ª série, Dona Mirtes, em 1979, lá em Irapuru, no interior de São Paulo, estava *antenada*. Ela nos alertava sobre as desigualdades, sobre a política. Como esquecê-la! Ela nos introduziu ao livro didático de Melhem Adas⁷, era irônica e irreverente, sobretudo para o momento ainda de repressão dos anos do ditador general João Figueiredo (1979-1985).

Dúvidas sobre a realidade se somariam à euforia advinda com a juventude e a adolescência, mas se consolidariam com a Geografia, cursada em uma universidade pública, mas que não era gratuita para a maioria dos estudantes.

Os anos oitenta foram de enfrentamentos! Docentes das universidades federais fizeram greve, mas os das fundações, não! Logo descobriria que havia diferenças entre as universidades e as fundações universitárias, embora todas fossem públicas.

Assim, entre as diferenças existentes e criadas no âmbito de um governo ditador, participar do boicote nacional ao pagamento das taxas mensais nas fundações, em nome da isonomia foi, no contexto, um ato de desobediência (juvenil) a um governo enfraquecido que se colocaria “em transição” e pleitearia anistia irrestrita, possivelmente para escapar dos muitos crimes cometidos contra pessoas e o próprio erário, sob um governo em que *onde e como gastar* era uma decisão do general de plantão.

⁷ Primeiro livro escrito pelo autor para o então primeiro grau, que embora editado dentro do regime militar apresentava já algumas críticas que se consagrariam nas décadas seguintes (Adas, 1979).

Isso foi representativo para conquistar a gratuidade do ensino superior e equiparar as universidades federais e fundações federais. Que fique bem explícito, a gratuidade no ensino superior “não caiu do céu”. Resistências! O curso era de formação de professores em Geografia na (F)UFMS, turma 1983, e o contexto era de *Diretas Já!*

O IV Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), já no segundo ano da faculdade, em 1984, aconteceu sob importantes mudanças políticas e muitas pautas para se lutar. Sem ter obrigatoriedade de apresentação de trabalho, estudantes de Geografia, especialmente, “consumiam” o evento, de modo que, ao final, recebiam o certificado de participação, os anais e a experiência fantástica de terem participado do (que seria descoberto mais tarde) primeiro Congresso da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), após a reformulação estatutária (em 1979), que aprovou a participação de estudantes como sócios.⁸

Na oportunidade, a casa de dois docentes da USP, Manoel e Odete Seabra, se abriu ao acolhimento estudantil. Em meio àquela confusão instalada no prédio da História e Geografia (FFLCH/USP), a professora Bernadete, do CEUL/UFMS, me apresentou aos professores Manoel e Odete Seabra. Eis que lá fui eu, sob direção da professora Odete, no banco de trás de um carro, em meio a vários livros e a companhia do professor Ariovaldo Oliveira! A casa da professora Odete Seabra também receberia a professora do CEUD/UFMS, Vera Abrão, que viria a ser minha professora, já no segundo semestre de 1984. Uma coincidência dos deuses!

Na abertura do evento, no espaço que se fez pequeno para o gigantismo que veio a ser o IV CBG, me vi no “Olimpo”. Acompanhando os anfitriões, consegui lugar naquela plateia lotada de sujeitos importantes da Geografia brasileira, de todo o Brasil. Certamente, não foram muitos os estudantes que conseguiram essa façanha. Na oportunidade, a professora Odete Seabra me apresentaria inadvertidamente para todos e todas com quem conversava. Inclusive, por essa circunstância, conheci o professor Milton Santos (formal e reservado), que retornara ao Brasil, depois do exílio, em 1977, e que recém ingressara (1983) no quadro docente da FFLCH/USP. Também conheci outros docentes, como Heinz Dieter Heidemann, Amelia Damiani, Léa Goldenstein, Fani Carlos, entre outros.

A Geografia nunca mais seria a mesma para esta estudante de segundo ano, desde o IV CBG de 1984, seja pela percepção do importante papel da AGB, os debates democráticos proporcionados, seja pelos muitos encontros e publicações acessados.

⁸ “[...] a nova forma de organização da AGB foi um processo ímpar naquele momento. Igualdade que também pressupõe diferenças. Só os iguais podem ser diferentes” (Rodrigues, 2004, p. 205).

Daquele encontro, o retorno para a Região Centro-Oeste e para o curso de Geografia não foi mais em Três Lagoas. Foi necessária a transferência para Dourados (MS), em outro *campus* da UFMS, para integrar aquela que veio a ser a *primeira turma de Geografia* do Centro Universitário de Dourados CEUD, formada em 1986.

A formação em Geografia me trouxe para a realidade. No processo de democratização da sociedade brasileira, a Geografia se fazia crítica, e pelas mãos da professora Vera Abrão chegavam os muitos lançamentos editoriais do período pós-democratização e do movimento de renovação crítica da Geografia. Alguns textos, como “*A geografia, serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*”, de Yves Lacoste, texto traduzido (e distribuído em cópia) para uma primeira versão brasileira (não autorizada), se fazia leitura obrigatória em Prática de Ensino (sob a forma de Estágio Supervisionado).⁹ Mas havia muitas outras *leituras!*

Posso citar Marilena Chauí (1984), com “O que é ideologia”, e “Ideologia Alemã”, de Marx e Engels (1984), por exemplo, que certamente foram referenciais formativos que se ampliaram com “Dialética do Concreto”, de Karel Kosik (1985). Estas obras contribuíram para a compreensão do método dialético e, fundamentalmente, na compreensão da produção da consciência – teoria, discurso e *práxis* –, que representaria *pensar e fazer a/ na vida e a/ na geografia*, cotidianamente, por (*toda*) uma vida (*toda*)!

A já citada professora “Vera”, nos abriu o universo da formação pelos clássicos e pelo desvelamento da realidade e suas contradições. Certamente, nem todos os envolvidos puderam desvelar-se e rebelar-se.

Um curso de graduação formado apenas por cinco docentes, com certeza teria muitas lacunas. E isso eu mesma demonstraria na minha pesquisa de mestrado (Abreu, 1993). Todavia, me proporcionou muitas experiências, com participação em movimentos sociais, em franca (re)organização, movimento estudantil, eventos nacionais e, sobretudo, amplo conhecimento, ao mergulhar pela Filosofia, Sociologia, História, Economia, para além da Geografia.

Ainda me lembro de passar pelo menos uma tarde por semana discutindo “linha a linha” o livro “A questão agrária e o capitalismo”, de Samir Amin e Kostas Vergopoulos (1977). Mas também, “A questão agrária”, de Karl Kaustky (1980), foi um livro debatido à exaustão. Sob o

⁹ O texto de Lacoste, de 1976, original em francês, foi traduzido no Brasil pela AGB São Paulo e copiado muitas vezes para divulgação. Circulava pelas universidades brasileiras e cursos de Geografia como um texto não autorizado. Polêmico, o livro teve duras críticas epistemológicas à Geografia tradicional francesa. Infelizmente, o tempo deu fim ao meu texto datilografado e xerocopiado. Seu paradeiro não foi possível mais determinar. Ver ainda Lacoste (1988).

convite da professora Vera Abrão, que fazia doutorado, à época, fazíamos as “leituras dela”. Nesse processo, o que aprendi, para além do conteúdo, nessa relação professora-aluna, foi a importância do aprender como processo e como ato de troca; o eu com o outro. Muitas vezes nos pegamos descobrindo juntas.

O projeto de ensino para a regência, no ensino médio, teve como base o livro “O que é alienação”, de Wanderley Codo (1986). Era um dos livros de uma coleção chamada “Primeiros Passos”, que, aliás, de *primeiros passos* tinha muito pouco. Tratava-se de debater a produção da (de uma) consciência (consumidora) como um instrumento de alijamento humano e desumanização (alienação). O reconhecimento de que não somos o que queremos ser, necessariamente, mas o que podemos ser, considerando o todo social e suas relações (a sociedade), determinadas historicamente e definindo, *a priori*, nosso “lugar” e “ser” no mundo do consumo. Condições que, em uma sociedade capitalista, se realizam sob o fetiche da mercadoria. A temática era por demais complexa, sem sombra de dúvida!¹⁰

Todavia, o detalhe interessante dessa experiência foi protagonizado por meio de um aluno da escola que escreveu um texto sobre o tema tratado por nós, enviou para o jornal da cidade, que, inadvertidamente publicou. O tema do nosso estágio provocou alguém. Afinal, não é isso que importa?

A minha formação em Geografia (1986) trouxe mais que o diploma e habilitação docente. Fomentou experiências e (des)construção teórica, no interior da ebulição do movimento da chamada “Geografia Crítica”, mas também o movimento político estudantil, carregado pela participação vivida no Centro Acadêmico de Geografia e no Diretório Central dos Estudantes, além da representação em colegiado de curso e no antigo DCI, Departamento de Ciências.

A Geografia dos anos oitenta (e nela se formar) foi também luta pela democracia, luta de classes, movimento popular (greves, passeatas, ocupações). Assim, as leituras nos moviam em direção à formação e práxis... e a Geografia foi também representada por Sodré (1978), com “Introdução à Geografia”, “Por uma Geografia Nova”, de Santos (1978), “O que é Geografia”, de Rui Moreira (1981), entre muitos outros que se colocariam no contexto de um novo modo de pensar e viver, agora, “geografizado”.

¹⁰ O projeto de ensino foi elaborado por três estagiários do ano de 1986, por ordem alfabética: Aduato Souza, Artemio Franco Junior e Silvana de Abreu, e realizado em turmas de ensino médio, na escola Floriano Viegas (Dourados-MS).

A Geografia me conduziu por encontros, para nunca mais desencontrar. Laços foram construídos, alguns fortes, outros nem tanto, mas todos importantes, afinal, na divergência se apura os sentidos, se revê ideias e caminhos, se reconhece os sujeitos.

A minha vida e a Geografia se imbricaram plenamente, tanto porque meu olhar sobre o mundo e todas as suas “coisas” passaram a se fazer *geografizadas*, como porque *ela* me veio acompanhada de meu companheiro Adáuto Souza. Uma vida de militância, de Geografia e docência, sonhando e construindo *juntos*: dissertações, teses e campanhas, reuniões e mobilizações, filho e filha, extensão e pesquisa, Geografia e ensino, UFMS e UFGD!

O concurso para docente superior, no CEUD/UFMS, foi em 1987. Na sequência, o então presidente Sarney suspendeu as contratações, que reabririam apenas em março de 1989. Acabei sendo contratada no CEUC, em Corumbá!

Até lá, desde que me formei (1986), trabalhei como professora de Geografia em escola pública, suprimindo licença de algum professor efetivo, e em escola privada. Em uma escola cheguei a trabalhar por dois anos, sob uma proposta de formação construtivista. Todos os dias eu chegava na sala de professores, que tinha dentro dela a mesa da dona e diretora pedagógica da escola. Sobre essa mesa havia um globo. Como todo globo que se compra, a orientação norte-sul apontava *para cima e para baixo*. Talvez, na *fé* da proposta pedagógica em pauta, todos os dias, antes das sete horas da manhã, minha primeira atitude na escola era virar o globo, de modo a corrigir sua posição.

Qual não foi minha surpresa quando cheguei na sala dos professores e a dona da escola conversava com o diretor administrativo (que era o outro dono da escola) para “pegar o engraçadinho que estava entrando na sala dos professores e mexendo no globo”. Precisei dizer que era eu e que a ação era pedagógica. Desculpas aceitas, não fui demitida, pelo menos não naquele momento, e evidente que não mais “desarrumei” o globo.

Era uma escola privada, alunos de classe média, filhos de professores, de profissionais liberais, mas tinha também filhos de alguns fazendeiros. Da 5ª à 8ª série (hoje 6º ao 9º ano), seguindo o planejamento aprovado pela escola, os temas me permitiam debater as relações de produção e de classe, e de produção do espaço. Embora tivesse livro didático, dei início ao uso de materiais da coleção “Viagem pela Geografia”¹¹ para discutir questões como o êxodo rural e a questão da terra, por exemplo, desigualdade social e produção do espaço, que permeavam vários livros da coleção, capitaneado por Fernando Portela, em coautoria com José William

¹¹ Naquele momento de redemocratização foram muitas as possibilidades de materiais denominados paradidáticos.

Vesentini (1988) (Êxodo Rural e Urbanização); Joaquim C. de Andrade (1987) (Secas no Nordeste); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1987) (A Amazônia), por exemplo.

Desde a retomada “monitorada” da democracia brasileira, em 1984, que levou José Sarney (após a morte de Tancredo Neves) ao governo (por cinco anos), os temas como reforma agrária, meio ambiente, racismo, questão indígena, encontraram eco nas editoras e em segmentos da imprensa, transbordando para o ensino de Geografia e História, de modo que a minha formação dialética marxista se fez prática como professora da educação básica.

Desde o uso de música, filmes, literatura, produzimos a representação pictórica da produção desigual do espaço em Dourados, que foi publicada como encarte na escola, passando por exposição de fotos que representaria a riqueza da “zona norte” e a pobreza da “zona sul” da cidade. A experiência que pudemos vivenciar foi significativa por, pelo menos, dois anos.

Ainda que possa parecer contraditório, não era aleatória a minha presença dentro da escola, como uma perspectiva “dinâmica”, “moderna” e até democrática (que estava em moda, à época) da formação escolar, de modo que, por um tempo, se tolerou até mesmo meu visual despojado, adornado com broches do Che Guevara, do MST, e, inclusive do PT, em franco crescimento e em preparação para a eleição presidencial (1989), com Lula.

Logo essa condição deu lugar à “escuta” de aulas, com o protagonismo patético do diretor administrativo descoberto atrás da cortina. O problema evidentemente era o debate que envolvia a questão social da terra, já que o Mato Grosso do Sul era território de conflitos envolvendo fazendeiros e os movimentos de luta pela terra, que se ampliariam fortemente nos anos oitenta e noventa. Em 1988, com a nova Constituição aprovada, a luta pela terra indígena no Mato Grosso do Sul também foi acirrada, especialmente pelos povos Kaiowá e Guarani.

Assim, a partir da contratação de uma nova coordenadora pedagógica, no segundo semestre de 1988, acabei convocada para uma conversa na coordenadoria. A pérola foi que ela considerou um risco irremediável o mapa-múndi do livro didático utilizado no ensino fundamental, que apresentava um “país vermelho” muito perto do Brasil. Tratava-se da Guiana Francesa, e o mapa representava países capitalistas e socialistas! A proposta era de resolução do problema, ou seja, tirar o mapa.

Essa era a deixa para minha demissão (que evidentemente não tardou), até porque me recusei a rasurar ou rasgar o livro e/ou negar a realidade! Naquele momento, eu estava concursada na rede estadual e na UFMS, aguardando para ser nomeada, portanto, desempregada enquanto isso..., ou não. Outra escola já havia me procurado. Contraditoriamente, era a escola

dos fazendeiros e abastados da cidade. Felizmente, foi por pouco tempo, pois já era 1989, Luiz Inácio Lula da Silva já aparecia como candidato a presidente da primeira eleição direta após ditadura militar e não teria sido fácil estar naquela escola. Polyannamente!

Nesse momento (final de 1988) eu também havia sido aprovada para o Mestrado em Educação, no Departamento de Educação da UFMS. Na época, com baixo número de docentes com pós-graduação, a UNICAMP participou de um convênio com a UFMS para qualificação de professores da instituição. A primeira turma, inclusive, que entrou em 1988, foi voltada para o corpo docente interno, sendo a turma, com entrada em 1989, a primeira aberta à ampla concorrência.

Na banca de seleção, formada por professores da Faculdade de Educação (FE) da UNICAMP, estava o Professor José Luís Sanfelice. Naquela oportunidade, a juventude não permitia enxergar a magnitude daquela situação, e talvez me tenha sido favorável não ter ainda conhecimento de que o professor “Sanfelice” era ícone no debate da história da educação brasileira e muito apreciado pelo rigor acadêmico e compromisso com as lutas em defesa da educação pública. Suas palavras, ao final da entrevista, “foi bom conhecer você”, me soaram como incentivo. A desconcentração da nossa conversa transcendeu o projeto de pesquisa para uma aprovação que me conduziria ao mundo da Filosofia, da Sociologia, da História da Educação e epistemologias.

Devo reconhecer que foi uma trajetória única, para além da Geografia, ter sido aluna dos docentes da Faculdade de Educação da Unicamp e encontrar, no âmbito da formação em educação, a tônica fundamental que me conduziu pela vida e profissão, qual seja o Método: *teoria e prática* (Abreu, 1993).

As aulas começaram em fevereiro 1989 e, ao mesmo tempo, veio a contratação como professora da UFMS, dando início a uma vida que se revezava entre as cidades de Corumbá, Campo Grande e Dourados, guiada pelas rodovias BR262 e BR163, construídas como eixos de integração desenvolvimentista¹², ligando a região Centro-Oeste ao sudeste industrializado. Greve docente nacional, campanha eleitoral para presidente da república. Ano intenso!

¹² Ver Abreu (2001 e 2014); Abreu (2003).

Na reflexão da produção do espaço e suas contradições: o trabalho de formação em Geografia

O mestrado foi em Educação e a paixão começara na universidade, na formação inicial, mas bateu forte no coração com a participação no *I Fala Professor*, em Brasília. Era 1987!

Um parêntese é preciso para falar desse evento que aconteceu em 1987! A intensidade do *I Fala Professor* envolveu grupos de trabalho, palestras, trabalho de campo e uma passeata dos participantes do evento até o prédio do MEC, e depois até o Congresso Nacional, em defesa do ensino de Geografia na escola básica, pois havia uma proposta de retomada dos “Estudos Sociais”.

A diferença entre aquele momento histórico e o momento vivido atualmente é conjuntural. O presidente era José Sarney, que era para ter sido vice do Tancredo Neves, mas este faleceu antes de receber a faixa presidencial; a Assembleia Constituinte estava em andamento, sob forte pressão dos movimentos sociais e a *rua* era espaço dos trabalhadores e seus sindicatos, estudantes, e até dos já famigerados aposentados: “O povo unido jamais será vencido!”

Bons tempos!

Na oportunidade, o projeto foi engavetado, mas não tivemos a mesma força contra o “Novo ensino médio (NEM)” pós-golpe 2016. Há que se reconhecer que os grupos de direita e de ranço autoritário, têm disputado a “rua”, lócus histórico de resistência e manifestação popular e das causas sociais. Assim, sob aporte financeiro de grupos empresariais (FIESP, por exemplo), em associação com parte da mídia, construíram as condições para o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016), eleita em 2014; a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva (2018); a eleição de Bolsonaro (2018) e o caos (2019-2022)!

Quando o ano de 1989 terminou e começou 1990, eu já estava morando em Dourados, trabalhando no curso de Geografia do CEUD/UFMS; Fernando Collor de Mello era o primeiro presidente eleito pós-ditadura militar e todo brasileiro com conta bancária, teria apenas 50.000 cruzados na conta. É o início do desmonte do Estado, sob o neoliberalismo, apesar da Constituição Cidadã, de 1988, como ficou conhecida.

Para fazer o mestrado viajando, sem bolsa, sem afastamento, foi preciso contar com a compreensão dos colegas do então DCH, com a carona (dividida) de outros professores do CEUD, que também faziam o curso, mas, principalmente, foi preciso “apertar os cintos” para sobreviver ao intenso achatamento salarial a que seríamos submetidos.

O tema que agradou a banca de avaliação e abriu as portas para cursar o mestrado se propunha a refletir sobre o ensino de Geografia e a prática de ensino nas escolas, em sua relação com a formação do professor. Não era uma tarefa fácil analisar o curso de formação de professores em que eu mesma havia me formado e agora atuava como docente.

Sob a orientação da Professora Arlete Moysés Rodrigues, da Unicamp, foi possível dar corpo e voz, tanto aos professores do ensino fundamental, formados pelo curso de Geografia/CEUD, como aos professores deste curso de graduação. Aspectos e condições que levaram à dissertação: *“Uma análise da noção de espaço e sociedade do professor de Geografia do 1º grau: formação, discurso e prática”*, defendida em 1993 (Abreu, 1993).

Visando compreender como os professores formados pelo curso de Geografia do então CEUD/UFMS estavam lidando com os ensinamentos de Geografia e os conceitos de espaço e sociedade, criamos uma metodologia que envolvia analisar, como bases documentais e teóricas, os projetos pedagógicos do curso, criado em 1983, bem como os planos de ensino dos seus professores e com eles dialogar. A ideia era descortinar as contradições entre o dizer e o fazer dos professores, mas também a relação da prática docente com os objetivos e perspectivas de formação, inerentes ao projeto de curso autorizado ao funcionamento (pelo MEC) e de formação dos professores de “primeiro e segundo graus”.

Assim, nos dedicamos a dialogar com os professores de geografia formados pelo curso e ainda acessamos seus planos de ensino, além de assistir algumas aulas.

Para além de uma avaliação relativa do curso de geografia do CEUD e de sua formação profissional, ou mesmo da prática dos professores de Geografia nas escolas de Dourados (MS), em relação à formação inicial, posso dizer que a maior contribuição desse trabalho estava envolta na questão metodológica, qual seja, analisar a realidade considerando inclusive a sua aparência, em boa parte exposta em projetos, programas, documentos que se colocavam como discurso, teoria, mas que se realizavam a partir da prática dos sujeitos, consolidando-se enquanto “formação”.

Os procedimentos metodológicos nos permitiram analisar o modo como os conceitos, os mais gerais, e os diferentes conteúdos cotidianamente utilizados pelos professores de Geografia podem reforçar visões de mundo (de espaço e sociedade), que consolidam ideias e (pre)conceitos dominantes, ou, pelo contrário, contribuir para o desvelamento da realidade.

Trata-se, sempre, de buscar entender as contradições inerentes ao movimento de formação (que é também da consciência), discurso e prática.

Desse ponto de partida, veio a força da teoria e do debate que fomentamos enquanto pesquisadora e docente de ensino superior durante mais de três décadas, qual seja, refletir a dicotomia teoria/prática na formação do professor e na sua prática escolar (formalizada) e também na Geografia, na histórica e dicotômica relação homem/natureza, materializada como geografia humana e geografia física.

A partir do mestrado, foi possível a participação como palestrante/conferencista em eventos e/ou publicação de textos em revistas científicas, para debater a formação do professor, o ensino e a prática de ensino de Geografia; aspectos gratificantes do processo de amadurecimento intelectual e contribuição no fortalecimento de uma área de conhecimento pouco referenciada no âmbito da produção do conhecimento em Geografia.¹³

Assim, em 2005, por meio da AGB seção Dourados, coordenamos o *8º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (8º ENPEG)*, para refletir sobre a Prática de Ensino de Geografia como campo de conhecimento e linha de pesquisa. Inesquecível!

A última década do século XX teve início com o presidente “caçador de marajás” e finalizou com “o príncipe”. Todavia, dadas as devidas diferenças, ambos protagonizaram o desemprego e o empobrecimento da população, com foco para a privatização de estatais, permitindo que milhares de trabalhadores em carreiras de Estado, em vários níveis, fossem demitidos. É sob essa realidade de desemprego estrutural e desmonte estatal que o governo do “Príncipe FHC”, controlaria a inflação e permitiria a concentração da riqueza, estimulando fusões e a produção de riqueza a partir dos eixos de integração e desenvolvimento, ligando locais a serem explorados, aos portos exportadores da riqueza a ser conduzida alhures, enquanto a maioria absoluta da sociedade empobrecia, mesmo sem inflação (Leite, Abreu; Junqueira, 2017).

O governo de FHC, sob o Ministério da Educação de Paulo Renato de Souza e os “manuais” neoliberais do Consenso de Washington, se tornaria vilão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tendo apostado na privatização, a ser viabilizada a partir de uma fórmula por todo o Brasil: desinvestimento e degradação de suas instalações, arrocho salarial dos servidores e esvaziamento dessa força de trabalho. Aos trabalhadores da educação, sobrou desvendar e lutar contra a precarização das universidades e denunciar o processo de globalização da economia em pauta.

¹³ A representação dessa caminhada aqui referenciamos: Abreu (1994); Abreu (1996); Abreu (1997); Abreu (2003 B); Abreu (2012); Abreu (2013); Abreu; Souza (2016), entre outras.

Foram oito anos de governo FHC, sem aumento salarial, sem reajuste das bolsas e muitas greves. Resistimos!

Apesar dessa conjuntura, conquistei o afastamento para cursar o doutorado, dentro da política de qualificação planejada pelo DCH/CEUD e pela UFMS.

O Doutorado em Geografia (1996-2001), na FFLCH/USP, teve como pesquisa: “Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense – contexto, propósitos e contradições”, sob orientação da professora Ana Maria Marques Marangoni.

O tempo de desenvolvimento da pesquisa de mestrado e o debate e experiência de acompanhamento de estagiários nas escolas, ampliaram a constatação de que há pobreza de conhecimentos sistematizados sobre a Região Centro-Oeste brasileira e o “jovem” Mato Grosso do Sul é *invisível*, sobretudo porque, quando da divisão do antigo Mato Grosso, permaneceu o “novo” Mato Grosso e, com ele, também ficou a *história mato-grossense*, pelo menos do ponto de vista da percepção e do discurso.

O que sobrava é um “pensar sobre” o Mato Grosso do Sul, que se reveste no agronegócio, nas grandes propriedades, subvertendo seu papel econômico para se apresentar como cultura de um povo em um território que nasceu para ser “rico”. Homogeneiza-se os diferentes sujeitos enquanto se omite a existência das comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, enquanto participantes da História e Geografia sul-mato-grossense, de ontem e de hoje.

Outro fato determinante foi a experiência que vivenciamos no curso de Geografia, lecionando a disciplina Organização do Espaço Geográfico, que veio ocupar o lugar de Geografia Humana I, no início dos anos 90. O objetivo da matéria era promover reflexões teórico-metodológicas para compreensão do espaço geográfico como base conceitual, em um momento em que a “crise” da Geografia se acomodava e já se reescrevia seu papel enquanto ciência humana voltada para a análise espacial.

O que é Geografia(?) ficava para trás!

Para compreender o espaço geográfico e sua produção, buscamos autores da Geografia como Santos (1978), Moraes e Costa (1987), por exemplo, que se reportaram a essa análise e com os quais buscamos dialogar. Destarte, durante a avaliação de qualificação para o doutorado, sob arguição das professoras Claudete Barriguela e Celene Barreiras, o autor Nicos Poulantzas me foi apresentado como possibilidade ímpar de compreender o Estado capitalista de produção que “tem a especificidade de açambarcar o tempo e o espaço social, intervir na organização

dessas matrizes, uma vez que ele tende a monopolizar os procedimentos de organização do espaço e do tempo que se constituem, para ele, em rede de dominação e de poder” (Poulantzas, 2000, p. 113).

A partir de sua leitura, o universo da pesquisa de políticas governamentais e públicas se abriu como possibilidade de produção de conhecimento geográfico, assim como o interesse em compreender as múltiplas relações que envolvem as transformações daquele que viemos a chamar, na tese de doutorado, de *espaço mato-grossense* e que já se sabia, fora pauta de interesse de estudo e planejamento pela SUDECO.

Publicações, orientações e projetos de pesquisa (individuais e coletivos) têm permitido debater a produção do espaço, sob diferentes escalas (regional, nacional e ou local), enquanto unidade na diversidade de relações que envolvem o sistema capitalista de produção, sua reprodução e a relação com o Estado, em suas diferentes temporalidades e contextos.

Em todas as produções, prevaleceu o diálogo com os sujeitos envolvidos na relação com a base discursiva proposta pelas políticas governamentais, como são os casos do Programa Território da Cidadania (PTC), Programa Nacional Territórios Etnoeducacionais (PNTEE)¹⁴, Programa Luz para Todos, Programa Quilombola Brasil, entre muitos outros, desde 2004, pelo menos.¹⁵

Outros projetos e pesquisas fomentaram o debate da formação de professores e a prática de ensino de Geografia em escolas no estado, inclusive em escolas diferenciadas, como é o caso das escolas do campo, ou mesmo escolas na fronteira brasileira, sempre tendo como foco o diálogo com os professores de Geografia.

Assim, caminhei pelos anos noventa e adentrei ao século XXI, “dividindo” e “somando” a pesquisa e a produção científica que aborda ensino e prática dos professores de geografia escolar e as políticas governamentais e/ou públicas que envolvem a produção do espaço sul-mato-grossense.

Os trabalhos orientados, assim como meus textos publicados referendam e evidenciam esse processo.

¹⁴ Algumas produções: Abreu (2002); Abreu (2004); Abreu (2008); Abreu (2020); Abreu (2016 A).

¹⁵ Ver dissertações e teses em <https://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-geografia/dissertacoes-defendidas> e/ou via meu Currículo *Lattes*.

Entre teoria e práxis: experiências e desdobramentos... relacionamentos e vivências

Em retrospectiva à minha trajetória, é possível observar algumas parcerias que foram solidificadas por meio de projetos, organização de eventos, sala de aula, grupos de estudos, entre as muitas atividades docentes em todos esses anos. Quase sempre, para além dos relatórios e textos publicados e apresentados em encontros e congressos, os projetos desenvolvidos coletivamente visavam estruturar os espaços de trabalho.

Foi o caso do projeto de pesquisa *“Diagnóstico sócio-econômico e energético dos municípios cortados pelo ramal gasoduto Campo Grande/Dourados e da microrregião de Dourados-MS”*, realizado com pesquisadores da então UFMS e da UEMS, que agregou estudos (e bolsas) de iniciação científica, trabalho orientado e também pesquisa de mestrado, viabilizando a criação formal do Laboratório de Planejamento Regional (LAPLAN/DCH), a aquisição de nosso primeiro computador, motivo pelo qual foi possível reivindicar uma sala para acomodar bolsistas e o computador, com acesso à internet. Foi digno de comemoração!

O LAPLAN foi iniciado com mesas e cadeiras descartadas, que ficavam encostadas nos corredores, mas que se transformaram em bancadas e espaço de estudo, debates, reuniões e confraternização para dezenas de estudantes que por lá passaram, na ainda UFMS.

O foco nas políticas formuladas pelos governos municipais, estadual e federal, em/para o Mato Grosso do Sul, levou ao estudo de muitas políticas, entre elas a política hidroviária, que, da mesma forma que o gasoduto *GasBol*, colocava-se como discurso de desenvolvimento e crescimento econômico. Dois projetos de pesquisa foram executados: *“Aspectos geográficos do transporte hidroviário no Mato Grosso do Sul”*, sob coordenação de Adáuto Souza e, sob minha coordenação, foi aprovado financiamento FUNDECT/MS para o projeto *“Integração e Desenvolvimento: Política de modernização do transporte hidroviário no Mato Grosso do Sul”* (2005-2007). Esses estudos foram realizados envolvendo estudantes da graduação e da pós-graduação, além de garantir a aquisição de equipamentos e mobiliário, que foram incorporados ao patrimônio do LAPLAN, como espaço institucional de pesquisa sobre planejamento e políticas públicas e de governo.

Já na UFGD, criada em 2005 e implantada em 2006, as atividades na docência e na gestão superior (uma vez que assumi a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento/PROAP, em julho de 2006) se justaporiam. Apesar da intensidade desse processo, conviver e acessar outras políticas para análise e compreensão de suas interações espaciais, em Mato Grosso do

Sul, permitiu muitas outras possibilidades de análises. Nesse contexto, foi criado, em 2006, junto com outros pesquisadores, o *Grupo de Pesquisa Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional – PPODER* (CNPq).¹⁶

Outro trabalho que teve esforço coletivo para a sua realização e com positivos desdobramentos para a estrutura física e de pesquisa do então DCH, foi a aquisição e disponibilização do acervo da SUDECO, que se encontra catalogado, digitalizado e à disposição do público no Núcleo de Documentação Regional (NDR)/UFGD. Dessa jornada, participaram comigo, o professor e então diretor do Campus de Dourados/UFMS, Wilson Biasotto, que abraçou a ideia de trazer o acervo; o professor e vice-reitor, à época, Amauri de Souza, que autorizou a missão e permitiu a minha estada em Brasília (DF) para inspecionar o material e fechar a negociação de troca de guarda do acervo, no Banco do Nordeste (de posse do acervo da SUDECO), uma vez que esse fora resgatado junto com o material da antiga SUDENE. Desse esforço, pude realizar a minha tese de doutorado. Mas não foi apenas esse o motivo que estimulou os gestores a esse empreendimento, que enxergaram muito além do horizonte. O atual NDR/FCH encontra-se em prédio próprio e a conquista de um prédio próprio certamente foi significativo para a FCH, para a UFGD e para a pesquisa regional.

Em gaveta da minha mesa de trabalho, nas pastas e folhas amareladas pelo tempo, encontrei a segunda via da carta que levei à superintendente da Biblioteca do BNE, Helena Roraima, que intermediaria a negociação junto à diretoria do banco. Nada teria acontecido sem o desprendimento de servidores públicos comprometidos com a preservação de documentos e da história!

Esse processo vem permitindo acesso público a mais de três mil títulos, constituídos de estudos, mapas, relatórios, programas, atas de reuniões, fotos, entre outros documentos da SUDECO, que foram anexados ao acervo do NDR/FCH como resultado do trabalho de campo de minha pesquisa, que, inclusive, tem sido bastante utilizada como referência de estudos da região Centro-Oeste, de planejamento regional e Geografia do Mato Grosso do Sul¹⁷ e, também, de outros estados da região.

¹⁶ O grupo de pesquisa já existia e funcionava por meio de orientações e leituras dirigidas, mas teve em 2006 sua institucionalização por meio do Portal de Grupos de Pesquisa do CNPq.

¹⁷ No link¹⁷ de teses da USP eram 10.122 *downloads*, em agosto de 2017, no dia 04 de outubro eram 10.189 *downloads* realizados e 9.721 visitas. Atualizando para maio de 2023, são 12.323 visitas e 12.318 *downloads*, além do trabalho ser citado em pelo menos uma centena de textos produzidos, para dissertações, teses, artigos, trabalhos em eventos, mas principalmente em documentos governamentais em nível federal e estaduais. Essa condição alcançada me levou a concordar em revisar, ampliar e publicar como *e-book*, pela UFGD, em 2014.

Relacionando esse processo de aquisição e recepção do acervo da SUDECO, pela vice-reitoria da UFMS, para o então “Centro de Documentação Regional”, do Campus de Dourados, e o processo que levou ao suicídio do Reitor da UFSC, com as devidas diferenças, evidentemente, é um alívio para nossa história e geografia regional, que os professores e gestores da época tenham tido a coragem de salvar o material e evitar que tivesse o destino da reciclagem e conseqüente desaparecimento.

Esse trabalho sobre a SUDECO no *espaço mato-grossense* protagonizou entrevista em um “Especial SUDAM/SUDECO/SUDENE – vantagens e desvantagens (6’25’), em 2006. A entrevista aconteceu em Rede Nacional, por meio da Empresa Brasileira de Comunicação (Voz do Brasil). A matéria em áudio e em texto, encontra-se publicada.¹⁸

Foi um momento ímpar quando me dei conta, ao ouvir a matéria, que eram dois pesquisadores que foram entrevistados: Silvana de Abreu e Francisco de Oliveira. O sociólogo Francisco de Oliveira contribuiu para a minha formação, desde a graduação, para entender a produção do espaço nacional e regional, especialmente o espaço nordestino, tendo representado base teórica para a minha própria tese.

Outro desdobramento importante foi protagonizado pela Superintendência de Patrimônio da União (SPU). A partir dos estudos que realizei no Pantanal mato-grossense, estudando o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), a SPU pôde designar áreas públicas adquiridas pela SUDECO (nos anos 70) para desenvolvimento de ações do programa, que não foram viabilizadas, e as terras acabaram invadidas pela iniciativa privada, com instalação de pousadas e pesqueiros “particulares”, inclusive. Foi minha pesquisa que indicou essa situação, no caso da Baía Negra, em Corumbá (MS), de modo que, em 2011, se pôde repassar a guarda dessas áreas públicas e as construções que foram nelas realizadas ilegalmente para as universidades federais, para destinarem-se à instalação de centros de pesquisa, de extensão e ensino.

Esses foram desdobramentos desta tese, que assim como o acervo do NDR/UFGD, se constituiu como processo de construção de conhecimento. Em 2011, inclusive, durante a gestão do superintendente Marcelo Dourado, no governo Dilma Rousseff, fui convidada pelo próprio superintendente para conversar sobre possibilidades de uma assessoria, mas principalmente, para viabilizar a possibilidade de retomada do material para a sede da nova SUDECO, o que,

¹⁸ Ver em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/338786--ESPECIAL-SUDAMSUDECOSUDENE---VANTAGENS-E-DESVANTAGENS-\(-6-25-\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/338786--ESPECIAL-SUDAMSUDECOSUDENE---VANTAGENS-E-DESVANTAGENS-(-6-25-).html). Acesso em: 18 maio 2023.

obviamente era impossível. A proposta possível, contudo, foi que ele poderia visitar o NDR para discutirmos a possibilidade de um acesso ao acervo digitalizado, também via SUDECO.

À época, pensando como pesquisadora, mas também como gestora, a ideia se colocava como viável e daria muito mais visibilidade e acesso ao acervo, sem falar na possibilidade de recurso para digitalizar todos os materiais do NDR. A política, contudo, às vezes atrapalha os planos e o superintendente, que descobri depois era também historiador, logo saiu do cargo e toda a conversa se esvaiu.

Refletindo minhas experiências como docente do ensino superior, observa-se que as disciplinas de Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado, assim como a disciplina de Produção do Espaço Geográfico, foram mediações e construção de práticas e formação mais constantes. Mas também lecionei outras disciplinas do campo das Ciências Humanas, como Introdução à Ciência Geográfica; Geografia Regional do Brasil; Geografia das Indústrias; Regionalização do Espaço Brasileiro; Geografia do Espaço Mundial, além da orientação em monografias de conclusão de curso.

Nesse sentido, os debates sobre metodologia e ensino de Geografia, formação de professores, epistemologias e geografia, regionalização brasileira, região e regionalização, espaço e sociedade, Estado e política, comporiam debates, permeados por ações de ensino, pesquisa e extensão.

Na pós-graduação, criamos o primeiro curso *lato sensu*, em 1999. Depois, já em 2000, a UFMS estimulava a criação do Curso de Mestrado em Geografia (2000/2001), contando com docentes do CEUD e do CEUA e cuja sede e coordenadoria seriam situadas no campus de Dourados. Por três anos seguidos (2003 a 2005) foi possível ofertar a disciplina “Planejamento e Política de Desenvolvimento no Espaço Sul-Mato-Grossense”.

Em 2004, já com o processo de criação da UFGD em franco andamento, a UFMS decidiu por transferir a sede e a coordenação do curso para Aquidauana (CEUA). À época, eu era representante do campus no Conselho Universitário da UFMS, mas nada se pôde fazer além de assistir, sob o comando da reitoria da UFMS, a aprovação da medida. O tempo passou e as arestas foram aparadas.

Não permaneceram tensões desse processo, afinal a administração da UFMS estava defendendo os interesses institucionais!

A instalação da UFGD, a partir de janeiro de 2006, trouxe de volta o debate da criação do mestrado em Geografia. Assim, o programa seria instalado sob condições bastante

favoráveis, já em 2007. Na época, a professora Celene Barreiras (Geografia/UFG) participou da comissão de implantação da UFGD (entre janeiro e junho de 2006) e tinha como missão organizar a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Coincidentemente, a professora Celene Barreiras tinha sido membro da minha banca de doutorado, tanto na qualificação, como na defesa (2001). Quem poderia imaginar que iríamos nos reencontrar na criação da UFGD e dividir, juntamente com o professor Claudio Vasconcelos (UFGD), também membro da comissão de implantação da UFGD, a criação do Programa de Mestrado de Geografia, como o programa de pós-graduação pioneiro criado na UFGD, no primeiro ano de sua existência.

Evidentemente, o histórico foi revelador e definitivo para a recondução do Mestrado em Geografia para a UFGD, ficando o Mato Grosso do Sul, na oportunidade, com dois programas, o que foi um ganho social, incorporado como política de desenvolvimento da pós-graduação na região Centro-Oeste, realizada pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e que se manteria no governo da presidenta Dilma Rousseff.

O caminho traçado na pós-graduação conduziu a orientação de trabalhos de mestrado e doutorado, sendo que, em ampla maioria, os projetos estiveram permeados pela análise de discurso, teoria e prática, seja no campo do debate sobre ensino e/ou formação de professores de Geografia, seja sobre os programas e políticas para o *espaço mato-grossense*.

A docência e a pesquisa também me levaram à educação diferenciada como um desdobramento de minha prática. Fui professora do curso de formação de professores indígenas, *Ara Verá*¹⁹, em 2001. O convite desafiador da professora Adir Casaro veio com a explicação acerca da origem do curso e suas especificidades. Reivindicado pela comunidade de base, os alunos eram professores indígenas, leigos, que atuavam em suas aldeias e reservas, lecionando nas séries iniciais. Era uma enorme responsabilidade, afinal!

O desafio implicou em construir uma Geografia para além das concepções científicas e epistemológicas dos “não-indígenas”, mas que contribuísse com a valorização da condição Guarani/Kaiowá. O ponto de partida foi a discussão sobre “valores da sociedade G/K” ancestral e contemporânea e o papel do professor-índio como mediador do processo ensino-

¹⁹ O curso *Ara Verá* foi criado pelo Governo José Orcírio dos Santos para dar formação a professores indígenas, leigos, em nível médio. Desse processo o movimento de professores indígenas *Guarani-Kaiowá* reivindicaria a formação em nível superior. O curso Licenciatura Indígena *Teko Arandu*, sob formação diferenciada, conquistou espaço político-pedagógico e também a criação da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), que agregaria posteriormente o curso de Licenciatura em Educação do Campo, além do Mestrado em Educação e Territorialidade.

aprendizagem na sociedade atual. Em 2003, no V ENEGE - Encontro Nacional de Ensino de Geografia *Fala Professor*, essa experiência foi apresentada (Abreu, 2003 (C)).

À época da defesa de minha tese, eu estava desenvolvendo esse trabalho. Posso afirmar que nenhum título me trouxe tanto prazer e ensinamentos quanto fazer parte desse processo de construção, que culminaria, quando da criação da Universidade Federal da Grande Dourados, com um dos primeiros cursos institucionalizados de formação de Professores Indígenas, no Brasil, *Teke Arandu*, cuja criação e luta pela sustentação pedagógica e financeira foi possível participar, como pró-reitora da UFGD.

Quando eu já era pró-reitora da UFGD, me foi solicitado participar de uma reunião junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), no MEC, para tratar da execução orçamentária nas IFES que ofereciam cursos de graduação para populações indígenas. Na época, para minha surpresa, apenas o curso da UFGD era considerado institucional, enquanto todos os demais funcionavam a partir de projetos temporários. Mais surpresos, no entanto, ficaram os demais colegas, ao perceberem que era possível o curso funcionar fora da condição de projeto. A UFGD ao ser implantada, criou, entre os cursos novos a serem ofertados, o curso de Licenciatura Indígena, específico para índios K/G. Estávamos muito à frente! O ganho desse diálogo coletivo naquele ano (2013), pelo menos, foi a possibilidade do recurso a ser repassado pela SECADI, especificamente para os cursos diferenciados (como eram denominados no interior do MEC), entrar como rubrica específica para cada IFES (Ação 20RJ) na Lei Orçamentaria Anual (LOA 2014) de cada instituição. Do que conheço, após minha saída da PROAP, em 2014, foi que essa não foi uma condição permanente e na gestão que sucedeu ao reitor Damião Farias, chegou-se a falar em fechamento de cursos diferenciados, como foi o caso da Licenciatura Educação do Campo (LEDUC). Já era no Governo Michel Temer!

Especial experiência foi a oportunidade de participar como coordenadora de área no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Foi um misto de intensidade e integração entre ensino, pesquisa, extensão e cultura jamais experienciado por mim.

O programa envolvia a presença constante na escola, acompanhando acadêmicos do curso de Geografia, iniciantes à docência (ID), com intervenções temáticas. De um edital de seis meses, para substituição de afastamento, acabei ficando no PIBID até o final do projeto da UFGD, em 2017. O docente não retornou, tendo prorrogado seu afastamento e, em decorrência disso, abriu-se uma vaga permanente no PIBID, que acabei preenchendo, até porque apenas eu tinha interesse em participar do programa, na oportunidade. A Geografia tinha sempre duas

turmas de IDs e eu coordenava uma delas. A outra turma era coordenada pela professora Flaviana Nunes. Acredito que fizemos uma boa dupla!

Desse trabalho com o PIBID, para além da experiência, alguns desdobramentos foram significativos. E o caso de materiais que conseguíamos disponibilizar para realizar atividades, como exposições, grafiteagem, por exemplo. Seus resultados ainda têm sido divulgados em eventos e publicados em livros e periódicos.²⁰ Mas, também foram promovidas condições de ensino e investigação, com o projeto de pesquisa apoiado pela FUNDECT-MS, “Ensino de Geografia na Educação Básica: uma avaliação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Resultados e Proposições”, sob minha coordenação, e com a participação de professores da UFGD, da UFMS, além das professoras das escolas parceiras, Luana Barbosa e Odolina Fortaleza.²¹

Esse projeto de pesquisa se desdobrou no envolvimento de bolsistas de iniciação científica, orientandos de monografia, bolsistas de iniciação à docência, mediados pelo debate (da teoria) da política e sua realização (prática), no Grupo de Pesquisa PPODER (CNPq), cuja rotina semanal promovia processos formativos, preparando-os para a pós-graduação e para docência. Também permitiu a aquisição de equipamentos e materiais para abastecimento das demandas do Laboratório de Ensino de Geografia (LEG).

As orientações semanais, as reuniões, os textos debatidos, os dados consolidados e socializados constituíram um núcleo que fortaleceu laços de amizade e solidariedade, que levarei para toda a vida.

Exatamente nesse ponto, o caminho da produção do conhecimento e também as investigações, os diálogos estabelecidos, estão pedindo um lugar nas memórias. No contexto dos vários projetos de pesquisa desenvolvidos nesse tempo, orientamos 20 (vinte) planos de trabalho de iniciação científica (IC), com bolsas do CNPq e também institucionais, seja da UFMS, seja da UFGD. Vários desses acadêmicos dariam continuidade a sua formação, tendo desenvolvido pesquisas de monografia e mestrado, sob minha orientação, o que é gratificante.

Para sintetizar, tive oportunidade de participar de vinte e quatro (24) projetos de pesquisa, sendo que em sete (7) deles participei como coordenadora. Também é importante dizer, que boa parte desses projetos foram realizados sem apoio financeiro. Até 2006, pelo

²⁰ Ver: Abreu (2018); Abreu; Souza (2016); Moura *et al.* (2018)

²¹ Aprovado na Chamada FUNDECT/CAPES Nº 11/2015 – EDUCA-MS – CIÊNCIA E EDUCAÇÃO BÁSICA. Realizado entre 2016 e 2019.

menos, o apoio financeiro em agências de fomento do país acabava direcionado para os centros considerados mais dinâmicos.

Assim, a partir de 2006, principalmente com a política de expansão das IFES pelo território nacional, foi possível ampliar o papel das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste na produção do conhecimento nacional, com aporte financeiro sob critérios de priorização e cotas regionais. Não é possível superar a desigualdade científica no Brasil, se não tratarmos os diferentes como diferentes.

Durante toda a minha permanência como docente na UFMS, o apoio financeiro para projetos de qualquer ordem era diminuto e quase sempre inexistente. Assim, os projetos de pesquisa e extensão, principalmente, eram apoiados e realizados a partir de relações pessoais ou interesses na temática. Era comum docentes convidados como palestrantes hospedarem-se em nossas casas.

Se, para os tempos recentes, isso pode parecer improvável, a experiência de quem *fazia universidade* nos anos 80, 90, do século XX, a opção era fazer assim ou não fazer. Naquele contexto, realizar projetos independentemente de recursos era resistência!

A AGB seção Dourados surgiu como possibilidade em 1994, e foi possível reunir professores e acadêmicos para criar uma Comissão Pró-AGB, da qual fiz parte juntamente com os professores José Carlos Batista, Valmir Ortega, Lisandra Lamoso e o então acadêmico Gilson Lomba. Desse movimento, nasceria a “nossa” AGB, cuja primeira diretoria seria eleita para o biênio 1995-1996, que teve como primeira presidenta Lisandra Lamoso e vice-presidente Adáuto Souza.

No biênio 1999-2000, assumi a AGB Seção Dourados como presidenta e, entre 2000-2002, participei na diretoria nacional, sob a presidência de Dirce Suertegaray. Da minha participação na AGB Nacional, é preciso resgatar o esforço dos companheiros de diretoria. A convivência com Júlio Suzuki, parceiro de tesouraria, fortaleceu laços de amizade que carregamos para a vida. O mesmo posso dizer da professora Dirce Suertegaray, alguém que eu conheci no processo, e que ficou para sempre como grande exemplo de prática democrática.

A partir da AGB Seção Dourados, criamos a Revista de Geografia, inicialmente como quadrienal; todavia, logo percebemos a necessidade de profissionalizar a editoração. Nesse sentido, acabamos por solidificar uma parceria AGB/Editora da UFMS que durou até dezembro de 2004. A Revista de Geografia da AGB-Seção Dourados passaria a ser Revista de Geografia da UFMS.

Assim, entre 1995 e 2000, e depois no segundo semestre de 2004, atuei como membro do Conselho Editorial da Editora da UFMS, representando o periódico. Em 2005, no processo de criação da UFGD, a revista tomaria outros rumos, fundamentalmente porque, apesar de ser originalmente vinculada ao esforço da AGB Seção Dourados, a revista era da UFMS. Na separação institucional, a AGB Dourados perdeu a editoração da revista.

Rememorando cada coisa realizada e minhas participações, observei que olhar para o meu próprio fazer profissional, demandaria *organizar os feitos nos diferentes espaços e tempos*. O Curso de Geografia e o Departamento de Ciências Humanas são parte de uma vivência importante que remete à origem da minha vida profissional, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Efetivamente, desde que ingressei como docente na UFMS, dediquei tempo para contribuir com a Instituição e quase sempre isso se deu a partir do DCH e do Curso de Geografia do CEUD, depois CPDO, até 2005, quando se criou a UFGD.

Assumi a coordenação do Curso de Geografia (Graduação) e a presidência do Colegiado de Curso de Geografia por dois anos (2001-2002), condição que me levou a participar do Conselho de Campus (2001-2002), justamente em um período que foi de enfrentamento político ao diretor do Campus, professor Omar Daniel, não-eleito, mas que foi indicado pelo reitor Manoel Però e que assumiu o cargo passando por cima da promessa feita por ele, como candidato, de que não assumiria, em caso de perder a eleição.

Nesse processo, fortalecemos um bloco consistente de oposição ao diretor e ao reitor da UFMS, com forte base no então DCH, que se consolidou para fazer frente e ocupar espaço na elaboração do projeto da UFGD. Nessa frente opositora, em 2003, fui indicada pelo DCH para compor a comissão do campus responsável pela elaboração do Projeto da Universidade Federal da Grande Dourados.

Desse momento histórico em diante, tudo mudaria para sempre, sobretudo o DCH, o CPDO (antigo CEUD) e também mudaria o curso de Geografia! Mudanças qualitativas!

Olhando para esse conjunto (des)articulado de memórias, percebi que o ensino de Geografia, sua prática e formação de professores; o discurso, a teoria e a prática nas políticas para o Mato Grosso do Sul, consolidaram-se como “pontos” a serem contabilizados em processos de avaliação, no Sistema *Lattes*. Todavia, são poucos os espaços qualificados para se registrar uma experiência tão marcante, quanto foi a participação na criação da UFGD.

Certamente, em minhas memórias, há que se mencionar aspectos da história da UFGD por mim vivida.²² Seja no passado, seja no presente, ninguém é dono dessa ideia, sozinho. A primeira vez que ouvi falar de UFGD foi lá por volta de 1985 e era defendida pelos professores Wilson Biasotto e Laerte Tetila. Esse ideal foi retomado entre 2002 e 2003, no alinhamento dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na prefeitura de Dourados, no governo estadual e fundamentalmente com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aconteceu!

Desde 2003, a partir da indicação do DCH²³, me inseri na elaboração do pré-projeto para a criação da UFGD; depois, no projeto, até chegar à materialização institucional, em 29/07/2005, com a implantação iniciada em janeiro de 2006, pela comissão de implantação, sob tutoria da UFG. Embora não fizesse parte da citada comissão, porque na oportunidade eu não fazia parte do conselho diretor, no interior do grupo e núcleo duro que criamos, havia muito trabalho prático e político que precisava ser realizado. Em julho de 2006, fui nomeada como Pró-Reitora de Administração e Planejamento, mas até isso acontecer, foi necessário muita luta e árduo trabalho.

O núcleo duro, que chamávamos carinhosamente de “Petit Comitê”, era formado por Adáuto Souza, Ceres Moraes, Damião Farias, João Carlos de Souza e eu, Silvana de Abreu, todos do DCH. Nossa luta era partilhada, com apoio incontestável e maciço da maioria dos companheiros e companheiras do antigo DCH. Assim, as articulações internamente, na UFGD, aconteciam movidas por esse grupo e o DCH, e se articulavam com sujeitos de outros departamentos, além dos contatos externos. Na política, principalmente.

A primeira vez que falamos sobre a reitoria da UFGD foi em uma reunião do grupo de acompanhamento de mandato do então vereador eleito pelo PT, Wilson Biasotto, ainda no início de 2003. Ali traçamos algumas metas que eram políticas, sobretudo. Debates com a condução do então vereador Wilson Biasotto (eleito em 2000) à secretaria de governo e a definição do nome do professor Damião Farias, para a reitoria da nova universidade federal, que estávamos trabalhando para criar! Era começo de 2003! Naquela época, a candidatura de Biasotto havia sido construída dentro do Núcleo Universitário do PT e sempre havia reuniões

²² Ver FARIAS (2022), publicação em que se pode encontrar aspectos da história da UFGD em suas diferentes temáticas (ensino, pesquisa e pós-graduação, extensão, gestão e planejamento, assistência estudantil) e também sob a perspectiva da política para a sua criação e implantação. Os textos foram produzidos majoritariamente por ex-dirigentes da UFGD, no intervalo de (2006-2015), sob mandatos do reitor Damião Farias, dos quais participamos como pró-reitora da PROAP.

²³ Resolução nº 056, de 07 de abril de 2003, do Conselho Diretor do Campus de Dourados/UFMS.

para debater os problemas do governo Tetila e estratégias da vereança, mas também questões relativas à universidade.

Não aleatoriamente, os participantes dos espaços de debate eram majoritariamente, também, membros do DCH. Assim, sob essa mesma lógica, passamos a discutir a minha indicação como Pró-Reitora de Planejamento e Administração. Havia muitos caminhos a serem construídos e trabalho para que se chegasse a essas condições. Não foi uma escolha ou desejo pessoal assumir a PROAP, mas posso afirmar que me preparei para tal função, de modo que as responsabilidades assumidas nunca me foram estranhas.

Assim, em 2006, o professor Damião Duque de Farias e o Professor Wedson Desidério Fernandes foram nomeados reitor e vice-reitor da UFGD, e eu assumi a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento.

Essa foi uma experiência imensurável para todos que dela puderam participar.

Minha nomeação e posse aconteceram em julho de 2006. Entre tantas coisas realizadas, algumas foram realmente representativas. Elaboramos e mediamos a criação da Política Ambiental da UFGD, sob a forma de oficina participativa, em 2011. Também, sob a estrutura de planejamento participativo, organizamos uma metodologia e presidimos a comissão de elaboração do PDI (2013-2017), tendo coordenado as diferentes etapas da oficina de realização dos trabalhos e organizado o documento final (Abreu, 2015).

O *tempo* e o *espaço* da/na pró-reitoria me conduziram ao FORPLAD e nele foi possível a atuação política, sobretudo para fortalecer o espaço da UFGD na rede IFES. Ser uma universidade nova e pequena tinha vantagens e desvantagens, mas é certo o ditado em que “quem não é visto não é lembrado”!

A participação no Forplad (Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das IFES) era certamente obrigatória e fundamental. Trata-se de um fórum assessor da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e, como tal, representa um canal de diálogo direto com diferentes segmentos do governo e principalmente com o MEC.

Foi uma empreitada difícil. Em um mundo majoritariamente masculino, foi preciso construir relações, consolidar redes e demarcar território, e isso foi possível marcando posição e participando dos debates e dos espaços internos.

Nesse sentido, trabalhei para me tornar coordenadora da regional Centro-Oeste e, nesse pequeno *lôcus* de poder, debatemos a necessidade de nos fortalecermos, inclusive nas comissões de trabalho, para dar visibilidade aos problemas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Conseguir entrar para a “Comissão de Modelos” do Fórum foi para mim uma meta. A citada comissão trabalhava com estudos para promover a distribuição de recursos orçamentários para as IFES, e logo percebi que dela fazer parte seria um ganho estratégico. Em 2008, consegui quebrar a guarda do grupo e dela participar. Mas não foi fácil. Durante as primeiras reuniões, me dediquei a aprender e registrar, até que não apenas anotava as argumentações, mas comentava e apresentava propostas. O “linguajar” *forpladiano*, para quem chega, parece um outro idioma, porque a administração pública tem disso.

Entre 2012 e 2013 eu assumi a Coordenação do Forplad e construímos a indicação de uma mulher para dirigir a Comissão de Modelos: Marize Peres, da UFMS. Não se trata de uma questão de gênero, mas a resiliência das mulheres é algo como que um pressuposto por todas que assumem cargos. Lutar por um lugar dentro dos espaços de discussão, decisão e de política envolve luta e estratégias.

Um episódio vivido em Brasília, na sede da ANDIFES, retrata um pouco essa situação que foi muito representativa. Foi em uma reunião da diretoria da ANDIFES, quando eu, enquanto coordenadora do Forplad, as professoras Alda Sanches (UFABC), vice-coordenadora e Marize Peres (UFMS), então presidente da comissão de modelos, adentramos na sala de reuniões, representando o fórum. O então secretário executivo da Andifes brincou ao perguntar se o Forplad tinha adotado um sistema de *cotas* (de mulheres)!

Foi inesperado e engraçado, mas o fato é que três representantes homens seria a normalidade e não traria qualquer “gracejo”. Imagina-se que não havia preconceito instituído (*maybe*), ou deliberado, mas o que há é uma supremacia masculina nas gestões superiores das universidades, condição que é numérica e ainda está na base das relações de poder dentro das universidades. Não me surpreendeu que a gestão que me substituiu na coordenação do FORPLAD, em 2013, não tivesse nenhuma mulher em sua coordenadoria!

Todavia, há que ter mulheres com vontade de assumir “lugares”, um processo a ser ainda consolidado. As cotas de mulheres na política nem sempre representam a participação de mulheres nas decisões; muitas vezes, não passam de “massa de manobra” a serviço da hegemonia.

Certamente, os oito anos como Pró-Reitora da UFGD e como membro do FORPLAD, foram intensos e significativos para a minha carreira docente e também para a vida. Em 2014, o cansaço chamou a razão e foi preciso redirecionar o caminho. A experiência na gestão me foi fantástica, mas era hora de voltar!

Ainda hoje, passado tanto tempo de minha estada na PROAP, sinto o acolhimento dos servidores com quem trabalhei, e isso é gratificante. A recíproca é verdadeira!

Tentando finalizar... de onde parti, vivendo entre lá e cá, voltei para ficar!

Quando cheguei na FCH, tudo era diferente do antigo DCH, em que todos se encontravam no cafezinho e nas reuniões. daquelas relações, quase nada sobrou, mas a prática do antigo DCH não saiu de mim.

O retorno às atividades docentes me levou de pronto para dentro da presidência da comissão de pesquisa da FCH e para dentro do conselho diretor (CD) e, ainda, para a comissão de pesquisa da UFGD, mas não conseguia me livrar da vivência cotidiana (do passado).

Minhas tardes eram no gabinete ou em reuniões. O problema era que não havia mais vivência cotidiana... de modo que nesse *vai e vem*, eu fui conhecendo as diferentes pessoas da FCH, uns na segunda-feira, outros na terça-feira, outros somente em horários de aula e assim por diante. Os encontros, portanto, eram aos pedaços, mas eram sempre ricos de trocas de experiências vivenciadas pelos docentes da UFGD: viagens, encontros nacionais e internacionais, projetos, intercâmbios, *pós-doutorados*...

Assim, vivo hoje um misto de nostalgia e de tensão. Porque viver *a e à* docência é alargar os braços, abraçar os diferentes sujeitos, de diferentes modos. Mas tem sido também presenciar e perder direitos, reviver (sem querer crer) o sucateamento anunciado, enfrentar a insensatez de alguns da classe política, que congelam investimentos públicos e que mutilam a formação dos jovens e a autonomia docente, fundamentalmente os da escola pública.

No contexto de todas essas memórias valorizei o meu viver e experimentar, que se colocou para além das possibilidades produtivas!

Reiterando Lacoste, que muito me inspirou, desde a formação inicial, vivi sob/para a Geografia todo esse tempo, pensando em suas contradições de origem e me reafirmando na sua reapropriação, na *práxis*, comprometida na sua existência, *antes de mais nada para fazer a guerra!*

Referências

- ABREU, S. de. Um Sonho Sonhado Junto: a construção de uma cultura institucional democrática na UFGD. *In*: FARIAS, D. D. (org.). **UFGD EM MEMÓRIAS: gestão democrática e excelência acadêmica (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2022, p. 95-128.
- ABREU, S. de. Uma vida entre Memórias e um Memorial. *In*: ALMEIDA, R. A.; CALIXTO, M. J. S. (org.). **Os caminhos do viver e do fazer Geografia no estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2021. (p. 108-16). Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4178>. Acesso em: 18 maio 2023.
- ABREU, S. de. Território Etnoeducacional Cone Sul e Educação Diferenciada Indígena: Interculturalidade e Resistência. *In*: **Revista GeoUERJ**, n. 37. Rio de Janeiro: UERJ, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/issue/view/2390/showToc>. Acesso em: 18 maio 2023.
- ABREU, S. de. O PIBID de Geografia da UFGD: abordagens e formação científica e cultural: formando conhecimento, formando sujeitos?! *In*: MOURA, N. S. P. *et al.* (org.). **Pibid na UFGD: reflexões acerca da gestão 2014-2018**. v. 1. Jundiá: Paco Editorial, 2018, p. 133-154.
- ABREU, S. de; SOUZA, A. O. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do Curso de Geografia/UFGD: linguagens, prática e formação de professores. *In*: **Revista GeoUERJ**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 543-565, 2016.
- ABREU, S. de. (A). “Geografia dos Territórios Etnoeducacionais no Brasil e no Mato Grosso do Sul” *In*: VINHA, M. (org.). **Educação Escolar Guarani e Kaiowá: Território Etnoeducacional Cone Sul**. Maringá: Gráfica Regente, 2016, v. 1, p. 21-27.
- ABREU, S. de. Universidade Federal da Grande Dourados. **Plano de desenvolvimento institucional (2013-2017)**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- ABREU, S. de. **Planejamento Governamental: a SUDECO no Espaço Mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições**. Edição atualizada e ampliada. Dourados, MS: Editora UFGD, 2014. Disponível em: <http://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/view/239/124/403-1> Acesso em: 18 maio 2023.
- ABREU, S. de. O estágio supervisionado na formação do professor de geografia: diálogos ininterruptos. *In*: ALBUQUERQUE, M. A. M. e FERREIRA, J. A. S. (org.). **Formação, pesquisas e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. 1. ed. João Pessoa: Mídia, 2013, v. 1, p. 84-104.
- ABREU, S. de. Formação do professor de Geografia: construindo conhecimento, consolidando práticas. Aspectos da relação ensino-aprendizagem. *In*: ANDRES, J.; FRANCISCHETT, M. N.; AGUIAR, W. G. (org.). **Ensino de Geografia: abordagens sobre representações geocartográficas e formação de professor**. 1. ed. Cascavel: Edunioste, 2012, v. 1, p. 11-48.
- ABREU, S. de. Mato Grosso do Sul – aspectos contraditórios das políticas públicas de desenvolvimento: novas/velhas práticas. *In*: LAMOSO, L. P. (org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Dourados: Edufgd, 2008, v. 1, p. 117-134.
- ABREU, S. de. Racionalização e ideologia: o domínio do capital no espaço mato-grossense. *In*: **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, v. 2, n. 21, p. 169-181, 2004.
- ABREU, S. de. (B). Formação e estrutura curricular: pela superação de uma lógica. *In*: **Revista Geografares**. Vitória (ES), v. 1, p. 127-132, 2003.

ABREU, S. de. (C). A disciplina de Geografia no contexto do projeto de formação de professores-indios Guarani/Kaiowa “Ara Vera”: uma experiência. *In: Contribuições Científicas V ENEGE*. Presidente Prudente (SP), 2003.

ABREU, S. de. O papel da SUDECO no processo de racionalização do espaço mato-grossense: planejamento e integração nacional. *In: Moretti, E. C.; CALIXTO, M. J. S. (org.). Geografia e produção regional: sociedade e ambiente*. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003, v. 1, p. 177-214.

ABREU, S. de. Ocupação, racionalização e consolidação do Centro-Oeste brasileiro: o espaço mato-grossense e a integração nacional. *In: MARIN, J. R.; VASCONELOS, C. A. (org.). História, Região e Identidades*. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2002, v. 1, p. 263-290.

ABREU, S. de. **Planejamento Governamental: a SUDECO no Espaço Mato-grossense**. Contexto, propósitos e contradições. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. doi:10.11606/T.8.2001.tde-28022002-232232. Acesso em: 18 nov. 2023.

ABREU, S. de. Geografia: uma disciplina do currículo escolar que trata das questões do homem e da natureza. *In: Revista de Geografia*. Campo Grande, UFMS/AGB, n. 5, 1997.

ABREU, S. de. Formação, discurso e prática: uma análise do professor de geografia. *In: Revista de Geografia*, Dourados-MS: AGB/Seção Dourados. Ano 1, n. 2, 1996.

ABREU, S. de. A noção de espaço e sociedade desenvolvida pelo professor de geografia de primeiro grau – teoria e prática. *In: Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente: AGB, 1994, p. 230-235.

ABREU, S. de. **Uma análise da noção de espaço e sociedade do professor de Geografia do 1º grau: formação, discurso e prática**. Campo Grande, 1993. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1993.

ADAS, M. **Geografia Geral: Quadro Político e econômico do mundo atual**. 8ª série – 1º Grau. São Paulo: Moderna, 1979.

ALMEIDA, R. A. e CALIXTO, M. J. S. (org.). **Os caminhos do viver e do fazer Geografia no estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2021. (p. 108-161) Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4178>.

AMIN, S. e VERGAPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

CODO, W. **O que é alienação**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

FARIAS, D. D. (org.). **UFGD em memórias: gestão democrática e excelência acadêmica (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2022.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LACOSTE, Y. **A geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. 1. ed. São Paulo: Papirus, 1988.

- LEITE, U. B.; ABREU, S. de; JUNQUEIRA, L. O. A política nacional de desenvolvimento regional “sob outros olhares”. In: STEINBERG, M. (org.). **Território, agentes-atores e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2017.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MOURA, N. S. P. *et al.* (org.). **Pibid na UFGD: relatos de experiências pedagógicas (2014-2018)**, v. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 347-363.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 2. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1987.
- MOREIRA, R. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).
- PORTELA, F.; ANDRADE, J. C. de. **Secas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1987.
- PORTELA, F.; OLIVEIRA, A. U. **A Amazônia**. São Paulo: Ática, 1987.
- PORTELA, F.; VESENTINI, J. W. **Êxodo Rural e Urbanização**. São Paulo: Ática, 1988.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
- RODRIGUES, A. M. Contribuição da AGB para a construção da Geografia Brasileira. Uma outra Geografia é sempre possível. In: **Terra Livre**, n. 22, v. 1. São Paulo: AGB, jan-jun/2004.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia: geografia e ideologia**. Petrópolis RJ: Vozes, 1978.

UMA TRAJETÓRIA EM ANDAMENTO

Paulo Roberto Cimó Queiroz

O presente capítulo tem como base o memorial que apresentei em 2016 à banca examinadora de minha candidatura ao cargo de professor titular da FCH/UFGD. Além de proceder, agora, a ajustes pontuais no texto original, estendi o relato até os dias atuais (junho de 2023).

O texto divide-se em duas partes. Na primeira, apresento resumidamente minha formação e trajetória profissional e acadêmica, abrangendo quatro períodos: anterior ao ingresso na carreira do magistério superior (ocorrido em 1985); entre o ingresso na carreira e a conclusão do doutorado (1999); entre o doutorado e a aposentadoria (2017); posterior a 2017. Para esses relatos, já na elaboração do memorial eu havia aproveitado, com algumas modificações, partes de uma entrevista concedida em 2015, via correio eletrônico, ao Grupo PET-História Conexões de Saberes, do campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Agora, decidi acrescentar ao relato de minha formação certos registros que podem ter algum valor histórico, a saber, lembranças que tenho da Dourados dos anos 1960 e 1970, relacionadas especificamente ao mundo dos livros e da leitura; para tanto, aproveitei partes de um texto que escrevi, em fins de 2016, para um periódico douradense.

Na segunda parte apresento, também resumidamente, minha atuação especificamente acadêmica, abrangendo seis tópicos: atuação na graduação; produção intelectual; atuação na pós-graduação; atuação em associações científicas; Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD; considerações diversas. Noto, a propósito, que as atividades acadêmicas aqui relatadas estão detalhadamente registradas em meu currículo Lattes, disponível na internet.

Resumo da trajetória educacional, profissional e acadêmica

Trajétória anterior ao ingresso no magistério superior (1985)

Nasci em Bauru, estado de São Paulo, em 7 de agosto de 1957. Meu pai, Sebastião, era mecânico de automóveis e minha mãe, Francisca, antes de se casar, trabalhava como telefonista na vizinha cidade de Lençóis Paulista. Sebastião (batizado como Alfredo), nasceu em 1928 na Fazenda Piatã, no município de Agudos, mas a família se mudou para Bauru quando ele ainda

era pequeno. Meu avô paterno, entre outras coisas, foi carroceiro, e eu cheguei a conhecer sua égua Londrina. Antes de se tornar mecânico, meu pai trabalhou em muitas coisas, até como lavador de carros. Francisca nasceu em 1930 no pequeno povoado de Alfredo Guedes, próximo a Lençóis Paulista. Seu pai era um imigrante italiano chamado Paulo Cimó, que chegou ao Brasil ainda criança, na década de 1890, e havia estabelecido naquele povoado um pequeno armazém. Tendo ido à falência devido à crise de 1929, passou a ganhar a vida como sapateiro. A família se mudou mais tarde para Lençóis Paulista, onde minha mãe aprendeu e passou a exercer o ofício de telefonista, além de ajudar sua mãe no trabalho de costureira. Meu pai e minha mãe se conheceram em 1951, durante uma temporada em que ele trabalhou como mecânico em Lençóis, e se casaram em 1956. No entanto, o pai acalentava o plano de vir para Mato Grosso. Ele já tinha sua própria oficina em Bauru, em sociedade com um cunhado, mas não estava satisfeito. Assim, no primeiro semestre de 1962 ele veio para Dourados com suas máquinas e ferramentas e deu início ao novo estabelecimento; o restante da família reuniu-se a ele em outubro do mesmo ano.²⁴

Tendo chegado a Dourados com pouco mais de cinco anos de idade, aqui se deu toda a minha formação educacional básica. O mundo dos livros e da leitura me foi apresentado muito cedo, pois minha mãe, embora tivesse estudado ‘só até a quarta série’, como se dizia na época, costumava ler revistas de fotonovelas, então muito populares, e sempre mencionava também filmes a que havia assistido e romances que havia lido quando era mais jovem. Nesse ambiente, eu estava tão apressado para aprender a ler que, ainda em 1963, a mãe me comprou um caderno e uns lápis e me levou a uma escola pequena e aparentemente improvisada, de apenas uma sala de aula, que existia na então rua Rio Grande do Sul (atual Weimar Torres), lado norte, quase esquina com a atual rua Gaspar Alencar Castro.²⁵ Ali fiquei, contudo, apenas um dia... Lembro-me de me haver sentido sozinho e, ademais, intimidado pela presença de crianças muito mais velhas. Assim, minha vida escolar começou efetivamente apenas no ano seguinte.

Fiz os dois primeiros anos do primário, em 1964 e 1965, no período vespertino, em uma pequena escola pública chamada Escola Estadual Santa Luzia, também de apenas uma sala de aula. Lembro-me de que, nos primeiros dias ou semanas, as aulas ocorreram em uma tosca garagem, na casa da professora Nadir Pires Fonseca (que foi quem me alfabetizou); depois nos

²⁴ Em termos de conforto material, nossa situação de família da classe trabalhadora não era lá muito lisonjeira: moramos em casas sem forro e, até 1972 ou 1973, sem energia elétrica nem água encanada.

²⁵ Segundo minhas vagas lembranças, tratava-se de uma construção de pau-a-pique.

mudamos para as instalações do chamado ‘Hospital Velho’, em Dourados (prédio que existe ainda hoje, na esquina das ruas Duque de Caxias e Oliveira Marques).

Uma vez aprendido o bê-á-bá, passei a ler tudo o que me caía às mãos. Nessa época ganhei meu primeiro livro²⁶, mas eu lia especialmente revistas de histórias em quadrinhos. Na verdade, antes mesmo de aprender a ler, já ficava ‘olhando as figuras’ das revistas do Pimentinha, com aquele colorido exuberante; depois continuei lendo as revistas do Bolinha e principalmente as de Walt Disney. Lembro-me de que, interessado nas revistinhas de Disney, fiquei sabendo onde é que funcionava, em Dourados, a distribuidora dessas revistas: naquele predinho de 4 andares que existe até hoje, na avenida Marcelino Pires, lado sul, entre as atuais ruas João Rosa Goes e Firmino Vieira de Matos (mas ninguém da família se dispôs a ir lá tentar conseguir algumas revistas para mim; o dinheiro era curto, e comprar revistas não era prioridade...). Li também muitos gibis do Tarzan, do Super-Homem e do Batman, e, na falta de outra coisa, lia até as fotonovelas da mãe...

A 3ª e a 4ª séries cursei, em 1966 e 1967, no período matutino, no Patronato de Menores (depois chamado Educandário Santo Antônio), mantido pelas irmãs franciscanas ao lado da catedral. Em seguida fiz o exame de admissão ao então chamado ‘ginásio’ (acho que foi o último ano em que houve esse exame) e, aprovado, comecei a estudar no Colégio Estadual Presidente Vargas, no período vespertino.

O ano de 1968, em que cursei a então 1ª série ginasial, foi também aquele em que se manifestou meu gosto pela História. No primário, cada turma tinha apenas um professor ou professora para todas as matérias. No ginásio começava-se a ter professores diferentes, e naquela 1ª série tive a sorte de encontrar a Prof.^a Irene Nogueira Rasslan. Com seu estilo animado e dinâmico, ela conseguia tornar interessante o estudo da História, a despeito de os livros didáticos seguirem sempre aquele padrão convencional, focado na história política, nos ‘grandes’ personagens e eventos e assim por diante; na falta de verdadeiros mapas, ela desenhava croquis a giz, no quadro-negro, no início de cada aula, mostrando a Europa e a América (indicando, assim, a importância do uso de mapas no estudo de História).

Eu me lembro perfeitamente de haver ficado entusiasmado já no primeiro dia de aula, quando a Prof.^a Irene nos explicou o começo da história de Portugal. Ela falou da presença dos romanos e da fundação do *Portus Cale*, de onde acabou saindo o nome do país. ‘Tudo tem uma

²⁶ Era um pequeno livro intitulado *Filhotes de animais*, publicado pela editora Melhoramentos (Col. Recreio Infantil), presente de minha tia Marilene, irmã mais nova de meu pai.

história’, acho que foi isso que compreendi naquele momento; de repente, como se tivesse levado uma pancada, adquiri a consciência da historicidade. Lembro-me de que ao chegar em casa, de volta da escola, eu queria contar para todo mundo o que tinha aprendido. Fui contar até para o meu pai, com quem não tinha lá muita conversa; nós morávamos nos fundos da oficina, sob o telhado do mesmo barracão (quase no final da rua então chamada Santa Catarina, atual Onofre Pereira de Matos), e o pai, embora estivesse trabalhando em um caminhão, teve a bondade de me ouvir contar como o *Portus Cale* se transformou em Portugal...²⁷

Na Dourados dos anos 60 e começo dos 70 não havia, propriamente, livrarias. Assim, meu acesso ao mundo das letras dependeu de outros ‘intermediários’, por assim dizer.

Um deles foram nossos vizinhos. Por volta de 1967 ou 1968, o vizinho dos fundos, sr. Meirelles (que era ou havia sido vereador em Dourados), nos deu um lote de edições antigas, dos anos 1950 e 1960 e acho que até dos 1940, da revista *Seleções do Reader's Digest*, em troca de uma limpeza que minha irmã e eu fizemos no forro de sua casa; essas revistas me garantiram material para leitura durante muitos anos, e foi lá que vim a conhecer, por exemplo, Thor Heyerdahl e sua Expedição Kon-Tiki. Os vizinhos do lado, por sua vez (Alice e Mitsuaki Toko, do Posto de Molas Dourados), nos davam seus exemplares atrasados das revistas de variedades da época, especialmente *Manchete* e *Fatos e Fotos*. Essas revistas serviam, em primeiro lugar, como fonte de recortes para trabalhos escolares, mas eu aproveitava e lia o que me parecesse interessante (e também me divertia com os jogos de palavras cruzadas, depois que minha mãe me ensinou como resolvê-los).

Houve também em Dourados, em algum momento entre o final dos 60 e o início dos 70, um acontecimento, para mim, excepcional: uma feira de livros. Não me lembro dos detalhes, mas me parece que em um domingo de manhã, voltando da missa com minha irmã (morando na então rua Santa Catarina, íamos às missas na catedral), nos deparamos com essa feira no interior de uma loja em algum lugar da avenida Marcelino Pires, lado sul, creio que entre as atuais ruas Néelson de Araújo e Hayel Bon Faker. O acervo à venda devia ser, imagino, a ponta de estoque de uma livraria de alguma grande cidade. Não me lembro se precisei ir buscar

²⁷ Considero-me feliz porque, muitos anos depois, acabei me tornando colega da Prof.^a Irene, por um breve período, na virada da década de 1980 para a de 1990. Nessa época, após transferir-me da UFMS/Aquidauana (Ceua) para a UFMS/Dourados (Ceud), fiquei no mesmo gabinete, não com uma, aliás, mas com duas ex-professoras: a Prof.^a Irene, que logo se aposentou, e a Prof.^a Marina Wenceslau, que também havia sido minha professora no ginásio (não de História, mas de Desenho). E mais feliz ainda porque, anos depois, num encontro na universidade (acho que ainda no antigo Ceud), tive a oportunidade de contar à própria Prof.^a Irene o episódio daquele primeiro dia de aula em 1968, e ficamos ambos emocionados...

dinheiro em casa, mas o fato é que saí da feira com dois livros da Coleção Jabuti, da editora Saraiva: *A ilha do tesouro*, de Robert Louis Stevenson, e *O amigo Fritz*, de Erckmann-Chatrian.

Outros ‘intermediários’ notáveis eram, nessa época, os vendedores ambulantes de livros, os Correios e as bancas de jornais. Em 1968, depois de eu haver entrado no ginásio, meu pai comprou, de um daqueles vendedores, uma coleção da *Enciclopédia Ilustrada Trópico*, em 10 volumes, os quais li praticamente inteiros ao longo dos anos seguintes (eu os conservo comigo até hoje, ainda com as páginas manchadas com a cor da poeira douradense, que caía durante a leitura e se misturava, nas tardes quentes, ao suor dos dedos que seguravam as páginas...). Foi também de livreiros ambulantes que meu pai comprou outras coleções que me asseguraram amplo material para leitura, como a enciclopédia *Egéria*, em três volumes maravilhosamente ilustrados (*O mar*, *A terra* e *A ciência*), e o *Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos*, em cinco volumes.²⁸

Pelos Correios era possível manter correspondência com outros leitores das revistas de Walt Disney, pois nestas se publicavam os endereços de pessoas interessadas em trocar exemplares; eu me correspondi, por exemplo, com um leitor da cidade do Rio de Janeiro. Também pelos Correios, já no começo dos 70, associei-me a uma espécie de ‘clube do livro’, mantido pela editora Ediouro. A editora enviava aos sócios, a intervalos regulares (acho que a cada três meses), exemplares de obras literárias que eles mesmos escolhiam, em formato de bolso, pertencentes ao que eles chamavam Coleção Calouro. Não me lembro com exatidão, mas provavelmente os pagamentos eram feitos à editora também pelos Correios, por meio do chamado ‘reembolso postal’. As obras enviadas não eram, em geral, as originais, mas, sim, versões ‘recontadas’, isto é, resumidas, embora esses ‘recontadores’ fossem, quase sempre, bons escritores brasileiros (como, por exemplo, Carlos Heitor Cony); enfim, por esse meio ‘li’, entre outros autores, Alphonse Daudet e até mesmo Franz Kafka.

As bancas de jornais, por sua vez, eram interessantes porque ali se podia entrar em contato direto com os impressos. Minha banca preferida era a que ficava em frente ao então Bar Douradense, na avenida Marcelino Pires, lado sul, esquina com a atual rua Hilda Bergo Duarte (bar que, aliás, funcionava nessa época como a estação rodoviária da cidade). Como estudava no Presidente Vargas, essa banca ficava no meu caminho para casa. Assim, entre 1968 e 1971, quando estudei à tarde, eu costumava sempre ‘dar uma passadinha’ por lá na volta das

²⁸ Essas aquisições contaram já com minha ‘assessoria’, pois eu era chamado ao barracão da oficina para opinar, quando aparecia lá um vendedor de livros.

aulas; depois, quando passei a estudar à noite, ia até a banca durante o dia, enquanto desempenhava, de bicicleta, meu trabalho de *office boy*.

Foi por meio dessa banca – mais especificamente, por meio das capas dos periódicos ali expostos, como jornais e a revista *Veja* – que fiquei sabendo, por exemplo, alguma coisa dos movimentos estudantis de 1968.²⁹ Comprar, mesmo, nessa época, eu comprava apenas as revistas de Walt Disney, porque o dinheiro era sempre escasso. Mais tarde, depois que comecei a ganhar meu próprio (pequeno) salário, a partir de 1972, passei a diversificar as compras, adquirindo ocasionalmente exemplares das revistas *Realidade* (atraído por reportagens sobre temas de história e arqueologia) e *Seleções do Reader's Digest*. Naquela banca do Bar Douradense, contudo, minha aquisição mais preciosa foi a magnífica coleção *Mitologia*, lançada pela Abril Cultural em fascículos, se não me engano, quinzenais (ao final de cada volume, compravam-se também as capas duras). A coleção teria três volumes, mas só consegui completar dois (parece-me que, por falta de compradores, a banca deixou de receber os fascículos). Comprei e li também um grande *best seller* da época: *Eram os deuses astronautas?*, de Erich von Däniken, obra que praticamente liquidou minha fé religiosa... (só muito tempo depois fui entender o caráter pseudocientífico das alegações do autor).

Finalmente, o ‘intermediário’ que mais me marcou: a Biblioteca Municipal Vicente de Carvalho, situada na praça então chamada Mário Corrêa (atual Praça Antônio Alves Duarte). Essa biblioteca – de cujo acervo li, entre outras coisas, as obras completas de Júlio Verne e a coleção inteira das histórias das *Mil e uma noites* – é uma das lembranças mais agradáveis que tenho dos anos de 1972 a 1974, os últimos que passei em Dourados antes de seguir para a faculdade. Lembro-me de minha alegria quando, de manhã, geralmente uma vez por semana, estacionava ali a bicicleta Philips de meu pai, para devolver um livro lido e escolher o próximo. Era muito agradável ver a praça limpa e bem cuidada, com suas árvores, flores e gramados, e lá no alto o gracioso edifício circular da biblioteca, com suas estantes cheias de livros (aos quais o leitor tinha pleno acesso) e seu salão de leitura esplendidamente iluminado...³⁰

Nessa época viviam-se, no Brasil, os ‘anos de chumbo’, mas eu não sabia quase nada disso. Meu tempo de ginásio, anos pesados para o país, foram anos gloriosos para mim, que estudava bastante, lia bastante e vivia despreocupado; tive muitos bons professores e

²⁹ Obtive também algumas informações a esse respeito por meio das revistas que nos eram repassadas pela vizinha Alice Toko.

³⁰ Foi, portanto, com profundo desgosto que testemunhei, posteriormente, o vergonhoso abandono tanto do prédio quanto do acervo da Biblioteca Municipal, para não falar da praça inteira...

professoras no Presidente Vargas, e pude aprender muito de História, Geografia, Inglês, Português, Ciências e até Francês (idioma que minha turma cursou em 1970 e 1971).

Terminado o ginásio, eu queria fazer o Clássico, porque tinha ouvido dizer que essa modalidade de ensino médio era focada no que hoje chamaríamos ‘humanidades’ (História, Literatura, coisas assim). Dizia-se também que o Científico era muito difícil, e eu tinha certo medo de fracassar, especialmente no enfrentamento com a Matemática e a Física... Mas o Clássico parece que estava em ‘extinção’ e, pelo que me lembro, era oferecido apenas no Colégio Osvaldo Cruz, que era particular, ou seja, pago.... Assim, acabei fazendo mesmo o Científico, também no Presidente Vargas – só que agora à noite, porque, tendo completado 14 anos em agosto de 1971, comecei a trabalhar em janeiro de 1972 (trabalhava na própria Auto Mecânica Irmãos Queiroz, de meu pai e meu tio Deodato, fazendo cobranças e pagamentos, comprando peças, cuidando das anotações dos serviços executados e lavando peças e ferramentas).

No Científico, acho que o que mais me marcou foram as aulas de Português da Prof.^a Filomena, ao longo dos três anos do curso. Com ela, vimos um programa completo de língua e literatura, tendo como base a coleção *Língua Portuguesa*, de Válder Wey. No segundo ano estudamos o segundo volume da obra, que tratava de Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa, e no ano seguinte vimos o terceiro volume, dedicado à Literatura Brasileira.

Aproximando-se o final do Científico, em 1974, como eu havia sido sempre um excelente aluno, meus pais me estimularam a fazer um curso superior – e teria que ser, claro, um curso que me tornasse um profissional liberal. Um curso de licenciatura não chegou sequer a ser cogitado... Por exclusão, acabei optando por Engenharia Civil (já que não me interessava por nada ligado à área da saúde e a profissão de advogado era muito malvista em meu meio social daquela época). Fiz o vestibular no início de 1975, na então Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), em Campo Grande, e, mesmo sem ter feito cursinho, fui aprovado – graças, na verdade, aos acertos nas provas de Conhecimentos Gerais (História e Geografia), Português e Inglês.

Abro aqui um parêntese para comentar esse ponto: numa prova para um curso de uma área técnica, o que mais me valeu foram os conhecimentos na área das Humanidades, aí incluído o manejo do vernáculo e do inglês. Felizmente, sempre tive uma certa facilidade com idiomas. Lembro-me de que em 1968, meu primeiro ano de inglês, com a Prof.^a Vilma Pizzini, tirei nota 10 em todos os meses. O mesmo ocorreu em 1970, meu primeiro ano de francês, com o Prof. Cadoná – o que me rendeu, inclusive, um elogio público do professor, sob a forma de um

pequeno cartaz colado na parede envidraçada do saguão de entrada do colégio.³¹ Já com relação ao espanhol, nunca tive um aprendizado escolar. O idioma me foi oficialmente apresentado em 1975 por José Manfredo Roca Chaar, boliviano, estudante de Veterinária que foi meu amigo e colega de repúblicas em Campo Grande (o Manfredo, aliás, era também um bom músico, e com ele aprendi a arranhar um pouco de violão...). Esse colega me emprestou um livro em espanhol e esclareceu as dúvidas que lhe apresentei ao longo da leitura. Desde então, eu conseguia ler, com fluência, textos nessa língua.³²

Em Campo Grande, no curso de Engenharia Civil, encontrei um ambiente totalmente novo para mim. Ali teve lugar, por exemplo, meu primeiro contato com o mundo da informática (assunto que me parece especialmente interessante porque, assim como toda a minha geração, peguei em cheio a transição do mundo analógico para o digital). Esse contato ocorreu já em 1975, na disciplina Introdução à Ciência da Computação (ICC), onde aprendemos os conceitos e informações básicas da área: sistema binário, algoritmos, linguagens de máquina e assim por diante. O mais importante, contudo, é que a disciplina incluía também uma parte prática. Aprendemos a manejar a linguagem *Basic* e nela escrevemos programas simples, com um pequeno número de linhas. As(Os) alunas(os) de ICC tínhamos à nossa disposição um computador IBM 1130, que tinha mais ou menos o tamanho de uma máquina de lavar roupa (talvez um pouco mais alto) e havia sido cedido pelo CPD (Centro de Processamento de Dados) que havia na UEMT (como a universidade era estadual, esse centro processava as contas dos usuários da Telemat, a empresa de telefonia do estado, e imagino que prestasse serviços também a outros órgãos do governo de Mato Grosso). A comunicação com o computador era feita não diretamente por um teclado, mas sim por meio de cartões perfurados. Havia um teclado que usávamos para perfurar os cartões (sendo um cartão para cada linha de programação). Depois, em rigorosa ordem, seguindo a sequência das linhas do programa, a pilha de cartões era inserida no computador, que lia as informações e as repassava à impressora (na verdade, um *plotter*). Lembro-me de haver escrito o clássico programa dos iniciantes, pelo qual se imprimia a imagem de uma árvore de Natal delineada com asteriscos...

³¹ Eu iria aperfeiçoar um pouco meu francês na Unesp/Assis, em 1988, em um curso instrumental ministrado por professoras da faculdade. Já em 1994, como preparação para o exame de línguas no doutorado, aperfeiçoei também o inglês, em outro curso instrumental, esse ministrado pela Prof.^a Nadir, do Ceud.

³² Já no doutorado, no segundo semestre de 1995, tive um colega mexicano, que ficou alojado durante um tempo no mesmo apartamento que eu, em Pinheiros: o Jaime Alcántara, estagiário de pós-doutorado em Física que não gostava de falar português. Assim, para poder conversar com ele, fui obrigado a perder minha vergonha de falar espanhol... E em 1998, visando preparar-me melhor para uma viagem à Espanha, tomei algumas aulas de conversação com uma professora paraguaia que residia em Dourados, a Prof.^a Nídia.

Mas o ambiente era novo também no concernente a atividades extracurriculares. Já no primeiro semestre, em 1975, um colega de turma, Gilberto Lopes Siqueira, muito dinâmico e criativo, organizou um grupo de engenheirandos e fomos, de trem, aproveitando o então feriado de 13 de junho (Retomada de Corumbá), conhecer as minas do Urucum. Foi uma epopeia, com barracas para acampar no morro, tralhas para fazer comida e tudo – e é claro que passamos fome e frio, tendo acampado a meia altura do morro. Já na cidade de Corumbá, extenuados e quase sem dinheiro, liderados pelo Gilberto e o Robinson (cujo pai era tenente-coronel em Campo Grande), fomos pedir um ‘pouso’, vejam só, ao Exército.... e, como éramos (ainda) insuspeitos de ‘subversão’, acabamos passando uma noite grátis como hóspedes do ‘xadrez’ do quartel, que estava desocupado...

Nesse primeiro ano de faculdade, foi muito marcante para mim a influência do nosso professor de EPB (Estudo de Problemas Brasileiros), o sociólogo José Afonso Chaves. Embora essa disciplina tenha sido geralmente considerada um espaço de ‘doutrinação’ pró-militares, não foi sempre isso o que ocorreu. O Prof. Chaves soube levar-nos a um posicionamento crítico, ensinando-nos a não aceitar nem confiar em tudo o que dizia o governo. Minha maneira de pensar e de encarar o mundo mudou totalmente depois de haver cursado essa disciplina. Destaco o dia em que o Prof. Chaves pediu que cada um escrevesse o que entendia por ‘desenvolvimento’. Eu, com 17 anos, discorri (e imagino que assim também muitos outros alunos e alunas) sobre avanços tecnológicos, grandes obras, crescimento econômico e coisas assim. Depois de dar uma lida no que havíamos escrito, o Prof. Chaves começou a nos questionar: e as pessoas, onde ficam? O desenvolvimento é algo apenas técnico, que não tem nada a ver com o social? O que significa, realmente, o desenvolvimento econômico, se ele não se reflete em melhoras da condição social das pessoas? E por aí foi. Lembro-me de haver ficado envergonhado de minha visão estreita e limitada... Mas aprendi a lição...

Em 1976, o mesmo Gilberto Siqueira liderou outro grupo para promover em Campo Grande um show com o Toquinho e a Simone, e – ainda na condição de engenheirandos – saímos percorrendo as empreiteiras (sempre elas...) pedindo colaboração financeira em forma de passagens de avião e pagamento de hospedagem para o pessoal do show – que aconteceu no ginásio da União Campo-Grandense de Estudantes (UCE) e foi um grande sucesso. Finalmente, já em 1977, acabei entrando para um grupo que visava criar um cineclubes na UEMT. Um dos membros desse grupo (Paulo César Barbosa, estudante do último ou dos últimos semestres de Engenharia) pertencia, como soube depois, ao clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB), e através dele comecei a participar de um grupo de estudos de materialismo dialético e, logo, de

um outro que estudava o livro *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior. Nessa época já lia também, ocasionalmente, o jornal *Opinião*, que, embora crítico do regime, era vendido nas bancas.

Com isso, enfim, naquele primeiro semestre de 1977, em plena época do ‘pacote de abril’, eu já estava no movimento estudantil. No curso de Engenharia, o grupo conseguiu apoio do Diretório Acadêmico para criar um jornalzinho, que – por sugestão, pelo que me lembro, do Gilberto – foi denominado *Pizão*. E chegamos, de fato, a publicar algumas edições desse periódico, cujo nome – oficialmente... – fazia referência ao famoso número descoberto pelos gregos.

Em junho de 1977, a aventura foi maior: nosso grupo, já com apoio do PCB (apoio que intuíamos, mas não era explicitado), decidiu enviar representantes ao Encontro Nacional de Estudantes que estava sendo convocado para Belo Horizonte, com o objetivo de refundar a UNE (União Nacional de Estudantes). Fomos escolhidos: Rita de Cássia de Souza, estudante de Engenharia; Flávio Teixeira, meu amigo e colega de pensionato, estudante de Veterinária e namorado da Rita; Celso Pereira da Silva, estudante de Direito, e eu. A viagem seria toda de ônibus, via São Paulo. Todavia, o evento foi declarado ilegal pela ditadura, que prometeu reprimir a tentativa de realizá-lo. Assim, para evitar sermos presos pelo caminho, traçamos uma estratégia: nos banheiros da rodoviária de São Paulo nos ‘disfarçamos’, ou seja, nos despimos de nossos *jeans* e outros apetrechos típicos dos jovens da época e vestimos roupas ‘sociais’; a Rita até se maquiou... Com isso, conseguimos passar por várias barreiras do Exército e da Polícia Federal, ao longo da estrada, e de fato chegamos à capital mineira, onde nos hospedamos na casa de Patrocínio Magno Portocarrero (estudante de Odontologia que tinha conexões em Campo Grande). No dia seguinte tratamos de nos dirigir à PUC-MG, local do evento. Como o grupo era grande, precisamos de dois táxis – e posso dizer que, nesse episódio, a prática da gentileza me salvou. O fato é que fiquei por último, esperando um segundo táxi, juntamente com o Magno, enquanto o primeiro grupo seguiu. Pois bem, o primeiro táxi, lotado de estudantes (já sem ‘disfarce’), estava dando muito na vista e não passou pela barreira montada em frente à PUC: foram todos presos. Já no segundo táxi tínhamos duas vantagens: menos passageiros, sendo que um deles conhecia bem a cidade. Quando avistou a barreira, de longe, o Magno me orientou a abaixar-me no banco de trás e disse ao motorista: “não para não, segue em frente”. E assim escapamos.

Bom, com tudo isso, quando me dei conta, já era membro do velho *Partidão*, tendo sido ‘recrutado’ formalmente, no início de 1978, por Mário Sérgio Maciel Lorenzetto (que eu havia

conhecido ainda como estudante de Bioquímica na UEMT, no grupo de estudos de dialética). Nesse meio tempo, eu já tinha começado a achar que estava no curso errado. Estava muito entusiasmado com o movimento, estava descobrindo a política, lendo filosofia e o jornal *Versus*, e foi por isso que decidi cursar História – no caso, na FUCMT (Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso), antecessora da atual UCDB (Universidade Católica D. Bosco). Na época, era um curso de três anos, com aulas à noite e aos sábados à tarde. Fiz o vestibular e comecei o curso em 1978.

Durante todo o tempo em que estive no curso de História da FUCMT, participei do movimento estudantil, chegando até a presidente do Diretório Acadêmico Félix Zavattaro (Dafez), na gestão 1979-1980. Juntamente com outros diretórios acadêmicos, organizamos eventos memoráveis, a título de Recepção Cultural ao Calouro (um conceito que nos foi passado por Fausto Matto Grosso, dirigente do PCB, professor demitido do curso de Engenharia da UEMT em 1974 por razões políticas). Em junho de 1979 participei, como ouvinte, da 1ª Semana de História da Unesp/Franca, meu primeiro evento acadêmico; foi uma agradável experiência, e, como meus recursos eram poucos, fui hospedado em Franca pelos tios da então colega Marisa Bittar. Ainda em 1979 tive oportunidade de colocar em prática o que havia aprendido em Franca, no concernente à organização de eventos acadêmicos: ajudei a promover o *I Ciclo de Debates sobre Estudos Sociais: a Economia na História e Geografia*, realizado pelo Dafez em outubro e novembro de 1979.

Nessa mesma época, passei a fazer parte da comissão dirigente local do PCB (que atuava, na prática, como uma comissão estadual). Nessa condição, participei intensamente da organização do esperado VII Congresso do Partido, realizado em 1982. Também nessa época, três militantes – Carmelino Rezende, Ricardo Bacha e eu – fomos designados pelo partido para criar o Centro de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (CEPES), que foi fundado, creio que em 1980, sob a forma de uma sociedade civil, registrada em cartório. Pelos anos seguintes, até o início de 1985, fui o principal responsável pelo Centro, situado à rua Rui Barbosa, nº 2.749, nos fundos da Livraria Guató (aliás pertencente a outro membro do partido, meu amigo Manoel Sebastião da Costa Lima). A ideia era ter um espaço legal para promover palestras, cursos e outros eventos relacionados à política do partido, mas dirigidos a um público mais amplo. Chegamos a realizar um rápido curso de História do Brasil com ninguém menos que Edgard Carone, trazido a Campo Grande pelo advogado e membro do partido Ricardo Brandão.

Exceto pelo ano de 1980, quando fui um ‘profissional’ do partido, eu levava as atividades políticas em paralelo àquelas destinadas a prover minha subsistência (e, a partir de fins de 1981,

a subsistência da família). Trabalhei, por cerca de três anos, como desenhista técnico autônomo (ofício que aprendi ainda em 1975, mas não no curso de Engenharia e sim com meu amigo Takeshi Kumagai, que eu conhecia de Dourados); desde 1976 possuía meus próprios instrumentos (prancheta, réguas, canetas etc.) e trabalhava ‘em casa’, isto é, nas várias repúblicas e pensões onde morei. Em 1978 trabalhei também no escritório do engenheiro Nilson Theodoro de Faria (membro do partido, embora na época eu ignorasse esse fato) e, no segundo semestre de 1979, no IBGE, desenhando mapas que seriam usados no Censo de 1980. Também em 1979 (durante o primeiro semestre) tive minha primeira experiência como professor, lecionando História no Curso Objetivo Dom Bosco (meu primeiro emprego com carteira assinada).

Em 1980, buscando uma ocupação mais estável, prestei concurso para o Tribunal de Justiça, que ainda estava em fase de organização no estado. O cargo para o qual fui aprovado era Auxiliar de Biblioteca, mas o Prof. Hildebrando Campestrini, que havia sido meu professor de Língua Portuguesa no primeiro ano de FUCMT e conhecia, portanto, minha habilidade com o idioma, desde logo ‘requisitou-me’ para o setor que ele próprio dirigia no Tribunal, encarregado das publicações e concursos, e no qual efetivamente trabalhei desde meu ingresso, em fins de 1980. Foi um período em que aprendi bastante de gramática e redação.

No início de 1982, por indicação de meu amigo e camarada Amarílio Ferreira Júnior, retomei também minha carreira de professor, agora no cursinho Anglo Mace; como professor de História Geral, eu não tinha muitas aulas, e os horários (de manhã e à noite) não conflitavam com aquele do Tribunal. Contudo, foi somente no final desse ano que coleei grau na Licenciatura em História: eu ficara devendo algumas disciplinas e por isso não havia concluído o curso junto com o restante da turma, no final de 1980.

O trabalho no Tribunal era agradável e tranquilo, com um expediente do meio-dia às 6 da tarde, mas meu cargo era de nível médio e o salário deixava a desejar. Eu me havia casado em outubro de 1981, e a família aumentava: ganhamos uma filha em fevereiro de 1982 e um filho em junho de 1983. Nessa época, Flávio Teixeira, meu antigo colega e amigo dos tempos de UEMT, e também membro do PCB, estava deixando a função que ocupava no gabinete do deputado estadual Roberto Orro (igualmente ligado ao partido) e meu nome foi lembrado para substituí-lo. Depois de alguma hesitação (pois tive que abrir mão do concurso no TJ), assumi o novo trabalho, o qual proporcionava vencimentos que, para mim, eram bastante elevados.

No gabinete, minha principal função era escrever os discursos do deputado e os *press releases* relativos ao seu trabalho, enviados aos principais jornais do estado.³³ Mas, além disso, realizei um trabalho de que me orgulho. Foi assim: em 1983 ou 1984, discutiam-se no gabinete do deputado Orro os problemas que afetavam as escolas estaduais. Lembro-me de ouvir contarem que, se uma lâmpada queimasse em uma escola estadual, nos confins de um município qualquer, seria preciso esperar que o governo mandasse uma lâmpada nova de Campo Grande. Nesse contexto, inspirado pelas ideias de descentralização, pregadas pelo então governador de São Paulo, Franco Montoro, tive um *insight*: por que não conceder a cada escola uma verba que ela mesma pudesse gastar com esse tipo de despesa? Daí surgiu o projeto de lei que, aprovado, criou o FUMPE (nome dado por meu colega de gabinete, Mário Sérgio Lorenzetto; acho que significava Fundo para Manutenção e Pequenos Reparos, ou algo assim).

Eu gostava de trabalhar na Assembleia, mas sabia que era uma ocupação temporária, ou seja, estaria ali apenas enquanto o Orro também estivesse. Assim, decidi investir mais em minha profissão e ingressei em um curso de especialização em Metodologia do Ensino Superior que começou a ser oferecido pela UFMS em outubro de 1984. Acho que essa foi uma das decisões mais acertadas que já tomei, pois o curso me abriu novos horizontes e me permitiu sonhar com o magistério superior: além de ter como colegas vários docentes da universidade, recebi estímulos positivos por parte dos professores do curso (especialmente José Carlos Abrão, que aliás pertencia ao Ceud, e as professoras Eurize Pessanha e Dorothy Rocha, da UFMS/Campo Grande).

Frequentando o ambiente acadêmico, com aulas em finais de semana e períodos de férias escolares, tomei conhecimento, ainda em fins de 1984, de um edital para seleção e contratação de professores de História para a UFMS. Havia uma vaga para Dourados e outra para Aquidauana; eu tinha preferência por Dourados, onde estava minha família, mas o edital exigia que o candidato tivesse mestrado. Assim, inscrevi-me para Aquidauana, que requeria apenas graduação.

A vaga era simplesmente para ‘História’, sem maiores especificações, e a seleção ocorreu em fins de janeiro ou início de fevereiro. O processo limitava-se a uma entrevista e a uma prova prática (aula), e da banca, composta por quatro ou cinco profissionais, fazia parte o Prof. Valmir Batista Corrêa (uma grata surpresa, pois o Prof. Valmir, que eu até então conhecia apenas de

³³ Os órgãos de imprensa recebiam parte da verba de publicidade dos deputados ou da Assembleia justamente para publicarem notícias deles, e me lembro de haver ficado surpreso ao descobrir que, na maioria, ou pelo menos em boa parte dos casos, os jornais publicavam meus textos sem alterar nada.

nome, era para mim uma figura meio mítica). Eu me havia preparado o melhor possível, estudando principalmente História do Brasil e História Regional (já que na História Geral me considerava bem versado...), mas no fim o ponto que me coube foi ‘Os reinos bárbaros’. Saí do sorteio imediatamente para as livrarias, onde comprei tudo o que encontrei sobre história medieval, para complementar minha parca biblioteca, e elaborei o plano de aula já de noite, nas máquinas de escrever da Assembleia; o diretor do Anglo Mace, Prof. Marcos, gentilmente me emprestou os mapas da escola, e com eles pude dar minha aula.

Foi assim, portanto, que ingressei na carreira do magistério superior, no curso de História da UFMS/Aquidauana (Ceua)³⁴.

Entre o ingresso no magistério superior (1985) e a conclusão do doutorado (1999)

Abracei com muito gosto minha nova carreira (embora, no começo, meus rendimentos fossem menores que aqueles que eu percebia nos meus dois empregos em Campo Grande). No processo de seleção eu havia prometido à banca que, caso fosse aprovado, me mudaria com a família para Aquidauana, e foi o que fizemos. Fui admitido na UFMS em 22 de fevereiro, comecei a dar aulas em março e no dia 15 de abril nos mudamos para a nova cidade. Já nos primeiros dias fiz amizade com o Prof. Osvaldo Zorzato, e logo também com o Cláudio Vasconcelos e com o José Batista de Sales (professor substituto no curso de Letras).

Lembro-me de sofrer bastante com as reuniões de departamento, porque eram muito tensas, marcadas por disputas entre o pessoal da ‘esquerda’ e o da ‘direita’. Além disso, logo nos primeiros meses precisei enfrentar uma situação potencialmente delicada. No início de maio de 1985, já na dita Nova República, o PCB foi legalizado e eu imediatamente passei da (relativa) clandestinidade para a militância à luz do dia – tornando-me, inclusive, membro da Comissão Municipal do partido em Aquidauana (juntamente com, entre outros, o Prof. Ênio Cabral e a Prof.^a Yonne Orro). Nessas circunstâncias, passei a dedicar-me ao trabalho acadêmico com redobrado afínco, porque temia (equivocadamente, acho hoje) que minha atuação política pudesse ameaçar meu emprego. Nessa época, na UFMS, éramos contratados pela CLT (somente nos tornamos ‘servidores públicos’ em 1990), e eu não queria dar nenhum pretexto para uma possível demissão.

³⁴ Por ironia do destino, a seleção para Dourados falhou, pois não apareceu nenhum candidato com mestrado, e o processo foi reaberto algumas semanas depois, já sem aquela exigência. Mas então eu já estava lecionando em Aquidauana, já me havia comprometido com os colegas e não achei certo abandonar o posto; portanto, nem me inscrevi para aquela nova seleção.

No Ceua, lecionei uma grande variedade de disciplinas, mas três foram mais constantes: Introdução aos Estudos Históricos, Introdução à Metodologia Científica e principalmente História Regional – uma disciplina nova, que ainda não havia sido oferecida no curso, sobre a qual eu sabia muito pouco, mas que imediatamente me fascinou.

Ao longo de 1985 desenvolvi a pesquisa para minha monografia de especialização. Escolhi como tema a desistência de estudantes do curso de História do Ceua, e assim fiz um bom número de entrevistas com ex-alunas(os). Foi uma excelente experiência: meu primeiro trabalho acadêmico, concluído no início de 1986. Ainda não foi dessa vez, contudo, que pude iniciar minha transição pessoal do mundo analógico para o digital.

Os anos 1980 estavam, ainda, pelo menos no mundo que eu conhecia, sob o domínio da máquina de escrever. As máquinas mais modernas eram os modelos elétricos da IBM que operavam com ‘esferas’ (logo seguidos pelos da Olivetti que usavam uma tecnologia semelhante: as ‘margaridas’). Cheguei a trabalhar com uma IBM de esferas no Tribunal de Justiça, mas minha própria máquina era uma simples Remington 12 portátil, alaranjada, que comprei usada em Campo Grande, em meados de 1979, em uma oficina de consertos situada na rua 13 de Maio, entre a Maracaju e a Cândido Mariano (oficina que pertencia a um cidadão nipo-brasileiro). Assim, minha monografia de especialização foi escrita nessa máquina e passada a limpo em uma Olivetti de ‘margarida’ (máquina, também portátil, que me foi emprestada, para esta finalidade, pela minha camarada Yonne Orro).

Lembro, a propósito, que, ainda no Ceua, participei de um curso de informática ministrado por um docente da UFMS/Campo Grande, o qual incluía uma parte prática: o manuseio de um computador (na época, chamado ainda de ‘microcomputador’). Entretanto, assim como a maioria das(os) colegas, mal encostei no aparelho, com medo de causar algum dano a um equipamento que parecia tão sensível..

Ainda em 1985, vivi minha primeira greve na universidade, então embalada pelo novo clima político vivido no país após o final do regime militar. Esse movimento resultou em importantes conquistas, como um novo formato de carreira (com as classes de Auxiliar, Assistente, Adjunto e Titular) e principalmente a introdução da gratificação por Dedicção Exclusiva (DE). Como professor, participei do processo de Revitalização, desencadeado pelo novo reitor da UFMS, e integrei a primeira CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente) da universidade. Essa comissão já era parte das conquistas da greve, mas sua primeira composição durou pouco: numa espécie de queda-de-braço com a reitoria, por razões de que já

não me recordo, a comissão decidiu, em uma reunião em Campo Grande, renunciar coletivamente.

Em 1987 participei – ainda como ouvinte – de meu primeiro evento acadêmico de grande porte: o Simpósio Nacional promovido em Brasília pela Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh, depois denominada simplesmente Associação Nacional de História); fomos de ônibus, Cláudio Vasconcelos e eu, com despesas pagas pela universidade. Nessa mesma época comecei a me preparar para o mestrado, haja vista que, depois de três anos de trabalho, já ganharia o direito de me afastar para pós-graduação. Como precisaria me mudar, e tinha crianças pequenas, decidi que iria evitar uma cidade grande, como São Paulo ou Rio. Inicialmente pensei na Unicamp, mas acabei me decidindo pela Unesp/Assis – ajudado, no caso, pela experiência e contatos do Cláudio, que ali acabara de concluir seu mestrado e contribuiu para meu ingresso ao recomendar-me aos docentes de lá, especialmente a Prof.^a Anna Maria Martinez Corrêa.

Ainda em 1987 iniciei um trabalho ‘extra’, que me trouxe inúmeros bons frutos: o levantamento das obras sobre história regional existentes na Biblioteca Municipal de Aquidauana. Eu já havia levantado o que havia a esse respeito na biblioteca do Ceua (e não era pouco), mas, casualmente, percebi que na biblioteca municipal havia obras que ainda não conhecia. Assim, passei a frequentar essa instituição nas manhãs de sábado. Com total apoio da bibliotecária, fui repassando estante por estante, livro por livro, separando os ‘regionais’. Foi assim que encontrei, por exemplo, obras raras como a de Oclécio Barbosa Martins, sobre o divisionismo sul-mato-grossense (1944), e o folheto intitulado *A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon* (1934), das quais providenciei fotocópias.

Nessa faina pela história regional, vivi ainda uma outra situação curiosa: sem saber que no Ceud já existia um Centro de Documentação Regional, propus aos colegas de Aquidauana a criação de um órgão exatamente com esse nome. Infelizmente, a ideia não prosperou; desde logo, a diretora do Ceua, bem como o chefe da biblioteca, avaliaram que o órgão não poderia chamar-se ‘centro’, para não confundir-se com o nome do Centro Universitário; assim, passou-se a falar de um ‘Serviço de Documentação Regional’, o qual – diferentemente do que eu havia imaginado – seria, na verdade, uma espécie de seção da biblioteca; desse modo, já envolvido com a preparação para o mestrado, acabei me desinteressando do assunto.

No início de 1988 fui aceito no mestrado em História na Unesp/Assis, como orientando do Prof. Dr. José Ribeiro Júnior (que eu havia conhecido, aliás, algum tempo antes, quando ele esteve em Aquidauana como membro da comissão incumbida do reconhecimento do nosso

curso). Assim, já em março estava residindo na nova cidade com toda a família. Nessa época, o processo de seleção não exigia a apresentação de um projeto de pesquisa, de modo que só depois de iniciado o curso é que fui elaborar formalmente meu projeto, tendo como objeto o processo de implantação da E. F. Noroeste do Brasil (NOB).

O período que passei em Assis foi extremamente proveitoso para minha carreira. Pela primeira vez em muito tempo eu dispunha de tempo para ler aquilo que quisesse (além, é claro, dos textos das disciplinas). Assim sendo, mergulhei em alguns clássicos da historiografia brasileira, cuja leitura me faltava – como, por exemplo, *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco. Além disso, fiz boas amizades, participei de vários eventos acadêmicos e, o mais importante, tive minha iniciação na pesquisa documental ‘raiz’: visitei os arquivos da NOB em Bauru (na verdade, naquela época eram simples depósitos de documentos) e o Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá.

Enquanto estava afastado para o mestrado, decidi retomar uma negociação que havia sido aventada já em 1986 ou 1987: uma possível transferência para Dourados, numa permuta com o Prof. Gilson Rodolfo Martins, do curso de História do Ceud. O Prof. Gilson desejava ir para o Ceua, enquanto eu queria conviver mais com meus pais, em Dourados. Nesse processo, pude contar com o inestimável apoio de meus colegas de Aquidauana, sobretudo Osvaldo Zorzato e Cláudio Vasconcelos, que compreenderam perfeitamente minha posição e tomaram todas as providências para a concretização da permuta; de minha parte, entendia que não haveria prejuízo para nenhum dos centros universitários, pois o Prof. Gilson e eu estávamos exatamente no mesmo estágio da vida acadêmica, a saber, com os créditos de mestrado concluídos. Tudo acertado, voltei com a família de Assis diretamente para Dourados, em fins de 1989, assumindo o trabalho no Ceud no início de 1990³⁵.

Para mim, essa mudança foi muito benéfica. Depois de 15 anos, estava de volta à minha cidade, e meus pais podiam agora desfrutar da presença cotidiana dos netos. Em termos profissionais, adaptei-me rapidamente, pois o pessoal da História formava no Ceud um grupo pequeno, mas muito unido e trabalhador. Assim sendo, entrei também no ritmo – que desde logo incluiu, com destaque, o trabalho no Centro de Documentação Regional (CDR).

Por outro lado, em termos financeiros, esses primeiros anos em Dourados foram muito penosos. Em 1990 ainda recebi meia bolsa do mestrado, mas a crise econômica, juntamente

³⁵ Mais uma ironia: o Prof. Gilson havia sido admitido no Ceud justamente por meio daquela seleção de 1985, reaberta depois de não terem aparecido candidatos com mestrado e na qual eu havia renunciado a me inscrever.

com a política do então presidente da República, jogava nossos salários lá para baixo. E, para concluir o mestrado, ainda precisei realizar muitas pesquisas no Rio de Janeiro, sobretudo no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional. Nessas circunstâncias, e devido também às muitas tarefas na UFMS, a elaboração da dissertação estendeu-se por tempo maior que o previsto; apenas em outubro de 1992 pude defender o trabalho, intitulado *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da E. F. Noroeste do Brasil, 1904-1908*.

Voltando ao tema da transição para o universo digital, observo que, em 1990, quando comecei a escrever a dissertação, utilizei ainda, além de minha Remington, uma máquina manual (creio que Underwood) que pertencia ao Ceud. Nessa época eu trabalhava, literalmente, no modelo ‘recortar’ e ‘colar’. Para não ter que datilografar novamente uma página, quando precisava incluir um acréscimo, eu ia cortando com uma tesoura as folhas datilografadas e (além de eventualmente eliminar algum trecho) ia colando, nos lugares convenientes, os trechos novos (previamente datilografados em uma folha à parte e também recortados...).

A continuidade e a conclusão da redação, contudo, ocorreram já em um computador. Nessa época, eu e outros colegas que também estavam escrevendo seus trabalhos fomos encorajados pelo Prof. Adailton Alves da Cruz (professor de Matemática e encarregado do nascente laboratório de informática do *campus*) a utilizar um *Solution 16* que ficava nesse laboratório. Esse aparelho era tão simples que nem sequer possuía um disco rígido (que, na época, não sei por quê, era chamado de ‘*winchester*’). O próprio programa de edição de textos (no meu caso, o Wordstar) ficava em um disco flexível (disquete) de 5 polegadas e 1/4, juntamente com os arquivos de texto que iam sendo produzidos. O fato é que, graças à paciência e ao coleguismo do Prof. Adailton, perdi totalmente meu medo daquelas máquinas maravilhosas. Lembro-me de me sentir muito moderno e ‘antenado’ andando pelos corredores com meus disquetes acondicionados em uma elegante caixinha de plástico rígido (um invólucro produzido especificamente para essa finalidade e vendido nas lojas do ramo).

Entre 1990 e 1999 participei de importantes realizações na área da História, no interior do Ceud, dentre as quais destaco o oferecimento de dois cursos de pós *lato sensu*. O primeiro foi uma especialização em História da América Latina, nascida por iniciativa dos colegas do Ceua; esse curso foi ministrado nos *campi* de Aquidauana, Corumbá e Dourados e, devido a uma greve, sua conclusão ocorreu apenas em 1994. O curso seguinte foi o de especialização em História do Brasil (oferecido apenas no Ceud, entre 1996 e 1998).

Nesse meio tempo elaborei um novo projeto de pesquisa, no qual me propus a dar continuidade ao trabalho anterior, tomando como objeto a história da Noroeste no período

seguinte à sua implantação inicial. Com esse projeto fui aceito, em fevereiro de 1995, no doutorado em História Econômica da USP, tendo como orientador o Prof. Jobson Arruda.

Também no início de 1995 comprei meu primeiro computador: um 386, equipado com o Windows 3.1 e acompanhado por uma impressora matricial Epson; ainda não dispunha, contudo, de acesso à internet. Aproveito para observar que já no final dos anos 80 a UFMS oferecia aos docentes, por meio de um professor do campus de Campo Grande, endereços de e-mail pertencentes, se não me engano, à RNP (Rede Nacional de Pesquisas, do CNPq). Cheguei a conversar com esse professor, mas não levei adiante a ideia (creio que pela dificuldade, ainda então, de acesso a computadores e à internet). Assim, fui ter meu primeiro e-mail em março de 1998, quando troquei o 386 por um Pentium; o provedor era local (Menthor, pertencente a um dos filhos de nossa colega de Ceud, Prof.^a Vera Gema) e tínhamos um endereço só para toda a família (costaqueiroz@menthor.com.br). Já então eu me sentia plenamente integrado ao mundo da informática, a tal ponto que, nos primeiros anos do novo século, obtive meu e-mail do Uol e passei a utilizar os serviços de *home banking*.

Com o início do doutorado, depois de cinco anos de uma rotina de intenso trabalho cotidiano, eu novamente dispunha de tempo para pesquisar e estudar. Os créditos em disciplinas foram completados em um semestre (o segundo de 1995), e o restante do tempo utilizei para leituras e para a busca de fontes, em Bauru, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Cuiabá. Fiz o exame de qualificação em agosto de 1997 e só não defendi a tese no ano seguinte porque acabei me envolvendo com outros trabalhos. Um deles foi a criação, na UFMS, do programa de pós-graduação *stricto sensu* em História (que começaria a funcionar no Ceud no início de 1999), e outro foi a preparação de um trabalho sobre a experiência ferroviária no Brasil, que apresentei em um congresso na Espanha em outubro de 1998.

Além disso, enquanto se discutia o mestrado, criamos também *Fronteiras*, a primeira revista de História da universidade – que, embora publicada, até 2006, pela editora da UFMS, em Campo Grande, manteve sempre sua comissão editorial no *campus* de Dourados. Embora estivesse formalmente afastado, envolvi-me diretamente na criação de *Fronteiras*, ao lado de Marina Wenceslau, Jérri Marin, Cláudio Vasconcelos, Jorge Eremites e o substituto Antônio Morga. Lembro-me de que, em 1997, já havíamos recebido textos suficientes para um primeiro número, mas o processo estava meio parado, pelo acúmulo de tarefas dos colegas; joguei, então, em meu computador todos os artigos, em arquivos do Word, revisei-os todos e os formatei de forma padronizada – com o que ficamos, portanto, com os originais prontos para serem enviados à editora da UFMS e logo impressos, o que ocorreu ainda naquele ano. Nessas

circunstâncias, apenas em dezembro de 1999 defendi a tese intitulada *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste no Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)*.

Entre a conclusão do doutorado e a aposentadoria (2017)

Após a conclusão do doutorado, minha atuação acadêmica entrou, por assim dizer, em ‘velocidade de cruzeiro’ e assumiu as características que manteve nas décadas seguintes, ou seja: docência e orientação na graduação e na pós; desenvolvimento de projetos de pesquisa; participação em eventos nacionais e internacionais; produção e publicação de trabalhos científicos; coordenação do Centro de Documentação Regional; participação em bancas; elaboração de pareceres; palestras, conferências, participações em mesas redondas etc. etc.

Já no ano 2000 passei a fazer parte do corpo docente do Mestrado em História, e participei também, como docente e coordenador, de mais dois cursos de especialização em História, oferecidos pelo Ceud entre 1999 e 2004. Ainda em 2000 admiti meus dois primeiros orientandos de Iniciação Científica, iniciando uma série que se estendeu até o ano de 2014, com um total de 28 trabalhos orientados.

A partir de 2003, participei ativamente do processo que culminaria, em 2005/2006, com a criação e implantação da UFGD. Extremamente gratificante, esse processo foi a concretização de um sonho que vinha lá do começo dos anos 1980, com as inovadoras ideias do Prof. Wilson Biasotto, e representou um enorme avanço para a educação superior pública sul-mato-grossense. Mas foi também, claro, um trabalho muito árduo para todas(os) nós, servidoras(es) e dirigentes, pois precisávamos, ao mesmo tempo, construir novas estruturas e manter em funcionamento aquilo que já existia.³⁶

Em 2004, a convite da administração da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), por meio da Prof.^a Marina Wenceslau, colaborei na organização do concurso para admissão de três docentes destinados ao curso de História oferecido pela universidade em Amambai. Já no ano seguinte, presidi a comissão de reconhecimento do mesmo curso, designada pela Secretaria de Educação do Estado.

Em fevereiro de 2005 (época em que a TV Globo exibia a minissérie *Mad Maria*, sobre a ferrovia Madeira-Mamoré), atendendo a um convite dos editores do caderno *Sinapse*, do jornal *Folha de S. Paulo*, publiquei nesse periódico um artigo sobre as ferrovias brasileiras, intitulado

³⁶ Vale notar que, pela legislação da época, uma instituição de ensino superior precisava ter pelo menos três cursos de mestrado para ser considerada universidade – tendo sido, portanto, essencial a existência do Mestrado em História, que se somava àqueles em Agronomia e Entomologia.

Todas as Marias. Nesse mesmo ano fiz parte, por indicação de minha saudosa colega Mariluce Bittar (então docente da UCDB), da Comissão Assessora do INEP para o ENADE/História, participando de reuniões em Brasília e no Rio de Janeiro.

Entre 2006 e 2010 integrei o Conselho de Curadores da UFGD.

Em 2007 comecei a preparar-me para um pós-doutoramento. Tendo a intenção de realizá-lo em uma universidade argentina, escolhi um tema que tinha relação com o país vizinho, ou seja, o mundo ervateiro sul-mato-grossense; elaborei, então, um projeto visando estudar a grande empresa concessionária dos nossos ervais nativos, historicamente conhecida como Companhia Mate Laranjeira (CML). Como meus contatos na Argentina resultaram infrutíferos, o estágio foi realizado (com bolsa do CNPq) na Universidade Federal Fluminense (UFF), de agosto de 2008 a julho de 2009; mesmo assim, optei por manter o projeto original.

Ainda durante o doutorado, eu me havia tornado sócio da recém-fundada Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE, criada em 1993). Assim, desde 1996 habituei-me a participar dos eventos dessa área, não só no Brasil como em outros países latino-americanos (sempre com apresentação de trabalhos e, mais tarde, também como coordenador de simpósios temáticos). Refiro-me a várias edições do *Congresso Brasileiro de História Econômica/Conferência Internacional de História de Empresas* (Niterói, 1996; São Paulo, 2001; Caxambu, 2003; Aracaju, 2007; Campinas, 2009; Juiz de Fora, 2013; Niterói, 2017) e do *Congresso Latino-Americano de História Econômica* (Montevidéu, 2007; Cidade do México, 2010; Bariloche, 2012; São Paulo, 2016), além das *Jornadas de História Econômica* (Tucumán, 2000; Mar del Plata, 2006) e *Jornadas Uruguayas de História Econômica* (Montevidéu, 2011 e 2015), promovidas, respectivamente, pelas associações de História Econômica da Argentina e do Uruguai.

Em 2009 fui compelido pelos colegas a assumir a coordenação do PPGH/UFGD, com uma tripla ‘missão’, a duras penas cumprida por aquela gestão: obter a elevação da nota do Programa (de 3 para 4), elaborar o projeto do doutorado e conseguir a aprovação da Capes para o novo curso.

Entre 2012 e 2014 fui membro eleito do Conselho Diretor da Faculdade de Ciências Humanas. E em 2015, tendo sido eleito para o Conselho Universitário da UFGD, vi-me na contingência de assumir a presidência da Comissão de Consulta Prévia, incumbida de realizar a consulta à comunidade universitária com vistas à escolha da nova gestão (quatriênio 2015-2019). Essa tarefa foi uma das mais penosas – posto que das mais honrosas – que cumpri em minha carreira acadêmica. Foram praticamente dois meses (fevereiro e março de 2015) de um tenso e

intenso trabalho – tenso porque, pela primeira vez, havia duas chapas em disputa, e intenso porque, por falta de condições técnicas, não foi possível, naquele momento, proceder à votação via internet; assim, foi necessária toda uma complexa estrutura logística para viabilizar a antiquada votação em papel, sem deixar de fora os vários polos da UFGD espalhados pelo território do estado. Felizmente, o processo transcorreu normalmente, chegando a seu termo sem contestações.

Em 2016, enfim, tive a oportunidade de atingir o ápice da carreira, com a passagem para a condição de professor titular. Eu teria preferido submeter à banca um trabalho de pesquisa original, mas precisei contentar-me em apresentar um ‘simples’ memorial. O exame ocorreu em uma fria tarde, mas meu memorial foi calorosamente acolhido e aprovado pela banca, formada pelos distintos colegas Wilson Valentim Biasotto, Cláudio Alves de Vasconcelos, Valmir Batista Corrêa e Carlos Martins.

Para falar da aposentadoria, começo dizendo que, ao longo de minha vida acadêmica, desempenhei, sem maiores queixas, todas as tarefas que me couberam. Entretanto, tive sempre clara preferência por uma dessas tarefas: a **pesquisa** – que foi, aliás, a dimensão da vida universitária que mais me atraiu para a carreira. Foi, portanto, para mim uma grande alegria quando percebi, por volta de 2014, que, na UFGD, eu tinha a possibilidade de me tornar ‘inativo’ (aposentado) mas continuar, na verdade, muito ativo na pesquisa e atividades correlatas. Comecei então a ‘fazer as contas’ de tempo de trabalho e de contribuição (com ajuda da colega técnica Erika Gutiérrez) e a conversar com colegas já aposentados (especialmente Osvaldo Zorzato), com vistas a ‘acostumar-me’ com a ideia.

Eu, na verdade, estava bem tranquilo; não me preocupava com algo que me foi dito por colegas de outras instituições: que o aposentado perde poder... De fato, se há algo que nunca me atraiu, em minha carreira, foi o poder sobre coisas e pessoas. Tudo que sempre quis, como docente profissional, foi fazer um trabalho bem feito, atuando como parte de um coletivo, sem almejar cargos nem gratificações e nem, muito menos, formar seitas ou grupelhos. Assim sendo, cuidei apenas, naquele momento, de providenciar a promoção para a classe de titular e garantir a manutenção de um vínculo acadêmico com a UFGD. A aposentadoria passou a valer em 1º de setembro de 2017, logo depois de eu haver completado 60 anos.

Trajéória após a aposentadoria (2017 em diante)

Como aposentado, continuei vinculado à FCH e ao PPGH na condição de ‘pesquisador sênior’, podendo ministrar disciplinas e orientar; permaneci ainda como ‘colaborador especial’

do CDR. Eu sentia falta do contato com os estudantes de graduação, mas tinha uma compensação: dispunha agora de mais tempo para pesquisar, publicar e participar de congressos. De fato, nesses seis anos, de setembro de 2017 em diante, participei de mais de 20 eventos acadêmicos, dentre os quais se destacam:

- a) cinco congressos no exterior, sendo três presenciais (Valência, 2017; Posadas, 2017; Santiago, 2019) e dois de modo remoto, durante a pandemia (Paris, 2021, e Lima, 2022);
- b) dois congressos nacionais de História Econômica, sendo um presencial (Criciúma, SC, 2019) e outro remoto, também durante a pandemia (Varginha, MG, 2021);
- c) três encontros da Anpuh/MS, sendo também um presencial (Dourados, 2018) e outros dois remotos (Três Lagoas, 2021, e Amambai, 2022); e
- d) três edições do seminário Leituras de Fronteira, todos presenciais (Ponta Porã, 2017; Asunción, 2018, e Campo Grande, 2022).

Além disso, publiquei três artigos em periódicos, cinco capítulos de livro (sendo um em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia) e três trabalhos completos em anais de eventos.

Convém notar que, após a aposentadoria, decidi renunciar ao trabalho de orientação, que sempre foi muito penoso para mim – não, claro, por culpa de orientandas e orientandos, mas, sim, de minhas próprias dificuldades no trato com essa importante dimensão da profissão docente. Tomei essa decisão em 2018, quando assumi minha última orientanda de mestrado e as duas últimas de doutorado. Em decorrência disso, deixei também, em 2022, o quadro permanente do PPGH, passando a integrar o Programa apenas como docente colaborador.

Durante a pandemia, enfim, minha vida pessoal acabou passando por uma notável transformação. Sentindo-nos muito distantes da família (tendo a filha residindo em Brasília e o filho – e uma neta – no Rio de Janeiro), minha mulher e eu decidimos transferir nossa residência para esta última cidade. De minha parte, foi uma decisão bastante difícil, pois muito me custava abandonar minhas fortes raízes douradenses e, em particular, renunciar à rica convivência cotidiana com colegas e estudantes no CDR e, em geral, na UFGD. Pesaram mais, contudo, as relações familiares, e assim nos desfizemos do único bem imóvel que possuíamos (nossa casa no Parque Alvorada) e, no dia 15 de abril de 2021, chegamos ao Rio de Janeiro com nosso carro lotado de pertences pessoais e animais de estimação; móveis, livros e outros objetos foram descarregados no dia seguinte.

Mantive, de todo modo, minha rotina de pesquisas, publicações e participação em eventos, como fica claro pela enumeração acima. Como uma espécie de contrapartida pela

distância de minhas origens, posso agora desfrutar, por exemplo, do formidável acervo da Biblioteca Nacional, ao qual já tenho recorrido mais de uma vez.

Atuação acadêmica

Atuação na graduação

No Ceua, meu trabalho na graduação limitou-se ao oferecimento de várias disciplinas, como já mencionei. Em Dourados, continuei a ministrar regularmente História Regional (que aliás ficava, antes, a cargo justamente do Prof. Gílson) e trabalhei muitas outras disciplinas, dentre as quais foi mais frequente a Introdução à Metodologia Científica (IMC, que eu já havia ministrado em Aquidauana e que em Dourados foi, durante certo tempo, denominada Introdução à Pesquisa Histórica, IPH).

Na IPH/IMC tive a oportunidade de desenvolver com as(os) alunas(os), durante dez anos (1999-2008), a prática de um trabalho de pesquisa individual intitulado *Trajetória da minha família*, que foi, na graduação, uma das experiências que mais me agradaram – e também à maioria das(os) alunas(os), pelo que podia observar. Eu deixava bem claro às(aos) estudantes que não se tratava de uma mera ‘genealogia’. Os objetivos, de fato, eram os seguintes, conforme consta em meus planos de ensino da época:

1. Identificar e analisar as condições de vida e trabalho nos locais de origem das famílias;
2. Identificar e analisar as condições de vida e trabalho nos locais onde as famílias se fixaram;
3. Identificar e analisar as razões das mudanças dos locais de residência;
4. Identificar e descrever os trajetos percorridos, incluindo os meios de transporte utilizados;
5. Compreender as trajetórias familiares e pessoais como parte de movimentos histórico-sociais mais amplos.

A ideia era permitir que todas(os) tivessem oportunidade de contato com fontes, como por exemplo: “documentos escritos (certidões de nascimento, casamento, batismo, óbito etc.; carteiras de identidade, reservista, trabalho, saúde etc.; cartas, cadernetas, escrituras, recibos etc.) e documentos iconográficos (fotografias)”. Eu sugeria também a utilização de fontes orais, mediante entrevistas com membros das famílias; além disso, recomendava a utilização de fontes bibliográficas, “isto é, obras sobre as regiões percorridas pelas famílias e sobre as épocas abordadas no trabalho”, as quais serviriam “para situar as trajetórias familiares e pessoais em um contexto histórico-social mais amplo”.

É claro que a qualidade dos trabalhos apresentados variava muito. Havia aqueles excelentes, cujas(os) autoras(es) realmente se empenhavam, iam a fundo nas gavetas das casas de pais e avós e nas memórias familiares e produziam relatos vivos e recheados de preciosa

informação histórica. Mas havia também aqueles elaborados de modo mais sucinto e, poderia mesmo dizer, burocrático. De todo modo, procurei valorizar, sempre, menos o resultado e mais a disposição de cada uma(um) para enfrentar o desafio. Vale notar que essa oportunidade de visitar a trajetória familiar acabou atraindo estudantes de outros cursos de graduação, para os quais a disciplina servia como optativa; lembro-me de receber, por exemplo, alunas(os) do curso de Medicina – do que resultou, aliás, uma curiosíssima descoberta: ao ler os trabalhos de uma turma, percebi que os familiares de um aluno de História haviam sido trabalhadores em uma fazenda pertencente aos familiares de uma aluna de Medicina...

Essa experiência terminou na época de meu afastamento para pós-doutorado (2008-2009), o qual coincidiu com uma reforma curricular que extinguiu a disciplina de IMC. Esses eventos coincidiram também, por outro lado, com a organização do curso de bacharelado em História, no qual tive a oportunidade de outras interessantíssimas experiências. Entre 2011 e 2015 ministrei, no bacharelado, a disciplina Fundamentos de Museologia e Arquivística (FMA); além disso, de 2012 a 2015 fiquei encarregado, no mesmo curso, do estágio supervisionado. Assim, procurei conjugar o trabalho nesses dois componentes curriculares. No primeiro semestre, com FMA, as(os) alunos entravam em contato com os conceitos básicos do trabalho em arquivos e outras instituições ligadas à guarda e gestão de documentos; no segundo semestre, com o estágio, elas(eles) mergulhavam no trabalho prático, organizando acervos documentais pertencentes ao Centro de Documentação Regional. Nesses anos, de fato, o estágio foi sempre ministrado no CDR, e assim organizamos, de acordo com os preceitos técnicos, duas importantes coleções do Centro: *Eleições* e *Anpub/MS*.

Noto, por fim, que, na licenciatura em História, não era habitual a exigência de um trabalho de conclusão; assim, orientei apenas quatro TCCs (entre 2004 e 2006); no bacharelado, onde é obrigatória a elaboração de uma monografia, orientei dois trabalhos, sendo um em 2011 e outro em 2016.

Produção intelectual

Meu primeiro trabalho acadêmico foi a já mencionada monografia de especialização, concluída em 1986. O primeiro artigo em uma revista acadêmica saiu, contudo, apenas em 1993 (um despretenso texto escrito a pedido dos editores da revista *Arca*, do Arquivo Histórico de Campo Grande). A ele se seguiu a organização, juntamente com o Prof. Valmir Batista Corrêa e a Prof.^a Norma Marinovic Doro, do *Arrolamento da produção científica [da UFMS] na área de História*, publicado pela universidade, em 1994, já como parte do processo que visava à criação

de um Mestrado em História; minha participação nesse trabalho se deu a partir de um convite formulado pelo Prof. Valmir, que muito me honrou e pelo qual assumi a tarefa de levantar a produção referente ao CPD/Ceud.

Desde então, minha produção mantém-se até os dias atuais. Meu artigo mais recente, intitulado *Pequena ferrovia, grandes problemas*, que tem como tema a Estrada de Ferro Mate Laranjeira, foi publicado em 2022 na revista *História*, da Unesp/Assis (Qualis A1), e aguardo para qualquer momento a publicação de dois livros contendo capítulos por mim escritos. Um desses livros sairá na Argentina, em coedição entre a Uner (Universidad Nacional de Entre Ríos) e a Unesc (Universidade do Extremo Sul Catarinense, de Criciúma, SC); meu capítulo intitula-se *O longitudinal e o transversal: o sistema fluvial Paraná-Paraguai e seus concorrentes no acesso ao interior da América do Sul (séculos XVI-XX)*.

Transformei em livros tanto a dissertação de mestrado como a tese de doutorado. A primeira saiu em 1997 pela editora da UFMS, com apoio financeiro do CECITEC (Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, depois substituído pela Fundect). A tese foi publicada pela editora da Universidade do Sagrado Coração (USC), de Bauru, em 2004, em coedição com a editora da UFMS. Além desses livros, produzi apenas mais um: uma coletânea sobre a história dos transportes no Brasil, que organizei juntamente com meu colega Alcides Goularti Júnior, da já citada Unesc, que saiu pela editora da UFGD em 2011.

Publiquei, enfim, no total, 22 artigos em periódicos e 17 capítulos de livros, no Brasil e no exterior, além de alguns verbetes e inúmeros prefácios. Penso que este não é o lugar para efetuar um inventário exaustivo dos trabalhos realizados, pois eles já constam em meu currículo Lattes. Assim sendo, limito-me a tentar apontar, a seguir, o que entendo serem alguns dos traços principais de minha produção.

Projetos de pesquisa

Desde que terminei o doutorado, tenho sempre coordenado projetos de pesquisa no interior da universidade. Após a conclusão da tese, senti necessidade de ‘mudar de ares’, depois de cerca de 12 anos estudando história ferroviária. Assim sendo, decidi voltar-me ao estudo da navegação fluvial – referindo-me, especificamente, à bacia do Paraná, visto que a navegação pelo rio Paraguai já era mais conhecida. Assim nasceu o projeto *Meios de transporte e comunicação no sul de Mato Grosso: a navegação na Bacia do Paraná (séculos XIX e XX)*, no qual trabalhei entre 2000 e 2005.

Em 2005, ao iniciar um novo projeto, tratei de dar a ele maior amplitude temática, de forma a facilitar a incorporação de trabalhos de Iniciação Científica. Daí surgiu *Transformações econômicas no antigo sul de Mato Grosso: vias de comunicação, estruturas produtivas, fluxos comerciais (séculos XVIII-XX)*. Esse projeto, depois de aprovado pela UFMS, o foi também pela Fundect, e esse financiamento (agosto 2006 – julho 2008) me permitiu, entre outras coisas, a identificação, seleção e reprodução de fontes para a história de Mato Grosso do Sul existentes sobretudo no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (reproduções essas em seguida disponibilizadas para consulta no CDR).

Nesse meio tempo desenvolvi, no âmbito do estágio de pós-doutorado (2008-2009), a pesquisa intitulada *A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na Bacia Platina (1882-1949)*. Por meio desse projeto pude reconhecer e coletar uma grande quantidade de documentos, em arquivos e outras instituições sediadas principalmente nas cidades do Rio de Janeiro, Cuiabá e Buenos Aires.

Finalmente, em 2010 ampliei um pouco mais a temática estabelecida em 2005, do que resultou o projeto *Economia e política em uma área de fronteira: o antigo sul de Mato Grosso, séculos XVIII-XX*. Sendo esse projeto amplo o suficiente para permitir uma boa diversificação dos objetos específicos estudados em cada momento, tenho optado por simplesmente prorrogar seu prazo de execução; a última prorrogação, válida por dez anos, foi aprovada no início de 2021.

Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq

Fui vice-líder (o líder era o Prof. Cláudio Alves de Vasconcelos) do grupo *História, região e identidades*, criado no início dos anos 2000 e que reunia vários docentes do Mestrado em História; devido à diversificação dos interesses dos integrantes, que passaram a vincular-se a outros coletivos, esse grupo foi depois desativado.

Desde 2007 sou também vice-líder de um grupo criado, por sugestão minha, em dezembro desse ano, em Montevidéu (Uruguay), durante o I Congresso Latino-Americano de História Econômica. A proposta de formação do grupo, intitulado *Formações econômicas regionais, integração de mercados e sistemas de transporte* (e tendo como líder o referido Prof. Alcides Goularti Filho), foi apresentada ao final do simpósio voltado a esse tema e aceita pelas(os) respectivas(os) participantes. Desde então, as(os) pesquisadores reunidos nesse grupo, pertencentes às mais diversas instituições brasileiras e com importantes conexões no exterior, sobretudo na Argentina, temos efetivamente trabalhado em conjunto, organizando e participando de simpósios nos diversos eventos da área da História Econômica, no Brasil e em outros países, e

publicando coletâneas de trabalhos. A esse contexto pertence o já mencionado livro que coorganizei em 2011, bem como duas coletâneas publicadas em 2016, uma organizada por Rogério Naques Faleiros e Ivanil Nunes (*Sistemas de transportes e formações econômicas regionais: Brasil e Argentina*, que saiu pela editora da Univ. Fed. do Espírito Santo) e outra coordenada por Guilherme Grandi (*Transportes e formações econômicas na América Latina*, publicada pelas editoras da Unesc e Annablume) – e assim também o livro há pouco mencionado, a sair na Argentina pela editora da Uner.

Finalmente, em 2012 organizei, na condição de líder, o grupo *Frenteira Sudoeste: política, economia, identidades e representações*, reunindo principalmente docentes e discentes do PPGH/UFGD.

Seminários ‘Leituras de Fronteira’

Em 2011, como integrante da linha *Fronteiras, identidades e representações*, no PPGH/UFGD, fui procurado pelo eminente colega Prof. Ademir Gebara (aposentado da Unicamp e então professor visitante no PPGEduc, da FAED/UFGD), interessado na criação de um espaço acadêmico onde se pudesse debater o tema ‘fronteiras’. Tendo-nos colocado de acordo sobre a conveniência e a importância de um tal espaço, formulamos a ideia de um seminário que seria intitulado ‘Leituras de Fronteira’, reunindo sobretudo docentes e discentes de pós-graduação da UFGD, da UFMS e da UEMS. Logo depois convidamos para se juntar a nós o colega Eudes Fernando Leite, também da linha *Fronteiras* do PPGH.

O primeiro seminário foi realizado na UFGD em 2012 e, graças ao êxito obtido, decidimos reeditar o evento. Assim, sempre com uma proposta de encontros quase ‘informais’, ou seja, sem recorrer a pesadas estruturas de financiamento, realizamos, até o momento, sete seminários, tendo incorporado à comissão organizadora novos colegas, como os professores Leandro Baller (História/UFGD) e André Soares Ferreira (Educação/UFGD); estabelecemos, além disso, uma sólida cooperação com o Dr. Anibal Herib Caballero Campos, docente de História em diversas instituições universitárias do Paraguai. Desse modo, além dos cinco seminários realizados em Mato Grosso do Sul (2012, 2014 e 2016, em Dourados; 2017, em Ponta Porã; 2022, em Campo Grande), promovemos também dois em Asunción, sendo um em 2015 e outro em 2018 (copatrocinado o primeiro pela Flacso/Paraguay e o segundo pela Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Asunción). Desses seminários resultou a publicação de várias coletâneas, contendo, cada uma, trabalhos selecionados dentre aqueles apresentados nos eventos.

Coleção Documentos para a história de Mato Grosso do Sul

Entre 2009 e 2012 participei, juntamente com Mário Sérgio Lorenzetto e Gilson Rodolfo Martins, de uma comissão instituída pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul para selecionar e republicar obras de interesse para o estudo da história do estado.³⁷ Foram reeditadas várias obras, até então de difícil acesso para o público, as quais formaram a coleção *Documentos para a história de Mato Grosso do Sul*. Coube a mim, ademais, preparar textos de apresentação para dois dos livros republicados: *Oeste*, de Nelson Werneck Sodré, e *Oeste de S. Paulo, Sul de Mato Grosso*, de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (originalmente publicados, respectivamente, em 1941 e 1909).

Algumas possíveis contribuições ao conhecimento histórico

Desde que me foi atribuída no Ceua, no início de 1985, a disciplina História Regional, passei a interessar-me por temas da história mato-grossense/sul-mato-grossense, e é nesse âmbito que se situam, principalmente, minhas eventuais contribuições para o conhecimento histórico.

Inicialmente, ainda no Ceua, pensei em dedicar-me ao estudo da divisão de Mato Grosso, e para tanto comecei a ler e a levantar material (livros, artigos, recortes de jornais etc.). A certa altura, acabei me interessando pelo tema das políticas territoriais do Estado brasileiro, já que, nas obras que vinha lendo, a divisão do estado costumava ser relacionada a objetivos de natureza geopolítica. Lembrei-me então de um livro que havia lido ainda na época de estudante de História: *Fronteiras: viagem ao Brasil desconhecido*, dos jornalistas Cláudio Bojunga e Fernando Portela (Ed. Alfa Ômega, 1978); ao tratarem do sul de Mato Grosso, os autores mencionavam a ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), assinalando que ela havia sido construída com objetivos estratégicos. Já no Ceua vim a ler, por outro lado, o célebre artigo do Prof. Gilberto Luiz Alves sobre a história econômica de Mato Grosso, publicado no *Boletim Paulista de Geografia* em 1984 – e nesse artigo o Prof. Gilberto contestava expressamente a ideia de um sentido estratégico para a Noroeste, atribuindo à ferrovia um sentido inteiramente econômico (ela seria um “tentáculo do imperialismo”).

³⁷ Essa comissão resultou do empenho de meu velho amigo e ex-camarada Mário Lorenzetto, um entusiasta dos estudos históricos regionais que, ocupando nessa época o cargo de secretário estadual de Fazenda, logrou convencer o governador da importância dessas publicações. É oportuno notar que os trabalhos dessa comissão, à qual aliás se juntou mais tarde o Prof. Valmir Corrêa, não ensejaram aos seus membros qualquer remuneração.

Ocorre que, em minha experiência no interior do PCB, eu havia aprendido que o marxismo não era um ‘determinismo econômico’, ou seja, era preciso tomar cuidado com a ideia de que a economia explica qualquer coisa no interior das sociedades humanas. Foi nessas circunstâncias que decidi eleger como tema, para o mestrado, a origem da NOB: o que preponderava, o sentido econômico ou o político?³⁸ Ao final da pesquisa, cheguei à conclusão de que, se fosse por motivos estritamente econômicos, não haveria, naquele momento, necessidade de uma via férrea, pois as vias de transporte então existentes (a navegação fluvial e as estradas boiadeiras) eram plenamente suficientes para as relações comerciais da região. Minha conclusão foi, portanto, pela preponderância do sentido político.

Para o doutorado, decidi manter como objeto a Noroeste, visto que já havia acumulado a esse respeito muitos materiais. Agora, o problema que me interessava eram os efeitos da NOB em Mato Grosso. No mestrado eu me havia limitado a examinar as razões da criação da ferrovia, e agora seria a hora de avaliar seus impactos. Esse interesse foi ainda mais aguçado quando, ao fazer os créditos do doutorado, acabei lendo o famoso livro *Railroads and American economic growth* (1964), do historiador estadunidense Robert Fogel (um dos expoentes da chamada *New Economic History*). Embora usando um pesado método econométrico (além de uma duvidosa abordagem contrafactual), Fogel submetia a uma necessária crítica a historiografia ‘ufanista’, por assim dizer, que tendia a afirmar a ‘indispensabilidade’ das ferrovias para o crescimento econômico dos EUA no século XIX. De certo modo (excetuado o recurso à econometria e à contrafactualidade), foi isso o que tentei fazer: confrontar nossa literatura ‘ufanista’ sobre a Noroeste com os dados objetivos, colhidos principalmente nos censos. E a conclusão foi que essa historiografia tendia a superestimar grandemente os efeitos ‘positivos’ da ferrovia no antigo sul de Mato Grosso; pelo que consegui apurar, esses efeitos, longe de se espriarem ao longo de todo o percurso ferroviário, concentraram-se, largamente, no município e na cidade de Campo Grande – o que ajuda, inclusive, a entender o crescente peso político das elites dirigentes campo-grandenses em âmbito tanto regional quanto estadual.

A tese, a rigor, poderia ter-se limitado a esse objetivo principal; no entanto, por pura insegurança, achei que seria preciso também avaliar as condições de operação da NOB, isto é, seu desempenho econômico-financeiro, uma vez que esse desempenho poderia ter influência nos efeitos trazidos pela ferrovia – e esse tema acabou virando uma ‘segunda tese’... A esse

³⁸ Tendo desistido do tema do divisionismo, transferi, na época, o que já havia coletado à minha então colega de Ceua Marisa Bittar, que havia passado a se interessar por esse assunto (e que veio a abordá-lo, efetivamente, no primeiro volume de sua tese de doutorado, defendida em 1997).

respeito, pude concluir que, no período analisado, mesmo sendo estatal, a Noroeste – ao contrário do que afirmavam muitos críticos – não padecia de um ‘excesso de pessoal’ ou de uma administração especialmente perdulária; seus déficits, de fato, decorriam muito mais da falta de realismo de suas tarifas, em função, entre outras coisas, de pressões de grandes usuários e de um certo populismo tarifário.

Numa apreciação de conjunto, posso dizer que meus trabalhos se têm orientado no sentido de compreender a história de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul em suas relações tanto com o Sudeste brasileiro quanto, num sentido mais amplo, com a Bacia Platina. Nesse mister, tenho procurado colocar em relevo não apenas os condicionamentos de ordem econômica como também aqueles pertencentes aos domínios da política – como não poderia deixar de ser, evidentemente, em se tratando de uma região eminentemente fronteiriça.

No que respeita aos trabalhos produzidos após o doutorado, menciono aqui uma das conclusões de um texto que, originalmente elaborado em 2004, foi depois revisto e publicado no livro *Transportes e políticas públicas*, organizado por Lisandra Pereira Lamoso e publicado em 2008 pela editora da UFGD. Essa conclusão é a seguinte: não podemos superestimar o vulto das transformações econômicas ocorridas em Mato Grosso após a abertura da navegação pelo rio Paraguai, em fins da década de 1850, e especialmente após o final da guerra com o Paraguai (1870). Pelo que apurei, nas primeiras décadas essas transformações foram muito modestas, consistindo principalmente em um aumento do comércio de importação – aumento esse, aliás, sustentado por isenções tributárias decretadas pelo governo imperial e por um (pequeno) aumento do mercado consumidor provocado por outras medidas do mesmo governo (estacionamento de tropas e realização de vários investimentos em Corumbá e Ladário).³⁹

No tocante ao estudo do mundo ervateiro sul-mato-grossense, destaco duas das conclusões a que cheguei. A primeira é a de que, ao contrário do que sugere parte da historiografia, os produtores ervateiros ‘pequenos’ ou ‘médios’, ou seja, aqueles que não se confundiam com a CML, desempenharam, sim, um importante papel nessa economia. Em outras palavras, a conhecida lei nº 725, de 1915, efetivamente quebrou o monopólio da empresa, e mais: aqueles outros produtores ervateiros, acima mencionados, não se limitaram à condição

³⁹ Recentemente, tive a oportunidade de retornar a esse tema, a pedido de um outro velho amigo e camarada: o Prof. Paulo Marcos Esselin, coordenador do VI Congresso Internacional de História Regional, celebrado na UFMS/Aquidauana, em março/abril de 2022, com o tema *O fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai cento e cinquenta anos depois*. O Prof. Paulo convidou-me a participar da mesa de abertura do evento, intitulada *As repercussões políticas, culturais e socioeconômicas [da guerra], para a região e as nações envolvidas*. Apresentei então um pequeno texto questionando o papel da guerra como um marco na história de MT/MS (o qual se transformou, depois, em capítulo de um livro a ser proximamente publicado).

de ‘reserva de mão de obra’ da grande empresa concessionária. Desde a década de 1920 esses produtores puderam contar com meios próprios para a exportação de sua produção, e na década de 1950, já organizados em cooperativas, assumiram a liderança da produção ervateira regional, enquanto a antiga concessionária se afastava desse ramo.

No que respeita, especificamente, à história da CML, reporto-me aqui a uma observação que efetuei em um artigo publicado em 2015, a saber: devido ao enorme vulto dessa empresa, a literatura, especialmente a memorialista, tende a retratá-la quase como um ente atemporal, isto é, a-histórico – “como se ela já houvesse nascido, qual autêntica Minerva, com toda a sua imensa estrutura, e tivesse atravessado o tempo de sua existência nos ervais mantendo-se sempre idêntica a si mesma”. Nesse contexto, tenho enfatizado a necessidade de recorrer à documentação como meio de mostrar as transformações, rupturas e descontinuidades que também fazem parte dessa história.

Destaco também um tema – tão interessante quanto desconhecido – cujo estudo me proporcionou uma especial satisfação, a saber: o livre comércio entre a república do Paraguai e a província de Mato Grosso, estabelecido por um tratado assinado entre os dois países em 1872 e que durou até 1897. Os resultados a que cheguei foram publicados nos anais do Congresso Brasileiro de História Econômica realizado em Niterói, em 2017, e logo (2018) como capítulo da coletânea que resultou do seminário *Leituras de Fronteira* celebrado em Ponta Porã. Resumidamente, pude concluir que o intercâmbio entre Mato Grosso e o Paraguai, nessa época, foi significativo, e mais: como essa extensa e porosa fronteira favorecia o contrabando, o acordo de livre comércio representou um impulso, de certa forma, generoso, ao descriminalizar, pelo menos em parte, o inevitável intercâmbio entre os cidadãos das duas regiões.

Finalmente, já fora do âmbito dito ‘regional’, lembro aqui dois trabalhos, ambos produzidos ‘sob encomenda’ e ligados à minha atuação na ABPHE. O primeiro resultou de minha indicação, por parte dos dirigentes da Associação, para representar o Brasil no *Congreso Internacional 150 Años de Historia Ferroviaria*, celebrado em Alicante (Espanha) em outubro de 1998. Para atender a essa indicação, dediquei-me, durante vários meses, a uma tentativa de compreensão de conjunto da história dos transportes ferroviários no Brasil, do que resultou o texto *Notas sobre la experiencia de los ferrocarriles en Brasil* (que escrevi em português, mas verti para o espanhol). Dentre os vários temas abordados nesse trabalho, destaco o caso da concorrência entre os transportes ferroviários e rodoviários – processo esse cuja explicação é muito mais complexa do que sugerem certas noções muito encontradiças na literatura, inclusive acadêmica (segundo as quais teria havido uma espécie de ‘conspiração’ contra as ferrovias, organizada pelos

setores econômicos interessados nos transportes rodoviários). Esse texto foi publicado em 1999, em português, na então nascente revista *História Econômica & História de Empresas*, da ABPHE; mas saiu também, no mesmo ano, como um dos capítulos do livro que reuniu, na Espanha, trabalhos apresentados no congresso.

O segundo trabalho decorreu de um convite que me foi formulado, em fins de 2018, pela colega Rita de Cássia Almico, docente da UFF e coorganizadora de um dos volumes da coleção Nova História Econômica do Brasil, publicada pela editora Hucitec em parceria com a ABPHE. Como uma das encarregadas do volume sobre o período imperial, a Prof.^a Rita pediu-me que assumisse o capítulo sobre os transportes nesse período. Relutei bastante, visto que minha ‘especialidade’, por assim dizer, situa-se mais na Primeira República. Decidi, contudo, aceitar o desafio e elaborei, já nos primeiros meses de 2019, o texto *Transportes e comunicações no Império brasileiro sob a óptica da história econômica*. O processo de publicação, entretanto, acabou sendo prejudicado pela pandemia, de modo que o volume *História Econômica do Brasil Império* veio a lume apenas em 2022.

Para concluir este tópico, acrescento uma observação sobre meus esforços, já de vários anos, no sentido de alertar colegas e alunas(os) para uma questão metodológica que me parece importante: a forte presença, nos órgãos da imprensa escrita sul-mato-grossense, dos chamados *press releases*. Baseado em minha própria experiência como assessor parlamentar, conforme já relatei, fui sendo despertado para essa questão à medida que foi aumentando, nos últimos anos, a utilização desses jornais como fonte histórica. Lembro-me de haver lançado publicamente esse ‘alerta’ em agosto de 2019, como membro da banca examinadora de nossa então doutoranda Márcia Bortoli Uliana. Tenho assinalado, entre outras coisas, que é preciso pensar bem para falar algo como ‘o jornal tal defendia tal ou qual ideia’; embora seja uma tarefa bastante difícil, tenho recomendado que, além de alertar o leitor, cada pesquisador ou pesquisadora busque identificar se determinada matéria é de fato uma reportagem. Tenho, enfim, observado que, para identificar a efetiva posição do periódico, vale a regra: é nos editoriais que seus proprietários se posicionam; já quanto aos *press releases*, existem alguns indícios que nos permitem identificá-los, como, por exemplo: se o texto está focado expressamente nas ações ou declarações de uma autoridade (um deputado, um vereador, um prefeito etc.), ou de um órgão público ou mesmo uma entidade privada, atribuindo-lhe atitudes positivas, é bem provável que aquele texto tenha sido produzido pela assessoria daquela autoridade ou daquele órgão ou entidade.

História econômica

Apesar de haver estudado um pouco de Economia Política ao longo de minha militância partidária, meu ingresso no doutorado em História Econômica foi, muito mais, um produto das circunstâncias. Tendo consultado, a propósito do doutorado, meu antigo orientador de mestrado, o Prof. José Ribeiro Júnior, ele não só me aconselhou a buscar a USP como também me recomendou a seus colegas de lá, a saber, a Prof.^a Raquel Glezer, então chefe do Departamento, e especialmente seu amigo Jobson Arruda, pertencente ao programa de História Econômica e que veio efetivamente a aceitar-me como orientando.

De todo modo, independentemente dessa sequência de eventos aleatórios, devo dizer que sempre me senti muito bem nessa área. Agrada-me trabalhar com temas considerados ‘econômicos’, como transportes, comércio, empresas etc. Acho que me dou suficientemente bem com números, sendo capaz de interpretar séries estatísticas e indicadores econômicos, fazer cálculos básicos e organizar tabelas – tarefas que costumam distinguir, de modo geral, os trabalhos dessa área. Contudo, não me considero um ‘historiador econômico’, pela simples razão de que não acredito nessas compartimentações. O concreto, como nos ensinou Marx, é “a síntese de múltiplas determinações”. Assim, o que existe, para mim, é a História, ou seja, a experiência humana em suas mais diversas dimensões, sem que seja possível privilegiar sempre uma delas em detrimento das outras. Com esse entendimento, inspirado em Marc Bloch, eu simplesmente vou trabalhando, abordando cada tema com a amplitude e a profundidade que estão ao meu alcance em cada momento, sem me importar demasiadamente com os rótulos que possam ser colocados em meus textos.

Atuação na pós-graduação

Minha atuação na pós-graduação começou no já referido curso de especialização em História da América Latina, no início dos anos 1990, no qual ministrei uma disciplina e orientei quatro alunas. Particpei, depois, como professor e orientador, dos outros cursos de especialização em História oferecidos pelo Ceud (tendo, ademais, coordenado os cursos realizados em 1999-2000 e 2002-2004). Além disso, atuei como professor em outros três cursos de pós *lato sensu*: um de História Regional, oferecido pelo Ceua (1997), e dois de Geografia, oferecidos pelo Ceud (2001 e 2004).

Particpei também, ao longo dos anos 1990, das discussões e encaminhamentos relativos à criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em História – um tema muito vivo na

UFMS no início daquela década, tanto que a Anpuh/MS o incluiu entre os tópicos de um seminário realizado em 1993. Inicialmente, discutia-se, entre outras coisas, o *campus* que deveria sediar esse curso, com uma certa tendência de que ele fosse criado em Campo Grande; mais tarde, nas gestões do Prof. Wilson Biasotto como diretor do Ceud e do Prof. Jorge Chacha como reitor da UFMS, foram criadas as condições para que o mestrado fosse implantado em Dourados.

A esse contexto vinculou-se diretamente a transferência, de Aquidauana para Dourados, do Prof. Cláudio Vasconcelos, em 1997. A partir de então tomou impulso o processo de elaboração do projeto do mestrado, no qual tive intensa participação. Tivemos inicialmente, ainda em 1997, a consultoria da Prof.^a Margarida de Souza Neves. Depois, durante várias semanas, o Cláudio e eu (ainda durante meu afastamento para o doutorado) trabalhamos noite após noite, em minha casa. Eu escrevia e o Cláudio opinava, sugeria, avaliava etc.: “vamos por aqui”; “não, vamos por ali que é melhor”, e assim por diante. Fizemos uma primeira versão, recebemos outra consultoria (do Prof. Ronaldo Vainfas) e, em seguida, elaboramos a versão final, aprovada pelas instâncias da UFMS e submetida à Capes.⁴⁰ Assim, o curso admitiu sua primeira turma no início de 1999.

Tendo defendido minha tese em dezembro desse mesmo ano, pude ingressar, já no ano seguinte, no corpo docente do Mestrado. Ainda em 2000 passei também a fazer parte da comissão coordenadora do curso, então chamada Colegiado, e desse órgão continuei participando pelos anos seguintes. O Cláudio, por sua vez, assumiu a coordenação do programa praticamente como uma missão, já que não havia remuneração para esse cargo e a situação política interna da UFMS, após o final dos mandatos de Biasotto e Chacha, nos era muito desfavorável.

Com a criação da UFGD, em 2005-2006, meu nome foi cogitado para a sucessão do Cláudio, que então se preparava para assumir a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Eu não tinha, contudo, nenhum interesse em assumir um cargo administrativo, ainda que remunerado (como passaria a ser a coordenação do Programa). Além disso, entendia, naquele momento, que a preferência deveria recair sobre os mais jovens, especialmente os colegas Jorge Eremites e Eudes F. Leite – os quais, em minha opinião, estavam melhor articulados com a área de História em âmbito nacional e por esse motivo poderiam contribuir mais para o desenvolvimento de nosso Programa; assim, a coordenação foi assumida pelo Prof. Eudes.

⁴⁰ As formulações relativas à linha de História Indígena foram elaboradas pelo colega Jorge Eremites.

Na sucessão seguinte, contudo, não tive como escapar. Eu continuava achando que a preferência deveria ser dos mais jovens, mas compreendi que, naquele momento, esses colegas tendiam a interpretar essa atitude como uma espécie de omissão. Assim, do Rio de Janeiro, onde estava para o pós-doutorado, telefonei para o Osvaldo Zorzato, em novembro ou dezembro de 2008, informando que aceitava a ‘missão’.

Assumi a coordenação, para um mandato de dois anos, em agosto de 2009, logo após o final do estágio na UFF, tendo a colega Graciela Chamorro como vice – e essa foi a única vez que assumi uma função gratificada, em toda a minha carreira. Já nos primeiros dias iniciei a elaboração do projeto do doutorado; fazíamos uma reunião do corpo docente, eu colhia as ideias, escrevia e apresentava em uma outra reunião, e assim fomos. Em 2010 recebemos uma consultoria da Prof.^a Raquel Glezer e do Prof. Luiz Carlos Soares (que havia sido meu supervisor no pós-doutorado); ambos vieram a Dourados e nos deram várias ‘dicas’, as quais inserimos na versão que foi, em seguida, apresentada aos órgãos superiores da universidade.

Ao mesmo tempo, a partir do início de 2010, tive que enfrentar a dura experiência de elaborar o relatório anual do Programa (o então chamado Coleta Capes). Esforcei-me por coletar tudo o que foi possível, em termos de produção e atividades dos docentes e discentes; além disso, tratei de realçar, cuidadosamente, todos os nossos pontos positivos – os quais, naquele momento, eram muitos, em razão dos altos investimentos que acompanharam a implementação da nova universidade, traduzidos, por exemplo, em contratação de professores e construção de infraestrutura física. Esses esforços foram coroados de êxito, haja vista que, no final de 2010, a avaliação do Programa subiu de 3 para 4 e nosso projeto de doutorado foi aprovado pela Capes sem ressalvas. Num esforço enorme, realizamos o processo de seleção já no início de 2011 e em março desse ano recebemos a primeira turma do novo curso. Ainda nessa gestão realizamos, em 2011, um primeiro Seminário de Planejamento Estratégico, reunindo docentes, representantes dos alunos e convidados de outras instituições.

Para concluir este tópico, vale assinalar que ministrei no PPGH, de 2000 até 2018 (exceto 2010 e 2016), a disciplina Mato Grosso do Sul: história e historiografia; em 2019 e, remotamente, em 2021, ministrei Tópicos Especiais II: História e historiografia de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No total, orientei 12 monografias de especialização (entre 1992 e 2004), 21 dissertações de mestrado (entre 2000 e 2020) e 7 teses de doutorado (entre 2013 e 2022); além disso, supervisionei, em 2017-2018, o estágio de pós-doutorado realizado no PPGH/UFGD pelo colega paraguaio Dr. Anibal Herib Caballero Campos. Tenho tido, enfim,

a alegria de ver publicados, em forma de livro, os trabalhos de inúmeras ex-orientandas e ex-orientandos.

Atuação em associações acadêmicas

Anpuh

Sinto-me orgulhoso por haver tido a oportunidade de fazer parte, desde muito cedo, do processo de organização da Seção MS da Anpuh. Participei, de fato, do evento em que ocorreu a criação do nosso Núcleo (que era como se denominavam, então, as seções regionais da entidade): o *II Seminário sobre a Realidade e o Ensino de Geografia e História*, realizado em Aquidauana em outubro de 1985. Nesse evento, em que esteve presente o então presidente nacional da associação, o Prof. Caio Boschi, foi formada uma diretoria provisória, encabeçada pela Prof.^a Marisa Bittar. Na gestão seguinte (1987-1989), já com uma diretoria considerada efetiva, a Prof.^a Marisa continuou como diretora e eu assumi o cargo de secretário, ficando o Prof. Cláudio Vasconcelos como tesoureiro.

Em outubro de 1992 foi realizado, também em Aquidauana, aquele que ficou sendo considerado o primeiro Encontro da Anpuh/MS.⁴¹ Fomos de Dourados com uma pequena delegação e lá acabamos eleitos para realizar o segundo encontro. Na nova diretoria, ficamos Regina Heloiza Targa Moreira, como secretária, Marina Wenceslau, como tesoureira, e eu como diretor (“presidente”). Essa diretoria promoveu em Dourados dois eventos de grande porte: o seminário *A Pós-Graduação em História em Debate na UFMS*, em abril de 1993, e o *2º Encontro de História de Mato Grosso do Sul*, em outubro de 1994.

Participei ainda, ativamente, da organização de três outros encontros da Anpuh/MS, realizados em Dourados: o 6º, em 2002 (quando pela primeira vez foram publicados anais com textos completos), o 8º, em 2006 (o primeiro organizado sob a forma de simpósios temáticos), e o 14º, em 2018; nos dois primeiros eu ocupava o cargo de secretário, e no último era o 2º secretário. Fico feliz em dizer que participei, com apresentação de trabalho, de todos os nossos encontros regionais, desde 1992 até 2022 (exceto aquele realizado em Corumbá em 1996).⁴² Além disso, desde 2006 tenho sempre participado desses encontros como coordenador de simpósios temáticos.

⁴¹ Embora um pequeno encontro já houvesse sido realizado em Corumbá, em 1988, esse de Aquidauana foi o primeiro em que ocorreu a apresentação de trabalhos por parte de pesquisadores docentes e discentes.

⁴² Mesmo não tendo comparecido ao evento de 1996, enviei um trabalho, que constou no caderno de resumos.

Muito menos intensa tem sido, por outro lado, minha presença na Anpuh em âmbito nacional. Particpei de apenas quatro simpósios nacionais, em 1987 (Brasília, ainda sem apresentação de trabalho), 1993 (São Paulo), 2001 (Niterói) e 2005 (Londrina). A verdade é que, a partir dos anos 1990, como não conseguia produzir trabalhos em número suficiente para todos os eventos a que gostaria de estar presente, decidi priorizar a participação naqueles de História Econômica. Não obstante, em 2010, quando se estava preparando a comemoração do cinquentenário da Associação, fui designado pela seção regional para escrever o capítulo referente a Mato Grosso do Sul, que intitulei *A historiografia sul-mato-grossense, 1968-2010: notas para um balanço* (incluído no livro *Do passado para o futuro*, publicado em 2011 sob a coordenação da Prof.^a Raquel Glezer).

ABPHE

A ABPHE foi fundada, como já dito, em 1993, em um evento acadêmico realizado na USP. Durante um certo tempo, contudo, os novos associados ingressavam na entidade ainda na condição de ‘sócios fundadores’ – e foi o que ocorreu comigo, pois me filiei em 1995, por intermédio de meu então orientador de doutorado. Diferentemente da Anpuh, a ABPHE não tem seções regionais, mas promove dois eventos nacionais: os congressos brasileiros de História Econômica (realizados juntamente com as conferências internacionais de História de Empresas) e os encontros de pós-graduação em História Econômica. Como já relatei, tenho participado desses eventos apresentando trabalhos, integrando comissões científicas e coordenando sessões.

Na ABPHE, fui membro (titular ou suplente) do Conselho de Representantes (Região Centro-Oeste) entre 2007 e 2021. Fui membro também, em 2016, da comissão avaliadora da primeira edição do Prêmio ABPHE de Tese e Dissertação. Fiz parte da diretoria da entidade na gestão 2017-2019, no cargo de 2º secretário, e nessa condição atuei diretamente e intensamente na organização do congresso realizado em setembro de 2019 em Criciúma (segundo, no caso, o costume da associação, segundo o qual a organização dos congressos cabe ao vice-presidente, ao 2º secretário e ao 2º tesoureiro). Desde 2020, enfim, faço parte do Conselho Editorial da ABPHE, órgão assessor da diretoria para assuntos relacionados à publicação de livros, com ou sem desembolso financeiro.

O Centro de Documentação Regional

Quando cheguei ao Ceud, no início do ano de 1990, logo me interessei pelo Centro de Documentação Regional, que nessa época era apenas um ‘projeto de pesquisa’. Naquele ano, a

coordenadora do projeto era a Prof.^a Marina Wenceslau; eu me tornei imediatamente seu colaborador, e, pelos anos seguintes, nunca mais deixei de trabalhar no CDR.

Naquela época, nosso acervo resumia-se ao conteúdo de uma simples estante de aço, 'hospedada' na Biblioteca. A então diretora do Ceud, Prof.^a Zonir de Freitas Tetila, a pedido da Marina, cedeu ao Centro o que me parece ter sido seu primeiro espaço físico próprio: a salinha de um antigo laboratório, em um formato alongado, ainda com as torneiras e cubas nas bancadas azulejadas, sob as quais havia úteis armários. Em 1991, por sugestão minha, o CDR passou a ser uma **atividade permanente** do Departamento de Ciências Humanas (DCH), deixando a problemática condição de 'projeto' (mais tarde, com a criação da UFGD, ele passou a caracterizar-se como um laboratório da Faculdade de Ciências Humanas, sucessora do velho DCH).

Meu primeiro trabalho importante, concluído em 1992, foi a elaboração de uma listagem do acervo do Centro. Para tanto utilizamos – com o estímulo e a ajuda do já referido colega Adailton Alves da Cruz – um programa de computador, o *Dbase 3*; uma vez impressa, a listagem foi enviada, a título de intercâmbio, a instituições similares do estado e do país. O CDR progrediu bastante com as gestões da dobradinha Biasotto/Chacha. Nessa época, foram adquiridos móveis e equipamentos, a partir de uma lista que elaborei em 1994, quando exercia a função de coordenador do Centro; eu já estava afastado para o doutorado quando, tendo recebido mesas, cadeiras, estantes de bandeja e até uma leitora de microfilmes, nos mudamos para um novo espaço, mais amplo (uma antiga sala de aulas).

Enquanto estive afastado, a coordenação foi assumida pelo Prof. Jorge Eremites, mas já em 1998 fui novamente designado para essa função, na qual continuei até o ano de minha aposentadoria, ou seja, durante 20 anos.

O CDR foi muito beneficiado com o início do programa de pós *stricto sensu* em História e, mais tarde, com o advento da UFGD. No âmbito do programa obtivemos, com grande esforço do Prof. Cláudio Vasconcelos, um financiamento do CT-Infra para a construção de um prédio próprio para o Centro – o qual foi edificado na Cidade Universitária em 2005. Criada a UFGD, esse prédio foi ampliado e o CDR obteve, pela primeira vez, funcionários efetivos (até então trabalhávamos apenas com estagiários e voluntários). Nos anos seguintes, o Centro foi favorecido pelo programa Pró-Equipamentos, da Capes (tendo sido adquiridos, por exemplo, uma leitora/digitalizadora de microfilmes e dois *scanners* planetários, sendo um A 2 e outro A 1).

Considero minha participação no CDR um dos trabalhos mais importantes, senão o mais importante que consegui realizar em minha carreira em Dourados. Entre outras coisas, orgulho-me de haver introduzido no Centro, por inspiração de um texto de Hobsbawm, a prática de colecionar documentos atuais. A ideia é simples: os papéis e outros materiais que descartamos hoje podem ser aqueles que nossos sucessores gostariam de consultar amanhã. Assim começamos, já em 1990, a coletar, por exemplo, cartazes, folhetos diversos (inclusive de propaganda comercial), jornaizinhos, material de propaganda eleitoral e até mesmo embalagens de produtos – tudo, claro, dentro do enfoque ‘regional’, ou seja, basicamente Mato Grosso do Sul/Mato Grosso.

O processo de formação das coleções do CDR contou com dezenas de colaboradores informais, que coletavam os documentos e vinham depositá-los no Centro. Contamos também, no dia a dia, com o trabalho de muitas pessoas, que, quando ainda não dispúnhamos de servidores efetivos, mantinham o espaço aberto às pesquisadoras e pesquisadores. Entre essas pessoas, e sem nenhum desmerecimento das demais, destaco aqui a Prof.^a Maria Aparecida Ferreira Carli e, de modo muito especial, Carlos Barros Gonçalves, que começou como estagiário do IEL/Prefeitura de Dourados, quando ainda estudante de graduação em História, tornou-se servidor técnico-administrativo e depois professor concursado e continua até hoje no CDR.

Julgo que, em minhas gestões, consegui interpretar adequadamente o propósito que estava presente desde o início do projeto do CDR: reunir material para a pesquisa em temas regionais, vale dizer, facilitar às pesquisadoras e pesquisadores o acesso a tais fontes. Nessa faina, é certo que, em alguns casos, fomos ‘atropelados’ pelas transformações tecnológicas. É o caso, por exemplo, de dois conjuntos documentais em microfilmes que pude conseguir para o CDR e que eram, em sua época, muito importantes:

- 1) Os relatórios dos presidentes da província e estado de Mato Grosso, em microfilmes fornecidos, em 1997, pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR, da UFMT/Cuiabá);
- 2) Jornais mato-grossenses/sul-mato-grossenses existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (quase 150 títulos, dos séculos XIX e XX), cópias fornecidas pela BN em 2008.

Em poucos anos, esses microfilmes acabaram caindo em desuso, mas por uma boa razão: os relatórios foram quase todos gratuitamente disponibilizados na internet pelo Center for Research Libraries, enquanto os periódicos passaram a estar disponíveis na Hemeroteca Digital da BN. Ainda úteis, contudo, pelo menos em parte, continuam sendo as cópias de vários

documentos existentes no Arquivo Nacional e no CPDOC/FGV, as quais foram obtidas mediante os recursos concedidos pela Fundect, entre 2006 e 2008, a meu projeto de pesquisa, conforme já referido. No Arquivo Nacional, foram obtidas cópias digitais ou em microfimes, de partes de vários fundos, especialmente do Instituto Nacional do Mate e da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, bem como extensa documentação referente ao Território Federal de Ponta Porã. No CPDOC/FGV, obtive cópia em microfimes do extenso arquivo pessoal do general Bertoldo Klinger (personagem intimamente ligado à história sul-mato-grossense nas décadas de 1920 e 1930).

Nesse campo, contudo, nosso trabalho de maior vulto, e de maior impacto e relevância, foi certamente a digitalização do jornal *O Progresso*. Por meio de uma parceria iniciada em 2013 entre a UFGD e a direção do jornal, o CDR digitalizou a coleção completa desse periódico, desde o seu primeiro número, de abril de 1951, até agosto de 2005 (quando a produção do jornal passou a ser totalmente digital). No mesmo processo, foi digitalizada também a coleção do periódico igualmente intitulado *O Progresso* que foi publicado na cidade de Ponta Porã entre 1920 e 1927. Todo o material digitalizado foi submetido a um programa de OCR (reconhecimento óptico de caracteres), o que possibilita a pesquisa por palavras. O trabalho, delicado e minucioso, envolveu um grande número de estagiários e foi extenuante para toda a equipe do CDR (tanto para mim, pessoalmente, como especialmente para Ivanir Martins de Souza e Carlos Barros Gonçalves), pois envolvia desde a ‘desmontagem’ dos volumes encadernados e a higienização dos originais até a conferência, página por página, do material digitalizado, para corrigir falhas ou imperfeições. O processo foi, assim, concluído apenas no ano de 2018.

Trajetória acadêmica: considerações diversas

Antes de encerrar, gostaria de registrar aqui algumas das alegrias que tive ao longo de minha carreira. Sinto-me feliz, por exemplo, por haver recebido da Câmara Municipal de Dourados, em 2003, o título de Cidadão Douradense – haja vista que considero, efetivamente, Dourados como a minha cidade. Meu trabalho recebeu também um reconhecimento por parte das câmaras de Campo Grande (por ocasião do centenário da chegada da E. F. Noroeste do Brasil à cidade, em 2014) e de Anastácio (Comenda Visconde de Taunay, 2022). Além disso, em 2014 fui incluído entre os 50 autores sul-mato-grossenses lembrados no livro *Vozes da Literatura*, publicado pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.

No âmbito diretamente acadêmico, destaco a já mencionada incumbência que – ainda na condição de doutorando – recebi, em 1998, da ABPHE, a saber, representar o Brasil em um

congresso internacional. Outra alegria especial foi a menção honrosa recebida, em 2009, por Ana Paula Menezes, minha orientanda de Iniciação Científica (voluntária, isto é, sem bolsa). Tenho sido distinguido também com inúmeros convites para elaboração de prefácios, tanto por ex-orientandas(os) como por colegas, seja da UFGD ou de outras instituições.

Considero relevante registrar, enfim, que sou integrante, há muitos anos, da rede acadêmica Researchgate.net, na qual coloquei à disposição do público vários de meus trabalhos acadêmicos, aí incluídos os livros publicados em 1997 e 2004 (devidamente escaneados e transformados em arquivos do tipo PDF).

Conclusão

A redação deste texto representou, para mim, uma curiosa e desafiadora experiência. Recordar, consultar documentos, avaliar, registrar: essas tarefas nos são familiares em nosso ofício de historiadores, mas, quando dizem respeito à nossa própria trajetória, assumem um significado às vezes inesperado.

Embora eu tenha procurado realizar este trabalho com o máximo de boa-fé, ele certamente contém muitos equívocos, lacunas e omissões – como seria, aliás, de esperar em um relato como este, prisioneiro, como qualquer outro, das armadilhas da memória (e dependente, ademais, das decisões do autor sobre o quê, quanto e como revelar). Espero, de todo modo, haver reunido elementos que possam contribuir para o conhecimento da nossa história, em especial do Ceud, da UFGD e da cidade de Dourados.

Para encerrar, agradeço as oportunidades de aprendizado que me foram proporcionadas pelas centenas de pessoas, em especial alunas(os), com as quais convivi nessa trajetória e que me trataram com carinho e respeito. E agradeço, em especial, à UFMS e à UFGD, instituições públicas que me ofereceram imensas possibilidades de desenvolvimento profissional; tudo o que realizei em minha carreira devo a elas.

DA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA À DEMOCRACIA AMEAÇADA: RELATO DE UMA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E ACADÊMICA EM DUAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS

André Luiz Faisting

Do novelo emaranhado da memória, da escuridão dos nós cegos, puxo um fio que me aparece solto. Devagar o liberto, de medo que se desfaça entre os dedos. É um fio longo, verde e azul, com cheiro de limos, e tem a macieza quente do lodo vivo. É um rio. Corre-me nas mãos, agora molhadas. Toda a água me passa entre as palmas abertas, e de repente não sei se as águas nascem de mim, ou para mim fluem (...)

José Saramago

Introdução

Este texto é uma síntese do memorial apresentado para promoção à classe de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A defesa pública do referido memorial foi realizada em 30 de setembro de 2022, dois dias antes do primeiro turno de uma das eleições presidenciais mais importantes no Brasil⁴³. Afinal, não se tratou apenas de uma eleição, mas de uma escolha entre democracia ou autoritarismo, ciência ou negacionismo, civilização ou barbárie. Quis o destino que minha trajetória profissional e acadêmica iniciasse em 1985, no contexto da redemocratização do país, e chegasse ao final de 2022, quando alcancei o último nível da carreira acadêmica, em um momento marcado por graves ameaças à democracia tão arduamente construída ao longo das últimas quatro décadas⁴⁴.

Nesse sentido, para situar minha trajetória profissional e acadêmica em um contexto político e social mais amplo, optei por resgatar minha jornada desenvolvida ao longo de 38 anos

⁴³ Agradeço a Lisandra Pereira Lamoso, querida colega da UFGD que presidiu a banca, Maria Inês Rauter Mancuso, Maria da Glória Bonelli e João Roberto Martins Filho, querido/as professore/as da UFSCar que muito me honraram como membros da banca.

⁴⁴ A violência política que marcou as eleições de 2022 se materializou nos graves atentados às instituições democráticas em 08 de janeiro de 2023. Felizmente a democracia resistiu naquele momento. Contudo, não há indicações de que a divisão e o ódio político que caracterizaram os últimos anos cessem no curto prazo, e tudo indica que os desafios para a garantia e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito permanecerão.

em duas universidades públicas federais. Além do contexto de retomada da democracia, o início de minha trajetória coincidiu com o processo político que culminou na promulgação da Constituição de 1988 e, com ela, na inauguração de um novo paradigma civilizatório. Nos últimos anos, esse paradigma também tem sido constantemente ameaçado.

Assim, embora minha promoção à professor titular tenha como referência os 16 anos como docente na UFGD, considere também a trajetória profissional e acadêmica desenvolvida na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). De jovem aprendiz à servidor técnico-administrativo, da formação acadêmica em Ciências Sociais à coordenador de atividades e projetos de extensão, foram mais de duas décadas de uma intensa jornada na UFSCar. Foi nessa universidade que vivi minha infância na companhia de meu pai que lá trabalhava, passei pela adolescência e pela juventude como jovem aprendiz de muitos aprendizados, e iniciei minha carreira como servidor técnico após aprovação em concurso público. Foi na UFSCar, enfim, que conheci minha esposa e foi na creche da UFSCar que meus filhos viveram os primeiros anos de suas infâncias.

Por essa razão este memorial começa pela trajetória profissional na UFSCar, passa pela formação acadêmica também na UFSCar e pela experiência docente em outras instituições de educação básica e de ensino superior, até o ingresso como docente na UFGD, momento em que pude me dedicar exclusivamente à vida e à produção acadêmica. A trajetória anterior ao ingresso na UFGD me credenciou para buscar novas experiências, novos aprendizados, novos/as amigos/as e, com isso, encontrar meu novo lugar.

Em 2006, quando cheguei na UFGD para trabalhar como docente no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, encontrei uma universidade em construção, a exemplo daquela UFSCar do início dos anos de 1970 que também vi nascer e depois se desenvolver. Ainda que vários colegas já estivessem na UFGD, tratava-se de uma nova universidade que precisava se desenvolver a partir de sua vocação original, qual seja, a de uma universidade com qualidade acadêmica, compromisso com a inclusão social e respeito à diversidade étnica, cultural e ambiental que caracteriza a região na qual ela está inserida.

Para mim e minha família, que vínhamos de um lugar bastante diferente, foi uma experiência transformadora em todos os sentidos. Estávamos chegando em um lugar marcado pela realidade de vida das pessoas do campo e dos povos indígenas em suas lutas históricas pela terra e pelo *tekohá*, um lugar atravessado pelas contradições do viver na fronteira. Nos termos de Martins (2008, p. 9-10), a fronteira é “um cenário de intolerância, ambição e morte”, ao mesmo tempo que é o “lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança”. Por isso,

é na fronteira que “se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem”.

É no contexto desse novo lugar, marcado pelos velhos problemas que atravessam a história de nosso país, que venho desenvolvendo minha trajetória acadêmica na UFGD. É essa trajetória, bem como seus antecedentes, que apresento neste memorial por meio do relato das atividades técnico-administrativas, de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica realizadas, sem deixar de reconhecer que essas atividades também foram marcadas por experiências pessoais e humanas sem as quais não teriam significado.

Por isso é necessário agradecer todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me conduziram e me sustentaram nessa jornada. Inicialmente, sou grato aos amigos e colegas da UFSCar, que me acolheram ainda na adolescência e depois me apoiaram ao longo de minha trajetória nessa universidade. Agradeço também, e de forma especial, meus professores e minhas professoras nos cursos de graduação, mestrado e doutorado realizados na UFSCar, pelos ensinamentos e inspiração, especialmente no que se refere ao estímulo para sempre conciliar produção acadêmica e compromisso social.

Na UFGD, sou grato aos colegas que lutaram pela criação da universidade e me acolheram quando cheguei, em especial colegas da Faculdade de Ciências Humanas e do Curso de Ciências Sociais com quem compartilhei projetos e aprendizados. Também agradeço aos técnicos, especialmente aqueles/as com quem trabalhei e que me auxiliaram nas funções administrativas e nas coordenações de curso que exerci. Por fim, sou grato aos estudantes e orientandos/as com quem compartilhei conhecimentos acadêmicos e experiências de vida, bem como as pessoas com as quais desenvolvi diálogos de saberes nos projetos de ensino e de extensão, de forma especial as pessoas do campo e os/as profissionais da educação básica. A rica convivência com as diferentes formas de ser, agir e pensar dessas pessoas sempre me alimentou como professor, pesquisador e extensionista.

Agradeço, finalmente, ao meu pai Aparecido Faisting e à minha irmã Lazara Faisting, por sempre me apoiarem durante o tempo que estiveram comigo, e de forma especial às mulheres que sempre me sustentaram material e afetivamente: minha mãe Antônia Porfírio Faisting e minha irmã Leonor Faisting Zentil, pelo cuidado e proteção que sempre me dispensaram, e minha esposa Maria Luiza Gonçalves Faisting, pela parceria e incentivo sem os quais essa trajetória seria improvável. Agradeço, por fim, aos meus filhos Matheus Gonçalves Faisting e Felipe Gonçalves Faisting, por me darem o sentido e o motivo para continuar, sempre.

Trajétoria profissional e acadêmica na ufscar

De jovem aprendiz a servidor técnico-administrativo

Minha relação com o ambiente universitário se confunde com a minha história de vida. Nasci praticamente ao mesmo tempo em que a Universidade Federal de São Carlos iniciou as suas atividades. Meu pai esteve entre os primeiros servidores dessa universidade, onde trabalhou como vigilante por mais de duas décadas até se aposentar. Assim, desde a infância me acostumei a frequentar o campus universitário na sua companhia, ocasião em que a UFSCar ainda era uma universidade pequena, permitindo que técnicos, docentes e estudantes vivenciassem, de fato, uma experiência comunitária⁴⁵.

Como vigilante, meu pai circulava por todos os setores da universidade, e junto com ele pude experimentar, desde cedo, a sensação de estar em um ambiente acadêmico. Mesmo aos finais de semana, quando meu pai estava trabalhando e a UFSCar mantinha seus portões abertos à comunidade externa, frequentávamos o campus em família para brincar e praticar esportes. Esse período inicial, que marcou de forma profunda minha infância, foi crucial para as minhas futuras escolhas profissionais, pois passei a alimentar o desejo de, assim como meu pai, trabalhar naquela universidade.

Esse desejo se realizou em 1985, quando, aos 15 anos, iniciei minha jornada profissional na UFSCar como patrulheiro⁴⁶. Essa primeira fase de minha trajetória profissional se estendeu até 1988 e coincidiu com o período em que saíamos de um regime de exceção marcado pela ditadura militar (1964-1985) e caminhávamos rumo à Constituição Cidadã. Foi um período de muito aprendizado político e cultural, pois os debates eram intensos na comunidade acadêmica, e, mesmo com as diferenças político-partidárias sobre os rumos a seguir, o entusiasmo e a esperança de construção de uma sociedade mais justa, com mais liberdade e menos desigualdade eram comuns.

Nesse cenário, o contato com o movimento sindical foi decisivo para moldar a minha consciência política desde muito jovem. Mesmo sendo apenas um adolescente aprendiz, fui acolhido pelo sindicato dos servidores da UFSCar, até porque já era conhecido desde a infância

⁴⁵ Criada por Decreto em maio de 1968, a UFSCar iniciou suas atividades em março de 1970 nas instalações de uma antiga fazenda da região, com a chegada de seus primeiros alunos dos cursos de Engenharia de Materiais, pioneiro na América Latina, e de Licenciatura em Ciências, hoje extinto.

⁴⁶ “Patrulheiro” é a designação que recebem os “jovens aprendizes” formados no “Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro” (CAMP) em São Carlos. Criado em 1962, e inspirado no Código de Menores da época, o CAMP foi uma instituição pioneira na formação e inserção de adolescentes no mercado de trabalho.

por seus membros⁴⁷. As viagens a Brasília para participar das mobilizações e dos debates durante a Constituinte eram comuns, e por algumas vezes vivenciei a experiência de estar na capital do país nesse momento histórico.

Da mesma forma, conviver com o movimento estudantil e com os estudantes nos diversos espaços acadêmicos e recreativos da universidade despertou em mim outro desejo, o de estudar na UFSCar, algo improvável já que essa possibilidade não fazia parte da realidade de minha família⁴⁸. Com efeito, naquele momento a necessidade de renda se sobrepôs ao desejo de se preparar para o vestibular, e priorizei a formação técnica com o intuito de obter um retorno financeiro mais imediato, pois, em princípio, não havia a perspectiva de continuar trabalhando na UFSCar depois da maioridade⁴⁹.

Contudo, quando completei 18 anos, os docentes do Departamento de Física onde trabalhava se mobilizaram para que eu ali permanecesse, e assim fui contratado como auxiliar administrativo através de um convênio com o CNPq que financiava pesquisas nas quais os docentes atuavam. Nessa segunda fase de minha trajetória profissional na UFSCar, quando atuei como servidor temporário, aprimorei os conhecimentos técnicos sobre os trâmites e os processos administrativos na universidade, bem como desenvolvi habilidades como digitação de textos acadêmicos e científicos⁵⁰, conhecimentos que seriam importantes para a aprovação no concurso público dois anos depois.

Das funções administrativas à coordenação de atividades de extensão

Ainda na vigência do contrato temporário, e com 20 anos de idade, fui aprovado em concurso público como técnico-administrativo na UFSCar, iniciando minha carreira como servidor público federal. Nessa nova fase, passei a trabalhar no Gabinete da Reitoria, onde permaneci por quinze anos. Trabalhar na administração central me permitiu compreender os trâmites administrativos, jurídicos e políticos que determinam a lógica de funcionamento de

⁴⁷ Meu pai também participou de algumas gestões do Sindicato dos Servidores Técnicos da UFSCar, atuando no setor de esportes, responsável especialmente pela equipe de futebol, uma de suas grandes paixões.

⁴⁸ Meus pais não concluíram o ensino fundamental, e dos seis filhos que tiveram eu fui o único a realizar um curso de nível superior. Meus irmãos e minhas irmãs também começaram a trabalhar muito cedo, mas a oportunidade que tive de iniciar minha experiência profissional no ambiente universitário certamente foi um dos fatores determinantes para que eu rompesse essa barreira.

⁴⁹ No mesmo ano que ingressei na UFSCar, em 1985, comecei o ensino médio. Como a formação técnica era a melhor opção para quem pretendia uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, optei pelo Curso Técnico em Eletrônica na ETEC de São Carlos, à época chamada de Escola Industrial. Com isso, a formação no ensino médio ficou comprometida, dificultando o ingresso na universidade por meio de vestibular.

⁵⁰ Lembro-me de ter datilografado, em máquina eletrônica, algumas teses e dissertações, pois naquela época ainda não haviam editores de texto. Um pouco mais tarde, com a chegada dos primeiros microcomputadores e alguns *softwares* especiais, aprendi a digitar textos científicos e apostilas de Física Experimental.

uma universidade federal. É na administração central que se discute e se decide, por meio dos conselhos superiores, os assuntos mais importantes para a universidade. Assim, pude acompanhar de forma mais direta as implicações decorrentes das mudanças nas políticas educacionais de ensino superior ao longo dos anos 1990 e em parte dos anos 2000.

Iniciei minhas atividades na Reitoria da UFSCar em 18 de dezembro de 1989, um dia após a histórica eleição presidencial que elegeu Fernando Collor de Mello e inaugurou um período de grandes dificuldades para o sistema público federal, em particular para as universidades. Com o *impeachment* de Collor no final de 1992, deu-se início ao governo Itamar Franco e as universidades federais vivenciaram um curto período de retomada nos investimentos⁵¹. Os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), contudo, voltaram a ser de enormes dificuldades, e faltavam recursos até mesmo para as despesas básicas de funcionamento da UFSCar. Além disso, foi um período marcado por arrochos salariais dos servidores, bem como pela significativa redução no número de concursos públicos. Finalmente, com a chegada de Lula à presidência, em 2003, novamente se abriu um horizonte de esperança para o fortalecimento das universidades federais, não apenas pela expressiva ampliação do número de novas universidades e novos campi em várias regiões do país, mas também pela ampliação do financiamento para o desenvolvimento de projetos acadêmicos e sociais⁵².

Depois de quinze anos trabalhando no gabinete da reitoria, passei a atuar junto aos núcleos de extensão, minha última experiência profissional na UFSCar⁵³. Convidado e orientado inicialmente pela professora Norma Valencio, com quem trabalhei em vários projetos de extensão, com destaque para as ações da Incubadora Regional de Cooperativas Populares⁵⁴ e para os Cursos de Extensão em Direitos Humanos⁵⁵, pude valorizar ainda mais a extensão universitária. Já como coordenador do Núcleo UFSCar-Cidadania, função exercida de 2004 a 2006, coordenei e participei de vários projetos, entre eles as duas primeiras edições da Semana

⁵¹ Nesse período foi criada a Biblioteca Comunitária da UFSCar, um projeto importante para a universidade e para a comunidade externa. Frequentei a antiga biblioteca, limitada em espaço, equipamentos e acervo, e iniciar meu curso de graduação com a nova Biblioteca Comunitária foi algo marcante.

⁵² É importante registrar que pude ingressar como docente em uma universidade federal, em 2006, em virtude da expansão do sistema público federal de ensino patrocinada no segundo mandato do governo Lula.

⁵³ Para aproximar a universidade da sociedade a UFSCar criou, em 1996, seis Núcleos de Extensão: Cidadania, Escola, Município, Saúde, Sindicato e Empresa.

⁵⁴ Criada em 1998 como fruto do trabalho integrado dos Núcleos de Extensão Sindicato, Município e Cidadania, a INCOOP fomentava a criação de cooperativas populares para geração de trabalho e renda em comunidades carentes (Faisting *et al.*, 2000).

⁵⁵ Coordenei dois Cursos Extensão em Direitos Humanos: um sobre integração comunidade – Polícia Militar e outro sobre Organização Comunitária contra a Violência (Faisting, 2001b; 2001c).

Nacional de Ciência e Tecnologia (2004 e 2005) e a Primeira Mostra de Políticas Públicas Municipais de São Carlos (2004), eventos nos quais apresentávamos à comunidade externa os projetos acadêmicos de interesse social.

Destaco, ainda, dois projetos de extensão em que pude trabalhar com minha orientadora da graduação, Maria Inês Rauter Mancuso: o projeto “Florestan Fernandes: memória e presença” (2005), evento que contou com várias atividades acadêmicas e com a inauguração da biblioteca do sociólogo na UFSCar; e, finalizando minhas atividades na UFSCar, o Programa “Conexões de Saberes: diálogos entre universidade e comunidades populares”, um projeto que tinha por objetivo estimular a articulação entre a universidade e as comunidades populares, proporcionando trocas de saberes.

As atividades desenvolvidas como extensionista, articuladas à formação em nível de pós-graduação na UFSCar, oportunizaram minhas primeiras produções acadêmicas sobre sistema de justiça e direitos humanos⁵⁶, temas que continuariam centrais em minha trajetória na UFGD. Antes de apresentar essa trajetória, contudo, é preciso registrar que também foi na UFSCar que realizei aquele outro desejo almejado na adolescência, e de forma concomitante à atuação profissional desenvolvi toda a minha formação acadêmica nessa universidade, desde o ingresso na primeira turma da graduação em Ciências Sociais até a conclusão do doutorado, também como integrante da primeira turma.

A Graduação em Ciências Sociais na UFSCar

Quando iniciei a minha graduação na UFSCar, já trabalhava há vários anos nessa universidade. Conciliar a condição de servidor com a condição de estudante, no entanto, não era apenas uma novidade, mas um imenso desafio a ser vencido, o que só foi possível porque contei com o apoio e o incentivo de muitas pessoas⁵⁷. Além disso, naquela época já acumulava muitas responsabilidades familiares e, ainda durante a graduação, iniciei minha vida conjugal. Por tudo isso, minha formação acadêmica foi atravessada por fortes experiências pessoais e familiares, marcadas por alegrias e perdas.

⁵⁶ Entre 1999, quando concluí o mestrado, e 2006, quando deixei a UFSCar para ingressar na UFGD, publiquei artigos em revista (Faisting, 1999b; 2001a) e capítulos de livros (Faisting, 1999a; 2000; 2001b; 2001c), além de textos e resumos em anais de congressos nacionais e internacionais.

⁵⁷ Naquele momento trabalhava na Reitoria da UFSCar e contei com indispensável apoio do reitor, Professor Sebastião Elias Cury, e do vice-reitor, Professor Newton Lima Neto, que permitiram que meus horários de trabalho fossem alterados de forma que pudesse frequentar as aulas sem prejuízo de minhas atividades profissionais. Da mesma forma, contei com apoio e incentivo dos colegas de trabalho na reitoria.

A intenção em realizar graduação em Ciências Sociais não estava em meus planos inicialmente, pois quando comecei a vislumbrar a possibilidade de ingressar na universidade o desejo oscilava entre Jornalismo e Direito⁵⁸. Assim, a razão pela qual decidi fazer vestibular para Ciências Sociais se justifica por dois motivos. Primeiro, porque as opções de preferência à época não constavam do rol de cursos disponíveis nas universidades públicas do município onde residia e trabalhava; para realizar o curso em outras cidades teria que abrir mão de minha carreira como servidor público concursado, algo que tinha conquistado com muito esforço.

Em segundo lugar, a escolha pelas Ciências Sociais se tornou uma opção depois de uma longa conversa com o saudoso professor José Albertino Rodrigues⁵⁹, idealizador do curso na UFSCar. Como registrou a professora Maria Inês Rauter Mancuso, em um texto de memórias publicado no *site* da Sociedade Brasileira de Sociologia, “o curso realizava antigo sonho do Prof. Albertino: formar pesquisadores”. De fato, se tratava de um curso com forte ênfase na formação de pesquisadores, com proposta curricular inovadora⁶⁰.

Assim, em 1991 ingressei como estudante na primeira turma do Bacharelado em Ciências Sociais da UFSCar. O primeiro ano do curso foi marcado por dois eventos que nos impactaram profundamente. Antes do final do primeiro semestre teve início uma greve que durou 107 dias⁶¹, gerando desestímulo em muitos estudantes para a retomada depois. O segundo evento foi mais traumático, pois em outubro de 1991 perdemos nossa principal referência em um trágico acidente de automóvel. O professor José Albertino Rodrigues era especial para nós não apenas por ter idealizado o curso, mas por nos introduzir de forma inspiradora no universo da Sociologia. Sua trágica morte, junto com a sua esposa e um estudante a quem eles ofereciam carona, causou grande comoção em toda a comunidade acadêmica, mas atingiu de forma especial seus alunos e alunas que o aguardavam naquele dia fatídico para a realização de uma aula extra, em um horário alternativo e não usual.

⁵⁸ Curioso registrar que meus filhos concluíram a formação de nível superior justamente nas áreas de Jornalismo e Direito, e hoje atuam profissionalmente nessas áreas.

⁵⁹ O professor Albertino me falou do curso de forma tão empolgante que me envolveu naquele sentimento, e, então, não tive dúvidas que aquela seria a melhor opção, sobretudo porque permitiria conciliar o trabalho e os estudos na mesma universidade. Cassado em 1964, o professor Albertino foi um dos fundadores do DIEESE, onde exerceu a função de diretor técnico de 1957 a 1962. Além disso, foi presidente da SBS e vice-presidente da SBPC. Na UFSCar desde 1977, criou o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e o Núcleo de Pesquisa e Documentação para treinamento em pesquisa social.

⁶⁰ O curso combinava disciplinas teóricas com disciplinas de Metodologia Científica, Estatística, Métodos Quantitativos, Pesquisa Social, Planejamento e Análise de *Survey* e Projeto de Pesquisa. Inovava, ainda, ao incluir no currículo a disciplina “Integração Científica”, com aulas de Matemática, Física, Química e Biologia.

⁶¹ A greve ocorreu de junho a setembro de 1991, e tinha como reivindicações, entre outras, recomposição salarial, abertura de concursos e escolha de dirigentes por processo de eleições diretas e democráticas.

Nos anos seguintes, novos docentes chegaram e contribuíram para a consolidação do curso⁶². Destaco a importância de duas professoras em minha formação: Maria Inês Rauter Mancuso, que chegou para dar continuidade ao legado do Prof. Albertino e orientou meu Trabalho de Conclusão de Curso. E Maria da Glória Bonelli, que, ainda na graduação, me apresentou a Sociologia das Profissões e permitiu, com isso, meu interesse sociológico pelo mundo do Direito, tendo me orientado, posteriormente, no Mestrado em Ciências Sociais.

Sobre o Trabalho de Conclusão de Curso, naquele momento, já eram frequentes os debates acadêmicos sobre a “pós-modernidade”, e fui incentivado pela professora Maria Inês a fazer uma leitura dos clássicos da Sociologia à luz das “novas” teorias. Assim, intitulei meu TCC de “Modernidade: um projeto inconcluso?”, e concluí o curso de Bacharelado em Ciências Sociais em 1994, mesmo ano em que aguardávamos a chegada de nosso primeiro filho.⁶³ A nova condição familiar e a necessidade de continuar trabalhando não impediram que continuasse a minha formação acadêmica em nível de pós-graduação. Afinal, naquele momento, já estava convencido de que tinha feito a escolha certa, e que as Ciências Sociais seriam a base na qual construiria minha vida acadêmica e profissional.

O Mestrado em Ciências Sociais na UFSCar

Em 1995, mesmo ano em que ingressei no mestrado, a professora Maria da Glória Bonelli iniciou o projeto de pesquisa “Profissões Jurídicas e Sistema de Justiça”, que investigava, entre outros assuntos, o impacto do profissionalismo no sistema de justiça⁶⁴. Foi no âmbito desse projeto, e dentro da área de Sociologia das Profissões, que apresentei um projeto para ingressar no mestrado com o título provisório de “A reforma do Poder Judiciário e o Acesso à Justiça: o caso dos Juizados Especiais de Pequenas Causas”.

A pesquisa analisou a tensão entre a justiça formal de decisão e a justiça informal de conciliação. A hipótese era que com os Juizados Especiais de Pequenas Causas criou-se também um processo de dupla institucionalização do judiciário, com duas formas distintas de prática judiciária: uma que visava o acordo entre as partes por meio da atuação de um conciliador, e

⁶² Registro a importância, além de minhas orientadoras na graduação e no mestrado, dos/as professores/as Marly Vianna, Ramon Castro, Antônio Carlos de Andrada, Elza Andrade de Oliveira, Valter Silvério, João Roberto Martins Filho, Marina Cardoso e Fernando Azevedo, que nos acompanharam durante a graduação.

⁶³ Conheci minha esposa, também servidora na UFSCar, no segundo ano da graduação, em 1992. Em fevereiro de 1995 nasceu nosso primeiro filho, um mês antes de ingressar no mestrado.

⁶⁴ Em 1993, durante a graduação, a prof^a Maria da Glória ministrou as disciplinas “Teoria das Classes Sociais” e “Estrutura e Dinâmica da Sociedade Contemporânea”, nos estimulando a pensar sobre os conceitos de estratificação, mobilidade e status ocupacional, com destaque para as profissões jurídicas, o que foi importante para maturar o projeto que posteriormente seria apresentado no mestrado.

outra que buscava a solução do litígio no poder de decisão do juiz, colocando o risco de reprodução, na justiça informal, dos procedimentos típicos da justiça comum e formal⁶⁵.

Financiada pela FAPESP e defendida em fevereiro de 1999 com o título “O Dilema da Dupla Institucionalização do Poder Judiciário: o caso do Juizado Especial de Pequenas Causas”, uma síntese da dissertação foi publicada pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), em uma coletânea organizada por Maria Tereza Sadek, pioneira nos estudos sobre o Judiciário na perspectiva das Ciências Sociais (Faisting, 1999a).

Essa e outras publicações, bem como várias comunicações apresentadas em congressos a partir da dissertação⁶⁶, abriram caminho para uma atuação no campo da Sociologia do Direito, especialmente com abordagens sobre os direitos humanos e justiça criminal, bem como convites para ministrar aulas em faculdades de Direito. Com isso, ampliou meu interesse em continuar pesquisando o sistema de justiça no doutorado⁶⁷.

O Doutorado em Ciências Sociais na UFSCar

Um ano após a conclusão do mestrado iniciou o Curso de Doutorado em Ciências Sociais da UFSCar, e assim ingressei, em 2000, na primeira turma do doutorado. Com os conhecimentos acumulados sobre o processo contemporâneo de informatização da justiça, mas com interesse em compreender a lógica de funcionamento da justiça criminal, apresentei projeto de pesquisa para estudar as representações da violência e da punição no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, criados pela Lei 9.099/1995. A pesquisa analisou as representações sobre violência e punição que agentes e litigantes manifestavam nas audiências preliminares de conciliação, base na qual opera a justiça informal no Brasil.

⁶⁵ Pela interface com o campo do Direito, convidamos José Reinaldo de Lima Lopes, professor da Faculdade de Direito da USP, para coorientar a pesquisa.

⁶⁶ Destaco os artigos “Estratégias de Profissionalização no Campo da Justiça” e “As Instituições Jurídicas na Análise Sociológica das Instituições Sociais”, publicados na Revista Teoria & Pesquisa em 1999 e 2001, e as comunicações apresentadas no IX Congresso da SBS em 1999, e no XXIV Encontro da ANPOCS, em 2000.

⁶⁷ Durante o mestrado, minha vida pessoal foi marcada por momentos de imensa alegria e profunda tristeza. Ao mesmo tempo em que nasceram meus dois filhos (1995 e 1997), também perdi meu pai, meu melhor amigo e maior incentivador. Ele não compreendia exatamente o que eu estudava, mas se sentia feliz por me ver estudar. Por estar hospitalizado, ele não pode participar de minha formatura da graduação, nem esteve em minha defesa de mestrado, pois faleceu em fevereiro de 1997. Em uma de minhas vistas ao hospital, lembro-me que ele comentou com seu médico que eu havia me formado na mesma profissão do presidente da República à época. Por não saber explicar o que fazia um sociólogo, essa foi a forma que ele encontrou para demonstrar a importância de minha formação. O nascimento de meu segundo filho, meses após o seu falecimento, preencheu um pouco do vazio que ele deixou. Assim, é impossível lembrar desse período sem registrar que a alegria do nascimento e a tristeza da morte também se fizeram presentes.

Estas representações eram essenciais para compreender o ritual das audiências, marcadas, por um lado, pela forma como interagiam os operadores do Direito no âmbito dessa instância de justiça e, por outro, da relação destes com as partes litigantes. Nessas audiências os litigantes acabavam tendo um espaço maior para manifestação de seus desejos e expectativas, os quais se sustentavam em valores incorporados a partir de arranjos institucionais externos ao Poder Judiciário. Uma das consequências deste processo ritual estabelecido nas audiências preliminares de conciliação era a descaracterização de crimes mais graves, transformando-os em crimes de “menor potencial ofensivo”.

A tese foi orientada pelo Prof. Dr. Karl Martins Monsma, financiada pelo CNPq e defendida em maio de 2004 com o título “Representações da Violência e da Punição na Justiça Informal”. Além de embasar a publicação de artigos (Faisting, 2007a, 2009c, 2009b) e comunicações em congressos⁶⁸, a tese foi publicada em livro com o mesmo título pela Editora da Universidade Federal da Grande Dourados (Faisting, 2009a)⁶⁹.

A experiência docente anterior ao ingresso na UFGD

Antes de ingressar como docente na UFGD, tive a oportunidade de exercer a docência em outras instituições de ensino, tanto de educação básica como de ensino superior. A primeira experiência, desenvolvida entre 1994 e 1995, foi como professor de História do Curso Supletivo do Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira da Universidade de São Paulo (CAASO/USP). Um dos maiores centros acadêmicos da América Latina, o CAASO foi fundado em 1953 pela primeira turma de alunos da Escola de Engenharia de São Carlos e, ao longo dos anos que seguiram, os estudantes protagonizaram lutas pela liberdade e pela democracia dentro e fora da universidade. A convivência com colegas e estudantes nesse ambiente marcado por lutas históricas foi muito importante em minha trajetória.

Além disso, essa primeira experiência docente, que coincidiu com o início do mestrado, foi fundamental ao permitir o contato com pessoas que não tiveram condições de concluir o

⁶⁸ Destaco comunicações apresentadas no X Congresso da SBS (2001), no XXVII Encontro Anual da ANPOCS (2003) e no LASA - International Congress Latin American Studies Association, em Dallas, EUA (2003).

⁶⁹ O período correspondente ao doutorado também foi marcado por experiências pessoais dolorosas. Dessa vez foi minha irmã que, após ser acometida de grave enfermidade, veio a falecer em 2003, ainda durante a realização de meu doutorado. Nesse período, além de minha irmã, minha sobrinha e afilhada, de apenas seis anos de idade à época, precisou de cuidados especiais. Nessas circunstâncias, acabei desistindo de realizar um estágio na Universidade de Michigan, cujo aceite já havia obtido e cujos encaminhamentos já havia iniciado. Na defesa da tese, minha irmã também não estava presente, e aquele momento representou o fechamento de um ciclo não apenas acadêmico, mas também de um período marcado por perda e sofrimento. Ao mesmo tempo, representava a esperança de um novo ciclo, com novos desafios e novas experiências que se iniciariam.

ensino básico e, como adultos trabalhadores, optaram pelo curso supletivo noturno para concluir esse nível de ensino. Com essa sensibilidade social do CAASO pude combinar, nesse período, experiência docente e compromisso com a inclusão social.

No início do doutorado, em 2000, fui convidado para ministrar, como professor temporário, a disciplina de “Política III” no Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara. Essa experiência também foi muito importante em minha trajetória docente, pois foi a primeira em que planejei e ministrei, de forma autônoma e integralmente, uma disciplina no ensino superior.⁷⁰

Em 2002, passei a atuar como docente no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), ministrando as disciplinas de Sociologia Geral e Sociologia Jurídica no Curso de Direito. Essa foi a experiência docente mais longa antes de ingressar na UFGD, pois lecionei por quatro anos (2002 a 2006) nessa instituição, período em que conciliava o trabalho como técnico e estudante de doutorado na UFSCar com as aulas noturnas na UNISAL, em Americana, para onde viajava uma vez por semana. Também foi a partir dessa experiência na UNISAL que aprofundi meus estudos na área de Sociologia do Direito. Além das disciplinas de Sociologia Geral e Sociologia Jurídica, também ministrei cursos de extensão para formação em direitos humanos e orientei meu primeiro trabalho de iniciação científica, em 2004, com o título “A Sociologia Jurídica, o profissional do Direito e os conflitos sociais”.

Em agosto de 2006, encerrei a minha trajetória na UNISAL e na UFSCar para ingressar como docente na recém-criada Universidade Federal da Grande Dourados, após aprovação em concurso público de provas e títulos para a área de Fundamentos da Sociologia, ocasião em que iniciaria minha trajetória docente no também recém-criado Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFGD, trajetória que tratarei a seguir.

Trajéória profissional e acadêmica na UFGD

Chegada na UFGD e desafios iniciais de uma nova jornada

Após dois anos da conclusão do doutorado, embora bastante envolvido com as atividades no núcleo de extensão na UFSCar e com as aulas noturnas na UNISAL, resolvi me inscrever para alguns concursos públicos que se tornaram mais comuns em função da criação,

⁷⁰ Antes dessa experiência, desenvolvi estágio docência, sob a supervisão da Profª Maria da Glória Bonelli, nas aulas de Introdução à Sociologia do Curso de Ciências Sociais da UFSCar. Essa experiência foi muito importante pois direcionou meu interesse para a área de Fundamentos da Sociologia, área para a qual realizaria o concurso na UFGD.

à época, de novas universidades federais e da expansão de novos campi em várias regiões do país. Ciente de que se tratava de uma grande oportunidade, cheguei a obter aprovação em alguns desses concursos, mas em todos havia apenas uma vaga. Assim, em função do custo financeiro e do desgaste emocional envolvidos para a realização desses concursos, decidi que a recém-criada UFGD seria minha última tentativa, e foi nessa tentativa que fui aprovado em primeiro lugar nas provas realizadas em maio de 2006.

A UFGD nasceu do desmembramento do antigo Centro Universitário de Dourados (CEUD), que já desenvolvia suas atividades desde a década 1970 como uma extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Antes de me inscrever para o concurso acessei o projeto de implantação da UFGD e me identifiquei com a proposta de criação de uma universidade que, embora já tivesse um acúmulo na produção de conhecimento acadêmico em algumas áreas, apontava com uma das metas a ampliação de seu impacto na região a partir, sobretudo, das políticas de inclusão social dos segmentos mais excluídos e vulneráveis, como os povos indígenas e os trabalhadores do campo⁷¹.

Após a aprovação no concurso, foram alguns meses refletindo em família sobre uma decisão que mudaria substancialmente nossas vidas. Ao final, optamos pela mudança, e vim sozinho para Dourados para entrar em exercício no dia 01 de setembro de 2006. Minha família se juntaria a mim seis meses depois para iniciarmos nossa jornada familiar em um novo lugar, com realidades e culturas distintas daquelas de onde vivíamos até então⁷².

O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais foi um dos novos cursos criados com a implantação da UFGD, e os quatro primeiros docentes ingressantes⁷³ tiveram a incumbência de formular o seu primeiro Projeto Político Pedagógico. Esse foi um trabalho de muita relevância para mim, pois a experiência de participar diretamente da construção de um projeto de curso de graduação, em todas as suas dimensões, contribuiu de forma significativa para minha motivação e adaptação à nova vida que se iniciava⁷⁴.

⁷¹ Para atender aos anseios regionais e ao desenvolvimento sustentável, o projeto de criação da UFGD apresentava vocações como responsabilidade cidadã e social, estudos de preservação dos recursos naturais e biodiversidade, aplicação do conhecimento científico e tecnológico para exploração do potencial econômico, entre outros.

⁷² Como a UFGD estava iniciando suas atividades, seus regimentos e regulamentos estavam sendo construídos de forma coletiva e democrática, o que também contribuiu para minha integração àquela comunidade e, com isso, também me senti responsável por contribuir para os primeiros passos da UFGD.

⁷³ Para dar início às atividades do curso de Ciências Sociais, inicialmente ingressaram quatro docentes para atuar nas disciplinas básicas e iniciais de Antropologia, Ciência Política e Sociologia, além de Sociologia Rural. Assim, nessa primeira fase do curso contamos com apenas esse grupo formado por mim e pelas colegas Alzira Salete Menegat e Maria de Fátima Lomba de Farias, além do colega Levi Marques Pereira.

⁷⁴ Em função dessa experiência inicial de construção do Projeto Político Pedagógico, naquele momento me lembrei, novamente, do saudoso Prof. José Albertino Rodrigues, idealizador do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais

Os primeiros 40 estudantes do curso de Bacharelado em Ciências Sociais iniciaram as atividades acadêmicas no segundo semestre de 2006, com aulas no pequeno espaço do CEUD, pois as edificações para receber os novos cursos ainda estavam em andamento no campus da UFGD. A recepção, acompanhamento e orientação desses primeiros estudantes se tornaram meu principal objetivo nesses anos iniciais. Contudo, paralelamente às atividades no curso para o qual ingressei, desde minha chegada na UFGD me envolvi com outros projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como em atividades de gestão. A experiência acumulada em mais de duas décadas de atuação profissional e acadêmica na UFSCar foi fundamental para ampliar as possibilidades de atuação acadêmica e contribuir com novos projetos na UFGD. A seguir, apresentarei uma síntese dessa atuação.

Atividades de ensino nos cursos de graduação e de pós-graduação

Quando iniciaram as aulas no Curso de Ciências Sociais, em 2006, o mesmo era ofertado apenas na modalidade de bacharelado. Com a criação, dois anos depois, da Licenciatura em Ciências Sociais do PRONERA⁷⁵, nos primeiros anos após minha chegada na UFGD ministrei as disciplinas de Introdução à Sociologia e Teoria Sociológica Clássica nos dois cursos de Ciências Sociais, além de disciplinas de Sociologia Geral, História e Filosofia para outros cursos. A partir de 2010, quando o curso de Ciências Sociais passou a ofertar, também, a modalidade de licenciatura, passei a ministrar, com regularidade, o Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Sociais⁷⁶.

O levantamento das disciplinas ministradas desde o meu ingresso na UFGD permitiu identificar aquelas que ministrei com mais frequência, quais sejam: Estágio Curricular Supervisionado, Introdução à Sociologia, Teorias Sociológicas Clássica e Contemporânea e disciplinas relacionados aos Direitos Humanos⁷⁷. Destaco essas últimas pela correlação das

que cursei na UFSCar. A minha experiência na UFGD, de certa forma, foi similar à dele, e tive a oportunidade de idealizar e concretizar, junto com minhas colegas e meu colega, como seria nosso curso.

⁷⁵ O Curso de Ciências Sociais do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi um curso de turma única ofertado para pessoas do campo. Com esse curso, tive a oportunidade não apenas de contribuir com a criação de outro curso de Ciências Sociais, dessa vez na modalidade de licenciatura, mas também participei do mesmo como professor, orientador e coordenador pedagógico.

⁷⁶ A experiência de mais de 10 anos ministrando Estágio Curricular Supervisionado, além de presidir por vários anos a Comissão de Estágio (COES) e coordenar, também por vários anos, o PIBID e o PRP, permitiram um acúmulo de conhecimento na área de formação de professores em Ciências Sociais. Especificamente sobre Estágio Curricular, recentemente publiquei, em parceria com o colega Marcio Mucedula Aguiar, um capítulo de livro sobre nossa experiência com esse componente curricular (Faisting; Aguiar, 2021e).

⁷⁷ Também ministrei, em menor quantidade, disciplinas eletivas como Sociologia do Direito, Sociologia da Violência e Sociologia da Educação, além de outras mais específicas como Economia e Processos Produtivos, Pesquisa Social, Políticas Públicas e Relações Campo-Cidade.

mesmas com minhas atividades de pesquisa, extensão e orientação. Além de “Cidadania, Diversidade e Direitos Humanos”⁷⁸, um dos eixos criados pelo REUNI para ser ofertado a todos os cursos da UFGD, entre as disciplinas que mais ministrei nos últimos anos, está “Educação em Direitos Humanos”⁷⁹.

A experiência em ministrar “Educação em Direitos Humanos” para diferentes cursos de licenciatura da UFGD tem sido desafiadora no contexto mais recente, marcado pelo recrudescimento de posturas e discursos autoritários que se contrapõem à democracia e aos direitos humanos. Por isso, inclusive, orientei trabalhos de mestrado e de iniciação científica nessa temática, bem como publiquei artigos e capítulos de livro sobre educação em direitos humanos, alguns deles tratando da experiência dessa disciplina na UFGD⁸⁰.

No que se refere à pós-graduação, desde que ingressei na UFGD também ministrei disciplinas em diferentes cursos de especialização⁸¹ e no mestrado em Sociologia. Nos cursos de especialização, todas as disciplinas ministradas abordaram temas relacionados aos Direitos Humanos, ou seja, “Direitos Humanos, Cidadania e Movimentos Sociais”, “Direitos Humanos, Relações Raciais e de Gênero” e “Direitos Humanos e Economia Solidária”. No Mestrado em Sociologia, além de disciplinas obrigatórias como “Teoria Sociológica Clássica”, “Teoria Sociológica Contemporânea” e “Metodologia Científica”, também ministrei tópicos especiais sobre “Direitos Humanos Contemporâneos”.

Atividades de orientação de estudantes em cursos e programas de ensino

Desde que ingressei na UFGD orientei mais de uma centena de estudantes em trabalhos de conclusão de curso de graduação, pós-graduação, iniciação científica, programas de ensino e

⁷⁸ O Programa de Expansão e Reestruturação das Universidade Federais (REUNI) foi implementado na UFGD em 2007/2008 e promoveu mudanças na forma de ingresso, organização acadêmica e currículo dos cursos. A criação de eixos comuns à universidade foi uma das inúmeras iniciativas de pensar cursos com formação mais interdisciplinar. Foram criados 12 eixos comuns à universidade, dentre eles “Cidadania, Diversidade e Direitos Humanos”. Em função do meu interesse com a temática dos direitos humanos, pude contribuir com a construção da proposta desse eixo e passei a ministrá-lo para diferentes cursos na UFGD.

⁷⁹ Criada na UFGD em 2017, essa disciplina se tornou obrigatória para as licenciaturas em 2012, com o Parecer nº 08/2012 do Conselho Nacional de Educação que aprovou as “Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” em todos os níveis. Em uma disputa com outros cursos e faculdades da UFGD para lotação da referida disciplina, conseguimos que a mesma ficasse vinculada ao Curso de Ciências Sociais da FCH, e passei, junto com outros colegas, a ministrá-la para diferentes cursos de licenciaturas.

⁸⁰ Ver as seguintes publicações: Faisting; Barros, 2022h; Faisting; Rosa, 2021f; Guidotti; Faisting, 2020b; Faisting; Barros, 2019d; Faisting; Guidotti, 2019a; Faisting; Deffacci; Guidotti, 2019b; Caldas; Faisting, 2018d.

⁸¹ Atuei nos seguintes cursos de especialização: “Estudos de Gênero e Interculturalidade”, oferecido pela Faculdade de Ciências Humanas para professores que atuavam nas escolas dos assentamentos rurais, “Direitos Humanos e Cidadania”, oferecido pela Faculdade de Direito principalmente para operadores do Direito, e “Residência Agrária”, oferecido pela Faculdade de Ciências Humanas em parceria com outras faculdades, também direcionado às pessoas do campo.

de formação de professores. Em trabalhos de conclusão de curso de graduação foram 12 orientações, com pesquisas sobre Judiciário e acesso à justiça, violência na escola e violência de gênero, relações raciais e assentamentos rurais⁸². Em cursos de especialização foram 10 orientações em temas como cooperativismo, economia solidária, reforma agrária, territórios indígenas, educação em direitos humanos, ações afirmativas, violência contra a mulher, Estatuto da Criança e do Adolescente e movimento LGBTQIA+.

No que se refere à iniciação científica, orientei 28 planos de trabalho nas modalidades com bolsa, voluntária e de ações afirmativas, essa última contemplando estudantes indígenas ou oriundos de assentamentos rurais⁸³. Uma análise dessas orientações permite constatar que elas acompanharam minha trajetória de pesquisa na UFGD. Ou seja, os primeiros trabalhos abordaram o sistema de justiça, com ênfase para o acesso à justiça e a informalização dos procedimentos judiciais. Posteriormente, foram incorporadas às orientações a preocupação com o fenômeno da violência em suas diferentes manifestações - mulheres, indígenas, negros e jovens - até a criminalidade violenta em regiões de fronteira. Nos últimos anos, sem abandonar os temas anteriores, os trabalhos passaram a incorporar a reflexão sobre a educação em direitos humanos, partindo, sobretudo, da experiência de ensino dessa disciplina em diferentes cursos de graduação da UFGD.

No Mestrado em Sociologia, iniciado em 2013, foram 9 dissertações orientadas até o momento. No geral, os temas abordados nessas dissertações também refletiram meus interesses de pesquisa, desde as temáticas relacionadas ao sistema de justiça, com ênfase para desigualdade jurídica e justiça criminal, até diversos assuntos relacionadas aos direitos humanos, em suas inter-relações com os fenômenos da violência, da laicidade, das relações étnico-raciais e de gênero, bem como às questões relacionadas à violência e ao trabalho em regiões de fronteira⁸⁴.

Quanto às orientações e às supervisões em programas de ensino, além de coordenar o Estágio Curricular Supervisionado para a Licenciatura em Ciências Sociais desde 2010,

⁸² Registra-se que partir da incorporação da Licenciatura, em 2010, o número de estudantes que optaram pelo Bacharelado reduziu significativamente. Como no Curso Licenciatura não é previsto Trabalho de Conclusão de Curso, o número de TCC nos últimos anos também reduziu.

⁸³ Por duas ocasiões recebi o prêmio de melhor orientador de Iniciação Científica. O primeiro trabalho, intitulado “Justiça Informal e Acesso à Justiça: análise da expectativa e satisfação de vítimas e acusados no Juizado Especial Criminal em Dourados”, foi desenvolvido por Ricardo Silva Oliveira entre 2009 e 2010. O segundo trabalho, intitulado “Aspectos da Violência envolvendo as juventudes indígenas de Dourados, Mato Grosso do Sul”, foi desenvolvido pelo acadêmico Henrique Duarte no período de 2012 a 2013.

⁸⁴ Registro que publiquei artigos e capítulos de livros em parceria com a maioria de meus orientandos e orientandas no mestrado: Guidotti; Faisting (2015c; 2019c; 2019f; 2020b; 2021h); Caldas; Faisting (2018d; 2021d); Silva; Faisting (2021b; 2021i); Moreira; Faisting (2020a); Renovato; Faisting (2021c); Maia; Faisting (2022c).

coordenei o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID),⁸⁵ com tutoria de 38 estudantes, e o Residência Pedagógica Interdisciplinar Sociologia e Geografia⁸⁶, com tutoria de 9 estudantes. Esses programas foram essenciais tanto para os/as licenciandos/as, que tiveram a oportunidade de atuar em projetos e atividades pedagógicas nas escolas públicas quanto para as escolas que, por meio dessas parcerias, tiveram muitas demandas e necessidades atendidas. No caso do PRP, inclusive, destaco a importância do programa em um momento pandêmico marcado por inúmeras restrições.

Atividades de coordenação e de supervisão de cursos regulares e especiais

Desde o ingresso na UFGD, assumi diversas coordenações de cursos regulares e especiais. Me tornei coordenador do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais em 2007, pouco tempo depois de minha chegada, e exerci essa função até o final de 2009. Naquele período, além das atividades de gestão do curso, atuei em várias frentes de discussão e construção de documentos de referência para a universidade. Destaco, especialmente, as discussões e deliberações que ocorreram para implantação do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), que trouxe mudanças importantes para a gestão dos cursos de graduação na UFGD.

Ainda nos anos iniciais de meu ingresso na UFGD, também compartilhei a coordenação pedagógica do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do PRONERA com as professoras Alzira Salete Menegat e Marisa de Fátima Lomba de Farias, que já acumulavam muita experiência de pesquisa e extensão junto aos assentamentos rurais e com as quais muito aprendi sobre a realidade de vida das pessoas do campo. Oferecido em turma única e direcionado às pessoas oriundas de assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul, esse curso iniciou as suas atividades em 2008 e foi concluído em 2012, certificando 58 assentados no estado, numa ação

⁸⁵ O PIBIB é um programa da CAPES para formação de professores da educação básica. Na primeira edição (2014 a 2017), compartilhei a coordenação do subprojeto de Ciências Sociais com o colega Márcio Mucedula Aguiar, e na segunda edição (2018-2019) coordenei o subprojeto PIBID – Sociologia. Os resultados dessas duas experiências foram apresentados em eventos acadêmicos e publicados em artigo e livro (Faisting; Aguiar, 2018c; 2019e). Além disso, foram disponibilizados em dois blogs: <http://cspibidufgd.blogspot.com/> e <https://pibidcisoufgd.blogspot.com/>.

⁸⁶ O PRP integra a Política Nacional de Formação de Professores e objetiva o aperfeiçoamento da formação prática dos estudantes de licenciatura, promovendo a sua imersão na escola de educação básica a partir da segunda metade do curso. Em parceria com a colega do curso de Geografia da UFGD, professora Flaviana Gasporotti Nunes, coordenei o programa entre 2020 e 2022. Sobre essa experiência, também publicamos um capítulo de livro (Nunes; Faisting, 2022f).

que consolidou o diálogo com as pessoas dos assentamentos e com os movimentos sociais de luta pela terra⁸⁷.

Também fruto de parcerias entre o INCRA, o PRONERA e o CNPq, o Curso de Especialização em Residência Agrária foi oferecido pela Faculdade de Ciências Humanas entre 2013 e 2015, e contou com a participação de professores/as de cinco faculdades da UFGD, num esforço conjunto para ministrar disciplinas e encaminhar projetos de extensão nos assentamentos rurais. Além de ministrar disciplinas e orientar trabalhos de conclusão de curso, atuei como um dos coordenadores pedagógicos do curso em uma ação compartilhada com outros professores⁸⁸.

Por fim, também coordenei o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFGD entre 2015 e 2017, tendo assumido essa função nos dois últimos anos do primeiro quadriênio. Assim, fui responsável pela organização e envio do primeiro relatório destinado à avaliação quadrienal pela Capes. Em 2023 o programa completa 10 anos de existência, com aproximadamente 100 dissertações defendidas, e com a recente aprovação, pela Capes, do Curso de Doutorado em Sociologia⁸⁹.

Atividades de coordenação e de participação em projetos de pesquisa

No que se refere às atividades de pesquisa, coordenei quatro projetos e participei como pesquisador de outros seis. Uma análise da atuação nesses diferentes projetos permite compreender como conduzi minha trajetória de pesquisa na UFGD. Assim que ingressei nesta universidade, em 2006, dei continuidade às pesquisas anteriores desenvolvidas na UFSCar e iniciei um projeto para estudar as representações sobre direitos humanos por parte dos operadores do Direito que atuavam na Grande Dourados. Na sequência, apresentei um projeto sobre as práticas e as representações desses operadores do Direito no âmbito dos Juizados

⁸⁷ Mesmo sendo oferecido na modalidade de licenciatura, o curso de Ciências Sociais do Pronera exigiu a apresentação e defesa de trabalhos de conclusão de curso, com pesquisas desenvolvidas nos assentamentos rurais de origem do/as estudantes. Os trabalhos foram desenvolvidos em duplas ou trios, e os 56 concluintes produziram 18 trabalhos de final de curso, que foram publicados em uma coletânea organizada por mim e pelo colega Walter Marschmer (Faisting; Marschmer, 2015a).

⁸⁸ A coordenação do curso foi compartilhada com Alzira Saete Menegat, da Faculdade de Ciências Humanas, Euclides Reuter de Oliveira, da Faculdade de Ciências Agrárias, e Zefa Valdivina Pereira, da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais. Os resultados das pesquisas realizadas pelos/as residentes também foram publicados em uma coletânea por nós organizada (FAISTING *et al.*, 2017a).

⁸⁹ Em recente coletânea organizada pelos colegas Marisa de Fátima Lomba de Farias e Conrado Neves Sathler, diretora e vice-diretor da Faculdade de Ciências Humanas, que reuniu relatos sobre os cursos, programas e atividades desenvolvidas no âmbito dessa faculdade, contribuí, em parceria com o colega Rodolfo Arruda Leite de Barros, com um balanço dos 10 anos do PPGS/UFGD (Faisting; Barros, 2023).

Especiais Criminais, retomando, assim, o objeto de minha pesquisa de doutorado. Este projeto contou com apoio financeiro do CNPq⁹⁰.

Ainda nos primeiros anos após a minha chegada na UFGD, as questões características da região se apresentaram com grande potencial para pesquisa. Assim, aceitei o desafio de participar de dois outros projetos sobre reforma agrária, assentamentos rurais e movimentos sociais de luta pela terra, integrando as equipes de pesquisadores e pesquisadoras que já atuavam nessas temáticas, especialmente as professoras Alzira Salete Menegat e Maria de Fátima Lomba de Farias. Os projetos contaram com aportes financeiros da FUNDECT e do CNPq, e me permitiram conhecer a realidade dos assentamentos rurais do estado⁹¹.

Depois desses primeiros anos, quando também participei de projetos de ensino e de extensão sobre educação na reforma agrária, senti a necessidade de estudar o fenômeno da violência e da criminalidade nas regiões de fronteiras do Mato Grosso do Sul. Um dos fatores que contribuiu para esse redirecionamento nas pesquisas foi a participação, em 2013 e 2014, em um diagnóstico nacional sobre segurança pública nas fronteiras do Brasil. Financiada pelo Ministério da Justiça e coordenada por Michel Misse, essa pesquisa me oportunizou conhecer a realidade dos municípios de fronteira do Mato Grosso do Sul⁹².

Como resultado da participação na pesquisa nacional, e com o objetivo de aprofundar os dados qualitativos, em 2014 aprovei no CNPq um projeto sobre violência e políticas públicas na região da Grande Dourados⁹³, com foco em municípios de fronteira não cobertos na pesquisa

⁹⁰ O projeto “Globalização e Direitos Humanos: representações sociais dos operadores do Direito que atuam na região da Grande Dourados, desenvolvido entre 2007 a 2009, analisou as representações desses operadores sobre questões que caracterizam a região e implicam em diferentes concepções sobre o significado dos direitos humanos neste contexto. O projeto “Práticas e Representações na Justiça Informal Criminal: o Juizado Especial Criminal da Comarca de Dourados” (2008 a 2011) objetivou compreender as representações sobre violência e punição por agentes e litigantes nos Juizados Especiais Criminais, instância da justiça informal criminal no Brasil. Com base em dados quantitativos, entrevistas e observações das audiências preliminares de conciliação, buscou compreender a dinâmica de funcionamento do Juizado na Comarca de Dourados.

⁹¹ O primeiro projeto, intitulado “Sociedades e Culturas nas Fronteiras de Mato Grosso do Sul” (2008 a 2010), reuniu pesquisas sobre a reordenação do espaço físico e social nos assentamentos rurais, bem como sobre o papel do Estado nessa reordenação. O segundo projeto, “Mulheres Assentadas (re)construindo trajetórias” (2009 a 2012), estudou as situações de vida das mulheres do assentamento São Judas, no município de Rio Brillante. Como resultado dessa pesquisa foi produzido um documentário que pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=dRIjbPt86hA>. Acesso em: 30 dez. 2022.

⁹² A “Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras” (2013 a 2015) foi realizada em 588 municípios da faixa de fronteira, com base em dados secundários em uma amostra de 178 municípios e trabalho de campo em 55 municípios. Em Mato Grosso do Sul realizamos a pesquisa com duas equipes, uma da UFMS e outra da UFGD, cobrindo 44 municípios. Cada uma das equipes ficou responsável por pesquisar 22 municípios e, dentre esses, a equipe da UFGD realizou pesquisa de campo em Dourados, Mundo Novo, Paranhos e Sete Quedas. Nossa equipe foi coordenada pela professora Lisandra Pereira Lamoso, os resultados foram publicados em 2016 e podem ser acessados no site: <http://necvu.com.br/seguranca-publica-nas-fronteiras-2016/>. Acesso em: 31 dez. 2022.

⁹³ O Projeto “Violência na Fronteira: representações sociais e políticas públicas na Grande Dourados” (2014 a 2017) buscou compreender os problemas da fronteira relacionados às políticas públicas desenvolvidas na região.

nacional. Na mesma linha, e com o intuito de ampliar o estudo para outras regiões, em 2017 iniciei uma pesquisa comparativa entre a Grande Dourados e o oeste paranaense⁹⁴, projeto iniciado a partir de um estágio de pós-doutorado na Universidade do Oeste Paranaense (UNIOESTE) que contou com apoio financeiro da Capes⁹⁵.

Paralelamente às pesquisas sobre violência e fronteira, e em função da forte atuação na área de ensino, desde 2018 também passei a integrar um projeto coordenado pelo professor Márcio Mucedula Aguiar que abordava o tema do currículo e da inclusão social na UFGD. Por meio desse projeto produzimos análises de como as disciplinas relacionadas aos direitos humanos tem impactado estudantes e docentes na UFGD⁹⁶.

O último projeto de pesquisa que passei a integrar mais recentemente, tem permitido uma retomada dos estudos sobre o sistema de justiça criminal. Trata-se do projeto “Assimetrias Federativas em Tempos de Covid-19: diagnósticos e impactos da Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça nos Estados do Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul”, que tem como principal objetivo estudar, comparativamente, os impactos da Recomendação 62 do CNJ nos sistemas prisional e socioeducativo nos estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro⁹⁷.

Pretendeu, sobretudo, compreender como o discurso oficial e a proposição de políticas públicas para a segurança das fronteiras, em geral formuladas por quem não vive nessas regiões, são compreendidos por aqueles que, de fato, vivem nelas, considerados em suas diversidades socioeconômica, étnica e cultural.

⁹⁴ O projeto “Representações da Violência na Faixa de Fronteira: estudo comparativo entre Grande Dourados, MS e Oeste Paranaense, PR” (2017-2022) investigou como as questões relacionadas à violência articulam-se em torno dos problemas característicos dessas regiões, como a existência de um mercado informal e diversas formas de “ilegalismos”, a forte presença indígena e do agronegócio, os conflitos pela posse e uso da terra, entre outros. A pesquisa priorizou as representações da violência pela imprensa local, e uma síntese dos resultados foi publicada na Revista de Ciências Sociais da UFC (Faisting, 2018a).

⁹⁵ Recentemente, publiquei artigo na Revista Estudos Empíricos em Direito (Faisting, 2023b) intitulado “Crime, violência e fronteira no Mato Grosso do Sul: indicadores e representações”, no qual faço um balanço de minhas pesquisas sobre essas temáticas realizadas nos últimos anos.

⁹⁶ O projeto “Currículo e Inclusão Étnico-racial” tem como objetivo estudar a relação entre currículo e permanência dos alunos cotistas na UFGD, observando, entre outras questões, se as disciplinas relacionadas à diversidade étnico-racial e educação em direitos humanos possibilitam o reconhecimento das cotas como direito. Alguns resultados das pesquisas sobre a disciplina Educação em Direitos Humanos na UFGD foram publicadas em artigos e capítulo de livro (Faisting; Barros, 2019; 2022; Faisting; Rosa, 2021).

⁹⁷ Esse projeto, aprovado pelo Edital Capes nº 12/2021, é coordenado pelo professor Roberto Kant de Lima do INCT/INEAC e visa descrever e analisar como se dá o tratamento desigual na apreciação de pedidos de liberdade de réus presos em razão da pandemia para os casos de furto, roubo, tráfico e homicídio nas cidades de Campo Grande, Porto Alegre e Rio de Janeiro. O recorte temporal de análise é de 2015 a 2022, comparando as concessões, ou não, de *habeas corpus*, assim como os desdobramentos das audiências presenciais e virtuais de custódia, em uma comparação entre períodos anteriores, durante e posteriores à pandemia que foi oficialmente reconhecida no Brasil por meio do Decreto Legislativo 6 de 18 de março de 2020.

Ainda dentro das atividades de pesquisa, destaco o desenvolvimento de dois estágios de pós-doutorado, um no Brasil e outro no exterior⁹⁸, e a criação, durante minha gestão na coordenação do Mestrado em Sociologia, do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre Direitos, Diversidades e Diferenças na Fronteira (LADIF). Criado como um espaço destinado às atividades de pesquisa, ensino e extensão relacionadas ao tema da fronteira e instalado do Núcleo Estratégico de Estudos de Fronteiras (NEEF), o LADIF foi estruturado a partir de duas linhas de pesquisa: “violência e direitos na fronteira” e “educação, trabalho e reconhecimento”. Desde a criação do LADIF, exerci a função de vice-coordenador do laboratório, e no início de 2022 passei a exercer a função de coordenador. Atualmente também sou líder de grupo de pesquisa no CNPq com o mesmo nome do laboratório.

Atividades de coordenação e participação em projetos de extensão

No que se refere aos projetos e atividades de extensão, além dos projetos de ensino anteriormente mencionados, que também se caracterizam como projetos de extensão pelas articulações e diálogos de saberes que estabelecem com a comunidade externa, também ministrei cursos de capacitação para segmentos internos e externos à universidade, coordenei e/ou participei da organização de diversos eventos direcionados ou abertos à comunidade externa, bem como participei do projeto de implantação da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS/UFGD)⁹⁹.

Os cursos ministrados abordaram temáticas relativas à relação dos direitos humanos com as atividades do público-alvo, e os eventos organizados trataram de questões diversas, desde seminários institucionais ligados à Pró-Reitoria de Extensão e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, até seminários temáticos sobre questões agrárias, relações de gênero, educação e cinema. Destaco a participação na organização de duas edições do “Seminário Racismo e Antirracismo”, organizados pelo NEAB/UFGD, e o seminário “Diálogos de Saberes

⁹⁸ Além do mencionado estágio de pós-doutorado desenvolvido na Unioeste, realizei um estágio de curta duração no Instituto Internacional de Sociologia Jurídica de Oñati (Espanha) entre final de 2011 e início de 2012, no qual estudei experiências de informalização da justiça em outros países.

⁹⁹ O projeto da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias foi coordenado pela Prof^a Marisa de Fátima Lomba de Farias e contou com a participação de docentes de diversas áreas de conhecimento. O projeto nasceu com o propósito de valorizar as ações pautadas na economia solidária e apoiar iniciativas populares de grupos vulneráveis por meio da ampliação de alternativas de trabalho e renda, especialmente grupos de mulheres assentadas. Tendo como base os inúmeros projetos apoiados pela ITESS/UFGD, em 2013 participei da organização, junto com a professora Marisa Farias e o professor Euclides Oliveira, de uma coletânea na qual apresentamos diversas experiências de empreendimentos solidários desenvolvidos na UFGD e em outras instituições (Farias; Faisting; Oliveira, 2013).

em Saúde”, um projeto que buscou aproximar o conhecimento acadêmico dos saberes populares, de forma especial os saberes indígenas.

Produção bibliográfica, difusão do conhecimento e diálogos acadêmicos

Desde o ingresso na UFGD publiquei quase uma centena de trabalhos entre artigos, livros, capítulos de livros e textos em anais de eventos, além de participar de cerca de 50 eventos acadêmicos com comunicações orais ou participação em mesas e debates. Uma análise do conjunto dessa produção indica que, no geral, os temas mais recorrentes foram os relacionados à violência, à fronteira e à segurança pública, seguidos dos temas relativos ao sistema de justiça, ao poder judiciário e aos direitos humanos. Também abordei, em algumas dessas produções, temas relacionados às relações étnico-raciais e de gênero, à reforma agrária e à economia solidária, bem como à pesquisa e ao ensino de Ciências Sociais¹⁰⁰.

Para além da produção bibliográfica desenvolvida por meio de publicações e comunicações, bem como das atividades de orientação e coordenação de projetos de ensino, pesquisa e extensão, é preciso ressaltar a contribuição e o aprendizado obtido por meio do diálogo com outros trabalhos acadêmicos. Foi com esse intuito que participei de bancas na UFGD e em outras universidades. Entre bancas de defesa e de qualificação em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, foram mais de uma centena de participações e de diálogos estabelecidos¹⁰¹.

Produção técnica e participação em comissões internas e institucionais

No que se refere à produção técnica, participei como consultor de diversos eventos e programas de ensino, de pesquisa e de extensão, além de atuar como avaliador de cursos de graduação e produzir pareceres em artigos de diversas revistas qualificadas. Também presidi e participei de inúmeras comissões internas à faculdade onde estou lotado, e de diversas comissões, câmaras e conselhos institucionais designados pela reitoria da UFGD.

Destaco a participação no Conselho Universitário e no Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, instâncias superiores da UFGD. Como coordenador dos cursos de graduação e de pós-graduação também participei das Câmaras de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação, instâncias técnicas que assessoram os conselhos superiores. Destaco, ainda, a

¹⁰⁰ Minhas publicações em artigos, livros e capítulos estão listadas no final deste texto, nas referências.

¹⁰¹ Entre 2006 e 2022, participei de 36 bancas de qualificação de mestrado, 34 de defesa de trabalho de conclusão de curso de graduação, 29 de defesa de dissertação de mestrado, 7 de defesa de tese de doutorado, 5 de defesa de trabalho de conclusão de curso de especialização e 3 de qualificação de doutorado.

participação nas comissões institucionais de avaliação de progressão funcional e de estágio probatório de docentes, bem como da comissão de ética em pesquisa. Em comissões internas da Faculdade, além das comissões permanentes de apoio aos cursos de graduação e pós-graduação, participei em diferentes momentos do Conselho Diretor e das comissões de extensão e estágio supervisionado, bem como da comissão de legislação e normas.

Considerações finais e perspectivas futuras

Ao finalizar este texto sobre a minha jornada profissional e acadêmica, reafirmo a importância em considerar toda a trajetória desenvolvida ao longo de quase quatro décadas em duas universidades públicas federais. Iniciei essa trajetória no contexto da transição democrática, e como adolescente observei o movimento pelas “Diretas Já” ainda sem entender a importância daquelas mobilizações. Mais tarde, e com mais maturidade, acompanhei com entusiasmo o processo político que resultou na Constituição de 1988 e, com ela, compartilhei da esperança da geração que lutou contra o autoritarismo.

As décadas que seguiram foram no sentido de buscar sempre consolidar essa promessa, e dessa forma segui minha jornada pessoal e profissional, educando meus filhos e orientando meus alunos e alunas no sentido de reforçar os valores da democracia, do Estado de Direito e da dignidade da pessoa humana, pilares da Constituição Cidadã e do novo paradigma civilizatório inaugurado com ela.

Hoje é preciso admitir que as mais de três décadas desde a promulgação da Constituição de 1988 não foram suficientes para afastar a sombra do autoritarismo e da violência do Estado que marcam nossa história. Com efeito, muitos foram os retrocessos desde o afastamento, em 2016, de uma presidente legitimamente eleita. Além dos inúmeros ataques às políticas sociais e aos direitos trabalhistas, experimentamos a intensificação de movimentos autoritários evidenciados, por exemplo, pelo projeto “Escola sem Partido” e pelo clamor por intervenção militar, bem como pelo crescimento de grupos políticos e candidaturas de extrema direita. Essa conjuntura política e social, marcada pelo aumento das desigualdades e pelas ameaças constantes à democracia, tornou-se ainda mais dramática com a pandemia da Covid-19 que, embora tenha afetado o mundo todo, no Brasil ganhou contornos especiais pelo negacionismo que caracterizou as políticas governamentais.

Apesar dos retrocessos nos últimos anos, que provavelmente ainda terão reflexos, no que se refere à maior parte de minha trajetória profissional e acadêmica é preciso registrar que tive a sorte de desenvolvê-la em um período que, no geral, favoreceu a inclusão social de pessoas

com a mesma origem que a minha, com oportunidades não apenas de cursar uma universidade, mas também optar pela carreira acadêmica antes restrita às pessoas com maiores condições socioeconômicas. Foi assim que eu e inúmeros colegas de minha geração seguimos essa carreira e hoje estamos atuando como professores/as e pesquisadores/as em universidades e institutos de pesquisas nas mais diversas regiões do Brasil.

Foi nesse sentido que, após me qualificar na UFSCar, ingressei como docente na UFGD, e desde então venho desenvolvendo a minha trajetória acadêmica nessa universidade. Embora minha carreira como docente em uma universidade pública tenha se iniciado tardiamente, a experiência anterior como técnico, desenvolvida em outra universidade pública, permitiu um melhor aproveitamento das oportunidades e uma maior possibilidade de contribuir com as demandas que foram surgindo ao longo de minha trajetória na UFGD.

Como tentei demonstrar ao longo do texto, essa trajetória foi caracterizada por uma atuação acadêmica diversificada. Tal diversidade, contudo, não me afastou do que considero o foco principal de minha atuação como docente, pesquisador e extensionista, ou seja, os direitos humanos de grupos histórica e socialmente mais vulneráveis à violência e à violação de direitos, sejam os segmentos de mulheres, indígenas, negros/as, homossexuais e pessoas do campo, sejam aqueles/as que buscam no sistema de justiça a solução para seus conflitos, ou que são captados por esse sistema por meio da incriminação e da seletividade penal.

Com esse foco, ministrei disciplinas e orientei estudantes na graduação e na pós-graduação, coordenei projetos de ensino e de extensão e, como pesquisador, coordenei e participei de diversos projetos de pesquisa, desenvolvi estágios de pós-doutorado e publiquei artigos, livros, capítulos de livros e textos em anais de eventos, além realizar comunicações e proferir palestras em congressos acadêmicos. No diálogo com outros trabalhos, participei de inúmeras bancas de defesa e de qualificação, entre graduação, especialização, mestrado e doutorado, e de bancas de concurso para docentes. E, como gestor, coordenei cursos de graduação e de pós-graduação, presidi e participei de comissões institucionais e internas, e atualmente coordeno um laboratório de ensino, pesquisa e extensão.

Embora institucionalmente estejamos sujeitos à uma lógica que ainda separa as atividades de ensino, pesquisa e extensão, pessoalmente sempre busquei romper essas fronteiras. Minhas primeiras produções acadêmicas na UFSCar resultaram de atividades de extensão que, por sua vez, se relacionaram diretamente com o ensino e com a pesquisa. Felizmente encontrei na UFGD as mesmas condições e parcerias que me permitiram persistir na busca permanente da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Como minha produção acadêmica só foi possível porque se desenvolveu no âmbito de universidades públicas, gratuitas, com qualidade acadêmica e compromisso social, a perspectiva futura não poderia ser outra a não ser continuar trabalhando para a manutenção e o fortalecimento dessa universidade diante dos ataques que ela vem sofrendo nos últimos anos, contribuindo para a formação de novos professores da educação básica e do ensino superior, bem como de pesquisadores comprometidos com uma formação humana e com a produção de conhecimento ético e crítico.

Considerando, ainda, a recente conclusão do Curso de Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com a defesa de TCC sobre práticas de tortura no Brasil¹⁰², não apenas realizei mais um desejo entre aqueles manifestados na juventude, mas também vislumbro a possibilidade de, em um futuro não muito distante e de forma complementar à docência, atuar na defesa jurídica de pessoas cujas condições de vida estudei como sociólogo ao longo de minha trajetória acadêmica.

Inspirado pelas palavras de José Saramago na epígrafe que abriu este texto, concluo afirmando que o exercício de memorizar me surpreendeu positivamente, pois nele pude reconhecer a importância de pessoas e de circunstâncias que cruzaram a minha história e marcaram a minha existência. Por isso, o exercício de memorizar é, também, um exercício de expressar gratidão. Como ninguém caminha sozinho, foram muitas as pessoas que estiveram presentes em minha trajetória profissional e acadêmica, e todas elas certamente contribuíram para que eu pudesse chegar nesse momento de avaliação do passado que, ao mesmo tempo, representa o estímulo necessário para os desafios futuros.

Referências

AGUIAR, Mário Mucedula; FAISTING, André Luiz. Direitos Humanos e Inclusão Social: uma análise preliminar da política de ações afirmativas na UFGD. *In*: FAISTING, André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba (org.). **Direitos Humanos, Diversidade e Movimentos Sociais**: um diálogo necessário. Dourados: EDUFGD, 2011(b), p. 243-265.

AGUIAR, Márcio Mucedula; FAISTING, André Luiz. Sociologia, Mídia e Pós-colonialismo: a experiência do PIBID/UFGD no desenvolvimento de novas práticas pedagógicas de combate ao racismo. *In*: MOURA, Noêmia dos Santos Pereira *et al.* (org.). **PIBID na UFGD: reflexões acerca da gestão (2014-2018)**. Jundiá: Paco Editorial, 2019(e), p. 89-104.

¹⁰² Meu trabalho de conclusão do Curso de Bacharelado em Direito pela UEMS foi defendido em dezembro de 2022 com o título “Tortura e Dignidade Humana: uma análise da efetividade das Leis 9.455/1997 e 12.847/2013 à luz de preceitos constitucionais e convencionais”. Uma síntese do TCC foi publicada pela Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos – RIDH (Faisting, 2023).

AGUIAR, Márcio Mucedula; GALHERA, Katuscia Moreno; FAISTING, André Luiz (org.). **Refletindo sobre Educação: impactos da BNCC e temas atuais.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2022(d).

BISOL, Elisa; FAISTING, André Luiz. Caminhos de Reconstrução do Tekoha Guarani Kaiowa: modos de produção e direito à sustentabilidade na Aldeia Panambizinho. *In: MENEGAT, Alzira Salete; FAISTING, André Luiz; OLIVEIRA, Euclides Reuter; VALDIVINA, Zefa (org.). Extensão Rural, Agroecologia e Produção Animal e Vegetal em Lotes de Assentamentos Rurais e Sítios de Colonização em Mato Grosso do Sul.* Dourados: Indústria Gráfica Ltda.-EPP, 2017(c), p. 145-168.

CALDAS, Fabíola Renata; FAISTING, André Luiz. Educação em Direitos Humanos e Interculturalidade. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 6, p. 61-81, 2018(d).

CAMPOS, Marcelo da Silveira; FAISTING, André Luiz; OLIVEIRA, Esmael Alves; SILVA, Marcos Antônio (org.). **Sociologia, Antropologia e Ciência Política: temas emergentes.** Curitiba: Editora CRV, 2022(a).

FAISTING, André Luiz. O Dilema da Dupla Institucionalização do Poder Judiciário. *In: SADEK, Maria Tereza (org.). O Sistema de Justiça.* São Paulo: Editora Sumaré/IDESP, 1999(a), p. 43-59.

FAISTING, André Luiz. Estratégias de Profissionalização no Campo da Justiça. **Teoria & Pesquisa**, v. 28-29, p. 7-29, 1999(b).

FAISTING, André Luiz *et al.* Incubadora de Cooperativas Populares. *In: THIOLENT, Michel (org.). Metodologia e Experiências em Projetos de Extensão.* Niterói: Editora da UFF, 2000, p. 297-305.

FAISTING, André Luiz. As Instituições Jurídicas na Análise Sociológica das Instituições Sociais. **Teoria & Pesquisa**, v. 38-39, p. 111-129, 2001(a).

FAISTING, André Luiz. Integração Comunidade - Polícia Militar. *In: VALÊNCIO, Norma (org.). Caminhos da Cidadania: um percurso universitário em prol dos Direitos Humanos.* São Carlos: EDUFSCar, 2001(b), p. 133-142.

FAISTING, André Luiz. Organização Comunitária contra a Violência. *In: VALÊNCIO, Norma (org.). Caminhos da Cidadania: um percurso universitário em prol dos Direitos Humanos.* São Carlos: EDUFSCar, 2001(c), p. 143-150.

FAISTING, André Luiz. Justiça Informal e Poder Judiciário: desafios a uma abordagem sociológica do sistema de justiça. **Revista Versões**, v. 4, p. 9-29, 2007(a).

FAISTING, André Luiz. Violência Doméstica e Justiça Criminal: uma contribuição para o debate atual. **Revista Sociologia jurídica**, v. 05, 2007(b).

FAISTING, André Luiz. **Representações da Violência e da Punição na Justiça Informal Criminal.** Dourados: EDUFGD, 2009(a).

FAISTING, André Luiz. Representações da violência e da punição na justiça informal criminal: abordagem sociológica do sistema de justiça. **Interseções**, v. 11, p. 55-68, 2009(b).

FAISTING, André Luiz. Alguns Desafios Teóricos e Conceituais à Abordagem Sociológica do Sistema de Justiça. **Confluências**, v. 10, p. 185-206, 2009(c).

FAISTING, André Luiz. Violência, Gênero e Direitos Humanos: desafios teóricos e práticos. *In: MENEGAT, Alzira Salete; TEDESCHI, Losandro Antonio; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (org.). Educação, Relações de Gênero e Movimentos Sociais: um diálogo necessário.* EDUFGD, 2009(d), v. 1, p. 235-253.

FAISTING, André Luiz. Juizado Especial Criminal e Violência Doméstica: uma referência para o debate atual. *In*: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (org.). **Relações de Gênero: dilemas e perspectivas**. Dourados: EDUFGD, 2009(e), p. 103-123.

FAISTING, André Luiz. Entre o Global e o Local: breve reflexão sobre os desafios da educação em e para os direitos humanos. **Revista Videre**, v. 2, p. 65-82, 2010(a).

FAISTING, André Luiz. Violência e Fragmentação Social. *In*: BARUFFI, Helder; GUIMARÃES, Verônica Maria Bezzera; SALATINI, Rafael (org.). **Relações Internacionais e Direito: estudos multitemáticos**. Dourados: EDUFGD, 2010(b), p. 125-143.

FAISTING, André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba. **Direitos Humanos, Diversidade e Movimentos Sociais: um diálogo necessário**. Dourados: EDUFGD, 2011(a).

FAISTING, André Luiz. Qualificando os indicadores da violência no Mato Grosso do Sul. **Anuário da Segurança Pública - 2018-2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022(g).

FAISTING, André Luiz; BARROS, Rodolfo Arruda. Desafios para uma Educação em e para Direitos Humanos. **Revista Debates Insubmissos**, v. 5, n. 17, Edição Especial. 2022(h).

FAISTING, André Luiz; BARROS, Rodolfo Arruda Leite. O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFGD: origem, avanços e desafios. *In*: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; SATHLER, Conrado Neves (org.). **Sob a Proteção das Deusas Clio, Gaia, Atena e Psiquê: a Faculdade de Ciências Humanas da UFGD em narrativas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 239-254.

FAISTING, André Luiz. Tortura e Direitos Humanos no Brasil: entre avanços e retrocessos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 10, p. 317-333, 2023(a).

FAISTING, André Luiz. Direitos Humanos e Economia Solidária. *In*: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; OLIVEIRA, Euclides Reuter; FAISTING, André Luiz (org.). **Experiências Interdisciplinares para a Construção de Conhecimentos Solidários**. Dourados: EDUFGD, 2013(b), p. 81-96.

FAISTING, André Luiz. Violência, fronteiras e representações sociais: breves reflexões a partir da região de Dourados. *In*: TEDESCHI, Losandro (org.). **Leituras de Gênero e Interculturalidade**. Dourados: EDUFGD, 2013(c), p. 45-62.

FAISTING, André Luiz. O Programa Nacional de Direitos Humanos: trajetória, avanços e resistências. *In*: MENEGAT, Alzira Salete; PEREIRA, Verônica Aparecida (org.). **Movimentos Sociais em Redes de Diálogos: assentamentos rurais, educação e direitos humanos**. Dourados: EDUFGD, 2013(d), p. 153-175.

FAISTING, André Luiz; OLIVEIRA, Ricardo. Juizado Especial Criminal: estudo de caso a partir das audiências preliminares de conciliação. **Revista Mestrado em Direito**, v. 12, 2012.

FAISTING, André Luiz. Acesso à Justiça, Rotinização e Desconstituição dos Sujeitos: notas a partir da análise do filme 'Justiça'. **Revista Videre**, v. 06, p. 80-92, 2014.

FAISTING, André Luiz; MARSCHMER, Walter Roberto. **Olhares sobre os Assentamentos de Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul**. Dourados: EDUFGD, 2015(a).

FAISTING, André Luiz. A Trajetória do Programa Nacional dos Direitos Humanos: avanços e resistência. **Composição: Revista de Ciências Sociais UFMS**, v. 17, p. 30-54, 2015(d).

FAISTING, André Luiz; CARBONARI, Wender. Representações da Violência na Fronteira: um estudo a partir de municípios da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul. **Tempo da Ciência**, v. 23, p. 23-35, 2016(a).

FAISTING, André Luiz. As Representações da Violência ou a Violência das Representações. **Jornal Diário MS**. Dourados, MS, p. 02, 2016(b).

FAISTING, André Luiz. Representações da Violência na Fronteira: um estudo a partir das regiões da Grande Dourados e do Oeste Paranaense. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, p. 131-174, 2018(a).

FAISTING, André Luiz; KEINSCHMITT, Sandra. Trabalho de campo em regiões de fronteira. **Tempo da Ciência**, v. 25, p. 25-35, 2018(b).

FAISTING, André Luiz; AGUIAR, Márcio Mucedula. Sociologia e antirracismo: a experiência do PIBID na UFGD. **Interfaces da Educação**, v. 9, p. 184-202, 2018(c).

FAISTING, André Luiz. Representações da Violência na Fronteira. *In*: GEBARA, Ademir; CAMPOS, Herib Caballero; BALLER, Leandro (org.). **Leituras de Fronteiras: trajetórias, histórias e territórios**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018(e), p. 205-240.

FAISTING, André Luiz; GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini. Desenvolvimento e Direitos Humanos: um balanço dos 10 anos do PNDH-3. **PRACS**, v. 12, p. 33-50, 2019(a).

FAISTING, André Luiz; DEFFACCI, Fabrício; GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini (org.). **Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania: múltiplos olhares, diferentes contextos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019(b).

FAISTING, André Luiz; BARROS, Rodolfo Arruda Leite. Desafios para uma educação em e para os direitos humanos: anotações a partir de uma experiência na UFGD. *In*: FAISTING, André Luiz; DEFFACCI, Fabrício; GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini (org.). **Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania: múltiplos olhares, diferentes contextos**. Jundiaí: Paco Editores, 2019(d), p. 87-110.

FAISTING, André Luiz; CALDAS, Fabíola Renata. O Curso de Licenciatura Indígena *Teko Arandu* e a Educação Intercultural. *In*: MENEGAT, Alzira Salete; CRESPE, Aline Castilho; AGUIAR, Marcio Mucedula (org.). **Práticas de Ensino em Ciências Sociais**. São Carlos: Pedro & João, 2021(d), p. 103-124.

FAISTING, André Luiz; AGUIAR, Márcio Mucedula. Educação, Criticidade e Democracia: a contribuição do Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Sociais da UFGD para a Formação de Professores. *In*: MENEGAT, Alzira Salete; CRESPE, Aline Castilho; AGUIAR, Marcio Mucedula (org.). **Práticas de Ensino em Ciências Sociais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021(e), p. 187-208.

FAISTING, André Luiz; ROSA, Bianca Dutra. Direitos Humanos e Ensino Superior: uma análise da trajetória da disciplina Educação em Direitos Humanos na UFGD. *In*: MENEGAT, Alzira Salete; CRESPE, Aline Castilho; AGUIAR, Marcio Mucedula (org.). **Práticas de Ensino em Ciências Sociais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021(f), p. 145-166.

FAISTING, André Luiz; AGUIAR, Márcio Mucedula. Ações Afirmativas e Permanência Simbólica: uma análise a partir das disciplinas de Tópicos em Cultura e Diversidade Etnicorracial e Educação em Direitos Humanos na UFGD. *In*: MENEGAT, Alzira Salete; CRESPE, Aline Castilho; AGUIAR, Marcio Mucedula (org.). **Práticas de Ensino em Ciências Sociais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021(g), p. 125-144.

FAISTING, André Luiz; GALHERA, Katuscia Moreno; SILVA, Marcos Antônio (org.). **Fronteiras da Sociologia: novas epistemologias no Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Liber Ars, 2022(b).

FAISTING, André Luiz; MAIA, Bárbara. Políticas Públicas de Educação, Gênero e Sexualidade: uma análise a partir da Educação em Direitos Humanos. *In*: FAISTING, André Luiz; GALHERA, Kátiuscia Moreno; SILVA, Marcos Antônio (org.). **Fronteiras da Sociologia**: novas epistemologias no Mato Grosso do Sul. São Paulo: Editora Liber Ars Ltda., 2022(c), p. 157-176.

FAISTING, André Luiz; YUMI, Rosely; MACIEL, Márcia. Educação e Constituição no Brasil. *In*: AGUIAR, Márcio Mucedula; GALHERA, Kátiuscia Moreno; FAISTING, André Luiz (org.). **Refletindo sobre Educação**: impactos da BNCC e temas atuais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022(e), p. 107-128.

FAISTING, A. L. Crime, Violência e Fronteira no Mato Grosso do Sul: indicadores e representações. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v.10, p. 1-30, 2023(b).

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de; OLIVEIRA, Euclides Reuter; FAISTING, André Luiz (org.). **Experiências Interdisciplinares para a Construção de Conhecimentos Solidários**. Dourados: EDUFGD, 2013(a).

FREITAS, Rosiane da Cruz; FAISTING, André Luiz. Linchamentos: a Justiça Popular no Brasil. MARTINS, José de Souza. (Resenha) São Paulo: Contexto, 2015. **Fronteiras: Revista de História**, v. 17, 2015(b).

GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini; FAISTING, André Luiz. Educação e Religiões: a descolonização religiosa da Escola Pública. *In*: CUNHA, L. A. (Resenha). **Revista de Educação Pública**, v. 24, p. 726-729, 2015(c).

GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini; FAISTING, André Luiz. Direitos Humanos, fundamentalismo religioso e os (des)caminhos para o desenvolvimento no Brasil. *In*: FAISTING, André Luiz; DEFFACCI, Fabrício; GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini (org.). **Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania**: múltiplos olhares, diferentes contextos. Jundiaí: Paco Editores, 2019(c), p. 63-86.

GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini; FAISTING, André Luiz. Laicidade e educação: um balanço da produção acadêmica nas plataformas SciELO e BDTD-IBICT (1998-2017). *In*: ZILIANI, Rosemeire de Lourde Monteiro; GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini (org.). **Cartografias da Educação**: história, políticas e diferença. Jundiaí: Paco Editorial, 2019(f), p. 113-156.

GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini; FAISTING, André Luiz. A Escola Colonizada pela Religião: uma análise sobre os efeitos do espectro religioso na Educação em Direitos Humanos em Amambai, MS. *In*: SCAVO, Davide (org.). **A Sociologia e a Vida Pública Brasileira**. Curitiba: Appris, 2020(b), p. 41-64.

GUIDOTTI, Vitor Hugo Rinaldini; FAISTING, André Luiz. A necessária simbiose entre Direitos Humanos e laicidade no Brasil: proposições ético-filosóficas e jurídicas. *In*: CARÍAS, Maria Gabriela Guillén; BARROS, Rodolfo Arruda Leite de; GALHERA, Kátiuscia (org.). **A Sociologia e a Vida Pública Brasileira** (Volume 2). Editora LiberArs Ltda., 2021(h), p. 133-158.

KOMORI, Olácio; FAISTING, André Luiz. A Expansão do Cooperativismo de Crédito Solidário do Sistema CRESOL para Mato Grosso do Sul: caminhos percorridos. *In*: MENEGAT, Alzira Salete; FAISTING, André Luiz; OLIVEIRA, Euclides Reuter; VALDIVINA, Zefa (org.). **Extensão Rural, Agroecologia e Produção Animal e Vegetal em Lotes de Assentamentos Rurais e Sítios de Colonização em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Sistema Indústria Gráfica e Editora Ltda.-EPP, 2017(d), p. 79-98.

MARTINS, Jose de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2008.

MENEGAT, Alzira Salete; FAISTING, André Luiz. Caminhos e Caminhantes da Terra: pessoas assentadas em redes de saberes e parcerias para conquista de direitos. *In*: FAISTING, André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba (org.). **Direitos Humanos, Diversidade e Movimentos Sociais**: um diálogo necessário. Dourados: EDUFGD, 2011(c), p. 23-44.

MENEGAT, Alzira Salete; FAISTING, André Luiz. Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Educação. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 3, p. 1-21, 2011(d).

MENEGAT, Alzira Salete; FAISTING, André Luiz; OLIVEIRA, Euclides Reuter; VALDIVINA, Zefa (org.). **Extensão Rural, Agroecologia e Produção Animal e Vegetal em Lotes de Assentamentos Rurais e Sítios de Colonização em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Editora Ltda.-EPP, 2017(a).

MENEGAT, Alzira Salete; FAISTING, André Luiz; AGUIAR, Márcio Mucedula. Marcadores sociais da diferença: implicações para teoria social contemporânea (dossiê). Dourados: **Revista Movimentação**, 2021(a), v. 1, p. 119.

MOREIRA, Bruno Alves; FAISTING, André Luiz. O Papel Político do Ministério Público. *In*: SCAVO, Davide (org.). **A Sociologia e a Vida Pública Brasileira**. Curitiba: Appris, 2020(a), p. 65-86.

NUNES, Flaviana Gasporotti; FAISTING, André Luiz. Interdisciplinaridade em Ciências Humanas: diálogos entre Geografia e Sociologia a partir de projetos integradores. *In*: PEREIRA, Ademir de Souza; MIOLA, Adriana Fátima de Souza; SANTOS, Cintia Melo (org.). **Programa Residência Pedagógica na UFGD (2020 – 2022)**: ações em tempos de pandemia. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2022(f), p. 43-53.

RENOVATO, Emerson; FAISTING, André Luiz. Fronteiras e Deslocamentos: percepções de brasileiros(as) que estudam medicina em Pedro Juan Caballero (Paraguai). *In*: OLIVEIRA, Esmael Alves; MOURA, Noêmia; REIS, Claudio (org.). **A Pesquisa em Ciências Sociais em Mato Grosso do Sul**: Diálogos Cruzados. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021(c), p. 249-269.

SARDINHA, Antônio Carlos; FAISTING, André Luiz. A consolidação do campo de luta por direitos sexuais no Mato Grosso do Sul: estudo do percurso histórico do movimento LGBTQTI. *In*: GUIMARÃES, Verônica Maria Bezerra (org.). **Direitos Humanos e Relações Internacionais**: debates contemporâneos. Dourados: EDUFGD, 2013(e), p. 51-75.

SILVA, Thays Nogueira; FAISTING, André Luiz. O Processo Contraditório de Institucionalização da Cultura no Brasil. *In*: ACÇOLINI, Grazielle; AGUIAR, Márcio Mucedula; GIACOBBO, Davide (org.). **Ciências Sociais em Ação**: práticas de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação da UFGD. Curitiba: Appris Editora, 2021(b), p. 327-348.

SILVA, Thays Nogueira; FAISTING, André Luiz. Gênero e Relações de Poder na Produção Cultural Brasileira: a perspectiva das produtoras culturais. *In*: CARÍAS, Maria Gabriela Guillén; BARROS, Rodolfo Arruda Leite de; GALHERA, Katiuscia (org.). **A Sociologia e a Vida Pública Brasileira** (Volume 2). Editora LiberArs Ltda., 2021(i), p. 223-249.

SOUZA, Luci Dalva; MENDES, Matusalem; FAISTING, André Luiz. Economia Solidária nas práticas de Produção do Assentamento Emerson Rodrigues, Terenos, MS. *In*: MENEGAT, Alzira Salete; FAISTING, André Luiz; OLIVEIRA, Euclides Reuter; VALDIVINA, Zefa (org.). **Extensão Rural, Agroecologia e Produção Animal e Vegetal em Lotes de Assentamentos Rurais e Sítios de Colonização em Mato Grosso do Sul**. Dourados: Indústria Gráfica Ltda.-EPP, 2017(b), p. 203-218.

MEMÓRIAS E IMAGINAÇÕES DE UMA BIOGRAFIA INTELECTUAL

Damião Duque de Farias

Introdução

O presente texto é um desdobramento de meu memorial para objetivo de progressão funcional, classe de docente titular, junto à Universidade Federal da Grande Dourados, em 2022. Ele procura dar conta de minha trajetória intelectual e, em especial, traça os caminhos percorridos no fazer acadêmico de ensino, pesquisa e extensão ao longo dos anos. No entanto, foi quase inevitável que aparecessem, em meio ao texto, notas bastante pessoais nas quais a reflexão faz um cotejamento de minhas escolhas, cujos sentidos só na aparência eram plenamente conscientes. Na verdade, parece que “o sentido” me é dado agora.

Por ser memória, em grande medida, apresento as lembranças de minha trajetória e de minhas experiências ao longo de três décadas, mais ou menos, na universidade, desde a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) até a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Apenas indico parcialmente as atividades que realizei e, por isso, não apresento as ações que, lamentavelmente, não fiz e queria ter feito. Sobretudo, fico com a sensação de ter esquecido, voluntária ou involuntariamente, a maior e talvez a melhor parte. Todavia, penso que sei, em teoria ou vontade, que o mais significativo ainda está por vir e, portanto, sem esquecimentos “ele” não virá!

Trajétória pessoal e funcional

Em lugares sociais fundados sobre sofrimentos e privações, um pequeno feito pode ser simbolizado como conquista extraordinária e alterar o fado de uma vida. Isso quer dizer que já existiam, então, certas predisposições, ainda que não formadas por completo, a ensejar um sentido singular ao aparentemente corriqueiro evento. Por exemplo, talvez tenha sido o caso no qual aquela professora do ensino fundamental, publicamente, apresentara elogio ao seu aluno adolescente, depois de desacreditá-lo. Nunca antes pareceu-lhe que fosse, ele mesmo e os seus, desafortunados da história brasileira, alvo de uma consideração positivamente distintiva.

A verdade foi que, a partir do ocorrido, certa introspecção, avaliada quase sempre de maneira negativa, ganhou diferentes contornos e foi arranjada com outras sensações e outros valores de modo a projetar um *phatos* existencial típico, ainda que mormente inconsciente, mas não sempre. Uma discriminação intelectual, a ambição, o prazer, como força que se amplia, de poder exercitar uma experiência e a vontade de poder vivenciada a partir daquela discriminação abriram as portas para uma inusitada caminhada, uma vez que, provavelmente, eu era o primeiro a querer aqueles rumos, o primeiro do núcleo familiar, da grande família, de todas as crianças da vizinhança com as quais convivi nos anos de infância, início de sociabilidade pessoal em um tempo-espaço entre o rural e o urbano.

Podéria, dessa maneira, admitir uma dada interpretação sobre o que se passou comigo nos tempos iniciais da vida e que, na fase adulta, iriam desabrochar em dedicação à docência universitária, compondo a invenção de memórias autobiográficas. Todavia, por vezes imagino que poderia admitir um diferente viés, outra perspectiva que permitiria projetar uma leitura diversa da anterior e cujo sentido abrangente seria produzido por um relato sobre os desdobramentos de uma alma sertaneja, verdadeiramente sertaneja e um bocado selvagem, que traria para primeiro plano as imagens coloridas por Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e fronteiras* (1994) a respeito do homem típico do sertão.

E, ainda em nossos dias, não custa encontrar, entre caipiras, o descendente legítimo daqueles roceiros do tempo de D. Luís Antônio de Souza, o morgado de Mateus, que só tinham gosto na solidão, e para ela fugiam sempre que possível (Holanda, 1994, p. 121-122).

Estou ciente de que o “sertão” é uma invenção de nossa história intelectual e artística. Entretanto, ela diz algo ou muita coisa a meu respeito, de como me compreendo (para o bem e para o mal, ou para além do bem e do mal). Pensáramos, então, sobre aquela alma sertaneja que, indo a tatear os modos civilizados, inclusive a formação universitária em instituição pública, formou o próprio caminho, que passo a relatar considerando, evidentemente, os objetivos desse memorial. Antes, porém, em dois parágrafos, um breve relato sobre minha infância e adolescência.

Nasci em Três Lagoas, em 1966, período de certa efervescência na cidade em razão da construção do complexo hidrelétrico de Urubupungá, no Rio Paraná, com as Usinas de Jupιά e Ilha Solteira. Dada a chegada de muitos trabalhadores operários para os serviços de construção da Usina de Jupιά, houve um alargamento extraordinário dos espaços habitacionais na cidade, com a criação de bairros periféricos, quase rurais, bastante distantes do perímetro propriamente urbanizado da cidade. Minha primeira infância ocorreu, em grande parte, junto ao núcleo

familiar materno e paterno no bairro Vila Nova. Tenho muitas memórias, das mais tenras idades, de uma vivência em meio àquela comunidade de cultura popular, caipira e sertaneja. Lembro-me de meus rodopios em terreiro-de-santo na casa de minha madrinha, da qual recebi o batismo no candomblé, bem como recordo-me das longas caminhadas com minha mãe para ir e voltar do culto em um local de denominação religiosa evangélica. Adorava ir aos bailes e às festas de casamentos, e enquanto esperava a repartição do bolo, imitava os adultos dançando com outras crianças e notava, com naturalidade, as regras do estrito decoro vigente e aqueles homens sempre com revólveres e facas na cintura.

A morada no bairro Vila Nova foi interrompida, uma primeira vez, pela mudança de minha família para Ilha Solteira, onde residimos por um período de dois anos e meio. Tinha então seis anos de idade. Voltei a Ilha Solteira mais duas vezes, na pré-adolescência e na adolescência. Meu pai era padeiro e essas mudanças decorreram de empregos em padarias na cidade do estado de São Paulo. Retornei a Três Lagoas, e ao mesmo bairro de quando tinha oito anos, e pouco, ou quase nada, sob o meu olhar, havia mudado. Então, completei ali, provavelmente, as linhagens que comporiam os traços principais de minha personalidade e, talvez, a compreensão de que a vida, familiar e social, se compõe de miríades de afetos e papéis ou valores: solidariedade, amor, ressentimentos, violência, pertencimento familiar, honestidade, trabalho, etc.; o “bem” e o “mal” bastante definidos, mas distintos, em variados graus, do homem civilizado.

Aos dez anos, voltei à Ilha Solteira, no começo do ano de 1977. Fiquei um ano sem estudar, fato que minha mãe sempre justifica em razão do adiantado ano letivo escolar, mas que desconfio estar ligado a uma crença existente na profecia do arrebatamento dos “escolhidos de Deus”, em voga na “nova” igreja, de origem norte-americana, que passamos a frequentar.

Fiquei três anos e meio em Ilha Solteira, retornei a Três Lagoas por mais ou menos um semestre e, mais uma vez, ao estado de São Paulo por um ano, em 1981. Desse período de residência em Ilha Solteira, gostaria de destacar dois aspectos que talvez importem para a composição deste memorial. O primeiro é relativo à minha formação de trabalhador, de estudante-trabalhador, na limpeza de quintais, ou como vendedor ambulante de salgados e doces, entregador de compras na cooperativa dos operários da empresa Camargo Corrêa, atendente em bar, padaria, mercado e feiras livres. Foram empregos intermitentes que se aliavam à condição e às necessidades de estudante e do período da adolescência.

A segunda dimensão que quero destacar diz respeito ao acesso a bens culturais diversos. Ilha Solteira era bem diversa do bairro Vila Nova. Lugar de moradia de funcionários de

diferentes escalões da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) e de empresas terceirizadas, notabilizava-se por relativa riqueza econômica, o que atraía pessoas de todos os lugares do país, mas que eram obrigados a viverem de acordo com o padrão regulatório da administração privada da cidade. Todavia, o que importa é frisar o acesso a bens e serviços públicos de qualidade, como saúde e educação, e a serviços privados de cultura, como cinema, ou ligados à informação e ao lazer.

Além disso, por proximidade espacial, inclusive, me vi inserido em redes de amizades e camaradagens adolescentes que me permitiram alcançar bens culturais que de outro modo não alcançaria. Bem, pode ser que eu tenha tido condições de me apropriar, na época, dos restos de bens culturais existentes naquela cidade; no entanto, tenho a impressão que, em certas fases de nossas vidas, anteriores à fase adulta, de modo geral, somos mais generosos em distribuir o que temos. Meus amigos e amigas dividiam comigo um pouco, ou muito, conteúdo sobre música, literatura e artes, de modo geral, ao qual tinham acesso. Além disso, partilhavam algumas experiências ou, mais precisamente, curiosidades a respeito das vivências de universitários da UNESP, o que faziam, onde se divertiam, quais músicas ouviam e como se vestiam, etc. Enfim, um universo de experiências comuns a jovens universitários, moradores de repúblicas e, portanto, mais liberados dos rigores morais de suas famílias, e que não tinham como passar incólumes a adolescentes de 14 e 15 anos, naturais e ou moradores de cidades minúsculas. Assim, da Jovem Guarda passei ao Tropicalismo e à MPB. Todavia, mantive o gosto pela música sertaneja raiz ou caipira — até hoje me emociono com “Saudades de minha terra” ou com os músicos de Mato Grosso (os Espíndolas, Almir Sater e outros) — que descobri nos tempos de universidade, período, aliás, quando comecei a apreciar música erudita por sugestão da professora Nadir Domingues Mendonça.

O gosto pela leitura, aprendi com o meu pai, quase analfabeto. De variados tipos de quadrinhos e livros de bolso (*westerns!*), passando depois a me interessar também a literatura clássica, cujos livros eram recomendados por meus professores da escola —, era capaz de passar horas, dias e dias inteiros dedicados à leitura, não sei se era ou se ainda é somente por gosto pela leitura ou do meu desejo de solidão. Também compreendo pouco a minha adesão ao cinema, que não está, provavelmente, na ordem de qualquer intelectualismo ou necessidade de conhecimento cultural, pois pouco entendo da arte cinematográfica — quem sabe seja mais do mesmo, a vontade de estar só e deixar fluir os sentimentos e afetos que surgem. O gosto pela sétima arte também ficou mais variado com o tempo: *Terra em transe* é meu filme favorito, entretanto, sempre me emocionam os destinos dos personagens de *Era uma vez no Oeste*, pois

sinto que possuo alguns pedaços próximos a eles. Boa parte de minha vida foi, e ainda é, voltada para cinema, música e livros.

Enfim, quando estava por acabar o ano de 1981, retornei a Três Lagoas. Em 1982, ao ingressar no ensino médio (segundo grau, na época), tinha duas opções para cursar no período noturno, “científico” ou “assistente de administração”. Optei pela segunda, tendo em mente a formação para o trabalho. No primeiro ano, tínhamos disciplinas gerais de formação, como química, física, matemática e português, e bons professores. No segundo e terceiro anos, o curso era voltado para a formação técnico-profissional e abrangia as disciplinas de técnicas de redação empresarial, contabilidade, gestão de pessoal, planejamento e escopo das ações, administração patrimonial, entre outras. Tive alguns bons professores, mas não a maioria. Destes, poderia dizer que uns eram dedicados, outros nem isso. Como, no mesmo período, comecei a trabalhar como escriturário em uma rede de lojas de móveis e utensílios domésticos, aquelas disciplinas e os conhecimentos adquiridos no dia a dia se ligavam, de uma maneira ou de outra, às práticas do trabalho. Os mesmos conhecimentos teóricos e práticos foram importantes quando fui trabalhar em uma agência bancária entre 1985 e 1987.

Foi naquele mesmo período, em 1985, que iniciei o curso de História (licenciatura) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. Após a conclusão do ensino médio, iniciar uma graduação em universidade pública foi, para mim, quase natural, embora as opções de formação profissional não fossem muitas; pois, ao contrário, quase sempre nos deparamos com circunstâncias que se traduzem em limitações de horizontes e de perspectivas que se sobrepõem às escolhas dos jovens sem grandes capitais econômicos, culturais e políticos.

Assim, as poucas noções que aprendi no ensino secundário, voltadas à psicologia em organizações, relacionada à gestão de pessoas, me inclinavam à formação em psicologia, mas não existia esse curso na UFMS, campus de Três Lagoas, e nem em nenhuma outra instituição da cidade. História sempre fora uma disciplina querida e, às vezes, penso existir em mim um quantum de conservadorismo “inato” nessa identificação.

O início da “vida universitária” foi, de vários modos, marcado por achados e afirmações pessoais. Por mais que possamos hoje tecer avaliações sobre as dificuldades, ainda muito presentes na formação do profissional de História, na década de 80, tivemos alterações significativas no referido campo de formação universitária em todo o país. Especialmente, junto aos cursos de graduação das universidades públicas, no que se refere à qualificação de seus docentes (eu e os demais discentes da época acompanhamos a chegada ou a formação dos

primeiros mestres e doutores em História na UFMS, campus de Três Lagoas). Ou seja, a nossa formação foi ainda voltada para a licenciatura e o *modus operandi* era bastante escolar, reprodutivo quanto a uma cultura historiográfica dominante. Atividades de pesquisa, ou mesmo disciplinas de formação para a pesquisa não tinham como ser desenvolvidas, considerando o estado da arte de então.

De toda maneira, aquele universo acadêmico era, em muitos sentidos, imensamente diverso e mais rico em comparação com minhas experiências anteriores. Dos encontros e apropriações possíveis e realizadas, a descoberta do “marxismo” foi das maiores consequências na minha formação, entendida em sentido amplo. Aliás, não fora o “marxismo” ou o pensamento de Karl Marx, embora ele estivesse presente; foi o “marxismo-leninismo”, pois minha formação acadêmica e profissional se amalgamou com a militância política estudantil e partidária comunista (fui membro do Partido Comunista Brasileiro de 1987 a 1990). Para o jovem trabalhador, oriundo de família operária, havia importante significado em toda a narrativa totalizante criada a partir das teorias dos “modos de produção”, das “classes sociais” e da “luta de classes”. A identidade de trabalhador foi construída aos poucos, para além do ambiente familiar, no próprio processo do trabalho, nos variados tipos e ramos produtivos, desde os 12 anos de idade, como já mencionei.

Entretanto, observando hoje, à distância, parece-me que o mais importante, nos pressupostos alcançados ou criados na autocompreensão de marxista, ou marxista-leninista e mesmo socialista ou comunista, era ser ateu. Assassinar o “Deus” pela primeira vez foi um feito e tanto, pois implicava um esforço quase extraordinário para deixar para trás os medos e traumas causados por uma ruptura precoce com o núcleo familiar no que se referia à religião, de bases absurdamente rigoristas, e também porque se traduzia em ato de destemor e coragem um tanto juvenil, em uma experimentação que reforçava determinadas disposições pessoais e até mesmo instintivas.

Talvez tenham sido estas disposições como a coragem, o orgulho, a ambição e a solidão, um tanto sertanejas, aliadas às leituras, aulas e orientações, que permitiram ou produziram ainda outra “descoberta” pessoal, o *carisma*, qualidade reconhecida sob a denominação de *liderança política*, para ficar num jargão próximo daquele universo intelectual e ideológico dominante. Indubitavelmente, minha formação incluiu a militância estudantil, social e partidária. Acredito que não seria ofensivo brincar com a ideia de que se desenvolveram em mim disposições psicológicas anteriormente existentes, que agiam por entre comportamentos de “ovelha” e

“pastor”, como ocorre, em geral, com os civilizados. No caso, a segunda foi fortalecida em detrimento da primeira, muito embora um “lobo” estivesse sempre à espreita.

Seja o que for possível considerar, de modo geral, a experiência de acadêmico universitário foi bastante rica e proveitosa não somente quanto à realização das atividades inerentes à graduação, como também ao debate e ao conhecimento relacionado ao universo de problemas que envolviam e envolvem a formação do historiador e a licenciatura em História, e o interesse pelas questões da gestão universitária. Relacionado a isso, pude ter contatos com muitos acadêmicos e docentes de instituições de todas as partes do país, conhecer outras universidades e cidades, com tantas e inseparáveis possibilidades sociais, claramente distintas de todas as vivências e percepções de uma pessoa que, até então, estivera quase confinada às sociabilidades que se desenvolviam em pequenas cidades do interior do país por quase 50 anos. Conheci Campo Grande, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Fui a museus e parques e desenvolvi esse novo gosto artístico e intelectual em mim; em todas as cidades que visitei, aproveitei as oportunidades para ir a exposições e estruturas disponíveis.

Como sabem, aqueles que passaram por um curso universitário fazem contatos não só em sala de aula, com discentes e professores, mas com as mais diversas pessoas fora da sala e, mesmo, da instituição, inclusive com pessoas de distintos cursos e outras instituições, cidades e países. Em alguma medida, essas relações profissionais, de militância estudantil, de camaradagem e amizade com acadêmicos e professores nos afetam profundamente; entretanto, elas são também transpassadas por comportamentos, sentimentos e afetos nada amigáveis; ou seja, são um composto “humano, demasiado humano”, para parafrasear o filósofo Nietzsche. De qualquer maneira, aprendemos muito nas frestas da instituição universitária e também fora dela.

A conclusão do curso universitário ocorreu em 1988. A primeira experiência, como professor da disciplina de História foi em uma escola privada em 1989, com estudantes de 5ª a 8ª séries (primeiro grau, como era a definição na época). Naquele mesmo ano, por um semestre tive ainda a experiência de atuar como docente substituto no campus de Três Lagoas da UFMS e também a aprovação no primeiro concurso público para professor da rede pública estadual de ensino de MS, com carga horária de 22 horas. Iniciei, em 1990, as atividades de professor da rede e, no mesmo ano, fui aprovado no segundo concurso para a rede pública de ensino, com mais 22 horas de carga horária. Permaneci na condição de professor de escola pública, em efetiva atividade de sala de aula, por três anos e, em 1992, fui eleito para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Três Lagoas, ficando à disposição da entidade por dois anos (1993-1994).

Uma observação é necessária a respeito da experiência na docência no ensino básico: considero que o trabalho realizado com crianças, adolescentes e jovens trabalhadores, que, de modo geral, compunham as turmas do período noturno, foi de grande importância para complementar a minha formação como professor. As exigências no desenvolvimento de metodologias, técnicas, recursos e relacionamentos com os diferentes e típicos grupos que compõem as turmas estudantis do ensino básico me proporcionaram um rol de habilidades e competências que dificilmente seria conquistado no processo aprendizagem do curso de graduação. Da mesma maneira, avalio o que poderíamos considerar como “conhecimentos de conteúdos” da disciplina acadêmica: se, por um lado, é correto afirmar e defender que é muitíssimo importante o profissional da História saber pensar e expressar as relações sociais entre os diversos tempos e espaços, por outro lado, em uma perspectiva de historicidade crítica, não é menos importante e verdadeiro que a prática profissional, notadamente no ensino básico, tenha que se valer de competências de erudição a respeito das sociedades humanas no passado. Nesse sentido, as exigências curriculares de tantas turmas em diferentes níveis de aprendizagem e formação exigiram de mim um permanente e dedicado debruçar sobre temas e períodos históricos para ampliar os conhecimentos factuais que seriam úteis também na educação superior.

Atividades acadêmicas na educação superior (ensino, pesquisa e extensão)

Como mencionei anteriormente, minha experiência na educação superior começou bastante cedo. Ainda no ano de 1989 fui convidado pelo Departamento de Ciências Humanas da UFMS, campus de Três Lagoas, a assumir disciplinas no curso de História como docente substituto, condição que se repetiu outra vez em 1992. Em 18 de janeiro de 1995, tomei posse como servidor efetivo no Curso de História, no campus de Dourados, da UFMS, após minha aprovação (classificado em segundo lugar) em concurso público para docente da UFMS no ano de 1994, cuja vaga era destinada para o campus de Corumbá.

Analisando todos esses anos de docência no ensino superior, primeiro na UFMS e hoje na UFGD, creio que possa articular a apresentação de minhas atividades acadêmicas, propriamente ditas, em torno de três temas principais: a) Igreja e sociedade brasileira; b) movimentos sociais no Brasil; c) modernismo, historiografia brasileira e a filosofia de Friedrich Nietzsche. Seguindo essa ordem, abordarei minhas ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas aos temas indicados. Evidentemente, o universo de trabalhos acadêmicos desenvolvidos ao longo dos últimos 27 anos não pode ser enfeixado exclusivamente por esses

temas, pois desenvolvi, por exemplo, os trabalhos acadêmicos que estão relacionados ao tema da gestão universitária, os quais abordarei em item posterior.

Igreja e sociedade brasileira

Em minha graduação, infelizmente, não tive a oportunidade de desenvolver formalmente atividades de iniciação científica, o que mais tarde, com o desenvolvimento da dimensão da pesquisa em nossas universidades, tornou-se bastante comum para os nossos graduandos. Faltavam até mesmo disciplinas, como a de coleta e análise de documentos, que familiarizassem os acadêmicos com a pesquisa. Entretanto, em 1987 e 1988, durante mais ou menos um ano, trabalhei como assessor/secretário da professora Nadir Domingues Mendonça, docente do curso de História da UFMS em Três Lagoas. No período mencionado, a docente realizava o seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP) e eu a auxiliava com serviços de datilografia e organização de seus artigos, fichamentos de textos e documentação coletada para o seu projeto de pesquisa. As próprias observações e as conversas e orientações da professora Nadir Mendonça foram cruciais para que eu compreendesse um pouco o universo da pesquisa em História. Aliado a isso, as duas primeiras experiências de trabalho como docente substituto na universidade, já mencionadas anteriormente, fizeram-me acreditar nas possibilidades de carreira na educação superior.

Desse modo, após a conclusão do curso de graduação, dediquei-me a elaborar um projeto de pesquisa. O primeiro tema, de certa maneira, relacionava-se com questões que eu conheci a partir dos textos da professora Nadir Mendonça, mas, sobretudo, da curta experiência profissional (entre os anos de 1988 e 1989) como secretário administrativo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas e região. O tema era o desenvolvimento, mais objetivamente o processo de concentração da propriedade na estrutura agrária do município de Três Lagoas na segunda metade do século XX. Evidentemente, os problemas relacionados à questão agrária e à reforma agrária no Brasil norteavam o projeto¹⁰³.

¹⁰³ O tema da reforma agrária apareceu ou explodiu no cenário social e político da cidade de Três Lagoas de maneira impactante na perspectiva de muitos que, por exemplo, eram militantes de esquerda ou de movimentos sociais. Em 1986, sob organização da Comissão Pastoral da Terra (CPT), conheci o acampamento de América Rodrigues da Silva (falecida por causa de infarto durante choque com a polícia militar, na praça da Igreja Matriz da cidade). O acampamento, objeto de estudo da dissertação de mestrado da professora Marisa de Fátima Lomba de Farias, produziu toda a conhecida série de vicissitudes que, naqueles tempos, acompanhavam as famílias que reivindicavam a reforma agrária: ocupação de fazenda, desocupação judicial-militar violenta, acampamento na cidade, terrorismo policial contra as famílias, dispersão, reorganização e ocupações autorizadas, conflitos entre famílias, e sua pulverização em território de reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos anos seguintes.

O primeiro projeto logo foi abandonado e tomou curso a elaboração de outro, cujo tema era a criação e o desenvolvimento de Ilha Solteira, município do estado de São Paulo. Na minha infância e adolescência e, portanto, durante o período autoritário que dominou o país entre os anos de 1964 e 1985, morei nessa cidade, então administrada diretamente pela Companhia Energética de São Paulo (CESP). A ideia geral do estudo era compreender os processos e estruturas de controle social mantidos pela empresa sobre o conjunto da população, especialmente sobre a população operária. Sem nenhum motivo aparente, quis dar suporte aos estudos do projeto a partir da teoria de Antonio Gramsci (na época estava “mergulhado” nos escritos do autor marxista italiano). Cheguei a apresentar o projeto em seleção para o mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Assis, porém sem êxito. Decepcionado, abandonei o tema “Ilha Solteira”. Mas, a partir de algumas leituras de José Oscar Beozzo, historiador e teólogo católico, especialmente de um texto-proposta para o futuro desenvolvimento de Ilha Solteira, datado da década de 1980, minha curiosidade sobre as relações entre Igreja Católica e sociedade brasileira foi atizada, especificamente as relações da “Ação Católica Brasileira” com o operariado. Efetivamente, tanto o tema da religião quanto o das classes operárias e trabalhadoras guardavam estreita relação com minha formação pessoal, intelectual e de militância social e política.

Assim, procurei e recebi orientação da professora Norma Marinovic Doro (também docente do curso de História da UFMS, campus de Três Lagoas). Além de orientação na elaboração do projeto de pesquisa e, inclusive, acompanhamento a arquivos na cidade de São Paulo, a professora Norma era próxima da professora Zilda Márcia Gricoli Iokoi, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)¹⁰⁴, a quem fui apresentado. Após as primeiras conversas a respeito do tema escolhido para minha pesquisa, novas redações do projeto e participação em algumas atividades do grupo de orientandos, fui aceito pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da USP em 1992 (naquela época, o aceite dependia basicamente do docente orientador).

As atividades de campo de pesquisa, realizadas em grande medida no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, direcionaram as análises para os Círculos Operários na cidade de São Paulo. O eixo de nossa avaliação foi o pensamento social católico e suas articulações e diferenças com o pensamento autoritário presente no Governo Vargas. Nesse sentido,

¹⁰⁴ As professoras Norma Doro e Zilda Iokoi participaram do Grupo de Estudos sobre o filósofo/sociólogo francês Henri Lefebvre, coordenado pelo professor José de Souza Martins (FFLCH/USP).

abordamos, ainda, a produção e disseminação, pelas forças católicas, de um imaginário social anticomunista, em particular nos meios operários da cidade de São Paulo.

Minha defesa de dissertação ocorreu em 1996. Portanto, nesse ínterim, havia ocorrido um conjunto de mudanças de certa importância em minha vida pessoal e profissional, pois, quando iniciei o mestrado, era professor de escola da rede estadual de ensino do estado de Mato Grosso do Sul. Posteriormente, como informei, estive na presidência do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Três Lagoas e, finalmente, desde janeiro de 1995, passara a atuar como docente da UFMS, na cidade de Dourados. Talvez não tivesse alcançado resultados positivos não fosse pela melhor condição de trabalho oportunizada pela docência universitária¹⁰⁵. De modo geral, o texto por mim defendido encontrou boa receptividade por parte da banca examinadora e foi, inclusive, selecionado pelo Programa de História Social em parceria com a Editora HUCITEC para publicação, em 1997, com o título: *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*.

Como desdobramento, no bojo do processo de qualificação docente do Departamento de Ciências Humanas da UFMS, campus de Dourados, logo foi previsto o meu afastamento das funções cotidianas da universidade para me dedicar exclusivamente ao doutoramento, conforme as normas do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Inicialmente, alterei o tema de minha pesquisa, pois imaginava que seria mais útil à instituição à qual pertencia se eu abordasse alguma questão mais própria do contexto local e regional. Elaborei, assim, depois de algumas leituras e pesquisas em arquivos e órgãos públicos na cidade de Campo Grande, um projeto de pesquisa voltado à compreensão da história das transformações urbanas daquela cidade, capital de Mato Grosso do Sul. A proposta, de modo geral, pretendia avaliar os impactos no tecido urbano, desde as influências e mudanças produzidas e articuladas ao planejamento da cidade e que foram elaboradas pela equipe de Jaime Lerner (conhecido arquiteto, urbanista e político paranaense). Significava, portanto, avaliar a produção e reprodução do espaço urbano, a partir das ações implementadas pelas administrações municipais de Campo Grande.

Apresentei a proposta de projeto à professora Zilda Iokoi, que avaliou negativamente a mudança de tema em relação ao abordado no mestrado e as dificuldades inerentes ao desenvolvimento da pesquisa. Na verdade, além da perspectiva de uma abordagem sobre

¹⁰⁵ Por exemplo, no primeiro ano do curso de mestrado, eu trabalhava 44 horas aula/semana na rede estadual. Para cursar as primeiras disciplinas na USP, tinha que sair à noite de Três Lagoas em direção a cidade de Bauru, de ônibus, depois de cumprir o horário na escola, e, na manhã seguinte, chegar a São Paulo. O retorno se dava na noite do dia seguinte, pois, na manhã posterior, eu devia estar a postos na sala de aula.

questões locais e regionais, o direcionamento era, em grande medida, em razão das possibilidades de análises a partir das teorias sobre a cidade e o urbano elaboradas por Henri Lefebvre, as quais tinha alguma apropriação a partir dos grupos de estudo e orientação da própria professora Zilda Iokoi. Todavia, como diz o ditado popular, “manda quem pode e obedece quem tem juízo”, voltei ao tema “Igreja e sociedade brasileira”. Em sua experiência, a professora Zilda estava correta em sua avaliação. Acredito que poderia desenvolver a contento a pesquisa sobre a cidade de Campo Grande, mas, ao final, fui favorecido em continuar nas trilhas do tema iniciado no mestrado.

Assim, na seleção para o doutorado, para início em 1998, apresentei um projeto de pesquisa que buscava, mais amplamente, a compreensão do processo histórico que envolvia a Arquidiocese de São Paulo, a partir dos anos 1940, e que resultou na constituição de um perfil de atuação significativamente alterado em suas relações com o Estado e com a sociedade brasileira. Perguntava, então: por quais caminhos a arquidiocese alcançou a condição de ícone progressista e ator fundamental na história do país e da própria Igreja?

A pesquisa serviu-se basicamente, mais uma vez, da vasta documentação disponível na Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Paulo e desdobrou-se na abordagem de uma tríade de dimensões. A primeira relacionava-se às relações entre a Igreja e o universo da política, em particular as relações com o Estado brasileiro após a Segunda Guerra; a segunda versava sobre os processos históricos de lutas, disputas e acordos que envolveram as forças católicas; e a terceira abordava as relações com a sociedade brasileira, especialmente no tempo-espaço urbano da grande metrópole brasileira.

O objetivo, com essa estratégia metodológica de pesquisa e abordagem analítica, era a compreensão mais ampla possível sobre a totalidade dos processos históricos que levaram a uma densa e profunda transformação da Igreja Católica na Arquidiocese de São Paulo no período compreendido entre os anos 40 e 70 do século passado. Existia uma compreensão prévia que orientou a estratégia apontada acima, conforme estava expresso nas considerações finais de minha tese:

Procuramos descobrir na própria Igreja Católica uma totalidade, visto ser uma instituição — no dizer de Gramsci —, uma sociedade civil dentro de outra sociedade civil, bem como ser ela uma espécie de Estado, um corpo institucional, com regras jurídicas próprias que delimitam as relações sociais internas, tendo mecanismos próprios de controle, de coerção e de repressão, manipulando um conjunto de representações que procuram moldar os comportamentos e legitimar sua história e seu poder interno e externo (Farias, 2002, p. 393).

Portanto, em uma das dimensões analisadas, procurei acompanhar o desenvolvimento das interações entre a Igreja Católica, por meio da Arquidiocese de São Paulo, e o Estado brasileiro no período que cobre as décadas de 40, após o Estado Novo, até meados de década de 70, quando, sob a direção de Dom Paulo Evaristo Arns, as autoridades católicas, em sua maioria, assumem forte crítica ao regime autoritário civil-militar.

Busquei compreender o “modelo” de relações proposto pelo campo progressista católico com vista a alcançar o processo pretendido de transformação no interior da cidade. Foi possível notar que o pensamento católico estava eivado por certo romantismo à medida que buscava renovar as relações sociais em uma perspectiva crítica à modernidade urbana, tal qual foi produzida na grande cidade brasileira desde a década de 50, principalmente. Porquanto, o eixo da crítica católica e o ensejo de suas forças progressistas eram de ir ao encontro da cultura popular instalada nas periferias da Arquidiocese de São Paulo para, a partir desses lugares, criar novas relações que tivessem por base a noção de comunidade, com os valores comunitários próprios de um mundo rural e que ainda estava presente no espaço urbano.

Tal proposição relegava a segundo plano a noção de indivíduo no que era chamado de movimento em prol da libertação e, além disso, importava em deixar ao largo (penso eu) os pensamentos e pensadores críticos da modernidade no Ocidente, na tríade de Foucault, “Marx-Nietzsche-Freud” (Foucault, 1997), por serem considerados antirreligiosos e anticatólicos. Em tudo, os movimentos progressistas católicos eram coerentes com os fundamentos do poder católico e seus pressupostos cosmológicos de ordem hierárquica, onde homens e mulheres ocupam lugares de subalternidades, como rebanhos. Em suma, concluí que a necessidade de reprodução do poder teológico católico implicava e significava, afinal, a manutenção de imaginários e comportamentos sociais de reprodução do poder do Estado, não obstante a crítica ao regime autoritário instalado no país em 1964.

A tese, com o título *Crise e renovação católica na cidade de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945-1975)*, foi apresentada à banca de defesa no segundo semestre de 2002 e foi aprovada com “distinção e louvor”. Infelizmente, ela permanece inédita até hoje. Pretendia realizar uma ampla revisão, especialmente quanto à sintetização dos argumentos, de modo que uma quantidade menor de páginas facilitasse a edição. Mas, o acúmulo de trabalho nos semestres e anos seguintes, significativamente com o projeto de criação e gestão da UFGD, adiou e, de certo modo, bloqueou aquela intenção. Todavia, acredito que o tema e a abordagem realizada não estão superados no interior da historiografia sobre a história da Igreja Católica no Brasil. Ao contrário, penso que a tese, em sua integralidade, merece

divulgação acadêmica como contribuição ao conhecimento acumulado e a novas propostas de pesquisas na área. Por essa razão, iniciei recentemente sua revisão para, quem sabe, apresentá-la a editoras interessadas.

Não obstante, seções de seu conteúdo foram divulgadas em alguns veículos de comunicação acadêmica e também em eventos de extensão universitária. Assim, o efeito mais significativo desse longo período de reflexão sobre o tema da “história da Igreja Católica no Brasil”, realizada para a produção de minha dissertação de mestrado e tese de doutorado, se deu na dimensão do ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Já se pode perceber que o tema da Igreja se relacionou, tanto no mestrado como no doutorado, com o tema dos movimentos sociais que será abordado mais adiante. Voltando à minha trajetória como docente, desde que ingressei na universidade em 1995, fui responsável por disciplinas, na graduação em História, sobre o período do Brasil Republicano. Como as pesquisas abrangeram direta ou indiretamente o período e como implicou reflexões entre Igreja, Estado e sociedade brasileira, o levantamento bibliográfico realizado e sua leitura, além das análises sobre variados problemas correlacionados, serviram muito bem e ainda favorecem o desenvolvimento dessas disciplinas, contribuindo também aos trabalhos de orientação relativos à iniciação científica e aos trabalhos de conclusão de curso, embora não tenham sido muitos.

Em relação à pós-graduação, contribuí para a primeira pós-graduação *lato sensu* realizada no campus de Dourados, seja no trabalho com disciplinas, seja na orientação de textos de conclusão do curso. A mesma avaliação pode ser produzida quanto à pós-graduação *stricto sensu*, na qual ingressei em 2003 como responsável por algumas disciplinas e também atividades de orientação e em bancas de avaliação.

Quero adicionar duas breves considerações relacionadas a este período de realização do mestrado e doutorado junto à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Me parece inescapável que o trabalho de cerzimento da memória, que empreendo no presente texto, ganhe contornos de um processo e, talvez, de um destino, cuja ficcionalidade suspeitamos existir; mas, não a surpreendemos, pois, talvez não haja interesse suficiente nessa suspeição. De todo modo, penso que os encaixes e encadeamentos não sufocam uma razoável compreensão de que, ao longo do tempo/ espaço vividos, os possíveis eram muitos e as decisões, conscientes ou não, dependeram de muitos fatores e forças, cujas alternativas não controlávamos pessoalmente.

De outra perspectiva, também podemos observar que o caminho construído na multiplicidade da experiência, fortaleceu uma dada personalidade, pois, aos poucos, ganhei convicção sobre minhas possibilidades e a respeito do acerto das supostas escolhas que fiz ou fazia. Apesar do estranhamento social que ainda mantenho, enquanto modo de convivência em geral, uma confiança quase instintiva, um gosto para o enfrentamento a desafios, me empurrou a desenvolver certas habilidades e potências.

No entanto, acredito que fora imprescindível, para mim, ter encontrado vozes e olhares que tomei sob os signos do acolhimento e da amizade, em contextos institucionais sob as lógicas dominantes da razão instrumental e da impessoalidade. São, bem assim, minhas ponderações, quando rememoro o trabalho de orientação da professora Zilda Iokoi, no mestrado e no doutorado. Além de reconhecer a competência e o zelo profissionais com os quais dirigia o seu ofício de historiadora e docente, minhas lembranças com ela são rodeadas de bons sentimentos e afetos. Meu relativo sucesso, parece-me, dependeu bastante deles.

A segunda observação que quero apresentar, também está relacionada ao tema do estranhamento. No caso, à cidade de São Paulo, onde realizei as minhas pesquisas, e que, por necessidade, tive que habitar. Mas, não aceitei São Paulo como cidade de minha morada... A música “Sampa”, de Caetano Veloso, traduz um pouco dos atravessamentos que vivi, ao estar nesta cidade maravilhosa, rica em aberturas e também plena de infortúnios. Aproveitei, tanto quanto pude as oportunidades, não apenas aquelas que a Universidade de São Paulo proporcionava, em particular a FFLCH, com sua miríade de atividades e de intelectuais brilhantes.

Fruí da cidade, tanto de suas praças, museus e salas de artes muito valorizados, quanto dos lugares de passagens anônimas e esquinas onde a multidão se acotovela e o meu corpo, mais que meu olhar, buscava sentido e significado. Não obstante, quase sempre estive só, meio clandestino e estrangeiro, entre lugares e pessoas. Na cidade de São Paulo, apreendi um mais amplo ou outro entendimento do mundo, ainda que contraposto ao meu, ao meu gosto.

História dos movimentos sociais no Brasil

Como relatado, esse tema esteve relacionado com a minha própria trajetória formativa, seja acadêmica, pessoal, profissional ou política. Mais especificamente, o objeto de estudo “movimentos sociais” vinculou-se aos meus estudos da temática anterior, desenvolvidos no mestrado e no doutorado. Pois, as pesquisas e abordagens, então realizadas, mesmo que

tangencialmente, dedicaram-se às relações privilegiadas pelas hostes católicas com setores populares e à formação de movimentos sociais na Grande São Paulo.

Participei, assim, posteriormente, de projetos de pesquisa, com a colaboração de outros colegas da universidade sobre movimentos sociais do campo no estado de Mato Grosso do Sul, inclusive buscando interações com o tema religião e religiosidades. No entanto, de minha parte, as tarefas assumidas com a administração da universidade acabaram por interferir na continuidade e nos desdobramentos das pesquisas. Na verdade, os desdobramentos possíveis das pesquisas de campo, e que poderiam resultar em publicações e outras formas de consolidação dos estudos, foram por mim abortados (aliás, já tinha abortado também as intenções em continuar as pesquisas sobre o tema da Igreja Católica na cidade de São Paulo). Mas, felizmente, outros colegas, com os quais eu atuava nos projetos, obtiveram melhores resultados com os trabalhos realizados. Como, por exemplo, os docentes Marisa de Fátima Lomba de Farias, Alzira Menegat e João Carlos de Souza.

Todavia, o levantamento bibliográfico e as leituras, evidentemente, além dos trabalhos de campo, favoreceram o meu amadurecimento em relação à realização de atividades de ensino, como na disciplina de História dos Movimentos Sociais no Brasil, no curso de graduação em História. Permitiram, ainda, a realização de atividades em bancas acadêmicas e de orientação de pesquisas na pós-graduação.

Gostaria de chamar à atenção, no caso das atividades relacionadas aos movimentos sociais, sobre as ações de extensão desenvolvidas nos anos 1996 e 1997, iniciadas um ano após a minha posse como docente efetivo, quando o campus de Dourados ainda estava sob a gestão da UFMS.

Foram ações direcionadas a assentamentos rurais em dois municípios de Mato Grosso do Sul: a) Assentamento Sul Bonito, no município de Itaquiraí, região sul do estado; b) Assentamento São Manoel, no município de Anastácio, região centro-oeste de MS. Formalmente, os projetos foram coordenados por mim, mas, na prática, eu dividia a coordenação com a professora Marisa de Fátima Lomba de Farias, docente substituta, durante certo tempo, no campus da UFMS em Dourados. Na verdade, a professora Marisa Farias era quem possuía maior conhecimento acadêmico sobre os temas “movimentos sociais” e “assentamentos rurais”, devido à sua trajetória de pesquisadora.

Os dois projetos contaram com ativa participação de estudantes de vários cursos da universidade, campus de Dourados. No primeiro ano, reunimos discentes de graduação

principalmente da área de humanidades (História, Geografia, Educação), mas já contávamos também com acadêmicos da área de Biologia. No segundo ano, os projetos alcançaram crescimento significativo com a adesão de acadêmicos de outras áreas, como do curso de Agronomia, e ampliou bastante a participação das áreas de humanidades e biológicas.

As atividades consistiam em visitas bimestrais aos assentamentos nominados, mas a totalidade dos acadêmicos não participava de todas as visitas, embora sempre comparecessem em número significativo. As ações desenvolvidas possuíam o caráter de orientação e disseminação do conhecimento científico, ao mesmo tempo que estabeleciam um diálogo com as famílias assentadas e suas culturas. Algumas atividades realizadas estavam relacionadas à educação, ao saneamento, à conservação ambiental e à produção agropecuária.

Difícilmente conseguirei apresentar os reais benefícios que os assentamentos alcançaram a partir de nossa presença e de nossas ações naqueles lugares, não obstante as expectativas demonstradas com as nossas viagens e visitas e o caráter festivo e de conagração com o qual éramos recebidos. No entanto, gostaria de indicar dois aspectos que me parecem ser significativos.

O primeiro diz respeito às trajetórias profissionais de vários dos discentes que atuaram nos projetos. Vários daqueles estudantes de graduação, em suas trajetórias pessoais e/ou profissionais, demonstraram o quanto significativas foram aquelas experiências. Alguns, inclusive, com destacada atuação na docência da educação superior. Assim, é digno de nota que vários deles ou delas desenvolveram carreiras acadêmicas que, de certa maneira, podem ser vistas como desdobramentos das ações de extensão mencionadas.

O segundo aspecto a ser destacado é que, desde aquelas experiências, não obstante outras, criou-se um vínculo entre o campus de Dourados e as populações do campo de Mato Grosso do Sul (especialmente dos assentamentos rurais, mas não apenas), o qual viria a se fortalecer e ampliar-se com a agregação de outros trabalhos de diversos profissionais após a criação da UFGD em 2005. Entretanto, chamo a atenção para o impressionante leque de projetos desenvolvidos a partir da Incubadora de Tecnologias e Experiências Sociais Solidárias (ITESS) da UFGD com populações assentadas, quilombolas, indígenas e pequenos proprietários rurais de Mato Grosso do Sul sob a coordenação da professora Marisa de Fátima Lomba, responsável direta pela criação e implantação da incubadora.

Modernismo, historiografia brasileira e a filosofia de Friedrich Nietzsche

Acredito que seja importante esclarecer sobre o meu envolvimento com esses temas, mais especificamente com a filosofia de Nietzsche na elaboração do projeto de pesquisa intitulado “Sérgio Buarque de Holanda, leitor de Nietzsche: análise historiográfica de *Raízes do Brasil* (1936)”.

Logo após o término de meu terceiro mandato, em 2015, como reitor da UFGD e decorridos mais de dez anos dedicados aos trabalhos de criação, implantação e gestão da universidade, eu imaginava existir dois caminhos um tanto óbvios para mim: a carreira político-partidária e a retomada da carreira acadêmica. Os dois significavam um imenso desafio pessoal. Eu sentia, no entanto, que possuía força e energia mais que suficientes para seguir no caminho político ao encerrar os trabalhos de gestão universitária. Porém, a negativa do Partido dos Trabalhadores de Dourados às minhas pretensões a uma candidatura à prefeitura municipal em 2016, deixou-me um único caminho (na verdade, fui ainda convidado a me candidatar ao governo do estado em 2018, mas recusei por motivos profissionais e pessoais).

Páginas atrás, ao tratar dos meus primeiros passos para a realização do mestrado na Universidade de São Paulo, tangenciei a participação das professoras Norma Moro e Zilda Iokoi em um grupo de estudos sobre Henri Lefebvre, coordenado pelo sociólogo José de Souza Martins. Como é de praxe, em muitos casos, os docentes de programas de pós-graduação organizam grupos de estudos e de orientação com seus orientandos. Era exatamente o que fazia a professora Zilda Iokoi na época. Quinzenalmente, ela se reunia com os seus orientandos de mestrado e doutorado para leituras de diferentes obras e autores, mas especialmente da vastíssima, obra de Lefebvre, autor de *Hegel, Marx e Nietzsche (o el reino de las sombras)* (Lefebvre, 1992).

Henri Lefebvre e suas obras são um tanto ainda desconhecidos nos meios acadêmicos brasileiros, não obstante a sua influência na Sociologia e especialmente na Geografia, com suas teorias sobre a produção do espaço urbano e sobre o direito à cidade. Quase sempre encontramos referências às contribuições filosóficas do autor no interior do marxismo: aos seus estudos sobre a obra de Karl Marx e às críticas ao próprio marxismo mais ortodoxo. Quase nunca são postas em destaque as leituras de Lefebvre sobre Friedrich Nietzsche e o quanto o autor de “*Assim falou Zaratustra – um livro para todos e para ninguém*” (Nietzsche, 2018) está presente nos textos do filósofo francês, tanto na forma quanto em suas teorias, por exemplo, das vivências ou do vivido. Podemos ainda anotar que Lefebvre foi um dos primeiros filósofos

européus a esboçar uma interpretação de Nietzsche em oposição às tentativas de apropriação do filósofo alemão pelo nazifascismo (Nietzsche, 1993).

Seja como for, foi por meio do “heterodoxo marxista” Henri Lefebvre e no interior do grupo de estudos coordenado pela professora Zilda Iokoi que realizei os primeiros contatos com a filosofia de Nietzsche. Além das leituras de livros de interpretação que foram dedicadas, exclusivamente ou não, à filosofia do filósofo alemão, no grupo de estudos, participei do debate de pelo menos uma das obras de Nietzsche: *O anticristo: a maldição do cristianismo* (Nietzsche, 2016). Todavia, naquele período, não realizei maiores imersões nos textos do filósofo alemão e de seus intérpretes, tampouco cheguei a explorar as teses nietzschianas contra a moral cristã em meus estudos sobre a Igreja Católica.

Entretanto, após o período como gestor da universidade e descartada a aventura no campo da política partidária, imaginei que necessitava e podia fazer frente a um grande desafio acadêmico e intelectual, pelo menos para mim. Decidi-me pela leitura de Nietzsche, filósofo que, como professor da disciplina de Historiografia Brasileira, eu me deparo, em geral com referências de segunda ordem, relacionadas aos impactos das críticas pós-estruturalistas na ciência da História.

Iniciei os estudos, em um primeiro momento, de modo individual. Defini, então, a seguinte estratégia de leitura: a) primeiro passo, leituras de todas as principais obras de Nietzsche publicadas em livros; b) segundo passo, leituras de alguns intérpretes de referência internacional, além de Lefebvre, e nacional, incluindo biografias do filósofo; c) terceiro passo, leituras de artigos acadêmicos publicados no Brasil, com destaque para a *Revista GEN* – Grupo de Estudos Nietzsche, e especificamente relacionados aos temas de meu interesse, ou seja, História, moral, modernidade e política. Assim procedi ao longo do segundo semestre de 2015, durante 2016 e também no primeiro semestre de 2017.

Em meados de 2017, resolvi, após contatos com colegas docentes da UFGD e de outras instituições, organizar um grupo de estudos que, no ano seguinte, foi formalizado como projeto de extensão com o seguinte título: Grupo de Estudos Nietzsche da UFGD – GENie/UFGD. Em 2023, o GENie/UFGD completou seu sétimo ano e, além de um número de participantes mais perene, entre dez a quinze integrantes, o grupo tem recepcionado diversos interessados, entre docentes, técnicos administrativos e acadêmicos tanto de graduação como de pós-graduação das mais diferentes áreas de formação e conhecimento: História, Ciências Sociais, Literatura e Linguística, Psicologia, Administração, Engenharia, Medicina, Geografia etc.

Em paralelo às ações do grupo de estudos, outras atividades, como a realização de seminários, participação em eventos ou outros projetos de extensão, se coadunam com o objetivo de apresentar o filósofo por meio de atividades de extensão universitária. Acredito ser positiva a divulgação que o GENie promove da filosofia de Nietzsche, talvez o mais importante filósofo da contemporaneidade e, ainda, um tanto desconhecido entre nós. Gostaria de reconhecer e afirmar o meu imenso agradecimento aos colegas participantes do GENie/UFGD, pois os desafios de melhores entendimentos, comumente apresentados em nossas reuniões, tem me levado a uma mais densa interpretação do filósofo alemão e, ainda, sou premiado com o carinho e a amizade do grupo.

Puxando outro fio de argumentação, já indiquei ser responsável, no curso de História, pela disciplina Historiografia Brasileira. Como é do conhecimento dos historiadores, quase sempre encontramos, como parte integrante dos programas da disciplina, referências aos chamados “redescobridores do Brasil” em textos acadêmicos da história de nossa historiografia, fazendo coro ao famoso prefácio de Antonio Candido (Candido, 2016) a respeito das contribuições de três obras clássicas: *Casa grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior.

Ao trabalhar a disciplina com os alunos do curso de História, e ao refazer a leitura de *Raízes do Brasil* (Holanda, 1996), deparei-me com uma frase no interior da argumentação de Holanda sobre o homem cordial que, desde os tempos da graduação, tornara-se um verdadeiro enigma para mim:

No “homem cordial”, a vida em sociedade e, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro — como bom americano — tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi a este tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: “Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativeiro” (Holanda, 1936, p. 108).

Todo o parágrafo, mas especialmente a citação de Nietzsche, cravou em minha mente um enigma, “o enigma”!

Foram nessas circunstâncias, de duplo desafio pessoal e intelectual, que nasceu o projeto de pesquisa sobre a presença de Nietzsche em *Raízes do Brasil* (1936). Este contexto compôs as condições para a elaboração do projeto de pesquisa um passo anterior, que foi o debruçar sobre

as interpretações de *Raízes do Brasil* elaboradas por intelectuais de diversos campos do conhecimento ao longo das últimas décadas.

Assim, entre os vários livros, artigos, dissertações e teses sobre o tema, destaco a tese de doutoramento de João Kennedy Eugênio (Eugênio, 2011), cujas análises focaram as alterações produzidas por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* nas segunda, terceira e quarta edições, as quais, somadas, modificaram de maneira substancial a obra do autor, especialmente o último capítulo, intitulado “A nossa revolução”. A análise de Eugênio resultou por estabelecer vínculos, sobretudo na versão da primeira edição de 1936, com o pensamento organicista e vitalista (Eugênio, 2010). Na verdade, a tese do autor postula e estende os fundamentos organicistas e vitalistas de Ludwig Klages para outras obras de Holanda, por exemplo, *Caminhos e fronteiras* (Holanda, 1994).

A operação historiográfica acima mencionada exigiu que se produzissem esclarecimentos mais exatos das alterações em *Raízes do Brasil*. Em razão disso, em 2016, foi lançada a edição crítica da obra prima de Holanda pela Companhia das Letras, sob organização de Pedro Meira Monteiro e Lilia Moritz Schwarcz (Holanda, 2016). As duas obras, a de Eugênio e a edição crítica de *Raízes do Brasil*, ensejaram diversos estudiosos, não só historiadores, a novas leituras sobre a obra clássica de Holanda, de modo considerável sobre a primeira edição, e várias delas quiseram estabelecer vínculos na interpretação do autor com a cultura intelectual alemã, colocando em destaque diferentes autores, além daqueles já conhecidos e debatidos em análises anteriores (Weber e Dilthey, por exemplo). Diversos autores apresentaram textos, seja em artigos, dissertações ou teses, que reavaliam os vínculos teóricos e as perspectivas histórico-sociais do autor de *Raízes do Brasil*, como Mata (2016), Nicodemo (2016), Ribeiro (2017) e Schelegel (2017). Foram registradas ainda abordagens que relacionam o texto de 1936, além da própria trajetória intelectual de Holanda, à filosofia de Nietzsche, como é o caso de Waizbort (2011) e Martins (2021).

Por conseguinte, no interior desse contexto histórico e historiográfico, desenhei as minhas investigações sobre a primeira edição de *Raízes do Brasil*. O projeto de pesquisa postulado nas instâncias da UFGD acabou por ser o fio condutor de meu estágio de pós-doutorado, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia Moderna e Contemporânea da UNIOESTE, Campus de Toledo, sob a supervisão do professor Wilson Antonio Frezzatti Júnior. Como fruto dessa experiência, aliadas aos procedimentos de leituras e debates já descritos em parágrafos anteriores, pude desenvolver outras atividades, por exemplo, a

participação no Grupo de Estudos Nietzsche – GEN, Unioeste/Campus de Toledo, PR, sob a coordenação do professor Wilson Frezzatti, além de seminários e semanas acadêmicas.

Aproveito o momento para reconhecer e agradecer a dedicação e paciência do professor Wilson Frezzatti em abrir para mim a oportunidade do “pós-doc” e por acompanhar e orientar as minhas reflexões sobre a filosofia de Nietzsche; de fato, nossas conversas foram inestimáveis ao meu trabalho do pensar. Destaco, ainda, a acolhida dos colegas do GEN/UNIOESTE de Toledo-PR, cujas reuniões quinzenais me forneceram um melhor entendimento do estudo de filosofia e, em particular, das metodologias interpretativas do autor de *Além do bem e do mal*. Fruto de tais leituras e conversas, apresentei, no relatório do pós-doutorado, as primeiras indicações dos resultados das pesquisas e reflexões na forma de artigos mais diretamente relacionados ao projeto sobre *Raízes do Brasil* (1936), convertendo-se, alguns deles, em publicações recentes em revistas acadêmicas brasileiras.

Por conseguinte, os caminhos percorridos da pesquisa estabeleceram pontes com outros temas; um deles foi o **modernismo**. Vistas as trajetórias pessoal, profissional e intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, acabei por tecer interpretações, nas análises sobre o modernismo, que criaram enovelamentos com a obra de Thomas Mann e outros autores, além da tentativa de avaliação de outras obras e escritos, historiográficos ou não, de Holanda. Por conta dessas “sendas e veredas” mais ou menos comuns em toda experiência de pesquisa, acabei por elaborar dois textos que, já publicados, não possuem relação direta com *Raízes do Brasil*.

O primeiro artigo apresenta uma análise interpretativa do romance *A montanha mágica* (2016), de Thomas Mann. Busquei observar as perspectivas elaboradas por diversos estudiosos, seja como um romance de formação (*Bildungsroman*) ou sobre o tempo (*Zeitroman*). Em minha leitura, explorei noções estratégicas no romance e estabeleci pontes entre elas e o pensamento do filósofo Friedrich Nietzsche, de modo a imaginar o escrito de Mann como expressão de uma *Weltanschauung* – outra tradição cultural alemã. Esse artigo foi publicado na revista *Palo Seco* (Farias, 2021c).

Em outro artigo, explorei as possibilidades de aproximação da filosofia de Nietzsche em um conto de Sérgio Buarque de Holanda publicado na Revista *Nova*, dirigida por Mário de Andrade, amigo do autor, em 1931. O conto, intitulado “Viagem a Nápoles” (Holanda, 2008) é, em sua forma, aparentemente uma viagem onírica, próxima ao que poderíamos classificar sob às proposições do surrealismo. A minha leitura foi realizada a partir de mediações de outras duas obras que possuem imbricações entre si: *O idiota*, de Dostoiévski, publicada em 1869 e que,

de acordo com muitos intérpretes, influenciou *O Anticristo*, de Nietzsche, lançado em 1895. O artigo foi publicado na revista *Antíteses* (Farias, 2021b).

Os dois artigos apresentados aqui resumidamente levaram-me a postular, em 2022, junto à universidade, um projeto de pesquisa, intitulado “Modernistas e intelectuais brasileiros e a recepção da filosofia de Nietzsche na primeira metade do século XX”, com um período razoavelmente estendido, de cinco anos, e que apresenta, como problema principal, a recepção da filosofia de Nietzsche por autores modernistas, especialmente brasileiros, mas não somente. Estamos ainda no começo das atividades inerentes ao projeto. Mas, acredito em desdobramentos em curto prazo, por exemplo, da análise da *Revista de Antropofagia*, publicada nos anos de 1928 e 1929.

Podemos, agora, também de maneira bastante esquemática, apresentar as principais teses elaboradas em três artigos, já publicados, sobre a presença de Nietzsche em *Raízes do Brasil*, primeira edição.

O primeiro artigo, publicado pela *Revista de História Comparada* (Farias, 2020a), analisa a noção de cordialidade em *Raízes do Brasil*. Segui as pistas de Ernani Chaves (Chaves, 2000) ao explorar, no livro de Holanda, a referência à Nietzsche exatamente a partir da citação ao filósofo que indicamos anteriormente, na qual o autor problematiza o tema da solidão na cultura brasileira. No entanto, de modo divergente a Chaves, interpreto que, para Holanda, não seria possível a aproximação entre os valores sociais que orientam a conduta do homem cordial e os “dogmas liberais”.

Fruto de dois mundos (o antigo e o moderno), a cordialidade brasileira na obra de Holanda apresenta certa ambivalência, sendo esta o seu caráter mais visível. A “lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade” (Holanda, 1936, p. 101) são uma das faces da moeda, sendo que a outra se caracteriza pelo gosto por aventuras, o valor da honra e o viver em independência e luxo.

Em virtude dessa ambivalência, o autor nutriu a expectativa de que a cordialidade fosse nossa contribuição à civilização, mas a via política para a “nossa revolução” estava mais próxima de uma forma política que suplantasse as formas liberais assumidas desde o século XIX.

O segundo artigo, publicado nos *Cadernos Nietzsche* (Farias, 2020b), aborda o tema “revolução”, analisado por Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), especialmente no último capítulo de sua obra, intitulado “A nossa revolução”. Mais uma vez, a leitura foi mediada pela filosofia

de Nietzsche, na qual exploramos as noções de má consciência, ideal ascético e as críticas à modernidade.

O terceiro artigo, intitulado “O problema da forma em *Raízes do Brasil* (1936)”, foi publicado pela *Revista de História da Historiografia* (Farias, 2021a) e problematiza o tema da forma em *Raízes do Brasil*. Trabalhei, sobretudo, com a filosofia de Nietzsche, em especial com os possíveis desdobramentos das noções de forma e estilo presentes em diferentes textos do filósofo alemão. Holanda perscrutou os tempos brasileiros e divisou o distanciamento progressivo das formas políticas liberais em relação aos valores culturais do personalismo que caracterizaram a nossa história. Em contraposição, vislumbrou uma nova configuração da política em termos congêntos à específica cultura nacional.

Além dos artigos mencionados e já publicados, estou trabalhando, no momento, em mais dois artigos que exploram a presença da filosofia de Nietzsche na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Uma das reflexões se dedica, mais uma vez, à interpretação de *Raízes do Brasil* (1936), sobretudo ao que denomino de primeira parte da obra, ou seja, os primeiros quatro capítulos. A intenção é exatamente explorar, por meio da noção de “bom português”, a configuração que Holanda produziu sobre os “valores do personalismo” e seus desdobramentos nos trópicos, confrontando-a com a noção de “homem nobre” em Nietzsche.

O outro artigo em elaboração está direcionado à interpretação de dois capítulos da obra clássica de Holanda *Visão do paraíso* (Holanda, 2000). Na verdade, dois capítulos considerados intermediários pelo próprio autor, “A perda do paraíso” e “Visão do paraíso”, momentos nos quais a obra do historiador brasileiro lança sobrevoos a processos históricos nas dimensões culturais e intelectuais do Ocidente e que conformam as mentalidades típicas da modernidade. Mais uma vez, a perspectiva crítica que Holanda dirige a tais processos, parece-me que o aproxima da filosofia de Nietzsche.

Penso que o conjunto desses artigos possa ser avaliado como importante contribuição à historiografia brasileira, particularmente sobre a trajetória de Sérgio Buarque de Holanda, o mais prestigiado historiador brasileiro, e à fortuna crítica do clássico *Raízes do Brasil*. Evidentemente, as reflexões contribuem de modo significativo para outras atividades acadêmicas, como no trabalho com a disciplina de Historiografia Brasileira, no projeto de pesquisa sobre a Recepção de Nietzsche e os modernismos no Brasil, nas atividades de extensão desenvolvidas por meio do GENie – Grupo de Estudos Nietzsche da UFGD e ainda nas atividades acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em História, no qual reingressei

recentemente e onde acompanho o desenvolvimento de pesquisas de mestrado relacionadas ao tema da recepção ou apropriação de Nietzsche por autores modernistas brasileiros.

Atividades de gestão acadêmica

É inerente às atividades profissionais dos docentes nas universidades públicas brasileiras a dedicação de percentual de suas horas laborais às práticas de gestão em suas instituições. Essa característica vincula-se, naturalmente, ao modo colegiado dominante nos variados processos de tomada de decisões no interior das universidades, sejam eles relacionados às atividades tidas como administrativas, sejam relacionados aos trabalhos acadêmicos. Para precisar essa informação, basta considerar que todo e qualquer docente, enquanto estiver em exercício regular de suas funções, participará de, ao menos, um espaço de decisão e gestão colegiada, como são os colegiados de curso ou conselhos de departamentos na universidade.

Além disso, via de regra, esses espaços colegiados são auxiliados por um grande número de comissões e grupos de trabalho, além de coordenações que envolvem os docentes de qualquer instituição pública brasileira. Posso citar o meu caso na atualidade como exemplo, pois, além de membro nato do colegiado de curso, participo de três comissões no interior de minha unidade acadêmica que auxiliam o Conselho Diretor da Faculdade de Ciências Humanas: Comissão de Legislação e Normas, Comissão de Pesquisa e Comissão de Avaliação Docente.

Dessa maneira, as experiências e o aprendizado contínuo com os temas e problemas da gestão universitária no âmbito público são comuns ao fazer docente. Ademais, não é raro que docentes sejam responsabilizados por cargos executivos na estrutura de gestão universitária, mesmo porque a grande maioria desses postos são de obrigação exclusiva de membros do corpo docente da instituição, como, por exemplo, coordenação de curso, chefia de departamentos, direção de unidades acadêmicas e ainda as funções de reitor e vice-reitor. É muito óbvio que o acúmulo de atividades nessas dimensões implica, muitas vezes, em dificuldades ao labor propriamente acadêmico e, não raro, em frustrações ao corpo docente.

Em minha trajetória profissional, no campus da UFMS, e depois na UFGD, tive a oportunidade de percorrer praticamente toda essa escala de posições e lugares de decisão como gestor executivo. Fui coordenador do curso de História e também chefe do Departamento de Ciências Humanas entre os anos 2001 a 2005. Posteriormente, após a criação da UFGD, no processo de sua implantação, no primeiro semestre de 2006, fui membro da equipe de tutoria realizada pela Universidade Federal de Goiás (UFG), sob coordenação da servidora Ilka Maria de Almeida Moreira. É claro que cada um desses lugares, tanto os colegiados quanto os

executivos, permite distintas perspectivas avaliativas sobre o fazer universitário, bem como abordagens em diferentes escalas dos problemas e desafios existentes. Como já afirmei anteriormente, consoma-se neles um movimento permanente de aprendizagem de gestão pública universitária comum ao corpo docente.

Todavia, cada trajetória individual possui suas especificidades. Quero então indicar, em linhas gerais, o meu envolvimento com a administração superior da universidade. Quando as conversas e negociações para a criação da UFGD foram iniciadas, eu era chefe do Departamento de Ciências Humanas (DCH) da UFMS, campus de Dourados, além de ser membro da Associação dos Docentes (ADUF), Seção Sindical do ANDES/SN (assumi a presidência da entidade no período de 2000 a 2001, posto por mim já ocupado em anos anteriores, além de outras colocações em períodos distintos). Em razão das posições e funções nesses lugares, alcancei uma condição de liderança da oposição política/acadêmica, à época, seja em relação ao campus, seja em relação à universidade.

Ademais, tínhamos, eu e alguns colegas do DCH, relações estreitas com os governos do município de Dourados, do estado de Mato Grosso do Sul e, a partir de 2003, com o governo federal, após a eleição e posse de Luís Inácio Lula da Silva. Em decorrência, galguei posição de liderança no processo histórico de elaboração do projeto e da criação da nova instituição. Na verdade, eu herdei, ao mesmo tempo em que participei, de um trabalho que envolveu gerações, no interior da universidade, em especial no Departamento de Ciências Humanas – DCH, Campus de Dourados, em favor da criação de uma nova universidade¹⁰⁶.

Em síntese, posso mencionar que, de fato, havia uma disposição por parte do novo governo federal, em 2003, em adotar como política pública a expansão da educação superior federal. Mas, se tomássemos esta razão, isoladamente, como sendo suficiente, não seria fácil compreender as decisões ou motivações políticas e acadêmicas da criação da UFGD, justamente, em Dourados, estado de Mato Grosso do Sul. Talvez, seja necessário alinhavarmos outras três linhas de forças convergentes:

a) a própria força e a tenacidade com as quais a ideia-proposta de criação uma universidade federal fora trabalhada desde a década de 70, do século passado, de modo a envolver distintos segmentos da sociedade civil, local e regional, para além do núcleo de servidores da instituição e de instituições públicas;

¹⁰⁶ A respeito dessas questões, consultar Biasotto *In: Farias* (2022).

b) uma aglutinação e alinhamento de forças políticas partidárias que, naquele momento histórico, ocupavam postos executivos em âmbito municipal (por exemplo, Laerte Tetila, então prefeito de Dourados e docente aposentado do Departamento de Ciências Humanas; Wilson Biasotto – secretário de governo no município de Dourados, também docente aposentado do DCH; João Grandão – deputado federal e antigo discente e ex-professor substituto do Departamento de Ciências Humanas; Egon Krakeke – vice-governador e docente egresso do Departamento de Ciências Agrárias do Campus de Dourados; todos, além de outros não mencionados, com vínculos partidários e políticos com o governador do estado, José Orcírio dos Santos (Zeca do PT) e com o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva;

c) por fim, sinergias próprias, os papéis e responsabilidades políticas assumidas pelo DCH em aliança e compartilhamento com outras instâncias acadêmicas e políticas do campus, em alinhavar a elaboração e o encaminhamento do Projeto de Criação da UFGD.

No interior do quadro exposto, ainda que de maneira resumida, foi mais ou menos natural que meu nome fosse apresentado como postulante ao cargo de reitor *pro tempore*. Todas essas condições e possibilidades, evidentemente, representavam imensos desafios e me exigiram esforços voltados ao trabalho de articulação política, como também à busca de conhecimentos relacionados à vida universitária, suas histórias e seus desafios. Mergulhei em vasta bibliografia sobre o tema “universidade”, de autores brasileiros e estrangeiros, como, por exemplo, Marilena Chauí, Boaventura de Souza Santos, Edgar Morin, entre outros. Esse percurso formativo e intelectual sobre a educação superior, e em particular sobre a gestão das universidades públicas, cresceu exponencialmente e também se encaminhou sob novas formas de aprendizagem à medida que fui designado para funções de dirigente no processo de implantação da UFGD.

Como adiantei, no período de janeiro a junho de 2006, participei do grupo de trabalho junto à equipe tutora da UFG (formada por servidores da UFGD e da UFG). Pude acompanhar de perto as iniciativas e decisões de sua experiente coordenadora Ilka Moreira (Pró-Reitora de Planejamento da UFG, por dois mandatos), inclusive com a apresentação e implementação, direta e indireta, de muitos dos caminhos e estruturas consideradas decisivas para a gestão das instituições federais de ensino superior. Esse período de envolvimento com a implantação da UFGD foi bastante significativo.

Quando tomei posse como reitor¹⁰⁷ para o primeiro mandato de um ano, em junho de 2006, eu já alcançava boa compreensão dos problemas da vida universitária brasileira, da rede federal, e era capaz de elaborar um pensamento e uma interpretação bem acabados sobre os desafios da universidade brasileira e do projeto institucional que buscava implementar. As ideias e os valores que norteariam a nossa gestão, foram apresentadas, em linhas gerais, em um documento que formulei e alguns colegas da administração central avaliaram e deram sugestões, intitulado Cultura Institucional da UFGD. Esse documento foi incorporado ao primeiro Plano de Gestão da UFGD (2006-2007) e aprovado pelo Conselho Universitário, e permaneceu perene, como pano de fundo para as nossas ações, até o ano de 2015, quando terminou meu terceiro mandato.

Outrossim, é possível afirmar que o desenvolvimento de habilidades e capacidades de gestão é inerente a todo mandato à frente de uma instituição de educação superior. No entanto, a criação da UFGD e de outras instituições federais foi o início de uma política de Estado sob a liderança do ex-ministro da educação, Fernando Haddad, que, ao colocar o sistema federal de educação superior brasileira como estratégico para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país, proporcionou um movimento espiral de formação e qualificação de gestores quanto aos problemas e às soluções para a universidade brasileira, a partir do desenvolvimento da ciência e da tecnologia no mundo, cujos desdobramentos estavam sob responsabilidade distintiva de seus dirigentes.

Desse modo, tive a oportunidade de participar de dezenas de eventos realizados no Brasil e em outros países sob a proposição do governo brasileiro e de governos estrangeiros, da ANDIFES, de associações e grupos de universidades de âmbito nacional e internacional, de parceiros privados, de entidades vinculadas à educação superior no país e da própria UFGD. Tudo isso, além da rotina permanente de debates e reflexões nos órgãos colegiados superiores, nas reuniões mensais da ANDIFES e no fórum de pró-reitores, contribuiu para adensar o nosso, meu e dos demais membros da administração central, capital cultural e intelectual sobre os desafios e processos de gestão universitária.

É muito provável que a UFGD possa ser considerada um marco histórico no desenvolvimento da educação superior e da sociedade sul-mato-grossense. De modo geral, os resultados quantitativos e qualitativos alcançados no período de 2006-2015 apontam nessa direção. Por vários anos seguidos, a UFGD foi avaliada pelo Ministério da Educação como a

¹⁰⁷ Tive três mandatos: o primeiro como *Pro tempore* de julho de 2006 a junho de 2007, o segundo no período de 2007 a 2011, e o terceiro entre os anos 2011 a 2015.

melhor instituição de educação superior do estado. Naquele período, foram criados e implantados mais de duas dezenas de cursos de graduação e, também, mais de duas dezenas de programas de pós-graduação *stricto sensu*, nas mais diversas unidades acadêmicas criadas na UFGD. Os pormenores de algumas políticas desenvolvidas podem ser lidos no livro lançado recentemente sob o título *UFGD em memórias: gestão democrática e excelência acadêmica (2006-2015)* (Farias, 2022).

Quero, aqui, retomar o documento Cultura Institucional da UFGD, de 2006, e apontar as estratégias e os valores que, conforme já afirmei, foram orientadores de nossas ações ao longo de nove anos de gestão¹⁰⁸.

O primeiro valor estava relacionado à noção de compromisso social e articulava os temas de desenvolvimento e cidadania. O documento reconhecia o papel já desempenhado pelo *campus* da UFMS em relação ao tema do desenvolvimento regional e reforçava as expectativas desenhadas no Projeto de Criação da UFGD, quanto às possibilidades de maior colaboração, inclusive, na intensificação e diversificação econômica.

Todavia, chamava a atenção para o tema da cidadania, no que definia como “necessidades urgentes e radicais”, por exemplo, sobre a questão indígena. Posso afirmar que a criação da UFGD talvez tenha sido, depois da criação da Colônia Agrícola de Dourados, na década de 40, a ocorrência histórica de maior impacto no desenvolvimento da chamada região da Grande Dourados, especialmente de sua cidade polo. Não é possível, de pronto, dimensionar adequadamente o referido impacto, e creio que estudos pormenorizados ainda precisam ser realizados. Entretanto, pode-se imaginar as repercussões do orçamento da universidade, das economias das famílias de discentes na geração de serviços, produtos e trabalho e renda, ou ainda, a qualificação de profissionais nos cursos de graduação e programas de pós-graduação e, assim, por diante.

Mas, cabe mencionar, por outro viés, que a UFGD em nossa gestão administrou rol significativo de iniciativas que a aproximou das comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, com destaque para as etnias Guarani Kaiowá. Destaco a criação do curso de Licenciatura Indígena *Teko Arandu*. A proposta do curso existia há alguns anos e ele era demandado junto à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Quando assumimos a reitoria, em 2006, a

¹⁰⁸ Creio ser importante indicar que ao longo de 2006 a 2015, a equipe da administração central, praticamente permaneceu igual, com poucas mudanças; em geral, com acréscimos, no segundo e terceiros mandatos. Havia relativo grau de coesão política e acadêmica, além de um senso de responsabilidade que foram decisivos para o sucesso das atividades.

reivindicação, de movimentos de professores indígenas e de docentes de várias instituições que atuavam na formação de nível médio, foi a nós dirigida e, enfim, em pouco tempo o curso foi criado e implantado (acredito que foi o primeiro na forma de curso perene no interior de uma instituição, distinto de outras formas temporárias existentes). Posteriormente, criamos a Faculdade de Intercultural Indígena (FAIND) que abrigou outro conjunto de ações e demandas, desenvolvidas e articuladas no interior da universidade, como, por exemplo, os cursos de formação para Educação do Campo – em parcerias com movimentos sociais do campo e órgãos do Estado brasileiro. É oportuno, também, fazer referências à transformação dos serviços de saúde pública para a população da região do “Cone Sul” do estado com a federalização do Hospital Universitário e posterior ampliação dos serviços. Posso, ainda, avançar em muitos outros feitos, mas, creio que extrapolaríamos o objetivo do presente texto¹⁰⁹.

Outro eixo estratégico do documento diz respeito aos temas da democracia e decisão colegiada. De fato, buscamos preservar e valorizar, tendo em conta o princípio da autonomia universitária, a mais ampla participação democrática dos segmentos da universidade em suas deliberações. Para além da democracia direta nas escolhas de seus dirigentes, sendo sempre respeitada a escolha paritária entre os três segmentos, buscamos infundir, como valor de nossa cultura institucional, a importância da forma colegiada de realizar a gestão universitária. No caso, foi evidente o reconhecimento e fortalecimento dos conselhos superiores, com suas periodicidades de reuniões e ritos de praxe; para além disso, espriamos por dentro da UFGD uma centena ou mais de espaços de decisão colegiada; desde as comissões de trabalho, coordenadorias de espaços coletivos como laboratórios de uso comum, coordenadorias de cursos e programas, conselhos de faculdades, câmaras auxiliares e comissões dos conselhos superiores; todos, com funções regimentadas e atuação formal e regular no fazer da instituição.

Também, fizemos referências à importância na valorização das pessoas que trabalham na UFGD. Tínhamos a clara consciência de que o sucesso institucional dependeria de políticas de contratação de pessoas qualificadas e permanentes ações de capacitação e qualificação de nossa força de trabalho. Assim, atuamos, desde o início, na elaboração cuidadosa e própria de nossos concursos. Cabe mencionar o caso da contratação de docentes com qualificação mínima de doutorado; entretanto, o reconhecimento de possíveis dificuldades em algumas áreas. Posso, ainda, indicar as arrojadas políticas de qualificação em pós-graduações, tanto de servidores técnicos administrativos quanto de docentes.

¹⁰⁹ Temos, eu e outros colegas docentes que participaram da gestão da UFGD, a intenção em desenvolvermos novas análises e abordagens sobre a instituição, considerando-se o período de 2006 a 2015.

Relacionado a isso, fizemos uma aposta em estratégias que favorecessem o *phatos* de pertencimento à instituição e de compromisso ético de estar a serviço da sociedade. Creio que, de alguma maneira, eram dimensões que caracterizavam a atuação do *Campus* de Dourados e, embora seja difícil avaliar o alcance e os resultados de tais estratégias, alguma efetividade de espírito comunitário alcançamos ao longo do período; não obstante, a sua variabilidade de lugar para lugar e de pessoa para pessoa que atuava na UFGD.

Quanto às dimensões propriamente acadêmicas, em relação ao ensino de graduação, podemos usar o texto de um parágrafo do referido documento:

Nesse caso, a comunidade deverá debater com afincos as possibilidades de uma estrutura curricular mais aberta e flexível que, sem cair na fluidez, amplie o leque das alternâncias na formação intelectual e profissional dos discentes, inserindo, inclusive, um tempo de formação básica que favoreça a mobilidade e o trânsito acadêmico em uma determinada área do conhecimento. (UFGD, 2006).

A citação bem poderia servir como um preâmbulo à arquitetura acadêmica de graduação que implementamos com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais – REUNI, a partir de 2009. De fato, buscamos construir as condições para maior mobilidade acadêmica não apenas dentro de uma mesma área de conhecimento, como partimos da compreensão sobre a necessidade de formação mais holística de nossos discentes, tendo como estratégia os possíveis percursos interdisciplinares e transdisciplinares, além da mobilidade tanto dentro da nossa universidade como para outras instituições brasileiras e estrangeiras.

Devo mencionar, ainda que rapidamente, nossa preocupação com o sucesso dos acadêmicos em nossos cursos de graduação, relacionando-a com o tema do compromisso e inclusão social. Não apenas tivemos políticas diferenciadas voltadas às escolas públicas de Mato Grosso do Sul para acesso à educação superior, como, desde pronto, adotamos políticas de cotas na universidade.

Posso ainda apontar que a UFGD foi, talvez, no período indicado, a instituição com a política de assistência estudantil mais arrojada do país e, por sinal, a primeira universidade a ter uma política de assistência estudantil para os acadêmicos de pós-graduação. Informo, ainda, que, a certa altura de nossa gestão, atendemos a 100% de toda a demanda qualificada para bolsas de assistência estudantil, e toda a demanda qualificada para bolsas de iniciação científica e de iniciação à docência na graduação, além de fomentarmos bolsas voltadas para a extensão e cultura. O mesmo ocorreu com a demanda da pós-graduação: atendemos, a partir de certo momento da gestão, 100% da demanda qualificada para bolsas a acadêmicos de mestrado e doutorado.

Quanto à pesquisa e pós-graduação, desde 2006, a nossa perspectiva era de que o sucesso e o reconhecimento da universidade passariam pelo seu crescimento e desenvolvimento em pesquisa e pós-graduação. Nesse sentido, as políticas de contratação dos servidores docentes, a qualificação em programas de pós-graduação, o investimento em infraestruturas e em bolsas acadêmicas, garantiram um exponencial número de novos cursos de mestrado e doutorado na UFGD. Quando assumimos a reitoria, tínhamos apenas três programas (História, Agronomia e Entomologia) e, em 2015, ao final de nosso terceiro mandato, já alcançávamos 26 programas de pós-graduação. Os resultados na formação de grupos de pesquisas, concessão de bolsas, números de dissertações e teses defendidas na UFGD, reforçam nossa presente avaliação¹¹⁰.

Por fim, cabe apresentar, ainda que em sobrevoos, as políticas de extensão e cultura. Em “Cultura Institucional da UFGD”, falávamos em “noção de trocas frutíferas de saberes” entre a universidade e a sociedade. Já mencionei o grau de envolvimento que alcançamos com a ITESS (Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias), mas muitas outras políticas, programas e ações de extensão universitária foram realizadas junto às comunidades quilombolas, indígenas e de periferias urbanas, ao longo de 2006 a 2015. Em relação à cultura, posso afirmar que a UFGD, com as suas políticas, se constituiu em um dos principais, senão o principal, ator no que tange ao fomento à cultura no estado de Mato Grosso do Sul¹¹¹. Entretanto, às vezes penso que poderíamos ter feito mais.

É quase desnecessário observar que os resultados positivos alcançados se inserem em um momento histórico excepcional da rede federal de educação superior, com as políticas voltadas para sua expansão e afirmação. Ademais, as mesmas auspiciosas ações implementadas foram frutos de trabalhos coletivos, não somente da gestão superior, como de seu corpo de servidores e de acadêmicos. De qualquer modo, a presença e atuação do dirigente máximo de uma universidade pública são cruciais para o sucesso institucional, pois, ao mesmo tempo que vigora uma ampla teia de participação em espaços colegiados decisórios, os conselhos superiores das instituições públicas federais de educação superior são, por excelência, o locus de atuação e de exercício da autoridade do reitor. É, muito provável que, até o momento, essa tenha sido a minha principal contribuição à vida universitária brasileira.

Não obstante a isso, quero reafirmar o caráter coletivo do trabalho de criação e implantação da UFGD. Além do que já mencionei relacionado ao tema dos espaços colegiados de gestão universitária, devo referir-me diretamente aos colegas docentes e técnicos

¹¹⁰ Ver a respeito: Vasconcelos *In*: Farias (2022).

¹¹¹ Os detalhes ver em: Fernandes *In*: Farias (2022).

administrativos que participaram mais diretamente das minhas gestões; de modo especial àqueles que ocuparam funções na administração superior da universidade, na condição de pró-reitores, chefias de gabinete, procuradores, coordenadores, como os docentes Wedson Fernandes e Marlene Marchetti (vice-reitores), em nome dos quais rendo homenagens e agradecimentos a todos que partilharam comigo as angústias e muitas alegrias ao longo daqueles anos.

Além do livro *UFGD em memórias*, já mencionado anteriormente, tenho sido convidado a refletir sobre a nossa experiência na gestão universitária. Temos em mente organizar, junto com outros colegas, parceiros nessa caminhada, outros volumes que adensarão a nossa avaliação sobre o período de criação e implantação da universidade.

E, quando imaginava que não seria mais necessário assumir nenhuma outra atividade de gestão na universidade, eis que fui agraciado com o convite, por parte dos colegas de pós-graduação em História, para assumir a vice-coordenação do programa.

Atividades de representação, títulos e homenagens

Neste tópico, gostaria de mencionar algumas atividades de representação que compuseram a minha trajetória intelectual e profissional ao longo das últimas décadas, sendo a grande maioria relacionada à educação superior. Insisto em reafirmar que esse tipo de atividade está relacionado diretamente com o fazer universitário, pensado de maneira mais ampla.

Ao mesmo tempo, e considerando que implicam em projetos e estratégias de ações no interior da universidade, tais atividades sempre terão impactos mais ou menos abrangentes sobre diferentes escalas ou dimensões das instituições a depender dos focos empreendidos e do raio de atuação dos agentes. Assim, não podemos menosprezar a relativa relevância de entidades científicas e/ou de entidades e movimentos sociais e sindicais na vida universitária, seja em sentido positivo ou em sentido negativo quanto às implicações de suas atuações. Elas também significam a criação de outras perspectivas sobre o tempo-espço da universidade e compõem as narrativas e os entendimentos sobre a educação superior ou, de maneira particular, contribuem para a formação pessoal e profissional, como foi o meu caso.

Sendo assim, apenas designo algumas atividades de representação, sem elaborar uma avaliação de cada uma delas, conforme segue:

- a) Membro do centro acadêmico do curso de História da UFMS, campus de Três Lagoas, MS, no período 1987-1988;

- b) Membro da direção do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Três Lagoas, MS, no período de 1993-1994;
- c) Membro da direção da Associação dos Docentes de Dourados (ADUF/ANDES) no período de 2000-2001;¹¹²
- d) Membro da direção da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais da Educação Superior (Andifes) no período de junho de 2012 a maio de 2013.

Em decorrência de minha trajetória e conquistas no interior da universidade, sobretudo em razão de ações e resultados alcançados à frente da reitoria da UFGD, fui agraciado com três títulos em homenagem aos trabalhos desenvolvidos, os quais apresento na sequência:

- a) Título de Cidadão Douradense, aprovado pela Câmara dos Vereadores de Dourados;
- b) Homenagem da Câmara dos Vereadores de Dourados em reconhecimento à contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural do município;
- c) Título conferido com a Medalha Darcy Ribeiro pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, por indicação do Conselho Universitário da UFGD, em razão da contribuição à educação superior.

Considerações finais

Ao final deste relato memorialístico, permeado de algumas lembranças e muitos esquecimentos, gostaria de mencionar uma avaliação geral de caráter bastante pessoal: sempre tive a impressão de que a minha experiência no interior da universidade esteve dividida entre dois impulsos nem sempre convergentes. A noção de impulso me parece melhor precisar o que me predispunha à introspecção e à solidão necessárias ao trabalho e aos prazeres do pensar intelectual, sentidos por mim desde muito cedo, inclusive no que se refere a possíveis processos de reconhecimento e empoderamento social e cultural. De outra perspectiva, como já considerei, a aparição da sempre teimosa disposição para o exercício da “liderança”, o reconhecimento das implicações e dificuldades dos desafios propostos acerca de uma dada dimensão da coletividade para quem prefere ficar só e, todavia, também a compreensão e imaginação elaboradas de significados sobre supostos atos de coragem, com seus riscos e perigos, tanto em perspectiva individual quanto coletiva.

Portanto, a minha experiência na universidade foi marcada por vivências cindidas, e, sinceramente, espero que não seja mais dessa forma ou não tanto assim. De todo modo, não posso negá-las, muito ao contrário, as reafirmo. De maneira especial, e apesar do espírito

¹¹² Eu já havia participado, anteriormente, de outras gestões do sindicato dos docentes, quando estava vinculado à UFMS.

sertanejo que prefere a solidão, reitero o prazer que tive em encontrar muitas pessoas e poder escolher algumas como amigas.

Finalmente, uma nota de agradecimento a todos os colegas, professores, acadêmicos e amigos que de alguma maneira partilharam comigo esta trajetória, ao longo das últimas décadas. Seria impossível apontar cada um deles e indicar a importância que tiveram para mim. Em nome deles e delas, no entanto, preciso e quero, carinhosamente, agradecer o companheirismo intelectual e afetivo da professora Marisa Lomba; sou o que tenho sido, em grande medida pelos atravessamentos com os quais somos mutuamente afetados, há mais de trinta anos. Nos últimos anos, inclusive, essa parceria foi enriquecida com o amadurecimento intelectual e artístico de nossos filhos, para os quais nossas vidas fluem.

Referências

BARBOSA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na tradição americana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

BARROSO, Antonio Vinícius Lomeu. Um Nietzsche à brasileira: intelectuais receptores do pensamento nietzschiano no Brasil (1900-1940). **Revista de Teoria da História**. Ano 5, n. 9, jul. 2013.

BREUNING, Tiago Hermano. Modernistas brasileiros, leitores de Nietzsche. **Revista Eutomia**, Recife, 24(1): 335-345, set. 2019.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Organização de Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz; estabelecimento de textos e nota de Maurício Acuña e Marcelo Diego. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 25. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1993.

CHAVES, Ernani. Raízes do Brasil e Nietzsche. **Cult: Revista Brasileira de Literatura**, São Paulo, ano IV, n. 37, p. 52-55, ago. 2000.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. Organização de Jo Ann Boydston; editora de texto Harriet Furt Simon; introdução de Abraham Kaplan; tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Dicionário Nietzsche (Resp. pela edição Scarlett Marton); GEN - Grupo de Estudos Nietzsche. Coleção Sendas e Veredas. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O idiota**. Tradução José Geraldo Vieira; prefácio Brito Broca. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

EUGÊNIO, João Kennedy. **Um ritmo espontâneo**: o organicismo em “Raízes do Brasil” e “Caminhos e Fronteiras” de Sérgio Buarque de Holanda. 2010. 479 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

FARIAS, Damião Duque de (org.). **UFGD em memórias**: gestão democrática e excelência acadêmica (2006-2015). Curitiba: Editora CRV, 2022.

FARIAS, Damião Duque de. A montanha mágica: apontamentos sobre o pensamento nietzschiano no romance de Thomas Mann. **A Palo Seco**: escritos em filosofia e literatura, São Cristóvão, ano 13, n. 14, p. 51-70, jan./dez. 2021c.

FARIAS, Damião Duque de. Belarmino versus o esquartejado/crucificado: análise do conto “Viagem a Nápoles” de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Antíteses**, Londrina, v. 14, n. 27, p. 237-264, jan./jun. 2021b.

FARIAS, Damião Duque de. Cordialidade: crítica nietzschiana e ambivalência do homem “moderno” brasileiro em Raízes do Brasil (1936). **Revista de História Comprada**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 330-352, 2020a.

FARIAS, Damião Duque de. **Crise e renovação na Igreja Católica em São Paulo**: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945-1975). 2002. 446 f. Tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FARIAS, Damião Duque de. **Em defesa da ordem**: aspectos da práxis católica no meio operário na cidade de São Paulo (1930-1945). São Paulo: História Social-USP: HUCITEC, 1997.

FARIAS, Damião Duque de. O problema da forma: cultura e Estado em Raízes do Brasil, 1936. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 83-114, jan./abr. 2021a.

FARIAS, Damião Duque de. O problema da forma: cultura e Estado em *Raízes do Brasil*, 1936. **História da Historiografia**, Ouro Preto – MG, v. 14, n. 35, 2021.

FARIAS, Damião Duque de. Revolução e *nihilismo* em *Raízes do Brasil*, 1936. **Cadernos Nietzsche**, Guarulhos, v. 41, n. 3, p. 193-219, set./dez. 2020b.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud & Marx**: *theatrum philosophicum*. São Paulo: Ed. Princípio, 1997.

FREZZATTI JÚNIOR, Wilson Antonio. “O valor de um caracol” ou “O nobre nietzschiano: um elogio a Cálicles?” **Cadernos. Nietzsche**, São Paulo, vol. 1, Nº 21: p. 29-45, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Elisabeth Foerster. *In: Sérgio Buarque de Holanda*: escritos coligidos: livro I, 1920-1949. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição crítica. Organização de Pedro Meira Monteiro e Lília Moritz Schwarcz; estabelecimento de textos e nota de Maurício Acuña e Marcelo Diego. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Organização Pedro Meira Monteiro, Lília Moritz Schwarcz; estabelecimento de texto e notas Maurício Acuña e Marcelo rego. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 25ª edição, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Viagem a Nápoles. *In: MONTEIRO*, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**: perspectivas. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense: Publifolha, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Hegel, Marx e Nietzsche** (*o el reino de las sombras*). Madrid: Siglo Veintiuno, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **Nietzsche**. México: Fondo de Cultura Económica: 1993.

LEFEBVRE, Henri. **Pensadores Modernos** – Freud, Nietzsche, Wagner e Schopenhauer. Tradução Márcio Suzuki. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2015.

MANN, Thomas. **A montanha mágica**. Tradução de Hebert Caro. Revisão da Tradução e pós-fácio de Paulo Astor Soethe. São Paulo, Cia das Letras, 2016.

MARTINS, André Jobim. **A flor e o espinho:** a formação brasileira de Sergio Buarque de Holanda. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Programa de Pós-Graduação da PUC-Rio. Orientador: Prof. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro, 2020.

MATA, Sérgio da. Tentativas de desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 63-87, 2016.

NICODEMO, Thiago Lima. Para além de um prefácio: ditadura e democracia no diálogo entre Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 159-180, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra:** um livro para todos e para ninguém. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia de Bolso, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **O anticristo:** maldição do cristianismo. Ditirambos de Dionísio. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia de Bolso, 2016.

RIBEIRO, Douglas Carvalho. **As raízes antiliberais de Sérgio Buarque de Holanda:** Carl Schmitt em Raízes do Brasil. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RUBIRA, Luís. Nietzsche no Brasil (1933-1943): Da ascensão do nacional-socialismo ao Grande Reich Alemão. **Cadernos Nietzsche**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 18-64, out/dez. 2016.

SCHLEGEL, Rogério. O estatismo orgânico como contribuição original em Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 1-37, 2017.

UFGD. **Plano de gestão 2006-2007**. UFGD: 2006.

WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia – Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil, 1936. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 39-62, 2011.

TRAVESSIA DA VIDA ACADÊMICA: ENOVELAMENTOS E SONHOS POSSÍVEIS.

Marisa de Fátima Lomba de Farias

Primeiras palavras

Apresentar a minha carreira acadêmica, para alcançar o nível de docente titular, chegou como um susto. Simplesmente chegou... Não! Eu não tenho escolha... teria que concluir essa etapa. Um misto de sentimentos tomou conta de mim; talvez a insegurança de (re)pensar o caminho e imaginar a última fase de uma trajetória. O que virá posteriormente? A aposentadoria não está nos planos e nem nos prazos. Sei o que virá, a idade! E, com ela, mais e mais experiências que farão parte de mim e de quem estiver por perto, junto, observando, construindo?! Não sei responder!

Ao procurar um começo para organizar a minha memória, percebi que o caminho na docência é uma travessia e cheguei ao final desse texto sem uma conclusão, mas sim, com um enovelamento entre o começo/passado, meio/presente e fim/futuro. Não há fronteiras, descrições ou registros que deem conta da vida-travessia. Não há um ponto de partida e nem mesmo de chegada; eu continuo e continuarei no meio da travessia.

Vivo um turbilhão de possibilidades, sonhos, projetos individuais e coletivos... a pessoa... a mulher... que transita pelo privado e pelo público com dificuldades para definir os limites, com subjetividades que trazem desafios imensos, pois o mundo da universidade não é aquele desejado, no qual os sonhos se encontrariam, as pessoas se aproximariam, onde conhecimentos críticos e enraizados — nas mais profundas ancestralidades femininas — e projetos de sociedade seriam a pulsão da vida-travessia e a continuidade da sobrevivência neste cosmos.

Olho ao redor e observo um cosmos sendo destruído e substituído por máquinas e sistemas e, no entanto, ele resiste, sobrevive, ressurge e brota em meio à areia, por entre o mercúrio misturado nos rios e que adentram os corpos famintos e trêmulos.

Eu vou evitar os agradecimentos, não quero ser injusta com alguém. Teria uma imensa lista, não saberia por quem começar, se pela família, por amigos/as, colegas de trabalho, estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação, aqueles/as que orientei nos programas

de pós-graduação, pessoas que fazem parte das minhas reflexões desde a década de 1990, quando iniciei a primeira experiência de pesquisa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ao cursar algumas disciplinas do curso de História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas - MS, após concluir o curso de Pedagogia na mesma universidade.

O período final da graduação foi um momento fundamental para a travessia da Pedagogia para a Sociologia, sem que tenha se concluído algum dia, pois me fiz educadora da sociologia, socioeducadora. Pois, há de se ver que as pesquisas tomaram o eixo sociológico interdisciplinar, passando por História, Psicologia, Educação, e foi imenso o apoio da professora e amiga Stela Borges, com aquele PIBIC.

Ah! Eu estava no lugar certo, no tempo certo e a pessoa certa cruzou o meu caminho ou eu cruzei o dela. Senti uma simbiose e admiração por uma mulher incansável e revolucionária que me mostrou a resistência ao patriarcado, ao machismo estrutural e escorregadio, por aqueles corredores do Centro Universitário de Três Lagoas.

Eu tenho que ser justa. No curso de magistério tive contato com a Sociologia por meio de outra professora, que havia estudado na França; parecia inacreditável! Cristina Garcia, ela era (é) progressista, usava roupas diferentes, um pouco *hippie*, e me emprestou o livro *Olga*. Na Pedagogia, fui surpreendida por uma professora freira, a Irmã Zélia Lopes, pois, na minha experiência familiar, as freiras eram recatadas, obedientes, usavam roupas para cobrir todo o corpo e o cabelo — inclusive tenho uma pessoa próxima que é freira, tia da minha mãe. A Irmã Zélia era (é) Teóloga da Libertação, de outro mundo! Inquieta, questionadora, e falava, em alto e bom tom, sobre a sociedade socialista.

É... a Sociologia cruzou a minha travessia e permaneceu.

Após a graduação, passei pelo mestrado e doutorado em Sociologia na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) em Araraquara - SP e, não tão recentemente, tive o prazer de fazer pós-doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis - SC.

Mas, como já disse, passarei ao largo dos agradecimentos pessoais! Seriam muitas e muitos as/os merecedoras/es... Posso dizer que correria um grande risco de a memória de hoje não fazer justiça às relações de tempos de outrora. Há que se imaginar o rol, quase infinito, de agradecimentos e ele se amplia na rapidez de saltos nas alturas.

Então, prefiro dar valor à vida, por ter dado à luz e por ser ou querer ser luz para algumas pessoas.

Para retomar o objetivo deste texto, nas semanas de sua elaboração, por coincidência ou não, encontrei o texto impresso do meu relatório de PIBIC. Confesso que, ao tocar as muitas páginas que estão amareladas e saborear algumas palavras, eu senti nostalgia e saudades. Passaram pelas minhas mãos, também, a dissertação publicada em livro e a tese impressa de capa dura azul. “Produções” marcadas pelo tempo, com o cheiro de madeira e a lembrança de períodos de muito estudo, muita dedicação e descobertas sem precedentes. Os papéis impressos são sobrevivências nas estantes e caixas; verdadeiros esconderijos e guardadores de tesouros que cintilaram em minhas lembranças. O relatório do pós-doutorado, intitulado “Mulheres e Feminismo no Movimento dos Rurais Sem Terra (MST) no estado de Mato Grosso do Sul (1990-2010)” está armazenado na memória do computador, não por ser menos importante, mas por compor outra dinâmica da produção científica mais madura e menos sofrida.

Neste memorial, eu me esforcei para que o trabalho de minha memória permitisse dialogar com a trajetória da pesquisa, do ensino e da extensão. Decidi compartilhar momentos — não datados — que fazem parte de meus “contos experienciais” em sala de aula, nas conversas soltas com estudantes e colegas de trabalho, que me transversalizaram nesses anos e me fazem repensar a práxis pedagógica diuturnamente, pois há um enovelamento entre o que nos diz a teoria e o que desdiz a prática, e ainda me pergunto: o que se constitui desse enovelamento? Tudo novo? Tudo velho? Tudo igual? Ou tudo em constante movimento de entrelaçamentos explosivos?

Ao escolher a carreira acadêmica universitária, eu iniciei pela pesquisa e extensão. Adentrei um mundo inexistente, era meu desconhecido. Entretanto, era o mundo vívido, vivido e sofrido de milhares de pessoas caminhantes em busca de uma vida digna de ser vivida. Famílias andantes por caminhos sinuosos, que poderiam não chegar a lugar algum, mas não desistiam e se nutriam de esperança e fé em Deus. “Um dia há de ser melhor”. “Estamos à procura da terra prometida”, no entanto, esqueceram de dizer a essas pessoas que a promessa era do “diabo capital” e não dos “campos do senhor”.

Mas não tem nada não... é difícil desistir, resistir é a potência dessas pessoas que encontrei e me encontraram na trajetória de andanças pelo Mato Grosso do Sul, sem fim, sem trégua, sem justiça, mas visitado, habitado e revitalizado por esses/as caminhantes que lutam pela terra, lutam na terra e lutam com esperanças para suportarem a travessia de um rio..., muitos rios com águas turvas, fortes e avassaladoras, que se arrebatam nas margens impeditivas da

fluidez dos sonhos e das expectativas..., os quais levam as pessoas a outros rios em lugares outros.

Assim, desaprendi a ser a pessoa que não se alimentava de variedades nutritivas e substanciais, fiz-me outra, passei a compartilhar outros sabores, odores, olhares e lugares. Muito de mim foi ressignificado e partilhei o pouco que tinha com o muito que recebia.

Espero que tenha conseguido apresentar um pouco de minhas vivências, acreditando que cada leitora/or será tocada/o, diferentemente, por essas linhas...

Alguns detalhes

Em 13 de maio de 1969, na cidade de Dracena - SP, eu cheguei a esse mundo por um parto complicado de cesárea, com risco de morte para mim e para a minha mãe, Luzia. Além desse sofrimento, eu nasci menina, não era um menino. Fui a terceira filha, última tentativa que nem mesmo fora desejada, mas já que estava gestada...

Meu pai, Manoel, era um caminhante, à procura de uma vida digna para a família. O trabalho lhe chegou, obrigatoriamente, muito cedo. Ainda menino ingressou como “pacoteiro”, como era chamado nas Lojas Riachuelo, e por competência e dedicação — histórias orgulhosamente relatadas às filhas — ascendeu na empresa e foi considerado gerente exemplar. Não tinha igual! Ele assumia lojas em decadência e quando o lucro aumentava, a empresa o transferia para outra... outra e outra. Nós não tínhamos paz, a média de residência era de 2 anos em cada cidade.

Novamente o rito das travessias! Até que, cansado de não parar, pediu demissão da empresa “Lojas Riachuelo”. O mesmo fez o seu irmão e, com o valor recebido da indenização, iniciaram o próprio negócio, uma loja de tecidos e roupas na cidade de Três Lagoas - MS. Chegamos... eu com os meus 6 anos, apta a cursar a 1ª série, pois logo completaria os 7. Ingressei na escola pública e a minha irmã, Maria Luzia, 6 anos mais velha do que eu, havia me alfabetizado. Eu dominava a escrita e a leitura, uma oralidade “impossível”... sempre falei muito: voz, gestos e expressões. O gosto pela leitura e pelos estudos me foi transmitido por ela, com muito carinho e paciência, mesmo quando mexia em seu material, rabiscava os seus cadernos ou quebrava seus lápis (pronto... sem querer, fiz meu primeiro agradecimento!).

Eu e minhas irmãs, Maria Luzia e Márcia, fomos matriculadas na Escola Afonso Pena, por pouco tempo, pois éramos tomadas por medo. Todos os dias, cantar o Hino Nacional em fila, não era nada... Difícil era encarar a diretora da escola, dona Somaia com seu coque elevado,

voz firme e rígida (autoritária). Ninguém se arriscava a piscar ou olhar de lado, a chamada de atenção (grito, na verdade) arrepiava a todas/os.

Logo foi possível nos transferir para a Escola João Magiano Pinto (JOMAP), na qual as minhas irmãs estudaram até o Segundo Grau, e eu até a 8ª série¹¹³, pois optei por cursar o Curso de Magistério na escola Dom Aquino Corrêa. Sim, como normalista! Esse foi o meu caminho até a universidade, no curso de Pedagogia na UFMS. Assim, toda a minha formação ocorreu em escolas públicas e defendo-as até hoje. Aos poucos, após a graduação, a minha trajetória foi se aproximando da Sociologia, entretanto, o aprendido e o internalizado da formação para docência, no magistério e na Pedagogia, nunca se afastaram de mim.

O magistério era o caminho imaginado para “ser professora de criança”, esse era o meu sonho e das pessoas ao meu redor; nasci para ser, deveria ser e fui por pouco tempo, mas cumpri o ritual. Não me arrependo, eu teria sido uma “professora legal”; com certeza a ludicidade tomaria conta das minhas práticas, de meu corpo e eu dançaria com as crianças por entre conhecimentos, fazeres e diálogos. Vou abrir um espaço para dizer que a minha primeira atividade “fora da casa”, foi na Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) de Três Lagoas com os meus 15 anos. Iniciei como voluntária e, ao mesmo tempo, cursava o Magistério, desenvolvia as atividades de manhã e, à tarde, atravessava a cidade na minha bicicleta que está preservada (na medida do possível) até hoje.

Na APAE, o meu trabalho se dividia em duas partes, até as 9 horas eu acompanhava os bebês na estimulação precoce e, após esse horário, atendia uma turma de pessoas jovens e adultas com atividades motoras e artesanatos. Aguardava o almoço ser servido a todos/as, voltava para casa e ia para a escola do Magistério (Dom Aquino Corrêa). Uma curiosidade: o primeiro livro indicado para a nossa leitura obrigatório foi *A Normalista* de Adolfo Caminha.

Fui convidada para assumir uma turma de terceira série em uma escola particular. Para meu arrependimento, aceitei e me despedi da APAE — havia sido contratada estando há 3 meses do segundo ano de trabalho com “carteira assinada”. Não vou detalhar, mas me frustrei, e pedi para sair ao concluir o ano letivo, e adentrei o ramo do comércio de minha família.

Concluí o Magistério, cursei Pedagogia e continuei trabalhando no comércio. As próximas etapas foram o mestrado, a mudança para Dourados - MS, o doutorado e o trabalho como professora substituta na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e na

¹¹³ Atualmente Ensino Médio, 9ª Ano.

UFMS, além de duas faculdades particulares. E, finalmente, o ponto de chegada e de partida, para sempre novos desafios, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Da graduação em Pedagogia ao Doutorado e a chegada em Dourados - MS

Como primeira atividade de interação ao iniciar o curso de Pedagogia, que ainda ocorre, participei do “trote”. O evento durou uma semana, foi organizado com características de gincana e envolvia jogos, torcida organizada, paródias, perguntas de conhecimentos gerais. Não presenciei nenhum tipo de violência. E, como era esperado por algumas/uns colegas, eu liderei a organização das atividades do meu curso. Nessa semana, soube posteriormente, fui observada pelos grupos políticos conservadores, ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Nesse período, sem compreender o campo da política, mas com capacidade de liderança, fui responsável pela organização do Centro Acadêmico de Pedagogia assumindo a sua presidência.

Foram momentos de inúmeras descobertas e, sem compreender cabalmente o jogo de poder interno à universidade, interagia com todos/as os/as estudantes, de modo que fui me aproximando do grupo de esquerda ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, quando me dei conta, estava na presidência do Diretório Geral de Estudantes e filiada ao PCB, fazendo campanha para o então candidato Roberto Freire.

Iniciava-se o primeiro enfrentamento concreto com a minha família, deixei de ser tão obediente, usava camisetas da campanha, saía para conversar com as pessoas e, pasmem, participei de colagem dos cartazes nos postes de iluminação pública da cidade. Não teve mais volta, só avancei, amadureci politicamente e, novamente, liderei um movimento no meu curso, no período de greve docente, impedindo que as salas de aulas fossem limpas, com o objetivo de enfrentar os docentes “fura greve”. A nossa ideia era a de colaborar para o fortalecimento do movimento grevista.

A universidade vivia um tempo de extrema escassez, o Centro Universitário de Três Lagoas (CEUL) ficava às escuras por falta de lâmpadas, de pagamento da energia elétrica; faltavam papéis higiênicos nos banheiros, e, sabonete... nem esperávamos encontrar. O acervo da biblioteca era insuficiente, enfim, um período histórico da educação superior brasileira que caminhava para a ampliação da criação de redes privadas de ensino. Hoje sabemos que aquele período foi o início de um processo de sucateamento das instituições públicas e que se prolongou com os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em um dos primeiros semestres no curso de Pedagogia, perguntei às professoras — em um seminário com toda a turma: como vocês conseguem conciliar a vida pessoal com a carreira acadêmica? Com esse questionamento, iniciou-se o desafio na minha trajetória pessoal e profissional, e que ainda permanece; ele me parece ser comum para todas ou para a grande maioria das mulheres, pois trabalho externo e as atividades em casa continuam justapostos. Não há divisão efetiva de tarefas por diversos motivos: os homens seguem ajudando, e as mulheres aceitando a ajuda; nós não nos desprendemos de uma subjetividade maternal e de responsabilidades múltiplas que nos foram ensinadas, desde a infância, orientada por cores, brincadeiras, trabalho doméstico, cuidados com irmãs e irmãos, o que nos é cobrado cotidianamente.

A pergunta se repetiu no pós-doutorado, quando eu indaguei à minha orientadora, Joana Maria Pedro: como você consegue trabalhar tanto? Essa resposta eu me lembro, e a tento repetir a mim mesma com frequência: “Eu suspendo o meu cotidiano, descanso, viajo... e depois retomo às atividades e ao trabalho” (mais ou menos assim).

Perguntas como essas chegam a mim, não sei de onde e desde muito tempo, e penso que as minhas respostas ainda são ambíguas e não satisfazem. Sabem por quê? As relações de gênero se movimentam, às vezes se alteram, melhoram, avançam, mas há um sentimento de eterno retorno aos seus fundamentos, ao que lhes é fundante historicamente em nossa sociedade: a hierarquia entre mulheres e homens, e, acrescento, com a leitura de Lélia Gonzales, entre pessoas brancas e pessoas negras, entre pessoas indígenas e não indígenas.

O relatório do PIBIC, já mencionado em parágrafos anteriores, foi reescrito e me inspirou para a elaboração do projeto de pesquisa para o ingresso no mestrado. Entretanto, antes disso, pelas mãos da professora Stella Borges — ela, então, cursava os créditos do doutorado — matriculei-me como aluna especial, em uma disciplina sobre Marx e Weber, no curso de pós-graduação em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, para a minha gratidão, aceita pelo Prof. Octávio Ianni.

Aquele semestre foi de extremo amadurecimento teórico e de rara vivência pessoal; poder compartilhar aquele momento, lugar e estar entre pessoas admiráveis, é inexplicável. A sabedoria e a solidariedade do Prof. Ianni, como o chamávamos, são exemplos e inspiração para mim. Ele recebia os/as estudantes individualmente; fez o mesmo comigo, para o meu espanto, pois era “apenas uma aluna especial” que buscava ampliar o conhecimento no campo da Sociologia e almejava a pós-graduação. Ele leu o meu projeto, conversou comigo e fez anotações; foi formidável! Quando adentrei a sua sala, ele estava sentado e aparentava o

semblante calmo, como sempre. O meu corpo tremeu inteiro, eu nem acreditava. O estudo nessa disciplina foi imprescindível para o meu ingresso no mestrado. Não consegui na UNICAMP, cuja proposta era escolher falar sobre Marx, Weber ou Durkheim, e a escolha de Marx não foi oportuna. O tema na UNESP foi quase idêntico, eu escolhi falar sobre Weber e fui aprovada.

Foram períodos de intenso aprendizado teórico e de vida, para uma mulher que nunca havia utilizado transporte público, realizado viagens, sozinha, ingênua demais. Hoje, ao escrever sobre essas experiências, me envolvo em um trabalho significativo da memória, como aprendi com Halbwachs¹¹⁴ ao elaborar minha dissertação: sempre o esforço para a recomposição de uma subjetividade entrelaçada por perguntas, respostas, novas perguntas, novas respostas em um movimento em espiral; pensamentos teóricos que se entrelaçariam em minha tese de doutorado com outras inspirações, por exemplo, ao estudar Sartre¹¹⁵ e refletir sobre o movimento espiral da vida e dialogar com Guimarães Rosa¹¹⁶. Então, cheguei na concepção da travessia espiralada em constante fazer-se, ser, sendo, ser inacabada e incompleta sempre.

No ano de 1995, eu e o Iulik, nascido em Três Lagoas e, então, com 3 para 4 anos, chegamos a Dourados - MS com o Damião, o qual acabara de assumir o concurso docente na área de História na UFMS. Iniciamos uma vida nova e diferente, para mim, pois pairava um sentimento de insegurança. Aqui, posso dizer: um conflito entre a Marisinha e a Marisa se instalou definitivamente. Estava distante do núcleo familiar e da grande família parental, que eu muito criticava, mas que me inspiravam com confiança e aconchego — tanto o núcleo familiar paterno, quanto o materno eram compostos de imigrantes espanhóis e italianos, sempre bastante próximos, às vezes demasiadamente próximos e, todavia, enredam os sentimentos e as lembranças com uma força descomunal.

Dourados me confundia com as suas rotatórias, era uma cidade imensa, na minha concepção, visto que o meu convívio pessoal e territorial partia de Três Lagoas para o interior do estado de São Paulo; eu conhecia quase nada de Mato Grosso do Sul. Em Dourados, nasceram os outros dois filhos, Leonam, em 1997, e Nicolas, em 2001.

Iulik, Leonam e Nicolas chegaram, cada um a seu tempo, sem planejamento e foram recebidos com muito amor, em meio a inúmeras andanças entre a casa e as pesquisas, entre os assentamentos e a universidade, do mestrado ao doutorado.

¹¹⁴ Halbwachs (1990).

¹¹⁵ Mészáros (1991).

¹¹⁶ Rosa (2001).

E, para a minha surpresa, no pós-doutorado, em 2011, o primeiro neto, Aruã, chegou sem avisar, e de tanto susto, o amor transbordou. E não menos importante, no ano de 2018, chegou a minha neta Naína, que revirou meus sentimentos e as teorias estudadas, colocando-me muitas dúvidas e em choque entre a teoria e a experiência. Eu não sabia o que era analisar as relações de gênero de modo tão intenso.

Ao fechar essas indicações familiares e retomar o objeto deste relatório, observo a parceria (queria usar “cumplicidade”!) do Damião. “Ele entrou na minha vida sem pedir licença”, quando, em mim, um redemoinho de sentidos e significados se constituíram e perduram nesses 34 anos de convivência. Ele chegou no período final de minha graduação em Pedagogia, na UFMS de Três Lagoas, e me alertou sobre o tema que seria a pesquisa do mestrado em Sociologia – estudar o Acampamento América Rodrigues da Silva, ocorrido nos anos de 1980 na mesma cidade. Às vezes, tenho a impressão... outra Marisa aflorou, ao iniciar aquela caminhada. Mais potente, aos poucos e em sofrimentos, deixava um tanto de mim, desejosa de seguir em frente, em travessias que me afastavam do controle e do universo advindo do ambiente familiar e cultural, pequeno, burguês e conservador.

Como observei em parágrafos anteriores, desde a chegada em Dourados, tive a oportunidade de trabalhar como docente contratada em diferentes instituições universitárias públicas e privadas. Essas experiências foram importantes para mim, na medida em que participei de diversas gestões, orientações pedagógicas e conheci pessoas com concepções díspares de educação e sociedade.

Nem de longe, alguma das instituições privadas me convenceram da existência de alguma outra pretensão diferente do lucro. Porém, foi uma passagem indispensável para o meu amadurecimento pedagógico. Estive em salas de aulas com a responsabilidade de trabalhar diversos conteúdos e refleti-los com outra perspectiva, aquela que conformou a minha orientação de educadora, crítica, contextualizada historicamente e questionadora da ordem estabelecida. Em uma delas fui “mandada embora”, de súbito e sem justificativa objetiva, mas eu sabia o motivo: havia ultrapassado os limites aceitáveis. Além de que, o meu título de doutora já havia sido utilizado.

Tais passagens me fortaleceram para enfrentar outros desafios e conflitos, o desejo em trabalhar na universidade pública se confirmou. As primeiras a me receberem foram a UFMS (1 ano e não continuei porque engravidei e não achava justo assumir as aulas e me afastar durante o contrato) e a UEMS, por 4 anos; e, em agosto de 2023, completei 18 anos de UFGD.

Já na UFGD

Somente em 2006, após concurso na área de Sociologia, ingressei na UFGD, onde dediquei todas as minhas energias para a realização de um sonho que era coletivo e, por muitas razões, meu também. Todavia, penso que, para o devido significado às minhas atividades no interior da nossa universidade, terei que retomar, um tanto, a minha trajetória anterior de docente pesquisadora. Em seguida, apresentarei as atividades desenvolvidas desde a minha posse, em 2006, por meio de temáticas que julgo mais apropriadas a esta exposição.

Como escrevi em algum momento anterior, para a escrita deste memorial, eu não me orientei por períodos cronológicos, mas por quadros subjetivos da memória, imagens e sensações que retornam acompanhando sentidos e me fazem trazer à tona impressões marcantes e ressignificadas ao longo desses anos. Imagino que guardarei este texto como um aporte para quando essa mesma memória apresentar os vácuos e os esquecimentos resultantes da idade, do cansaço, dos descontínuos da vida, que a tornam seletiva, silenciosa, como nos fala Pollak¹¹⁷, e registrou Ecléa Bosi no magistral livro *Memória e Sociedade*.¹¹⁸

A luta pela terra: questão agrária e movimentos sociais no campo

Já disse, também, que o relatório de PIBIC se transformou em meu projeto de mestrado, e já contava com um levantamento documental da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Três Lagoas, com algumas entrevistas e contatos importantes para a continuidade dos estudos.

Posteriormente, ingressei no mestrado em Sociologia, e continuei estudando o Acampamento América Rodrigues da Silva, resultando na dissertação intitulada “Acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra”, defendida no ano de 1997, sob a orientação da professora Terezinha D’Aquino.

Esse acampamento teve início em 06 de junho de 1986, à beira da Rodovia 395-MS, a cerca de 30 quilômetros de Três Lagoas. Da estrada, as famílias foram levadas para a rodoviária da cidade, e acamparam na Praça da Matriz, com apoio da CPT. Posteriormente, com o apoio dos padres salesianos, o acampamento foi transferido para o pátio paroquial da sede do bispado da igreja para a proteção das famílias com riscos concretos de violência explícita da polícia. Estudei esse período considerando os documentos e as entrevistas com as pessoas partícipes diretamente no movimento. Uma das estratégias da pesquisa foi a de procurar as pessoas ou as

¹¹⁷ Pollak (1989; 1992).

¹¹⁸ Bosi (1994).

famílias que estiveram nesse acampamento e se encontravam assentadas em MS nos seguintes assentamentos: Marcos Freire, em Dois Irmãos do Buriti (8 famílias), Monjolinho (2 famílias) e São Manoel (1 família) em Anastácio, Taquaral em Corumbá (6 famílias), Casa Verde em Nova Andradina (1 família). Para mim, o Estado tinha como objetivo separar as famílias, as fragilizavam com o intuito de facilitar o controle e a dominação, mas se esqueceu de que a luta era a semente plantada em cada pessoa que decidira conquistar a terra, o lugar de sossego, segundo elas.

O primeiro contato efetivo com os referidos assentamentos ocorreu com o apoio da Ir. Nair que permanecia no assentamento Marcos Freire, em Dois irmãos do Buriti - MS. Por mediação e ajuda da Ir. Zélia, fiz uma conversa por telefone e fui ao encontro da Ir. Nair em Campo Grande - MS para a primeira visita ao assentamento. Cheguei em sua casa, bati palma, me apresentei e, prontamente, fui levada para dentro e permaneci até o horário de partida do ônibus que levaria ao meu objetivo.

Nós descemos do ônibus. Para mim tudo era como um enigma, não tinha noção do que encontraria, estava anoitecendo e meu coração estava disparado, envolvido por medo e insegurança, mas “colei” na Ir. Nair e ela me levou por um caminho estreito em meio a uma plantação ou mato, não me lembro bem, só sei que era alto. Eu olhava para os lados e para a frente, torcendo para que aquele caminho terminasse rapidamente. Mas nunca demonstrei medo, desconhecimento sim, dúvidas, mas medo não, guardei para mim.

Chegamos em uma área aberta, sem luz elétrica, tudo muito simples – o mais importante – repleto de sociabilidade, aconchego e acolhimento. As pessoas nos encontraram e imediatamente eu fui apresentada à professora Maria, alfabetizadora na escola de lona. Muito quieta (introvertida, tímida!), foi minha tutora nas várias visitas que realizei.

A Ir. Nair me disse: “Este é o meu barraco, aqui que vamos ficar”! A casa era de madeira, a melhor da redondeza, pois foi construída para o seu mínimo conforto, pela idade e por tudo que ela representava àquele povo caminhante em busca de “terra prometida”. Novamente, meu corpo foi tomado por uma incerteza sem explicação; eu nunca havia passado por uma experiência próxima àquela, mas fiquei firme e confiei plenamente na irmã.

A cama era uma tarimba, em um quarto para visitas. Eu preferiria que fosse no dela, pois estava apavorada com o escuro... totalmente escuro, e, no breu, eu encontrei os olhos brilhantes de uma perereca¹¹⁹ na madeira da parede, bem ao meu lado. Fiquei paralisada, mas

¹¹⁹ É um anfíbio do grupo ao qual pertencem também os sapos e as rãs.

pensei, você precisa enfrentar, é apenas o início. Por fim, passei a noite com a lanterna acesa, mas, no restante da semana, voltei à escuridão, pois só tinha aquelas pilhas. Julgo que passei no teste; tudo o que veio posteriormente, consegui enfrentar.

Criamos uma amizade bonita. Ela me cuidou durante a pesquisa, levando-me pelos caminhos, pelos barracos, apresentando-me às pessoas, falando sobre os meus estudos, etc. O banho acontecia em um quadrado de lona em céu aberto. Quando fui acometida por uma pneumonia, no início dos sintomas, além dos chás de terramicina, a irmã Nair me levou para tomar banho na sua cozinha. Aquele momento foi lindo demais; ela me ajudou a tomar banho, esquentou a água e a jogou em mim. Eu tentei resistir, mas o seu carinho me acalmou e ali estava eu, nua e despida de tudo que a minha família havia me ensinado, proibido e escondido quanto à luta de classes, as desigualdades e as discriminações, com o discurso liberal conservador de que quem se esforça, vence na vida, usando o exemplo de meu pai, principalmente, cujo pai (meu avô) trabalhava como carroceiro, com nove filhos para criar, passou fome e sofreu outras restrições, mas venceu.

Não é preciso dizer mais nada. Esse era o campo de pesquisa no assentamento Marcos Freire, campo do qual nunca me separei, dos assentamentos de reforma agrária. Estava selada a minha inserção na sociologia rural e ao que me levaria ao estudo sobre mulheres, sem saber disso naquele período.

Continuei a pesquisa para o mestrado, enveredando por diversos assentamentos e indo ao encontro de famílias que conquistaram a terra após toda a luta, a resistência e o sofrimento no América Rodrigues da Silva.

A dissertação, defendida no ano de 1997, foi publicada pelo Edital da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), com o mesmo título já indicado, e os seus resultados ainda hoje são confirmados por pesquisadoras/es. No mês de março do corrente ano, participei de uma Banca de Qualificação¹²⁰ da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) sobre mulheres e a conquista da terra e me surpreendi com a citação do levantamento dos acampamentos existentes nos municípios de MS nos anos de 1984 a 1997, para fundamentar o argumento de que as famílias permanecem por muitos anos em acampamentos, dentre outras questões indicadas pela doutoranda. No mês de abril daquele mesmo ano, estive em uma banca de

¹²⁰ Langaro, 2023.

mestrado¹²¹ da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) na UFGD e no texto foram utilizadas algumas citações da minha tese sobre mulheres e vida-travessia. Valeu a pena! Está valendo!

Sou procurada, ainda, por estudantes que pesquisam o surgimento da CPT e do MST em MS, e a importância do fortalecimento desses movimentos sociais que lutaram (e ainda estão no cenário político) pela terra nesse estado, no período de 1984 até 1996, solicitando o livro.

Na dissertação, que “virou” livro, apresentei uma discussão teórica que gostei bastante, a respeito do surgimento dos novos movimentos sociais nos anos de 1970 a 1990, que reinventaram experiências coletivas questionadoras das amarras da sociedade capitalista e patriarcal. As mulheres me chamaram a atenção com as resistências perante a carestia de alimentos, a ausência de habitação, saúde e educação, ausência de políticas públicas e a presença do Estado como legitimidade da violência, sem se responsabilizar pela vida e pelos direitos humanos.

Considero a perspectiva metodológica, a de encontrar as famílias nos seus novos lugares, valorosa para as análises, mas, sobretudo, para as próprias famílias. Elas ficavam espantadas por serem procuradas e rapidamente expressavam sentimentos diversos, de nostalgia, de alegria, mas, igualmente de sofrimento e insegurança, pois nem todas alcançaram a qualidade de vida sonhada. Estavam na terra ainda vazia de infraestrutura, algumas em barracos de lona, outras em casas construídas com materiais encontrados no meio do caminho, ou as “sobras” dos despejos e deslocamentos precários realizados pelo Estado, de qualquer jeito. Algumas pessoas diziam: “as minhas tralhas”, de tanta destruição de seus pertences.

Por outro lado, a memória alçava voos, as lembranças se misturavam por entre os sofrimentos, lutas, angústias e as esperanças renovadas de que “a vida vai melhorar”, “estamos melhor do antes”, “conquistamos a nossa terra, o nosso chão”. Como disse um senhor: “a gente sonhava com uma terra orvalhada de boa e encontramos uma terra orvalhada de ruim, mas não vamos desistir”.

Uma senhora se lembrou da ocupação na igreja, quando a polícia chegou batendo nas pessoas e destruindo os barracos, ela me mostrou a panela de pressão e a máquina de costura que conseguiu proteger, instrumentos que a acompanharam pelas andanças e ainda eram usadas. A mulher me fez cozinhar uma galinha naquela panela. Foi a primeira vez que me vi diante de uma galinha, uma panela e um fogão a lenha. E ela dizia: cuidado para a carne não pegar cheiro

¹²¹ Caetano, 2023.

ruim! Eu não sabia nada disso, e ela também sabia, e provavelmente ria da minha ignorância ao me colocar o desafio.

De verdade, aquele almoço desceu atravessado. Eu lembrava da galinha sendo morta com a maior tranquilidade por aquela senhora assentada. O sangue, a carne... tudo aquilo vinha e se misturava com o meu constrangimento por não saber fazer. Esse foi um típico exemplo das muitas veredas percorridas.

As teorias fizeram-me refletir. Eu era diferente, a pesquisadora que chegava da cidade como estranha, passei por provas, fui desafiada no encontro entre saberes e fazeres, diante das especificidades culturais, dos modos de vida e do *habitus*, conceito utilizado pelas mãos de Bourdieu¹²². As marcas nos corpos, os odores, a organização do tempo e do espaço, as trajetórias, chegam a ser opostas.

Os corpos se encontram, de quem pesquisa e de quem aceita ser “pequisada/o”, os diálogos se instituem, os olhares se cruzam e se dispersam ao longe por entre os vazios e em direção às plantações (mesmo sem o plantio para as colheitas, as famílias iniciavam o pomar e o jardim). Nesses atravessamentos, as emoções afloram fortemente subjetivas, sem uma lógica ou coerência esperadas pelo positivismo, as idas e as vindas da memória lançam luzes ao passado, iluminam o presente e são projetadas a um devir, aos possíveis das histórias de vida.

Muito dessa subjetividade permanece no subterrâneo da memória, como nos apresentou Pollak, e não chega à tona porque o sofrimento será intensificado, as lembranças consciente ou inconscientemente adormecidas ficam nas entrelinhas dos corpos e das mentes, tocadas pela incerteza de que não padecerão do mesmo mal, – talvez com “u”: mau. O silêncio não é covardia, mas é rebeldia e resistência contra uma memória coletiva imposta e dominante. O esquecimento é o próprio alimento da memória individual e coletiva, que permite a sobrevivência do sujeito individual e de outro coletivo em elaboração.

Maria Isaura de Queiroz, que tive o prazer de conhecer e ouvir por algumas vezes nos encontros do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) da Universidade de São Paulo (USP), apresentou-me “o dito e o não dito”, os sentidos e os significados embrenhados nas entrelinhas das subjetividades, da história e da memória. O não dito pode ser mais emblemático do que o dito. O simbólico tem o poder de engendrar modos de vida e experiências escondidas

¹²² Bourdieu (1996).

nesse subterrâneo da memória, citado por Pollak. Isso me inspirou consideravelmente para a organização das técnicas de pesquisa.¹²³

Eu cheguei diferente e saí outra, também diferente. Cada lugar e encontro com as mulheres permaneceram nas entrelinhas dos meus pensamentos. Muito de mim, de antes, sobreviveu, outros tantos se alteraram e se transformaram, como o volume das águas dos rios transbordantes da travessia. A presença e a ausência das mulheres nos caminhos da pesquisa no mestrado foram emergir de maneira mais evidente na pesquisa do doutorado, com o que se acumulou, se agregou e me afetou até então.

Nesses anos, entre o término do mestrado e o início do doutorado, coordenei o Primeiro Censo da Reforma Agrária em MS, em 1996 – concomitantemente, acontecia o Projeto de Extensão, que abordarei adiante. Para o trabalho do censo, foram constituídas equipes com docentes e discentes por regiões, Dourados ficou responsável por assentamentos do Cone-Sul. Duas docentes merecem destaque: são as professoras Rosemeire Aparecida de Almeida e Márcia Yukari Mizusaki. As atividades ocorriam por uma semana, com mais ou menos dias ou nos finais de semana, conforme a disponibilidade do grupo e a organização do cronograma. Era necessário passar de sítio em sítio e, em alguns, eram aplicados um questionário econômico, imenso... e andávamos muito.

Os aprendizados foram inúmeros. Percorrer os assentamentos, aplicar a metodologia, mediar conflitos entre a equipe e presenciar o envolvimento prático e teórico de estudantes de diversos cursos que fizeram parte desse processo.

O caminho de pesquisa se adensou gradativamente com o censo, com a execução de dois projetos de extensão realizados nos assentamentos São Manoel, “Assentamento São Manoel: trajetória de luta e permanência na terra”, e Sul Bonito, “Assentamento Sul Bonito: trajetória de luta pela terra e a chegada ao novo lugar”, desenvolvido na UFMS de 1996 a 1997. Em outubro de 1997, defendi a dissertação de mestrado; em dezembro, fui aprovada no doutorado e iniciei o curso em 1998, que rendeu uma “parada” da minha participação no grupo coletivo do MST por um pouco mais de 4 anos, para o desenvolvimento da referida pesquisa.

Na tese intitulada “Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra” retomei a reflexão sobre os novos personagens na luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS) e o Departamento Estadual dos

¹²³ Pereira de Queiroz (1988; 1991).

Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DETR/CUT) na formação dos acampamentos e assentamentos no estado de Mato Grosso do Sul, trazendo os conflitos e as políticas econômicas e institucionais neoliberais durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

Apresentei a história do Acampamento Sul Bonito, os acontecimentos, os ganhos e as perdas, as agruras ao questionarem o latifúndio que predominava naquela região, onde só havia bois e terras sem produção, cujos proprietários (de acordo com os relatos de legitimação da luta pela reforma agrária e condenação do latifúndio improdutivo) utilizavam aviões para semear o pasto na terra vazia de comida e de gentes. Essa era a estratégia utilizada pelos fazendeiros para esconder a improdutividade e a renda da terra: os projetos de monocultura — mesmo com as emergências das novas e das velhas desigualdades sociais propulsoras e com os resultados da expropriação e da exploração de famílias que buscavam reconquistar o direito à vida. Em contraponto, as entrevistas da pesquisa traziam na memória a morada em algum sítio, seja com a família do presente, seja dos lugares da infância.

Para realizar as etapas da pesquisa, eu permanecia no assentamento por alguns dias e, a cada visita na casa de uma família desse coletivo, observava o cotidiano, participava das reuniões, conversava descontraidamente com as mulheres, registrava imagneticamente os momentos, as pessoas e as paisagens. Foi preenchido um formulário com questões objetivas e realizadas as entrevistas individualmente com as/os assentadas/os. O mais relevante, de fato, foi a minha permanência fazendo rodízio entre as casas... As crianças ficavam ansiosas para o dia que permaneceria com elas.

Três grupos fizeram parte da pesquisa: o coletivo, os semicoletivos e os de núcleo familiar, perfazendo 107 famílias. Nesses grupos, as famílias tinham alguma relação com o MST, durante o período de acampamento, com continuidade ou não no assentamento. Algumas delas iniciaram a vida no assentamento no grupo coletivo e, mais tarde, se separaram, formando o denominado núcleo familiar.

Já o grupo coletivo acompanhava os princípios organizativos do MST; as famílias haviam participado do Laboratório Organizacional de Cooperativas (LOC) e o almejado era se apresentar como um “modelo” no estado de MS, no cuidado coletivo das crianças e na cozinha coletiva. A produção no campo já se constituía nessa proposta.

Penso que foi possível desenvolver uma reflexão importante acerca dos conflitos por entre as propostas e as práticas coletivas, que foi apresentada nas linhas e entrelinhas das

entrevistas e nas “deixas” entre os diálogos. Havia uma relação de poder impositiva desse modelo que infringia as subjetividades e os desejos das famílias, considerados “individualistas”. Ou seja, o coletivo suplantava maiores possibilidades de expressão de desejos, sonhos e projetos acalentados no interior de cada família ou individualmente pelas pessoas. Um exemplo foi o caso de uma dessas famílias que deixaram o coletivo; a mulher me explicou que não era permitida a criação de galinhas e de outros animais, individualmente, pois todas as atitudes eram discutidas e decididas no coletivo. E ela se lamentava por não me oferecer galinha caipira, criada em seu quintal, no almoço. Não havia quintal, nem cercas; as casas foram construídas próximas, formando uma pequena vila.

As famílias dos grupos semicoletivos se sentiam mais libertas para decidirem sobre o que plantar, como organizar o quintal, quais as frutas, quais animais seriam criados. Salientavam sobre o poder de decisão e autonomia, até mesmo para receber uma visita e matar uma galinha, um porco, presentear com as frutas do sítio.

De modo geral, no cotidiano, as famílias dos grupos semicoletivos viviam entre o sonho, o encanto e as dificuldades para a permanência na terra. Era urgente a produção da comida e do bem- viver; conviviam entre projetos familiares, às vezes díspares, em um enovelamento conflituoso entre as escolhas de “vida individual ou vida coletiva”. Elas constatavam que comprar, vender, plantar e colher coletivamente era mais vantajoso, não somente no quesito econômico, mas também, nas relações de amizade, de compadrio, e entre a vizinhança. Entretanto, cada família, em seu sítio, assegurava o “controle” do projeto familiar, dos valores, das decisões, do direcionamento do lucro e da organização do trabalho.

Em minhas análises, trabalhei com o sentido do “nó”, apropriado de Saffiotti¹²⁴, para entender as relações intrincadas, enoveladas, com uma hierarquização frouxa e tênue, deixando os conflitos fluírem nas vozes, nos gestos, nos olhares, durante as entrevistas. Observei que muitos conflitos foram trazidos do acampamento, o lugar de sociabilidades múltiplas, outrossim, de muita escassez, sofrimento, disputas de poder, fome e violência. Também, pude compreender que antigas referências sociais, familiares e políticas permaneciam. O passado se refazia no presente, transfigurando-se em um futuro imaginado de fartura, com uma vida digna de ser vivida. Será? Muito foi dito e muito foi escondido nos diálogos; havia uma seleção do que poderia ser publicizado ou não, principalmente quando se referiam ao MST.

¹²⁴ Saffiotti (1995).

Nas ambiguidades da travessia, as antigas experiências não desapareciam e as novas nem sempre engendraram soluções para as necessidades e o alcance dos sonhos dessas pessoas. Os conflitos eram latentes entre *viveres coletivos* – defendidos pelo MST – como um protótipo de nova sociedade, de novos homens e novas mulheres, e o *viveres individuais-familiares*, alicerçados em relações subjetivas trazidas pela memória e inspiradoras para a organização do sítio, da vida no local, para a construção da casa, para o plantio, ou seja, no entrechoque da ideologia coletivista e o desejo das famílias em resguardar algum grau de autonomia.

Aprendi que toda travessia é incerta, tortuosa e conflituosa. Nas andanças, nas idas e vindas, a história das famílias envolvidas na luta pela terra e na terra, para nela permanecerem, vai sendo escrita, reescrita e até mesmo apagada. As relações são e estão abertas para a incerteza e a ambiguidade; são tecidas em movimentos descontínuos e incompletos.

Um rio, com suas águas turvas e volumosas, acompanha e corta a travessia abraçada por estratégias antigas e novas para o alcance dos sonhos. As pessoas transitam entre esse emaranhado de possibilidades e o antigo imerge e emerge ao longo da transição de uma margem à outra do rio. Não sabemos, de fato, qual é o ponto de partida e qual será o ponto de chegada. Na vida não há precisão; a/o caminhante faz o caminho ao caminhar em travessias outras, no envelhecimento das infinitas memórias, experiências, avanços e recuos que não se completam.

A vida no acampamento pode ser considerada o prelúdio da travessia. É um espaço-tempo um tanto efêmero, passageiro em um prazo longo ou curto, atravessado por violências múltiplas, escassezes de comida, remédios, água e habitação, em alternância de sentimentos de angústias e medos, caracterizado pela perda de antigos laços e/ou referências familiares, mas sempre há o esperar.

Estar acampada/o não é uma tarefa fácil, pois vive-se o transitório, o inusitado a indefinição, as violências que resultam em perdas de “quase tudo”, como se cada família estivesse fora do mundo conhecido e reconhecido como seu lugar, levando muitos à desilusão e desistência da luta. Outrossim, há sociabilidades e solidariedades se instituindo, o engendramento de rebeldia e festa, nutridora da continuidade e persistência nessa situação transitória, em grande medida, acalentadas pela mística do MST.

O assentamento, após meses ou anos de acampamentos, se traduz em morada, sossego, fartura, sonho realizado, mesmo perante às inúmeras decepções. Nesse espaço-tempo, a travessia recomeça em outro ponto da margem do rio, sem se saber para onde serão empurrados pela correnteza, para um lugar bem distante ou de volta ao ponto de onde nunca conseguiram sair.

Feminismos, mulheres e gênero

Já no avançar dos meses e anos de pesquisas no doutorado, eu estava estruturando e redigindo a tese, com alguns dos capítulos escritos, quando senti que faltava algo, havia em mim um vazio, e percebi que era a escrita sobre as mulheres do assentamento. Elas estiveram e se fizeram presentes comigo, na casa, na roça; faziam a comida, relatavam as dificuldades no acampamento, como chegaram na terra e a urgência para que ficasse pronta, no mínimo, para acolher a família, dentre tantas “conversas sigilosas” partilhadas. E, além de tudo, falaram muito sem dizer objetivamente. Foi quando eu decidi pelo quinto capítulo da minha tese de doutorado intitulado: “Relações de Gênero: o que mudou?” e desenvolvi o conceito de dominação patriarcal. Registrei, na medida do possível, os mecanismos de controle sobre as mulheres, como os olhares masculinos as repreendiam, as cerceavam, e com mais força no grupo coletivo. O próprio espaço da agrovila favorecia o controle panóptico, conceituado por Foucault¹²⁵; uns vigiavam os outros e para os outros; os homens vigiavam as “mulheres deles” e de outros “camaradas”.

No quinto capítulo, ainda, refleti sobre o poder do macho tendo como parâmetro as relações entre as pessoas no assentamento, principalmente no grupo coletivo organizado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)¹²⁶. Para analisar os espaços de controle masculino sobre o feminino, não utilizei as categorias “público e privado”, defini o espaço privado como “espaço dentro” e o espaço público como “espaço fora”¹²⁷. A partir dessas definições, observei criticamente se o trabalho das mulheres era considerado como ajuda e/ou complemento ao do homem.

Eu falaria, aqui, “anos luz” sobre a minha tese. Para a escrita do memorial, a revisitei e sinto um certo orgulho por ter realizado uma pesquisa árdua, atenta e respeitosa para com as famílias, sem hierarquizar a minha posição de professora, de uma “mulher estudada e da cidade”. Eu tenho a segurança de ter me apresentado como uma mulher que desconhecia, em detalhes, a vida no campo e não queria explicar determinadamente nada, nada... fazendo jus ao conceito de espaço-tempo travessia orvalhada, como me disse um assentado, de incompletudes, incertezas e ambiguidades próprias das pessoas que se fazem, são e se ressignificam.

¹²⁵ Foucault (1999).

¹²⁶ Para esta reflexão as principais autoras estudadas foram: Heleieth Saffiotti, Maria Aparecida Moraes Silva que foi orientadora em minha tese e a professora Vera Botta Ferrante, com a qual tive aulas no Mestrado e no Doutorado. Além delas, estudei Pierre Bourdieu.

¹²⁷ Woortmann; Woortmann (1997).

Desde então, as mulheres passaram a ser o centro das minhas reflexões, abriram um caminho sem volta e, ao mesmo tempo, demonstram outras relações de gênero, interseccionadas às classes sociais, raças e etnias. Acompanhei mulheres em suas lutas e resistências à violência; mulheres rebeldes que se esforçam ininterruptamente para alcançarem uma vida digna para si, para a família e filhas/os. São elas as que acordam mais cedo, organizam tudo, saem para trabalhar ou trabalham na própria casa. À noite tudo precisa ser retomado e organizado por elas para que o dia seguinte reinicie. Enquanto tudo é deixado pronto, o homem já foi descansar... quase sempre essa é a roda da história.

O trabalho é justaposto, o esforço físico e emocional empreendido não é considerado, a repetição é monótona e pesada, os serviços são feitos, refeitos e desfeitos. Tudo não passa de dedicação, o cuidado com a família parece um destino inspirador de prazer. Com o tempo e a repetição do cotidiano que amarra, prende e acoberta o poder exercido sobre as mulheres, amalgama-se o desprazer e nada mais parece importar. Um dia... outro dia... dias... meses... anos.

No entanto, eu presenciei mulheres que surgiram como fênix do mais profundo sofrimento, alçaram voos e levaram outras consigo, muitas dessas encontraram as formas de se desamarrarem dos “arames farpados”, participando de movimentos sociais, sejam urbanos ou rurais. Internalizaram princípios de autonomia e emancipação, conquistaram renda e autoestima. Encontrei mulheres que estudaram após a conquista da terra, com as/os filhas/os criadas/os, e são titulares sozinhas de seus sítios, plantam, colhem, cuidam do gado e dos pequenos animais, organizaram, individualmente ou em grupos, o próprio trabalho e são inteiramente responsáveis por seu núcleo familiar.

É bonito de se ver, de analisar e de construir novos conhecimentos nascidos dessas experiências potentes, e que podem indicar um devir criativo e com fartura.

No estudo realizado durante o pós-doutorado, “Mulheres e feminismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” no estado de Mato Grosso do Sul (1990-2010)” voltei-me para analisar o conceito de feminismos, mulher e mulheres no MST, trazendo à tona as concepções articuladoras das relações de poder e de gênero desse movimento, orientado por uma perspectiva voltada à sociedade socialista. Muito me angustiava as estratégias de luta identificadas com o poder masculino, da liderança dos homens, dos companheiros, dos maridos. Eles falavam mais e em bom tom, deixavam para concluir as reuniões com as suas propostas, mesmo que as mulheres as tivessem formulado; resultava que as opiniões e as sugestões delas pareciam não ser eficazes; entretanto, ao serem (re)faladas pelos homens, eram aplaudidas.

Esse quadro pode parecer mais emblemático por orientar o *espaço-fora*, como disse anteriormente, mas no *espaço-dentro* não é muito diferente. E, todavia, apesar de o homem contar com a cumplicidade de outros homens, na realidade do miúdo, no dia a dia, nos diálogos e conflitos, ele se depara com as resistências femininas cotidianas.

O poder é relacional, bem escreveu Foucault, bate e volta, se fortalece e se fragiliza, pode ser mais ou menos hierárquico, concreto e simbólico, muito ou pouco destrutivo. As mulheres, nas mais diversas condições e realidades, lutam nessa vida-travessia em fluxos intensos e opacos de águas que as fazem se bater entre a dominação masculina e por emancipação feminina, pois são incansáveis e a rebeldia está em sua subjetividade.

Mulher... mulheres, feminismos e movimentos sociais são constitutivos da minha trajetória científica, e as/os encontrei desde o início de minhas andanças neste MS. Mais fortemente, mirando os assentamentos de reforma agrária, dialoguei com mulheres nesse espaço-tempo, travessia que são os movimentos sociais, transversalizando o cotidiano, e fui me aproximando de mulheres quilombolas, de mulheres da economia solidária, de mulheres em áreas periféricas dos espaços urbanos de Dourados. Mulheres e grupos que não aceitam o mínimo, defendem o direito a ter direitos a qualquer custo, em qualquer tempo ou lugar.

O pós-doutorado é considerado, por mim, um momento bastante profícuo, pois me encontrei com mulheres pesquisadoras de diversas gerações. Elas conquistaram títulos, produções e disputaram os lugares de poder masculino, sexistas e machistas. Elas continuam nesses movimentos de resistência na academia e transitam pelas hierarquias do saber e do poder.

As diversas maneiras de encontro com esse grupo, em sala de aula da graduação, da pós-graduação, no grupo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e no Instituto de Estudos de Gênero (IEG), com reuniões semanais, levaram-me para outros campos científicos, como nos ensinou Bourdieu. Tomei conhecimento de autoras latino-americanas e estudiosas das epistemologias feministas decoloniais. E me surpreendi! Quantas teorias e pessoas preciosas que demorei para encontrar! Mas, como já disse, o tempo é o tempo, sem controle, não volta e não passa antes do devido tempo. São faces de vários tempos espiralados.

As epistemologias feministas decoloniais se comprometem com a denúncia das violências, desigualdades, discriminações e são, também, formas de conhecimentos/resistências a qualquer modo de reprodução das relações desiguais e hierarquizadas entre mulheres e homens, entre mulheres e mulheres, e em um rol de teorias politicamente posicionadas e críticas.

Os estudos na concepção das epistemologias feministas decoloniais estão radicalmente em desacordo com os rumos daquelas ciências alicerçadas em objetividade, linearidade e universalidade que legitimam a normatividade ocidental hegemônica e criam e reforçam relações de poder e de controle das emoções e dos desejos. Segundo Rios (2020, p. 7-8), a dimensão analítica é “o capitalismo, o racismo e o sexismo, sem sobrepor uma forma de dominação à outra” e rompe “fronteiras hemisféricas e geográficas”.

Há a prevalência da interseccionalidade, a partir de muitos lugares de sexo, raça, cultura e etnia. Os sentidos e os significados corporais são reconhecidos e contribuem para a explosão da diversidade e das singularidades plurais e transgressoras.

Nos desdobramentos das pesquisas, experiências e emoções que parecem individuais, inexplicáveis e impossíveis de serem partilhadas – traumas, dores, (com)paixões vividas na solidão, como também, sonhos, expectativas de uma vida melhor –, o são por meio de expressões individuais e coletivas e afloram em subversões, contestações que irrompem o modelo científico masculino, branco, heterossexual e ocidental (Jaggar,1997)¹²⁸.

Muitas vezes, essas vivências escapam às capacidades e utilidades da linguagem comum e, então, surgem por meio do canto, na dança, no riso e no choro, e, assim, somente assim, quase por magia, podem ser expressas enquanto experiências significativas.

Essas reflexões se estendem por entre outras autoras e reflexões, continuadas com a interseccionalidade e a perspectiva multidimensional, conceito caro às feministas decoloniais¹²⁹. Esses volumes serão lidos e relidos por mim, ao voltar ao meu lugar de docente, educadora e pesquisadora, do qual me distanciei nesses últimos quatro anos que estive na direção da Faculdade de Ciências Humanas (FCH).

Não seria possível citar as referências consideradas relevantes nesses anos de trajetória acadêmica, mas é certo: a cada nova oportunidade, outras teorias, metodologias e formas narrativas chegam como complemento aos meus conhecimentos ou como descobertas encantadoras e de diálogos com a realidade em constante ebulição.

¹²⁸ Jaggar (1997).

¹²⁹ Lélia Gonzalez, François Vergès, bell hooks, Sueli Carneiro, Audre Lorde, María Lugones, Angela Davis, Glória Anzaldúa, Gayatri Spivak, Silvia Federici, Maria Castañeda, Debora Diniz, Ivone Gebara, dentre muitas outras que, inclusive, fazem parte de uma coleção de 4 volumes primorosos sobre o Pensamento Feminista, organizada por Heloisa Buarque de Hollanda.

Economia solidária, trabalho e renda

Economia solidária é um tipo de economia organizada por pessoas e para as pessoas com preço justo, ou seja, não se preocupa, primeiramente, em atender ao mercado capitalista movido pelo acúmulo do capital, se alimentando do trabalho mal pago, precarizado e injusto. Está balizada na razão vital e na valorização das pessoas e dos grupos envolvidos culturalmente e economicamente por laços de solidariedade e cooperação.

A valorização criativa, estética e subjetiva são princípios agregadores dos processos de aprendizagem sobre esta outra economia, na qual o trabalho se efetiva ao mesmo tempo em que a saúde, os conhecimentos tradicionais e as especificidades múltiplas são enaltecidas. Um ponto fundamental: não se chega a um mero produto, ele tem em si mesmo história, memória e um esforço coletivo contrapondo-se à meritocracia e ao individualismo exacerbados vigentes nas relações de trabalho.

Essa é uma outra economia, que prima pelo trabalho revitalizado e, nas relações de trabalho (não é emprego), busca-se questionar o modelo capitalista produtivista, os aprendizados impositivos e obrigatórios sobre individualismo, competitividade e produtividade. Parece impossível pensar em um modelo alternativo ao vigente, no qual o esperado é a renda e não o lucro, que não tem a força para a inserção nesse mercado competitivo a ponto de fragilizá-lo; por isso, é um sistema vinculado ao projeto voltado a um modo de vida com a partilha de lucros, com trabalho digno, justo, autônomo, reflexivo criativo e libertador. Incentiva-nos a pensar: “um outro mundo é possível”.

Em todos esses anos, encontrei diversas tentativas de produção, umas desenvolvidas com tecnologias sociais e solidárias (trabalho coletivo ou semicoletivo, produções sem agrotóxicos, modelos tecnológicos criados a partir da realidade e da necessidade, trabalhos manuais, comidas, costuras aprendidas com mães, avós, tias etc.). Outras, ainda, optam pela produtividade rápida para o mercado (utilizando agrotóxicos e trabalhadoras/es explorando outras/os trabalhadoras/es, a produção não sendo usufruída por quem nela colocou seus esforços físicos e mental, etc.). E, ainda, deparei-me com grupos no meio desses dois modelos, ou seja, que estão procurando compreender esse modelo alternativo, que estão no limiar entre as diferentes perspectivas para orientar a economia familiar, coletiva ou de um lugar.

Dito isso, a economia solidária é estudada e implementada em meio às resistências, persistências e pela defesa da vida e da natureza, com acessos amplamente democratizados aos diretos sociais e humanos sem qualquer restrição. Não há uma previsão de tempo, conquistas

e/ou mudanças estruturais e amplas, pois bem sabemos a força destrutiva e de autossuficiência do modelo capitalista. Entretanto, experiências com resultados inovadores e com qualidade de vida são encontradas, ampliadas, e os esforços são contínuos e ininterrompidos.

No decorrer dos projetos e diante do contato com pessoas militantes, movimentos sociais e pesquisadoras/es, acrescentei aos meus estudos a economia feminista dialogando com a epistemologia feminista decolonial e, gradativamente, a economia ecológica decolonial.

Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: entre o conhecimento científico e o desconhecimento dos desafios

Para este item, preferi explicitar, resumidamente, as atividades desenvolvidas no tripé da universidade – ensino, pesquisa e extensão – que nos são recomendadas ao assumir o concurso público docente.

O ensino é a base da função docente, e as outras atividades ocorrem entrelaçadas a ela. Na minha concepção, a prioridade para contratação é assumir essa modalidade, e as outras serão complementos, não menos importantes. Fato é: o nosso chão é o ensino, as outras composições são inter-relacionadas.

Ao sair da UEMS como docente substituta, e ao ingressar na UFGD como efetiva, levei projetos de pesquisa aprovados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e FUNDECT. O desenrolar das pesquisas ganhou fôlego em uma instituição com melhores condições de infraestrutura, que investia na ampliação e na produção acadêmica e, como docente efetiva, as oportunidades se ampliaram e se tornaram mais robustas.

Quanto à extensão, concebo-a como uma parte preciosa do tripé que nem sempre é valorizada – mudanças drásticas ocorrerão com a implementação da curricularização de extensão – e que envolve conhecimento, satisfação e circularidade de ações, entre pessoas e lugares. As atividades permitem saltar os muros da instituição e retornar com conhecimentos compartilhados, transformados e até mesmo desconhecidos.

Passarei a falar sobre parte dessas atividades e, desses projetos, escolhi dentre os que mais me afetaram, ou talvez os tenha preferido por estarem em um tempo mais próximo e a memória encontrou facilidade para trabalhar.

Primeiramente, serão percorridas as atividades de ensino na Graduação em Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado) e Especialização em Residência Agrária (PRONERA), atividades no ensino em pós-graduação.

Ao ingressar na UFGD, como docente da Faculdade de Ciências Humanas e do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, a área do meu concurso foi pela área de ciência política; portanto, era responsável, considerando o baixo número de docentes, por todas as disciplinas introdutórias, clássicas e contemporâneas. Estudava muito para preparar as aulas, dedicava um tempo importante aos estudos dos teóricos e dos conteúdos do projeto pedagógico, e ainda, trabalhava incansavelmente com o pequeno grupo de docentes em prol da estruturação do curso.

Posteriormente, com a ampliação do quadro docente, foi criado o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Nesta nova configuração, os/as docentes assumiram disciplinas obrigatórias e eletivas nos dois graus, mais ou menos divididos entre as áreas de composição do curso: Sociologia, Antropologia e Ciência Política, além de outros encargos de ensino, como, por exemplo, disciplinas de formação comum à área e atividades de ensino que compunham o rol de créditos designado como eixo comum à universidade¹³⁰. O rol de disciplinas por mim assumidas, com maior ou menor frequência estava entre as que versam sobre ensino-educação-prática, estágios, gênero, tópicos especiais e as disciplinas do eixo comum à universidade.

Graduação em Ciências Sociais: Licenciatura (PRONERA) e Curso de Especialização em Residência Agrária

Pedagogia da Alternância chegou à UFGD! A instituição respondeu aos anseios dos movimentos sociais ao criar, no ano de 2008, o primeiro curso de Licenciatura em Ciências Sociais do estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Eu e a Prof.^a Alzira Salete Menegat chegamos na FCH e trouxemos conosco alguns projetos e um trabalho antigo desenvolvidos com os movimentos sociais e com as mulheres, estudando a reforma agrária e a estrutura fundiária de MS, pois éramos então conhecidas pelo diálogo e proximidade com esses grupos. Inicialmente, fomos procuradas pelo MST; esse era “mais amigo meu” e nosso contato havia nascido na década de 1990. Antes do início das discussões, em um evento na UFGD. A Irmã Olga me fez a mesma solicitação: “Quando a UFGD vai criar um curso pelo Pronera¹³¹? Estamos aguardando!”

Pronto! O desafio estava apresentado. De fato, não podíamos impedir a participação de outros movimentos de luta pela terra do estado, mesmo que nas parcerias do MST em outros

¹³⁰ Real, 2022.

¹³¹ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

curso e em outras universidades do país havia exclusividade aos seus/as militantes e os seus princípios organizativos eram predominantes.

O processo de discussão acerca da criação, implantação e do Projeto Político Pedagógico foi, então, desencadeado conjuntamente com todos os movimentos sociais: MST, CPT, MMC¹³², FETAGRI, CUT. Tínhamos um longo percurso de convencimento e para aprovações nas instâncias da UFGD, pois bem sabíamos, seria tenso. Havia muita resistência quanto à “Pedagogia da Alternância”, considerada sem qualidade, como um desvio dos objetivos da UFGD, pois, com a proposta do Pronera, a instituição privilegiaria alguns grupos e não outros (esses já são privilegiados historicamente). Os debates ocorreram e nos posicionamos na defesa do direito à educação das pessoas que, dificilmente, alcançariam o ensino superior, não por incapacidade, mas por desigualdades de condições objetivas e oportunidades de políticas públicas.

As reflexões ocorriam na FCH para a formulação da proposta, sob a minha coordenação, da Prof.^a Alzira Menegat e do Prof. André Faisting, com a participação de professores de outras faculdades – para eles também fazerem parte do projeto – e para a aprovação nos fóruns decisórios da instituição.

Não é necessário descrever os passos posteriores, os imensos desafios e obstáculos... Há de se imaginar! O diferencial fundamental foi o apoio e o interesse da gestão central em abrir a UFGD para todos os povos e as gentes. Processo similar ocorria para ingresso de populações indígenas Guarani e Kaiowá, tanto que foi criada a Faculdade Intercultural Indígena (FAIND).

O curso iniciou, e a FCH, principalmente, foi compelida a compreender quem eram as pessoas do campo, militantes, mulheres com suas crianças. Eram muitos modos de ser, de pensar... os posicionamentos políticos eram constantes e potentes. As místicas, ao mesmo tempo, encantavam e assustavam por descumprirem regras e protocolos.

Os corredores da faculdade foram tomados por bandeiras, pessoas que ocupavam, efetivamente todos os espaços, que se deitavam, cantavam, brincavam e discutiam política o tempo todo. A organização coletiva era exemplar e impressionava a todas/os. Essas impressões, infelizmente, eram acompanhadas de preconceitos variados, de classe, de raça e de gênero. As mulheres mais libertas criavam um território de resistência, com desvelamento do sexismo, se apresentando como militantes e questionadoras das relações de gênero, de modo a envolver

¹³² Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

aquelas que vinham de outras paragens, mais conservadoras e inibidoras das criatividade e dos sonhos femininos.

O curso era composto por “tempo-universidade” e “tempo-comunidade”, nos períodos de férias (janeiro e julho) com a duração de quase 40 dias cada etapa. Na etapa presencial estudavam as disciplinas, faziam trabalhos, participavam de atividades práticas... O processo educativo ocorria na universidade, no alojamento e nos momentos lúdicos. No tempo não presencial, o corpo docente se deslocava para os polos (formados em diferentes pontos do estado) para o atendimento grupal.

Neste curso eu ministrei as seguintes disciplinas: Teoria Política Clássica, Teoria Sociológica Clássica, Didática I, Didática II, Estágio Curricular/Diagnóstico, Estágio Curricular/Planejamento, Estágio Curricular/Prática, Sociologia Rural I, e Relações de Gênero e Poder. As aprendizagens coletivas são indescritíveis e imensuráveis. Mas cada uma/um sabe das dores e dos prazeres, dos desafios e das conquistas, de modo que os processos de emancipação e autonomia feminina foram pressentidos, detectados e relatados em múltiplos territórios dos saberes e dos fazeres.

Há que se registrar, com orgulho, a existência de disciplinas de gênero e as abordagens generificadas em quase todo o curso, já que eu e a professora Alzira Menegat circulávamos em muitas delas, orientávamos a coordenação com essa abordagem e estávamos com as mulheres por muito tempo, quando desenvolvíamos atividades em horários disponíveis, como à noite e nos finais de semana. As mulheres acadêmicas se fizeram outras ao longo desse curso! E nós, docentes, também!

Que revolução... Sim, a FCH foi impregnada por outros sons, outros odores, outras cores... Eram pessoas, sim, com direitos a terem direitos, altivas, sensíveis e, sobretudo, rebeldes. Estudavam muito... exigiam qualidade, respeito e abordagens críticas.

Atualmente, sabe-se que um número considerável de egressas/os ocupou os latifúndios do saber, do serviço público e de lugares de produção de alimentos e de vida. Temos notícias de mulheres aprovadas em concurso público para professoras, outras são diretoras ou coordenadoras de escolas, outras ingressaram no mestrado e no doutorado. Os homens também, mas as mulheres eram a maioria, as que enfrentaram os maiores desafios e preconceitos; por isso são merecedoras desse registro com destaque e louvor. Há que se desenvolver um projeto de pesquisa sobre esse curso, as conquistas de cada uma/um e as marcas

em nossas vidas. Dessas mulheres, perdemos três para doenças que não foram tratadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com a devida atenção e respeito aos direitos de cada uma delas.

O legado de quem ficou e de quem partiu está presente!

Em outro curso, o de Residência Agrária/Pronera, ministrei a disciplina que tratava do tema de relações de gênero e assumi duas orientações com estudantes em Sidrolândia e Juti.

A minha participação com a presença de toda a turma foi por período curto, por ter a responsabilidade de lidar com, apenas, uma disciplina, mas o desafio foi gigantesco. Encontrei-me diante de uma turma majoritariamente masculina, nem sei se numericamente, mas senti que era “muito masculina” e não renunciavam a suas posições na hierarquia de gênero e da apropriação do poder masculino nos seus espaços. Pasmem, não, vocês sabem disso!

Os militantes do MST não eram diferentes; a divergência estava no simbolismo, nas máscaras revolucionárias em peles machistas e conservadoras (uma alusão ao Fanon). Com capacidade discursiva e acreditando na experiência de luta, resistiram a se despirem de suas amarras patriarcais; tenho dúvida se avançaram ou se me acharam uma professora petulante. De verdade, eu não tive prazer naquele curso, a não ser com as orientações assumidas e os encontros com mulheres egressas do curso de Ciências Sociais (Pronera) que participavam do Curso Residência Agrária.

Atividades de Ensino em Cursos de Pós-graduação

O primeiro Programa de Mestrado que participei foi o de História (PPGH). Ao ingressar na UFGD, logo fui convidada para fazer parte do corpo docente. Nossa!!! Que período! Como a minha formação não é na área de História, me dediquei muito para acompanhar as discussões nas reuniões. Sobre as orientações... Não me esqueço dos destaques para as fontes, os documentos escritos, as reflexões constantes para o devidos cuidados teórico-metodológicos com a História Oral, que é uma teoria há muito utilizada por mim. O cuidado e a atenção para com as teorias do campo da História eram primordiais.

Para realizar as orientações, eu tinha um cuidado imenso para com as teorias e os métodos da História, deveriam ser primordiais, que poderia influenciar a avaliação do programa (hoje através de outros métodos) e a elevação da nota. As discussões eram longas e minuciosas com orientações acerca da efetivação do planejado.

Particpei de bancas, ministrei disciplina que versava sobre gênero, relações de poder e História, e concluí orientações, as primeiras!!! Após alguns anos, o doutorado foi aprovado e eu finalizei uma orientação. Tomei a decisão de me desligar do PPGH e direcionar as minhas forças para as áreas teóricas mais próximas às “minhas”. Assim, poderia colaborar no Curso de Mestrado em Sociologia (PPGS) que havia sido criado. Além disso eu não me sentia com energia para manter produção científica em dois programas. Quero destacar o quanto o período de permanência no PPGH me preparou para atuar no PPGS.

No PPGS me senti em casa! Ampliei o meu rol teórico no campo sociológico e de gênero, nos estudos com mulheres em assentamentos rurais e em economia solidária – temas que prevaleciam naquele período. As metodologias e técnicas me eram mais prazerosas e seria possível dialogar diretamente com os temas das minhas pesquisas e orientações.

Muitos/as egressos/as do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais (existia somente este) ingressaram na primeira turma; dentre elas (número maior de mulheres), estudantes envolvidas com reflexões sobre mulheres, violência, movimentos sociais, e uma trajetória na ITES e no PRONERA. O programa de Sociologia é composto por duas linhas de pesquisa: Cidadania, Diversidade e Movimentos Sociais (da qual faço parte) e Processos de Dominação e Disputas Políticas e Sociais. Ano a ano o curso se ampliou, eu tive e tenho o prazer de orientar muitas pessoas, especialmente mulheres (prefiro, por conseguir dialogar temas que nos aproximam), e poder envolvê-las em atividades de pesquisa e de extensão, além do grupo de estudo Gênero, Memória e Identidade (CNPQ).

Os resultados são observados no dia a dia, ao encontrar as mestras em diversos espaços institucionais, políticos, educativos, compartilhando os aprendizados com pesquisas realizadas.

No ano de 2023, o PPGS alcançou a nota 4 e o doutorado foi criado. A organização do processo seletivo encontra-se em percurso e vislumbramos um período de muito trabalho, no entanto, promissor e responderá às expectativas de um público que aguarda por esta oportunidade, especialmente egressos/as do mestrado.

As principais disciplinas ministradas, por mim, neste programa são Gênero, Poder e Violência; Gênero, Sexualidade de Poder; Seminário de Dissertação; Metodologia da Pesquisa Social; Tópicos Especiais em Sociologia, bem como são as temáticas predominantes das orientações.

Atividades de Pesquisa

Alguns projetos de pesquisa, na década de 2000, foram aprovados com financiamento da FUNDECT¹³³ e do CNPq¹³⁴. Desenvolvidos e coordenados por mim em parceria com a Prof.^a Alzira Menegat, iniciaram-se no período em que trabalhávamos na UEMS, como professoras substitutas e, posteriormente, ao sermos aprovadas no concurso da UFGD, foram transferidos para essa instituição, como indiquei acima.

Nesses projetos, a equipe de pesquisa foi ampliada com a participação de colegas de diversas áreas do conhecimento das duas instituições, e abrangiam a região de Itaquiraí, com eixos voltados à reforma agrária, luta pela terra e vida de mulheres. Com ênfase na vida de mulheres, também foi realizado um projeto em Corumbá.

Outro projeto, igualmente importante, foi aprovado na FUNDECT¹³⁵ e desenvolvido concomitantemente sob a coordenação do Prof. Damião Duque de Farias, e versava sobre religiosidades nos assentamentos.

Em um projeto do Pronera, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no ano de 2015, eu fui Coordenadora Regional da Pesquisa em Mato Grosso do Sul, intitulada: “II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária: uma análise sobre o estado de Mato Grosso do Sul (1998-2011)”¹³⁶. A proposta tinha como objetivo a perspectiva qualitativa; por isso, todas as reflexões, a organização da metodologia e das técnicas, ocorriam nos encontros em Brasília, onde as várias equipes do Brasil estavam presentes. Novamente participei de muita aprendizagem, de diálogos com pesquisadoras incríveis e encontrei outras já conhecidas. Encantei-me com as professoras do Nordeste, muito ativas, combativas e experientes.

As equipes eram constituídas por docentes e estudantes. No meu caso, trabalhei sozinha, não recebi recursos destinados a bolsas ou outras formas de contratação de pessoas. As justificativas foram a de que a minha região era menor e os recursos não eram suficientes

¹³³ Vida de Mulheres em Assentamentos de Reforma Agrária no Município de Itaquiraí-MS. (Coordenação Prof^a Marisa Lomba).

Retratos da Vida nos Assentamentos Taquaral e Sul Bonito: as fotografias como instrumentos reveladores da (re)construção de novos lugares. (Coordenação Prof^a. Alzira Menegat).

¹³⁴ Assentamentos Rurais no Sul de Mato Grosso do Sul: estudos econômicos e sociais das mudanças no meio rural. (Coordenação Prof^a Marisa Lomba).

¹³⁵ Religiões, religiosidades e cultura política nos movimentos e assentamentos rurais da porção meridional de Mato Grosso do Sul.

¹³⁶Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7464/1/RP_Pesquisa_MatoGrossodoSul_2016.pdf. Acesso em: 2022.

considerando as áreas do Nordeste, por exemplo. Enfim, eu não contestei, pois já estava envolvida. Continuei do meu modo, contei com três pessoas colaboradoras voltadas à iconografia e fui além da expectativa da equipe nacional.

As atividades realizadas ultrapassaram o que foi previsto, como filmagens com *drone*, entrevistas filmadas, fotografias, um material bruto significativo foi entregue à coordenação nacional da pesquisa. Foi um período de muito trabalho e coincidiu com fases de fragilidade em minha saúde; sofri um pouco também. Em alguns momentos, parecia que não concluiria, mas eu consegui e me senti satisfeita com o que foi possível realizar.

Para a referida pesquisa, um caminho de volta foi trilhado, saí à procura de estudantes egressos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais (Pronea/UFGD) e realizei a pesquisa em campo, entrevistas com professoras, e com gestoras. Mas, as/os principais protagonistas foram as/os egressas/os, para registrar o percurso no curso e as conquistas posteriores, ou seja, publicizar a relevância de uma política socioeducativa potente como o Pronea, tanto que foi interrompida nos governos pós-Partido dos Trabalhadores (PT).

Destaco outro projeto interdisciplinar e interinstitucional; esse também me encantou! Um desafio imenso e intenso! Tratou-se do Projeto “Práticas sociais e saberes de mulheres e homens e a produção do território rural no Distrito de Marracuene em Moçambique: viabilidade das alternativas produtivas no mundo da sustentabilidade”, coordenado pelo Prof. Edvaldo César Moretti (UFGD) e pela Prof^a Silvana Aparecida Lucato Moretti (UEMS)¹³⁷, no período de 2013 a 2017.

Eu permaneci por 30 dias em Maputo-Moçambique, com outras pessoas: Jacy Corrêa Curado, que, naquele período, era docente do curso de Psicologia da FCH/UFGD¹³⁸; Cláudia Delboni, que era doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)¹³⁹; e Bruno Ferreira Campos, que era doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG)¹⁴⁰.

Nesse período fazíamos contato direto com a população, com as instituições de pesquisa e de ensino daquele país. A metodologia qualitativa foi estruturada com as técnicas de observações, diálogos, registros em caderno de campo, visitas e registros fotográficos nos espaços rurais e urbanos, em territórios de produção de alimentos e de comercialização.

¹³⁷ Docente aposentada.

¹³⁸ Docente no Curso de Psicologia na UFMS.

¹³⁹ Neste ano de 2023, trabalha como docente substituta no curso de História da FCH/UFGD.

¹⁴⁰ Docente no curso de Geografia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE-Campus de Marechal Rondon.

Os resultados são indescritíveis, principalmente no âmbito da nossa aprendizagem do intercâmbio entre docentes e estudantes para a UFGD, tanto de graduação quanto de pós-graduação por muitos anos depois, inclusive. Um exemplo emblemático é o do Lucas Atanásio Catsossa, que cursou mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFGD¹⁴¹.

Para mim, coube refletir sobre as mulheres, o trabalho e a economia solidária possível para aquele território multicultural e aquelas pessoas. Muito se percebeu e se registrou. Foram compartilhados aprendizados científicos e tradicionais, e mergulhamos em uma cultura que alicerça o modo de vida de uma população valente e resistente aos desastres provocados pelo capitalismo cruel (existe outro??!!) e a pilhagem de bens e de vidas.

Eu dialoguei com as mulheres, foi possível sorrir com elas, responder às curiosidades sobre o Brasil, sobre o Lula (muito interessante a admiração delas por ele), também sobre as novelas, pois elas me perguntavam sobre os capítulos e como terminariam. Havia uma em especial que estava nos últimos episódios. Eu infelizmente não sabia responder, pois não acompanhava a novela, mas quem sabia, respondia, porque a equipe estava sempre junta. Aquelas mulheres são sobreviventes em uma capital (onde permanecemos, mas as notícias eram de maiores dificuldades em regiões distantes), dominada por grupos com interesses econômicos e uma política elitista e excludente, ausência de políticas públicas e o domínio da privatização. Elas são singulares e se apropriam dos territórios vividos e sentidos em diálogo com a natureza, produzem alimentos em machambas (pequenas porções de terras) e os comercializam nos mercados municipais, na beira de estradas, onde estiverem.

Novamente, mergulhei na potência dessas mulheres!

Atividades de Extensão

Os temas, na esfera da extensão, convergiam com alguns das pesquisas, tais como questão agrária, relações de gênero e mulheres, acampamentos e assentamentos em MS, e se expandiram para economia solidária e economia feminista. Os projetos foram aprovados em editais de Programa de Extensão Universitária (ProExt), em editais de Extensão da UFGD, nos antigos Ministério do Desenvolvimento Agrário e de Aquicultura, Ministério da Pesca, Ministério da Aquicultura, no Edital do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas

¹⁴¹ Docente no Departamento de Geociência e Ambiente da Universidade Púnguè (UniPúnguè), cidade de Chimoio/Moçambique.

Populares (Proninc)¹⁴². Nesses projetos, contávamos, principalmente, com a parceria da Prof.^a Alzira Menegat e do Prof. Euclides Reuter de Oliveira, do curso de Zootecnia, um reconhecido extensionista da UFGD – dentre outros/as docentes da UFGD – e transitávamos por várias áreas da produção agropecuária com uma perspectiva humanista, referendada pelos grupos com os quais trabalhamos.

Nesse período, tais ações envolviam, também, a Comunidade Quilombola da Picadinha com os mesmos financiamentos e com a gestão da Incubadora de Tecnologias Sociais Solidárias (ITESS/UFGD), da qual fui coordenadora por alguns anos.

Tais projetos foram fundamentais para a estruturação de minha carreira na UFGD, pois, além de ampliar a participação em eventos e congressos, propiciou o alargamento de conhecimentos teóricos, metodológicos e sobre a realidade do estado de MS. Estas foram as primeiras iniciativas em MS de pesquisas e ações de extensão sobre esses temas, com tal amplitude e valores financeiros consideráveis para as suas execuções, financiados por instituições públicas governamentais.

Além disso, a UFGD conquistou visibilidade. Foi reconhecida por sua inserção nos assentamentos rurais e alcançou as condições propícias para a sua missão, ou seja, a responsabilidade em interagir social e politicamente com a sociedade civil, em especial com movimentos sociais e populações em condições de vulnerabilidade.

Gestão Administrativa

É importante salientar o quanto as experiências vividas e aprendidas ao assumir as coordenações, sobre as quais relatarei a seguir, me prepararam para os desafios na gestão enquanto diretora da FCH; foram etapas primordiais, como uma escada... e eu fui passo a passo, gradativamente, aprendendo, interagindo com pessoas, errando e acertando, para superar

¹⁴² 1. REINESCO – Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis do Centro-Oeste.

2. IEESTUR – Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários na Cadeia Produtiva do Turismo nas regiões de Bonito e Serra da Bodoquena e do Pantanal/Corumbá (coordenação Prof^a Edvaldo Moretti).

3. Programa Geração de Trabalho e Renda em Assentamentos Rurais de Mato Grosso do Sul: estratégias de Empoderamento Feminino.

4. Implantação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFGD.

5. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Pescado no Território da Grande Dourados – MS.

6. Ações da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS/UFGD) para o Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Território da Cidadania da Grande Dourados.

cada degrau. Um detalhe “básico”: o período que corresponde às coordenações sobre as quais descreverei, era o mesmo da gestão do Prof. Damiano Farias na Reitoria.

Coordenações de Cursos de Graduação

Eu participei da coordenação (esta coletiva), como registrei no item 4.1, do Curso de Licenciatura Ciências Sociais/PRONERA. A gestão era compartilhada com os colegas Alzira Menegat e André Faisting e a contribuição dos movimentos sociais e dos estudantes era um fator diferencial e extremamente qualitativo. Estudamos sobre a Pedagogia da Alternância, elaboramos o PPC em amplas reuniões, muitas conflituosas, em razão das muitas propostas e orientações teóricas, metodológicas e posições políticas presentes. Foi uma surpresa, mas sabíamos que coordenar aquele curso nos exigiria organização, paciência, estudos e um fazer totalmente dialógico.

Além disso, organizar as etapas (que ocorriam nos períodos de recesso e férias) quando os/as estudantes se deslocavam de seus territórios para permanecerem na FCH estudando por até quase 40 dias, era um desafio cansativo... muito; tudo precisava estar pronto: o alojamento, a alimentação, a estrutura na FCH, o transporte... O esforço e dedicação eram da coordenação, do corpo técnico da FCH e de outros setores da administração central, dos movimentos sociais, dos docentes e dos/as próprios/as estudantes. E o não menos importante, pelo contrário, o planejamento das aulas, materiais didáticos que eram oferecidos a cada um/a (milhares de folhas xerocadas ou impressas).

Somente vivendo o momento, seria possível dimensionar os desafios, mas... muito mais importantes foram as conquistas em cada resolução de conflito, nas entregas de trabalhos, nas místicas, nas chegadas e nos retornos e nos nossos atendimentos no tempo-comunidade.

Para ser justa, quero destacar que a Prof^a Alzira Menegat e o Prof. André Faisting foram muito dedicados, especialmente a Alzira. Durante o curso eu me afastei para o pós-doutorado, continuei com as disciplinas, mas fiz pouco pela coordenação. Eu tinha três filhos, cada um com uma idade; eu era uma pessoa fracionada e a Alzira tinha uma filha que a acompanhava nos lugares, na FCH, nos alojamentos e levava uma amiguinha consigo. Enfim, ela fez muito do que poderia ter dividido comigo e não foi possível. Ao retornar do pós-doutorado, eu assumi a coordenação do curso de Ciências Sociais¹⁴³. Era comum a organização das responsabilidades na forma de rodízio. Me senti retomando a minha formação inicial em Pedagogia, com

¹⁴³ No período de 2011 a 2013.

habilitação em Coordenação Pedagógica. Me vi fazendo horários para o semestre letivo, organizando reuniões do NDE, revisando o PPC e interagindo com estudantes.

Eu apreciei esta função, mais pedagógica do que de chefia e/ou burocrática, portanto, mais prazerosa e educativa. No decorrer dos meses, comecei a perceber situações estranhas e até constrangedoras em algumas manifestações de colegas nas reuniões, principalmente. Somente, então, “caiu a ficha”: havia a representação da Marisa, esposa do Damião, e me senti controlada e vigiada.

A situação da UFGD era muito favorável, mas não havia satisfação. Foi criado um cenário de conjuntura instável, críticas infundadas e eu me sentia no meio de uma disputa política sem sentido (para mim!).

Naquele período, eu vivenciava uma pressão de todos os lados, e me deparei com insinuações e dúvidas quanto a minha capacidade científica e de gestão, como se eu fosse uma sombra (do reitor). Aos poucos, eu fui ficando tensa emocionalmente, perdi o prazer por aquele lugar, e concluí a gestão decepcionada. No entanto, hoje consigo avaliar o quanto estava me preparando, inconscientemente, para a direção da FCH.

Coordenação da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS)

Desde a criação da ITESS, assumi a coordenação em 2007 e permaneci até o ano de 2015. Foram anos de valorização da “Economia Solidária” pelos governos do PT, com a abertura de editais com apoio com recursos, acompanhamento técnico e formativo para gestores e pessoas dos empreendimentos econômico-solidários. O número de pessoas, grupos e instituições envolvidas era significativo e havia mobilização por todo o país.

Eu já possuía articulações com grupos de assentamentos de reforma agrária (como já disse neste texto) e foi possível envolver famílias e grupos já organizados economicamente com a metodologia da incubação.

Muitos projetos foram aprovados, grupos foram incubados, docentes e discentes passaram a fazer parte desse processo e a ITESS foi conquistando reconhecimento pelo trabalho realizado. Naqueles anos, uma boa parte de minhas energias, da capacidade de dialogar com uma multiplicidade de saberes tradicionais, de entender os desejos e as esperanças de melhorar de vida, foram direcionadas à ITESS/UFGD; o olhar, de muitas e muitas pessoas, foi dirigido para esta coordenação.

Ainda hoje, os resultados, alcançados por aqueles trabalhos de pesquisa, extensão e desenvolvimentos de tecnologias sociais, são lembrados por docentes, estudantes e famílias que nos encontraram em vários cantos do MS e, em vários momentos, perguntam, falam com satisfação de um tempo de atividades caracterizadas pela interação mais coletiva e de esperanças renovadas.

Neste momento histórico de retorno de um governo democrático preocupado e comprometido com as políticas sociais, as minhas expectativas voltaram a se renovar, pois creio na economia solidária como uma alternativa ao trabalho e renda com qualidade de vida.

Diretora da FCH em tempos de pandemia e de intervenção bolsonarista/bolsonazista/bolsofacista

A chegada à direção da Faculdade de Ciências Humanas não foi planejada, não fazia parte de minhas expectativas profissionais, mas assumi esse compromisso dimensionando toda a minha capacidade de resiliência... toda mesmo!

Na FCH, há uma construção que resulta em elogios e respeito. As coordenações e a direção da faculdade são discutidas coletivamente. No caso dos cursos de graduação, organiza-se uma lista na sequência de ingresso na universidade, na pós-graduação uma discussão também é realizada, nunca tivemos duas chapas concorrendo. No que compete à eleição para a direção, o mesmo processo acontece há tempos. Desde a criação da UFGD/FCH, decidiu-se por um rodízio entre os cursos, com o objetivo de maior compartilhamento dos espaços de decisões da faculdade em que todos/as assumissem essa responsabilidade.

Portanto, o critério de amplo diálogo se mantém com os três segmentos. Há quem defenda o consenso para a organização dialogada de uma única chapa, há quem acredite no comprometimento da democracia. Eu continuo do lado do diálogo franco e fraterno em busca de consensos, levando em conta o fortalecimento da defesa dos princípios orientadores da nossa faculdade, pois é possível viver os conflitos e as diferenças de maneira construtiva e os diálogos fluem melhor nos quatro anos de mandato, ampliando a capacidade coletiva de resolução de divergências e disputas.

Por essa conformidade, eu assumi o compromisso com a direção da faculdade, pois chegara a vez do curso de Ciências Sociais e, segundo as reflexões e mediações, o meu nome seria “aceito” e bem-quisto por todos os cursos. Enfim, passei pelas sabatinas masculinas, prioritariamente.

No da elaboração do plano de gestão da chapa, primei pela ampla participação da comunidade acadêmica e pelo diálogo, prevalentes na faculdade, com todas as ressalvas a serem feitas¹⁴⁴. Estava eu na mira dos olhos patriarcais. Infelizmente, eu preciso registrar essa travessia porque quase fui afogada pela correnteza machista e sexista.

A cada reunião, sentia como se “um caminhão de areia”¹⁴⁵ caísse sobre mim. Os olhares masculinos eram certos, questionadores com expressões de deboche. Ouvi, no período de campanha, as seguintes considerações, quase como afirmações, determinações: “É difícil assumir esse cargo!” “Você vai conseguir?” “E como você vai se posicionar em relação ao movimento feminista?” “Você será sempre considerada a esposa do Damião!” Estava eu... no jogo de xadrez. Não me senti rainha, mas, sim, um peão. De todo modo, não me furtei da responsabilidade.

Ao assumir o cargo como diretora, senti um estranhamento. Seria um chefe? Chefa? Não sei o que pensaram, mas passou-se a registrar: Presidenta do Conselho Diretor... Purismo para algumas pessoas, para outras, desnecessário... Para as mulheres (algumas!?), foi uma conquista... uma sensação de vitória... pouco mudou estruturalmente e as pressões ocorreram. Uma mulher assumiu, pela primeira vez, a gestão da FCH, uma faculdade histórica e politicamente resistente a tantos conservadorismos.

Existe o sentinte e o sentidor, eu me considero inteiramente sentinte de uma dor sem dimensão de quem não é o sentidor, ou seja, ninguém pode dimensionar a dor avassaladora produzida pelo patriarcado, revestido das máscaras do conhecimento científico e de companheirismo. Nada disso, a dor sentida não será nunca compreendida. Dor... *dolore... dolor*. Dor nas línguas de minha ancestralidade, de tão profunda e injusta.

Mas não tem nada não... a dor se transformou em resistência e capacidade de enfrentar o machismo invejoso e invisível. Uma mulher assumiu o lugar, supostamente, de direito de um homem. As mulheres, ao alcançarem autonomia econômica e intelectual, ao posicionarem-se politicamente e, em especial, ao resistirem à dominação masculina, devem ser impedidas de continuar. Instala-se o jogo do machismo, as cartas são visíveis, mas as estratégias são invisíveis, simbólicas e afetam as subjetividades, de maneiras nem sempre perceptíveis. As consequências

¹⁴⁴ Falo na primeira pessoa, pois apresento o meu sentimento, mas foi um trabalho coletivo com o Prof^o Conrado Neves Sathler, candidato a vice-diretor.

¹⁴⁵ Essa expressão foi utilizada por uma estudante em um primeiro semestre do curso de Ciências Sociais, em tempos longínquos, para expressar a tamanha violência, por parte do marido, que a assolou ao adentrar a universidade. Ela não tinha o direito de sair de casa e buscar conhecimento e emancipação, isso acarretaria a fragilidade do poder do macho. Eu nunca me esqueci do sentimento que tomou conta daquela mulher e dos gestos de quem não conseguia respirar por causa de tanta areia sobre si.

são futuras e mais difíceis de serem superadas. Não somente escrevo sobre o machismo, mas eu vivi e senti a sua consequência, e enfrentá-lo é um compromisso social urgentíssimo.

O machismo atual opera por trás das aparências, em detalhes que talvez pareçam anódinos, mas que revelam um jogo de poder importante, pequenos detalhes que têm grandes consequências. Quantas relações pessoais, quantas decisões profissionais, quantos projetos de vida, de homens e mulheres, não acabam por ser determinados, em maior ou menor grau, pelo machismo? [...] O machismo estabelece uma diferença psicológica radical entre homens e mulheres, a partir da qual propõe papéis exclusivos em todos os âmbitos (Castañeda, 2006, p. 17).

Se tudo isso parecia pouco, Bolsonaro, juntamente a pandemia e a intervenção chegaram como um tornado, destruindo a nossa esperança, o projeto pensado para a gestão na FCH. Fragilizaram-se as relações, os sentimentos de solidariedade, interromperam-se abruptamente as conversas soltas durante o descanso, o café e o lanche. Estes acontecimentos trouxeram consigo o trabalho remoto e o isolamento. Não entrarei em maiores detalhes, mas já é possível imaginar o desalento, a dúvida e a desesperança.

O projeto de destruição das universidades federais era irrestrito. Não bastassem as nomeações para os cargos nas reitorias, à revelia da vontade da comunidade universitária, recursos foram cortados – como diziam, contingenciados – as decisões eram definidas sem a participação das instâncias de debate, sindicatos não foram ouvidos, reitores/as foram desrespeitados/as. A educação superior passou a ser considerada o desvio da boa reputação, a propulsora da ideologia de gênero, o lugar da “balbúrdia”, de outras várias “indecências” e não competente para a formação profissional voltada ao mercado.

O país passou pelo mal bolsonarista e pela morte pandêmica anunciada e planejada, e a UFGD teve um acréscimo: a intervenção. Por duas vezes experienciamos o descompromisso com o serviço público com todas as suas ramificações, de uma mulher e de um homem.

Foi difícil, para mim, experienciar as medidas e ações com rumos contrários ao projeto progressista da UFGD, na qual eu me fiz pesquisadora, aprimorei minha docência, conheci pessoas e ampliei as relações com os movimentos sociais e com as mulheres. Estive em cada momento de sua criação, fui partícipe como educadora, como mãe, como mulher e como companheira em um percurso ambíguo, entre a casa, as pesquisas, as atividades de extensão, as aulas, as ausências e as presenças. Sem palavras...!

Na primeira intervenção, as instâncias deliberativas da instituição inexistiram, as poucas reuniões do Conselho Universitário iniciavam e terminavam em clima de autoritarismo e desrespeito aos conselheiros e às conselheiras. Em uma delas, fomos surpreendidas/os pela

presença da polícia da Guarda Municipal no espaço interno – não legítima, nada legal, para uma instituição federal – inclusive, portando armas. Uma sensação de raiva e revolta inexplicáveis tomou conta de todas/os; a violência simbólica foi explícita.

Muitas manifestações aconteceram naquele momento, e a insegurança e as dúvidas sobre o desfecho da situação prevaleceram. As reuniões foram transferidas para uma sala inapropriada, além de pequena, sem ventilação, janelas trancadas e um ar-condicionado antigo sem eficácia. Na referida reunião, ocorreram atritos e conflitos, uma tensão se instalou e a assembleia foi suspensa.

Se estou correta, aconteceram não mais que três reuniões; as outras instâncias superiores de deliberação também foram paralisadas. A gestão foi encaminhada ao prazer e gosto de uma professora e um pequeno grupo... não era tão pequeno... conseguiram manter-se por um tempo, propício para resultados desastrosos. Naquele período, foram estabelecidas medidas interventoras de grande monta nos três níveis da UFGD; mas na minha avaliação, o maior prejuízo ocorreu no ensino com a imposição de um calendário acadêmico fragmentado e imposto sem debate nas instâncias competentes¹⁴⁶.

Os cursos da instituição tiveram um declínio acentuado e desastroso no quesito qualidade, predominou a evasão e a baixa procura nos processos seletivos para os nossos cursos – consequências até o momento não superadas. Era comum ouvirmos a frase: “Eu tenho o poder discricionário”.

Da parte do vice-interventor, eu fui surpreendida (não tanto) com a pergunta em uma das reuniões: “Professora! Por que a senhora está tão descompensada!?” Nesse dia, eu não sei explicar como eu me controlei. Mas, respondi! Voltei a responder e questionar a atitude daquele homem, em vários momentos, sempre que surgia a oportunidade de expor o seu machismo e o exercício da dominação masculina. Sinto-me aliviada, resisti, não desisti e estive sempre ativa, mesmo me sentindo muito cansada e sem energia após tais situações.

A segunda intervenção ocorreu com a direção de docente bolsonarista... creio que seja desnecessário gastar mais tinta aqui, não é mesmo!?

Algumas situações, falei no plural por terem sido vividas coletivamente, outras me afetaram individualmente. Dentre elas, por parte do interventor, as constantes interrupções de minha fala, ofensas diversas com alterações do sentido de minhas considerações, alteração de

¹⁴⁶ Moura (2023).

voz, indicações de que eu desviava da pauta. Em uma das reuniões, eu fui interrompida e o interventor se levantou, simplesmente, saiu e deixou o conselho “falando sozinho”. Eu senti uma irritação tamanha...!!

Destaco que muitas mulheres compactuaram com as duas intervenções e alimentaram o machismo visível e invisível, foram cúmplices com discurso falacioso e antiético de que “alguém precisaria assumir para a universidade não parar”.

Parar seria o caminho, resistir, impedir a expropriação da legitimidade do nosso voto, da escolha democrática, mas sabíamos da existência de uma linha direta das intervenções com o governo Bolsonaro e com as forças políticas conservadoras e autoritárias de MS, principalmente, de Dourados.

Cheguei ao final desses quatro anos de muita persistência, comprovando (o que eu já sabia) que eu não consigo separar sentimentos pessoais e sentimentos que me movem pela/na UFGD. Eu sofro quando a instituição sofre, ao perceber o descompromisso com o serviço público, ao verificar os interesses pessoais e de produção científica egoísta e quantitativista se sobrepondo à missão da universidade pública.

Nem tudo foram lágrimas ou sofrimento. Nesses anos, continuei a gestão remotamente e os contatos com a equipe eram constantes. Mantivemos as atividades que não foram interrompidas em nenhum momento. Fazíamos muitas reuniões e, com a alternativa remota, eram até mais regulares. Eu fazia questão de realizá-las para que as pessoas não se distanciassem a tal ponto de não serem possíveis os apoios mútuos necessários em um momento tenso e de sofrimento coletivo.

A expectativa de uma mulher assumir a direção foi respondida, e procurei ouvir as pessoas igualmente. Muitas colegas passaram por minha sala e compartilharam as angústias, os confrontos com as masculinidades tóxicas, as conquistas, as aprovações de projetos, os resultados das pesquisas, os desafios com a maternidade... Foram contatos prazerosos; choramos, sorrimos e estamos vivas... bem vivas.

Essa experiência de gestora da FCH atestou-me que as dificuldades impostas pelo modelo patriarcal foram confirmadas e o poder masculino opressor consegue distanciar as mulheres de espaços decisórios, as empurrando para as margens enquanto que eles caminham onipotentes pelo meio. Percebi, ainda, o quanto a maternidade toma o tempo das mulheres e o quanto os homens utilizam a paternidade como uma desculpa (um disfarce). Há diferenças explícitas na produção científica de mulheres sem a maternagem.

A minha intenção de incentivar as mulheres a assumirem coordenações e espaços decisórios nos diversos conselhos foi parcialmente alcançada. Me deparei com os obstáculos vividos por mim no passado, e o principal desafio continua sendo conciliar o trabalho da casa, o trabalho fora e a maternidade. Quando me dei conta, as colegas estavam se responsabilizando por atividades “pesadas”, conscientes (para colaborar com uma gestão feminina) e inconsciente (uma condição de subalternidade imposta e imperceptível, histórica).

Por fim, eu senti a solidariedade das mulheres na tentativa de assumirem os trabalhos, colaboração, presença, sororidade foram sentidas por mim e me fortaleceram para chegar até aqui.

Falei na primeira pessoa, como se a gestão fosse minha, mas não foi a intenção. Outrossim, escrevi somente por mim, e as conquistas coletivas, sei que existiram, foram sentidas, continuarão nas forças feministas que transitaram pela FCH e o coletivo deverá fazer a narrativa a partir de sua experiência.

E nesse caminhar, estive comigo o professor (vice-diretor), que agora é meu amigo e teve uma participação fundamental, regada por solidariedade e companheirismo, o Conrado Sathler. Para além do presente. O que está por vir.

De fato, as reflexões sobre mulheres, epistemologia feminista decolonial e gênero passaram a ser o eixo orientador de minhas reflexões, caminhos se significando e ressignificando durante todos esses anos. Muito me satisfaz a vida-travessia partilhada, compartilhada e reescrita com as mulheres, com os movimentos sociais, com estudantes e colegas de trabalho.

O conhecimento e as construções teórico-metodológicas, com as quais eu fui me inspirando, foram concebidos como obra de arte, o artístico, o poético e a resistência intrínsecos à vida-travessia de cada mulher, caminhantes comigo nas correntezas de muitos rios. Redes foram estabelecidas, colchas com retalhos cuidadosamente escolhidos e combinados foram costuradas, fios condutores de outras vidas, e mosaicos de muitas vidas me indicaram os possíveis da história, um dever pleno de expectativas e de projetos promissores individuais e coletivos.

Eu me sinto com o compromisso de continuar as pesquisas, as extensões e o ensino, publicizando as vozes, as histórias e o saber-fazer das mulheres em suas diversidades e pluralidades de classe, raça, gênero, etnia, cultura, sexualidade, enfim, sem modelos ou sistemas que as definam. Priorizo o vislumbre de todas e de cada uma delas, com elas, por elas e por aquelas que estão por vir.

Ao escrever este memorial, escolhi um caminho e falei sobre as experiências teóricas, metodológicas e subjetivas que tenho maior afeto, não destaquei as “produções”. Isso, por alguns motivos: por exemplo, elas me parecem carregar um qualitativo numérico e, em certas situações, incomodam-me. Todavia, estão registradas no meu currículo lattes.

Bem, estou nas últimas palavras desse memorial e quero dizer que muitos possíveis estão por vir. Há aspectos indizíveis, não os domino, apenas, racionalmente. Sou incentivada por muitas mulheres e, além do conhecimento científico, sou envolvida por conhecimentos cotidianos, que me instigam a continuar. A burocracia demasiada me amarra, pois é propositalmente repressora de minhas criatividade e imaginações; o tempo capitalista não me permite viver o conhecimento como desejo: liberto, criativo, estético, uma obra de arte individual e coletiva espalhando por muitos cantos e recantos as vidas-travessias potentes, rebeldes e resistentes ao patriarcado.

Acredito que será mais tranquilo colocar o meu projeto científico futuro em prática. Penso em limitar o meu convívio com os sistemas tecnológicos instáveis (durante o período que estive na direção da FCH, consumiram muito de minha energia), trâmites institucionais sobrepostos e repetitivos, prazos exíguos para certos encaminhamentos, afastamentos de docentes e técnicos para capacitação, as oscilações de internet e rede de luz! Agora, escrevendo, dou risada, mas já chorei e me senti exaurida muitas vezes. E as reuniões cansativas nas instâncias da UFGD?! Muitas delas foram desnecessárias e sem resultados concretos, além de servirem como palco para as vaidades acadêmicas.

Nossa! A gestão como diretora da FCH foi concluída. Não voltarei a falar sobre o machismo, o poder masculino, os desrespeitos e as tentativas constantes de desmerecer a mim e a outras mulheres. Energias importantes e carregadas de vontades e desejos foram mobilizadas e potencializadas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Na verdade, eu sinto prazer com o trabalho quando ele me permite adentrar campos de sociabilidade, onde encontro as mulheres, onde estão os grupos sociais resistentes às dominações e com os quais eu compartilho um projeto de sociedade com equidade de gênero, solidário e a irmandade entre as mulheres seja um princípio fundante. Não quero transmitir uma interpretação idílica em relação a este projeto e aos movimentos sociais, sabemos o quanto as relações de poder e os conflitos permeiam esses tempos e lugares. Entretanto, são alimentados por um devir, por sonhos e expectativas coletivas.

Pretendo escrever liberta de algumas regras textuais, criar retratos significativos da realidade e dos sentimentos, misturar letras e desenhos, e defendê-los como conhecimentos representativos das dores e dos amores do mundo. Essa será a minha próxima batalha (continuá-la): resistir às amarras do conhecimento ocidental, branco, heterossexual, machista, misógino, sexista... vou me emaranhar na epistemologia feminista decolonial.

E quanto à militância feminista... ainda estou refletindo, sinto-me desolada por desvios e instrumentalizações dos movimentos de base.

Enfim... sem fim..., a vida é uma travessia e tem me empurrado para vários tempos e lugares. Aprendi não ser viável concluir um texto com citação, mas vou transgredir e deixar para a reflexão o que me encanta e me alimenta subjetivamente em muitos, vários momentos de minhas resistências e rebeldias:

Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?

[...]

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. (Rosa, 2001, p. 51 e 80).

Fica a minha vida-travessia resumida..., bem resumida..., neste memorial!

Referências

- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papyrus, 1996.
- CAETANO, Regina Célia de Souza Modesto. **Mulheres camponesas e suas trajetórias de lutas na conquista e permanência na terra em Sidrolândia - MS**. Programa de Mestrado em Educação e Territorialidade/PPGET: FAIND/ UFGD, 2023.
- CASTAÑEDA, Marina. **O Machismo Invisível**. Tradução Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. 20. ed. São Paulo: Vozes, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1990.

ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata Moreno; IYUSUKA, Sheyla Saori; HERRERO, Yayo. **Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2020. Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Economia-Feminista-e-Ecologica_SOF-web-1.pdf. Acesso em: 2022.

JAGGAR, Alisson M. Amor e Conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. *In*: JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Tradução de Brita Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Tempos, 1997.

LANGARO, Sonia Vanessa. Relatório de Qualificação. **A terra é um sonho, a luta é uma raiz: Trajetórias de vida e protagonismos de mulheres (ex)acampadas em Tacuru - MS (2000-2022)**. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE: Marechal Cândido Rondon, 2023.

MÉSZÁROS, István. **A obra de Sartre: busca da liberdade**. São Paulo: Ensaio, 1991.

MOURA, Noêmia dos Santos Pereira Moura. A Formação de Cientistas Sociais e os Desafios Atuais. *In*: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba; SATHLER, Conrado Neves (org.). **Sob a Proteção das Deusas Clio, Gaia, Atena e Psiquê: a Faculdade de Ciências Humanas da UFGD em narrativas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Relatos orais: do “dizível” ao “indizível”. *In*: SIMSON, Olga de Moraes Von. **Experimentos com histórias de vida: Itália - Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. (Ciências Sociais; v. 5).

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Variações sobre a técnica do gravador como registro de informações vivas**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda., 1991.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Rev. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Rev. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REAL, Giselle Cristina Martins. Qualidade Técnica e Qualidade Social: a construção da organização didático-pedagógica da UFGD. *In*: FARIAS, Damião Duque (org.). **UFGD em Memórias: gestão democrática e excelência acadêmica (2005-2015)**. Curitiba, PR: CRV, 2022.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão Veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

MEMÓRIAS SIGNIFICATIVAS DE VIVÊNCIAS FORMATIVAS: O IMAGINÁRIO EUROCÊNTRICO/COLONIAL QUE PERMEIA A TEMÁTICA INDÍGENA

Protásio Paulo Langer

O texto que aqui apresento constitui uma reflexão acerca de valores ético/morais, de noções de pertencimento, de experiências educacionais (formais e informais), de referenciais epistemológicos e de afazeres acadêmicos no campo da História. Esse conjunto de componentes é a base que me alicerça enquanto cidadão receptivo e proponente de leituras interpretativas de tempos/espços social e culturalmente contextualizados. Refletir sobre a minha trajetória formativa revelou-se um processo multifacetado de (auto)análise no qual temas/dilemas ressurgem (em outros contextos), se reconfiguram (em novas linguagens) e dialogam com diversos âmbitos psicocognitivos constitutivos de minha personalidade.

Qualquer trajetória docente sempre é, também, uma trajetória discente, e rememorar as vivências de ensino-aprendizagem, até onde a memória permite acesso é, antes de mais nada, uma tomada de consciência acerca daquilo que viemos a ser e fazer. Nesse sentido, como: “[...] as impressões vividas não morrem no momento em que desaparecem da presença sensível [...]” (Ruiz, 2015, p. 197) as experiências formativas aqui arroladas, ainda estão presentes na memória – que concebo como instância psíquica que opera esquecimentos da mesma maneira como traz à consciência recordações e lembranças de vivências que podem ser acionadas a partir de suportes materiais físico/espaciais (lugares, vestígios [textos, imagens, objetos]). Ou seja, a matéria-prima desta “trajetória” é a própria memória; esta, por sua vez, é o fundamento da consciência da nossa historicidade. “Esta simultaneidade na presença de um presente passado significa que esse passado é um constituinte da consciência do Ser” (Silveira, 2016, p. 186).

Tendo presente estas referências, proponho presentificar ideias, eventos, experiências familiares, afetivas e cognitivas, escolares e acadêmicas que me constituíram enquanto sujeito histórico, cidadão e professor pesquisador da área de História Indígena. Considerando que o passado atua no presente e que um futuro generoso só pode ser desejado a partir de vivências, exponho experiências fundantes de práticas docentes, de valores e de expectativas e projetos de futuro.

Infância e escolarização

Nasci num sítio onde meus pais praticavam uma agricultura familiar, no minúsculo município de Cândido Godói, RS (que atualmente conta com 6.500 habitantes, aproximadamente), em 1967. Meus pais, tal como meus avós e bisavós, descendem de imigrantes alemães, holandeses e poloneses e de outras nacionalidades europeias. Nas últimas décadas do século XIX, meus bisavós se estabeleceram no sul do Brasil para, em consonância com a política eurocêntrica e neocolonial, dirigida pelas elites do império e da primeira república, ocupar as terras supostamente “devolutas”, promovendo o “progresso” da agricultura e, assim, substituir os habitantes nativos (indígenas, gaúchos, caboclos) “[...] por gente de melhor qualidade” (Catafesto de Souza, 1999, p. 295).

Voltando o olhar para a minha infância, percebo que os ressaibos desse imaginário eurocêntrico, colonialista e racista, estiveram bem presentes no âmbito familiar e escolar. Havia, nas proximidades, remanescentes de indígenas oriundos dos antigos Sete Povos das Missões aos quais, por sua pele mais escura e seus cabelos lisos e negros, minha avó materna se referia, depreciativamente, com o apodo de azuis (*blau*). Porém, de modo geral, a comunidade marcava a distinção entre nós “alemães” (descendentes) e eles “brasileiros” (*brasilianer*). Por seu modo de vida, por sua condição social e por constituírem grupos comunitários estabelecidos em pequenos fragmentos de terra, essas pessoas eram vistas com desconfiança e menosprezo por parte da população eurodescendente.

Não há como evocar opções e decisões que mais tarde tomei, sem considerar a tradição e os valores da família onde fui concebido e criado. A religiosidade católica romana (ultramontana), a admiração e a rigorosa obediência às autoridades eclesásticas (entendidas como autoridades acima de qualquer autoridade), a oração (em língua alemã) antes e depois das refeições, e do terço, à noite, a participação em todas as atividades catequéticas encampadas pela paróquia, a rígida moral sexual e o enaltecimento ao trabalho (agrícola, por excelência) constituíam os pilares imponderáveis da formação moral e religiosa dos quatro irmãos e de uma irmã que, junto com os pais, compunham minha família.

A partir de referências recentes sobre alfabetização, bilinguismo, contextos linguísticos complexos e políticas linguísticas (Meliá, 1995), sou levado a conjecturar algumas analogias entre a minha história de comunicação bilíngue e a de comunidades indígenas, não obstante as profundas diferenças simbólicas e sociais. Meus pais e avós guardavam na memória, e

transmitiram para mim, a violenta **Campanha de Nacionalização** promovida pelo Estado Novo (1937-45) contra as práticas comunicativas, letradas, culturais e religiosas em língua alemã. A proibição da comunicação no idioma alemão em locais e instituições públicas, a interdição à circulação de todo gênero de literatura em língua alemã, a destruição de acervos de almanaques, livros e materiais escritos em alemão, por parte de “jagunços” a serviço da **campanha** de Getúlio Vargas, e a proibição de missas em alemão (a partir do momento em que o bispo de Porto Alegre, Dom João Becker [descendente de alemães] foi cooptado pela ideologia nacionalista e proibiu essa prática¹⁴⁷) deixou marcas na etnicidade germânica dos meus antepassados.

Mesmo com as práticas assimilacionistas do Estado Novo, todos os meus antepassados seguiram se comunicando, quase que exclusivamente, nessa língua, enquanto o idioma português era eventual e precariamente empregado em contextos oficiais e comerciais urbanos. Desse modo, até a idade escolar, minha língua mãe foi o alemão. Ao ingressar na escola municipal da comunidade São João, em 1974 – assim como outras vinte e tantas crianças da minha faixa etária – tive que renunciar à minha língua mãe no âmbito escolar, sob pena de sofrer castigos físico e moral (ajoelhar e permanecer de joelhos por alguns minutos, no exato lugar onde havia falado em alemão) para ser alfabetizado em português. Apesar de tudo, pelo menos no âmbito familiar, na relação com os pais, irmãos, vizinhos e parentes próximos, a língua corrente foi e continua sendo o alemão *Hunsrückisch*.

Não quero me estender nesse aspecto da minha (de)formação linguística. Apenas gostaria de dizer que a escola, em consonância com a ditadura militar e sua simbologia nacionalista, sempre avivada por hinos e hasteamentos de bandeiras, e heroicização de ditadores, trabalhava com requinte para suplantar a língua mãe das crianças não lusófonas. Para isso, promovia tanto um clima de delação e castigo entre os próprios alunos quanto o deboche face aos vestígios fonéticos indeléveis (sotaque) que a primeira língua transferia à segunda; àquela que se tornava a principal. Em parte, por preconceitos, por políticas de depreciação da bagagem linguística familiar, promovidas nas escolas, e em parte por falta de estímulo e de noções acerca da importância desse patrimônio, não cheguei a cultivar a forma escrita e gramatical da língua alemã. Apenas quando ingressei no mestrado, em 1993, ocasião em que tive que prestar exames

¹⁴⁷ A esse respeito o Pe. jesuíta Balduino Rambo fez denúncias contundentes e sua militância em prol da língua e cultura germânica entre os descendentes de alemães se tornaram clássicas na historiografia sobre a imigração alemã no RS.

de proficiência em dois idiomas estrangeiros, senti a obrigação (moral e acadêmica) de estudar minha língua mãe.

Após cinco anos escolares na comunidade rural de São João, em 1979, passei a frequentar a Escola Estadual Cristo Redentor, na cidade(zinha) de Cândido Godói. Hoje, ao rememorar aquela fase escolar, eu diria que representou uma pequena ruptura com os costumes do mundo rural que, resumidamente consistiam na rotina de trabalho no sítio da família, na frequência à escolinha no período matutino e à igreja aos finais de semana. Agora, na escola da cidade, havia um considerável número de crianças (pré-adolescentes) urbanas que, ao contrário de nós, não trabalhavam no contraturno, jogavam bola em plenos dias úteis e assistiam telenovelas e outros programas de TV. Tais hábitos eram associados, pela minha tradição familiar, a um modo de vida propício a vícios (preguiça, jogos de azar, desleixo), futilidades e imoralidades que, supostamente, a TV disseminava. Nesse sentido, nossa socialização com crianças da cidade era alvo de atenção por parte dos pais, sempre preocupados com a “moral cristã” e com o trabalho familiar.

Outra observação importante é que, nessa escola, havia um quadro sociocultural mais complexo em relação à escolinha da comunidade São João. Além da maioria descendente de alemães, havia crianças de origem polonesa que mantinham esse idioma no âmbito doméstico. Havia outras, descendentes de italianos (não falantes) e algumas poucas “brasileiras” (de ascendência indígena, africana e ibérica). Não tenho lembrança de qualquer atividade escolar voltada a promover a bagagem cultural, histórica e linguística, muito viva e diversa, na Escola Cristo Redentor. Naqueles tempos (e, de certo modo, ainda hoje), a diversidade linguística e cultural era vista como um empecilho à aprendizagem “correta”, “sem sotaque”, do idioma oficial e de uma desejada homogeneização nacionalista.

Nesses oito anos de vida escolar cumpridos nas duas escolas supracitadas, não enfrentei, no processo de aprendizagem, dificuldades dignas de serem mencionadas. Em 1982, aos 15 anos, após concluir o primeiro grau, ingressei no Seminário São José: um internato católico que recebia adolescentes “vacionados” para cursarem o segundo grau numa escola confessional de Irmãs Religiosas (Filhas do Amor Divino) ou de Irmãos Religiosos (Lassalistas). No contraturno e aos finais de semana o seminário proporcionava uma agenda de atividades litúrgicas, formativas, esportivas, artísticas, recreativas, etc. voltadas à vida comunitária e à formação da personalidade dos seminaristas (candidatos ao clero secular).

Sobre a decisão de ingressar no seminário e permanecer ao longo de dez anos (oito como estudante do Ensino Médio e da Filosofia e dois como professor/formador) devo dizer

que ela foi concebida no âmbito familiar/comunitário. Um conjunto de valores, associado às práticas religiosas, era promovido neste âmbito: a comunicabilidade, o desempenho escolar satisfatório, o interesse por música (sacra ou profana), por poesia e, mesmo por esportes, eram componentes que indiciavam um perfil de um possível “vacionado”. Na família e na comunidade escolar era consensual que uma criança/adolescente com tal perfil encontraria no seminário, “o” ambiente propício ao cultivo desses “dons”. Na minha família, havia o entendimento de que o seminário oferecia uma formação de excelência e, caso o “vacionado” abdicasse da opção de se tornar padre, outros ofícios, também estimados (tais como o de professor) se revelariam ao jovem desistente que, supostamente, já ostentava uma formação diferenciada. Faço essas considerações para melhor contextualizar minhas origens, meu universo social, cultural e familiar.

Valdir Gregory (2002), em sua tese de doutorado sobre os “eurobrasileiros e o espaço colonial” no sul do Brasil, destaca que o desejo de cada colono era propiciar aos filhos o acesso a uma área de terra para poderem seguir, com dignidade, a tradição de colonos. No imaginário social (Machado, 2012, p. 13) dos meus antepassados (pais e avós), qualquer ofício braçal urbano (construção civil, comércio, ou operário de fábricas) era percebido negativamente se comparado à vida de colono. A proletarização trazia inerente o risco da marginalização social (vagabundagem), do abandono da fé e dos bons costumes. Por outro lado, grandemente honroso e digno, no imaginário de um colono, era ter um filho padre. Em conversa informal, Erneldo Schallenberger (professor no curso de Filosofia em Santa Rosa (1988) e, posteriormente, prof. da UNIOESTE/PR) dizia que, no entendimento dos seus pais, o estudo, para além dos 14 anos de idade, só se justificava se o rapaz tinha em mente se tornar padre. Alheio a essa finalidade, o ensino superior trazia o risco inerente de o estudante se tornar comunista; por isso, não era recomendado.

Mais do que pelo estudo propriamente dito, meu ingresso no seminário tinha motivações relacionadas à música, a atividades esportivas/recreativas e a práticas religiosas, litúrgicas e pastorais. Minha pouca habilidade nas lides de uma agricultura ainda plenamente baseada no trabalho braçal e na tração animal, além do esgotamento da fronteira agrícola que levava os jovens, da minha geração, ao êxodo rumo às cidades da região metropolitana de Porto Alegre, certamente também pesou favoravelmente à opção de entrar no seminário.

No 2º grau, entre uma grade curricular com ênfase nas ciências naturais e exatas (curso científico) e outra com destaque às ciências humanas e disciplinas pedagógicas (magistério [curso normal]), pude optar pela segunda. Desde antes do 2º grau, as disciplinas que tinham afinidade

com o campo da História, num sentido amplo (inclusive “história sagrada”, história da Igreja e hagiografia etc) eram as que eu mais apreciava. Ao longo de todo o 1º grau, tanto em contextos educativos formais (escola e catequese) quanto no âmbito familiar, temas relacionados ao santuário dos “mártires” de Caaró e às ruínas de São Miguel das Missões¹⁴⁸ se faziam presentes e me fascinavam imensamente.

Júlio R. Quevedo dos Santos (2013), a partir da noção de documento/monumento (Le Goff, 1984), analisou como a patrimonialização das romarias a Caaró, foi forjada por um discurso que tinha em vista reificar o martírio e heroicizar os missionários jesuítas que, em 1628, foram mortos num levante xamânico de resistência guarani (Meliá, 1986). Quevedo mostra como um grupo de intelectuais católicos, com destaque aos historiadores jesuítas Teschauer e Jaeger, e aos padres palotinos (por meio da Revista Rainha dos Apóstolos), nas décadas de 1920-30, encetou a construção desse espaço de memória para alçar os três mártires ao patamar heroico, mítico, beatífico e fundante da cristandade no sul do Brasil. Desde que foi criada, a Diocese de Santo Ângelo (1962) incorporou a tradição de promover peregrinações a Caaró. Nesses eventos, ficava implícita a intenção da diocese de propor um diálogo entre os supostos valores da cristandade jesuítico-guarani, com a promoção vocacional e as diretrizes pastorais diocesanas.

No contexto seminarístico, narrativas épico-religiosas que inflavam o destemor dos missionários jesuítas frente aos perigos de propagarem o evangelho em contextos tão adversos (enfrentamento dos bandeirantes paulistas e dos temíveis feiticeiros indígenas) e relatos edificantes sobre o desapego aos bens terrenos e o devotamento da vida aos mais pobres (tanto no sentido material quanto espiritual), passaram a constituir um conjunto de representações importantes na minha formação histórica e psíquica.

Aos poucos, a questão das missões jesuíticas entre os indígenas dos antigos Sete Povos das Missões da Banda Oriental (atual RS) tornou-se um tema da minha predileção. Obviamente, naquele contexto, meu apreço por essa temática era permeado por um imaginário religioso no qual os jesuítas, por suas virtudes, abnegação e seu árduo trabalho no âmbito espiritual, civilizacional e temporal, figuravam como modelos de vocação missionária; como edificadores de um mundo pujante em valores culturais, humanos e cristãos.

¹⁴⁸ Em Caaró, a Diocese de Santo Ângelo construiu um santuário aos missionários Roque Gonzales de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e João de Castilho que, naquele sítio, foram mortos num levante xamânico de resistência guarani (Meliá; 1997). As ruínas de São Miguel das Missões constituem um formidável sítio arquitetônico e arqueológico das missões coloniais jesuíticas entre os indígenas guarani, tombado pela UNESCO.

Graduação e (re)encontro com o tema *Missões Jesuítico-Guarani*

Após a conclusão do 2º grau, quando cursei o magistério, seguido de meio ano de estágio, na escolinha São João (onde iniciei minha vivência escolar) e de meio ano de propedêutico no seminário Pe. Adolfo Gallas (Santo Cristo, RS), prestei o vestibular para o curso de Filosofia, numa faculdade salesiana, em Santa Rosa, RS. Esse era o percurso ordinário para a formação dos futuros padres. Para rememorar o papel do curso de Filosofia em minha formação intelectual/acadêmica, permito-me o seguinte esclarecimento: os seminaristas diocesanos (meu caso) e salesianos constituíam aproximadamente 70% dos acadêmicos que realizavam o curso. Quanto aos docentes, a proporção era praticamente a mesma: aproximadamente 70% eram padres (diocesanos ou salesianos).

Essa configuração, somada ao fato de a Filosofia ter sido o único curso oferecido no turno matutino, na cidade de Santa Rosa (distante 25 km de Santo Cristo, onde residíamos na época) não propiciou um clima universitário no sentido de uma interação com outros cursos e com movimentos/demandas estudantis, num sentido amplo. Por outro lado, atuávamos em movimentos sociais e em ações pastorais comunitárias populares, tais como na Pastoral da Terra, da Juventude, nas Comunidades Eclesiais de Base e em movimentos sindicais dos/as agricultores/as que, na década de oitenta, lutavam por direitos constitucionais. Tais ações tinham um caráter similar àquilo que no âmbito acadêmico se entende por extensão. Quanto à pesquisa – entendida como produção de conhecimento, escrita e apresentação dos resultados em eventos acadêmicos – arrisco dizer que constituiu a principal lacuna da modalidade em que o curso era oferecido.

Havia, em todas essas atividades, pouca formalidade acadêmica e muito ativismo em torno de pautas sociais. A base teórica das referidas práticas pastorais e sociais provinha, naturalmente, do próprio curso de graduação que tinha um pé na Filosofia da Libertação, com ênfase em Enrique Dussel, e outro na epistemologia marxista. Em termos de eventos acadêmicos, as opções de participação eram restritas às semanas filosóficas que o próprio curso organizava. Nestas ocasiões, vinham professores de universidades federais do RS (UFSM e UFRGS), especialistas em determinado tema ou corrente filosófica, para proferir palestras. Não havia, nestes eventos, apresentações de trabalhos, resultados de projetos de pesquisa.

Neste cenário de escassez de vivências acadêmicas, um evento que ocorreu bianualmente de 1975 a 1995, merece destaque. Tratava-se do Simpósio Nacional de Estudos

Missioneiros que surgiu em plena ditadura militar, sob a coordenação do professor Eliezer Pacheco, e que teve o apoio dos padres salesianos (da Faculdade Dom Bosco, de Santa Rosa), dos jesuítas (da Unisinos, de São Leopoldo) da diocese de Santo Ângelo e dos seminaristas de Santo Cristo, entre eles o jovem Erneldo Schallenberger que, a partir de 1977, se tornaria professor e coordenador desse evento. O simpósio propunha discutir problemas que afetavam os povos indígenas Brasil afora e avaliar a atuação indigenista e missionária, sobretudo do recém-criado CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Todavia, para não serem importunados pelo regime policaiesco que considerava a temática indígena uma questão de segurança nacional e, como tal, de competência das forças armadas e da Polícia Federal, os organizadores definiram *pro forma* que o foco do evento seriam as históricas Missões Jesuítico-Guarani no Paraguai colonial.

Desde então, ao longo de duas décadas, o Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros tornou-se um marco no calendário acadêmico, cultural e educacional das instituições de ensino na região noroeste do RS. A partir da 2ª edição do evento, já sob a coordenação do Prof. Erneldo Schallenberger, o evento tornou-se referência nacional para historiadores, antropólogos, linguistas, arqueólogos, educadores e missionários ocupados com questões atinentes aos povos indígenas. Se, nos primeiros eventos, as Missões Jesuíticas do Antigo Paraguai foram um tema fachada, nas edições seguintes tornaram-se o eixo temático central. Os anais de cada evento, que publicavam comunicações e conferências, valem como um quadro das ações indigenistas missionárias daquelas décadas e também como uma suma dos trabalhos historiográficos sobre as missões jesuíticas. Nomes memoráveis deste amplo campo temático, como Egon Schaden, Ignacio Schmitz, Bartomeu Meliá, Arno Kern, José P. Brochado, José Carlos Sebe Bom Meihy, Ernesto Maeder marcavam presença mais ou menos constante nos simpósios.

Obviamente, por fatores cronológicos, dos primeiros simpósios não tive qualquer notícia. Porém, em 1979 e 1981, meu irmão mais velho, acadêmico do curso de licenciatura em Estudos Sociais, participou e comentou, no âmbito familiar, a ocorrência desse evento. Em 1987, antes mesmo de ingressar na graduação em Filosofia, participei ouvindo algumas palestras (sem entender muita coisa). Em 1989, trabalhei, como voluntário, na venda dos livros que os conferencistas traziam e que eram lançados naquela ocasião. Foi nesse contexto que conheci o Pe. Bartomeu Melià, um sujeito que estava no Brasil, exilado da ditadura Stroessner e que, no âmbito do simpósio, era uma sumidade. Para ele, vendi dois títulos que estavam sendo lançados no evento e que, entre os guaraniólogos, se tornaram clássicos: *O Guarani: uma bibliografia etnológica* e *El guarani conquistado y reducido*. Foi também na edição de 1989 que conheci o então

recém-mestre Júlio Quevedo, que me autografou um dos seus livros sobre a história do Rio Grande do Sul.

Hoje, pensando retroativamente, aqueles eventos foram meu primeiro contato com pesquisas no campo da História. Nesse sentido, os simpósios foram um marco para a minha formação, ainda que naquele momento eu não percebesse isso plenamente. Numa conversa informal com um dos conferencistas, no intervalo entre duas conferências, expus meu senso comum, toscamente marxista, de que os povos indígenas inevitavelmente e, em breve, sucumbiriam ao avanço da sociedade capitalista. Nunca esqueço que o referido pesquisador perguntou se eu era seminarista e, ao confirmar, ele me advertiu, em tom austero, que eu deveria me atualizar em relação ao entendimento da CNBB, isto é, do CIMI, a este respeito.

Em suma, as experiências que vivenciei nos simpósios de Santa Rosa me levaram a perceber, pouco a pouco, que, minhas referências teóricas para discutir questões indígenas e missões jesuítico-guarani eram inconsistentes e eurocêtricas. Consequentemente, meu imaginário, no qual os jesuítas figuravam como heróis civilizadores, virtuosos, talentosos e bondosos missionários católicos, capazes de erigir uma cidade barroca em meio a indígenas hostis, tinha fortes marcas do proselitismo vocacional e historiográfico jesuítico. Nas décadas de 1970 e 1980, no âmbito acadêmico, abordagens com esse viés ainda ecoavam (sobretudo em trabalhos historiográficos de jesuítas da “velha guarda”, à moda Arthur Rabuske) muito embora, na produção historiográfica de vanguarda, já estivessem datadas. Todavia, no senso comum e em discursos religiosos esse imaginário subsiste até hoje.

Se, por um lado, o curso de Filosofia não me conduziu diretamente ao campo da História Indígena, por outro lado, ensejou aproximações temáticas, como os simpósios de estudos missioneiros, e proporcionou referenciais teóricos básicos para propor uma abordagem das missões jesuíticas entre povos indígenas a partir de um quadro conceitual situado entre a Filosofia e a História: Renascimento, Reforma e Contra-Reforma, Iluminismo (Ilustração), Eurocentrismo e Alteridade (E. Levinas, H. Dussel). Certamente, ter sido aluno do Prof. Ernelo Schallenberger e ter participado (como ouvinte) dos simpósios de estudos missioneiros pesou favoravelmente ao meu ingresso no mestrado da UNISINOS.

Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado)

Ao concluir o curso de Filosofia, em 1990, trabalhei os dois anos seguintes como professor em escolas confessionais e no próprio Seminário São José, por onde eu havia passado durante o 2º grau. Nesse período, adquiri os anais dos simpósios dos biênios anteriores que,

somados a outra obra que considero um marco na historiografia missioneira, *Missões: uma utopia política*, de Arno A. Kern (1982), servira de base para a elaboração uma proposta de pesquisa para ingressar no mestrado em História da Unisinos (São Leopoldo, RS).

Embora eu tivesse, no curso de Filosofia, certa carga de disciplinas de História (do Brasil I e II, Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) ministradas por professores mestres (Valdir Gregory e Erneldo Schallenger), não tivemos qualquer introdução à pesquisa em História. Sendo assim, meu projeto apenas atestava certa familiaridade com a historiografia missioneira, mas era frágil em termos de delimitação espaço-tempo e de problematização de um tema a partir de uma epistemologia do campo da História. Ainda assim, fui aceito no mestrado em História da Unisinos e, em abril de 1993, fui contemplado com uma bolsa Capes. A obtenção de uma bolsa de mestrado (que eu sequer sabia que existia) representou, para mim, algo inimaginável e intraduzível, pois, em meio a tanta carência (minha e do Brasil da era Color), a própria existência de programas de subsídios de pesquisas (CAPES e CNPq) me parecia algo duvidoso. Por tudo isso, para mim, o mestrado em História marcou uma ruptura com o mundo seminarístico e o ingresso efetivo no mundo acadêmico num sentido amplo.

Os desafios que se me apresentaram eram diversos. Primeiro, a familiarização com leituras de teoria e metodologia que poucas vezes dialogavam com meus estritos quadros teóricos. Ou seja, era urgente ampliar meu horizonte epistemológico, situar-me no campo da História e dialogar com áreas afins. Simultaneamente, tive que redefinir meu projeto que inicialmente propunha analisar o discurso dos filósofos iluministas referente ao (anti)jesuitismo, à expulsão dos jesuítas e às missões e seu declínio. Ao tentar avançar nesse recorte, percebi que Quevedo (1991) já havia estudado essa questão e que dificilmente eu conseguiria formular algo original no breve decurso do mestrado. Por outro lado, o mesmo autor abordou, sumariamente, o processo de migração de parte da população guarani dos Sete Povos da Banda Oriental (domínios de Castella) para o Rio Grande de São Pedro, na segunda metade do século XVIII. Logo percebi, pelas fontes que eu vinha obtendo, que esse tema permitia desdobramentos temáticos abrangentes que haveriam de convergir para elucidar um fato/fenômeno específico: a migração dos guarani, das missões de Castella, para territórios portugueses (hoje Gravataí, Viamão e Rio Grande - RS).

Em relação ao PPGH, da Unisinos, penso que devo expressar minha memória formativa/afetiva. Quero expor meu profundo reconhecimento, tanto pela excelência acadêmica quanto pela generosidade do quadro docente, das coordenações e do quadro técnico administrativo. Devo a esse programa os fundamentos da minha formação no campo da

História Indígena. Dentre as disciplinas que cursei destaco: 1) *História dos Povos Indígenas*, oferecida pelo Pe. Ignacio Schmitz, que nos apresentou aqueles que hoje reconhecemos como os fundadores da História Indígena (León Portilla, Charles Gibson, Silvio Zavalla e outros); e 2) História das Missões Jesuíticas entre os Guarani, inicialmente, ministrada pelas professoras Eliane C. D. Fleck e Maria Cristina Bohn Martins e, na sequência, pelo professor Pe. Bartomeu Melià. A partir dessa disciplina, o conjunto da obra de Melià se tornou, para mim, paradigma de pesquisa científica de excelência articulada a uma atuação política em prol dos povos indígenas. A obra de Melià me possibilitou conectar, com propriedade, experiências históricas pretéritas a dilemas do presente e expectativas de futuro, nos termos propostos por Koselleck (2006).

No mestrado na Unisinos, encontrei amparo e estímulo em todas as instâncias relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa: usufruí dos recursos (bibliotecas [central e setoriais], laboratórios e do próprio Instituto Anchietano de Pesquisas [IAP]) de uma instituição tradicional na formação de quadros intelectuais; pesquisei em arquivos de Porto Alegre (Arquivo Histórico, AHRS; Arquivo Público APERS); participei de eventos acadêmicos de abrangência regional, nacional e internacional (minha primeira comunicação foi num evento em Montevideu-Uruguai); finalmente, com os proventos da bolsa, adquiri bibliografias e recursos para ingressar na era digital ao comprar, em junho de 1993, um computador (Intel 286) e uma impressora (Epson matricial, 24 agulhas). Por tudo isto, destaco, mais uma vez, que o mestrado na Unisinos foi um marco na formação acadêmica e na expansão da visão/inserção no mundo para mim, que havia saído do “interiorzão” do RS.

Em relação à produção acadêmica, devo prestar meu reconhecimento e profunda gratidão à professora Ieda Gutfreind que, no processo de orientação, ao se deparar com a precariedade textual do orientando, acompanhou frase por frase, parágrafo por parágrafo, capítulo por capítulo, a estruturação, a coesão e a coerência; isto é, a tessitura do texto. Também sou grato ao então colega de mestrado, poeta e escritor, João Cláudio Arend, que participou da revisão, releitura e reescrita da minha dissertação e que, nesse processo, repassou para mim parte de sua criticidade para com a escrita.

Em termos de produção acadêmica, desde 1994, passei a participar de eventos acadêmicos nos quais apresentava, inicialmente, o projeto e, após a defesa, algum tópico ou capítulo da dissertação. Em Montevideu, apresentei minha primeira comunicação nas *V Jornadas Internacionales de las Misiones Jesuíticas*. Esse evento surgiu como um desdobramento dos simpósios de Santa Rosa e continua sendo promovido até hoje. No ano seguinte, apresentei uma síntese da minha dissertação na décima primeira (e última) edição do *Simpósio Nacional de Estudos*

Missioneiros de Santa Rosa. Por tradição, esses eventos publicavam todas as comunicações tal como as conferências em anais. Esses foram os meus primeiros trabalhos acadêmicos publicados.

Em meados de 1995, defendi a dissertação que intitulei: *A Aldeia Nossa Senhora dos Anjos: a resistência do guarani-missioneiro ao processo de dominação do sistema luso (1762-1798)*. O título buscou adensar informações e conceitos relativos ao estabelecimento (Aldeia Nossa Senhora dos Anjos) criado pelos portugueses para submeter os guarani-missioneiros, egressos dos Sete Povos, a um novo projeto pedagógico e civilizatório, de caráter laico, aportunuesante, reformista, e antijesuítico, conhecido como *Directório Pombalino*.

Partia eu do pressuposto de que o projeto civilizatório/cristão/jesuítico havia sido exitoso no sentido de proporcionar certa estabilidade, autossuficiência, desenvolvimento socioeconômico e cultural aos Guarani missionados. Estes, por sua vez, em diversos momentos (contra os bandeirantes, contra os exércitos ibéricos coligados, contra outros povos indígenas), partiram para a luta armada em defesa dos valores e do modo de vida jesuítico-guarani. Hoje percebo que este pressuposto ainda repousava sobre um imaginário simpático à obra jesuítica; ou seja, penso que, embora as imagens mentais constituídas na família, na comunidade escolar e no seminário tenham recebido um tratamento acadêmico, as silhuetas do jesuíta enquanto arquétipo missionário, artífice civilizador e defensor dos indígenas, deixou as suas marcas na minha dissertação.

Minha hipótese era que o projeto pedagógico civilizatório pombalino aplicado na aldeia N. S. dos Anjos (atual Gravataí - RS) havia fracassado tanto pela resistência dos guarani-missioneiros às modalidades de trabalho compulsório instituídas para beneficiar os colonos e a Fazenda Real, quanto pela política de aportunuesamento que afrontava a língua, os costumes e o universo simbólico sociorreligioso daquela população. Em síntese, as diretrizes do diretório pombalino eram opostas e adversas ao modo de ser guarani missioneiro. As fontes, que aos poucos eu ia obtendo, convergiam para confirmar essa hipótese. As leituras sobre o despotismo esclarecido e seu arraigado antijesuitismo, embasaram a minha análise da documentação pombalina, sobretudo do próprio diretório. As leituras de etnologia e de história colonial guarani, que fundamentaram minha avaliação da empatia dos indígenas face às missões jesuíticas, me permitiam antever que haveria um sistemático rechaço e sabotagem ao diretório pombalino, por parte dos guarani missionados pelos jesuítas.

Hoje penso que minhas premissas e minha hipótese são discutíveis e relativizáveis. Por outro lado, considerando o exíguo prazo, face minhas fragilidades iniciais, graças à orientação

da Prof^a Ieda Gutfreind, sinto que cumpri plenamente (sem prorrogação) as expectativas e os requisitos técnicos e acadêmicos de um trabalho de mestrado.

Bolsa recém-mestre e docência em escolas confessionais

Após a defesa, fui contemplado com uma bolsa recém-mestre, pela FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul) com a qual, no decorrer de julho de 1995 a junho de 1996, pude pesquisar em diversos arquivos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Ao longo de um ano, trabalhei intensamente no AHRS (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul), no AHCMPPOA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre), no APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul), no Arquivo da Cúria Diocesana de Cachoeira do Sul, na BNRJ (Biblioteca Nacional do RJ) e no Arquivo da Cúria Metropolitana do RJ. Em todas estas instituições, obtive copiosas fontes eclesíásticas (livros de batismo e casamentos), administrativas, jurídicas e outras relacionadas à política pombalina de integração dos indígenas das missões jesuítico-guarani à sociedade luso-brasileira e às engrenagens coloniais lusitanas. A pesquisa nestas instituições além de proporcionar ricas experiências no campo da paleografia e da arquivística foi de suma importância para o entendimento da maquinaria burocrática colonial portuguesa.

Em relação à pesquisa nos arquivos, vale destacar que, no dia a dia desse afazer, estabeleci contato com um sem número de profissionais que atuam direta ou indiretamente nesses lugares de memória. Nesse contexto, conheci o frade capuchinho Rovílio Costa, que, além do ministério religioso, construiu uma carreira acadêmica pela qual foi diversas vezes homenageado como escritor, historiador e editor de obras relacionadas à imigração e à constituição etno-cultural do Rio Grande do Sul¹⁴⁹. Quando lhe falei do tema da minha dissertação, Rovílio manifestou interesse em publicá-la pela EST, Editora que ele mesmo havia fundado na década de 1970. Assim, surgiu, dois anos após a defesa da dissertação, meu primeiro livro publicado.

No interregno entre o mestrado (julho de 1995) e o ingresso no doutorado (fevereiro de 1998), conciliei a bolsa de recém-mestre com docência em escolas confessionais em cidades da região metropolitana do RS e, depois, em Guarapuava, PR. Também aproveitei esse intervalo para preparar o projeto de doutorado, conhecer outros programas de pós-graduação (já que a

¹⁴⁹ No link a seguir há informações sobre a obra acadêmica e o modo de viver de Rovílio: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rov%C3%ADlio_Costa#Principais_obras.

UNISINOS ainda não dispunha de bolsas de doutorado) e dialogar com professores que poderiam vir a ser possíveis orientadores.

No doutorado, mantive o foco nos Guarani egressos das missões castelhanas que, após a Guerra Guaranítica, se dispersaram por diversas localidades e se tornaram alvo da política integracionista portuguesa. Quanto ao objeto, que no mestrado havia sido a Aldeia Nossa Senhora dos Anjos, o doutorado propunha abarcar um total de cinco “aldeamentos”, estabelecimentos ou localidades onde havia um expressivo contingente guarani-missioneiro. Esse novo recorte foi necessário, na medida em que as fontes recentemente obtidas indicavam que o processo migratório fora mais intenso, demograficamente, e extenso, geograficamente.

Para a abordagem teórico-interpretativa das fontes no doutorado, intensifiquei o diálogo com a antropologia, com ênfase nas teorias da etnicidade (Fredrik Barth, Roberto Cardoso de Oliveira) e da reciprocidade (Mauss, Temple). Nos anos 90 surge, na historiografia brasileira, uma corrente que se tornou conhecida como a “Nova História Indígena”¹⁵⁰. Minhas leituras dos autores mais representativos dessa corrente, Manuela C. da Cunha e John Monteiro, ocorreram após o mestrado, durante a elaboração do projeto de doutorado. Digo isso para assinalar que, entre um e outro curso, ampliei o escopo temático/documental e o horizonte epistemológico para reanalisar um fenômeno socioantropológico complexo e multidimensional que, mesmo após a defesa da dissertação, continuava me intrigando.

Pós-graduação *stricto sensu* (doutorado)

Ao final de 1997, apresentei o projeto no processo seletivo do PPGH da UNESP/Assis. Após ser aprovado, meu orientador, o professor Ivan Esperança Rocha, sugeriu que imediatamente eu encaminhasse uma solicitação de bolsa de doutorado à FAPESP. Em abril de 1998, a bolsa foi concedida e comemorada. Lembro que, naquele tempo, a FAPESP oferecia o estipêndio mais generoso e, por isso, o mais cobiçado pelos pós-graduandos. Além da bolsa propriamente dita, a FAPESP subsidiava a aquisição de equipamentos e livros relacionados ao tema, mediante um fundo denominado “Reserva Técnica”. Além do mais, a instituição concedia

¹⁵⁰ A “Nova História Indígena” foi assim denominada em referência a um movimento historiográfico norte-americano que, por volta da década de 1970, redirecionou seu foco de interesse dos colonizadores para os colonizados. Suas principais marcas são o diálogo temático e metodológico entre a História e a Antropologia (Arqueologia, Linguística e Etnologia), visando o estudo de temas relacionados ao reconhecimento de direitos culturais, históricos e territoriais dos grupos indígenas. León Portilla, Charles Gibson e Silvio Zavala constituem expoentes daquele movimento originário (Monteiro, 2001, p. 3-4). John M. Monteiro, cuja formação de historiador transcorreu nos EUA, trouxe essas referências para seu exercício acadêmico na UNICAMP. Pela amplitude de atividades e pelo impacto da produção acadêmica, pode-se afirmar que John M. Monteiro e Manuela Carneiro da Cunha constituíram, entre as décadas de 1980-90, as bases da História Indígena nas universidades brasileiras.

50% de aumento caso parte da pesquisa fosse executada no exterior, no formato “Bolsa Sanduíche”. Aproveitei todos esses recursos para a conveniência da pesquisa. Passei dois meses em Portugal, pesquisando no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Nacional de Portugal, no Palácio da Ajuda. Em todos esses acervos, havia fontes primárias, às vezes exíguas, outras vezes copiosas, relacionadas à temática da minha pesquisa. É importante ressaltar que as pesquisas em Portugal foram valorosas tanto pela documentação que garimpei quanto pelo conhecimento que adquiri acerca dos monumentais acervos, das instituições, e da política arquivística portuguesa.

Aproveitei a minha passagem por Portugal para conhecer sítios históricos, as universidades de Lisboa, Nova de Lisboa, do Porto, e para contatar pesquisadores que tinham familiaridade com meu tema, entre os quais destaco: Ângela Domingues (que naquele ano havia publicado sua tese “*Quando os índios eram vassalos...*” sobre a colonização portuguesa e as relações de poder [ordens religiosas e Estado pombalino] no Norte do Brasil) e com Eugénio dos Santos (especialista em História Moderna de Portugal e do Brasil), estudioso de sujeitos históricos centrais da política pombalina, tais como Gomes Freire de Andrade, Francisco Xavier Mendonça Furtado e José Marcelino de Figueiredo. Aproveitei ainda para adquirir diversos números da Revista Oceanos e livros, na quantidade que a cota da bagagem da empresa aérea permitia.

Vale registrar que, ao longo dos anos em que estive cursando o doutorado, participei de eventos acadêmicos da área de História, apresentando versões preliminares de capítulos da tese na UNESP de Franca, na UEM, na UFRGS e na própria UNESP/Assis. Atuei também como membro do conselho editorial e, num segundo momento, como coordenador da Revista Pós-História; uma revista criada e dirigida pelos discentes com o apoio dos docentes do PPGH Unesp/Assis. Essa revista teve uma década de duração; depois de 2003, não teve mais continuidade.

Logo que ingressei no doutorado, escrevi meu primeiro artigo a ser publicado numa revista acadêmica: *Revista História da Educação* que atualmente tem Qualis Capes A1. Naquele momento, porém, apenas havia o entendimento de que os pós-graduandos deveriam publicar também em periódicos; não se falava em Qualis, pois o sistema de avaliação de periódicos da Capes ainda não havia sido constituído. O artigo versava sobre o sistema escolar instituído na Aldeia dos Anjos, sob o governo de José Marcelino de Figueiredo.

Também durante o doutorado estreei na docência no ensino superior, na URI, (Universidade Regional Integrada), Campus de Frederico Westphalen/RS, num curso de

Licenciatura em História em regime especial de férias. De 1999 até 2001, a cada ciclo janeiro/fevereiro e junho/julho, ao longo de uma ou duas semanas intensivas, eu trabalhava a disciplina de História da América. O curso era voltado a professoras/es concursados que atuavam no ensino infantil e fundamental (em municípios dos arredores de Frederico), que não possuíam o ensino superior e que receberam um prazo para realizá-lo sob pena de não poderem mais atuar na docência. Guardo vivo na memória as duras condições sociais de algumas alunas que vinham de uma distância considerável (80 a 100 km) e que, antes da aula, no turno matutino, cumpriam afazeres de uma pequena economia agrícola familiar. Para chegarem a tempo, mesmo nos invernos mais rigorosos, com temperaturas negativas, levantavam às quatro horas da manhã para tratar e ordenhar algumas vaquinhas e, em seguida, se arrumavam para pegar a estrada rumo à universidade. Algumas vinham de carona com o próprio leiteiro (freteiro que recolhe o leite dos/as produtoras/es). Lembro que fiquei sensibilizado por visualizar, na lide dessas mulheres (minhas alunas), a dureza de um passado que me era bem familiar. Percebi, desde então, até hoje, que sou emocionalmente frágil, sobretudo para aplicar processos avaliativos assertivos a estudantes em semelhantes condições sociais.

Defendi a tese¹⁵¹ antes do prazo, dezembro de 2001, deixando de usufruir seis meses de bolsa para estar disponível ao mercado de trabalho no início do ano letivo de 2002. Ainda em relação ao doutorado, devo destacar que, nas bancas de qualificação e de defesa, que constituem dois momentos avaliativos cruciais, pude contar com a competência de especialistas no tema (Julio R. Q. dos Santos) e na epistemologia da História Indígena (John Monteiro). Até hoje, falo com sentimento de honra por ter tido esses membros na minha banca de defesa. Para finalizar o tópico sobre o doutorado, gostaria de destacar a postura serena do orientador Ivan E. Rocha, que acompanhou e impulsionou todas as empreitadas descritas acima: na solicitação da bolsa, na pesquisa no exterior, no pensar a estrutura temática, epistemológica e argumentativa, e na leitura e revisão da tese. O Prof. Ivan foi decisivo! Por sua presença nesse trabalho, vai meu profundo agradecimento.

Concursos e trabalhos

Na condição de recém-doutor, o passo seguinte seria a minha inserção no mercado de trabalho acadêmico. Antes da defesa, um amigo havia me indicado à coordenação de um curso de História na UNIPAR (Campus de Cascavel). Como era uma universidade particular, não

¹⁵¹ A tese de doutorado foi publicada pela Martins Livreiro, uma editora com vasta publicação de no campo de História e Literatura sul-rio-grandense.

houve o que nas instituições públicas conhecemos como concurso público: apenas uma indicação, um currículo e uma entrevista. Em 2002, havia, nesta instituição, três entradas para a graduação em História (duas turmas no matutino, e uma no noturno). Em cada turma ingressavam aproximadamente 60 alunos/as; ou seja, naquele ano ingressaram, aproximadamente, 180 alunos no primeiro ano de História.

Para atender a essa demanda, e a outros cursos da grande área das humanas, os professores trabalhavam mais de 30 horas semanais em sala de aula, já que eram remunerados apenas pelos encargos na docência. Na Unipar, alguns dos alunos/as eram profissionais do setor bancário e, pelos relatos deles, fiquei a par da agressiva reestruturação produtivista implantada nos bancos. Diante de uma insuportável pressão para o cumprimento de metas, muitos/as alunos/as bancários viam no curso de Licenciatura em História a possibilidade de mudarem de carreira. De acordo com as narrativas deles/as, o assédio dos banqueiros aos bancários era tamanho que, para muitos, a busca por outra atividade profissional havia se tornado uma questão de saúde psíquica.

Em meados de 2002, fiz concurso na Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) para professor de Metodologia e Pesquisa Científica, no Campus de Francisco Beltrão. Ao ser aprovado, reduzi minha carga horária na UNIPAR para assumir o concurso e atuar na Pedagogia. Inicialmente, tive certa dificuldade para me inserir nos debates epistemológicos inerentes ao curso e nos projetos de pesquisa e extensão das/os colegas pedagogos. Logo, porém, percebi que, para ter interlocução e parceria, minha temática deveria contemplar a formação histórica do sudoeste do Paraná, numa perspectiva étnica.

Atuação na UNIOESTE/Francisco Beltrão

Inspirado na tese de José Otávio Catafesto de Souza (1998) passei a pesquisar o imaginário eurocêntrico e os processos de encobrimento e/ou invisibilização de alteridades indígenas e caboclas. Com o projeto *A questão indígena no imaginário e nas práticas pedagógicas no sudoeste paranaense* afastei-me, pela primeira vez, do meu tema clássico (Missões Jesuíticas e Projeto Pombalino de Civilização dos Indígenas) sem, no entanto, abandonar a perspectiva teórica. Em parceria com a Prof^a Sônia Marques, organizamos um evento relacionado à diversidade étnica nas escolas: *I Seminário de Estudos Etno-Culturais*. Sem menosprezar a presença de eurodescendentes, sobretudo de alemães e italianos, que nos discursos comemorativos sempre são apresentados como pioneiros da ocupação do sudoeste do Paraná, os trabalhos apresentados pautavam o eurocentrismo, o menosprezo e a denegação dos grupos nativos

(indígenas, caboclos e quilombolas) como sujeitos protagonistas da História daquela região. Observamos esse imaginário em diversos âmbitos: nas escolas (em textos e imagens didáticas), nas instituições de poder local (prefeitura, câmara, monumentos públicos, dentre outros).

Paralelamente a esse debate, por meio do projeto *Frentes de Colonização Euro-Brasileiras e Manifestações da Indianidade no Sudoeste Paranaense*, busquei dados empíricos sobre a presença indígena na região, entrevistando Glauco Olinger, primeiro diretor da CANGO (Colônia Agrícola General Osório), antigos moradores de localidades interioranas de Francisco Beltrão (Jacutinga, Seção Jacaré) e municípios vizinhos (Pinhal de São Bento) e estimei as próprias alunas do curso de Pedagogia a entrevistarem seus pais e avós. Junto a colonos eurodescendentes, obtive relatos minuciosos sobre frequentes deslocamentos de grupos guarani e suas maneiras de interagir com os colonos, nas décadas de 1950 e 1960. Obtive ainda uma fotografia na qual um grupo de indígenas é recebido pelo diretor da CANGO, Glauco Olinger.

Para as alunas da Pedagogia propus uma atividade de pesquisa genealógica familiar para tematizar a nacionalidade/etnicidade (Oliveira, 2005) e as migrações dos antepassados da família. Chamou a minha atenção o elevado número de alunos(as) que, em suas entrevistas com seus pais e avós, descobriam que tinham um antepassado indígena. De aproximadamente 320 alunos(as) daquele curso, 56 afirmavam ter algum avô(ó) indígena. As falas a seguir ilustram o resultado do trabalho:

- 1) “Ela foi pega a ‘laço’, foi roubada para se casar; após se casar aprendeu o português [...]”;
- 2) “Segundo minha mãe, meu bisavô pegou ela [sic] a laço no mato e trouxe para casa, essa [sic] faleceu cedo não conheceu os netos [...]”;
- 3) “[...] entrevistei a minha mãe, segundo ela [sic] minha bisavó foi pega a cachorro no mato”;
- 4) “A minha bisavó era bugre e foi pega no mato a cachorro”;
- 5) “Meu pai falou que minha avó foi achada no mato pelo meu avô”;
- 6) “Segundo ele (pai da entrevistada), estes (os avós da entrevistada) foram ‘pegados [sic] a cachorro’” (Langer, 2007, p. 78).

Ao cruzar essas informações com a obra de Silvio Coelho dos Santos (1978) sobre o *modus operandi* dos bugreiros – tropas de civis que se especializaram na guerra de desinfestação do índio das terras ambicionadas por colonos alemães e italianos e seus descendentes – foi possível propor reflexões e suscitar desconfortos no curso ao evidenciar que a violência (sexual, “racial”, simbólica, física, psíquica) permeia a formação das famílias e da sociedade (regional e

nacional). Um dos modos de velamento aplicado a essas formas de violência é reduzi-la a um clichê; ditos simplistas que banalizam e descontextualizam conteúdos incômodos para a memória familiar social: “Ela foi pega a laço”; “pega a cachorro no mato”.

Com esses projetos, consegui me inserir, construir meu espaço e dialogar com o conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de Pedagogia. Os resultados das pesquisas destes projetos sobre o sudoeste do Paraná foram publicados, primeiramente como esboços em eventos do curso e, posteriormente, em revistas acadêmicas bem ranqueadas (Diálogos UEM, Tellus, UCDB) e em dois capítulos de um livro sobre o sudoeste do Paraná (Langer, Marques, Marschner, 2010). Essa produção tem sido amplamente referenciada em diversos trabalhos acadêmicos sobre aquela região paranaense (Mondardo, 2009; Flavio, 2011)¹⁵². Temas como o etnocentrismo, a invisibilização de alteridades subalternizadas (indígenas e caboclos), o imaginário colonial/colonizador no discurso escolar, nos monumentos, nas instituições públicas e da comunidade regional praticamente inexistiam na agenda acadêmica no sudoeste do Paraná, no começo do século XXI. Penso que as três orientações PIBIC, os eventos que promovemos e a produção acadêmica publicada em diversos formatos contribuíram para tornar esse campo temático mais familiar na agenda de atuação acadêmica da Unioeste-Francisco Beltrão.

Por fatores pessoais e de formação acadêmica, em junho de 2006, prestei concurso para a UFGD para a área de História da América pré-colonial e colonial.

UFGD – 2006-2022

Ao ser aprovado e chamado para assumir a vaga, em agosto de 2006, me deparei com uma enorme demanda por afazeres em diversas frentes (comissões relativas à implantação de novos cursos e instâncias administrativas, onde, até então, eu não havia atuado) para suprir as lacunas que vários colegas haviam deixado ao assumirem a reitoria da recém-criada universidade.

Em relação à criação de novos cursos, gostaria de destacar que participei na fase de planejamento e implantação do curso de Licenciatura Indígena Teko Arandu. Entre 2008 e 2011, atuei nesse curso com a disciplina de História da América, no regime de alternância, em

¹⁵² Não fiz um levantamento exaustivo das referências aos meus trabalhos. Penso que uma passagem citada por Luiz Carlos Flávio sintetiza bem minha abordagem sobre esses temas: “A história da colonização euro-brasileira está onipresente nas escolas, nas praças, nos nomes das ruas, nas comemorações que celebram a fundação dos municípios e, além do mais, é objeto de pesquisa nas universidades. Já as sociedades indígenas desapareceram da outrora Gleba Missões 39 sem uma reflexão sobre os impasses e rumos que os índios tomaram diante das políticas de colonização intensiva que, em pouco tempo, asfixiaram territorialmente esses grupos” (Flávio, *apud* LANGER, 2009).

que uma temporada intensiva coincidia com o período de recesso dos demais cursos. Essa foi uma experiência no sentido enunciado por Larrosa, (1996): “Experiência seria aquilo que *nos* passa. Não o que passa, senão o que *nos* passa”. Deparei-me com estudantes, profundos conhecedores do mundo indígena Guarani/Kaiowá (da língua, da religiosidade, da territorialidade e das violências físicas e simbólicas relacionadas ao esbulho das terras originárias) que, todavia, tinham dificuldades de leitura, escrita e argumentação na língua portuguesa. Ao ouvir dos/as alunos/as experiências de escolaridade, alfabetização, letramento e bilinguismo, lembro que me emocionei, pois tais relatos me remetiam às minhas próprias experiências de infância e adolescência. Ou seja, experiências que me passaram e foram essenciais para reconhecer os dilemas dos outros e perceber similitudes nos processos de substituição da língua mãe.

O concurso que prestei tinha em vista o fortalecimento da linha de pesquisa de História Indígena no PPGH; havia a expectativa, entre os novos colegas, que o reforço chegasse e assumisse tarefas urgentes: oferecer um curso, assumir orientações e propor projetos que alavancassem a produtividade do programa. Para corresponder e me integrar aos legítimos anseios dos colegas, que atuavam em diversas frentes, assumi uma orientação de mestrado, outras de iniciação científica, e elaborei uma disciplina para o PPGH. Em conjunto a todas essas atividades, também assumi a coordenação do curso de Licenciatura em História.

A disciplina que elaborei – *História das Representações dos Povos Indígenas: Imaginário Eurocêntrico e Alteridades Étnicas* – foi pensada a partir de perspectivas epistemológicas interdisciplinares (Antropologia, Filosofia, Psicologia, História e História da Arte) para elucidar as raízes antigas (arquetípicas) do imaginário ocidental/colonial sobre os povos indígenas. Organizei as leituras de modo a abranger o tema da alteridade indígena a partir de categorias de pensamento/imaginário (*selvagem, bárbaro* e seus supostos “atributos inerentes”), desde a Grécia, passando pelo Medievo, Renascimento, Iluminismo, Cientificismo do século XIX, até os dias atuais.

A disciplina teve o intuito de propiciar ferramentas teóricas/conceituais capazes de identificar e desnudar formas arquetípicas de preconceitos raciais/sociais/étnicos contra grupos indígenas, próprias do imaginário ocidental/colonial. Esta foi a maneira que encontrei para me inserir colaborativamente na Linha de História Indígena, já que outros colegas (Prof^ª Graciela Chamorro, o Prof. Jorge Eremites e o Prof. Levi M. Pereira) abordavam temáticas atinentes ao método da etno-história (um diálogo da História com a Antropologia, Etnologia, Linguística, Arqueologia, dentre outros).

O primeiro projeto de pesquisa que propus na UFGD intitulei: *Os Guarani da Cordilheira: uma etnohistória da resistência dos chiriguanos ao colonialismo hispânico (1530-1800)*. A ideia era pesquisar um tema pertinente à História da América (Pré-Colonial e Colonial) por um viés da etno-história e, dessa forma, interagir com estudos que estavam sendo desenvolvidos na UFGD por colegas do curso que focavam nos Guarani-Kaiowa. Aconteceu que, quanto mais eu estudava essa parcialidade guarani, pela literatura histórica e pelas fontes coloniais, mais me impressionava a capacidade de resistência dos Guarani Chiriguano aos imperialismos inca e espanhol. No decorrer da pesquisa, o enfoque teórico-metodológico tendeu para uma abordagem do imaginário conquistador inca e espanhol sobre esse grupo que se revelou inconquistável por mais de três séculos e, atualmente, representa a maior etnia guarani falante das Américas.

Esse projeto me possibilitou empreender duas viagens à Bolívia, visitar instituições de pesquisa em Santa Cruz de la Sierra, Sucre e La Paz. Nessas viagens, estabeleci contato com a Prof^a Isabelle Combés, articulei a vinda dela para integrar o PPGH, na linha de História Indígena, como professora visitante (2009-2013). A produção relativa a esse projeto foi publicada nas revistas *Topoi* (UFRJ), *Diálogos* (UEM) e *Fronteiras* (UFGD) e em anais de eventos. Também foi com base nesse projeto que realizei meu primeiro afastamento de pós-doutorado, na UFF sob o acompanhamento do Prof. Ronald Raminelli, da UFF (2010-2011).

Entre 2009 e 2019, trabalhei em dois projetos com cartografia histórica e representação dos povos indígenas. O primeiro projeto, intitulado *Mapoteca digital de História da América: o imaginário europeu, sobre os povos indígenas, na cartografia colonial*, consistia em formar um acervo de documentos cartográficos, disponíveis tanto em bibliotecas digitais na World Wide Web (Web) quanto em livros e revistas impressos, que expressam o imaginário europeu projetado sobre a América e as ações de conquista e colonização como que chanceladas pelo mesmo imaginário. Procurei evidenciar o quanto os mapas são fontes híbridas (meio textuais e meio imagéticas) cruciais para o estudo das narrativas eurocentradas sobre inúmeros temas (costumes indígenas, trabalho colonial, conquista espiritual e utopias coloniais, para citar apenas alguns temas.) pertinentes à História da América Colonial.

O segundo projeto intitulado *Cartografia e representação dos povos indígenas no Rio da Prata colonial* propunha, inicialmente, analisar a maneira como os povos indígenas da região platina colonial foram “mapeados” por distintas escolas cartográficas. Cotejar as imagens cartográficas com as crônicas da conquista e colonização, decifrar a linguagem gráfica e visual, os signos, as tensões e os poderes intelectuais e imaginários foram objetivos precípuos do projeto.

No decorrer da pesquisa percebi quão insistentemente historiadores jesuítas do século XX (sobretudo Guillermo Furlong SJ.), atribuíam a autoria de alguns mapas holandeses, a seus confrades do período colonial. Essa reivindicação maçante, argumentada por uma suposta “indiscutível” primazia da Companhia de Jesus em todos os campos científicos/culturais do *Rio de la Plata* (Furlong, 1933; 1936), motivou-me a buscar as fontes dos artefatos cartográficos, as técnicas e as estratégias imperialistas de mapeamento, a circulação de informações cartográficas, os mercados editoriais das potências coloniais europeias e, por fim, as disputas jesuíticas pela “paternidade” de mapas holandeses.

Os “produtos” que resultaram desse projeto foram publicados nas revistas *História Unisinos* (2015 e 2020) e *Anos 90* (2020), nos livros *A conversão dos cativos* (2009), *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais* (Chamorro; Combés, 2015), e em eventos acadêmicos de História. Na esteira deste projeto, obtive o meu segundo afastamento para a realização de pós-doutorado, que realizei na Universidade Pompeu Fabra, de Barcelona, com o acompanhamento do Prof. Alexandre Coello de la Rosa.

Projetos e afazeres museográficos no LEPHI: Povos Indígenas do MS

Desde 2015, venho atuando numa frente de projetos que articulam ensino, pesquisa e extensão no intuito de conferir visibilidade, protagonismo e reconhecimento aos povos indígenas de MS, perante a sociedade não indígena. Naquele ano, no âmbito do LEPHI (Laboratório de Ensino e Pesquisa de História Indígena, que criamos em 2010) eu e minha colega Graciela Chamorro fizemos¹⁵³ a primeira exposição de artefatos etnográficos dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, no saguão do NEEF / UFGD. Aquela exposição foi criada a partir de duas coleções particulares (minha e da professora Graciela) que foram reunidas, organizadas por grupo étnico e dispostas em formato de exposição. Esse evento foi visitado por centenas de alunos de escolas públicas, acadêmicos, docentes e público em geral. Desde 2015, a “Exposição Culturas Indígenas de MS” é reeditada anualmente.

A repercussão foi de tal modo positiva que avaliamos que seria pertinente fortalecer a exposição mediante a ampliação do acervo e, na medida do possível, envolver nesse processo as próprias comunidades indígenas. Nesse sentido, foram empreendidos esforços para promover oficinas, ministradas por “artesãos” indígenas, aos alunos indígenas da UFGD;

¹⁵³ Para tratar da coleção de cultura material do LEPHI, das exposições e dos projetos aí desenvolvidos passarei a usar o tempo verbal na 1ª pessoa do plural para contemplar a colega Graciela Chamorro que desde o início participou e, mesmo aposentada, segue participando das ações que seguem sendo desenvolvidas.

incentivar (com ajuda de recursos materiais) oficinas nas próprias comunidades indígenas, visando obter materiais para a exposição; visitar comunidades indígenas para registrar a produção e adquirir artefatos para as exposições subsequentes. O rol de atividades acima mencionadas foi desenvolvido com o apoio de um Edital da FUNDECT, que subsidiou o projeto *Cultura Material e História dos Povos Indígenas do MS*.

A partir do projeto apoiado pela FUNDECT, com a coleção em escala crescente, outros desafios técnicos, epistemológicos, orçamentários atinentes a acervos etnográficos se apresentaram. Os desafios técnicos referentes à catalogação do acervo foram enfrentados com bolsistas de iniciação científica e de extensão que alimentaram, com informações pertinentes a cada objeto (foto, numeração, procedência, material, técnica etc.), um *site* próprio para gerenciar *repositórios* e acervos digitais museológicos. Com o *plugin Tainacan*, foi possível simultaneamente catalogar a coleção, que segue em crescendo, e construir um *site* que, é claro, precisa ser modernizado.

Em 2008 (se não me falha a memória), ocorreram debates encabeçados pela reitoria da UFGD, no sentido de se constituir um museu dos povos indígenas do MS. Naquele momento, havia possibilidades de captação de recursos para causas dessa natureza, mas, em termos de engajamento de profissionais com experiência e de apresentação de projetos exequíveis, nada prosperou. Todavia, o desejo e a consciência da pertinência de um museu dos povos indígenas no MS, no âmbito da UFGD, continuam presentes na intenção de diversos colegas, inclusive na pessoa do atual reitor *Jones Dari Goettert* que, em diversas ocasiões (sobretudo nas exposições), se manifestou nesse sentido.

Com a experiência no processo de constituição/aquisição e catalogação digital do acervo (aproximadamente quatrocentas peças), o LEPHI quer contribuir e, quem sabe, ser o germe para a emergência de um museu dos povos indígenas do MS nos próximos anos, no âmbito da UFGD. Para consolidar as práticas etnográficas, expográficas e pedagógicas iniciadas com a 1ª exposição e com o projeto de ensino/pesquisa apoiado pela FUNDECT, enveredamos por novos campos temáticos, buscamos dialogar com novas disciplinas, tais como a museologia e, nesse processo, nos deparamos com debates sobre a constituição e o desenvolvimento da epistemologia das ciências humanas, sobretudo da História e da Antropologia.

Para contextualizar a origem das exposições etnográficas, suas intrincadas relações com as ciências naturais, com as teorias evolucionistas e racistas, retomei leituras sobre o século XIX, a começar pela obra de Lillian Schwarcz (1993), e descobri estudos incrivelmente interessantes sobre a espetacularização dos povos “primitivos”. A tese de Vieira (2019) indica o quanto na

Europa, nos Estados Unidos, e no Brasil Império, o estudo antropológico de povos indígenas e/ou povos “primitivos” ocorria lado a lado com a musealização de coleções etnográficas. De acordo com a autora, a espetacularização de artefatos da cultura material desses povos atingiu níveis compulsivos alcançando os próprios corpos de indivíduos tidos por selvagens. Assim, pessoas passaram a ser capturadas e/ou aliciadas para atuarem em espetáculos públicos, tais como circos, feiras e em zoológicos humanos (VIEIRA, 2019, p. 17). Em outras palavras, a antropologia, a serviço dos imperialismos, exibia os grupos humanos e seus artefatos, para classificá-los na mais ínfima posição da hierarquia evolucionista euroimperialista.

Busquei também reflexões teóricas sobre o status epistêmico da cultura material nas Ciências Humanas e nas ações de ensino/aprendizagem de História. Parafraseando Meneses (1983), a cultura material consiste num segmento do meio físico, social e culturalmente apropriado pelo homem. Apropriação social pressupõe que o homem intervém, modela, formata componentes do meio natural, segundo propósitos e normas culturais.

Essa ação, portanto, não é aleatória, causal, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem objetos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas e o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação ou, ainda os seus arranjos espaciais (Meneses, 1983, p. 112).

Marcelo Rede chama a atenção para os desafios que a cultura material, enquanto fonte, representa para o historiador ou mesmo para o professor de História. Para o autor, os historiadores que se interessam pela cultura material devem se ocupar, por um lado, com a constituição das sociedades em questão e com o papel dos elementos materiais culturalmente apropriados; por outro, “[...] o mais importante e característico para o historiador serão as variações, as formas cambiantes de interação entre as sociedades e sua cultura material”. (Rede, 1996). A reflexão sobre o *status* epistemológico deve considerar também as seguintes questões:

Quais os potenciais e os limites da cultura material para propor e resolver problemas históricos? Quais as particularidades e forçosas adaptações metodológicas requeridas pela mobilização desse tipo de fonte? Que lugar a cultura material ocupa no espectro de fontes utilizadas e como se dá a sua articulação? Em suma, como fazer da cultura material documento e quais as implicações disso para a historiografia? (Rede, 1996).

As experiências expográficas no LEPHI me impeliram, sobretudo, para leituras dos múltiplos usos e funções pedagógicas das exposições museológicas. Também nesse âmbito, Meneses tem uma contribuição que merece ser evocada:

A fruição estética, que diz respeito à percepção sensorial (*aísthesis* em grego quer dizer percepção), é uma dessas funções e desses usos prioritários. Trata-se de algo de extrema importância, pois os sentidos são pontes que permitem ao sujeito comunicar-se com o universo. O museu dispõe de condições eficazes para aprofundar esse trânsito que pode existir entre o “eu” e o “mundo fora de mim”. [...]

Entre as funções prioritárias estão igualmente o deleite afetivo, as relações de subjetividade que se estabelecem entre os indivíduos e as coisas e que funcionam, por exemplo, como suportes da memória, marcas identitárias, e agem para definir trajetórias, para explicitar percursos, para reforçar referências, definir amarras – principalmente de espaço e de tempo, [...].

Mas também se vai ao museu em busca de informação, isto é, para levantamento de atributos empíricos de coisas, para apreensão literal de dados [...].

O museu é ainda lugar e oportunidade de devaneio, de sonho, de evasão, do imaginário, que são funções psíquicas extremamente importantes para prover equilíbrios, liberar tensões, assumir conflitos, desenvolver capacidade crítica, reforçar e alimentar energias, projetar o futuro, e assim por diante (Meneses, 2002, p. 18-19).

Por se tratar de uma representação dos povos indígenas vivos, protagonizando no panorama social/cultural do MS, busquei me inserir num debate sobre a relação que os próprios indígenas estabelecem com artefatos etnográficos, com exposições culturais, com discursos e práticas museais. Nesse sentido, quero destacar duas produções de grande relevância teórica e operacional que se ocupam diretamente com o tema museus e povos indígenas. A primeira delas foi coordenada pela museóloga Marília Xavier Cury e é composta pelos anais de um evento intitulado: “Questões indígenas e museus: ...”. Em três edições bianuais (2012, 2014, 2016), esse evento reuniu dezenas de pesquisadores (sobretudo antropólogos, historiadores e museólogos), lideranças, intelectuais e comunidades para compartilhar reflexões e experiências museais positivas concernentes aos povos indígenas.

As publicações resultantes desses eventos, em formato de anais, constituem uma referência primordial para as atividades que estamos desenvolvendo no LEPHI na medida em que problematizam as representações da indianidade e as possibilidades de intervenção dos indígenas em diversas modalidades de operações museais.

Também a coletânea organizada por João Pacheco de Oliveira e Rita de Cássia M. Santos (2019) tematiza tanto o caráter colonialista e etnocida dos Museus Nacionais de História Natural (que colecionavam para resguardar a cultura material, da “imminente” e “inevitável” extinção) quanto os Museus Indígenas que no Brasil começaram a surgirem, na década de 1980, e estão cada vez mais a serviço da defesa da etnicidade e dos direitos constitucionais dos povos cujos acervos abrigam e expõe. Em outras palavras, os artigos desta coletânea mostram uma

transitoriedade nas práticas museais: os museus tradicionais, de origem colonial, agora são desafiados a dialogar com os indígenas e suas concepções museais.

Por fim, não quero propor uma “memória do futuro”, mas apenas declarar que nos próximos anos pretendo seguir fortalecendo as ações do LEPHI que permitem combinar a pesquisa, o ensino e a extensão. Com a constituição de um acervo significativo, com as visitas às comunidades indígenas, com a promoção de oficinas e exposições, envolvendo os próprios indígenas, as redes escolares e as comunidades acadêmicas, cremos ser possível intervir e contribuir com num vasto rol de temas atinentes aos povos indígenas vivos em MS: patrimônio cultural, território e identidade étnica são macrotemas necessariamente implicados e que atravessam as ações relativas à cultura material indígena.

Em relação aos afazeres acadêmicos, daqui em diante, pretendo consolidar as ações do LEPHI e seguir nas frentes em que atuo desde 2006: graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão em torno do campo epistemológico e temático relativo à presença dos povos indígenas na História e à historicidade dos povos indígenas. Atuando nesse campo, consigo tecer críticas e perceber preconceitos de natureza racial e religiosa na trajetória da minha formação familiar, escolar e acadêmica; consigo estabelecer relações e sentidos morais e existenciais ao atuar na pesquisa, ensino e extensão com a temática indígena; consigo admirar e me orientar pelo trabalho de missionários, não de jesuítas coloniais, e tampouco evangélicos neopentecostais, e sim pela obra do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que, ao romper com o paradigma catequético colonial, assumiu como missão a defesa dos direitos e dos projetos de vida dos povos indígenas. Para o teólogo missiologista Paulo Suess (1997):

Se não mudarmos a imagem que a sociedade brasileira tem dos povos indígenas, dificilmente mudaremos o quadro da defesa de sua causa. [...] Trabalhar o imaginário e as representações negativas nas respectivas sociedades nacionais é um imperativo pedagógico.¹⁵⁴

O imaginário colonial que heroiciza o bandeirante, que não tolera alteridades religiosas e que reduz a relação humana com a terra ao slogan “*Agro é tech agro é pop agro é tudo*”, está na raiz de todas as formas de violência contra povos indígenas. Portanto, atuar na descolonização do imaginário da sociedade brasileira é a “missão” acadêmica e moral que compartilho com o CIMI e com outros “missionários” que atuam nessa perspectiva.

¹⁵⁴ Paulo Suess é um missiologista que, juntamente com outros teólogos da Teologia da Libertação, participou da ruptura epistemológica em relação às tradicionais missões católicas de caráter colonial. O CIMI surgiu na década de 1960, não para promover catequeses proselitistas e, sim, para atuar em prol dos direitos e dos projetos utópicos dos povos indígenas, sempre ameaçados e violados e pela índole colonial, patriarcal, escravocrata e eurocêntrica da sociedade brasileira.

Referências

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (org.). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora UnB, 2005. 278 p. (Coleção Américas, Coordenação Ana Maria Fernandes).
- CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais**. Dourados: UFGD, 2015.
- CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (coord.). **Questões indígenas e museus: debates e possibilidades**. ACAM Portinari - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura (SEC), 2012. (Coleção Museu Aberto).
- CURY, Marília Xavier (coord.). **Questões indígenas e museus: enfoque regional para um debate museológico**. ACAM Portinari - SEC, São Paulo - MAE/USP. São Paulo, 2014. (Coleção Museu Aberto).
- CURY, Marília Xavier (org.). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura - ACAM Portinari - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016.
- FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR**. 2011. 386 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011.
- FURLONG, G. **Los Jesuítas y la Cultura Rioplatense**. Montevideo: Urta y Curbelo, 1933.
- FURLONG, Guillermo Cardiff, S. J. **Cartografía jesuítica del Río de la Plata**. Buenos Aires: Talleres S. A. Casa JACOBO PEUSER, Ltda. 1936.
- GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940/70)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- LANGER, Protasio Paulo; MARQUES, Sônia Maria dos Santos; MARSCNER, Walter Roberto. **Sudoeste do Paraná: Diversidade étnica e ocupação territorial**. Dourados: Editora da UFGD, 2010.
- LANGER, Protasio Paulo. Conhecimento e encobrimento: O Discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no sudoeste paranaense. *In: Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 3, 2007, p. 78.
- LARROSA, Jorge. Literatura, experiência e formação. *In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em Educação*. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- LE GOFF, Jacques. Memória-História. *In: Enciclopédia Einaudi*, v. 1. Verbetes "Documento/monumento". Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.
- KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- MAFFESOLI, Michel. **O imaginário é uma realidade**. Entrevista concedida a Revista FAMECOS. Porto Alegre, n. 15, agosto, quadrimestral, 2001.
- MELLÁ, Bartomeu. **El Guaraní Conquistado y Reducido: ensayos de Etno-historia**. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos, 1986.

MELIÀ, Bartomeu. *Elogio de la lengua guaraní*, contextos para *una* educación bilingüe en *el* Paraguay. Asunción: CEPAG. 198 p., ilus. 1995.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O museu e o problema do conhecimento. *In: IV Seminário sobre Museus-casas: Pesquisa e Documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 17-48.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 15, p. 103-117, 1983.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. **“Aos Fantasmas das Brenhas”**: Etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul). Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS – UFRGS. Porto Alegre, 1999.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Os períodos das migrações**: territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR. 2009. 531 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de C. M. (org.). **De acervos coloniais aos museus indígenas**. Formas de protagonismo e de construção da ilusão museal. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019, p. 398-434.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. **Os paradoxos do imaginário**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. A construção da Romaria do Caaró. *In: XXVII Simpósio Nacional de História*. ANPUH, Natal, 2013.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **O Homem Índio Sobrevivente do Sul**. Florianópolis, Caxias do Sul, Porto Alegre: UFSC, UCS, ANAI, ESTSLB. Garatuja, 1978.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1993.

SILVEIRA, Aline Dias da. Temporalidade, Historicidade e Presença em uma Análise do Prólogo do Picatrix (séc. XIII). *História da Historiografia*. Ouro Preto, v. 9, n. 22, 2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1028>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SUESS, Paulo. Reconhecimento e protagonismo: apontamentos em defesa do projeto histórico dos outros. *In: SIDEKUM, A. (org.). História do Imaginário Religioso Indígena*. São Leopoldo: Unisinos, 1997, p. 25 – 35.

VIEIRA, Marina Cavalcante. **Figurações Primitivistas**: Trânsitos do Exótico entre Museus, Cinema e Zoológicos Humanos. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UERJ. Rio de Janeiro, 2019.

MEMORABILIA: FRAGMENTOS (RE)COLHIDOS DAS LEMBRANÇAS DE UM HISTORIADOR

Endes Fernando Leite

Manuelito – Onde seu pai nasceu, Mafalda?

*Mafalda – Ele me disse que quando era pequeno não
conheceu a televisão, nem o nylon, nem os antibióticos, nem
os transistores...*

*Mafalda – ... nem os aviões a jato, nem os satélites
artificiais, nem os foguetes teleguiados, nem as lentes de
contato.*

Mafalda – Então deve ter nascido no Mato Grosso!

Quino, via Manuelito e Mafalda

Anotações sobre uma trajetória em movimento

A título de precaução, cabe informar que a narrativa que se segue integrou, em forma de memorial acadêmico, o meu processo para progressão à condição de professor titular (Classe E), no curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados, em 2017¹⁵⁵. Limitadas alterações foram efetuadas, com a finalidade de melhorar o texto, ao mesmo tempo em que optei por não atualizar certas informações, a exemplo das orientações realizadas até aquele momento.

O objetivo deste texto seria apresentar, de forma abreviada, um histórico de minha formação acadêmica, expondo comentários que visam esclarecer o estágio atual de meus estudos e atividades no âmbito da universidade pública. Mas, ao iniciá-lo, fui desenvolvendo sensações de estranhamento a respeito de seus muitos significados, principalmente para alguém que se considera melhor habilitado a exercitar a necropsia de passados alheios, pelejando para não misturar almas estranhas à sua própria. E, no movimento para não ser totalmente paralisado pelo temor da própria sombra, foi confortante lembrar de Pierre Nora ao explicar e justificar a

¹⁵⁵ A banca de avaliação do memorial foi composta pelos colegas Cláudio Alves de Vasconcelos (UFGD), presidente; Ludmila Brandão (UFMT), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN) e Valmir Batista Corrêa (UFMS), membros/a.

importância – e o desafio feito a seus colegas – do exercício autoexegético e que resultou no *Ensaio de Ego-História*, publicado em 1987.

Considero que um texto é um cosmo, e, a partir do instante em que outros o acessam, seu autor perde a autonomia e o controle sobre esse ambiente. Mas não posso deixar de frisar que a finalidade maior desse memorial foi atender a regulamentos institucionais, demandantes dessa *peça* para que eu avançasse na carreira docente. Mas tal qual como qualquer descrente na possibilidade da objetividade e de tudo o que reivindica isenção, tomei emprestada a definição de Nora, sem que ele saiba, para anunciar a intencionalidade deste escrito:

Nem autobiografia falsamente literária, nem confissões inutilmente íntimas, nem profissão de fé abstracta, nem tentativas de psicanálise selvagem. O exercício em esclarecer a sua própria história como se se fizesse a história de um outro, em tentar aplicar a si próprio, cada um no seu estilo e com os métodos que lhe são caros, o olhar frio, englobante, explicativo que tantas vezes se aplicou sobre outros. De explicitar, como historiador, o elo entre a história que se fez e a história que vos fez (Nora, 1987, p. 11).

Ziguezagueando na minha memória e tentando manter certa fiabilidade ao campo da História, optei por procurar apresentar “acontecimentos” pertinentes ao tema desse texto, sob o jugo da processualidade do qual fazem parte e com a qual interagem. Escrevi um texto que denominam de “memorial”, inspirado na proposta de Pierre Nora, especialmente porque estou convencido de minha própria historicidade.

Em relação à forma e às formalidades atinentes ao memorial acadêmico, é importante esclarecer certos elementos incômodos. O então modelo de promoção para a condição de professor titular, contida na RESOLUÇÃO Nº 007 DE 20 DE MARÇO DE 2014, do Conselho Universitário da UFGD, expressa gritante contradição com as modificações verificadas no conceito de docente titular: tornar-se um professor titular decorria de um concurso público para o preenchimento do cargo. Agora se alcança essa posição por promoção, após ter avançado e percorrido todas as etapas precedentes da carreira. Ou seja, na situação presente, não há algo mais em disputa exceto o direito de receber a ascensão e, neste sentido, o espírito que habita a já referida resolução faz exigências pouco sensatas. No modelo atual da carreira docente é quase impossível a um profissional que se dedica fortemente a seu trabalho não alcançar a promoção final, mas a exigência pouco inteligente para que o postulante à promoção recolha e organize todas “as provas documentais” das atividades referidas no memorial apresentado à leitura de outros colegas já titulares não cumpre outro papel senão de atestar que a universidade faz um gigantesco esforço para ser mais um agente burocrático na sociedade contemporânea. Abdica-se da prática de procedimentos inteligentes em benefício de atos mecânicos e ineficazes – no

senso comum: burrocráticos! Em outros termos: se o docente que almeja a condição de professor titular só pode pleitear tal promoção após percorrer toda a carreira, algo que só ocorre mediante a comprovação de cumprimento de diversos encargos, não é aceitável que toda a sua “papelada” deva ser exibida mais uma vez.

Não vou esticar a conversa sobre um ponto que, a mim, é desagradável porque conduziu a certas discussões com colegas docentes e técnicos a respeito de posturas equivocadas sobre esse tópico – a promoção para professor titular – e as argumentações que escutei parecem revelar conformismos nem sempre de alguma utilidade. Assim, optei de forma consciente por produzir o memorial e a ele agregar exclusivamente o Currículo Lattes e fragmentos da minha produção bibliográfica (fotocópia das capas de livros, fichas catalográficas, sumários e páginas iniciais dos capítulos de minha autoria). Tal decisão se sustenta em duas razões: a) recusar o entendimento de que tudo deve ser - novamente - provado; - se pleiteio a promoção é exatamente porque adquiri condições para tal, comprovadas anteriormente em outras etapas avaliativas; e, b) acreditar que os trabalhos publicados expressam grande parte de meu trabalho no interior da universidade.

A respeito do texto propriamente, ele inicia com uma espécie de autoplágio, momento em que reproduzo parte de uma entrevista publicada na “Revista Trilhas da História”, editada pelos colegas docentes e por estudantes do Curso de História da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), campus de Três Lagoas. Na sequência indico e descrevo as etapas de minha formação acadêmica e inserção na UFMS, e depois na UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Em seguida, encontram-se algumas informações a respeito de atividades docentes e de pesquisa, associadas a considerações a respeito dos caminhos teóricos e metodológicos presentes no meu fazer docente e historiador. Encerro com a listagem dos trabalhos publicados (artigos, livros, livros organizados e capítulos de livros).

Muitas outras atividades não foram aqui incluídas, basicamente por duas razões: são menos importantes ou a atividade mnemônica que conduziu a produção do texto as desprezou! Apontados esses aspectos, respeitosamente deixo aos leitores a tarefa que lhes cabe: avaliar o que apresento por aqui!

Nasci em Aquidauana, em 1968. Sou mato-grossense. Meu pai, já falecido, trabalhou em fazenda-de-gado durante boa parte de sua vida. Minha mãe sempre esteve ao seu lado, nas mais variadas atividades do mundo do trabalho e, além disso, sendo mãe, ou seja, cuidando dos filhos – tenho um irmão mais novo – e da casa. Meu pai estudou até a quarta série, enquanto minha

mãe não avançou além da segunda. Como ela fazia parte de uma família de nove irmãos, cujos pais morreram muito cedo, fora criada por pais adotivos, os quais não viam necessidade de que uma mulher estudasse. Ao contrário, ela fora praticamente impedida de estudar, sob a alegação de que a escola proporcionaria o aprendizado de “coisas erradas”. Ambos sempre trabalharam muito, para ficarem com quase nada! A origem de minha família e, conseqüentemente, a minha também, é o campo, o velho sertão de Mato Grosso. A mudança de meus pais para a cidade de Anastácio, em meados da década de 1970, decorreu do fracasso das atividades de criação de gado em que meu pai estava envolvido. Hoje sei que essa situação se circunscreveu ao contexto de mudanças complexas na economia brasileira, as quais aceleraram a migração do campo para a cidade.

Sempre estudei em escolas públicas. Iniciei meus estudos em uma escola rural, às margens do rio Miranda, abrigada sob um caramanchão cujas paredes eram de taboca e o telhado de folhas de bacuri, em uma turma multisseriada. Comecei a ler por ali. Aliás, meu interesse pela leitura decorre do seguinte: quando meu pai trazia as compras da cidade, as garrafas eram enroladas em folhas de jornal e eu sempre ficava impressionado com os quadrinhos, os desenhos, sem saber o conteúdo dos diálogos. Minha mãe lançava mão de sua parca capacidade de leitura e traduzia o texto, o que me satisfazia momentaneamente e ampliava a curiosidade. Depois, fomos morar na cidade e passei a estudar numa escola municipal, chamada “Maria Corrêa Dias”. As aulas começavam às 7h e iam até às 9h ou 9h30min, para dar lugar a outra turma, o que se repetia no período vespertino. Fiquei ali cerca de dois ou três meses e fui transferido para uma escola estadual, a “Teodoro Rondon”, onde cursei todo o primário. Mais tarde, fui para a escola “Roberto Scaff”, instituição escolar na qual completei o primeiro grau e cursei o segundo grau. Foi nas aulas de História, do segundo grau, que dei início a minha curiosidade pela área de humanidades, especialmente por História. Lembro que ainda tínhamos aulas de Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso: a primeira era um amontoado de bobagens e a segunda um conjunto de “imprestabilidades”. Por outro lado, as aulas de História, ministradas por um professor que hoje classifico como “conservador”, primavam por um conhecimento possível a respeito do que se foi. Penso que as aulas de Geografia contrabalançavam a leitura conservadora das de História. O professor Luiz Carlos Batista (ainda hoje, docente da UFMS)¹⁵⁶ acabara de chegar à região e suas aulas eram carregadas de um viés ideológico da esquerda de então. Mas me chamava atenção o conjunto de debates a respeito de temas contemporâneos (crises no Oriente-Médio, inflação, desemprego, pobreza, entre tantos

¹⁵⁶ Luiz Carlos Batista veio a falecer, cerca de um ano após a produção deste texto.

outros tão afeitos ao período), o que alimentava a fome por saber mais e melhor. Eu possuía certo ativismo, dentro do possível: atuei nos “centros cívicos”, uma invenção da época e que, às vezes, exercia a tarefa de organizar o Movimento Estudantil, mas ideologicamente era algo primário. Estudava no período matutino – não aprecio o período vespertino até hoje – e à tarde trabalhava com meu avô, Ramão Ireño Leite, auxiliando no fabrico de linguiça; iniciávamos por volta das 12h e prosseguíamos até às 16h; enchíamos cerca de 100 a 120 quilos de linguiça. Ele, eu e um amigo já falecido, Liel Paim Mendes. Fiz isso por cerca de quatro anos. Trabalhei como moleque “faz tudo” em uma papelaria, cujo proprietário era um de meus tios; trabalhei também numa banca de revistas e jornais, ambas em Aquidauana. Depois, durante três ou quatro anos num banco, e três anos na prefeitura de Anastácio. Saturei com o trabalho da prefeitura, principalmente com as pressões políticas, principalmente em 1989, no período que antecedeu às eleições que levaram Collor à presidência da República.

Como mencionei antes, a decisão de fazer o vestibular para o curso de História foi se formando ao longo do curso secundário. Não é impróprio dizer, igualmente, que meus horizontes não eram tão ampliados. Certamente esse aspecto auxiliou na escolha. Aquidauana, considerando juntamente a cidade de Anastácio, é uma cidade antiga e com certa simpatia, mas sempre foi provinciana e conservadora. As opções culturais eram limitadas e um curso de Ciências Humanas, com uma forte dose de ideologia associada ao entendimento de que o conhecimento é algo de relevo, se prestam a entender a minha opção pela História. Hoje, penso que construí e nutri muitas desconfianças em relação às explicações essencialistas, frágeis desde sempre. Nunca me convenci de informações e afirmações que sustentam que determinada situação ou condição se estabeleceu fora das relações sociais ou à margem de interesses pessoais. O ser humano é “traquitana”, criativo demais para se deixar manusear de forma passiva¹⁵⁷.

Graduação

Ingressei, na condição de discente, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Centro Universitário de Aquidauana) - no ano de 1987. Concluí o curso de Licenciatura Plena em História em 1991. Além da frequência às aulas para acompanhar as disciplinas do curso de História, busquei a inserção em outros espaços de formação acadêmica. Durante os quatro anos do curso de graduação tive a oportunidade de participar de um conjunto de atividades de extensão oferecidas aos alunos dos quatro cursos então existentes naquela unidade da UFMS. Destaco a participação no Grupo de Estudos Latino-Americano, o GELA, o qual proporcionou

¹⁵⁷ Cf. <http://www.trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/516/357>.

atividades de leitura e discussões cuja temática se relacionava à América Latina Contemporânea. Os debates desenvolvidos no GELA, aos sábados pela manhã, permitiriam aos participantes melhor inserção em discussões nem sempre presentes nas aulas; no meu caso em particular, foi de fundamental importância em outro momento, quando entrevistamos o jornalista, professor e historiador Leon Pomer, autor de diversos escritos sobre a trajetória histórica da América Latina. Integrar o GELA impactou na minha formação tanto quanto a frequência às disciplinas ou o desenvolvimento de um plano de trabalho na iniciação científica. Mais tarde, em 1992, quando reprovado no processo seletivo para ingresso no Curso de Mestrado em História, na UNESP/Assis (Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Assis), o contato com o professor Pomer, ocorrido em Aquidauana, favoreceu a minha aceitação, na condição de aluno-especial, em uma disciplina sob sua responsabilidade. O professor Pomer, intelectual que defenderia sua tese de doutorado em História no curso de doutorado na própria UNESP, não costumava aceitar alunos especiais na disciplina, cujo título era “Mentalidades na História”. A exceção aberta pelo professor Leon Pomer certamente decorreu dos diálogos ocorridos sob o espírito do GELA, especialmente porque sua intervenção apontou para questões de caráter teórico-metodológicas pouco compreensíveis para mim num primeiro instante.



Capa da publicação da entrevista realizada com Leon Pomer (1990).

Outra atividade bastante modesta, mas de interessante contribuição para a minha inserção no curso de graduação, foi a participação, em etapa final, da elaboração de uma listagem de obras - ou fontes bibliográficas - pertinentes à história de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pensada e executada pelo professor Paulo Cimó Queiroz. A atividade, cuja proposta inicial era a identificação, separação e listagem de livros integrantes do acervo da Biblioteca Municipal de Aquidauana e interessantes à “História Regional”, me permitiu ter contato com um material inusitado, mesmo com a função de apenas listá-lo para, em seguida, remeter ao autor do projeto, o qual havia se afastado do CEUA para realizar o seu mestrado na UNESP. Ainda que fosse a etapa final, o ganho se manifestava na atividade de manusear, de folhear, de alimentar dúvidas em relação aos livros já separados em uma das salas da biblioteca: junto à curiosidade estavam as dúvidas em relação à pertinência ou não da inserção de uma ou outra obra no âmbito do que importava. Igualmente, sempre foi tentador fugir do trabalho de manusear para ler alguns daqueles textos.

Ainda na graduação, fiz parte de entidades estudantis, tais como o Centro Acadêmico de História (CA) e o Diretório Setorial de Estudantes (DSE). A partir de minha presença mais constante no movimento estudantil foi possível voltar a atenção para essa atividade, tomando por pressuposto o enfoque histórico, tornando minha militância na política estudantil um instante de extensão do próprio curso de graduação. Indiscutivelmente foi o movimento estudantil que, de certa forma, possibilitou o enfrentamento de angústias em relação à perspectiva de realizar algum tipo de trabalho voltado para a pesquisa em História.

O que aconteceu foi a tentativa de associar as leituras e as discussões realizadas no interior do curso de História com a participação no movimento estudantil, especialmente aquele realizado pelos estudantes de História. Isso estimulou um conjunto de indagações a respeito da trajetória do movimento estudantil e de sua dimensão política no Brasil. Naquele momento – final dos anos 1980 – ocorria uma série de fóruns e de eventos promovidos e organizados por alunos dos cursos de História em vários estados brasileiros: eram denominados de Conselhos Estaduais (CEEH), Conselhos Regionais (COREHIs) e Conselho Nacional (CONEHI), cujos objetivos, além de provocar amplas discussões de caráter político-ideológico, seria preparar o Encontro Nacional de Estudantes de História (ENEH), sempre antecedido por encontros estaduais e regionais. Mas, enquanto graduando, a preocupação voltou-se para a compreensão da história do movimento estudantil, o que me conduziu para a elaboração de um pequeno projeto visando organizar o acervo do Centro Acadêmico de História e, por fim, escrever uma monografia, por meio do incipiente PIBIC da Universidade. Tal texto, denominado *Movimento*

Estudantil no Centro Universitário de Aquidauana: revisão histórica, cumpriu a função de atender indagações sobre a historicidade das atividades estudantis no país, dando um enfoque na presença do movimento estudantil naquela unidade da UFMS.

A participação política no movimento estudantil, também por meio de representação estudantil em colegiados, me levou a fazer parte de uma interessante experiência política de discussão e desenvolvimento do processo eleitoral no Centro Universitário de Aquidauana. Após uma série de debates e ações políticas, tal experiência produziu o fenômeno da eleição direta para coordenações de curso, chefias de departamento e direção do centro. Resultado de pequena dimensão, mas de importante impacto nas práticas políticas no âmbito local, sob o contexto do fim do regime militar e da recém-inaugurada “Nova República”. As eleições no CEUA representaram uma experiência acadêmica e política importante para muitos estudantes dos cursos de Letras, História, Geografia e Ciências Biológicas que, coincidentemente ou não, foram se transformando em professores e se inseriram, depois, na universidade, como docentes.

Acrescento que a formação oferecida pelo curso de História do Centro Universitário de Aquidauana, nos anos em que frequentei a graduação, era predominantemente marxista. Neste contexto, subsistia uma preocupação forte em oferecer uma leitura político-econômica da História, sustentada por textos, aulas e debates de forte tendência ideológica de esquerda. Isso, naturalmente, colocava o método e o quadro teórico presente no interior do marxismo em evidência secundária, resultando em preocupações menores em relação ao materialismo histórico em si. Tal característica, penso, acabou refletindo-se na minha formação e, certamente, no texto de iniciação científica no qual a tônica foi explicar o movimento estudantil a partir das tendências macroestruturais da História.

As aulas prosseguiram nas discussões em vários ambientes, e os diálogos estabelecidos com diversos professores e professoras foram enriquecedores: Cláudio Alves de Vasconcelos e Osvaldo Zorzato emprestavam sua ação para dar a identidade do curso. Euzébio Garcia Barrios, Luiz Carlos Batista, Maria Lídia Maretti, Alda Couto, Amarílio Ferreira Júnior, Marisa Bittar, Angela Zanon e outros docentes exerceram influência sobre a minha formação. A interlocução com outros professores situados em espectros ideológicos distintos merece ser considerada como importante também. Nesse grupo, recordo Mário Baldo, Arnaldo Begossi, Carlos Frederico Corrêa da Costa, César Benevides, entre outros.

Pós-graduação *lato sensu* (especialização)

Terminada a graduação, iniciei, em 1992, um curso de pós-graduação “*lato sensu*” em História da América Latina na mesma unidade da universidade federal. Esse curso de especialização encerrou-se no ano de 1994. Ainda em 1992, após uma segunda seleção, fui aceito como aluno regular no Programa de Mestrado em “História e Sociedade”, oferecido pela Universidade Estadual Paulista/Campus de Assis. Desta forma, entre 1992 e 1994, fui “obrigado” a continuar realizando as atividades previstas na pós-graduação “*lato sensu*” e também no mestrado. Nesse ínterim, exatamente em 1993, fui aprovado em concurso público de provas e títulos para ingresso na carreira docente, como professor auxiliar, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Corumbá. E, ainda em fevereiro de 1993, me mudei para a cidade de Corumbá, iniciando assim minha carreira na Universidade Federal de Mato grosso do Sul.

Para atender às exigências do curso de especialização, cuja área de concentração era História da América Latina, dei início a pesquisas em que a temática central foi o golpe militar de 1964, enfocando suas repercussões na cidade de Aquidauana, no interior mato-grossense. Essa decisão permitiu desdobrar o tema em dois momentos, de tal forma que minha dissertação de mestrado representou a continuidade da pesquisa realizada durante o curso de especialização.

Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado)

Durante a frequência às aulas, no curso de mestrado, foi possível e necessário ampliar o enfoque originalmente proposto no projeto apresentado para ingresso no programa. A presença na UNESP me permitiu integrar o grupo de pós-graduandos que criou a Revista “Pós-História”, em 1992, algo que agregou importante experiência em minha formação. Além disso, as leituras e discussões em aulas, bem como o ambiente acadêmico, contribuíram para que eu pudesse problematizar melhor o tema proposto e procurasse encaminhar minhas preocupações para o campo da repressão e do significado político do Golpe Civil-Militar de 1964 em uma região interiorana. Essa região, especificamente a cidade de Aquidauana, passou a ser vista como possibilitadora de um estudo de caso em que a temática, ao ser pesquisada e analisada, adquirisse um enfoque particular sem desarticular-se do evento em âmbito nacional. Não obstante, a problemática investigada contemplou elementos peculiares à história política da cidade, os quais se entrelaçaram aos eventos locais, verificados imediatamente após a eclosão do golpe de Estado. O estudo de caso se configurou como um exercício de compreensão das práticas sociais

e políticas do lugar com os movimentos mais amplos e que resultaram na implantação da ditadura, que se estenderia por 21 anos no Brasil.

Outro tópico desafiador foi compreender, à luz das possibilidades intelectuais daquele momento, o significado do conceito empregado para explicar o acontecimento. Capturados por uma explicação “oficial” de parte expressiva da sociedade brasileira, os acontecimentos de 1964 foram tomados como integrantes da “Revolução”, ou a “Redentora”, evento responsável por salvar o país da ameaça comunista. A tarefa em minha dissertação foi tentar compreender, ainda que brevemente, as razões que sustentavam o emprego distorcido, no mínimo, equivocado do conceito “Revolução”. Designar o golpe sob o conceito de “Revolução” se prestava a oferecer uma explicação pouco aceitável do conceito e do acontecimento histórico. O golpe de 31 de março de 1964 passou a ser designado como revolução no âmbito do complexo processo de ocultamento do rompimento constitucional e demandando, portanto, algum nível de aceitação e apoio por parte da sociedade. Ao mesmo tempo, o conceito de revolução encontrava-se em amplo uso no vocabulário político, principalmente após 1930; no período da “Guerra Fria” a ideia de “Revolução” frequentaria intensamente o vocabulário político brasileiro.

Para a realização da dissertação recorri à história oral, metodologia de pesquisa que proporcionou informações importantes, a partir das entrevistas com algumas personagens envolvidas em atividades políticas em Aquidauana, por ocasião do golpe. A maior parte dessas pessoas eram *tidas e havidas* como comunistas, conforme expressão recorrente em fontes documentais produzidas por militares. O trabalho voltado para a produção de fontes orais acabaria por marcar profundamente as minhas concepções acerca do saber histórico, refletindo-se contemporaneamente em minhas pesquisas. Associadas às entrevistas, utilizei o conjunto dos “Inquéritos Policiais-Militares” (IPMs), arquivados no fórum da cidade. Essa documentação foi produzida, pelos militares, no correr das investigações realizadas para aferir as atividades “esquerdistas”, com perspectiva de punir todos os “envolvidos” com os movimentos políticos de oposição. O acesso ao material não foi simples, uma vez que em 1992 e 1993 ainda não existia vontade política, por parte do Estado brasileiro, em abrir os arquivos depositários de fontes produzidas durante a repressão política estabelecida no pós-64. É certo que esse cenário se modificou um pouco, mas no início dos anos 1990 as tentativas de acessar fontes documentais, em uma cidade desprovida de Arquivo Público, foi um bom exercício de insistência para obter algum sucesso.

Após algumas gestões frustradas junto ao juiz local, obtive permissão para consultar os inquéritos, o que garantiu o desenvolvimento da pesquisa para a elaboração da dissertação de

mestrado “*Aquidauana: A baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução*”, defendida em dezembro de 1994 e publicada pela Editora da Universidade Federal da Grande Dourados em 2006. O acesso aos IPMs, conjugados com as entrevistas, favoreceu o meu trabalho de procurar compreender o que aconteceu em Aquidauana no entorno do acontecimento de 1964, visualizando os movimentos e particularidades das práticas políticas e sociais na cidade. A produção da pesquisa incomodou pessoas: em duas ocasiões recebi sugestões, via familiares, para “não mexer com essas coisas”, confirmando as minhas suspeitas de que o tema possuía um caráter de tabu na cidade. Após a finalização e a defesa da dissertação, o trabalho e eu recebemos críticas pouco honestas, é verdade, publicadas no Jornal “Correio do Estado”, periódico campo-grandense de circulação em todo o Mato Grosso do Sul. Essas “críticas” assinadas por uma professora aposentada na Universidade de São Paulo e, naquele momento, docente na UFMS, se referiam à minha abordagem do tema; a abordagem revelaria um rancor pré-estabelecido pela cidade de Aquidauana, segundo a autora do artigo¹⁵⁸. Ao mesmo tempo, indicava certamente que discutir aquele tema foi algo inconveniente. O episódio se tornou incômodo principalmente porque o periódico se recusou a ceder espaço para que eu pudesse “devolver as pedras ao seu verdadeiro dono”, no caso, dona! Após perceber a resistência do proprietário do jornal, consultei o falecido advogado Ricardo Brandão a respeito da possibilidade de acionar juridicamente a publicação e constrangê-la a ceder o direito de resposta. Por razões que não entendi, Ricardo Brandão não se sentiu estimulado para levar adiante a pauta.

A finalização da dissertação se deu sob o contexto de meu ingresso, via concurso público, em fevereiro de 1993, no quadro docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, lotado no Departamento de Ciências Humanas e Letras do Campus do Pantanal, o CPAN. Tendo ingressado com o curso de mestrado em andamento, não obtive permissão para afastamento ou redução de carga horária visando acelerar a conclusão da pesquisa. Contudo, o departamento autorizaria meu afastamento, por um período de três anos, a partir de 1998, para a realização do doutorado. Por conta de alterações no “Plano de Capacitação” do departamento, afastei-me a partir de 1997, com ônus para a instituição e bolsa do PICDt, até 2000. Essa modificação respondia a uma série reclamações realizadas por mim e por uma colega, a

¹⁵⁸ LEONZO, Nanci. **Os verdugos de Aquidauana**. Campo Grande: Jornal Correio do Estado, 1995. Considero que o teor do artigo foi motivado menos por interesse historiográfico e mais por disputas políticas no interior do campo histórico sul-mato-grossense, naquela década. Também embates políticos no interior da UFMS se fizeram presentes na disposição de escrita da imodesta judicante da historiografia. De mais a mais, é de se supor que certa indiferença, de minha parte, à desejada condição de “colonizadora acadêmica” ambicionada pela escriba, contribuiu para seu salivar textualizado, em defesa de seu projeto “civilizacional”.

professora Silvia Helena Brito, em relação à implementação do plano, situação que custou discussão acalorada no departamento.

No curso de História da UFMS de Corumbá, onde permaneci de 1993 a 2003, pude vivenciar uma variedade de atividades inerentes ao cotidiano de um servidor docente em uma instituição federal. Ministrei as disciplinas de História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Regional, Introdução aos Estudos Históricos, Introdução à Metodologia Científica, Pesquisa Histórica, História do Brasil Colonial, História do Brasil República e Ensino de História, bem como realizei orientações de trabalhos de iniciação científica.

Destaco que habitar em Corumbá e dar início a minha carreira no Campus do Pantanal acentuaram percepções a respeito da História. Se o início de minha curiosidade pelo passado contemplou a História Política, o trabalho na universidade fertilizou indagações sobre a experiência de vida da população pantaneira. Essa mudança desdobrou-se também por conta de maior atenção dada a leituras da historiografia francesa em geral e aos trabalhos realizados por meio da metodologia da História Oral.

A vivência em Corumbá fertilizou a minha percepção a respeito do *modus* de vida local, facilitando a ampliação do sentido de curiosidade acadêmica, especialmente em relação àquelas pessoas que demonstravam fortes relações afetivas com o Pantanal. De maneira geral, percebi que a experiência de vida guarda particularidades e que a representação a respeito dela relaciona-se aos lugares em que se vive ou viveu, imprimindo compreensões distintas aos processos históricos. O Pantanal, ambiente que passou a ser celebrado sob o conceito edênico desde os anos 1970, principalmente, nem sempre recebia a mesma significação por parte daqueles que lá viveram, o que inicialmente parecia algo estranho de ser escutado. Igualmente, observei que voz e palavra ocupavam lugar de relevância na vida dessas pessoas, estimulando ainda mais a minha curiosidade sobre a experiência de vida daquelas que, em geral, não integravam a representação imagética do paraíso ecológico.

Hoje é possível ter clareza que ao optar pelo estudo das comitivas de boiadas, tema que brotou no curso da realização de entrevistas com pantaneiros, explicitarei um vínculo com a minha história pessoal, tanto no que se refere ao objeto articulado ao mundo pastoril quanto à prática da oralidade. Deu-se a inserção parcial da minha história no processo histórico mais amplo, apontando para experiências e práticas sociais que, ao serem mencionadas, surgiam no contexto de um certo romantismo descolado de historicidade. Boiadas e boiadeiros, por exemplo, ocupam centralidade em letras da música caipira sinalizando a sua importância na identidade nacional, mas em geral remetem a experiência a um lócus perdido nos grotões, cuja poesia

decorre do esmaecimento das circunstâncias e das personagens. Cabe acrescentar que se tratava de um tema que se conectava às minhas origens no mundo rural mato-grossense.

Foi assim que, finalizada a dissertação, dei início ao projeto de pesquisa denominado “História Oral e memória: histórias e estórias”, cuja finalidade mais relevante foi produzir fontes orais com antigos moradores da região pantaneira. A centralidade do projeto recaiu sobre a produção de fontes por meio das quais seria possível conhecer e compreender experiências de vidas de homens e mulheres que em algum momento de sua existência tivessem habitado o Pantanal, especialmente as sub-regiões da Nhecolândia e Paiaguás. O desenvolvimento do projeto permitiu a produção de um conjunto de entrevistas significativas no que se refere ao conteúdo gravado, ainda que quantitativamente reduzido. Essas entrevistas garantiram, mais tarde, a base para a produção de uma dissertação de mestrado e duas teses de doutorado.

A permanência no CPAN também proporcionou alguma experiência em atividades administrativas: fui coordenador do curso por algum tempo e, ainda por conta de uma séria “crise política” envolvendo o departamento e a direção do campus, acumulei a coordenação do curso com a chefia do Departamento de Ciências Humanas e Letras. A crise resultou das constantes interferências da direção da unidade nas ações e nas decisões departamentais, provocando a renúncia do chefe de departamento, o que levou a um conjunto de impasses no departamento até a “intervenção” do reitor para que o professor mais antigo do departamento concordasse em assumir sua chefia, o que se deu associadamente ao afastamento dos coordenadores dos cursos de Letras e de História.

Depois de algum tempo, o colega que assumiu a chefia departamental foi indicado para assumir um cargo na Pró-Reitoria de Ensino, renunciando novas dificuldades no departamento. Nesse contexto, para cumprir o restante do mandato do colega, acumulei a chefia de departamento com a coordenação do curso de História até que novas “eleições” fossem realizadas.

Ainda no CPAN, após retornar do doutorado, sob a minha responsabilidade esteve o projeto de pesquisa *História e Memória: contribuições para um estudo da cultura na região do Pantanal Sul-mato-grossense*. Participei de outro projeto de pesquisa transdisciplinar, denominado *Resgate da Memória do Homem Pantaneiro*, fruto de um convênio entre a UFMS, UFMT e o Ministério da Integração. Coordenei um grupo de trabalho, composto por docentes de vários cursos da UFMS, encarregado de desenvolver outro projeto de pesquisa: *Avaliação da qualidade de vida da população envolvida na pecuária de corte no Pantanal*, resultado de um projeto maior entre a EMBRAPA e UFMS/CPAN, cujo objetivo foi avaliar as condições de sustentabilidade das

fazendas de gado de corte da região pantaneira. Fiz parte da equipe de docentes encarregada de elaborar e implantar o projeto de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) em “Desenvolvimento Regional Sustentável”, no Campus do Pantanal, proposta recusada pela Capes. Infelizmente, com o projeto não aprovado, sua proposta foi abandonada pela instituição.

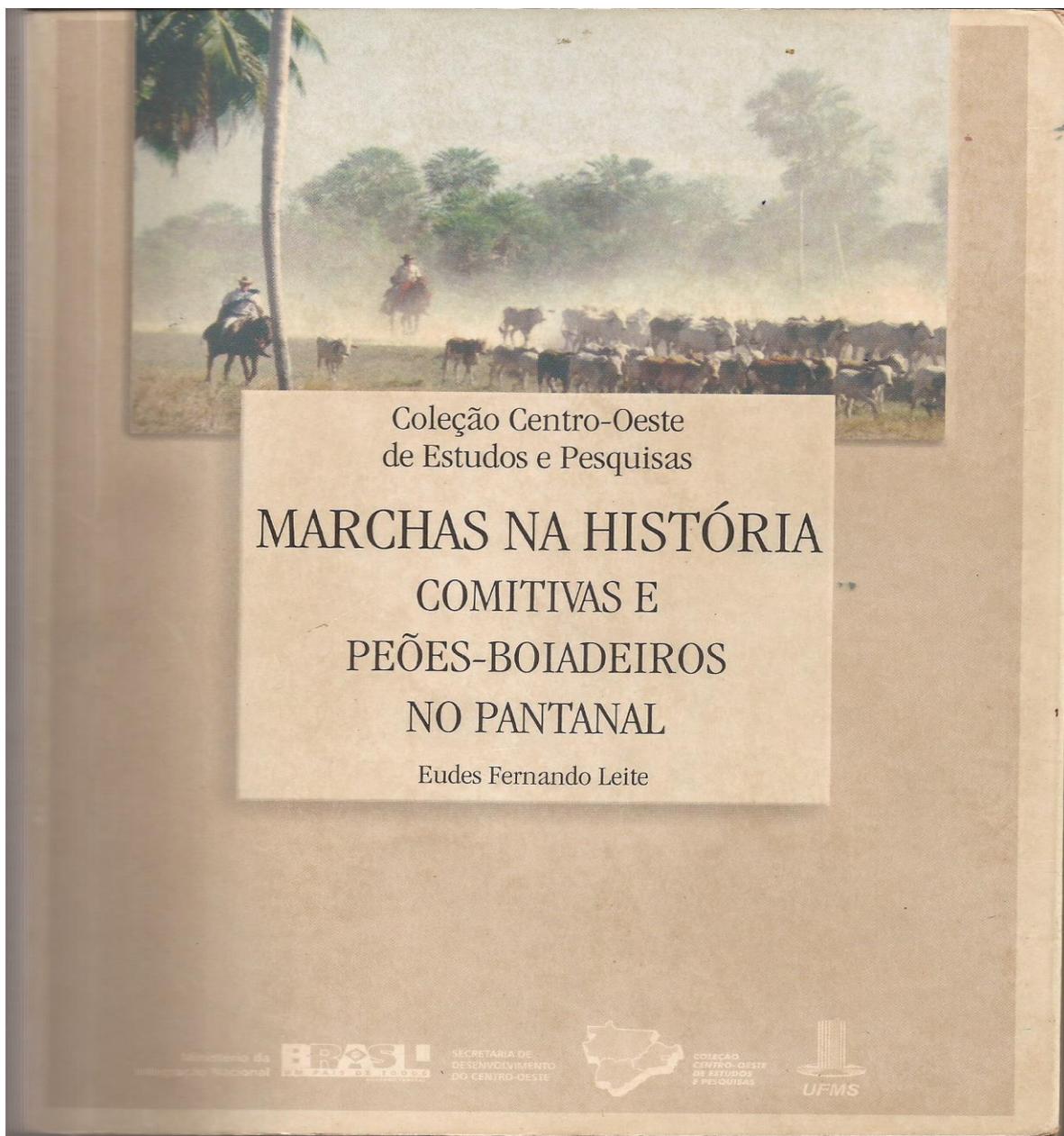
Como docente na UFMS, enquanto professor mestre, ou enquanto professor doutor, procurei trabalhar enfatizando a importância e o significado da pesquisa como momento indispensável para a formação universitária. Para isso, desde o meu ingresso na universidade, passei a estimular – e orientar – os graduandos na elaboração de projetos de pesquisa no âmbito do PIBIC, muitos dos quais resultaram em trabalhos de alta qualidade.

Pós-graduação *stricto sensu* (doutorado)

Em março de 1997, retornei para o Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Assis e iniciei o curso de doutorado. Nessa fase de formação, fui orientado pelo professor Antônio Celso Ferreira e minha preocupação foi pesquisar a presença dos condutores de boiadas e suas comitivas no Pantanal sul-mato-grossense. Para a realização da tese, retomei as minhas atividades de produção de fontes a partir da metodologia da história oral. Esta etapa, a da pesquisa para a tese, permitiu definir um tema e problemática específica no projeto de pesquisa “História Oral e Memória”, já referido acima, agora em busca de compreender um fenômeno antigo na “História Rural Brasileira” e ainda muito peculiar ao cotidiano pantaneiro naqueles anos 1990: as comitivas de boiadas. Em março de 2000, defendi a tese *Marchas na história: comitivas, condutores e peões-boiadeiros nas águas de Xarayés*. No mesmo ano, a tese recebeu a primeira menção honrosa no Concurso Silvio Romero, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Fundação Nacional de Arte/Ministério da Cultura.

Na tese, me ocupei da presença das comitivas de boiadas no Pantanal mato-grossense, com enfoque especial para a área pantaneira hoje situada no estado de Mato Grosso do Sul. Decorreu das características do objeto, a decisão de circunscrever o tema no período da segunda metade do século XIX, alcançando os anos. Já nessa pesquisa, procurei ampliar o enfoque e, de fato, migrei para outras *paragens* teórico-metodológicas. A abordagem empregada na elaboração do trabalho seguiu, em linhas gerais, os pressupostos encontrados na historiografia francesa, especialmente na sua vertente atualmente reconhecida como “História Cultural”. Na verdade, desde o mestrado e com o meu ingresso na carreira docente, passei a realizar leituras, organizar cursos para a graduação e elaborar projetos de pesquisa que passaram a refletir vários componentes integrantes da historiografia francesa, ainda que, por vários momentos, minha

formação inicial fosse retomada e surgisse em debates e análises nos quais a temática se relacionasse a questões políticas e/ou ideológicas.



Capa do livro *Marchas na História*, originalmente tese de doutorado em História (2003).

A experiência de doutoramento favoreceu a minha imersão na chamada História Cultural, uma ramificação da historiografia francesa que se propôs a suceder a História das Mentalidades duramente criticada desde os anos 1960. Na pesquisa, me servi das fontes orais, de fontes documentais, de fontes literárias, de fontes musicais e de fontes imagéticas, e, segundo acredito, compreendi e expliquei as relações existentes entre uma atividade considerada arcaica e tradicional e as demandas da modernidade no campo, especificamente, em relação à pecuária.

De tal forma, na tese, “o objetivo escolhido foi estudar condutores, comitivas e peões envolvidos nas longas viagens com boiadas no Pantanal sul-matogrossense, face às transformações produzidas no curso da modernidade” (Leite, 2003, p. 20).

No período de três anos de meu afastamento para o doutoramento, experimentei e logrei compreender o conceito de “operação historiográfica”, de indispensável importância para alguém que não se furta em refletir sobre o que faz. Nos marcos dessa prática intelectual – a insana tentativa de pesquisar, compreender e explicar o que desapareceu – aprendi que o trabalho do historiador exige não apenas fontes, métodos e teoria. Exige capacidade para enxergar as limitações de seu ofício e, conseqüentemente, a insuficiência dos resultados produzidos ante as demandas que a ele se apresentam.

Pesquisar as comitivas impôs perceber a historicidade do fenômeno em estudo, mas ainda implicou em pensar sobre a historicidade do exercício de pesquisar o passado. Tal movimento possibilitou compreender que o conceito de “operação historiográfica” de De Certeau, só se efetiva se o operador dessa noção considerar que a prática historiográfica não resgata, não reconstrói, não recupera, mas constrói uma possibilidade de compreensão do que se passou. O momento permitiu compreender que a prática historiadora implica em trabalho de avaliação constante sobre o que produzimos e como produzimos. Entendi que o que se denominou de crise de paradigmas, no que respeita à história, é uma característica do processo de *fabricação* do conhecimento sobre o passado: a crise é um componente de nosso fazer porque induz a discutir o *ethos* da produção do historiador.

Atividades atuais

Conforme assinali, a elaboração da tese configurou-se como momento fundamental para avaliar e definir as minhas atuais atividades no espaço acadêmico. Em 2000 retornei ao CPAN, onde permaneci até 2003; em 2004 iniciei minhas atividades no ainda CEUD, em 2005 transformado em Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Na UFGD me integrei ao corpo docente do curso de História na graduação e na pós-graduação¹⁵⁹. Nunca tive muito talento para trabalhar em atividades de extensão, até porque tenho algumas dúvidas a respeito das possibilidades efetivas do historiador em atividades de extensão. Esclareço, em tempo, que sou favorável à extensão, embora considere que a maioria

¹⁵⁹ Após a defesa da Tese de Doutorado, em 2000, passei a compor o quadro de docentes do PPGH, ainda na UFMS, no Campus de Dourados.

das atividades realizadas sob tal conceito se configurem mais como assistência social. Mas como não tenho autoridade sobre tal tema, não vou avançar nesse tópico.

Na graduação, ministrei Ensino de História, História do Brasil Colônia, História da América Portuguesa, e História Moderna. Atualmente ministro o eixo temático: Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade, História do Brasil Contemporâneo e Teorias da História. Na pós-graduação, ministrei História Cultural, e ministro, há mais de cinco anos, Teorias e Métodos em História.

Até aquele momento (2017), havia orientado por volta de 50 trabalhos, sendo 25 na Iniciação Científica. Na UFGD, orientei 14 trabalhos de iniciação científica, 14 dissertações de mestrado, 3 teses de doutorado, e sigo orientando 2 alunos de iniciação científica, 2 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado. Alguns desses estudantes preencheram o perfil que as agências do Estado desenharam a partir dos anos 1990 para a formação de pessoal: iniciar pesquisa na graduação e, quando possível, dar sequência no correr da pós-graduação.

Quando iniciei minha pós-graduação, especificamente o mestrado, passei a ter contato com as mudanças de concepção na pós-graduação e com os objetivos a serem alcançados que, em termos gerais, se direcionaram a acelerar a formação de pesquisadores. Acredito que integro parte desse esforço, pois a possibilidade de pleitear a promoção para professor titular na universidade pública, antes de ter condições de “contar tempo” para a aposentadoria, explicita essa situação. Se me formei doutor em História aos 32 anos de vida, alguns de meus orientandos alcançaram ou alcançam o título na faixa dos 25 anos de idade. E, se sublinho esse ponto é porque ele colabora no entendimento da minha trajetória, ou melhor, da minha trajetória de vida, mas é também um indício sobre a noção de tempo histórico, conceito de alta relevância para o historiador. Como estou tratando de uma experiência individual, involucrada pelo social, não fujo da tentação de apelar ao velho Norbert Elias, quem de forma sutil provocou os físicos, sempre pretendentes a tudo mensurar:

Os físicos às vezes dizem medir o tempo [...] mas o tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um odor. Há uma pergunta que continua à espera de resposta: como medir uma coisa que não se pode perceber pelos sentidos? Uma 'hora' é algo de indivisível (Elias, 1998, p. 7).

Elias não só tripudiou sobre a capacidade de mensurar, como não se furtou em problematizar métodos e certezas tal qual todo humanista, ainda que muitos deles, historiadores inclusive, necessitem de crenças para existir. A mim, nesse momento, cabe pensar o tempo

presente na minha história como uma das possibilidades de tentar descrever o que fiz e o que sigo cometendo enquanto docente e pesquisador na universidade.

Ponderações sobre pesquisa, teoria e metodologia da História

Nesse momento do memorial, optei por abrir uma “picada”, por meio da qual aponto para percepções e entendimentos teóricos pertinentes às atividades acadêmicas que desenvolvo. A decisão cumpre a tarefa de demarcar não apenas uma posição de caráter epistemológico, mas apresentar, a partir do lócus do narrador-personagem, uma possibilidade de compreensão da trajetória de vida e de trabalho enquanto fenômenos imbricados e cuja distinção dificilmente lograria resultados importantes. Considerarei relevante expor os pressupostos que orientam o meu trabalho de pesquisa e que se manifestam nas discussões provocadas nas aulas, na expectativa também de mapear certo processo de deslocamento da atividade intelectual que um professor realiza. O deslocamento relaciona temas e problemáticas de pesquisa com as compreensões teóricas assumidas – e consumidas – nas práticas desenroladas no campo de trabalho, o qual é, em boa medida, campo de vida.

Em relação às pesquisas que desenvolvi, considerando aquelas destinadas à formação acadêmica – mestrado e doutorado – destaco alguns aspectos que me parecem importantes no delineamento das opções feitas até o momento. Inicialmente, anoto que essas pesquisas se encaminharam na busca de compreender os movimentos dos indivíduos – das personagens – no âmbito dos temas e da problemática construída. Tal opção denota a compreensão de que há espaços de movimento dos atores, ainda que se considere o peso e a força das estruturas sociais, políticas, econômicas, entre outras. A relação entre indivíduo e cultura é igualmente uma relação dialógica e que implica em interações que ocorrem para garantir interesses, manifestar desejos ou expressar rejeições por parte dos atores ou das estruturas que o envolvem. Esse entendimento esteve presente na dissertação de mestrado e na tese de doutorado, momentos em que as pessoas envolvidas nos acontecimentos foram consideradas como centrais para compreender e explicar os movimentos da repressão pós-64 em Aquidauana-MT, ou as formas de organização e os sentidos das comitivas de boiadas no Pantanal.

Um segundo aspecto refere-se à teoria empregada para compreender e explicar – pelo menos perseguir uma explicação! – o passado. Ao longo de minha trajetória, o conjunto de atividades composto por leituras, aulas, orientações, pesquisas, congressos e outros momentos, foi sendo assombrado pela dúvida e, especialmente, por seu poder criativo: naquilo que inspira

pensar os acontecimentos não apenas subordinados às marcas informativas de toda e qualquer fonte, mas pensar o passado como parte de um ambiente irrecuperável.

Esses dois aspectos apontados acima explicam o meu interesse por temas localizados em temporalidades mais recentes, embora essa opção não seja algo absoluto. Tal como alertou Marc Bloch (2001), o passado ou o tempo não é o centro das preocupações do historiador, mas é o homem, precisamente, os homens, o mais importante fenômeno da história, e é ele quem deve ocupar a centralidade nas incursões que fazemos sobre o passado. Associa-se, assim, a essa perspectiva a consideração epistemológica de que a história-acontecimento é um fenômeno humano que provoca, no escopo da longuíssima duração, as ações humanas sobre o mundo natural, algo que implicaria na tentativa constante do homem em se deslindar da natureza. Na imagem sustentada pela referência ao canibal forjada por Bloch (2001), eis que [...] *o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça* (Bloch, 2001, p. 51).

Os projetos de pesquisas desenvolvidos sob minha responsabilidade e também o que estou realizando no momento trazem a preocupação de entender o protagonismo humano nos eventos. Dessa forma, o projeto atual, sob o título de “Fronteiras: História, memória e representação de uma ambiência histórica”, contempla estudos de experiências vitais, de características históricas, no espaço considerado fronteiro, especificamente entre o Brasil, o Paraguai e a Bolívia. Seu enfoque é sobre as diversas relações históricas produzidas na fronteira e que podem indicar os mecanismos de construção cultural de tal ambiência, sob o entendimento de que linhas que buscam demarcar diferenças são igualmente facilitadoras de formas peculiares de sociabilidades.

Tomando os aportes teórico-metodológicos da História Cultural, procuro estudar histórias de vida de migrantes e imigrantes, memórias, ações políticas e econômicas que impliquem em contatos entre pessoas dos países acima mencionados, e cujas populações, desde o surgimento do estado nacional na primeira metade do século XIX, passaram a ser identificadas como nacionais de um ou outro país integrante da fronteira em questão. Não existem prioridades a respeito do material informativo a ser utilizado, embora seja possível indicar que documentos, imagens, músicas, jornais, literatura e entrevistas são geralmente identificados como fontes relevantes nos trabalhos de história cultural. Nesse sentido, o estudo se propõe a compreender a fronteira enquanto fenômeno cultural e em cuja manifestação se verificam outros eventos que delineiam os sentidos que a mesma passa a apresentar. Considero que a condição de fronteira é resultado de movimentos complexos que consolidam uma representação

sobre o fenômeno e que em boa medida substitui o próprio lócus que se pretende explicar, implicando em perceber que a fronteira é resultado histórico e não apenas a resultante de acontecimentos manifestados no âmbito da geopolítica.

As tratativas para o estabelecimento de futuras fronteiras americanas, a partir das intencionalidades políticas e administrativas de europeus, recebeu grande impulso no final do século XV (1494 é ano símbolo desse acontecimento), período em que se construiria limites da posse sobre as novas terras. Esse tratado foi exercício imaginário, como demonstram estudos específicos sobre as práticas representacionais do período, mas seu desdobramento pode ser verificado ao longo de toda a colonização, quando os interesses dos espanhóis e dos portugueses foram se confrontando na América. No século XVIII, os “encontros” dos colonizadores provocaram necessidades e as tentativas de delineamentos dos limites adquiriram maior intensidade, especialmente por conta do aprofundamento da colonização que trouxe consigo conflitos entre colonos – e, certamente, do confronto de interesses – das duas coroas envolvidas na conquista das américas espanhola e portuguesa. E, em linhas gerais, a segunda metade do XVIII pode ser compreendida enquanto um período relevante para o rascunho das fronteiras do futuro Brasil e das futuras nações que se originaram da fragmentação dos vice-reinados hispânicos na América.

A história dessas fronteiras e de outras é ampla e complexa e se a refiro brevemente aqui é apenas com a finalidade de apontar marcos bastante amplos que delineiam parte de meu trabalho no momento. A fronteira passa a ser um tema pela história de sua construção, nos variados lugares em que ocorre e por conta das particularidades de sua presença, seja em relação ao tempo, seja em relação ao espaço, o conceito adquire pouca estabilidade quando se pretende precisar um acontecimento tomado de maneira aleatória.

No âmbito dessa argumentação, é aceitável frisar que a fronteira deixou há muito tempo de ser entendida exclusivamente enquanto um fenômeno político-administrativo, manifestado enquanto limites entre estados e nações, e passou a ser pensada como uma ocorrência histórica entre sociedades, no interior da qual repousam múltiplos aspectos merecedores de atenção. Fronteiras não são acontecimentos exclusivos das bordas e margens, mas, igualmente, ocorrem no interior das sociedades, independentemente de tempos históricos. No contexto de uma tentativa de compreender a fronteira sob a ótica da história cultural, obcecada por perceber movimentos humanos – individuais ou coletivos – no espaço e no tempo, esta proposta investigativa toma como mote a ideia de que o marco denominado fronteira decorre também

das amplas relações estabelecidas por pessoas que usufruem desse lugar e o transformam em ambiências humanas.

Sem desprezar o significado das particularidades e a densidade desses eventos sempre compreendidos como marcantes para a constituição do Brasil enquanto país, nação e do próprio Estado nacional, há que se pontuar que a consolidação da fronteira vem sendo considerada uma ambiência, ou seja, uma *localidade* na qual os limites restringem procedimentos e ações, tanto quanto possibilitam atitudes e impulsionam movimentos no sentido de dotar as restrições em possibilidades de “avançar” sobre a fronteira, procedimento que gera percepções sobre a complexidade do acontecimento fronteiriço, principalmente quando aponta as aproximações e os distanciamentos entre sujeitos e grupos humanos. Aqui tem-se também a fronteira, ou conforme anotou um historiador curioso sobre os mecanismos disponíveis para ler e classificar o estranho: “a questão da alteridade levanta a da fronteira: onde passa a cesura entre o mesmo e o outro? (Hartog, 2014, p. 101).

O projeto “Fronteiras” é um exercício de continuar pesquisando a história, enfatizando a região mato-grossense, considerando o próprio fenômeno fronteira como parte da história local. É ainda uma atividade que vincula os interesses particulares sobre a região com as demandas institucionais, veiculada por minha participação no Programa de Pós-Graduação em História e que tem, entre suas palavras-chave, o conceito de *fronteira*. O capítulo do livro “Leituras de Fronteiras; Contribuições Transdisciplinares”, cujo título é *História, Literatura e espionagem: as marchas do General Resquín no Pantanal*, é resultado parcial da pesquisa. No capítulo articulo dois aspectos macros em minhas pesquisas: a ação dos indivíduos sob determinado contexto histórico e as contradições verificadas na performance do indivíduo, identificadas no interior do acontecimento. O espião paraguaio Francisco Isidoro Resquin, na obra “... aquele mar seco = O PANTANAL” de Rogério de Camargo, - publicada em 1955, ofereceu-me a entrada para *perseguir a personagem histórica*, partindo da personagem literária.

Na pesquisa sobre Resquin, dois desafios se apresentaram: o primeiro é compreender a história do romance “... aquele mar seco” de Rogério de Camargo, já que esse escrito é algo estranho na produção bibliográfica do autor, um engenheiro agrônomo responsável por respeitável produção dedicada à cafeicultura no Brasil; e o segundo, a história de Francisco Isidoro Resquin, personagem relevante em toda a história da Guerra da Tríplice Aliança. Após o final da guerra e na primeira metade do século XX, figuras históricas envolvidas em todo o desenvolvimento do conflito, a exemplo do general Caballero, foram transformadas em heróis

nacionais no Paraguai, fenômeno que não alcançou o general Resquin.¹⁶⁰ Aqui encontra-se a questão: por que o general Resquin não foi consagrado como um dos grandes heróis paraguaios, considerando seu longo e impactante histórico no exército daquele país? Quais razões levaram intelectuais, como Juan Emiliano O'leary, responsáveis pela reabilitação do Lopizmo, a excluir Resquin do panteão de heróis da República Guarani?

Paralelamente ao projeto acima referido, continuo com pesquisas sobre a história do Pantanal sul-matogrossense. Ainda que de forma pouco sistemática, busco compreender a construção de um projeto de memória para o Pantanal, especificamente o Pantanal da Nhecolândia, uma das sub-regiões e que por várias razões foi tomada como cerne da produção e difusão de um tipo de memória – a dos colonizadores – a ser difundida para cumprir o papel que toda memória garante, mormente aquele de erigir um passado em que os pioneiros das famílias Gomes da Silva e Barros ocupam a centralidade.

A abordagem a esse tema relaciona-se à minha pesquisa de doutorado sobre as comitivas, mas o enfretamento da problemática também se vincula a reflexões de caráter teórico acerca da memória e da história. Naquele momento identifiquei a força da memória em torno da família Barros, principalmente quando se tratava da questão da fundação de fazendas e das atividades pastoris no Pantanal. Levei essa questão para o estágio de pós-doutorado feito no primeiro semestre de 2010, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e enfrentei parcialmente o problema em dois textos publicados, um em forma de artigo e o outro como capítulo de livro.

Conforme é possível perceber em *Uma memória para o Pantanal: Lembranças de um papabanana* (2012), há um texto fundador no qual todas as referências que se seguem encontram respaldo. Nesse artigo, analisei o escrito de José de Barros, cujo título, “Lembranças para meus filhos e descendentes”, é denunciador da proposta do “pioneiro”. Esse pequeno livro é fonte, em sentido de larga amplitude, para explicar e justificar a coragem e o protagonismo dos Barros e dos Gomes da Silva, cuja marca se tornou inconfundível com a designação da ampla e rica região pantaneira que envolve a cidade de Corumbá: Nhecolândia, em homenagem a Joaquim Eugênio Gomes da Silva, o Nheco.

Na sequência, me debrucei sobre um representante vivo dos Gomes da Silva, o escritor Augusto César Proença, cujo sobrenome de batismo é Gomes da Silva.¹⁶¹ No capítulo

¹⁶⁰ Em outro artigo, publicado após a construção do memorial, prossegui investigando Resquín. Cf. LEITE, E. F. O general e sua escrita: Resquín e sua Guerra del Paraguay. *Diálogos*, v. 26, n. 2, p. 77-96, 1 dez. 2022.

¹⁶¹ Ao finalizar as breves revisões deste texto, fui surpreendido pelo falecimento de Augusto Proença, no dia 11/06/2023, aos 86 anos de idade.

Memória para a História: "Raízes", de Augusto Proença, a proposta foi compreender as apropriações dos acontecimentos históricos e também da memória familiar, tomadas por Proença como matéria-prima para a produção de sua obra. Esse autor se valeu da memória familiar em relação à colonização do Pantanal para construir a trama de um dos seus contos mais expressivos, "Poeira", para narrar a vida do homem pantaneiro, embrutecido na sua trajetória. Valendo-me ainda de entrevistas com Proença, acredito que consegui demonstrar que a metodologia de construção do texto considera informações de caráter histórico, ou seja, acontecimentos, os quais servem para garantir que o conto oscilasse entre a ficção e a história.

Diretamente relacionadas a leituras, pesquisas e aulas, algumas preocupações mobilizam minha atenção em relação ao campo história, e todas elas decorrem do que designaria como o "ethos" dessa prática cognitiva. A História me incomoda especialmente porque sua matéria-prima está morta e não se submete aos mitos da ressurreição. E na prática de saber sobre esses atores que não podem (re)encenar o acontecimento, ao historiador resta um conjunto complexo de desafios de ordem metodológica e ética não raramente negligenciados em nosso cotidiano.¹⁶²

O historiador jesuíta Michel de Certeau, ao discutir o ofício e o produto forjado pelo historiador, foi preciso em sua síntese acerca das práticas historiadoras para explicar os significados e implicações dos três instantes de nosso trabalho: o do arquivo, o da compreensão e o da escrita, no interior de um espaço de produção de conhecimento. A sua proposição de "operação historiográfica" para designar as etapas de atuação do pesquisador garante uma visão geral sobre o processo, sem desprezar os problemas inerentes à complexidade em averiguar o fenômeno desaparecido, e, friso, as personagens responsáveis por movimentar a maquinaria da história.

Paul Ricouer, filósofo destacável no campo da fenomenologia, igualmente se dedicou a discutir esses momentos estruturantes do trabalho do historiador, apontando os sentidos de cada ação para a produção dos resultados de nosso trabalho. O autor de "A memória, a história, o esquecimento" (2007) examina as etapas vivenciadas pelos historiadores a partir de seus pressupostos, permitindo-nos a partir dessa análise avaliar as implicações das ações de pesquisa sobre o resultado do conhecimento apresentado, ou seja, expondo a prática metodológica a críticas nem sempre agradáveis, quando realizadas. A problemática erigida por Paul Ricouer está presa não somente às práticas ou ao trabalho manual de construção do conhecimento, mas aos

¹⁶² Juntamente com outro colega historiador, ensejei enfrentar parte dessa problemática, cujos resultados estão no seguinte capítulo: COELHO, Fabiano e LEITE, Eudes. Visitar os mortos, compreender a vida. Para que serve a História? In: COELHO, Fabiano, LEITE, Eudes e PERLI, Fernando (org.). **História: o que é, quanto vale, para que serve?** São Paulo: Letra e Voz, 2021, p. 35-62.

sentidos da ação construtora do historiador e às implicações do produto fabricado, sem desprezar o lugar do fabricante. Interessa não somente à filosofia ou à teoria, mas importa muito compreender sentidos e significados do conhecimento, o que coloca a história fabricada sob o olhar refinado da epistemologia do conhecimento histórico.

Ao propor esse exercício de autópsia e reconhecer a utilidade da análise proposta por De Certeau, Ricouer recorre ao que denomina de “estrutura triádica”. Essa estrutura encerra as grandes etapas da faina do historiador, e as formas articuladas recebem a designação de fases, as quais implicam nos instantes constitutivos do percurso realizado pelo historiador em sua deambulação na busca de escrever sobre o passado, expressando a “operação historiográfica”, que, na prática, para Ricouer, é composta pelas “fase documental”, “fase explicativa/compreensiva” e “fase representativa”. O percurso percorrido pelo historiador resulta no texto, cuja finalidade é expressar o conhecimento a respeito do passado, ou seja:

A representação historiadora é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente; mas a própria coisa ausente desdobra-se em desapareção e existência no passado. As coisas passadas são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham sido. [...] É nesse sentido que o anteriormente significaria a realidade, mas a realidade no passado (Ricouer, 2007, p. 294).

Cada um deles, De Certeau e Ricouer, entre vários outros intelectuais, por certo não são “inventores” de tais proposições epistemológicas, mas alcançaram resultados importantes ao se beneficiarem de uma longa tradição no campo das Ciências Humanas, condição reconhecida por ambos. Tomadas, não poucas vezes de maneira superficial e adjetivadas como preocupações *pós-modernas*, as questões acerca dos sentidos da prática historiográfica, bem como das finalidades do conhecimento histórico, derivam fundamentalmente das discussões levantadas desde os últimos 30 anos do século XIX e integraram a pauta das reflexões de historiadores e filósofos ao longo do século XX. Acredito que a definição ou não desse debate ser *pós-moderno* é de menor importância se o avaliarmos a partir da perspectiva do historiador, para quem a noção de processo é uma ferramenta conceitual indispensável. É um tema que atravessa o complexo século XX, na condição de integrante do ato investigativo inerente ao trabalho historiográfico porque possui vínculo com as preocupações em relação à busca pela “verdade” e, em decorrência de tal demanda, pela legitimação política do passado conhecido que os historiadores produzem. Tamanha problemática é um estigma pertinente à condição historiadora.

O que os autores acima referidos denominam de operação historiográfica compreende o trabalho de todo o historiador e dificilmente poderia ser relegado a planos inferiores para alguém que trabalha em um curso de pós-graduação ou mesmo para quem se dedica

simplesmente à pesquisa, sem maiores ligações com a formação de outros pesquisadores, ou seja, a própria (re)produção do campo histórico. No meu caso, como já aponteí, a preocupação maior com as personagens históricas contribuiu para que dedicasse mais atenção às questões teóricas do trabalho do historiador. Entre essas preocupações encontra-se a tentativa de melhor perceber e discutir, com os pós-graduandos, sobretudo, o que significa pesquisar e escrever História, numa variável da pergunta instigante de Michel de Certeau a respeito do que fazemos.

Durante os anos em que venho trabalhando com Teorias e Métodos da História, o tema que apresenta maior dificuldade durante as discussões se refere à narrativa ou à representação historiográfica. É perceptível que essa situação resulta de várias dificuldades pertencentes ao próprio campo histórico, mas, entre esses obstáculos é notória a reação a respeito do significado da narrativa no interior da prática historiadora. Na maior parte das vezes, a reação se dá pelo desconhecimento, o que provoca o preconceito. Explico: a prática intelectual denominada de operação historiográfica recebeu e recebe atenção quando se trata de discutir as duas primeiras fases: a do arquivo e a da compreensão.

Tal questão deriva, sem dúvida, dos esforços que os integrantes do campo desenvolveram para impregnar a prática historiadora de uma noção de cientificidade. Desde o historicismo, passando pelos *Annales* e pelos integrantes da História Social, as preocupações a respeito das fontes e do método enquanto bases para a produção de uma história referida como científica consumiu esforços e reflexões dos principais artífices do campo. Não são poucos os historiadores, e textos por eles escritos, que se debruçaram sobre o tema da cientificidade ou não do conhecimento histórico.

O percurso realizado entre o trabalho de arquivo e o de produção do texto é todo pontuado por várias outras pequenas etapas, mas que podem perder a sua eficácia se a narrativa não for efetivada. A título de exemplo, venho insistindo sobre a importância de identificarmos a historicidade das práticas metodológicas por nós (re)produzidas, o que se percebe no emprego de expressões e jargões cotidianos nos textos e na oralidade: “de fato”, “historicamente falando”, “verdadeiramente”, “documento” enquanto sinônimo de fonte, denunciam mais do que vícios; são indícios de nosso treinamento e dos laços recônditos com o século XIX.

Os indícios se prestam a perceber parte das dificuldades para entender ou verticalizar a reflexão sobre os momentos de nossa atividade, o que possivelmente permitirá libertar a prática historiadora de falsas impressões de isenção que o conceito de ciência carrega. A noção de documento, cujo impacto é indiscutível sobre nosso ofício, me parece fundamental para se apresentar mais comentários a respeito de nossa prática. Grande parte, se não a maioria, dos

historiadores de ofício empregam a noção de documento para referir seu material informativo, o qual será empregado para sustentar a sua explicação; o documento é a prova e, conseqüentemente, a sua presença funciona como alma da explicação e, assim, atesta nossas afirmações.

Sem desprezar as discussões anteriores, mas o aparecimento do “*Faire de Histoire*” sinalizou um conjunto de alterações no campo. Mais tarde, a *Enciclopédia Einaudi* ao publicar o famoso “História e Memória”, livro-enciclopédia de Le Goff, apresentou uma das mais impactantes obras, e que oferece base para que a noção de “documento” fosse repensada. A ampliação e sofisticação do campo histórico, em relação às suas práticas e interesses, estranhamente não provocou os historiadores a considerarem que o documento se referiu aos fragmentos materiais de uma *vontade de poder* e que seu valor decorreu majoritariamente da condição de expressar as determinações de indivíduos ou grupos sociais no controle das instituições. E, ao considerar esse simples, mas significativo detalhe, não caberia a necessidade de reavaliar a questão? Parece-me que, desde o momento em que a prática de pesquisa considerou seriamente o entendimento de que toda a produção humana é aceitável para testemunhar as ações do grupo, o conceito mais apropriado é o de fonte.

Esse tópico, embora menor, faz parte da ampliação do campo histórico, principalmente em relação à diversidade temática que dela passaram a fazer parte. Se entendemos que não só o *documento* é portador de informação, parece importante avaliar uma fonte, tendo em vista as relações de sua produção, objetivando compreendê-la no contexto do fenômeno que pretende “denunciar”. O entendimento dos possíveis processos que originam uma fonte permite ao historiador avaliar eventuais implicações da “natureza” dessa fonte sobre os procedimentos empregados, bem como o impacto nas conclusões de sua pesquisa. Se nenhuma fonte é inocente ou isenta, é lícito esperar que um historiador realize a pesquisa considerando tal aspecto, o que me leva a pleitear que a noção de fonte histórica refere a todo e qualquer material informativo, independentemente de seu formato e, conseqüentemente, merecedor de tratamento peculiar. Com isso, estou apontando para uma constatação: o que denominamos “documento” não é a fonte, mas um tipo de fonte.

Considerar um documento enquanto documento, ou seja, reconhecê-lo como portador de identidade peculiar diante, por exemplo, de um diário ou de uma entrevista, é tomá-lo como resquício da ação de indivíduos ou grupos interessados em questões nele referidas. Uma entrevista produzida por meio da metodologia da história oral é uma fonte peculiar e seu emprego e tratamento exigirá cuidado pertinente às suas características nem sempre idênticas às

de outra fonte. Não é cabível apenas perceber essa fonte como decorrente das intencionalidades ou obstruções da memória do entrevistado, abdicando de compreender e enfrentar esse aspecto. Mesmo historiadores treinados e com grande intimidade na produção e uso de entrevistas não se atentam para a distinção existente entre uma entrevista e o que se denominaria de depoimento.

Uma entrevista é uma fonte resultante de um compartilhamento de intenções – do pesquisador e do entrevistado – na qual é possível visualizar nuances dos envolvidos na produção de um ato de recordação, em geral portador de reflexões de ambas as partes, e que se distingue de um depoimento. O depoimento evoca relato, por vezes considerado puro, sem marcas das intencionalidades ou subjetividades, bem como aponta para as práticas policiais e judiciais, nem sempre realizadas de forma a respeitar a autonomia dos indivíduos. A entrevista pode ser resultado de um conjunto de dúvidas a respeito de um tema ou de indivíduos e seu conteúdo só tem importância pelo tipo de relação existente entre o entrevistado e o fenômeno que se pesquisa.

A fonte oral, resultado de uma entrevista, possui duas marcas inegáveis e significativas para o historiador: a memória e a oralidade. A primeira é bastante discutida por nós e até certo ponto integrou-se ao conjunto de elementos considerados na análise do historiador. A respeito da segunda marca, é preciso considerar que todas as sociedades humanas, guardadas as suas particularidades, desenvolveram estratégias discursivas no âmbito da oralidade, o que faz dela, a oralidade, um fenômeno em si, derivado e derivante de muitos outros caracteres que significam a narrativa desejada pelo pesquisador. Não me parece tranquilo desconsiderar que a oralidade é fenômeno e é uma espécie de *media* na qual há informações desenhadas por meio de intencionalidades do entrevistado, do entrevistador e dos mecanismos que organizam a memória.

A fonte oral e a sua produção, na sequência do apontado acima, não podem ser definidas e apreendidas somente pela consideração do desenvolvimento da tecnologia de gravação ou dos usos da fonte. Em outro momento, escrevi que

A fonte oral se institui a partir de informações orais, portanto articula-se às práticas de oralidade (diálogo) presente no interior da sociedade. Conseqüentemente, uma entrevista é antes de tudo uma relação entre entrevistador e entrevistado, instante em que ocorre o estabelecimento de um diálogo sobre um *assunto*, o qual será exposto a partir do rememorar por parte do entrevistado [...]

E,

[...] toda fonte oral alcança concretude a partir de informações orais e das práticas narrativas. Uma entrevista é antes de tudo uma relação direta entre entrevistador e entrevistado, estabelecendo um instante temporal em que ocorre certo diálogo sobre um ou mais temas[...] (Leite, 2013, p. 18-19).

Considerações teóricas e metodológicas sobre fontes, especialmente sobre fontes orais estão melhor anotadas em boa parte de minha produção, porque o tema me é caro tanto quanto a preocupação com a narrativa, possivelmente pela relação existente entre ambas. A maior parte de meus trabalhos atravessam questões em que a palavra e a oralidade desempenham importante tarefa na configuração não só do discurso, mas na mesma proporção explicitam concepções e representações de mundo. Igualmente, esses trabalhos apresentam parte das preocupações com “a operação historiográfica” que, ao ser pensada sob a condição de prática, a partir da qual se torna possível imprimir sentidos a existências pretéritas, impõe ao historiador um comportamento crítico, especialmente nas etapas de formação na pós-graduação.

Acredito que a prática historiográfica não é um fenômeno hermético, ainda que se considere o pouco impacto que a historiografia profissional possa ter fora de seu próprio campo de produção. É pertinente ao trabalho do historiador – ou deveria ser! – alguma ponderação a respeito das formas de recepção e apropriação de seus trabalhos, considerando-se que a historiografia é o resultado material de um largo exercício intelectual, derivado do emprego de ferramentas razoavelmente aceitáveis no campo. Somente o historiador profissional, de ofício, mas não necessariamente formado em curso de História, apresenta condições mais elaboradas para refletir sobre as suas atividades. Nem todo texto que conte história é instituído enquanto texto historiográfico; a historiografia é reveladora do desenvolvimento do campo ao se apresentar em textos “fortes” e que proporcionem de forma explícita ou implícita a pesquisa e a capacidade de transformar a descoberta em conhecimento histórico.

E chega-se a um dos pontos mais polêmicos da prática historiográfica nos dias atuais: a narrativa. É certo que não se trata de uma questão nova; o mais adequado seria dizer que estamos diante de “velho-novo” debate, mas que ganhou força no processo de crescimento do campo histórico e sua capacidade de se revisitar. No Brasil, essa discussão parece ter crescido principalmente a partir da publicação dos desafidores e desestabilizadores – livros de Hayden White em 1992 e 1994, além de outros artigos dispersos em periódicos da história e da literatura. White não foi o único ou tampouco esteve só nessa discussão, mas talvez por se reivindicar historiador e pela profundidade de suas pesquisas, passou a ser tratado como um “traidor da causa” por boa parte de nós. Penso que nem Paul Veyne, com sua investida ácida sobre as práticas de escrita historiográfica tenha merecido tantas críticas quanto as conclusões

apresentadas em *Trópicos do Discurso*; ensaios sobre a crítica da cultura, principalmente nos “abusos” whiteanos em intitular alguns dos ensaios como “Fardo da história” ou “Texto Histórico como Artefato Literário”. Lugar destacável nessa celeuma ocupa o conhecido ensaio de Lawrence Stone, “O retorno da narrativa; reflexões sobre uma nova velha história” (2013).

Outros intelectuais como Roland Barthes, em *O rumor da língua* (1988), Peter Gay, em *O estilo na História* (1990), Peter Burke, em *A escrita da História: novas perspectivas* (1992) e, não menos importante, Paul Ricoeur autor de *Tempo e Narrativa* (2010), enfrentaram a problemática da escrita e da narrativa historiográfica enquanto uma prática significadora; do mesmo modo, no Brasil, impossível esquecer de Luiz da Costa Lima em *História, Ficção e Literatura* (2006), quando se debruça sobre proximidades e distanciamentos entre os escritos ou mesmo da “natureza” do texto produzido pelo historiador. Não pretendo cartografar todos aqui, mesmo porque não tenho competência para essa empreitada, mas apenas registrar alguns dos mais significativos autores e textos, entre tantos outros, conforme entendo e, ainda, de acordo com a influência de tais textos sobre o meu trabalho de docente e pesquisador.

O debate sobre a narrativa foi progressivamente transformado em falso problema, na medida em que se desprezava a importância do texto na comunicação do conhecimento, na confusão feita entre ficção enquanto sinônimo de ausência de realidade e, ainda, de narrativa como expressão de romance ou, até mesmo, literatura.

A narrativa¹⁶³ sempre integrou o trabalho do historiador; seja os antigos narradores das epopeias, seja os narradores dos mitos indígenas, seja os narradores do século XIX, na ação de dotar o passado de sentido face ao presente e ao público leitor, historiadores alcançam sucesso quando o passado está inscrito em uma estrutura textual. O reconhecimento da presença da narrativa na “oficina do historiador” enquanto conceito e ferramenta não se deve exclusivamente ao que se denominou de “virada linguística”, mas também de percepções a respeito das características do saber histórico, entre elas a impossibilidade de “resgatar” o acontecimento. Do reconhecimento do pertencimento da produção historiográfica ao campo textual ou discursivo, o debate ganhou ares de conflito em que acusações de matizes variadas foram empregadas. Penso que a mais curiosa foi ressuscitar a mal-empregada noção de

¹⁶³ No Brasil, o conceito “narrativa” foi banalizado no vocabulário político brasileiro desde 2019, principalmente com a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dedicada a investigar os descasos do governo de Jair Bolsonaro em relação à pandemia de Covid-19. A partir dali a narrativa deixou de ser um conceito para ser um vocábulo, na prosa ordinária, cujo significado enuncia uma falsificação de certo fato ou acontecimento; transformou-se em palavra cujo sentido mais expressivo seria a inverdade. Esse tipo de apropriação, ressignificação ou deturpação de um conceito está a merecer cuidadosa análise por especialistas em história dos conceitos.

positivismo, - afinal, o que seria o positivismo em História? - agora neopositivismo, para se tentar desqualificar o debate. A recusa em reconhecer a pertinência do texto historiográfico ao campo narrativo é equivalente, acredito, à estratégia do avestruz em seu procedimento de colocar a cabeça em um buraco na procura de, entre outras razões, defender-se de algum desafio!

White, por exemplo, não poucas vezes se viu compelido a responder sobre uma afirmação que não fez: a de que a história é ficção. Seu trabalho, no âmbito da epistemologia, foi compreender e tentar explicar os processos utilizados por historiadores quando em seu ofício produzem historiografia. A partir da “teoria dos Tropos”, esse historiador submeteu à análise textos produzidos por alguns historiadores e filósofos do século XIX, propondo classificações desses escritos que revelariam muito das intenções, das perspectivas e dos lugares ocupados pelos autores. Suas conclusões apontam para o compartilhamento, entre historiadores e literatos, de boa parte de ferramentas e estratégias de construção dos textos que visam alcançar objetivos específicos nas áreas em que se localizam.

Existe ligação entre os dois tipos de escritas, mas os caminhos que antecedem o texto possuem distinções, por vezes tênues, e que podem impactar sobre o resultado da caminhada de pesquisa.

No texto “E as musas se riem: problemas sobre a metaficcionalização da história”, escrito em coautoria, procuramos discutir a problemática da narrativa histórica e narrativa literária, considerando os aportes dos autores aqui já referidos e apontando para o desafio posto, que é o de reconhecer as ligações existentes entre as duas classes de escritos. Nele escrevemos que:

Sem pretender nuançar distinções, cabe lembrar que no âmbito da narrativa é possível perceber que os dois artefatos – o texto literário e o historiográfico – ocupam-se de experiências existenciais, individuais ou coletivas, compartilhando também mecanismos discursivos que promovem a compreensão de fenômenos. O desafio residual diz respeito à compreensão do fenômeno narrativo e à elaboração de estratégias que o fortaleçam, no campo historiográfico, atribuindo-lhe eficácia a partir de sua finalidade; cumprir uma função representativa do passado (Fernandes; Leite, 2010, p. 169).

Como é possível perceber, esse ponto diz respeito ao reconhecimento e à compreensão de que para produzir “efeitos de realidade”, o texto historiográfico não é um fenômeno autônomo dos procedimentos existentes no campo da linguagem escrita. É por meio do texto, da narrativa historiográfica, que se verifica o soerguimento do acontecimento pretérito, mormente porque o conhecimento efetivamente produzido não alcança materialidade além da narrativa que funciona como uma arquitetura informativa a ser acessada pelo leitor.

Identificada essa preocupação, não se pode ocultá-la ou desmerecê-la quando a identidade e a suficiência do saber histórico estão em pauta; não é possível discutir e aprofundar cada uma das etapas da “operação historiográfica”, responsável por fornecer algum entendimento sobre o fenômeno humano não mais existente e, ao final, ocultar a prática escriturística, desprezando o “fato” de que se está exercendo um ato criativo encarregado de transmitir, por meio da escrita, os sentidos e significados encontrados para o passado humano. E o passado conhecido é encerrado no texto! A representação historiográfica é, nesse sentido, uma ferramenta importante para que as demandas sobre o passado sejam alcançadas; pleitos apresentados pelo historiador ou pelo leitor. Não é exagero afirmar que a existência do conhecimento histórico tal como o conhecemos é dependente da narrativa para a sua definitiva existência, já que outras medidas de exposição da pesquisa são praticamente inexistentes no campo histórico.

Ao consumir algum tempo com anotações relacionadas a debates de matiz teórico, o fiz porque se trata de um tema recorrente no cotidiano de meu trabalho. Esses e outros temas aqui convocados atravessam a posição intelectual e política de um docente, sem deixar de resvalar sobre a sua visão de mundo. Ao entender e refletir sobre os limites de nossa atividade é indispensável continuar problematizando os sentidos que o conhecimento histórico apresenta em relação às perspectivas do indivíduo historiador. Aceitar a impossibilidade do “resgate do passado” me parece uma atitude de sinalizar para a necessidade de que o historiador construa estratégias de validação de sua atividade pouco menos aferradas, ou não só aferradas, a justificativas políticas ou ideológicas.

Se o conhecimento histórico decorre de uma série de impulsos sociais, sua materialidade necessita de indivíduos que, contemporaneamente, apresentam-se cada vez mais habilitados para a tarefa de ler e representar o passado. O campo histórico opera pela ação humana, constatação inicialmente óbvia, mas que poucos de nós gosta de discutir.

O encerramento desse memorial requer uma espécie de avaliação em relação ao que anotei sobre a minha trajetória acadêmica, embora ela ainda não tenha se encerrado. Tentarei assim proceder! Julgo que, ao considerar a minha origem social, posso afirmar que sobrevivi e venci um conjunto de limitações estruturais: ter iniciado os estudos em uma escola às margens do rio Miranda e alcançar a possibilidade de vir a ser docente titular na universidade pública brasileira é motivo de satisfação.

De um ponto de análise pessoal, estudar, pesquisar e pensar História foi fundamental para construir a minha identidade e desenvolver uma postura cética em relação aos animais

humanos. Essa condição, segundo considero, é importante para refletir e tentar compreender o que denominamos de “processo histórico” porque interdita expectativas a respeito da bondade enquanto característica inata ao humano: não; nem a bondade ou a maldade são costumes essenciais na espécie que controla o planeta de algum tempo para cá!

Aprendi, ao longo do tempo em que passei a ler História, considerando a entrada no curso de licenciatura até o presente, que a História-conhecimento e seu “objeto”, a História-acontecimento, não comportam finalidades em si. As “duas histórias” podem receber tarefas, criar expectativas ou ser transformadas em ferramentas da mudança ou da conservação a partir da ação dos indivíduos, historiadores ou não, que atribuem objetivos ao conhecimento na prática social. Tal leitura está na base de minha atuação nas aulas, especialmente quando aponto na direção da necessidade de especulações a respeito da história humana, considerando a história dos estudantes enquanto parte de uma complexidade histórica.

Ao mesmo tempo, percebo que o interesse ou a imersão no curso, por parte dos graduandos, se modificou sensivelmente nos últimos anos, algo que preocupa. Essa condição também ocorre, ao que tudo indica, na escola, o que aumenta o problema e impõe desafios importantes para historiadores e professores de História.

Por fim, ou por enquanto, me sinto convencido a respeito de minha opção pelo estudo da História; opção pessoal e interiorizada no conjunto de circunstâncias integrantes e integradas à minha trajetória de vida. Na mesma proporção em que acredito na possibilidade de autonomia dos indivíduos, creio que as opções decorrem de possibilidades e diálogos estabelecidos com o mundo em que se vive. A História permite perceber isso.

Referências

- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CHAUNU, Pierre e outros. **Ensaio de Ego-História**. Lisboa: Edições 70, 1989.
- DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- FERNANDES, Frederico G. e LEITE, Eudes. E as musas se riem: problemas sobre a metaficcionalização da história. In: TETTAMANZY, Ana Lúcia L.; ZALLA, Jocelito e D’AJELLO Luís Fernando Telles (org.). **Sobre as poéticas do dizer**; pesquisas e reflexões em oralidade. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 164-181.
- GAY, Peter. **O Estilo na História**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

LEITE, Eudes Fernando. Entrevista. **Revista Trilhas da História** [eletrônica]. Disponível em: <http://www.trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/516/357>. Acesso em: 16 dez. 2016.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**; ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG/Humanitas, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUCRJ, 2006.

LE GOFF, J.; NORA, P. **História**: novos problemas, novos objetos, novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. (3 volumes).

LE GOFF, Jacques (dir.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Edunicamp, 1992.

LEITE, Eudes Fernando. **Marchas na História**: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal. Campo Grande: Edufms, 2003.

LEITE, Eudes Fernando. A história oral e a oralidade: tonalidades da mesma voz. *In*: LAVERDI, Robson y MASTRÁNGELO, Mariana (comp.). **Desde las profundidades de la historia oral**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013. p. 7-21.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (3 volumes).

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Edunicamp, 2007.

STONE, Lawrence. O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *In*: NOVAIS, Fernando Antonjo e SILVA, Rogério Forastieri da. (org.). **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2013, v. 2. p. 9-36.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 2008.

WHITE, Hayden. **Meta-história; a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso; ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994.

CAMINHANDO SE (RE)FAZ O CAMINHO: UMA GEOGRAFIA ENTREMEADA POR “MUITAS OUTRAS”¹⁶⁴

Maria José Martinelli Silva Calixto

Apontamentos iniciais sobre uma caminhada

*“... em mim
eu vejo o outro
e outro
e outro...”*

Paulo Leminski

Ao resgatar uma caminhada que fiz e vivenciei passo a passo (desde Professora Auxiliar de Ensino-nível I, à classe E, Professora Titular), me vi diante do desafio de transitar entre o objetivo e o subjetivo.

Objetivamente, tinha como propósito relatar, de forma sucinta, o histórico de minha trajetória acadêmico-profissional (atividades registradas em meu currículo Lattes), com inserção de comentários que esclarecem os diferentes estágios de minha formação, com vistas à promoção à classe E, de Professor Titular, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Nesse sentido, procurei atender à exigência de apresentar as minhas “atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante” (cf. art. 33, inciso IV, da Resolução nº 007, de 20/3/2014, do COUNI/UFGD) no período de 1992 a 2017.

Com essa preocupação, elegi um recorte que permitiu/permite a reconstrução analítica de minha formação acadêmico-profissional e que, por ser indicador de um olhar particular, vai

¹⁶⁴ O texto, com algumas adequações, foi publicado em: CALIXTO, M. J. M. S. Entre viveres e fazeres: (re)construção de uma caminhada com a Geografia. In: ALMEIDA, R. A. de; CALIXTO, M. J. M. S. (org.). **Os caminhos do viver e do fazer geografia no estado de Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2021, p. 15-72. Deriva do memorial submetido, em 11 de maio de 2017, à Comissão Especial de avaliação, composta pelos professores: Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP/PP), Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS), Wilson Valentim Biasotto (UFMS) e Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD). Com o propósito de adequar ao formato de capítulo de livro, a presente versão do texto foi sintetizada. No texto original (ver <https://drive.google.com/open?id=1ySfqzAlazLrvnPn2PFDAMHPQIjJurgdo>) consta, detalhadamente, todas as atividades desenvolvidas, artigos e capítulos de livros publicados, trabalhos orientados, trabalhos apresentados e publicados em anais de congressos, funções administrativas, inserção de informações adicionais, números e datas de portaria, resoluções, instruções de serviço etc.

muito além de seu viés objetivo, na medida em que se trata de também colocar no papel a minha trajetória. Trata-se, pois, de voltar no tempo e revisitar meu próprio projeto de vida, verificando o quanto foi possível percorrer do e no caminho e, nesse sentido, várias circunstâncias, sentimentos e lembranças, nem sempre possíveis de serem mensuradas e registradas, se colocaram para mim.

Primeiramente, pelo fato de que falar/escrever sobre nós é sempre um desafio, um olhar particular sobre nós mesmos. Expressa um conjunto de representações que construímos sobre nós mesmos. Envolve o que acreditamos e sabemos que fizemos e como o nosso fazer é visto. Posteriormente, pelo fato de que cada um de nós tem/constrói a sua trajetória, uma história, uma geografia, pautadas em circunstâncias diferenciadas, e nem sempre conseguimos fazer a autocrítica. Nem sempre conseguimos olhar com sinceridade suficiente para entender como essa trajetória é influenciada, influencia ou se reverbera de forma mais ampla.

Esse processo me reportou a uma escolha que fiz na segunda metade da década de 1980 e que, nas possibilidades de entrecruzamento de tempo-espço, um dia “minha” geografia, entremeada por muitas “outras”, se fez.

O entremear desse caminhar/viver/fazer me remeteu a um poema de Paulo Leminski (2003) chamado “Contranarciso” e que, para mim, é bastante significativo quando penso no que foi possível caminhar até aqui:

o outro
que há em mim
é você
você
e você
assim como
eu estou em você
eu estou nele
em nós

O que foi possível construir ao longo do caminho não aconteceu de forma absoluta, mas contém um conjunto de relações/articulações que podem ser analogamente comparadas à natureza do espaço relacional, no sentido atribuído por Harvey (1980).

Portanto, para mim, essa caminhada é uma “*síntese de múltiplas determinações*” (para recuperar uma expressão de Marx). E, assim, o processo de elaboração do memorial, marcou um momento que também trouxe a possibilidade de reflexão de minha trajetória (preenche de

relações com outros e contribuições de outros)¹⁶⁵, de meus compromissos, de minha prática, de meu próprio fazer acadêmico-profissional e mesmo de minhas possibilidades futuras, sobretudo em um contexto tão complexo como o que vivemos.

Gottdiener (1993, p. 27) coloca que, além de uma localização física, o espaço é, também, uma liberdade existencial. Para ele: “O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação.”

Nesse sentido, me vem um questionamento: para além do acadêmico-profissional, o que foi possível a mim contribuir, como sujeito político-social, ao longo desta caminhada?

Vivenciamos um tempo de descrença e de intolerância, um tempo em que o rumo que as coisas tomam parece sinalizar para a falta de perspectivas. Vivenciamos um cenário de desrespeito às diferenças, de posicionamentos que revelam um misto de classismo, de ausência de diálogo e até de rancor. Vivemos um tempo que, conforme alertava Feuerbach, “[...] prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser.”¹⁶⁶

Basta atentar para o cenário político, sobretudo nos últimos quatro anos, para perceber que vivemos, não apenas um contexto de recrudescimento de políticas neoliberais, de usurpação de direitos sociais e de ameaça a princípios democráticos, mas um tempo de demonização da política, de descrença e de intolerância. Fica evidente que vivemos em uma sociedade que é incapaz de fazer ou receber críticas. É incapaz de demonstrar insatisfação e indignação sem apelar para questões pessoais, de gênero ou de etnia. E isso se revela em vários episódios e situações que temos presenciado, seja no meio acadêmico, seja fora dele.

Aqui, muito perto de mim, por exemplo, gritam as atrocidades cometidas por um Estado omissivo e seus representantes. Gritam as injustiças sócio-étnico-territoriais que têm submetido os povos indígenas a uma situação de expropriação e de morte, em suas dimensões física e simbólica. Quantos mundos, sonhos e esperanças são/foram destruídos?

Poderia listar uma infinidade de situações e cenários que têm marcado esse contexto complexo. No entanto, aqui cabe registrar que, mesmo que nesse cenário a verdade pareça profana, ainda prefiro acreditar que a chamada crise de valores em que vivemos pode apontar

¹⁶⁵ Partindo do pressuposto de que todo conhecimento é construído por condições e situações plurais, aqui abro um parêntese para reforçar que este é um dos raros textos em que me expesso na primeira pessoa do singular. Enquanto escrevo, confesso que fico incomodada pela ênfase que esta primeira pessoa assume.

¹⁶⁶ Feuerbach (Prefácio à segunda edição de **A essência do cristianismo**) *apud* DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 13.

para a busca de um novo fazer. E foi nesse sentido, no meu cotidiano e nas pequenas ações, a passos lentos e até anônimos, que fui pautando o meu caminhar.

Assim, a escrita deste texto me permitiu avaliar não apenas a minha pequena contribuição, mas também minhas insatisfações, dúvidas, decepções, erros, acertos, insuficiências e fragilidades. Contudo, nesse processo, me ative a uma questão fundamental, apontada por Milton Santos (2002): a compreensão do mundo se dá a partir do lugar, pois é a partir do lugar que nos inserimos no mundo. É a partir do lugar em que vivemos, que sentimos os problemas e que poderemos buscar outras alternativas. É a partir do lugar em que vivemos, ou a que pertencemos, que as possibilidades podem ser gestadas e construídas.

E foi a partir do meu lugar que tentei contribuir para a construção de um curso, de cujo reduzido quadro docente passei a fazer parte no início da década de 1990. Foi a partir do meu lugar que pude, mesmo que de forma tímida, “engajar-me na ação”, conforme propôs Harvey.

Essa caminhada me permitiu vivenciar, desde 1992, muitas e significativas mudanças. Entre elas, quando o Centro Universitário de Dourados (CEUD/UFMS) passou de centro universitário para campus de Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com um número reduzido de cursos de graduação, e, mais tarde, para Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Nesse sentido, o processo de escrita deste texto, também me permitiu refletir sobre categorias presentes no âmbito da ciência geográfica, dentre as quais destaco, por exemplo, as diferentes escalas de tempo e de espaço. Essas categorias da existência humana (embora seu sentido raramente seja discutido) podem exprimir uma multiplicidade de questões e de situações objetivas, cuja construção é pautada e pauta a nossa prática. E esta caminhada revela isso.

Aqui vale reforçar que este texto expressa um olhar sobre a minha caminhada. Sendo assim, lacunas certamente estarão presentes, mas é para viver e partilhar momentos como o de chegar nesta etapa de minha trajetória pessoal-acadêmica-profissional que também continuo acreditando que vale a pena caminhar.

A caminhada

“Apronto agora os meus pés na estrada...”

Caio Fernando Abreu

Os passos iniciais

Foi na cidade de Presidente Prudente-SP que se deu toda a minha formação educacional básica, cursando as escolas públicas de ensino fundamental e médio: Escola Estadual de Primeiro Grau Maria Luiza Formozinho Ribeiro e Escola Estadual de Segundo Grau Monsenhor Sarrion.

No então ensino primário, na escola Estadual Maria Luiza Formozinho Ribeiro, por influência de uma professora muito dedicada e querida, despertei para o mundo da leitura, a partir de Lygia Bojunga Nunes e sua “Bolsa Amarela”.

Nos tempos do “país que vai pra frente”, da “nação gigante”, de atividades escolares comemorativas do dia 31 de março (um contexto que dificultava qualquer forma de entendimento, não apenas para as crianças), ainda que não tivesse consciência disso, estávamos caminhando para o final do período do Golpe Militar. Me lembro de quando, em 1979, a professora Maria Terezinha Virgili Canci (que, muito posteriormente, descobriria ter cursado Ciências Sociais na FAFI/UNESP) comentou, em sala, que João Batista Figueiredo havia assumido a presidência do Brasil, principiando uma “abertura democrática” que iria se “concretizar” em 1986.

O brincar na rua e o ir e voltar a pé à escola, prática cotidiana comum para qualquer criança da época, fazia com que, mesmo sem saber, a partir do bairro onde morava (Vila Santa Helena), começasse a (re)conhecer a geografia da cidade.

Já no então colegial, no Colégio Monsenhor Sarrion, era uma aluna dedicada em todas as disciplinas, mas não tinha dúvida sobre a minha predileção pelas ciências humanas. Eram as discussões literárias, políticas e socioeconômicas que despertavam a minha atenção e o meu interesse.

Foi nessa escola que, bastante interessada pela disciplina de Geografia, comecei a pensar na possibilidade de cursar a universidade, prestando vestibular na UNESP, como treineira, em 1986, depois de cursar o segundo ano do ensino médio (então segundo colegial). Nesse concurso vestibular, me marcou o tema da redação: “Viver é muito perigoso”, me instigando a ler Guimarães Rosa. Mesmo não podendo realizar a matrícula no curso de Geografia, a aprovação no vestibular de uma Universidade Pública serviu como estímulo para que prestasse novamente no ano seguinte, 1987. Foi assim que teve início a minha vida acadêmica.

Aqui, não poderia deixar de registrar a importância de meus pais, sobretudo de meu pai que, ao pensar para além do que as condições socioespaciais lhe possibilitavam, foi um grande incentivador. Mesmo sendo uma pessoa simples, sempre procurou deixar claro para os filhos a importância de estudar. Pelo fato de meu pai ser funcionário da FCT/UNESP de Presidente Prudente, desde criança, aquele ambiente me serviu de referência.

Neta, filha, e irmã mais velha, acabaria sendo a primeira, na história da família, a possuir um diploma de nível superior.

A caminhada acadêmica

“Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia...”

Guimarães Rosa

O “princípio” do caminho ...

Ainda que a minha trajetória educacional tenha tido início bem antes da trajetória acadêmica, neste texto optei por centrar os relatos a partir do ano de 1987, quando ingressei, na condição de discente, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – Campus de Presidente Prudente, e concluí o curso de Licenciatura Plena em Geografia, em 1990, e de Bacharelado, em 1991.

Nesse mesmo ano, fiz seleção e fui aprovada no Programa de Mestrado em Geografia, área de concentração “Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental”, também da UNESP – Campus de Presidente Prudente e, dessa forma, durante o ano de 1991, concluí a monografia de bacharelado e fiz os créditos em disciplinas no programa de mestrado.

Durante o curso de graduação, tive a oportunidade de participar de eventos e de diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de ter tido a possibilidade de integrar, na condição de discente, o Conselho do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, o Conselho da Pós-Graduação em Geografia e a congregação daquela instituição. Essas atividades foram fundamentais para minha formação, amadurecimento e entendimento de parte dos meandros de funcionamento do curso e de uma instituição de ensino superior.

Dentre outras atividades que a vida acadêmica me possibilitou, é importante referenciar a oportunidade de participação, durante o curso de graduação, dos trabalhos de campo. Do primeiro ao quarto ano de curso, participei de quatro grandes projetos de trabalho de campo, para as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. Aqui cabe uma ressalva: foi por meio do trabalho de campo, desenvolvido em 1989, que conheci Dourados, cidade em que, naquele momento, não poderia imaginar que, três anos depois, viria a morar e construir minha trajetória profissional.

No que concerne à atividade de pesquisa, vale ressaltar que a minha identificação com a Geografia Urbana (área em que sempre atuei e atuo) teve início também no decorrer do curso de graduação, quando, por intermédio de uma bolsa de iniciação científica, concedida pelo CNPq, no período de março de 1990 a fevereiro de 1991, iniciei um trabalho intitulado “A produção do espaço urbano em Presidente Prudente-SP: investimentos públicos locais e estruturação urbana - o Parque do Povo”.

Além de meu primeiro trabalho apresentado, em 1991, no 3º Congresso de Iniciação Científica da UNESP, essa pesquisa acabou por se consubstanciar na monografia de bacharelado, desenvolvida com a colega Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli, e defendida em 5 de dezembro de 1991 (Martinelli Silva; Hora, 1991).

Da realização do trabalho de monografia, ficou a experiência bastante enriquecedora da descoberta propiciada pelo trabalho de campo, tornando claro para mim que não existe uma oposição entre realidade e teoria; ao contrário, existe uma articulação, suscitando, ainda, novas questões a cada linha redigida, o que acabou por me instigar na perspectiva da continuidade. Desse trabalho de monografia também resultou um artigo, publicado no **Caderno Prudentino de Geografia**, em 1992 (Martinelli Silva; Hora, 1992).

Destaco que, na iniciação científica e na elaboração da monografia, portanto, já no curso de graduação, tive a oportunidade de ser orientada pela professora Dr^a Maria Encarnação Beltrão Sposito – Carminha – profissional atenciosa, extremamente competente e comprometida, cujas aulas e outros momentos de interlocução soavam-me sempre como aprendizado.

Ainda tendo como órgão financiador o CNPq, também sob a orientação da professora Dr^a Maria Encarnação Beltrão Sposito, no período de março de 1991 a fevereiro de 1992 (concomitantemente ao início do curso de mestrado), fui bolsista da modalidade “aperfeiçoamento”, desenvolvendo o projeto: “Reestruturação da cidade: o papel exercido pelo

poder público no processo de reurbanização de Presidente Prudente-SP”. Essa foi uma oportunidade que aprofundou de maneira muito construtiva a minha formação.

Destaco esses trabalhos¹⁶⁷, pois se constituem um marco em minha trajetória acadêmica, na medida em que não apenas assinalaram o primeiro contato com a pesquisa científica, oportunizando uma primeira possibilidade de reflexão acerca da temática urbana, mas, sobretudo, acabaram por instigar-me a continuar com as atividades de pesquisa.

A partir de então, passei a refletir acerca do papel do poder público local no que diz respeito à sua ação/intervenção no espaço urbano, mais particularmente, no processo de “valorização” de áreas urbanas.

Com essa intenção e buscando, ao mesmo tempo, tentar amadurecer as minhas inquietações, no curso de mestrado (iniciado em 1991), desenvolvi um trabalho que representou um esforço de compreensão acerca da lógica que move o processo de produção e de apropriação do espaço urbano e sua conseqüente reestruturação, por intermédio da análise dos desdobramentos decorrentes da intervenção direta do poder público local, via reurbanização de uma área considerada degradada – o Parque do Povo (Martinelli Silva, 1994).

Como desdobramentos da pesquisa de mestrado, concluída no ano de 1994, além de apresentação de trabalhos em eventos científicos (como o 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos, ocorrido em Curitiba, em 1994, e o Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL – ocorrido em Havana, Cuba, em 1995), publiquei um artigo na **Revista Formação** (Martinelli Silva, 1995a) e outro na **Revista de Geografia de Dourados** (Martinelli Silva, 1995b). Também resultou em um capítulo no livro **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**, organizado por Maria Encarnação Beltrão Sposito (Calixto, 2003).

Outro ponto importante no meu processo de formação diz respeito à participação em eventos, sobretudo os promovidos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), entidade a que sou associada desde 1989. Foram várias as atividades acadêmicas das quais participei, direta ou indiretamente, e que reafirmaram ainda mais o meu interesse pela Geografia. Da mesma forma, foram muitas as atividades culturais ou mesmo políticas que participei/acompanhei, como: assembleias estudantis, assembleias docentes, assembleias da AGB etc.

¹⁶⁷ Optei por trazer meus textos publicados, seja em formato de livro, seja em artigo de revista científica, nas referências bibliográficas.

Também pude acompanhar o processo de surgimento e participar da fase de implantação do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GASPERR/UNESP, que, depois de cerca de dois anos de organização, iniciou em dezembro de 1992.

Após concluir a graduação, em 1990, as perspectivas de ir para a sala de aula, em Presidente Prudente, eram pequenas. Ainda que já tivesse ingressado no curso de mestrado, não tinha bolsa, pois, na época, e com o curso da UNESP relativamente novo, ser bolsista de mestrado era condição rara. Me recordo da alegria que tomou conta de mim quando, em substituição a uma licença, me foram atribuídos 30 dias de aula ininterruptos na Escola Estadual Adolpho Arruda Mello que, naquele momento, havia sido elevada à categoria de “Escola Padrão”, um projeto implantado no estado de São Paulo, no governo Luiz Antonio Fleury Filho (1991-1994).

Assim, foi na Escola Estadual Adolpho Arruda Mello que dei minhas primeiras aulas, iniciando minha relação com a docência, como professora da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo (em caráter eventual), durante o 1º semestre de 1992.

A caminhada acadêmica/profissional

*“O real não está na saída nem na entrada.
Ele se dispõe para gente é no meio da travessia.”*

Guimarães Rosa

Da UFMS à UFGD

A cada momento de minha caminhada, novas questões se apresentavam. E, assim, em 1992, ainda com o curso de mestrado em andamento, iniciei efetivamente a minha vida profissional. Naquele momento, para ingresso na carreira docente do ensino superior, não era exigida qualquer outra titulação além da graduação e, ainda mestranda, por intermédio de concurso público de provas e títulos, ingressei na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Centro Universitário de Dourados (CEUD), como professora Auxiliar Nível I, por meio da Portaria nº 637, de 4 de agosto de 1992. Na UFMS atuei até o momento em que, a partir do Campus de Dourados, foi criada a UFGD.

Naquele contexto, sob o governo Collor, passávamos a vivenciar uma conjuntura de transição e de políticas mais visivelmente atreladas ao neoliberalismo. Começar formalmente as minhas atividades, ingressando como docente recém graduada em uma universidade federal, e com pouco mais de 24 anos de idade, sem dúvida, foi um desafio bastante estimulante. Esse desafio se tornava ainda maior porque, na ocasião, o curso de Geografia ainda apresentava inúmeras carências que iam do espaço físico ao quadro docente. Passei a ocupar uma sala com mais seis colegas do quadro docente efetivo. Partilhávamos, além da sala, a vontade de construir um curso melhor. Talvez por isso, apesar de todas as limitações que enfrentávamos, as minhas primeiras aulas foram plenas de sentido para a minha vida profissional, que, de fato, se iniciava.

No início da década de 1990, tomava corpo, na UFMS, uma discussão sobre a reestruturação dos cursos de Geografia. Dessa forma, pouco menos de um mês após iniciar o meu trabalho, participei, em Campo Grande, do “I Seminário de professores de cursos de Geografia dos centros universitários de Aquidauana, Corumbá, Dourados e Três Lagoas/UFMS”, ocorrido nos dias 10 e 11 de setembro de 1992, e promovido pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

No período de 25 a 27 de agosto do ano de 1993, ocorreu, em Aquidauana, o “II Seminário de professores de cursos de Geografia dos Centros Universitários de Aquidauana, Corumbá, Dourados e Três Lagoas/UFMS”. Ou seja, com o curso de Dourados, a UFMS possuía quatro cursos de Geografia e o seminário partia de uma avaliação da situação dos cursos de cada centro.

Alguns colegas, sobretudo de outros centros universitários, defendiam que o fato de termos quatro cursos funcionando precariamente, impossibilitava qualquer processo de verticalização. Nesse sentido, dentre outros, havia um grupo que propunha a abertura de um único curso, concentrando todos os docentes dos quatro cursos, infraestrutura etc., na capital do estado.

Apesar de toda a energia despendida nesses debates, a discussão arrefeceu e a UFMS continuou com os quatro cursos, até o momento em que foi criada a UFGD, quando o curso de Geografia de Dourados passou a pertencer a esta universidade. Essa foi uma experiência bastante importante para alguém que estava iniciando a sua atividade profissional, pois pude conhecer melhor as nuances que envolviam o funcionamento dos diferentes cursos de Geografia da UFMS.

Minhas atividades de ensino, naquele momento, ainda se davam concomitantemente com as atividades acadêmicas de formação, haja vista me encontrar com o curso de mestrado em andamento na UNESP. Já havia cumprido os créditos em disciplinas em 1991, mas a pesquisa, que tinha como objeto de análise a cidade de Presidente Prudente, ainda estava em andamento, o que demandava longas e constantes horas de viagem.

Na ocasião, era necessário envolvimento e trabalho em praticamente todas as frentes, indo desde a participação na divulgação do concurso vestibular/1993 na cidade e na região, até a tarefa de tentar promover atividades no curso, distante dos centros do país, com tradição em pesquisa científica e do próprio fazer acadêmico. Ou seja, um curso que ainda não tinha, entre as suas atribuições, a rotina da pesquisa científica, ou mesmo de outras atividades acadêmicas.

Nenhum dos docentes do então curso de Geografia do Departamento de Ciências Humanas (DCH) do CEUD/UFMS possuía o título de doutor. Apenas dois tinham formação em nível de mestrado (sendo um deles, recém mestre). A maior parte tinha apenas formação em nível de graduação e/ou especialização.

Assim, além de assumir uma carga horária de ensino que me levava à sala de aula de segunda a sexta-feira, portanto, todos os dias da semana, a forma que encontrei de realizar algumas discussões complementares e que avaliava importantes no curso, se dava por meio da extensão universitária. Essas ações, por serem de caráter coletivo, acabavam por fortalecer o estreitamento da relação com o curso de graduação em Geografia, fomentando temas e questões que propiciaram importantes momentos de debates.

As atividades de extensão, na maioria das vezes, foram pensadas em consonância com as atividades de ensino, ou mesmo de forma que pudessem possibilitar o despertar para novas temáticas de pesquisa, possibilitando a reflexão e o debate.

Já no ano de 1992, no período de 23 a 27 de novembro, logo após o ingresso na instituição, coordenei o projeto de extensão “Relatório de Impactos Ambientais”. Na ocasião contei com a contribuição voluntária de um estimado colega do curso de mestrado da UNESP, William Rosa Alves, que veio acompanhado de Elizeu Ribeiro Lira, também mestrando da UNESP e professor da Universidade Federal de Tocantins (UFT).

Em 1993, cerca de um ano após iniciar meu trabalho, com muita satisfação concluí a minha primeira orientação de um trabalho de conclusão de curso¹⁶⁸, realizado por Angelita

¹⁶⁸ Desde então, até março de 2023, foram orientados e devidamente concluídos 49 trabalhos de conclusão de curso de graduação.

Batista da Silva e intitulado “A questão habitacional em Dourados-MS: o exemplo do residencial Jardim Maracanã”. É importante destacar esse trabalho, pois representou, não apenas minha primeira oportunidade de orientação de uma pesquisa científica, mas, sobretudo, me colocou em contato com uma temática que posteriormente seria objeto de minha tese de doutoramento – a temática habitacional.

A relação com a extensão continuou nos anos seguintes e, em 1993, coordenei o projeto “Produção da cidade”, ministrado pela professora Maria Encarnação B. Sposito, da UNESP/PP, no período de 25 a 28 de outubro.

É importante destacar que essa foi uma atividade ímpar em um curso onde os poucos alunos tinham muita dificuldade de se deslocar e participar de eventos em outras instituições. Por meio desse projeto de extensão, pude tornar possíveis discussões e embasar o primeiro grupo de estudos sobre a cidade e o urbano no interior do curso, discussão que foi implementada no ano seguinte (1994), com a coordenação dos projetos “Elementos de Planejamento Municipal”, ministrado por José Gilberto de Souza, hoje professor da UNESP – Campus de Rio Claro, de 17 a 19 de novembro, e “Curso Básico de Windows e Word for Windows”, ministrado por Alexandre Cuerin Parisotto, de 28 de novembro a 10 de dezembro.

Por meio desses projetos tomava corpo, de forma muito embrionária, um espaço para discussão de questões ligadas à cidade e ao urbano e que, posteriormente, embasou o grupo de estudos de Geografia Urbana.

Merece destaque o fato de que, no ano de 1994, de forma coletiva, o conjunto de professores do curso de Geografia iniciou uma discussão que culminou na criação da AGB – Seção Dourados (1995), em cuja constituição da primeira diretoria (1995-1996) assumi a função de primeira tesoureira. Continuei participando da composição das diretorias posteriores e fui: segunda tesoureira (1997-1998) e coordenadora de divulgação (1999-2000). Na gestão de 2000-2002, assumi a função de diretora da seção local e de coordenadora de publicação, de 2002 a 2004.¹⁶⁹ Na gestão 2017-2019, assim como na gestão de 2021-22, fui a segunda tesoureira da AGB – Seção Dourados.

No ano de 1995, por ocasião do dia do geógrafo, tive a oportunidade de coordenar, em parceria com a AGB – seção local, colegiado de curso e o centro acadêmico de Geografia, a “IV

¹⁶⁹ A trajetória da AGB – Seção Dourados pode ser consultada na **Revista Terra Livre**, ano 20, v. 1, n° 22, jan./jul. 2004, em texto denominado: “AGB-Seção Dourados: memória e história de um processo de construção coletiva”, p. 85-97. O texto traz as atividades realizadas pela seção de Dourados e o processo de interlocução em escala nacional, destacando a publicação da **Revista de Geografia de Dourados**.

Semana de Geografia do CEUD”, com o tema: “Mercosul, territorialização e tecnologia: o papel do geógrafo”. Nesse evento, contamos com a colaboração do professor da UNESP/PP, Dr. João Lima de Santana Neto, além dos professores Claudemira A. Ito (UNESP/PP) e Paulo Roberto Jóia (CEUA/UFMS).

Ainda no ano de 1995, logo após defender a dissertação de mestrado, assumi a coordenação do Curso de Graduação em Geografia. A condição de coordenadora do curso também me colocava como membro do Conselho de Centro do CEUD/UFMS, atribuições que foram de extrema importância para a minha experiência em gestão acadêmica. Desde então, sempre participei do colegiado/coordenadoria dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, seja na UFMS, ou na UFGD.

Em 1995 também colaborei na coordenação do projeto de extensão “Mato Grosso do Sul e Mercosul: integração e perspectivas”, realizado no período de 14 a 18 de agosto, com carga horária de 52 horas. Na ocasião, dentre outros, contamos com a contribuição da professora Dr^a Monica Arroyo, da Universidade de São Paulo (USP).

Foi também no ano de 1995 que, após a constituição da primeira diretoria da AGB – Seção Dourados, de forma coletiva, passamos a implementar esforços para a criação de novos canais de discussão e divulgação das pesquisas regionais. Assim, colaborei com o nascimento da **Revista de Geografia**, editada localmente, e que, a partir do 5º número, passou a ser editada pela editora da UFMS. Ainda que a editora estivesse sediada em Campo Grande, sempre manteve a sua comissão editorial no Campus de Dourados. A revista era publicada com o selo da AGB – Seção Dourados.

A **Revista de Geografia**, com periodicidade semestral, cujo primeiro número foi lançado em 6 de outubro de 1995, chegou ao seu 20º número (com tiragem de mil exemplares) e passei a compor o sua Câmara Editorial (desde o primeiro número), e a Comissão Executiva (que se responsabilizava pela execução da revista), do 13º ao 19º número (de janeiro de 2001 a junho de 2004). Infelizmente, após a publicação do 20º número, a proposta da revista foi perdendo fôlego, até culminar, reforçada pelas circunstâncias da criação da UFGD e a consequente separação da UFMS (cuja editora era responsável pela sua impressão), na sua interrupção.

No ano de 1996, coordenei a “*V Semana de Geografia do CEUD*”, que teve como tema “Mundialização e novas territorialidades”. Nas duas conferências realizadas, contamos com a contribuição dos professores da UNESP/PP – Maria Encarnação Beltrão Sposito, com o tema

“Novas territorialidades urbanas”, e Eliseu Savério Sposito, com o tema “Mundialização e sistemas produtivos”. Pela primeira vez, os trabalhos apresentados em um evento ocorrido localmente tiveram um canal de publicação e de divulgação: os resumos dos trabalhos da “*Semana de Geografia do CEUD*” foram publicados na **Revista de Geografia**, em seu nº 4, em 1996.

Da mesma forma, na condição de coordenadora do curso, no ano de 1996, coordenei o projeto, em parceria com uma colega do Curso de Letras, Rosana Cristina Zanelatto, “Instrumentalização, leitura e interpretação de texto”, projeto esse que foi idealizado em função de termos percebido uma dificuldade dos alunos do curso de ler e interpretar os textos discutidos em sala de aula.

No ano de 1996, após ser aprovada no programa de doutorado, iniciei os créditos em disciplinas na UNESP/PP, o que me fazia viajar de ônibus, semanalmente, conciliando os estudos com as atividades da coordenação do curso e com as atividades de ensino.

Dentre as disciplinas cursadas destaco “Urbanização e Produção da Cidade”, cujas atividades propostas permitiram a produção do artigo: “A nova territorialidade urbana: ensaiando a discussão”, publicado na **Revista Formação**, no ano de 1997 (Martinelli Silva, 1997).

No ano de 1997, por meio do plano de capacitação docente da UFMS, pude contar, por três anos (1997, 1998 e 1999), com um afastamento integral de minhas atividades de ensino. Portanto, diferentemente do mestrado, para o desenvolvimento das atividades no curso de doutorado, contei com um afastamento institucional de três anos. Retornei, no ano 2000, com a tese ainda em andamento.

Conforme processo eleitoral realizado em 31 de agosto de 2000, assumi o cargo de diretora da AGB – Seção Dourados. Dentre outros, aqui destaco três pontos que avalio importantes e nos quais estive diretamente envolvida como diretora da seção local (gestão 2000-2002):

1) O embate com a administração municipal de Dourados sobre a abertura de concurso público para o cargo de geógrafo e sua regulamentação no plano de cargos e salários da prefeitura.

2) A indexação da **Revista de Geografia**, que foi fundamental para o seu processo de consolidação. Assim, em 2001, como resultado do esforço empreendido principalmente pela

então diretora de publicação Márcia Yukari Mizusaki (que manteve contato com o comitê consultor da GeoDados), o nº 13 da Revista recebeu o ISSN 1519-4817.

3) A aquisição de um computador de mesa. Em um contexto marcado por carências de várias ordens, pequenas conquistas eram comemoradas como sinais de grande feito. Foi o que vivenciamos quando, na gestão 2000-2002, conseguimos adquirir um computador novo com impressora, ajudando sobremaneira nos trabalhos da diretoria da AGB – Seção Dourados. Isso exigia também um local mais apropriado para o funcionamento da seção que, naquele contexto, chegou a discutir a possibilidade de construção de uma sala, com recursos próprios.

Também destaco a participação, via AGB, nas discussões voltadas para a elaboração do Plano Diretor de Dourados, iniciadas em 2002; na “Conferência das Cidades”.

Também merece destaque o fato de que, já no final da década de 1990, juntamente com os colegas de curso, iniciávamos as discussões para a elaboração do projeto de um curso de pós-graduação *lato sensu*, que resultou no Curso de Especialização em Geografia, área de concentração “Desenvolvimento regional”. O curso foi oferecido em duas etapas e, de 2000 a 2005, ministrei regularmente a disciplina “Produção do Espaço Urbano” – com carga horária de 45 h/a – e orientei sete trabalhos de pesquisa, todos tomando como objeto de análise a realidade urbana de Dourados e/ou de outros centros da rede urbana da porção sul do estado, como: Fátima do Sul, Itaporã, Maracaju, Ponta Porã e Caarapó. Assim, por intermédio da orientação das pesquisas, ampliava a minha escala analítica para a rede urbana regional.

Também vale mencionar que, no ano de 2003, coordenei o projeto de extensão “Análise da questão: metodológica, urbana e ambiental na ciência geográfica”.

No que diz respeito à tese, é importante salientar que, desde que passei a residir em Dourados, observava a sua realidade urbana. No tocante à questão da localização no interior da cidade, a presença de conjuntos habitacionais em uma das áreas mais “valorizadas” em termos imobiliários despertou-me para a necessidade de entendimento da lógica que move o processo de produção e apropriação desse espaço.

Por conseguinte, as transformações vividas pela região de Dourados, principalmente a partir da década de 1970, traziam e trazem novos problemas e uma nova realidade a ser investigada e aprofundada. Daí o meu interesse em tentar compreender de que forma os rumos e as tendências da política urbana impetrada no nível federal, sobretudo a partir de meados da década de 1960, interferiram no papel desempenhado pelo poder público, no que concerne ao

direcionamento da produção habitacional local, via Banco Nacional da Habitação - BNH, em um contexto marcado por mudanças nas relações de trabalho e de produção no campo.

A partir dessas preocupações, desenvolvi a tese de doutoramento (iniciada em 1996 e concluída no ano 2000, também junto ao Programa da UNESP – Campus de Presidente Prudente), intitulada “O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS” (Calixto, 2000a). Para essa discussão, utilizei como autores principais de referência: Henri Lefebvre, Mark Gottdiener, Milton Santos, dentre outros.

Parti da análise do Estado que, de acordo com Lefebvre (1976, 1986), é um agente que não apenas intervém no espaço, mas também participa do processo de produção desse espaço, pois, mediante práticas burocráticas e intelectuais, cria um espaço de dominação político-econômica. Cada intervenção desse agente modifica as relações socioespaciais preexistentes que ganham um novo significado, ou nova base de sustentação, diferente da do momento anterior e, muito possivelmente, de uma nova relação que poderá se estabelecer.

A cada ação/intervenção recriam-se relações, uma vez que as transformações não ocorrem apenas no nível econômico, mas também no âmbito político, cultural, social e espacial. Esse processo caracteriza-se por um rearranjo do espaço, dos padrões de ocupação, bem como por novas formas de ação/intervenção.

A escolha dessa temática como objeto de pesquisa e análise, além de meu singular interesse pela realidade urbana e, especificamente, pelas políticas públicas, prendeu-se também à oportunidade de oferecer uma contribuição ao avanço do conhecimento sobre a cidade, sobretudo se considerarmos que o processo de produção do espaço urbano pouco havia sido tomado como objeto de estudo.

Ou seja, vivíamos em um contexto no qual a cidade Dourados ainda não havia sido tomada como objeto de análise mais aprofundada, na perspectiva da pesquisa acadêmica. Desse modo, o estudo que desenvolvi representou a possibilidade de contribuir com o processo de construção do conhecimento e, sobretudo, com os estudos de uma cidade do interior do estado de Mato Grosso do Sul. As reflexões realizadas na tese resultaram no livro intitulado “Produção, apropriação e consumo do espaço urbano. Uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS”, publicado pela editora da UFMS, em 2004 (Calixto, 2004).

Afora o livro resultante da tese, outras reflexões foram apresentadas em eventos e também sistematizadas e publicadas em revistas científicas da área, capítulos de livro e/ou outros veículos de divulgação.

O desdobrar da caminhada

“Todas as coisas de que falo estão na cidade.”

Ferreira Gullar

O desdobrar no ensino

Inicialmente, reforço que as atividades aqui elencadas como **ensino**, muitas vezes, também cumpriram a função de **extensão**, ou mesmo, forneceram subsídios para a prática da **pesquisa**, haja vista haver clareza da indissociabilidade entre esses três pilares (ensino, pesquisa e extensão).

No curso de graduação, tanto na UFMS quanto na UFGD, além de orientar trabalhos de conclusão de curso (quando o aluno desenvolve uma monografia), monitoria de ensino e extensão, trabalho com a disciplina Geografia Urbana. Contudo, ao longo do tempo, também ministrei outras disciplinas, como: Geografia da População; Geografia Regional; Planejamento aplicado à Geografia; Territórios, Fronteira e Globalização; Regionalização do Espaço Mundial; Trabalho de Conclusão de Curso (Trabalho Orientado I, II e III); Produção da Cidade; e, mais recentemente, Urbanização e Cidades Médias.

Afora o trabalho desenvolvido no curso de graduação, sempre ministrei regularmente a disciplina “Urbanização e Produção do Espaço Urbano”, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, tanto da UFMS quanto da UFGD.

Aqui vale reforçar que a condição de docente de um programa de pós-graduação traz atribuições de várias naturezas, como, por exemplo: orientação de pesquisas de mestrado e doutorado, participação em bancas de defesa e em bancas de qualificação, dentro e fora da instituição etc. Assim, destaco que durante essa trajetória, até março de 2023, pude concluir a orientação de 24 dissertações de mestrado e de três teses de doutoramento. Da mesma forma,

também participei de bancas de qualificação e de defesa de Mestrado e Doutorado, tanto internas quanto externas à UFGD.

Nos últimos anos, a preocupação com a temática das cidades médias, sobretudo a partir da análise de Dourados, minha principal referência empírica de estudos, tem sido mantida e expressa por meio de debates, grupos de estudos, orientações de trabalhos de graduação, de iniciação científica, de mestrado, de doutorado e de supervisão de pós-doutorado.

Como desdobramento de minha participação na Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe, e como uma forma de ampliar a discussão acerca da temática, propus, na grade curricular do curso de graduação, a disciplina eletiva “Urbanização e Cidades Médias”, que passou a ser por mim oferecida a partir do ano de 2016, com carga horária de 72 h/a.

Ainda no que concerne às atividades de ensino, além das aulas teóricas, todos os anos desenvolvo atividades de campo. Tais atividades, ainda que nem sempre cadastradas no formato de projeto de ensino, fazem parte do plano de ensino das disciplinas Geografia Urbana, Produção da Cidade, Urbanização e Cidades Médias e são realizadas anualmente.

Como forma de estreitamento da relação com a coordenadoria do curso de graduação, de 2008 a 2014, fui membro da Comissão de Atividades Complementares do Curso de Geografia da UFGD e membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Geografia da UFGD, de 2011 a 2014 e de 2019 até a atualidade.

Em consonância com as atividades de ensino, tenho mantido regularmente a atividade de grupo de estudos, ligado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários – LEUA e ao Grupo de Pesquisa TERRHA - Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social.

Desde meados do ano 2000, mensalmente, ocorre o colóquio “*A cidade, o urbano e outros diálogos*”, reunindo docentes e discentes de pós-graduação e da graduação (PET, IC e TCC), dentre outros. Ocasionalmente, esses colóquios também contam com a participação de professores de outras instituições e professores da rede pública e privada de ensino de Dourados, configurando-se em uma oportunidade de troca de ideias, de experiências e o estreitamento das relações com alunos do curso de graduação e pós-graduação em Geografia (mestrado e doutorado).

Também destaco que, em 2008, submeti uma proposta, gestada coletivamente,¹⁷⁰ aprovada junto ao SESU/MEC, e assumi a função de tutora do Programa de Educação Tutorial – PET do Curso de Geografia da UFGD, função que ocupei de janeiro de 2009 a julho de 2015, onde pude implementar atividades acadêmicas que integraram pesquisa, ensino e extensão.

Avalio essa experiência como uma das mais enriquecedoras de minha trajetória, visto que visava a integração e o estreitamento de relações, tanto no interior do grupo como com o curso de graduação, com da comunidade acadêmica e com a sociedade. A ação efetiva como tutora me possibilitou atuar em várias frentes e/ou aspectos. As ações propostas, por serem de caráter coletivo, fortalecem o espírito de equipe do grupo, estreitando, sobremaneira, a relação com o Curso de Graduação em Geografia, com alunos do programa de pós-graduação, bolsistas de iniciação científica etc.

Vale referenciar que, devido às características dos acadêmicos do curso de graduação em Geografia da UFGD (em sua maioria, alunos trabalhadores e de curso noturno), as ações promovidas pelo grupo PET contribuíram, sobremaneira, para que os alunos pudessem cumprir, total ou parcialmente, a carga horária prevista em Atividades Complementares¹⁷¹ (atividades de ensino, pesquisa e extensão previstas no Projeto Pedagógico do Curso) no âmbito do curso e nas dependências da UFGD. Isso revela a importância do papel do tutor e do grupo na apreensão das necessidades da demanda. Essa realidade possibilitou a abertura de uma perspectiva mais atual e dinâmica no grupo e, por consequência, em todo o curso de graduação.

O desdobrar na pesquisa

Desde a conclusão do doutorado, além da publicação de artigos¹⁷², foram intensificadas as orientações de trabalhos, seja em nível de graduação e iniciação científica, seja em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*, assim como a coordenação e/ou colaboração em projetos de pesquisa.

Além dos projetos já cadastrados na Coordenadoria de Pesquisa da UFMS e que eu já vinha coordenando, em 2001, passei a compor a equipe de colaboradores/pesquisadores dos projetos, financiados pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e

¹⁷⁰ Durante o período em que exerci a função de tutora do Grupo PET do curso de Geografia, contei com a imprescindível colaboração dos colegas: André Geraldo Berezuk, Charlei Aparecido da Silva, Pedro Alcântara de Lima e, sobretudo, Márcia Yukari Mizusaki e Cleonice Gardin.

¹⁷¹ Destaco que fiz parte da comissão responsável pelas Atividades Complementares do Curso de Graduação em Geografia de 2007 a 2014.

¹⁷² Calixto (2000b); Calixto (2001 a, b, c), Calixto (2002); Calixto (2003) e Calixto (2005).

Tecnologia (FUNDECT): “Diagnóstico sócio-econômico dos municípios da Bacia do Médio Ivinhema-MS: subsídio para o desenvolvimento regional” (2001-2006); e “Produção do espaço geográfico nos municípios da Bacia do Médio Ivinhema” (2002-2005), coordenados por Lisandra Lamoso. Por meio desses projetos, pude ampliar o escopo de análise para os municípios da chamada Bacia do Médio Ivinhema, publiquei um capítulo de livro (Calixto, 2008) e orientei vários trabalhos de pesquisa, entre trabalho de conclusão de curso de graduação e iniciação científica.

Da mesma forma, de fevereiro de 2001 a julho de 2002, cadastrei na coordenadoria de Pesquisa da UFMS, o projeto denominado “Subsídio ao Plano de Complementação Urbana da Cidade de Dourados (com vistas à implantação da Usina Termoelétrica/GN”, que, por sua vez, estava ligado aos projetos “Avaliação ambiental estratégica para o gás natural – AAE/GN”, e “Centro de análise e monitoramento ambiental do gás natural - GASLAB”, que envolvia uma parceria entre os pesquisadores do Centro de Análises e Monitoramento Ambiental do Gás – GASLAB, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Dourados e a EMBRAPA/CPAO – Centro de Pesquisa Agropecuária do Oeste. Essa experiência foi bastante rica, sobretudo pela característica multidisciplinar da equipe. A partir desse projeto, foi possível a orientação de pesquisa de iniciação científica e a publicação de um capítulo de livro (Silva; Calixto; Gardin, 2006).

Ainda em 2002, já tendo orientado um bom número de pesquisas de conclusão de curso, uma pesquisa de IC, e com a titulação de doutora, concorri ao primeiro edital visando à bolsa de iniciação científica, via CNPq, e fui contemplada com duas bolsas. Essa experiência iniciou uma série de orientações que, no ano de 2023, chegou a 27 trabalhos de iniciação científica orientados e concluídos.

Em 2002 cadastrei, na Coordenadoria de Pesquisa da UFMS, o projeto “As repercussões da política habitacional e o processo de redefinição do espaço urbano em Dourados-MS”, que também possibilitou a orientação de trabalhos de conclusão de curso.

Tendo em vista essa demanda, o desafio era reivindicar, junto à direção do Campus de Dourados, para que fosse disponibilizado um local onde os alunos, sobretudo de iniciação científica, pudessem desenvolver suas atividades de pesquisa. Isso porque, além das salas de aulas e da reduzida biblioteca central (que atendia a todos os cursos da Unidade I do Campus de Dourados da UFMS), os alunos não contavam com nenhum outro local adequado para estudar.

Como fruto dessa reivindicação, passei a contar com uma sala que atendia os alunos ligados ao grupo de estudo e bolsistas de Geografia Urbana e de Planejamento Regional, cujos professores da área também reivindicavam um local apropriado para estudos. Dessa forma, surgiu o embrião do atual Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários – LEUA.

Posteriormente, o LEUA passou a funcionar em um local improvisado, no qual dividíamos o espaço com uma espécie de “depósito” de uma antiga sala de cartografia (na parte dos fundos de onde funciona atualmente a secretaria acadêmica da UFGD). Devido às condições inadequadas do local, comprei material com meus próprios recursos e os, então, orientandos, fizeram uma espécie de mutirão no final de semana para pintar a sala, colocar insulfilme na porta de vidro etc., dando um aspecto mais adequado para um local de trabalho. Na ocasião, além de um computador usado, contávamos apenas com uma mesa e algumas cadeiras cedidas pela direção, mas, para o momento, representava um avanço.

Assim, em 2004, com o LEUA (laboratório que coordeno até hoje¹⁷³), passei a contar com um local para as atividades de grupos de estudos, contribuindo com as pesquisas e as discussões sobre a temática urbana.

O envolvimento com a pesquisa, nas diferentes fases de minha formação, configurou-se como fundamental para definir as minhas atividades de ensino no âmbito acadêmico. Além do trabalho desenvolvido, desde 1992, junto ao Curso de Graduação em Geografia, em 2002, ingressei, como docente/orientadora, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS.

Na ocasião, juntamente com dois docentes do Campus de Aquidauana e outro docente do Campus de Dourados, integrei a comissão para elaboração do primeiro projeto de mestrado em Geografia do estado de Mato Grosso do Sul. Com a aprovação do projeto, no ano de 2002, na área de concentração “*Produção do Espaço Regional*”, além de atuar como docente, passei a integrar o colegiado provisório do programa.

Mesmo que, atualmente, tudo pareça simples, grande foi o trabalho empreendido para a aprovação desse projeto, que representou um esforço importante e precursor na implementação da pós-graduação em Geografia, *stricto sensu*, em Mato Grosso do Sul, e de que me orgulho de ter feito parte e contribuído. Junto a esse programa de pós-graduação da UFMS, iniciei o meu trabalho, tendo concluído, até 2008, a orientação de cinco pesquisas de mestrado.

¹⁷³ Conforme Resolução nº 012/2004, de 18 de fevereiro de 2004, do Conselho de Departamento de Ciências Humanas – DCH/UFMS.

Ainda no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no referido programa, em coautoria organizei um livro que reuniu trabalhos de pesquisa de professores e alunos do programa de mestrado, intitulado “**Geografia e produção do espaço regional: sociedade e ambiente**”, publicado pela editora da UFMS em 2003 (Moretti; Calixto, 2003). O livro representou a primeira tentativa de sistematização das pesquisas realizadas junto ao Programa de Mestrado em Geografia, indicando um esforço conjunto no sentido da consolidação do programa. No ano de 2004, também fiz parte da comissão para elaboração do DATACAPES 2003.

Além do Curso de Graduação em Geografia da UFGD, atuo, desde sua implantação, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, no mestrado e, a partir de 2013, no doutorado, na área de concentração: “Produção do espaço regional e fronteira”, mais particularmente na linha de pesquisa “Espaço e reprodução social: práticas e representações”. Essa experiência tem possibilitado não apenas orientar trabalhos de pesquisa e participar de bancas, mas também desenvolver outros projetos. Um deles foi a organização do livro, no ano de 2008, publicado pela editora da UFGD, “**O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade**” (Calixto, 2008), Que resultou de reflexões realizadas em dissertações de mestrado, monografias de bacharelado e pesquisas de iniciação científica, por mim orientadas.

Ainda no tocante aos projetos de pesquisa, entre 2006 e 2008, participei como pesquisadora da equipe do projeto, financiado pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do MS (FUNDECT), denominado “Transformações territoriais na fronteira internacional Brasil-Paraguai: o caso do município de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul”. O projeto, vinculado ao Grupo de Pesquisa TERRHA (cadastrado no CNPq desde 2005, liderado pela professora Dr^a Márcia Yukari Mizusaki e do qual sou vice-líder), envolveu um grupo de professores vinculados a diferentes áreas de conhecimento (Antropologia, Geografia, Geologia e Letras).

Como desdobramento das reflexões propiciadas pelo projeto acima mencionado, de 2006 a 2008, coordenei o projeto “Os guarani e sua relação com o território no município de Dourados-MS”, também financiado pela FUNDECT. Na perspectiva de realizar pesquisa interdisciplinar, o trabalho envolveu um grupo de professores vinculados à UFGD e à UEMS que atuavam nas seguintes áreas do conhecimento: Antropologia (Ciência Política/Filosofia Política), Geografia (Geografia Urbana, Geografia Agrária e Geografia Cultural), e Letras (Linguística e Semiótica).

A participação nesses projetos possibilitou a organização, pela equipe, de três seminários: *I Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura* (2007), *II Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura* (2009), além do seminário interno denominado *I Seminário do Grupo de Pesquisa TERRHA - Território, fronteira e cultura no município de Dourados-MS: olhares, trajetórias e significados* (2008).

Vele destacar que os dois primeiros seminários, realizados em parceria com o *SIMTED* – Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação em Dourados, chegaram a ter mais de 300 participantes inscritos. Foi significativa a participação dos professores da rede municipal de ensino. Os eventos contaram com mesas-redondas, sessões de apresentação de trabalhos, minicursos etc.

O projeto também possibilitou a publicação de um artigo (Moreno; Calixto, 2008) e dois capítulos de livro (Calixto, 2009 e Calixto, 2011b). Da mesma forma, possibilitou a apresentação de trabalhos e/ou comunicação coordenada em eventos, orientação de trabalhos de conclusão de curso e de pesquisas de iniciação científica, fomentando pesquisas no interior do curso de graduação e pós-graduação.

Além desses projetos referenciados, também é importante destacar os projetos de pesquisa financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que tive a oportunidade de coordenar e/ou colaborar nos últimos anos.

Destaco que essa frente de trabalho foi implementada a partir do convite, em 2008, da Professora Dr^a Maria Encarnação Beltrão Sposito para integrar a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias – ReCiMe,¹⁷⁴ uma rede de pesquisa cadastrada no CNPq, com a participação de diversos pesquisadores de universidades brasileiras, argentinas, espanholas e chilenas.

A partir desse convite, a cidade de Dourados passou a ser objeto de pesquisa da rede e passei a coordenar a equipe de pesquisa sobre essa cidade. Nessa frente, e estruturados em torno da ReCiMe, foram apresentados, aprovados e desenvolvidos os projetos coletivos, sob a minha coordenação: “A análise dos agentes econômicos e da reestruturação urbana e regional em Dourados, uma cidade média do estado de Mato Grosso do Sul” (financiado pelo CNPq - 2008

¹⁷⁴ Para maiores informações sobre a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), ver, entre outras publicações: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (org.). Uma rede de pesquisadores, sua pesquisa e o caminho partilhado. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**. Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 7-27. Ver também o site: www.recime.org. Destaco que a ReCiMe é ligada à Cátedra da UNESCO, sendo membro da Cátedra “Ciudades intermedias: urbanización y desarrollo”, sediada na Universitat de Lleida, com o apoio do Governo da Catalunha.

– 2010) e “Cidades médias: novos papéis, novas lógicas espaciais” (financiado pelo CNPq/CAPES – 2011-2016). Destaco esse projeto como um dos mais importantes. Por meio dele, e da inserção na ReCiMe, tive a oportunidade de coordenar um programa de cooperação institucional – Casadinho/PROCAD,¹⁷⁵ que formalizou uma rede de cooperação acadêmica entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e os programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente (UNESP-PP), propiciando a troca de experiências entre pesquisadores dessas instituições no âmbito da discussão concernente às cidades médias e à produção do espaço regional.

Afora esses projetos, também participei da equipe do projeto “Cidade Médias Brasileiras: agentes econômicos e reestruturação urbana e regional” (financiado pelo CNPq – 2008-2011), coordenado por Doralice Satyro Maia (UFPB) e Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP).

A partir da temática desses projetos, pude orientar trabalhos de conclusão de curso de graduação, de iniciação científica e dissertações de mestrado. Os projetos também possibilitaram ampliar a discussão por meio de resumos e de trabalhos completos apresentados e/ou publicados em anais de eventos nacionais e internacionais, além de artigos em revistas científicas e/ou capítulos de livro.¹⁷⁶

Durante a vigência do projeto “Cidades Médias: novos papéis, novas lógicas espaciais”, foi possível organizar quatro workshops e eventos científicos. Aqui vale ressaltar a organização, pela equipe, do III CIMDEPE - Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, no ano de 2015, no Rio de Janeiro.¹⁷⁷

É possível dimensionar os resultados do projeto em várias frentes. Ele possibilitou, por exemplo: a realização de estágios de pós-doutoramento (conforme previsto, dois docentes da UFGD puderam realizar estágio de pós-doutoral na UNESP), a realização de doutorados sanduíche no país e missões discentes e docentes.

¹⁷⁵ Insere-se na proposta MCTI/CNPq/MEC/Capes - Ação Transversal nº 06/2011 – Casadinho/PROCAD, projeto de cooperação institucional intitulado “Cidades médias: novos papéis, novas lógicas espaciais”. O programa, sob minha coordenação, teve como interlocutores a professora Dr^a Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP/PP) e o professor Dr. William Ribeiro da Silva (UFRJ).

¹⁷⁶ Calixto (2011a), Calixto, M. J. M. S.; Gomes, I. R. P. (2017); Gomes, I. R. P.; Calixto, M. J. M. S. (2015), Calixto, M. J. M. S.; Pimentel, J. M. V. (2015), Calixto, M. J. M. S.; Nascimento, F. F. (2015), Calixto, M. J. M. S.; Musculini, E. C. (2015), Calixto, M. J. M. S.; Marin, J. P. M. (2016), Nogueira, C. da S.; Calixto, M. J. M. S. (2015).

¹⁷⁷ CALIXTO, M. J. M. S.; SPOSITO, M. E. B.; SILVA, William Ribeiro da. **III CIMDEPE** - Simpósio Internacional sobre Cidades Médias. 2015. Disponível em: <http://www.cimdepe.com.br/o-evento/> Acesso em: 25 maio 2023.

Nesse sentido, o projeto contribuiu com o programa de pós-graduação da UFGD, por meio da ampliação da formação acadêmica dos pesquisadores envolvidos (docentes, pós-doutorandos, mestrandos, além de bolsistas de iniciação científica e graduandos) articulados aos grupos de pesquisa e à ReCiMe, oferecendo-lhes condições propícias ao amadurecimento e ao diálogo intelectual.

A formação de recursos humanos deu-se, sobretudo, por meio das missões de pesquisa e de docência, como a ocorrida junto ao programa de pós-graduação da UFGD, que contou com a participação da professora Dr^a Maria Encarnação B. Sposito (em 2013), do professor Dr. Everaldo S. Melazzo (2015) e do professor Dr. Eliseu Savério Sposito (em 2015).

Ao longo da vigência do projeto, também foram realizadas, por parte de acadêmicos do Curso de Mestrado da UFGD, missões discentes na UNESP/PP.

Nesse sentido, o projeto contribuiu para ampliar a formação de doutores e mestres e proporcionou a realização de pós-doutorados, destacando-se o fato de que alunos egressos do projeto foram aprovados em concursos públicos na educação básica e também no magistério superior.

Reforço o desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, possibilitando publicações de livros e capítulos, artigos em periódicos nacionais e internacionais e em anais de eventos científicos, ampliando as discussões sobre a temática e, por consequência, a transferência de conhecimento. Esse processo também ocorreu por meio do estreitamento do diálogo entre os programas de pós-graduação (via missões docentes e discentes), fortalecendo os grupos de pesquisa nas instituições.

Avalio como muito importante destacar que o aporte financeiro¹⁷⁸ possibilitou, dentre outros, a aquisição de material bibliográfico relativo à temática urbana (ampliando em mais de 80 títulos o acervo do laboratório) e de equipamentos para a UFGD, todos devidamente patrimoniados e lotados no Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários – LEUA.

Aqui destaco que, em decorrência de minha participação no projeto, tive a oportunidade de organizar, juntamente com dois colegas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) membros da ReCiMe (Hélio Carlos Miranda de Oliveira e Beatriz Ribeiro Soares), o livro, vinculado a um dos recortes analíticos, **Cidades Médias e Região** (Oliveira; Calixto; Soares, 2017). A proposta do livro visa a divulgar pesquisas realizadas por membros da ReCiMe que

¹⁷⁸ Além das bolsas de pós-doutoramento, de doutorado sanduíche no país, taxa de bancada e as respectivas passagens, o projeto contou com valor global de R\$ 223.000,00.

abordam a realidade de cidades médias de diferentes regiões do país, revelando a diversidade e a complexidade da urbanização brasileira, e evidenciando a importância de estudos que, ampliando o escopo analítico e as dimensões de abordagem, possam apontar as particularidades desses centros urbanos.

No mesmo livro, além das notas introdutórias, contribuí com um capítulo, que parte da tentativa de reconstituição espaço-temporal da condição de centralidade de Dourados na rede urbana regional (Calixto, 2017). Aqui também vale destacar o capítulo de livro “Dourados-MS: uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica da economia globalizada” (Calixto; Bernardelli, 2016), haja vista se constituir no resultado da pesquisa científica realizada sobre a cidade de Dourados, buscando fazer uma caracterização geral, na perspectiva de sua condição de cidade média.

Menciono que, em coautoria com uma ex-orientanda de mestrado, Valéria Ferreira da Silva Florentino, organizei o livro, publicado pela editora da UFGD no ano de 2016, “**Produção do espaço urbano e regional: leituras de uma cidade média**” (Calixto; Florentino, 2016). O livro reúne ideias construídas a partir de dissertações de mestrado, iniciação científica e monografias de graduação, que tive oportunidade de orientar, e que foram desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Curso de Graduação em Geografia da UFGD.

Também menciono livros organizados que reúnem contribuições científicas de pesquisadores ligados aos cursos de Geografia e aos programas de pós-graduação em Geografia do estado de Mato Grosso do Sul: “**O urbano em Mato Grosso do Sul: abordagens e leituras**” (Calixto; Moreno; Bernardelli, 2020); “**Da produção da cidade à produção da habitação: abordagens a partir do estado de Mato Grosso do Sul**” (Calixto; Bernardelli; Silva, 2021); e “**A Geografia de Mato Grosso do Sul: contradições, conflitos e resistências na cidade e no campo**” (Calixto; Mizusaki; Camacho, 2020).

Da mesma forma, destaco outros três livros que foram organizados a partir da experiência de pesquisa junto à ReCiMe: “**Entre escalas, processos e formas. Produção e consumo nas cidades ibero-americanas**” (Melazzo; Bellet; Calixto, 2022); “**O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e seus desdobramentos socioespaciais. Os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras**” (Calixto; Redón, 2021); e “**Desigualdades socioespaciais, dinâmica imobiliária e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras**” (Calixto; Maia; Spinelli, 2022).

De 2020 a 2022 fomos atravessados por uma pandemia (COVID-19) e, tendo em vista essa realidade, em parceria com Adeir Archanjo da Mota foi produzido um artigo para revista e capítulo de livro (Mota; Calixto, 2021; Calixto; Mota, 2022).

Por fim, neste item, menciono que, em 2017, cadastrei, junto à Coordenadoria de Pesquisa da UFGD, e desenvolvi o projeto “Mercado imobiliário e produção da habitação em cidades médias”. Também participei da equipe de pesquisadores do projeto (submetido ao edital nº 50-2016 - Projetos de Pesquisa sem Fomento), “Convergências e contradições no território do bolsão: as ações do Estado e do Capital no Setor Celulósico e os Processos de Resistência”, coordenado por Rosemeire Aparecida de Almeida (UFMS – Campus de Três Lagoas).

O desdobrar na extensão

No que diz respeito mais particularmente às atividades de extensão, além de outros projetos já mencionados (que tiveram início na década de 1990, quando coordenei o primeiro projeto de extensão, ainda na UFMS - “*Relatório de Impactos Ambientais*”, 1992), reforço a realização de um projeto anual, que acabou sendo incorporado ao conjunto de ações do grupo PETGeo, denominado “EXPOGEO – *Exposição da Produção Científica e Artístico-Cultural do Curso de Geografia da UFGD*”.

A proposta da EXPOGEO consistia em resgatar, por intermédio de uma exposição, os trabalhos acadêmico-científicos (livros, teses, dissertações, monografias, pesquisas de Iniciação Científica etc.) e trabalhos artístico-culturais (artes plásticas, música, teatro, poesia etc.), realizados por professores e alunos do curso de Geografia. A EXPOGEO, geralmente, tinha início em maio (em comemoração ao dia do Geógrafo), com uma mesa redonda, e prosseguia até o mês de novembro, por meio de apresentação mensal de uma atividade cultural durante os intervalos das aulas, denominada “*Geo fazendo arte*”.

Também destaco uma experiência anterior. Em 1999 fiz parte do programa de extensão “*Universidade e Sociedade em Debate*”, coordenado por Wilson Valentim Biasotto. Nesse programa, contribuí ministrando a palestra “Vida na Cidade e Cidadania”, em três escolas públicas estaduais, no período de 23 a 30 de novembro daquele ano: Escolas Vilmar Vieira de Matos, Daniel Berg e João Paulo dos *Reis Veloso*.

Ainda no âmbito da extensão, destaco a participação no projeto “Geografia e Ensino: abordagem teórico-metodológica”, coordenado por Sedeval Nardoque, no ano de 2010. Nesse projeto ministrei um curso de curta duração, com 8 h/a, no módulo “Produção da Cidade”,

possibilitando o contato com professores da rede estadual e municipal de ensino, e ampliando o debate sobre a realidade urbana de Dourados, o que foi bastante enriquecedor.

Também vale mencionar o projeto “Trajetórias da Cidade: participação no X Simpósio Nacional de Geografia Urbana – Florianópolis-SC” (2007), quando pude levar alguns alunos à cidade de Florianópolis, conciliando trabalhos de campo na área urbana com a participação no X Simpósio Nacional de Geografia Urbana.

No ano de 2016, fiz parte do programa de extensão (com financiamento do MEC a partir do Edital PROEXT-2015-2016) “Acompanhamento de crianças e adolescentes abrigados - desafios para conquista dos direitos humanos e inclusão social”, desenvolvido na Associação Douradense de Assistência Social Lar Ebenezer – Lar Hilda Maria Correa, coordenado, por Verônica Aparecida Pereira, docente do Curso de Psicologia da UFGD¹⁷⁹. As atividades decorrentes desse projeto foram sistematizadas em formato de artigo, publicado na revista *Ciência Geográfica*, intitulado “*Quando outras linguagens entram em cena: desafios e aprendizados de uma (breve) experiência*” (Calixto, 2020).

Aqui também destaco que, durante os seis anos (2009-2015) que fui tutora do grupo PETGeo da UFGD, pude coordenar outras duas atividades de extensão/ensino que avalio importantes para ampliar: a troca de experiência; a prática didático-pedagógica; o aprofundamento conceitual de temas pertinentes à Geografia, dentre outros. 1) “*Colóquios - Ensino e Pesquisa em Geografia: Temas para o debate*”. 2) “*Cinema: linguagens e olhares geográficos*”.

Em 2021, coordenei o projeto de extensão (Edital PROEX N° 62 de 02 de dezembro de 2020 - ações de extensão sem ônus para a UFGD): “A cidade, o urbano e outros diálogos”.

De modo geral, as atividades de extensão (ao possibilitar o contato com a comunidade externa) também têm contribuído de forma significativa para estreitar a relação entre universidade e sociedade. Além disso, possibilitam assegurar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por intermédio do estabelecimento de parcerias com a escola pública, estreitando a relação entre teoria e prática.

Por último, ainda que não seja necessariamente uma atividade de extensão, por se tratar de uma participação externa e que envolve o pensar a cidade no diálogo com representantes de

¹⁷⁹ Outro aspecto a ser ressaltado é que nossa aproximação com essa realidade se deu a partir da relação que construímos com o Grupo de Apoio à Adoção em Dourados (GAAD Acolher), organização sem fins lucrativos criada em 2011 e que atua como ambiente de apoio, sensibilização, reflexão e compartilhamento de situações e vivências sobre a adoção e seus desafios. Fiz parte da diretoria do referido grupo, no período de 2011 a 2016, assumindo as funções, respectivamente, de primeira secretária e vice-diretora. Para maiores informações, consultar: www.gaadacolher.blogspot.com.br E-mail: gaadacolher@gmail.com.

outras entidades civis de Dourados, destaco duas experiências que avalio como importantes: **a)** a participação como membro do Conselho Municipal de Habitação Popular de Dourados-MS em 2008; **b)** a participação como membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Dourados (CMDU), de 2004 a 2006, quando fui indicada como representante da UFMS – Campus de Dourados; e, **c)** a participação (2020-atualmente), como representante do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Grande Dourados – ADUF, junto ao Núcleo Gestor Participativo do Plano Diretor (Decreto Municipal N. 2.950 de 13 de outubro de 2020). Apesar de todo o embate, jogo de interesses e atrelamento político que foi possível vivenciar e perceber, foram/são experiências importantes de contato e de diálogo com representantes de entidades, sociedade civil, conselhos etc. de Dourados.

O desdobrar na formação acadêmica

No período de agosto de 2010 a janeiro de 2011, tive a oportunidade de realizar um estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ¹⁸⁰, sob a supervisão do Professor Dr. Roberto Lobato Azevedo Corrêa.

A princípio, convém reforçar que a experiência no âmbito de uma renomada instituição brasileira, a UFRJ, é importante no processo de consolidação da carreira acadêmica de qualquer profissional. E, no caso, a supervisão do Professor Roberto Lobato, intelectual que desempenha importante papel na Geografia brasileira contemporânea, com reconhecidos avanços no desenvolvimento de reflexões relacionadas à cidade e ao urbano, são fatores de extrema relevância e que, por si só, já justificariam o estágio.

Tal oportunidade colocou-se como fundamental para o aprofundamento da reflexão naquela etapa de minha trajetória acadêmico-profissional, contribuindo para o amadurecimento e o avanço das reflexões sobre o meu objeto de análise¹⁸¹ e, conseqüentemente, para o programa de pós-graduação ao qual estou vinculada.

Também registro que o projeto de cooperação institucional “Cidades médias: novos papéis, novas lógicas espaciais” me possibilitou passar por mais uma experiência de estágio de pós-doutoramento. No período de 1 de agosto de 2015 a 31 de janeiro de 2016¹⁸², sob a

¹⁸⁰ Afastamento autorizado conforme Portaria nº 54, de 22 de junho de 2010, publicado em 24 de junho de 2010, da reitoria da Universidade Federal da Grande Dourados.

¹⁸¹ Um dos desdobramentos do trabalho desenvolvido com o professor Roberto Lobato está em: Calixto (2019).

¹⁸² Afastamento autorizado conforme Portaria nº 685, de 20 de julho de 2015, da reitoria da Universidade Federal da Grande Dourados.

supervisão da professora Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, iniciei o trabalho junto ao Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GAsPERR e aos pesquisadores da ReCiMe, na UNESP – Campus de Presidente Prudente.

Da mesma forma que o anterior, o estágio pós-doutoral vinculou-se ao plano plurianual de capacitação da Universidade Federal da Grande Dourados (Coordenadoria de Graduação em Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia – mestrado e doutorado).

A supervisão da professora Maria Encarnação Beltrão Sposito (profissional com reconhecidos avanços nos estudos sobre as cidades médias) e o contato com os pesquisadores do GAsPERR/ReCiMe foi de grande importância, sobretudo por poder discutir direta e cotidianamente abordagens, direcionamentos e desdobramentos do projeto Casadinho/PROCAD¹⁸³. Além de entrar em contato com a rotina de trabalho e com a metodologia utilizada em outros projetos de pesquisa nos quais estão envolvidos os pesquisadores do GAsPERR/ReCiMe.

Vale reforçar que, nessa etapa de minha trajetória acadêmico-profissional, tal oportunidade colocou-se como fundamental para a troca de experiências e para o aprofundamento da reflexão, o que trouxe/traz contribuições para o programa de pós-graduação ao qual estou vinculada na condição de professora-pesquisadora-orientadora.

Outros meandros do caminho

*“Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar...”*

Antonio Machado

Além de todas as atividades até aqui apontadas, há várias outras que foram se colocando no decorrer do caminho. Dentre elas destaco:

1 - Funções administrativas e correlatas. No tocante às atividades administrativas, no decorrer de minha trajetória profissional, integrei conselhos, comissões e colegiados, tanto da graduação quanto da pós-graduação.

¹⁸³ Não poderia falar desse projeto sem registrar a inestimável contribuição de Bruno Bomfim Moreno, Elaine Cristina Musculini (que nos deixou precocemente) e Heverton *Schneider*, que colaboraram na parte operacional: no acompanhamento, no controle dos gastos e no lançamento no sistema do CNPq, o que foi fundamental para a prestação de contas. Também, em nome de Valéria Ferreira da S. Florentino, registro a colaboração e parceria de todos os meus orientandos, que nunca mediram esforços para somar.

Anteriormente, como já referenciado, havia passado pela experiência de representação discente junto ao Departamento de Geografia Humana e Regional da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de 10 de setembro de 1990 a 9 de setembro de 1991. Da mesma forma, também assumi a representação discente junto ao Conselho de Curso de Pós-Graduação em Geografia no período de 30 de agosto de 1991 a 30 de agosto de 1992¹⁸⁴ e o mandato de representação discente junto à Congregação da mesma instituição no período de 10 de setembro de 1991 a 9 de setembro de 1992.

Já na UFMS, além de ter participado do processo de planejamento estratégico (no período de abril a outubro do ano de 1993, com carga horária de 40 horas) assumi a coordenação do Curso de Graduação em Geografia do Centro Universitário de Dourados entre 1995 e 1996, conforme Portaria nº 169, de 24 de fevereiro de 1995. Essa experiência foi fundamental para me aproximar dos alunos e de uma rotina cotidiana do curso.

Conforme eleição realizada em 17 de abril de 2001, também assumi a chefia de departamento do então Departamento de Ciências Humanas – DCH – UFMS, Campus de Dourados, em 23 de abril de 2001, logo após a defesa da tese, assumindo também, por conta da função de chefe de departamento, a função de membro do Conselho de Centro da mesma instituição. Foram experiências de grande aprendizado em gestão acadêmica/administrativa.

Fora a experiência de coordenadora de curso e de chefe de departamento, também participei da constituição do primeiro colegiado de curso do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado – da UFMS a partir de sua implantação.

Já em 2006, com o projeto de implantação da UFGD, fui eleita pelo voto direto dos pares e, juntamente com outros 14 docentes, compus a comissão estatuinte (instituída por meio da Resolução nº 11, de 21 de fevereiro de 2006, pelo Conselho da Universidade Federal da Grande Dourados).

Com a implantação da UFGD e a constituição do Conselho Diretor das Faculdades, entre 2006 e 2007, fui membro representante do Curso de Geografia do Conselho Diretor da Faculdade de Ciências Humanas – FCH. Também, durante seis anos, fiz parte da Comissão de Avaliação Docente – CAD - da Faculdade de Ciências Humanas. Assumi como membro em 2007, fui reconduzida em 2009 e, de 2011 a 2013, assumi a presidência da referida comissão.

¹⁸⁴ Na época havia um revezamento entre titular e suplente, sendo que, em um mandato de dois anos, cada um assumia efetivamente por um ano. Portaria nº 311/91, de 5 de novembro de 1991.

Destaco também que, em 2010, assumi a função de 2ª Vice-Presidente do ANDES-SN – Regional Pantanal – biênio 2010-2012. Essa experiência foi bastante enriquecedora no sentido de possibilitar o entendimento de questões de ordem mais ampla que envolvem a carreira docente e sua reorganização.

Aqui também destaco a participação (de 2009 a 2015; 2018 – até 2021), no CLAAPET – Comitê Local de Acompanhamento dos Grupos PET da UFGD.

2 – Grupos de trabalho (GT), coordenação e/ou colaboração na organização de eventos. Além da participação em diversos eventos nacionais e internacionais, ao longo dessa trajetória, pude participar da organização de alguns eventos, ligados ao ensino, à pesquisa e à extensão. Haja vista a importância para a área em que atuo e por estarem diretamente ligados ao trabalho que venho desenvolvendo no âmbito da ReCiMe, destaco dois eventos: 1) “*XI Workshop da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias*” (2013), ocorrido na UFGD, organizado pela equipe da ReCiMe-Dourados e ligado às atividades do CASADINHO/PROCAD; e 2) “*III CIMDEPE - Simpósio Internacional sobre Cidades Médias*” (2015), ocorrido na UFRJ, organizado juntamente com a equipe da ReCiMe e também ligado às atividades do CASADINHO/PROCAD. Nesse evento também coordenei, juntamente com os professores Dr. Everaldo Santos Melazzo (UNESP) e Dr. Renato Pequeno (UFCE), o Grupo de Trabalho (GT) “Desigualdades socioespaciais. Produção de moradia, dinâmica imobiliária e segregação residencial”.

Também destaco a coordenação, desde 2017, juntamente com Maria Encarnação Sposito, William Ribeiro da Silva e Vitor K. Miyasaki do Grupo de Trabalho (GT), ligado ao Encontro Nacional da ANPEGE, “Cidades Médias: articulações interescolares e novos papéis regionais”. Da mesma forma, destaco a coordenação Grupo de Trabalho (GT), no IV CIMDEPE - Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, ocorrido no Chile em 2021.

3 – Outras atividades relevantes. Ao longo da caminhada, também foi possível participar de: **a)** Bancas de concurso público, processo seletivo, comissão de seleção/avaliação, banca de progressão para professor titular e outros; **b)** Palestras, mesas-redondas, coordenação de grupos de trabalho e outros; **c)** Atividades de avaliação, parecer, membro de conselho, comissões e/ou outros trabalhos técnicos; **d)** Conselho ou corpo editorial de revistas, conselho e/ou comissão científica de eventos e outros; **e)** Produção de textos em jornais de notícias/revistas. Sobretudo na década de 1990/2000 publiquei alguns textos em jornais de notícias, boletins informativos etc.

Para falar da continuidade da caminhada

Se um dia me arriscar num outro lugar, hei de levar comigo a estrada que não me deixa sair de mim ...

Mia Couto

Na continuidade desta caminhada, destaco o trabalho que vem sendo desenvolvido a partir de minha entrada recente na Rede de Pesquisa sobre Pequenas Cidades (MIKRIPOLI). Como desdobramentos dessa parceria, dentre outros, foram organizados dois livros: **Cidades pequenas no contexto brasileiro**: perspectivas de estudo (TotalBooks, 2023) e **Brasil, pandemia e pequenas cidades** (Paco editora, 2023).

No que concerne à continuidade no âmbito da pesquisa, menciono que tive aprovado pela Chamada Universal MCTIC/CNPq n.º 28/2018 e atualmente coordeno o projeto: “O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras”. Além desses, atualmente, participo da equipe dos seguintes projetos: 1) “Urbanização contemporânea: Reestruturação e desigualdades socioespaciais”, financiado pelo CNPq/Fundação do Estado da Paraíba, vinculado ao Programa de Apoio a Núcleos de Excelência e ligado à equipe da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), coordenado pela profa. Dra. Doralice S Maia (UFPB). 2) Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FRAGURB), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo 2018/07701-8, e coordenado pela profa. Dra. Maria Encarnação B. Sposito (UNESP).²² 3) Observatório Nacional de monitoramento e avaliação de dinâmicas imobiliárias e fundiárias, financiado pelo CNPq (Chamada n.º 40/2022, PróHumanidades), coordenado pelo prof. Dr. Everaldo Santos Melazzo (UNESP).

Ainda como continuidade da caminhada, não poderia deixar de mencionar as orientações e uma supervisão de pós-doutoramento em andamento¹⁸⁵ que, muitas vezes, desafiam a minha condição de professora-pesquisadora-orientadora, apontando para novas perspectivas de pesquisa e de análise, e funcionando como estímulo para o enfrentamento de outros desafios.

¹⁸⁵ Edital PPGG N.º 34 - Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG), de 08 de novembro de 2022.

Apontamentos finais sobre uma caminhada

*De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo*

Fernando Sabino

Ao tentar fazer os apontamentos finais sobre o meu caminhar, reforço que, neste texto, procurei registrar as experiências e as vivências que marcaram e demarcam a minha trajetória e que trouxeram, pelo menos para mim, elementos que dão sentido à minha formação. Não sei se o percurso é sólido o suficiente, mas prefiro compartilhar do escrito de Ricardo Reis, um dos heterônimos de Fernando Pessoa: “*Para ser grande, sé inteiro: nada teu exagera ou exclui*”.¹⁸⁶

Assim, nada exagerei ou excluí, apenas registrei uma trajetória que, ainda que possa ser considerada pouco expressiva, foi o que foi possível viver sem nunca me furtar de responsabilidades, compromissos e atribuições. Foi o que pude e acreditei ser importante trilhar, sem abrir mão de princípios, procurando, no cotidiano do viver e do fazer acadêmico, dar respostas comprometidas com a minha/nossa história e com a minha/nossa geografia.

Alguém já dizia que uns são oceanos... Uns rios... Outros riachos... Talvez tenha sido riacho, mas, ainda que riacho, não é possível negar o seu significado, mesmo que seja apenas para o conjunto do seu entorno.

O que vivenciei até aqui revela que, no processo de acúmulo de experiências, viveres e fazeres que possibilitaram avanços coletivos, tive de abrir frentes de trabalho e trilhar um caminho nem sempre tranquilo para alcançar a titulação, tentar consolidar projetos e amadurecer o processo de orientação e/ou outras atribuições acadêmicas.

Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, posteriormente, na Universidade Federal da Grande Dourados, somam-se, no ano de 2023, 31 anos de atuação como professora-pesquisadora-orientadora, desenvolvendo atividades em diferentes frentes – ensino, pesquisa, extensão, orientação e gestão acadêmica.

¹⁸⁶ Versos do poema “Põe quanto és no mínimo que fazes”, de Ricardo Reis.

Dentre outros, nesta caminhada, tive parcela de contribuição no “nascimento” da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Dourados – e da Revista de Geografia. Contribuí, por meio de projetos, com a implantação e consolidação dos laboratórios que hoje o curso de Geografia da UFGD tem¹⁸⁷. Contribuí para a gestação e o “nascimento” do primeiro curso de mestrado em Geografia no estado de Mato Grosso do Sul. Contribuí para a implantação dos Programas de Mestrado e Doutorado da UFGD.

Vi muitos chegarem, ficarem e outros partirem. O curso de Geografia, com seu reduzido quadro de professores, atuando apenas na graduação, hoje conta com um quadro qualificado e já possui um Programa de Pós-Graduação – mestrado e doutorado. Ou seja, pude acompanhar, vivenciar e contribuir nesse processo de construção, nem sempre tranquilo e fácil, mas que revela que caminhando também se faz/refaz o caminho.

Desde então, até o mês de março de 2023, fora as orientações em andamento, concluí a orientação de três teses de doutorado, de 24 dissertações de mestrado, de 7 monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização, de 49 trabalhos de conclusão de curso de graduação e de 27 trabalhos de iniciação científica, perfazendo um total de 110 trabalhos de pesquisa, em diferentes níveis, orientados e devidamente aprovados. Além de 10 orientações de outra natureza, incluindo monitorias de ensino e de extensão.

Assim fez-se e faz-se uma caminhada (construída, desde a sua fase inicial, em escola pública) que, mesmo rica em aprendizado, parece-me ainda muito curta. Como já apontado, passei por todos os níveis da carreira acadêmica: **Auxiliar de Ensino**, nível I, pois, no momento em que assumi o concurso, era apenas mestranda; após a defesa da dissertação (1994), assumi a condição de **Assistente**. De assistente, e com a defesa da tese (2000), passei por todos os níveis de **Adjunto** e, posteriormente, por todos os níveis de **Associada**.

Neste estradar, com alguns “*companheiros de caminhada*” (para recuperar uma expressão de Sartre), percebi objetivos comuns, afinidades, reciprocidade, confiança, amizade; com outros, divergências de ideias, de princípios e mesmo de valores, mas, sem dúvida, amadureci (como mulher, profissional e mãe) e, neste processo, também repensei minha prática, minhas ações, minha história e minha própria geografia.

Muitas vezes foi necessário juntar fôlego, forças, esperanças e utopias para seguir este caminho e perceber que há, sempre, muito mais para ver, questionar e descobrir por meio, por

¹⁸⁷ Com o aporte financeiro de projetos de pesquisa financiados, o LEUA, por exemplo, além de vários equipamentos, hoje possui um acervo com cerca de 200 livros, sobretudo ligados à área de Geografia Urbana.

exemplo, da iniciação científica, do trabalho de conclusão de curso, das dissertações, das teses e demais atividades e descortinamentos que a vida acadêmica proporciona. Afinal, como dizia Guimarães Rosa: “*A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.*”

Tive dúvidas, inseguranças, decepções, mas também tive muitas satisfações e bons encontros pelo caminho. E, como expressão de satisfação e de bons encontros, sou muito grata aos que contribuíram com o meu caminhar pessoal, acadêmico e profissional me mostrando que vale a pena continuar. Desde dona Dirce Fernandes Ribeiro, que teve papel fundamental nos meus primeiros anos de vida escolar; passando por minha orientadora (em todas as acepções dessa palavra), Maria Encarnação Beltrão Sposito; por Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli; Márcia Yukari Mizusaki, Cleonice Gardin e Rosana Cristina Zanelatto (companheiras de projetos em diferentes frentes e momentos da caminhada); até chegar aos colegas de trabalho e, sobretudo, aos meus alunos e aos meus orientandos.

Me vem à lembrança as pessoas do saudoso Mário Geraldini (então vice-diretor do Centro Universitário de Dourados) e de Cláudio Freire de Souza (meu primeiro chefe imediato), que me receberam com tanto entusiasmo, respeito e carinho. Muitas foram as pessoas presentes em diferentes momentos de minha trajetória, como Odirce Maria Teixeira da Rocha, presente ontem, hoje e sempre, Wilson Valetim Biasotto que, com seu entusiasmo pela vida e pelo fazer acadêmico, impulsionava a caminhada, e Alexandre Pitanguí Calixto, que percorreu comigo, grande parte do caminho.

Ainda como parte desses momentos de satisfação e de bons encontros, não poderia deixar de mencionar meus alunos/orientandos, com os quais construí, ao longo desses 31 anos, uma relação de aprender ensinando. Estes me fizeram entender que “... *aprender a viver é que é o viver mesmo...*” e que, mais do que ensinar, se aprende, seja por meio de um trabalho de pesquisa, de uma atividade de extensão, ou mesmo no dia a dia da sala de aula, onde muito é visto, percebido e vivido.

Meus alunos/orientandos me mostraram/mostram a cada dia que, apesar de práticas e posturas que nos decepcionam no meio acadêmico, ainda vale a pena criar espaço-tempo para momentos de partilhamento, de diálogo e, por que não dizer, de alegria, pois, de

diferentes maneiras, eles têm expressado o reconhecimento pelo meu trabalho.¹⁸⁸ É também para sentir essa satisfação e esse pulsar, que vale a pena continuar acreditando na caminhada.

E, não poderia falar em pulsar sem mencionar o meu filho João Antônio, que, sem dúvida, dá todo o sentido à minha caminhada: *“Meu filho, João, como tu, ninguém me ensina. És a mais perfeita rima, pra tudo que é coração.”*¹⁸⁹

Em tempos de recrudescimento de políticas neoliberais, de tentativa de desmonte de direitos historicamente conquistados, diante de uma ultrajante reforma da previdência, em tempos em que “a convicção está valendo mais que as provas”, reluto para que não me falte entusiasmo e utopia para continuar acreditando e para que possa seguir caminhando motivada.

Mia Couto escreve que é o sonho que faz a estrada andar: *“Enquanto a gente sonhar, a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.”* E é, dentre outros, por isso que, certamente, continuo a caminhar e acreditar em um futuro que se descortinou com as eleições de 2022.

Aqui penso ser importante registrar que, a cada ano que passa, mais se colocam as urgências e as demandas do trabalho acadêmico em frentes que vão além da sala de aula. Na correria do ir e vir, parar e (re)escrever este texto, não apenas traduz o que outros momentos não alcançam, mas funciona como uma espécie convite a dar uma trégua no meio do caminho, refletir, avaliar, fazer a autocrítica e também se alegrar com os desdobramentos da caminhada.

E, nesse sentido, menciono que muito me orgulha, sobretudo no mês da mulher (março de 2017), quando redigi o texto original do meu memorial, ser a primeira mulher do Curso de Geografia e da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD a chegar a esse ponto do caminho.

Referências

AGB – Seção Dourados: memória e história de um processo de construção coletiva. *In: Revista Terra Livre*. Ano 20, v. 1, n. 22. São Paulo: AGB, jan./jul. 2004, p. 85-92.

ALMEIDA, R. A. de; CALIXTO, M. J. M. S. (org.). **Os caminhos do viver e do fazer geografia no estado de Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2021. v. 1. 338 p.

¹⁸⁸ Aqui registro as homenagens recebidas durante os anos de atuação como docente do curso de graduação e que também revelam uma forma de reconhecimento de meu trabalho. Fui homenageada, nome de turma, paraninfa e/ou patronesse das turmas de formandos de 2003, 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2022.

¹⁸⁹ Sergio Sampaio.

CALIXTO, M. J. M. S. A centralidade regional de uma cidade média no Estado de Mato Grosso do Sul: uma leitura da relação entre diversidade e complementaridade. *In*: OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (org.). **Cidades Médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 57-100.

CALIXTO, M. J. M. S. A nova territorialidade urbana: ensaiando a discussão. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, p. 31-36, 1997.

CALIXTO, M. J. M. S. A política habitacional em Dourados: entre a realidade e o discurso. **Revista de Geografia** (Campo Grande), Campo Grande-MS jan./jun., n. 11, p. 47-52, 2000b.

CALIXTO, M. J. M. S. As articulações político-ideológicas do poder público no processo de (re)definição da diferenciação socioespacial. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 1, n. 78, p. 77-96, 2001a.

CALIXTO, M. J. M. S. As repercussões da política habitacional e o processo de (re)definição socioespacial na cidade de Dourados-MS. **Revista de Geografia** (Campo Grande), Campo Grande, v. 1, n. 15, p. 19-24, 2002.

CALIXTO, M. J. M. S. Da lógica centro-periferia à lógica socioespacial fragmentária em uma cidade média. **MERCATOR** (FORTALEZA. ONLINE), v. 20, p. 1-18, 2021.

CALIXTO, M. J. M. S. Das formas criadas às formas criadoras: uma análise do processo de produção do espaço urbano em Dourados. *In*: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. (org.). **História, região e identidades**. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. p. 291-312.

CALIXTO, M. J. M. S. Ensaio sobre a reflexão sobre a produção habitacional nos municípios da Bacia do Médio Ivinhema-MS. *In*: LAMOSO, L. P. (org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados: UFGD, 2008, p. 135-162.

CALIXTO, M. J. M. S. O edifício moderno e as mudanças na sociedade: o novo conceito de morar. **Revista Arandu** (Dourados), Dourados-MS, p. 37-39, 2001b.

CALIXTO, M. J. M. S. **O espaço urbano em redefinição**: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

CALIXTO, M. J. M. S. O Estado e a política habitacional no Brasil - 1930 a 1986: resgatando a temática. **Revista Arandu** (Dourados), DOURADOS, p. 25-27, 2000.

CALIXTO, Maria J. M. S. **O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS**. 2000a. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CALIXTO, M. J. M. S. O papel exercido pelo poder público no processo de produção seletiva de um novo padrão ocupacional. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s. n.], 2003. p. 139-155.

CALIXTO, M. J. M. S. O processo de consolidação da centralidade regional de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 3, p. 582-601, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

CALIXTO, M. J. M. S. O processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano: uma (breve) reflexão sobre o papel do centro. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, v. II, n. 19, p. 49-53, 2001c.

CALIXTO, M. J. M. S. Os meandros do setor imobiliário e o processo de (re)definição do espaço urbano na cidade de Dourados-MS. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, v. III, n. 23, p. 42-46, 2005.

CALIXTO, M. J. M. S. Os papéis regionais de Dourados-MS-Brasil e a dinâmica socioespacial urbana. **Revista Geografica de America Central** (Online), v. 2, p. 1-13, 2011a.

CALIXTO, M. J. M. S. **Produção, apropriação e consumo do espaço urbano**: uma leitura geográfica da cidade de Dourados-MS. Campo Grande: Editora UFMS, 2004.

CALIXTO, M. J. M. S. Quando as fronteiras impulsionam a busca de saídas. A ocupação de áreas urbanas como forma de (re)existência. In: SILVA, E. A.; ALMEIDA, R. A. de. (org.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011b, p. 169-182.

CALIXTO, M. J. M. S. Quando outras linguagens entram em cena: os desafios e aprendizados de uma experiência. **Ciência Geográfica**, v. XXIV, p. 158-170, 2020.

CALIXTO, M. J. M. S. Repensando o Processo de Produção e Apropriação do Espaço Urbano: algumas (breves) reflexões sobre a questão habitacional. In: OLIVEIRA NETO, A. F. de; BATISTA, L. C. (org.). **Espaço e Natureza**. A produção do espaço sul-mato-grossense. Campo Grande: UFMS, 2009. p. 219-232.

CALIXTO, M. J. M. S., BERNARDELLI, M. L. F. da H. Dourados-MS: uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica da economia globalizada. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; MAIA, Doralice Satyro (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Dourados e Chapecó. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, v. 1, p. 29-170.

CALIXTO, M. J. M. S.; BERNARDELLI, M. L. F. da H. (org.); SILVA, P. F. J. (org.). **Da produção da cidade à produção da habitação**: abordagens a partir do estado de Mato Grosso do Sul. 1. ed. Campo Grande-MS: Life Editora, 2021. v. 1. 404p.

CALIXTO, M. J. M. S.; BERNARDELLI, M. L. F. da H.; MAIA, D. S.; ARAUJO, C. M. Do BNH ao PMCMV. O processo de conformação de novas periferias urbanas em cidades médias brasileiras. **GEOGRAPHIA JCR** (UFF), v. 24, p. 2-18, 2022.

CALIXTO, M. J. M. S.; MAIA, D. S.; SPINELLI, J. (org.). **Desigualdades socioespaciais, dinâmica imobiliária e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2022. v. 1. 510 p.

CALIXTO, M. J. M. S.; GOMES, I. R. P. Uma leitura das relações socioespaciais a partir da região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. In: **Mato Grosso do Sul**: as múltiplas escalas do desenvolvimento. 1 ed. Campo Grande: Life Editora, 2017, v. 1, p. 97-116.

CALIXTO, M. J. M. S. MARIN, J. P. M. A favela do Jardim Climax em Dourados-MS: olhares e leituras sobre os desdobramentos socioespaciais da apropriação do espaço urbano. In: CALIXTO, M. J. M. S.; FLORENTINO, V F da S. (org.). **Produção do espaço urbano e regional**: leituras de uma cidade média. 1. ed. Dourados: UFGD, 2016, v. 1, p. 129-152.

CALIXTO, M. J. M. S.; MIZUSAKI, M. Y.; CAMACHO, R. S. (org.). **A Geografia de Mato Grosso do Sul**: contradições, conflitos e resistências na cidade e no campo. 1. ed. Porto Alegre: Totalbooks, 2020. v. 1. 217 p.

CALIXTO, M. J. M. S.; MORENO, B. B.; BERNARDELLI, M. L. F. da H. **O urbano em Mato Grosso do Sul**: abordagens e leituras. Dourados: UFGD, 2020.

- CALIXTO, M. J. M. S.; MUSCULINI, E. C. O uso da rua na área central de Dourados-MS: uma análise das transformações e permanências. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 12, p. 94-124, 2015.
- CALIXTO, M. J. M. S.; NASCIMENTO, F. F. A relação/articulação entre uma cidade média e uma cidade de pequeno porte. Uma análise do serviço de saúde (hospitais) na rede urbana de Dourados-MS. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, p. 43-61, 2015.
- CALIXTO, M. J. M. S.; OLIVEIRA, H. C. M.; SOARES, B. R. Cidade Média e região: notas introdutórias. In: OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (org.). **Cidades Médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 11-18.
- CALIXTO, M. J. M. S.; PIMENTEL, J. M. V. Turismo sexual e sua relação com a dinâmica na economia urbana em Rosana-SP. **Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research medium**, v. 6, p. 1-16, 2015.
- CALIXTO, M. J. M. S.; REDON, S. M. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e seus desdobramentos socioespaciais**. Os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. 1. ed. Porto Alegre: Totalbooks, 2021. v. 1. 226 p.
- CALIXTO, M. J. M. S.; SILVA, P. F. J.; BERNARDELLI, M. L. F. da H. Os novos vetores da produção do espaço urbano em Dourados-MS e o processo de reconfiguração da periferia. **CONFINS (PARIS) JCR**, v. 56, p. 1-13, 2022.
- GOMES, I. R. P.; CALIXTO, M. J. M. S. Notas sobre o quadro urbano no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 12, p. 156-177, 2015.
- GOTTIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 127.
- FEUERBACH (Prefácio à segunda edição de **A essência do cristianismo**) *apud* DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 13.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LEFEBVRE, H. **De l'État**. Paris: Union Générale d'éditions, 1976.
- LEFEBVRE, H. **Espacio Y politica**. Barcelona: Península, 1976.
- LEFEBVRE, H. **La production de l' espace**. Paris: Anthropos, 1986.
- LEMINSKI, P. **Toda poesia**. Paulo Leminski. São Paulo: Companhia da Letras, 2003, p. 32.
- MARTINELLI SILVA, M. J. A destruição de velhas formas/velhos usos e a produção de novas formas/novos usos: algumas considerações acerca da implantação do projeto Parque do Povo em Presidente Prudente-SP. **Revista Formação**, Presidente Prudente, p. 107-115, 1995a.
- MARTINELLI SILVA, M. J. A dinâmica de (re)estruturação das áreas adjacentes ao Projeto Parque do Povo em Presidente Prudente-SP e a política econômica: algumas considerações. **Revista de Geografia**, Campo Grande-MS, n. 1, p. 38-45, 1995b.
- MARTINELLI SILVA, M. J. **O Parque do Povo em Presidente Prudente-SP**. A lógica da intervenção do poder público local no processo de (re)estruturação do espaço urbano. 1994. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- MARTINELLI SILVA, M. J.; HORA, M. L. F. da. A (re)estruturação da cidade. O papel exercido pelo poder público no processo de valorização de áreas urbanas - o Parque do Povo em Presidente Prudente-SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 14, p. 83-92, 1992.

- MARTINELLI SILVA, M. J.; HORA, M. L. F. da. **Produção x apropriação do espaço urbano**. O papel exercido pelo poder público no processo de 'valorização' de áreas urbanas. O exemplo do Jardim Caiçara e da Vila Mathilde Vieira em Presidente Prudente – SP. 1991. 83 f. Monografia (Graduação em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- MELAZZO, E. S.; BELLET, C.; CALIXTO, M. J. M. S. (org.). **Entre escalas, processos e formas**. Produção e consumo nas cidades iberoamericanas. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2022. v. 1. 373p.
- MORENO, B. B.; CALIXTO, M. J. M. S. A fronteira entre as antigas e as novas relações: uma reflexão sobre as novas formas de uso do espaço na reserva indígena de Dourados-MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 7, p. 26-49, 2008.
- MORETTI, E. C.; CALIXTO, M. J. M. S. (org.). **Geografia e produção do espaço regional: sociedade e ambiente**. Campo Grande: UFMS, 2003.
- MOTA, A. A da; CALIXTO, M. J. M. S. Espacialização dos casos de SARC-COV-2 na rede urbana de Mato Grosso do Sul: uma análise da 11^a à 18^a semana epidemiológica de 2020. **Hygeia**. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, jun./2020, p. 380-390.
- NOGUEIRA, C. C. da S.; CALIXTO, M. J. M. S. A reprodução do espaço urbano em Itaporã: uma análise a partir das articulações com Dourados-MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 12, p. 27-57, 2015.
- OLIVEIRA, Hélio Carlos M.; CALIXTO, Maria José Martinelli S.; SOARES, Beatriz Ribeiro. **Cidades Médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.
- ROMERO, H.; CALIXTO, M. J. M. S. As novas dinâmicas do comércio na cidade de Dourados-MS: uma análise do processo de redefinição da centralidade intraurbana em uma cidade média. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, p. 58-78, 2020.
- SANTIAGO, C. F. E.; BERNARDELLI, M. L. F. da H.; CALIXTO, M. J. M. S. Uma análise da expansão territorial urbana recente em Dourados-MS. **FORMAÇÃO** (Presidente Prudente) **JCR**, v. 28, p. 569-595, 2021.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SHIWA, R. M.; CALIXTO, M. J. M. S. Apontamentos para a análise do papel de um subcentro em uma cidade média: Dourados-MS. **Estudos Geográficos** (UNESP), v. 17, p. 115-140, 2019.
- SILVA, M. C. T.; CALIXTO, M. J. M. S.; GARDIN, C. Metodologia de localização de UTE/GN, logística regional e estudos urbanos. *In*: COMAR, V.; TURDERA, E. M. V.; COSTA, F. E. dos S. (org.). **Avaliação ambiental estratégica para o gás natural AAE/GN**. Rio de Janeiro: Editora Interciência/UEMS, 2006, p. 203-225.
- SOUZA, L. C. L. G.; CALIXTO, M. J. M. S. As novas formas de produção habitacional em Dourados-MS: o residencial Estrela do Leste. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção Três Lagoas**, v. 1, p. 523-554, 2020.

REVISITANDO E COMPARTILHANDO TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS

Alzira Salete Menegat

Introdução

No presente texto compartilho alguns aspectos da minha trajetória acadêmica¹⁹⁰, apresentados em banca pública para obtenção do título de professora titular da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. Para aquele momento, compilei trabalhos realizados durante meu fazer acadêmico no exercício de professora, de pesquisadora, de extensionista e de gestora de projetos na instituição. A seleção dos dados que seriam inseridos no texto, requereu rememoração de tempos remotos trazidos ao presente, imprimindo significados às atividades que desenvolvo na instituição nos dias atuais. Todos estes fatos constituem-se em fios condutores que ora apresento, construídos em diferentes períodos, formando fragmentos do vivido.

Cabe destacar que, no percurso de quase duas décadas de atuação na UFGD, muitas foram as pessoas com as quais andei lado a lado; outras, convivi em momentos pontuais. Por isso, é impossível nomeá-las individualmente. No entanto, para a catalogação das ações que realizei, essas pessoas foram se rerepresentando e facilitando o rememorar de meus fazeres acadêmicos. Com elas construí elos tecidos em momentos de debates, orientações, construção de artigos, organização de livros, nos projetos de pesquisa e de extensão, e nas ações que me fortaleceram e me trouxeram até esse momento, mantendo a certeza que a universidade pública é o lugar da produção de saberes e que faz desse lugar aquele em que eu me reconheço.

Para a organização deste texto, optei em dividi-lo em duas partes: na primeira, nomeada “Revisitando trajetórias”, trago considerações de outros lugares, de tempos remotos nos quais me construí como pessoa detentora de projetos e de autonomia, fundamentais para seguir pela formação acadêmica, culminando com a atuação na universidade. Na segunda parte do texto apresento reflexões sobre a minha atuação acadêmica em diferentes espaços institucionais e de como esse conhecer me possibilitou atuar em todos os eixos da UFGD, a saber: ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária. Faço essa composição textual por entender que

¹⁹⁰ O presente capítulo é uma síntese do texto que foi apresentado e aprovado em banca avaliadora, no dia 26 de setembro de 2022, por ocasião de banca pública para professora titular da UFGD.

escrever sobre a própria trajetória acadêmica implica um exercício de relacionar a condição atual, de docente no ensino superior da UFGD, com outras vivências construídas ao longo da vida. Início pelos tempos remotos.

Revisitando as trajetórias dos tempos remotos

Analisar trajetórias me levou a refletir o que me trouxe ao estado de Mato Grosso do Sul no ano de 1987. Sou migrante gaúcha e, como filha de pequenos colonos fixados em Erechim, município da região do Alto Uruguai (RS), construí identidade atrelada ao modo de vida na terra. O fazer diário ligado ao plantar, cultivar e colher as roças de produção de alimentos junto com minha família (sete irmãos/as, pai, mãe e tios), delineararam a minha infância e parte da adolescência.

Quando pequena fui inserida nos trabalhos da roça, combinados com os estudos na escolinha rural situada próxima à minha casa, na comunidade Santa Lúcia (km 6 Dourados) onde estudei até o quinto ano do antigo primário. Era uma escola multisseriada que tinha, na pessoa de minha irmã mais velha, a professora de diferentes turmas. Ela, à época, cursava o curso de magistério, num tempo em que a valorização das pessoas estava posta para o mundo do trabalho (grande parte braçal). E, como a rede educacional era insuficiente para atender a todos/as, o magistério assumia status equivalente ao que se considera atualmente o nível superior.

Ao adentrar na adolescência, quase na fase adulta, em meados da década de 1970, fui impulsionada, junto com outros membros da família com idade próxima, a ingressar na etapa escolar do antigo ginásio e a buscar trabalho em Erechim (RS). Chegar à idade adulta¹⁹¹ como integrante de uma família numerosa exigiu que eu assumisse o meu sustento, e a cidade se mostrava uma encantadora alternativa. Assim era como eu a enxergava, sendo esse também o entendimento de outros adolescentes da comunidade e, porque não dizer, uma ideia ainda presente nos imaginários da juventude rural, como mostram os estudos de Castro (2013), Silva (2015), Costa (2013), dentre outros.

Nesse contexto, migrei do pequeno sítio para o trabalho assalariado urbano em um período de expansão da indústria brasileira que vinha se espraiando pelas pequenas cidades interioranas, movida por alçar a abundante mão de obra desqualificada e, portanto, dócil e barata. A carência de experiência profissional, de quem migrava do campo para a cidade,

¹⁹¹ O marco de entrada na fase adulta ocorria ao completar 18 anos. Atualmente, conforme o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), é considerado jovem quem está na faixa etária de 15 a 29 anos.

evidenciado no estudo de Pena (1981), propiciava êxito nas intenções da indústria e do mercado, lançando trabalhadores à sua própria sorte, sem possibilidade de escolherem a área de atuação. Era preciso antes “aprender o ofício”, o que acontecia no “chão das fábricas”. Eu entrei nesse contexto e, por isso, “peguei o serviço que apareceu” e me afastei das atividades do campo. Todavia, mantive meu “olhar de perto” para observar que meu pai e mãe, praticamente sozinhos no sítio (em virtude da saída de boa parte dos filhos/as), mantinham as atividades de plantar, cultivar e colher alimentos¹⁹².

Assim, entre meados da década de 1970 e início dos anos de 1980, me inseri em diversas experiências com o trabalho urbano, parte delas ligadas ao comércio de vestuário, visando viabilizar o sustento e produzir condições financeiras para continuar com a formação acadêmica. Desejava concluir o ginásio e, depois, o antigo segundo grau, inserida num curso técnico. Os cursos técnicos foram característicos do contexto educacional daquele momento, fomentados pelo Estado com o objetivo de formar pessoas para o mundo do trabalho, atendendo às exigências do mercado.

Ao concluir o curso técnico, ingressei na Fundação Alto Uruguai para Pesquisa e Ensino Superior/FAPES, atualmente Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI. Tratava-se da única instituição da cidade de Erechim¹⁹³ que oferecia ensino superior e tinha caráter privado. Para ingressar no curso de Estudos Sociais, criado durante o período militar, trabalhava durante o dia e estudava no período noturno. Na instituição, depositava mensalmente parte significativa do rendimento que obtinha com as horas trabalhadas no comércio. Durante esse período vivenciei a minha primeira experiência com o magistério quando assumi, durante um ano, aulas de história para alunos/as de quintos e sextos anos do antigo ginásio. Em virtude da ínfima remuneração como professora, deixei a docência e reassumi a atividade no comércio, interrompendo também a minha formação superior.

¹⁹² Nos dias atuais os meus familiares (mãe e alguns irmãos) ainda se encontram inseridos nas atividades agrícolas no sítio. Isso foi possível porque alguns irmãos, após chegarem à aposentadoria das funções que exerceram ao longo da vida no contexto urbano, retornaram para o sítio e reassumiram antigos trabalhos com o uso de tecnologias, especialmente de máquinas e insumos disponíveis no mercado. A introdução dessas inovações tem trazido facilidades e bons resultados em termos de volume de produção, com intensas mudanças, se compararmos os tempos de outrora. Atualmente atuam na lida do campo apenas três pessoas, plantando uma quantidade de sacas de sementes superior ao que antigamente era colhida como produção e para as quais havia a necessidade de aplicar o trabalho de toda a família (mais de 10 pessoas).

¹⁹³ Na cidade de Erechim ainda pode se encontrar a URI, a qual incorporou a antiga FAPES, ampliando o número de cursos e de alunos/as, em diversos campus instalados em diferentes municípios e regiões do RS. Há, ainda, em Erechim, um complexo educacional de ensino nível superior público que agrega o Campus da Universidade Federal Fronteira Sul, o Campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e o Campus do Instituto Federal, tornando a cidade um polo na região do Alto Uruguai, lugar propício para a formação acadêmica, especialmente para quem busca o ensino superior público.

Em meados dos anos de 1980, busquei espaços de trabalho no estado de Mato Grosso do Sul (MS) movida pela aprovação em concurso. Contraditoriamente (ou não) assumi uma vaga para atuar em assentamentos rurais, atividade com a qual voltei a compartilhar a relação de afetividade e de cumplicidade das pessoas com a “Mãe Terra”, todavia em outras paragens, vivenciando relações construídas pelos assentados e não mais com os colonos do Rio Grande do Sul.

Em Mato Grosso do Sul atuei, nos anos de 1987 a 1993, na função de extensionista social rural na Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul/EMPAER¹⁹⁴. A possibilidade de integrar o quadro de funcionários da EMPAER ocorreu devido a um convênio firmado entre o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário/MIRAD¹⁹⁵ e o governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que visava à contratação de profissionais para desenvolverem ações de extensão rural junto às famílias assentadas em projetos de reforma agrária em diversos municípios. Eram ações direcionadas ao desenvolvimento produtivo e social, numa ênfase ao fomento aos convênios entre as famílias e as instituições governamentais.

É preciso acentuar que aquele foi um período de intensa explosão social no cenário brasileiro, marcado pelo fim dos governos militares e pela emergência dos movimentos sociais como demonstra Sader (2007). Reivindicavam-se, na época, mudanças na estrutura fundiária por meio de manifestações e passeatas, pelas quais imprimiam luta e força social para as demandas apresentadas, entre elas a da reforma agrária. Os movimentos sociais rurais buscavam meios para mudar o tradicional modelo agrário fincado no latifúndio, como discute Grzybowski (1987) e o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA¹⁹⁶ consolidava as expectativas por acenar o iniciar, mesmo que tímido, da possibilidade de mudanças, indicando áreas a serem desapropriadas em favor da criação de assentamentos. O fato é que não se consolidou no formato planejado, requerendo a construção do Segundo Plano Nacional, no ano de 2003.

Foi no bojo do pacote que envolveu o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária que passei a integrar os quadros de servidores da EMPAER, para atuar em Mato Grosso do Sul,

¹⁹⁴ Esta foi extinta em 1994, incorporada ao Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul/IDATERRA. Anos depois, o IDATERRA foi extinto e foi criada a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural/AGRAER, empresa de extensão rural que ainda compõe os quadros de instituições do estado.

¹⁹⁵ O decreto nº 91.214/85 criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário/MIRAD, extinto em 15 de janeiro de 1989, com a Medida Provisória nº 29, sendo incorporado pelo Ministério da Agricultura, em março de 1990.

¹⁹⁶ Por meio do Decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985.

compondo equipes de trabalho com a finalidade de desenvolver ações em diversos assentamentos rurais, vivenciando a dinâmica dos projetos em diferentes municípios.

Para que atuássemos nos assentamentos, formávamos equipes constituídas de diferentes profissionais, como agrônomos/as, veterinários/as, técnicos/as agrícolas e extensionistas sociais, sendo eu, parte da última categoria.

Foram anos intensos no sentido profissional e de referências para minha vida, visto que vivenciei a edificação dos primeiros assentamentos no estado, dentre eles o Sucuriú (Costa Rica), lugar de terras arenosas as quais lembravam área litorânea (mas sem o mar), aspecto que dificultava a produção agrícola. Posteriormente, atuei no Novo Horizonte¹⁹⁷, criado nas terras da Someco (colonizadora de terras em Ivinhema), lugar que recebeu parte expressiva de famílias brasiguaias, como demonstra o estudo de Sprandel (1992), as quais, na década de 1980, retornaram ao Brasil movidas pela possibilidade da reforma agrária¹⁹⁸. Lembro-me que, em termos de qualidade das terras e de fomentos agrícolas, Novo Horizonte era um lugar considerado próspero. Por último, atuei em diversos assentamentos no município de Corumbá onde havia (e ainda há) dificuldades diversas, parte delas motivada pela escassez de águas e por irregularidades nas chuvas, o que dificultava a produção de alimentos.

Na atividade de extensionista social rural acompanhei o dia a dia de pessoas que fazem a dinâmica da vida nos assentamentos rurais, vendo e participando de esforços para construir condições propícias nos novos lugares, nem sempre os lugares desejados, mas que lhes ofereciam forças para garantir a produção e a reprodução de suas famílias. Nessa atuação, sobretudo nos assentamentos em Corumbá, passei a refletir sobre as inúmeras contradições que o modelo, à época, pensado pelo Estado, ocasionava na formação dessas comunidades. Tais inquietações foram suscitando meu interesse em compreender teoricamente os meandros da construção da reforma agrária brasileira, principalmente por sentir no meu trabalho e na percepção do fazer das famílias assentadas, que o modelo gestado pelo Estado nem sempre considerava a participação dos assentados. Isso gerava um jogo de forças entre demandantes das terras e as políticas agrárias e agrícolas, o que inviabilizava êxito para a consolidação dos assentamentos. Foi essa inquietação que me levou a ingressar no curso de História, da

¹⁹⁷ Novo Horizonte foi elevado à categoria de município pela Lei 1.260, de 30 de abril de 1992, criando o município de Novo Horizonte do Sul.

¹⁹⁸ Em relação à criação do assentamento Novo Horizonte indico a obra de SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Campus de Corumbá, etapa em que combinei minha atuação profissional, de extensionista social rural, com a de acadêmica.

Cursei a graduação em História entre os anos de 1990 a 1993, sendo a segunda dos oito irmãos a concluir um curso superior. Posteriormente, mais um deles trilhou esse caminho. No período da graduação frequentei disciplinas diversas, especialmente aquela de História Brasileira e da História Regional, as quais me possibilitaram dialogar com obras que tratavam da estrutura agrária, em especial a de Mato Grosso do Sul. Da mesma forma, as aulas ministradas por professores/as pesquisadores/as das questões regionais, entre eles Valmir Corrêa, Lúcia Salsa Corrêa, e Paulo Esselin me conduziram a conhecer com mais profundidade o estado onde eu residia, o que foi fundamental no desvelar de meus questionamentos em relação aos elementos presentes na formação dos assentamentos. Ao concluir o curso refiz o percurso de minha atuação profissional, passando da atividade de extensionista social rural para a docência no universo acadêmico. Assumi aulas no curso de História da UFMS, Campus de Três Lagoas.

No ano de 1996, ingressei como mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na Universidade Federal da Paraíba/UFPb, Campus de João Pessoa, aprofundando conteúdos inerentes à estrutura agrária e aos referenciais das Ciências Sociais. Para efetivar minha pesquisa, retornei ao município de Corumbá (MS) e aos assentamentos rurais, lugares em que havia atuado como extensionista social rural. Desta feita, meu olhar fora conduzido para a compreensão das atuações das mulheres assentadas em dois assentamentos de Corumbá: o Taquaral e o Mato Grande.

O contato com as mulheres assentadas durante o período em que compus os quadros da EMPAER me propiciou observar que elas assumiam diversas frentes de trabalho e que, ao mesmo tempo, lideravam movimentos de reivindicações para melhorias dos assentamentos e de suas vidas, especialmente lutando por demandas sobre seguridade de direitos - como a aposentadoria, a licença maternidade, a inclusão do nome na nota produtora da unidade, dentre outras. Percebi que elas viviam duplas jornadas, interpenetradas pelas diversas atuações, tema que desenvolvi na dissertação intitulada “As novas-velhas inserções de trabalho nos assentamentos rurais: a situação das mulheres”, defendida no Programa de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (Campus de João Pessoa), em agosto de 1998. É preciso destacar que esse tema de pesquisa me acompanha até os dias atuais, visto que, em minhas atuações como docente desenvolvi, e ainda desenvolvo e oriento projetos de pesquisas, projetos de extensão e orientações de dissertações na pós-graduação nessa área.

No ano de 1999, ingressei ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP, Campus de Araraquara, para realizar a etapa de formação de doutoramento, momento em que pude compartilhar de aulas com professoras que considero referências nas pesquisas, dentre elas Sônia Maria Pereira Bergamasco, Vera Lúcia Silveira Botta Feirante e Teresinha D'Aquino, minha orientadora. Participei de grupos de estudos com as professoras Leila de Menezes Stein e Maria Aparecida de Moraes Silva, refletindo sobre sindicalismo, movimentos sociais e assentamentos rurais.

O período do doutoramento foi intenso, dedicado à pesquisa, e, em parte dele, conciliei a atuação na docência, interpenetrado pelas longas viagens semanais, levando mais de 30 horas no ir e vir que separa Dourados-MS e Araraquara-SP. Resgatar essa memória me levou a reelaborar o sentido do espaço das poltronas dos ônibus da empresa de transporte Viação Motta, alçadas à dimensão de uma sala para estudos, já que era no transporte que eu realizava leituras, aproveitando o longo tempo de viagem. Nessa combinação de frentes, como estudante, docente e pesquisadora em assentamentos, nasceu minha filha, Ana Laura, gestada durante a análise dos dados e a escrita da tese.

Com a pesquisa de doutorado pude, mais uma vez, retornar ao antigo lugar, aquele onde havia atuado como extensionista rural, para uma segunda frente de investigação e compreender as contradições existentes entre a prática do Estado e os interesses dos assentados, surgidas no decorrer do assentamento de famílias no Projeto Taquaral, que havia sido instalado no ano de 1989, em Corumbá. Foram anos de intenso diálogo que culminaram na defesa da minha tese, em 11 de abril de 2003, intitulada “No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia. As contradições entre o projeto do Estado e dos assentados no Assentamento Taquaral – MS”.

Minas pesquisas de mestrado e de doutorado estiveram envoltas à minha vivência anterior como extensionista, uma vez que foi por dentro dessa experiência e pesquisas que fui definindo a minha área de interesse de estudos, pautada na estrutura agrária brasileira, com ênfase nos assentamentos rurais e nos temas que deles suscitaram outras investigações, como as relações etárias e de gênero, a educação do campo, as religiosidades, as políticas agrícolas, a agroecologia e a produção orgânica. Atualmente, tenho encaminhado projetos de pesquisa e de extensão voltados a esses temas, compondo a minha prática docente.

Enfim, minha atuação como extensionista na EMPAER me levou a realizar pesquisas durante a minha formação na pós-graduação, e conduziram meu fazer como professora universitária até os dias atuais em diversas frentes, como: propor e coordenar cursos de graduação e de pós-graduação destinados a atender as pessoas de assentamentos; construir

projetos de extensão com vistas a potencializar a produção de alimentos; e orientar monografias, dissertações e teses a respeito do tema. Esses aspectos serão detalhados nos itens que seguem, quando apresentarei a minha atuação com o ensino, com a pesquisa, com a extensão e com a gestão universitária, bem como a publicização científica de reflexões e experiências que acumulei na prática acadêmica. Início o próximo item, refletindo acerca da minha atuação como docente, a qual me levou ao ensino superior.

As atuações com o ensino superior anteriores ao ingresso na UFGD

Minha atuação na docência para a etapa do ensino superior teve início antes de meu ingresso na UFGD, logo após concluir a graduação, em meados do ano de 1993, quando fiz parte do quadro de docentes do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três lagoas, na condição de professora com contrato temporário. Lá atuei por dois anos, de julho de 1993 a janeiro de 1995, ministrando disciplinas diversas, dentre elas: Fundamentos de História, Filosofia da História, História do Brasil I e Cultura Brasileira. Concomitantemente, atuei no ensino fundamental da rede privada de Três Lagoas, nas disciplinas de História para turmas dos anos finais do Ensino Fundamental.

Afastei-me da docência de meados de 1995 até meados de 1998, para me dedicar ao Mestrado em Sociologia, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus de João Pessoa/PB, condição viabilizada pelo acesso à bolsa de estudos com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES. Defendida a dissertação, em agosto de 1998, retornei ao Mato Grosso do Sul e reassumi a docência. Naquele momento, ingressei na Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul/AEMS, no município de Três Lagoas e ministrei as disciplinas da área de Ciências Sociais nos cursos de graduação em Direito e Ciências Contábeis, até o ano de 2000, quando mudei para Dourados.

Em 2002, na etapa final do doutoramento, retornei à docência, período em que integrei o quadro de professores/as do Instituto de Ensino Superior de Dourados/IESD, ministrando as disciplinas Sociologia (cursos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Turismo e Comunicação Social).

Ainda, durante os anos de 2002 e 2003, mantive vínculo com a docência em outras duas instituições da região da Grande Dourados: na Faculdade de Educação Ciências e Letras de Ponta Porã/MAGSUL (Ponta Porã), e na Faculdade Integrada de Amambaí/FIAMA (Amambaí). Em ambas assumi encargos de docência nos cursos de Pedagogia, Educação Física

e Ciências Contábeis. Concomitantemente à atuação no ensino superior em instituições privadas, ainda no ano de 2002, fui aprovada em processo de seleção pública na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS, assumindo, durante dois anos, aulas nos cursos de graduação de Turismo e de Direito (Unidade de Dourados). Ao término do primeiro contrato, prestei segunda seleção pública para vaga de professora temporária visto que, naquele período, eram raros os editais de concursos para a contratação efetiva nas instituições públicas.

No segundo contrato com a UEMS, assumi aulas no curso Normal Superior, uma experiência marcante. O Normal Superior foi criado pela UEMS, no ano de 2000, atendendo a Lei de Diretrizes Básicas/LDB ao assegurar oferta de graduação para professores/as da rede pública da educação básica. Assumi disciplinas nas unidades da UEMS de Nova Andradina, Ponta Porã, Naviraí, Mundo Novo, Amambai e Dourados¹⁹⁹. Foi um período em que compartilhei experiências vivenciadas pelas alunas e alunos que integravam numerosas turmas. Eles e elas eram provenientes de diversas cidades e convergiam para as unidades da UEMS próximas de seus lugares de morada a fim de participarem das aulas de forma concentrada (sextas-feiras e sábados).

Duas disciplinas marcaram a minha atuação no Normal Superior: Estágio Supervisionado e a de História Regional. Assumi-las oportunizou-me conhecer a história de formação de professores/as em municípios do MS e a estrutura educacional da qual os alunos/as faziam parte. Da mesma forma, acompanhar os estágios supervisionados, especificamente a partir 2004, favoreceu que eu conhecesse questões educacionais no contexto das escolas dos municípios de Nova Andradina, Naviraí e Dourados.

Desliguei-me do quadro de docentes da UEMS no mês de agosto de 2006, quando ingressei, por meio de concurso público na UFGD, como professora do curso de Ciências Sociais. A UFGD foi criada no ano de 2005 por ocasião do desmembramento do Campus de Dourados, do antigo Centro Universitário de Dourados/CEUD, o qual fazia parte da estrutura da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, emancipado em uma nova universidade.

Considero a minha atuação anterior ao momento de adentrar na UFGD como fundamental para a minha vida e, em diversos sentidos, especialmente no fazer da construção da minha prática em docência, ao fomentar conhecimentos que me permitiram compreender as

¹⁹⁹ O curso Normal Superior foi oferecido de 2000 a 2010, habilitando 2.000 professores da rede básica estadual e municipal. Foi oferecido nos polos da UEMS: Amambai, Aquidauana, Cassilândia, Campo Grande, Coxim, Dourados, Jardim, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Ponta Porã.

estruturas do ensino superior público e do privado da região da Grande Dourados. Além disso, me proporcionou enfrentar desafios, contribuindo para trocas e para a construção de projetos de ensino, pesquisa e extensão, acalentados e tornados possíveis após a minha chegada à UFGD, como destacarei em outras partes do texto.

O ingresso na UFGD e as atuações com o ensino

No dia 8 de agosto de 2006, dia que antecedia meu aniversário, em um evento festivo²⁰⁰ realizado no auditório central da Unidade I da UFGD, assumi vaga como docente na modalidade de dedicação exclusiva ao ensino superior. Com essa ação me comprometi com o ensino, com a pesquisa, com a extensão e com a gestão universitária, ingressando no curso de Ciências Sociais, o qual havia sido criado e inserido entre os cursos oferecidos pela Faculdade de Ciências Humanas/FCA.

A UFGD foi criada pela Lei Federal nº 11.153, de 29/07/2005, conforme publicado no Diário Oficial da União, em 1º de agosto de 2005, e implantada em 2 de janeiro de 2006. Sua criação foi possível em virtude de um cenário nacional favorável, num período da história brasileira com expansão do ensino superior, uma das metas do primeiro Governo Lula, então Presidente do Brasil, de fomentar a criação de instituições de ensino superior em diversas regiões, interiorizando a oferta de cursos e facilitando o acesso das pessoas à formação acadêmica. Essa instituição foi criada em Dourados, município da região da Grande Dourados, lugar de um território de multiplicidade cultural. Até o presente momento, cada um desses grupos traz pautas específicas e encaminha atuações que constantemente suscitam inúmeros enfrentamentos sobre a composição e a ocupação do território.

Com a estrutura organizada em diversas faculdades, a instituição assumiu o compromisso com o desenvolvimento científico, econômico e socioambiental da região. Nesse contexto, assumi vaga docente na Faculdade de Ciências Humanas (FCH) que, atualmente, abriga os cursos de graduação em História, Geografia, Psicologia e Ciências Sociais, além das pós-graduações em Antropologia, Sociologia, Geografia, História e Psicologia.

²⁰⁰ Nomeio como evento porque foi uma grande festividade da qual participaram, além de docentes e administrativos que lá se encontravam para assumir concurso, diversos representantes da reitoria *pro-tempore*, desde o reitor, pró-reitores, coordenadores/as e demais segmentos da administração que, naquela ocasião, se fizeram presentes para recepcionar professores e servidores administrativos que estavam assumindo as vagas do primeiro concurso realizado na nova universidade. Cabe destacar que a recepção festiva se repetiu em momentos posteriores, quando havia pessoas aprovadas para assumirem concursos, firmando o contentamento e as expectativas da gestão central da UFGD na construção da universidade.

A FCH era (e ainda é) constituída por um corpo docente dedicado ao ensino, à pesquisa e à extensão nos níveis de graduação e pós-graduação, encaminhando reflexões acerca das problemáticas sociais, políticas, econômicas e étnico-culturais da região. Por isso, chegar à UFGD significou, para mim, uma conquista desejada por me identificar com a proposta que movia a sua criação. A forma de organização da FCH me permitiu vislumbrar amplas possibilidades de atuação nos eixos que compreendem o fazer da universidade pública. Isso produziu mudanças no meu fazer acadêmico porque a jornada que eu mantinha como professora da rede privada, incluindo à da UEMS, exigia dedicação apenas às atividades ligadas ao ensino. Naquele período, até procurei me dedicar ao desenvolvimento de pesquisa²⁰¹, mas o fato é que, ao assumir concurso na UFGD, criaram-se as possibilidades de combinar atuações nos quatro eixos que constituem a universidade: o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão acadêmica.

No ano de 2006, na UFGD, atuei com aulas nas numerosas turmas que ingressavam no curso de Ciências Sociais, entre elas, Sociologia Rural. Tive a oportunidade de dialogar também com turmas de estudantes matriculados em outros cursos (Agronomia e de Zootecnia). Outras disciplinas se somaram como a “Cultura Brasileira”, na Faculdade de Comunicação, Artes e Letras/FALE, bem como a de “Educação em Direitos Humanos” (nos cursos de Ciências Sociais, Gestão Ambiental, Física, Psicologia).

Dessa forma, em todos esses anos de docência na UFGD, venho dialogando com turmas de Ciências Sociais, ministrando disciplinas e mantendo aulas em outros cursos. Ademais, orientei monografias e desenvolvi projetos de pesquisa e de extensão, iniciação científica e iniciação à extensão. Também organizei e participei de eventos científicos visando criar espaços para formação complementar de discentes.

Além de assumir encargos com a graduação, atuo nos cursos de pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas. No ano de 2006 a 2016 ministrei aulas e orientei dissertações e teses no Programa de Pós-Graduação em História/PPGH. Após esse período, me envolvi na Pós-Graduação em Sociologia/PPGS, assumindo disciplinas, orientações e comissões de gestão acadêmica.

Compor os quadros de ambos os programas (Pós-Graduação em História e Pós-Graduação em Sociologia), propiciou-me compartilhar de debates encaminhados por meio das disciplinas e orientações de pesquisas de mestrandos/as e doutorandos/as. A ênfase nas

²⁰¹ Com fomento da Fundação ao Desenvolvimento do Ensino, Ciências e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul/FUNDECT e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.

orientações que venho assumindo nessa trajetória está voltada aos estudos agrários e, no bojo desses, outros temas se interligam, principalmente aqueles voltados às relações de gênero e à produção alimentos, frentes que têm me oportunizado a troca de conhecimentos.

Ainda no âmbito da minha vida acadêmica, destaco quatro atuações marcantes, em virtude do alcance que assumiram, ao enriquecerem e potencializarem a missão da universidade. A primeira foi a construção coletiva, nos anos de 2008 a 2012, de um curso na área das Ciências Sociais demandado pelos movimentos sociais rurais que vislumbravam, no projeto da UFGD, o compromisso social para com as pessoas dos assentamentos. Para viabilizá-lo, construímos uma rede de sujeitos envolvendo coletivos organizados de movimentos sociais e de outros segmentos institucionais externos, dentre eles o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA, que representa o setor de educação na estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, no âmbito do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. Desse esforço conjunto, criamos as bases para organizarmos o curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA²⁰².

Esse curso foi oferecido na Faculdade de Ciências Humanas para uma turma única, por meio de convênio firmado entre a UFGD, o INCRA e o PRONERA, destinado a atender acadêmicos/as dos assentamentos rurais. Com duração de quatro anos e meio, iniciou-se em meados de 2008 e foi concluído em dezembro de 2012. Nele foram certificados 56 cientistas sociais, assentados de Mato Grosso do Sul, numa ação que consolidou o diálogo que mantínhamos com pessoas dos assentamentos quando de ações com projetos de pesquisa e de extensão. O curso representou o compromisso da UFGD com a sociedade, por criar condições favoráveis para que pessoas distantes geográfica e socialmente da universidade conseguissem dela participar.

Atuei no Curso de Ciências Sociais/PRONERA como professora e como uma das coordenadoras, em uma ação compartilhada com Marisa Lomba Farias e André Faisting, e parceria de professores/as de diversos cursos da FCH e colegas da UFMS (Campus Três Lagoas). Nele também assumi disciplinas, orientações de iniciação científica, estágios supervisionados e orientei trabalho de conclusão de curso. É importante registrar que o curso viabilizou o recebimento de bolsas de permanência para os alunos com recursos de projeto aprovado no CNPq, para a etapa dos dois últimos anos, ação que esteve sob a minha coordenação, criando redes amplas de fomento externo à universidade. A UFGD recebeu do PRONERA o fomento para custeio destinado ao alojamento, aquisição de alimentos,

²⁰² Aprovado em edital de extensão junto ao CNPq (Edital MCT/CNPq/MDA/INCRA 04/2009).

transportes e materiais pedagógicos, aspectos providenciados semestralmente pela coordenação, o que nos demandava longas horas de planejamento, acompanhamento, execução e relatórios de gestão financeira e pedagógica em cada uma das oito etapas do curso.

Com o curso de Ciências Sociais/PRONERA, assumi o viés da gestão universitária, eixo que ocupava boa parte da minha dedicação. Por isso, com essa atuação vivi anos intensos dedicados à construção de parcerias e reunião de esforços entre setores da UFGD e segmentos institucionais externos para, com isso, encaminhar as aulas e organizar a estrutura para recebimento dos/as alunos/as. Nesse sentido, o esforço foi coletivo, com a participação de docentes de diversas faculdades da UFGD, bem como parcerias com docentes da UEMS e da UFMS (Campus de Três Lagoas), o que ampliou os elos na rede, tornando possível a realização das ações programadas.

O Curso de Ciências Sociais/PRONERA foi pensado nos referenciais da “Metodologia da Alternância”, reconhecendo as especificidades do campo, como orientam os estudos de Santos *et al.* (2018) e também aqueles de Farias e Menegat (2009). Com a “Metodologia da Alternância” combinamos parte da carga horária das aulas oferecidas no sistema presencial, na sede da UFGD, e outra parte realizada nas comunidades de assentamentos dos discentes, momento em que os professores/as do curso se deslocavam até esses locais para atendimento. Procuramos assegurar a igualdade na participação social sem negarmos as diferenças que perpassam os distintos grupos sociais, aspecto nem sempre fácil como destaca Candau (2008), mas necessário para com as ações com viés de compromisso social.

A Metodologia da Alternância aproximou a UFGD dos grupos de famílias dos assentamentos, viabilizou novas ações com projetos de pesquisa e extensão, favorecendo que o curso abrigasse, em sua estrutura, ações imbricadas entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão universitária. O respeito às particularidades do campo retrata o cuidado com os sentidos e significados da terra para as pessoas do campo, elementos importantes no diálogo entre a UFGD e os grupos sociais, na produção de um conhecimento que contemplou os envolvidos.

Cabe destacar que nove alunos foram inseridos em pesquisa por meio da iniciação científica. Promovemos oito seminários para debater temas ligados aos assentamentos e os dilemas envoltos à estrutura agrária brasileira. Nestes momentos, contamos com a vinda, para a UFGD, de docentes oriundos de outras instituições, fortalecendo a rede de parcerias interinstitucionais. Além disso, como docentes, organizamos e publicamos sete livros com reflexões sobre temas que perpassavam a educação do campo e os encaminhamentos que fizemos ao longo do curso, sendo eles “Saberes em construção” (2009); “Educação, relações de

gênero e movimentos sociais” (2009); “Direitos Humanos, diversidade e movimentos sociais” (2011); “Do cheiro da terra aos fios da memória” (2013); “Histórias que (Re)contam histórias” (2013); “Movimentos sociais em redes de diálogos” (2013); “Olhares sobre assentamentos de reforma agrária em Mato Grosso do Sul: os resultados da experiência do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais - PRONERA/UFGD” (2015).

A parceria da UFGD com o PRONERA/INCRA fortaleceu laços com os movimentos sociais e com as comunidades rurais levando, para os assentamentos, docentes para atenderem a carga horária do “Tempo Comunidade”, o que impulsionou outras ações de pesquisa e de extensão, fomentando meios para viabilizar a produção naqueles lugares.

Um dos resultados do curso está no fato de que parte expressiva dos egressos, oriundos de 33 assentamentos em 17 municípios do Estado, ao concluírem a formação acadêmica, assumiram aulas nas escolas locais, conduzindo o processo educacional em suas comunidades. Isso demonstra que vieram para a UFGD com a finalidade da formação superior com objetivo de “trocarem as enxadas para continuarem nos plantios dos assentamentos”. Nesse sentido, reside o destaque que imprimo a essa ação, visto que a UFGD contribuiu para a formação acadêmica de educadores/as fortalecendo a autonomia dos povos do campo. Oportunizou, ainda, condições favoráveis para que docentes da UFGD conhecessem as comunidades de assentamentos.

A busca pela continuidade em outras etapas da formação dos egressos do curso de graduação é outro dado a destacar, já que tenho orientado alunos/as egressos da graduação em Ciências Sociais/PRONERA, agora cursando as etapas de mestrado e o doutorado. Nesse sentido, quero destacar que, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA, criamos outros três novos cursos de pós-graduação na modalidade de especialização: “ProJovem Campo”, “Estudos de Gênero e Interculturalidade”. e “Residência Agrária”.

O Curso de Especialização ProJovem Campo, oferecido entre os anos de 2009 e 2011, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de MS e a FCH/UFGD, foi um curso criado para contribuir com o processo de formação continuada de profissionais da Educação Básica do campo, para professores/as nas escolas da rede de ensino que desenvolviam atividades no Programa Federal ProJovem Campo. Nessa ação atuei na elaboração da proposta pedagógica e dialoguei com professores/as de faculdades da UFGD para que participassem da proposta, bem como com representantes da Secretaria Estadual de Educação. Além disso, assumi disciplinas e orientações de trabalhos de conclusão. Na atuação como orientadora, constatei, pelas experiências trazidas pelos/as orientandos/as em suas pesquisas, o quão importante foram as políticas de fomento federal no âmbito das secretarias estaduais, por viabilizarem, na outra

ponta, das escolas dos assentamentos, incentivos para inserção e permanência de estudantes distanciados do processo educacional.

Outro curso que construímos foi a especialização “Estudos de Gênero e Interculturalidade”, também em parceria com o PRONERA/INCRA, desenvolvido entre os anos de 2011 e 2013, numa ação concretizada pelos diálogos iniciados nas ações anteriores, fomentados pela parceria com o INCRA/PRONERA e em colaboração com docentes da UFGD. Tratou-se de um curso elaborado sob os referenciais teóricos da interculturalidade e oferecido para professores/as que atuavam nas escolas dos assentamentos, objetivando a formação continuada. No curso, foram certificados/as 29 alunos/as como especialistas. Nele, atuei na elaboração da proposta pedagógica e compartilhei dos trabalhos como vice-coordenadora, em conjunto com o Professor Losandro Tedeschi. Ministrei disciplinas e orientei trabalhos de conclusão que, somados com as experiências oriundas dos atendimentos nas comunidades, possibilitou-me conhecer as escolas onde atuavam os alunos/as envolvidos.

Cabe destacar que a especialização “Estudos de Gênero e Interculturalidade” consistiu em outra ação que envolveu ensino, pesquisa e gestão, na qual vivenciamos o contexto da organização educacional, facilitando o intercâmbio de conhecimentos para além das salas de aulas universitárias. Assim como no Curso de Graduação em Ciências Sociais/PRONERA, o curso de pós-graduação recebeu fomento para custeio de transporte, alojamento e alimentação para os/as alunos/as, encaminhamentos executados pela coordenação do curso. Organizamos, ainda, a publicação de livro “Leituras de gênero e interculturalidade” (publicado em 2013), coordenado pelo Professor Losandro Tedeschi.

“Residência Agrária” se configurou como o terceiro curso de especialização na FCH, efetivado em parceria com o INCRA/PRONERA/CNPq. Foi oferecido pela Faculdade de Ciências Humanas, entre os anos de 2013 e 2015, e envolveu um conjunto de professores/as atuantes em cinco faculdades da UFGD, para viabilizar disciplinas e projetos de extensão. No curso, ingressaram 51 alunos/as de assentamentos, e destes, 48 o concluíram.

No curso “Residência Agrária” atuei como uma das coordenadoras, em uma ação compartilhada com os/as professores/as André Faisting (FCH), Euclides Reuter de Oliveira (Faculdade de Ciências Agrárias/FCA) e Zefa Valdivina Pereira (Faculdade de Ciências Biológicas/FCBA). Além disso, assumi disciplinas e orientações de trabalhos de conclusão.

O encaminhamento do curso foi aprovado como projeto de extensão junto ao CNPq/2012²⁰³, sob minha coordenação, e foram previstos recursos de fomento para alimento e transporte do alunado, bem como bolsas de extensão ao corpo docente e discente. Cabe destacar a importância das políticas de fomento para o ingresso em cursos superiores, como os efetivados pela FCH em parceria com o PRONERA, por criarem meios para assegurar a entrada de pessoas distantes (social e geograficamente) da universidade e fomentar políticas de permanência, acessando bolsas e gestando condições para a conclusão de etapas de formação universitária. As bolsas foram fundamentais para assegurar os deslocamentos e a frequência nas aulas, quando os assentados se afastavam da labuta nos plantios de alimentos nos lotes, culminando com baixo índice de desistência.

Destaco a pós-graduação “Residência Agrária” por fortalecer o elo anteriormente iniciado, entre docentes de faculdades da UFGD que ministraram aulas e acompanharam projetos no âmbito das comunidades. Na organização pedagógica havia a exigência (trabalho de conclusão) de que os/as estudantes criassem experimentos sociais e/ou produtivos em seus lotes. Com os resultados, sob orientação, foram elaborados os relatórios dos trabalhos de final de curso. Tais resultados foram reunidos e publicados no livro “Extensão Rural, agroecologia e produção animal e vegetal em lotes de assentamentos e sítios de colonização em Mato Grosso do Sul”.

O elo que se formou entre docentes de diferentes faculdades da UFGD para os encaminhamentos com os cursos de graduação e pós-graduação, em parceria com o PRONERA, trouxe inúmeros resultados, sobretudo a continuidade das ações com novos projetos de extensão. São ações que ao longo dos tempos foram ampliadas e multiplicadas, dentre elas o trabalho cooperado para a produção de mel nos assentamentos de Nioaque e Ponta Porã, e a produção de hortaliças e de frutíferas com base orgânica nos assentamentos de Nova Alvorada e Nioaque. As parcerias com ações que reúnem áreas técnicas, combinadas com as humanas, imputaram novo sentido ao meu fazer acadêmico com a interdisciplinaridade nos projetos de extensão universitária.

Considero que essa também foi uma ação de ensino de importância na minha trajetória na docência, bem como o destaque no âmbito do meu fazer como docente da FCH e da UFGD,

²⁰³ No edital CNPq/MDA/INCRA/PRONERA, n. 26/2012.

parte dela registrada na produção dos documentários que organizamos sobre experimentos de produção que os/as alunos/as desenvolveram em seus lotes, disponibilizados nas redes sociais²⁰⁴.

Na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e nas ações encaminhadas, fui responsável pela gestão acadêmica para a organização dos cursos, condição fundamental no contexto das universidades públicas e de qualidade, como a UFGD. Nesse sentido, reside a ênfase para as quatro ações que compuseram a minha atuação na FCH, associadas aos encargos assumidos no momento do meu ingresso à instituição, somadas àquelas que desenvolvi/desenvolvo junto ao curso de Ciências Sociais e na pós-graduação, primeiramente em História e, posteriormente, em Sociologia.

Outra atividade que envolveu parte significativa de meu fazer no ensino na UFGD foram as orientações de trabalhos de estágios supervisionados e de pesquisas (graduação, especializações, dissertações e teses) e orientações de bolsistas de projetos de pesquisa e de extensão. Ainda com as orientações direcionadas à etapa do estágio supervisionado, iniciadas no Curso Normal Superior da UEMS e dando continuidade na UFGD, acompanhei aulas em diferentes municípios e, no caso do curso de Ciências Sociais/PRONERA, ocorreram nas Escolas Família Agrícolas/EFAS.

Nas orientações de TCC, de iniciação científica e dos trabalhos de especialização, compartilhei encantamentos e agruras que essas atividades representam na vida de acadêmicos/as, que se encantam com a possibilidade de inserção, quando do desvelar de dilemas sociais, mas se espantam diante dos medos que passam a vivenciar no momento de elaborar ideias que “fervilham”. Essa etapa pode ser a mais encantadora na formação acadêmica porque é nela que as descobertas das teorias estudadas durante os semestres da graduação passam a fazer sentido na explicação das temáticas pesquisadas e sistematizadas com as reflexões de cada formando/a.

As atuações com a pesquisa, a extensão e a gestão universitária

Minhas ações com a pesquisa foram iniciadas no período anterior à chegada à UFGD, primeiro por meio da minha dissertação de mestrado, depois com a tese de doutorado. Em ambas, como destacado, investiguei problemáticas ligadas aos assentamentos rurais.

Faço parte de equipes de pesquisas, construindo redes de estudos. Atuo também na coordenação de grupo de pesquisa “Sociedades e culturas nas fronteiras de Mato Grosso do

²⁰⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=9DuwVDJE-9E>; <https://www.youtube.com/watch?v=O6Y77N1xaNo>; <https://www.youtube.com/watch?v=IwQxnlma2PU>; <https://www.youtube.com/watch?v=sH73FJ-KaoI>; <https://www.youtube.com/watch?v=xgkaecnc5LA>; <https://www.youtube.com/watch?v=LOa0F1j0BkU>.

Sul”²⁰⁵ e integro o grupo “Estudos agrários”, coordenadora pela professora Rosemeire Almeida, da UFMS, Campus de Três Lagoas²⁰⁶, nos quais ocorre o compartilhar dos resultados sobre a questão agrária.

Participar da orientação de dissertações e teses se mostrou outra etapa que me movimentou para diferentes lugares sociais, ultrapassando as fronteiras de Mato Grosso do Sul, visto que os programas de pós-graduação da FCH, bem como os demais da UFGD, recebem mestrandos/as e doutorandos/as de diferentes lugares do Brasil, os quais trazem de seus lugares os temas/problemas para investigações. Orientar pesquisas me possibilitou compreender as relações sociais para além do lugar que vivo, impulsionando trocas e compondo o arcabouço de conhecimentos. Esse sentimento também ocorreu com as orientações de pesquisas que tratavam de Mato Grosso do Sul, parte significativa direcionada a investigações sobre a reforma agrária, assentamentos rurais, relações de gênero, dentre outras temáticas que delinham minha trajetória de formação acadêmica, nas pesquisas e em ações de extensão. Por isso, considero que orientar pesquisas nos diferentes níveis significa fazer parte das mesmas, pelo fato de compartilharmos os encaminhamentos.

É preciso destacar que a minha atuação com pesquisa envolve diálogos com acadêmicos/as de graduação e de pós-graduação, orientando diversos trabalhos (iniciação científica, monografias, especializações, dissertações de mestrado e de teses de doutorado). Outro aspecto a ser destacado é a composição entre ensino, pesquisa e extensão, visto que parte dos projetos abarca os três eixos acadêmicos, ampliando o alcance de cada ação, como o foram o Curso em Ciências Sociais (nível graduação), e o Curso Residência Agrária. Dessa forma, a produção de artigos em revistas, capítulos de livros, comunicações em eventos científicos e a organização de obras integram os meios para a divulgação dos resultados alcançados durante o meu percurso acadêmico.

A extensão universitária é outro segmento acadêmico no qual tenho desenvolvido ações, especialmente coordenando projetos e/ou compondo equipes multidisciplinares, com a inserção de discentes de graduação e de pós-graduação como bolsistas. Entendo que as ações de extensão trazem a possibilidade de atuarmos efetivamente junto aos grupos sociais com os quais dialogamos, facilitando uma formação complementar, sobretudo para alunos/as de graduação. Por meio destas ações, ocorre a combinação dos referenciais teóricos, intercambiados com a realidade social das comunidades. Nesse sentido, a extensão potencializa

²⁰⁵ <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupos/24477>.

²⁰⁶ <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupos/14760>.

as ações de ensino e/ou da pesquisa e vice-versa, ampliando desdobramentos entre as três dimensões do fazer universitário.

Em minha atuação com a extensão universitária, destaco o período em que assumi a Coordenadoria de Extensão, na Pró-reitora de Extensão/PROEX, da UFGD, entre os anos de 2011 e 2015. Em julho de 2022, reassumi a coordenação de extensão, com a vontade de compartilhar e encaminhar ações no fazer da extensão universitária. Com essa atuação, tenho compartilhado diferentes propostas, mantendo diálogos com docentes da UFGD e de fora dela. O que me movia (e me move) com as ações de extensão é o compartilhar de saberes que produzimos na universidade, potencializados com os saberes das experiências que as comunidades nutrem. A combinação desses sentidos resulta em novos conhecimentos para docentes e para as comunidades. Isso esclarece a nossa defesa de que as ações de extensão devem ser construídas coletivamente, tendo como princípios os saberes locais. Foi com esse olhar que coordenei projetos e participei (e participo) dos trabalhos na coordenação de extensão/PROEX, compartilhando ações internas da UFGD em diálogo com a sociedade.

Na coordenação de extensão, durante a primeira atuação (2011 a 2015), mantive diálogos com docentes coordenadores de projetos nas diversas áreas da UFGD, bem como com instâncias externas à UFGD, especialmente no diálogo que mantínhamos com o Ministério da Educação e Cultura, para as edições do PROEXT/MEC e com o antigo Ministério Desenvolvimento Agrário/MDA, quando buscávamos parcerias para fomentar ações na UFGD. Atualmente, me encontro novamente na coordenação de extensão, retomando os diálogos internos e externos, principalmente com secretarias do governo do estado.

A atuação com a gestão universitária na UFGD, como destacado, vem sendo construída de forma combinada com outros eixos, ou seja, compondo equipes com docentes de diferentes áreas, num fazer com o planejamento, execução e fomento, entrelaçadas com o ensino, com a pesquisa e com a extensão. Aliada à atuação na gestão dos projetos, tenho assumido a coordenação de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como integro comissões para planejar e executar procedimentos acadêmicos internos e em comissões externas.

A atuação com a gestão universitária como na vice-direção da FCH (2015 a 2019), compartilhando dos trabalhos daquela faculdade com o professor Jones Dari Goettert, foi um período de aprendizados sobre a dinâmica acadêmica de uma faculdade, só compreendida na sua totalidade quando vivenciada por dentro do viés da gestão. Isso implicou assumir a burocracia, desde o simples acesso ao sistema para aprovação de resoluções, como todo o encaminhamento compartilhado até chegar à feitura das resoluções. A FCH, por ser uma das

maiores faculdades da UFGD, por abrigar quatro cursos de graduação e cinco cursos de pós-graduação, além de inúmeros laboratórios, docentes, discentes e técnicos/as administrativos/as, demandou enorme dedicação, visto que a reunião de coletivos traduz projetos que são diversos e precisam ser considerados em suas individualidades.

Considero que as experiências por mim assumidas com a gestão universitária, nos diferentes cargos, especialmente aqueles com as coordenações de cursos, traduziram um vivenciar fundamental para o meu entendimento acerca da importância da gestão universitária e do quão importante é essa atividade quando assumida pelas pessoas que fazem o dia a dia da instituição. Por isso, defendo a ideia de que assumir a gestão universitária é assegurar elos para a autonomia da universidade.

Conclusões e perspectivas

Ao finalizar a exposição de fragmentos da minha trajetória acadêmica experimento sentimentos diversos, principalmente por ter percorrido acontecimentos e ações da caminhada de vida que me remeteram a pensar sobre o sentido da dimensão do tempo. Analisar os anos que se passaram com a docência, olhando para a linha do tempo com fins de refletir sobre ações e atuações do percurso, impulsionou-me à percepção de quão longa pode ser a dimensão do tempo, mesmo quando essa ocorre num tempo curto, como podem ser considerados os meus 17 anos de docência na UFGD.

Nesses anos vivenciei jornadas que muitas vezes foram estendidas, algumas iniciadas nas madrugadas, alongadas em finais de semanas e nos feriados porque, afinal, era preciso ler textos de última hora de quem estava prestes a defender teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso. Além disso, carecia finalizar mais um artigo para publicar, atendendo o recomendado pela Plataforma Sucupira/CAPES, bem como corrigir provas e “liberar” diários, antes de o sistema fechar. E os projetos? Como não submeter projetos de pesquisa e de extensão nos editais “imperdíveis”, sobretudo àqueles publicados pelo CNPq e pela FUNDECT? Estes viabilizaram o fomento necessário à execução das ações e firmavam parcerias interinstitucionais. O fato é que, uma vez aprovados, vinha o campo da pesquisa para o levantamento dos dados e, para isso, os finais de semana se mostravam propícios.

No que se refere às jornadas estendidas, houve ocasiões em que optei pela supressão das férias, justificada pela necessidade de encaminhar procedimentos acadêmicos, especialmente aqueles demandados pelos três cursos do PRONERA. Esses guardavam encaminhamentos

diferenciados, com aulas ministradas nos meses de férias do calendário regular da UFGD, em janeiro e julho, as datas propícias para as aulas presenciais.

Nessas jornadas, muitas foram as reuniões com diferentes setores, especialmente com a Pró-Reitora de Administração para a organização das ações dos cursos de graduação. Ao assumir a coordenação de extensão na PROEX as reuniões se multiplicaram, pois envolveram estabelecer diálogos/parcerias com professores/as de todas as áreas da UFGD, para fomentar projetos. Junto à execução das ações, vinha o compartilhar das mesmas por meio da participação nos seminários, bem como as idas aos assentamentos e outros espaços sociais.

A soma disso tudo produziu a ideia de tempo longo porque o multiplicar das atividades fazia com que o tempo transcorresse rapidamente e, dessa forma, passando despercebidamente, interpenetrando espaços, do profissional ao pessoal. A atuação docente não está isenta da combinação de jornadas, da vida profissional em diálogo com a vida pessoal, afinal é comum reencontrar egressos/as que prontamente nos chamam de “professora”, uma nomeação que antecede nosso nome próprio, indicando que os tempos de diálogos da formação acadêmica seguem pela vida e nela se confundem.

Portanto, escrever este memorial compreendeu rememorar fatos, acontecimentos, visibilizar uma espécie de vai e vem do fazer acadêmico entrelaçado pelas relações tecidas nos muitos encontros. Compreendeu, especialmente, a tarefa de catalogar, relacionar e somar as ações que foram compondo o fazer com a docência expresso nos projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e de atuações com a gestão universitária, bem como nos inúmeros momentos, impossíveis de serem apresentados neste texto, como os vividos em situações de diálogos em salas de aula, onde cada aluno e aluna trazia uma história, que se espelhava com os conteúdos e precisava ser considerada, porque imprimiam vida à palavra escrita.

Os encontros nos eventos científicos, nas palestras que compartilhamos conhecimentos, bem como nas atividades de orientações de pesquisas ou nas bancas de defesas, compuseram momentos diversos e fundamentais no meu tempo acadêmico. Os diálogos empreendidos com professores/as de diferentes áreas do conhecimento durante o período em que assumi encargos de gestão, quando tive a oportunidade de escutar e de compartilhar propostas e ações, compõem o mosaico da minha memória que se estende aos dias de hoje, como fios que se entrelaçam. Puxar um deles implicou trazer à cena o cruzamento com outros tantos, fazendo com que escrever meu memorial da vida acadêmica não fosse tarefa fácil porque, para isso, foi preciso selecionar os eventos significantes, aqueles das muitas trocas, de aprendizados que não se expressam na listagem das relações e/ou nas declarações e nem mesmo nos links de registros

de sistemas acadêmicos. Esses fazeres se estendem para além da dimensão acadêmica, especialmente se consideramos as rodas de conversas animadas nos assentamentos, sob as sombras das árvores nos quintais, quando discutíamos dificuldades e possibilidades na vida de pessoas; quando ensinávamos, mas aprendíamos com os saberes de pessoas simples.

Não posso deixar de mencionar a minha participação em debates acalorados que as reuniões das comissões de gestão acadêmica exigiram, os quais, a depender do tema discutido e das pessoas envolvidas, se tornavam “intermináveis”, a representar quase outro eixo acadêmico, o das reuniões administrativas. Essas e muitas outras situações vividas ainda compõem o conjunto de minha vida na UFGD, bem como das parcerias que passei a compor fora dela.

Dessa forma, analisar o caminho que percorri me levou à percepção de que o tempo vivido é repleto de encontros (e desencontros) e fundamentalmente marcou a minha vida porque configura um tempo importante em que pude firmar o passo e meu pensamento como docente e, especialmente, foi um tempo de construção de uma “nova universidade”, a UFGD.

Ingressar junto com a criação da UFGD significou assumir o compromisso de combinar o processo de construção, que requereu esforço conjunto e combinado. Envolveu carregar os tijolos e, ao mesmo tempo, edificar as paredes para então adentrar as salas de aulas e aos laboratórios. E assim o fizemos.

Construí e participei de ações no contexto das salas de aulas na UFGD, na história da luta travada pela sobrevivência na terra, nos assentamentos de reforma agrária, e em outras ações para além da cidade de Dourados, onde está edificada a estrutura física da UFGD. Esta, durante os seus primeiros anos, irradiou seus feitos para outros estados brasileiros dando-se a conhecer como uma universidade promissora, edificada no compromisso com o conhecimento e a sociedade. Foram e são ações que alcançaram múltiplos sujeitos/as e lugares, espalhando-se pelos diversos municípios de Mato Grosso do Sul e fora dele.

Por isso tudo, escrever sobre a minha trajetória suscitou rememorar um misto de sentidos e significados trazendo à tona certa dose de melancolia porque o lembrar da primeira década da UFGD, trouxe à cena o reviver de momentos outros, espalhados e alimentados por ares esperançosos, animados e de entusiasmo que se renovavam cotidianamente com o fazer das salas de aula, nos trabalhos de campo, nas pesquisas, na construção de projetos de novos cursos de graduação e de pós-graduação. Isso tudo veio acompanhado do movimento inicial a se moldar pelas edificações que foram compondo a paisagem em plena construção no campus, combinada com o circular dos alunos/as chegando a cada semestre, junto com novas edificações

da UFGD que deram contornos para as salas de aulas, para os laboratórios, para a biblioteca, emoldurando o conjunto da paisagem universitária se renovando diariamente. Ingressei no tempo do florescimento de uma nova universidade que deu origem à composição da UFGD.

Com ritmo acelerado nos primeiros dez anos de UFGD, procurei concretizar o projeto que me trouxe a ela e, assim, fui me construindo (como ainda estou a fazê-lo) mesmo diante das adversidades que em determinado período vigoraram, as quais produziram saudosismo em relação aos primeiros tempos. Atualmente floresce o esperar.

Enfim, as palavras deste texto foram aprovadas por banca examinadora, o que não significa que a minha caminhada acadêmica terminou. Entendo que a livre docência não encerra a minha dedicação no fazer universitário. Ao contrário, essa não é minha vontade, considerado que as ações em que atualmente me insiro expressam que meu compromisso acadêmico continua mantendo-me atuante, esperando que novos ventos movimentem meu fazer na UFGD.

Referências

- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 45-56, 2008.
- CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria juventude rural**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.
- COSTA, Kátia Aline. **Juventudes do Campo: O Cotidiano e as Representações Sociais nos Assentamentos Rurais Santa Rosa e Guaçu: (1997-2011)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/UFGD, 2013.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/Fase, 1987.
- MENEGAT, A. S.; LOMBA, Marisa de Fátima. **A Experiência da Universidade Federal da Grande Dourados com o curso de Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA: A inclusão de pessoas sem terra na universidade pública**. In: 4º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - CBEU, 2009. Dourados-MS: UFGD, 2009.
- PENA, Maria Valéria. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- SANTOS, C. A.; GUEDES, C. G.; ROCHA, E. N.; MOLINA, M. C.; ANJOS, M. P. (org.). **Memória dos 20 anos da Educação do Campo e do Pronera**. 1. ed. Brasília: UnB, 2018.
- SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais**. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- SILVA, Ana Paula. **A juventude é um caminho contente que depende da gente: coletivo de cultura, juventude e comunicação MST/MS**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGS/UFGD, 2015.

“CADA UM É MUITA GENTE”: BREVE RELATO DE UM FAZER-SE ACADÊMICO

Márcia Yukari Mizusaki

Introdução

Este texto apresenta breve exposição de minha trajetória profissional, em que discorro sobre **atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional, constituindo** parte do memorial apresentado à Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, **como requisito parcial à promoção para a classe E, de Professor Titular**²⁰⁷.

O referido memorial foi escrito no contexto de suspensão do calendário acadêmico da UFGD (desde 18/03/2020), devido à pandemia de covid-19, momento difícil vivido pela humanidade, revelando-nos concretamente o quão doloroso é o devir, como já nos havia lembrado Lefebvre (1983). No Brasil, esse contexto foi agravado em face de um cenário político marcado por um governo de extrema direita e por seus rebatimentos em todas as esferas da existência humana (política, econômica, social, cultural, humanitária e ambiental).

A elaboração do memorial representou um momento ímpar para o pensar e o escrever sobre o que nossa memória nos permite recuperar/acionar para a contextualização dessa trajetória, pois, dotada de sentido, de significados, vai além do quantitativo produtivo que se expressa no currículo da *Plataforma Lattes*. Esse movimento do falar/escrever sobre si mesmo não é tão simples como parece à primeira vista, mas, quando nele adentramos, nos deparamos com a situação de buscar na memória vivências que haviam ficado esquecidas e que, agora, são reativadas.

Nesse caminho, vemos também outros e outras revelando o fazer coletivo, contraditório na sua multidimensionalidade, o que nos torna esses sujeitos(as) incompletos(as). Como diria o grande poeta Fernando Pessoa (1993), que nos inspira no título deste trabalho, “cada um é muita gente”, pois implica a realização desse movimento entre o sujeito e sua existência social. Por saber que também somos outros e outras, este memorial seguirá tal dinâmica, transitando,

²⁰⁷ Conforme Art. 33, inciso IV, da Resolução 007, de 23/03/2014, do COUNI/UFGD. Processo efetivado por meio da Portaria nº 508, de 01/09/2020.

caminhando entre a terceira pessoa do plural e a primeira do singular, por vezes. O que no plano institucional pode ter parecido simples, inexistente ou quase inexistente, no plano do particular está repleto de significados. Essa compreensão e elaboração textual, expressas em tão poucas páginas, estão, certamente, ainda muito distantes do nosso vivido territorial (Raffestin, 1993).

Ao olharmos para nossa trajetória acadêmico-profissional, identificamos problemas, erros, acertos, contribuições e amadurecimento. Contudo, no meu caso, destaco nesse processo um elo comum que tem mediado minhas atividades e me estimulado na caminhada: compreender, estar e contribuir, de alguma forma, para com os simples, com as pessoas comuns, com as que são postas à margem da história e cujo protagonismo, historicamente, tem sido ocultado e mutilado, como diria José de Souza Martins (2000); e na crença, que vem desde a juventude, de que *“São os simples que nos libertam dos simplismos”* (Martins, 2000, p. 14). Como destaca o autor, para explicarmos o todo concreto, temos que passar pela mediação do insignificante. Esse tem sido o princípio norteador básico de minha trajetória, o de uma identificação com os simples, o da mediação do insignificante, o de uma trajetória, também por vezes, ocultada e mutilada.

Nesse aspecto, esse breve relato que ora se apresenta também incorre nesses riscos. Contudo, a diversidade de olhares e as trajetórias reunidas nesta obra poderão possibilitar, ao leitor, uma perspectiva maior de conjunto.

Antecedentes: o lugar de fala/escrita

Nossa trajetória acadêmica não é descolada de historicidade e nem de geograficidade. Nesse sentido, os apontamentos iniciais visam a situar nossas práticas espaciais (Lefebvre, 2013).

Neta de imigrantes japoneses, nasci e cresci num pequeno sítio, no interior do estado de São Paulo (Presidente Bernardes). Vivi a infância e a juventude num bairro rural, juntamente com filhos e filhas de outros sítiantes e trabalhadores(as) de fazendas da região. Vem desse lugar, e de uma trajetória que começa nesse sítio e nesse bairro – onde estudei o curso primário –, meu interesse pela questão agrária. Ali pude viver particularidades das relações econômicas, sociais, culturais e políticas que indicam o que é ser sítiante em um país como o Brasil. O trabalho e a vida no sítio, assim como as dificuldades de sobrevivência no campo; as relações de vizinhança e convivência em um bairro rural (festas, atividades esportivas, ajuda mútua, reciprocidade, participação e convivência religiosa como catequista e coordenadora de grupo ligado às Comunidades Eclesiais de Base); a identificação com a Teologia da Libertação, a partir da paróquia de Presidente Bernardes, foram fundamentais nas escolhas que fui fazendo ao longo

dessa trajetória. Foram desse período as minhas primeiras aproximações com o debate sobre estrutura fundiária (concentrada) e reforma agrária no Brasil.

Fiz parte, então, de um contexto socioespacial em que o movimento de renovação teológica na Igreja Católica chegou no município de Presidente Bernardes. A igreja buscava novos instrumentos teóricos de análise, período em que ocorreu aproximação entre cristianismo e marxismo. Para Michael Lowy (1989), não se tratava apenas de um processo de convergência epistemológica, mas também de convergência ética, social e política.

Concluí o ginásio e o segundo grau (hoje ensino fundamental e ensino médio, respectivamente) em escolas públicas, na cidade de Presidente Bernardes, para onde me dirigia diariamente, via transporte público destinado a atender os estudantes dos bairros rurais.

Prestei o vestibular para o curso de Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente, em 1986, tendo sido aprovada aos 17 anos. Estudava no período noturno; durante o dia, trabalhava em um escritório de contabilidade. O deslocamento para a faculdade se dava em decorrência também da existência de transporte público e gratuito para os estudantes que faziam o curso superior em Presidente Prudente.

Como estudante no curso de Geografia da UNESP, foi oportunizada uma série de atividades de ensino, pesquisa²⁰⁸ e extensão que nos permitiram aperfeiçoar as experiências para além do espaço da sala de aula. As aulas de campo²⁰⁹ nos fizeram compreender a relevância de se ampliar os horizontes geográficos e a importância do exercício teórico-prático, quando ocorre sob a coordenação de um professor. Tratou-se de um aprendizado que mantivemos em nossa prática docente na UFMS/UFGD e que é mantido até os dias atuais, ou seja, por mais de trinta anos, como apontaremos posteriormente.

²⁰⁸ Efetuei estágio não obrigatório, intitulado *Erosividade da chuva*, realizado no período de 01/03/1989 a 31/10/1989, sob a orientação do professor Octavio Freire. Exerci atividade de monitoria em Geografia Humana, com o professor Sérgio Braz Magaldi, no período de 01/03/1990 a 31/07/1990). Minha primeira experiência de trabalho monográfico foi realizada na disciplina de Geografia Agrária (Mizusaki; Perreti; Zanutto; Carmo, 1989). Nesse trabalho, pudemos abordar um pouco sobre a formação do bairro onde nasci, predominantemente composto por famílias de origem japonesa. Fui também bolsista do CNPq no projeto nomeado *Análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos no estado de São Paulo*, coordenado pelo professor José Ferrari Leite. Era um projeto guarda-chuva, no qual o nosso estava inserido. Por meio dessa pesquisa, tivemos contato com a realidade das famílias camponesas nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema e pudemos conhecer suas lutas. Para a aplicação dos questionários nos deslocávamos para os acampamentos, período em que tivemos oportunidade de partilhar das vivências com outros colegas estudantes. Essa experiência de Iniciação Científica resultou no trabalho *Conflitos de terra, reforma agrária e assentamentos no Pontal do Paranapanema-SP: o projeto de assentamento Água Sumida* (01/08/1990 a 31/07/1991).

²⁰⁹ Na Serra da Fatura (10/05/1986); na região de Ponta Grossa, Paranaguá e Baía de Caiobá (31/10/1986 a 02/11/1986); na Região Centro-Oeste (1988) e na Região Nordeste (23/06/1989 a 11/07/1989).

Viver as oportunidades apontadas implicava escolhas; nesse contexto, acabei optando por sair do escritório de contabilidade, onde trabalhei por sete meses, para priorizar a faculdade. Durante algum tempo, saía às 6h30min da manhã para ir à UNESP, em Presidente Prudente; retornava à noite, após as aulas, chegando em casa depois das 23h. Fazia o percurso nesses horários para conseguir utilizar o ônibus gratuito a estudantes da prefeitura de Presidente Bernardes, pois eu não tinha recursos para pagar passagens. Dessa forma, pude participar de atividades de monitoria, iniciação científica, cursos de extensão, e usufruir dos livros da biblioteca, onde gostava de ficar.

Na monografia de bacharelado, não por acaso, a escolha do tema de pesquisa esteve relacionada às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), de Presidente Bernardes-SP. As CEBs haviam tido papel relevante na eleição de 1988 para prefeito, conseguindo eleger o candidato “Julinho”, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No período eleitoral, a cidade ficou dividida entre PT e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Como alguém que havia participado das CEBs, minha proposta de monografia objetivou entender e registrar esse importante momento da história e da geografia de Presidente Bernardes. Os resultados da monografia foram de um aprendizado enorme. Sob o título *Formação política e cidadania – a ação pastoral das CEBs em Presidente Bernardes-SP*, a monografia foi concluída em 1991, orientada pelo professor Bernardo Mançano Fernandes.

Foram também bastante oportunas e enriquecedoras a participação nos eventos nesse período, dos quais destaco um curso de extensão intitulado *Introdução ao marxismo*, ministrado pelos professores Carlos Marshall França e Gelson Guibo. Esse curso foi fundamental para eu ler e contextualizar o livro *A ideologia alemã*, de Marx e Engels. Vivíamos a época da renovação da Geografia, em que o marxismo adquiria relevância teórica, influenciando e contribuindo para a inserção da teoria do materialismo histórico e dialético na análise do espaço geográfico (Moreira, 2000)²¹⁰.

A experiência em sala de aula foi importante para conhecermos a realidade da escola pública e do ensino de Geografia para adolescentes. Comecei com substituições eventuais. Era um trabalho totalmente precário – incerto e com pouco tempo para o preparo da aula –, mas

²¹⁰ O marco desse debate foi o *III Encontro Nacional de Geografia*, em 1978, no qual Milton Santos lança o livro *Por uma Geografia Nova*, contribuindo com sólidas bases teóricas, a abordagem marxista na análise do espaço geográfico (Moreira, 2000). Milton Santos, ao lado de Yves Lacoste (embora não marxista) e Máximo Quaini, são destacados por Moreira (*op. cit.*) como os precursores desse movimento de renovação da Geografia. Além de Milton Santos, foram fundamentais as contribuições de outros geógrafos brasileiros, como Ruy Moreira, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Walter Porto Gonçalves, dentre outros.

necessário, pois eu precisava de emprego e este me aproximava da realidade da escola. Quando concluí a licenciatura, participei do processo de atribuição de aulas da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo e passei a atuar no magistério de maneira regular.

Terminei a licenciatura, em 1989, entrei no bacharelado em 1990, e o concluí em 1991, no mesmo ano em que entrei no mestrado em Geografia, também na UNESP. Nesse período, tive a oportunidade de residir na moradia estudantil da UNESP – momento em que cursei o bacharelado –, o que me possibilitou maior dedicação à iniciação científica (primeiro semestre), às aulas (segundo semestre), à realização de disciplinas do bacharelado, à conclusão da monografia e ao cumprimento dos créditos do mestrado. No período em que recebi a bolsa de iniciação científica, matriculei-me numa escola de idiomas em Presidente Prudente (Aliança Francesa) e comecei a estudar francês. Estudei apenas durante um ano, em razão do término da bolsa. Contudo, o curto período contribuiu para a posterior aprovação, na prova de línguas, na seleção para o mestrado.

Iniciei o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – área de concentração: *Desenvolvimento regional e planejamento ambiental* –, em 1991, sob a orientação do professor Eliseu Savério Sposito. O projeto de pesquisa relacionava-se à temática desenvolvida na monografia de bacharelado, e tinha como objetivo aprofundar a análise sobre a relação entre movimentos sociais, religião e territorialidade, tendo como recorte o município de Presidente Bernardes-SP.

Em 1992 prestei concurso e fui aprovada na UFMS. Iniciei, então, minha trajetória profissional, que teve também, como desdobramento, a mudança do tema de pesquisa e de orientação, conforme será abordado no próximo item.

A trajetória acadêmico-profissional no CEUD/UFMS e na UFGD

Em 31 de agosto de 1992, fui aprovada em concurso público na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), para a vaga de Geografia Humana, no Centro Universitário de Dourados (CEUD)²¹¹. Na época, a titulação exigida era a da graduação, pois vivíamos um contexto em que não havia ainda muitos programas de pós-graduação em Geografia no país para a qualificação vertical.

²¹¹ Portaria nº 670, publicada no Diário Oficial da União em 11 de agosto de 1992. Concurso homologado no Edital nº 04/92-PREG/UFMS.

Com a minha mudança para Dourados e com as atividades assumidas na instituição, redirecionei minha pesquisa para o estado de Mato Grosso do Sul. Na nova proposta de trabalho, optei por estudar o processo de formação da avicultura de corte na Cooperativa Agropecuária e Agroindustrial Ltda. (COOAGRI), em Mato Grosso do Sul, que produzia pelo chamado “sistema de integração” (Mizusaki, 1996). Na época, a avicultura em escala industrial era recente no estado, o que possibilitou analisar como esse processo provocava e provocaria mudanças significativas no campo, na medida em que se estabeleciam novas relações de trabalho e de produção. A realidade agrária sul-mato-grossense, bastante diversa da do interior paulista, suscitava muitas questões e me instigava a mergulhar nesse universo. Assim, a mudança de foco mostrou-se radical, demandando novos estudos e outros referenciais bibliográficos, ou seja, o começar “do zero”, depois de um ano e meio no programa de mestrado.

O início dos trabalhos no CEUD deu-se num cenário formado por um quadro de sete professores, em que havia apenas um mestre, três mestrandos (um deles afastado para a pós-graduação), um especialista e dois graduados. Os sete docentes partilhavam um espaço comum, onde o único computador que havia era o do Departamento de Ciências Humanas (DCH) ao qual o curso de Geografia, o de História e os docentes da área de Ciências Sociais eram vinculados.

No princípio, segundo semestre de 1992, minha carga horária relativa às atividades de ensino era de 12 horas/aula em sala de aula, ministrando as disciplinas de *Geografia Agrária*, *Geografia da População* e *Regionalização do Espaço Brasileiro*, o que demandou maior prioridade de tempo ao ensino.

Torna-se importante registrar que, naquela época, nos situávamos em um contexto bastante distinto em relação ao fazer acadêmico. Na pesquisa, por exemplo, grande parte de nossas atividades, como efetuar fichamentos, produzir textos, preencher formulários, eram feitas manualmente. A compra de um computador também era bem menos acessível, por isso não pude adquirir um, logo de início. Recordo-me, ainda, que eu possuía vários cadernos – entre eles, cadernos para fichamentos dos textos lidos e para a redação da dissertação. Recortar e colar significava para mim, literalmente, recortar e colar. Foi uma fase que me exigiu bastante, pois, além de cursar o mestrado, assumi todas as atividades requeridas na instituição. As relações eram intensas no pequeno campus da UFMS. Tal particularidade possibilitou a criação de laços de afetividade, de processos de identificação com alguns e, também, processos de desafetos com outros, inerentes às relações de poder que permeiam as ações humanas.

Apesar das dificuldades e das diferenças, tínhamos, no curso, um elo comum, que era o compromisso e a vontade de construirmos um curso melhor. Muita coisa ainda estava por ser feita e penso que a disposição dos/as professores(as) foi o ponto forte que marcou aquela geração.

Minha primeira experiência em coordenação de atividade de extensão deu-se em 1993, quando elaboramos o projeto intitulado “*Ensino e pesquisa em Geografia*”, ministrado pela professora Luiza Helena Silva Christov, da UNESP de Presidente Prudente. O projeto teve como propósito problematizar e refletir sobre a relação entre ensino e pesquisa e oferecer noções básicas para a elaboração de projetos de pesquisa. A realização foi relevante para a época, num contexto de corpo docente reduzido e em processo de qualificação. Também coordenamos o projeto *I Semana do meio ambiente*, em 1995, e participamos da organização de três edições de um evento que era realizado anualmente no CEUD, a *Semana de Geografia* (1995, 1996, 1997); também fui colaboradora na EXPOGEO – Exposição da produção científica do curso de Geografia (29/05/2001), coordenado pela professora Maria José Martinelli Silva Calixto.

Um fato importante a registrar também foi o da criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção Dourados. A partir de iniciativa coletiva, em 8 de abril de 1994, após reunião envolvendo docentes e discentes do curso de Geografia, foi criada uma comissão pró-AGB, com o objetivo de formar mais um espaço de fortalecimento da nossa categoria. A reunião foi publicada no jornal de circulação regional, O Progresso, em 13 de abril de 1994. A primeira diretoria da AGB-seção Dourados, da qual fizemos parte, como segunda secretária, teve seu mandato na gestão de 1995/1996. Parte da história da AGB/seção Dourados pôde ser registrada na Revista Terra Livre (AGB, 2004).

Em 6 de outubro de 1995, realizamos o lançamento da Revista de Geografia, formatada e editada pelo coordenador de publicação da diretoria da AGB, Valmir Ortega, e confeccionada com recursos da própria seção local. Significou um passo importante para a formação de um espaço de divulgação da produção acadêmica da área geográfica. Inicialmente, a Câmara Editorial era composta pelos docentes do curso de Geografia. Posteriormente, a partir de debate entre os sócios, definiu-se buscar parceria com a editora UFMS para continuarmos a publicação da revista. Em 2001, quando fui coordenadora de publicação, indexamos a revista na base do Geodados, momento em que o periódico passou a contar com ISSN.

A história da AGB - seção Dourados teve esse belo trabalho de envolvimento e construção coletiva, que fez a diferença na história do curso de Geografia. Desde a sua criação,

tenho participado da AGB (seja como associada, seja como membro da diretoria²¹²), por meio da qual puderam ser efetuadas importantes atividades para a promoção do conhecimento geográfico. Neste sentido, pode-se citar, por exemplo, a edição da Revista de Geografia, a organização de eventos, debates, palestras. Além disso, a associação tem assumido posicionamentos firmes referentes a temas sensíveis, com vistas à defesa por maior justiça socioespacial. É o caso de sua postura contra a reforma da previdência; contra o desmonte da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho); contra a legalização da queima da palha da cana em Dourados; contra a tese do marco temporal; contra as violências envolvendo os povos indígenas, contra a instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o MST; e a favor do debate sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais. Destaco ainda, a palestra ministrada em 2017 sobre os impasses aos trabalhadores e aos povos da terra diante dos ataques aos seus direitos historicamente conquistados. O teor do debate foi divulgado no Encontro Estadual de Geógrafos, realizado pelo curso de Geografia da UFMS, campus de Três Lagoas, no mesmo ano. As discussões também foram publicadas no Caderno Prudentino de Geografia, em artigo construído com o professor José Gilberto de Souza e publicado em um dossiê sobre a conjuntura nacional, organizado pela Revista de Geografia (Mizusaki; Souza, 2020).

Tive ainda a oportunidade de participar do movimento sindical docente, seja como filiada, seja como membro da diretoria do sindicato dos professores da ADUFDourados (Associação dos Docentes da Universidade Federal da Grande Dourados), em que atuei como segunda secretária na gestão 2000/2002. Na época, as mobilizações e as lutas por questões salariais e condições de trabalho eram intensas, sendo a greve instrumento importante de luta.

Quanto a trabalho de orientação, minhas contribuições tiveram início a partir do Curso de Bacharelado em Geografia, cujas monografias versaram sobre temas diversos, especialmente, mas não unicamente, voltados à questão agrária. Tais estudos, assim como os de outros colegas do curso, foram significativos para fomentar a produção do conhecimento geográfico regional. Para além da gratificante experiência, as pesquisas surpreenderam pela qualidade, das quais destaco algumas. Ainda em 1993, pude concluir minha primeira orientação de monografia, intitulada A construção de moradias por ajuda mútua: a vila São Brás no município de Dourados/MS, realizada pela acadêmica Gislaine de Vasconcelos Sobreira. Em 1994, orientei a monografia de Gilson Kleber Lomba, Madson R. Pereira Valente, William Leite, sob o título O

²¹² Além de ter participado da Comissão pró-AGB, em 1994, participei também das seguintes gestões: 1995/96 (segunda secretária); 1997/98 (segunda secretária); 2000/2002 (diretora de publicação); 2017/2019 (segunda secretária); 2021/22 (diretora).

Estado, a Piratini e o Produtor: o papel desses agentes na atividade avícola em Caarapó/MS, e, em 1998, o trabalho de Delmira Alves dos Santos, Edna Ferreira da Silva e Izaura Ferreira Luna: Os guarani-kaiowá da aldeia Panambizinho no município de Dourados - MS e a luta pela terra.

Naquele momento, chamou-nos a atenção o envolvimento dos alunos, a profundidade da análise e a qualidade dos trabalhos, sobretudo por se tratarem de alunos trabalhadores. O levantamento e o registro de dados sobre o abatedouro de aves da Piratini foram fundamentais, uma vez que, posteriormente, a empresa foi vendida para a empresa Frangosul, ficando, dessa forma, registrados dados sobre o modo de exploração econômica dessa atividade, no período de existência da Piratini. A pesquisa sobre os Guarani Kaiowá deixou valiosa contribuição acerca das representações desse grupo étnico em relação aos conflitos e contatos com não indígenas ao logo do processo de ocupação de suas terras (a dos índios). Os resultados dos trabalhos foram publicados na Revista de Geografia, organizada pela AGB/seção Dourados e publicada pela editora da UFMS.

Em 3 de abril de 1996, fiz a entrega da dissertação de mestrado, que foi defendida em 3 de junho de 1996, com o título *A territorialização da avicultura em Mato Grosso do Sul: o caso COOAGRI*. A realização dessa pesquisa foi essencial para o conhecimento e aproximação da realidade agrária sul-mato-grossense, tal como para a compreensão das relações sociais, econômicas e políticas presentes na atividade, apontando diferenças significativas entre as distintas lógicas no sistema de produção avícola, dadas a partir de distintos sujeitos, a dos camponeses e a dos proprietários de terra. Também se mostrou relevante o registro de dados sobre o sistema avícola desenvolvido pela cooperativa, que, em 1995, foi vendida para a Avipal S/A. Desse modo, depois de longo período desenvolvendo, de forma concomitante, o trabalho de docência e a realização de curso de pós-graduação, concluí o mestrado, com a grata satisfação de ter sido minha dissertação aprovada, “com distinção”. Os resultados da pesquisa foram divulgados em eventos²¹³ e publicados na forma de artigos²¹⁴. Durante esse período, também colaboramos na pesquisa realizada pelo professor Shigueo Shiki, da Universidade de Uberlândia, sobre a avicultura em Mato Grosso do Sul²¹⁵.

No mesmo ano, dezembro de 1996, assumi o cargo de coordenadora do Curso de Geografia, fato que me proporcionou experiência nas atividades administrativas e pedagógicas

²¹³ MIZUSAKI, M. Y. Estado de Mato Grosso do Sul e modo industrial de produzir. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

²¹⁴ Mizusaki (1995); Mizusaki (2000).

²¹⁵ Shiki; Mizusaki (1996).

concernentes ao curso. O mandato foi de dois anos, ou seja, até dezembro de 1998. Dada sua característica administrativa, exigiu de nós boa parte do tempo dedicado à instituição, o que não foi tarefa das mais fáceis, em especial, considerando um problema particular ocorrido no segundo semestre de 1998 – em julho, meu pai foi diagnosticado com câncer, em estágio avançado, vindo a falecer em janeiro de 1999. A atividade de coordenação de curso, apesar de bastante válida do ponto de vista da experiência administrativa e pedagógica que se adquire, revela uma das contradições da “natureza” da nossa profissão. É uma atividade necessária, mas extenuante, tendo em vista o tempo de trabalho extra exigido para o exercício da função de coordenador, já que ela não fica isenta das outras atribuições relativas ao ensino, nem das relacionadas à pesquisa e à extensão. Assim, o desempenho do coordenador de curso, em áreas que formam o tripé da universidade, fica prejudicado e, para superar essa situação, ele precisa realizar um trabalho dobrado, o que, por vezes, não é possível. Normalmente, a “produtividade” do professor-coordenador também acaba diminuindo, colocando-o na condição de “improdutivo” frente às instituições de fomento, como, por exemplo, CNPq, CAPES, FUNDECT, que priorizam o tripé, particularmente no que diz respeito a um de seus desdobramentos, o das publicações. Tais políticas têm feito com que o papel do coordenador seja visto como “sacrificial”. Apesar de ser uma função “não valorizada”, a atividade de coordenação, conforme mencionado, é importante para o funcionamento do curso; nesse sentido, no CEUD, adotou-se, democraticamente entre os colegas da Geografia, o revezamento como prática.

Prosseguindo a caminhada, em 1997 tive participação no 1º Censo Nacional de Reforma Agrária, período em que colaborei na execução desse censo no MS²¹⁶. A ação proporcionou novas experiências de trabalho em equipe e maior conhecimento e aproximação da realidade agrária dos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul.

Além das atividades da graduação, atuei na implantação do curso de pós-graduação em Geografia (*latu sensu*)²¹⁷, tendo sido presidente da comissão de implantação do referido curso. Depois de implantado, ministrei a disciplina Metodologia em Geografia e orientei duas monografias de especialização²¹⁸.

²¹⁶ Coordenação de equipe para recenseamento dos projetos de assentamento do INCRA, em convênio com a UFMS, UNB e INCRA. Nov-dez/1996.

²¹⁷ MIZUSAKI, M. Y. Presidente da comissão para implantação do curso de especialização em Geografia, jun-dez/1997.

²¹⁸ Soares (2003); Santos (2000).

Em alinhamento ao Plano Plurianual de Capacitação, em 1º de março de 1999, afastei-me da instituição para a realização do doutorado. Ingressei no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Universidade de São Paulo, também sob a orientação do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. A proposta do projeto de pesquisa era dar continuidade aos estudos sobre a avicultura de corte, mas, agora, estendendo a análise em torno de todas as empresas instaladas no estado. Era um novo contexto socioeconômico que se expressava na atividade por meio das aquisições de empresas menores por empresas de maior porte, que provocou mudanças no sistema produtivo como um todo. A pesquisa nos permitiu demonstrar o processo de produção e apropriação da riqueza na avicultura de corte; identificar e analisar a reestruturação produtiva que vinha ocorrendo no campo sul-mato-grossense, tanto na indústria abatedora como na avicultura; tratar dos impactos do sistema produtivo e das condições de trabalho na indústria, extremamente aviltantes, pois não são pensadas levando em conta a saúde do trabalhador, mas, sim, a lucratividade das empresas. Foi possível abordar, ainda, o processo de mobilidade socioterritorial e de resistência dos camponeses à sujeição. A análise também nos permitiu indicar que, naquele momento, o recente processo de reestruturação produtiva apontava para a expansão capitalista na avicultura de corte e a conseqüente expropriação dos camponeses da atividade, fato que, posteriormente, veio a se confirmar.

A realização da tese foi fundamental para o amadurecimento profissional no que diz respeito à pesquisa como forma de ampliar o conhecimento acerca da realidade local. Em 1º de setembro de 2003, entreguei na USP minha tese de doutorado, sob o título *Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul* (MIZUSAKI, 2004). A tese foi defendida no dia 28 de janeiro de 2004, e eu tive a grata satisfação de ter o trabalho indicado para publicação, pelo ineditismo e profundidade apresentados. Os resultados foram divulgados por meio de apresentação de trabalhos²¹⁹, de publicação em anais de eventos²²⁰, de artigos em periódicos²²¹, de capítulos de livro²²², livro²²³ e de palestra²²⁴, a qual aconteceu no município de Sidrolândia-MS, promovida pela Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul, em parceria com o SINDAVES (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de

²¹⁹ MIZUSAKI, M. Y. Reestruturação produtiva nas indústrias de carne de frango e as repercussões no trabalho em Mato Grosso do Sul. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). MIZUSAKI, M. Y. Diferenciação e mobilidade sócio-territorial na avicultura em Mato Grosso do Sul. 2006. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

²²⁰ Mizusaki (2006); Mizusaki (2005a); Mizusaki (2005b); Mizusaki (2001); Mizusaki (2000); Mizusaki (2006).

²²¹ Mizusaki (2007).

²²² Mizusaki (2009); Mizusaki (2008).

²²³ Mizusaki (2009).

²²⁴ Mizusaki (2003).

Alimentos de Sidrolândia). Ressaltamos que a palestra esteve revestida de significado especial, embora do ponto de vista institucional não tivesse muita importância, já que se tratava de evento local. Nesse evento, tive a oportunidade de contextualizar as transformações técnico-produtivas ocorridas no espaço da indústria abatedora e de falar sobre os impactos nas condições de trabalho do trabalhador, apresentando dados sobre acidentes de trabalho em abatedouros de MS. Foi gratificante poder dar retorno sobre a pesquisa àqueles(as) trabalhadores(as) que se encontravam diretamente envolvidos na função avícola.

Como se pode verificar, a defesa da tese deu-se quase cinco meses depois de ela ser entregue na secretaria de pós-graduação, em razão de dois adiamentos: o primeiro, decorrente de problemas de saúde de um dos membros da banca; o segundo, devido à minha gravidez, considerada de alto risco. A “opção” por engravidar, logo depois da entrega da tese, em verdade, levou em conta a adequação de meu corpo ao contexto do ser mulher e trabalhadora e, desse modo, ter de conciliar minha limitação de idade para a geração de filhos com o desejo e a necessidade de qualificação profissional. Como força de trabalho vinculada aos ritmos da academia, não é novidade a dificuldade que representa para a mulher combinar gestação, filhos pequenos com dissertações e teses. Engravidei assim que entreguei a tese e, aos três meses de gravidez, no final de novembro, tive um princípio de aborto, o que ocasionou o adiamento da defesa, assim como maiores cuidados, como repouso absoluto por trinta dias e, posteriormente, repouso, diria, mais moderado, até o final da gestação, em 18 de maio de 2004. A defesa só aconteceu sob autorização e orientação médica em janeiro de 2004.

Outro aspecto sobre a vivência da maternidade e a atividade profissional foi o longo período de enfrentamento de um quarto turno de dedicação. Era comum chegar em casa à noite, depois das aulas, e, então, cuidar do filho até que ele adormecesse para, no dia seguinte, estar de pé às 5h, horário que o filho levantava. Essas experiências me fizeram sentir mais intensamente as diferenças de gênero e o quão as universidades e as instituições de fomento, ainda, são excludentes em relação às “mães-professoras” universitárias.

A maternidade foi assim um marco, não somente na vida pessoal, mas também na vida profissional. As diversas situações vividas, que perpassam o início da gravidez até os primeiros anos de uma criança, envolvem questões que não cabem no Currículo Lattes, mas interferem objetivamente na nossa “produtividade”. Aquele contexto, foi um dos períodos em que vivi mais diretamente a opressão de gênero que recai sobre a mulher e que se desdobra em vários aspectos de nossa vida pessoal e profissional, como, por exemplo, o do desempenho no programa de pós-graduação. A baixa “produtividade” levou à passagem de professora

permanente para professora colaboradora. Em momento nenhum, a condição de gênero foi considerada, mas, sim, a métrica típica desse sistema e de práticas de quem age de acordo com o sistema. Essas são questões importantes para se evidenciar, uma vez que, apesar de as instituições avaliarem como relevantes as pesquisas sobre gênero nas universidades, por exemplo, as mulheres pesquisadoras sofrem por conta dessas relações de poder, estruturalmente opressoras, em que até o direito à licença médica, às vezes, é visto como privilégio concedido e não como um direito de todas as mulheres. Somente mais recentemente, em 2021, depois de muitos debates e estudos sobre a questão de gênero, o CNPq abriu espaço para se colocar no Currículo Lattes a questão da licença maternidade.

No período de realização da tese, fui também coordenadora de publicação da AGB-seção Dourados, conforme mencionado, e membro do Conselho Editorial da UFMS, de 11 de junho de 2002 a 21 de julho de 2004 (Resolução nº 58/02, CAPP/Editora UFMS). Na coordenação da Revista de Geografia, da UFMS, viabilizei a manutenção de sua periodicidade, assim como tomar providências para a sua indexação na base da Geodados. Esse foi um passo significativo para que a revista fosse se consolidando como espaço de divulgação das pesquisas em Geografia. Desde a sua criação, ela foi organizada de forma que se mantivesse a periodicidade (época em que fazíamos parte da Câmara Editorial, juntamente com os demais colegas do curso). Em 2005, contudo, com a criação da UFGD e o consequente desmembramento da UFMS, o que será abordado mais adiante, a Revista de Geografia permaneceu na UFMS. E, assim, dez anos depois de longo trabalho, ficamos sem a revista, que, lamentavelmente, foi extinta posteriormente.

A continuidade na UFGD

A Fundação Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD²²⁵ surgiu no contexto do Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil e teve considerável crescimento (de cursos de graduação e pós-graduação, de corpo docente e técnico-administrativo, de vagas e de infraestrutura) com a sua inserção no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI²²⁶.

Na UFMS, as minhas atividades de ensino eram desenvolvidas no curso de graduação e no de especialização em Geografia; na UFGD, inicialmente, as atividades foram exercidas no

²²⁵ Criada pela Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, desmembrada do Campus de Dourados, antigo CEUD, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

²²⁶ Portal UFGD. In: <https://portal.ufgd.edu.br>.

âmbito do curso de graduação e no de pós-graduação em Geografia, nível mestrado, e, posteriormente, também no de doutorado.

As atividades de ensino estão distribuídas entre a graduação²²⁷ e a pós-graduação, sempre acompanhadas de aulas práticas, por meio dos trabalhos de campo. Ao longo desses quase trinta anos de docência foram, pelo menos, duas aulas de campo por ano, uma por semestre, exceto nos períodos de afastamento (licença médica, licença-maternidade, doutorado e pós-doutorado); procurava-se certa variação dos lugares, embora nem sempre fosse possível. As aulas de campo foram ministradas principalmente no Mato Grosso do Sul, mas também em outros locais, como no estado do Paraná e no Paraguai²²⁸. Além de importante exercício entre teoria-prática, tais aulas são fundamentais para ampliarmos (docentes e discentes) nossos horizontes geográficos.

Na graduação, incluindo o tempo da UFMS, também foram desenvolvidas atividades de orientação de monitoria²²⁹, orientação para bolsa permanência²³⁰ e orientação de monografias de conclusão de curso (37 orientações no total), orientação de trabalhos de iniciação científica (20 trabalhos). Os estudos têm versado sobre temas ligados a assentamentos rurais, à produção e reprodução camponesa, à relação capital x trabalho, a conflitos e lutas pela/território, a povos indígenas, à CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), à economia solidária, atividades

²²⁷ Na graduação tenho ministrado a disciplina de *Geografia Agrária*, área em que obtive minha qualificação profissional. Ao longo dos anos, também assumimos outras disciplinas, como: *Regionalização do Espaço Brasileiro: Centro-Sul*; *Teorias e Métodos em Geografia*; *Geografia Agrária de Mato Grosso do Sul*; *Geografia da População*; *Sociedade e Natureza*; *Território, Fronteiras e Globalização (posteriormente, Territórios e fronteiras)*; *Campesinato e movimentos sociais no campo brasileiro*; *Estado e Questão Agrária no Brasil*; *Dinâmicas territoriais e questão agrária; além de orientações em trabalhos de conclusão de curso (Trabalho Orientado I, II e III), licenciatura e bacharelado; Estágio supervisionado e Prática de Ensino IV*. No PPGG, tenho ministrado a disciplina *Questão agrária, reprodução social e Geografia*.

²²⁸ Entre elas, destacam-se: a sede da Fazenda Campanário; assentamentos rurais (Itamarati, em Ponta Porã; Amparo e Lagoa Grande, em Dourados; São Judas, em Rio Brillhante; Novo Horizonte do Sul); abatedouro de aves, da COOAGRI, em Dourados; feira de agroecologia no Parque dos Ipês, em Dourados; acampamentos de movimentos de trabalhadores rurais sem-terra (Antonio Irmão, município de Itaquiraí; Dorothy Stang, em Ivinhema); Colônia Militar dos Dourados, em Antonio João; museu da Erva Mate, em Ponta Porã; pastoral do migrante, em Ponta Porã; áreas comerciais da fronteira Brasil-Paraguai; região de Corumbá (maciço do Urucum e Assentamentos rurais) e Bolívia; áreas de retomadas indígenas (Guaiviry, em Aral Moreira; Apika'y, Ñu Vera e Boqueirón, em Dourados); reservas indígenas (Dourados, Caarapó e Amambai); usina de cana-de-açúcar (usina Energética de Vicentina, em Vicentina); Antiga Fazenda Itamarati; região do estado do Paraná (Parque Estadual de Vila Velha, Colônia menonita Wittmarsun, sistema de transportes em Curitiba, porto de Paranaguá); retomada dos Ava guarani, em Guaíra-PR; no Paraguai, no Parque Nacional Cerro Corá, em Pedro Juan Caballero.

²²⁹ José Aparecido da Silva. *Geografia Agrária*. 1997. Orientação de outra natureza. (Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orientadora: Márcia Yukari Mizusaki. (IS. N° 037, de 06/06/1997).

²³⁰ RODRIGUES, Cleiton Aguiar dos Santos. Iniciação às atividades de ensino, pesquisa e extensão. 04/07/2012 a 01/08/2013. Orientação de outra natureza/Bolsa permanência. (Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD. Orientadora: Márcia Yukari Mizusaki. MARTINS, Gláucia Iara. Atividades de ensino, pesquisa e extensão. 01/05/2012 a 01/08/2013. Orientação de outra natureza/bolsa permanência. (Ciências Sociais) - Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD. Orientadora: Márcia Yukari Mizusaki. FRANK, Bruno do Nascimento. Atividades de ensino, pesquisa e extensão. 23/07/2013 a 23/08/2014. Orientação de outra natureza/bolsa permanência. Orientadora. Márcia Yukari Mizusaki.

produtivas no campo e relações de trabalho, à relação capital x trabalho e impactos à saúde do trabalhador, à relação campo x cidade, a brasiguaios, e a formas alternativas de produção.

Em 2006, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Geografia (nível mestrado), da UFMS, e ministrei a disciplina *Agricultura, indústria e dinâmicas territoriais*. Com a separação do Campus de Dourados, após a criação da UFGD, a sede do programa ficou em Aquidauana. Então, iniciamos (os docentes do curso), em Dourados, o projeto para a criação do mestrado em Geografia da UFGD, o qual foi aprovado e o curso teve início em 2007. A partir daí, passei a atuar no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, orientando e ministrando aulas das disciplinas *A questão agrária em Mato Grosso do Sul* e *Questão agrária, reprodução social e Geografia*. Em 2013, obtivemos também a aprovação pela CAPES do Programa de Doutorado em Geografia, no qual passei também a atuar.

Da minha inserção no programa da UFGD, resultam orientações no mestrado, no doutorado, assim como participação em bancas de defesa e de qualificação, tanto no programa como fora dele (UNIOESTE, UFMS, UEG, UNESP). Até maio de 2023, foram 11 orientações de mestrado, 4 de doutorado, com produção de trabalhos que têm contribuído para os estudos geográficos.

As pesquisas têm versado sobre diferentes temas como: as lutas que os camponeses enfrentam, não somente para entrar na terra, mas para nela permanecer; estudos sobre assentamentos rurais (Carlos Lamarcha em Itapetininga – SP, Itamarati I – MS, Queimadas, no município de Remígio/PB, Floresta Branca, no município de Eldorado-MS, Lagoa Grande e Amparo, no município de Dourados-MS); camponeses do município de Glória de Dourados-MS; lutas dos povos indígenas, como dos Kinikinau, dos Kaiowá e Guarani; e o agronegócio, particularmente a territorialização do capital canavieiro em Mato Grosso do Sul.

Como membro do colegiado do curso de Geografia, e como membro do quadro docente do PPGG, atuamos coletivamente no processo de construção dos cursos. Destaco, por exemplo, nossa participação na criação dos laboratórios dos cursos de geografia da UFGD, na elaboração do Estatuto da UFGD, no processo de discussão e planejamento da estrutura organizativa da FCH. Também participamos, ao longo dessa trajetória, de várias comissões necessárias para a dinâmica de funcionamento da universidade.

Outra iniciativa relevante diz respeito à viabilização do Programa de Educação Tutorial (PET) para o curso de Geografia da UFGD. Em 2008, foi elaborado um projeto (juntamente com as professoras Cleonice Gardin e Maria José Martinelli Silva Calixto; posteriormente,

tivemos a contribuição também do professor Charlei Aparecido da Silva), para ser submetido ao SESU/MEC, com vistas a trazer o programa para a instituição. O projeto foi encaminhado no nome da professora Maria José. Ao ser aprovado, o PET significou ganhos consideráveis para o curso, na medida em que possibilitou acréscimo de até doze bolsas de estudo, o que permitiu que os discentes pudessem exercer, de maneira integrada, atividades de ensino, pesquisa e extensão. Minha colaboração com o PET continuou a ocorrer durante a tutoria da professora Maria José Martinelli, de janeiro de 2009 até julho de 2015. Participei das reuniões e das atividades coletivas, de bancas para seleção de bolsistas e de orientação de alunos vinculados ao programa que demonstravam interesse em desenvolver pesquisa sobre a questão agrária.

Em 2005, formamos um grupo de pesquisa denominado grupo TERRHA (Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social), do qual sou coordenadora. Passamos a reunir pesquisadores, docentes e discentes de diversas áreas e Instituições, com vistas a avançarmos numa perspectiva interdisciplinar, em torno de discussões e análises sobre o território, compreendido como expressão e necessidade para a reprodução da vida. A partir da formação desse grupo, coordenei alguns projetos de pesquisa, bem como integrei outros, ligados ou não ao próprio grupo TERRHA.

O projeto *Transformações territoriais na fronteira Brasil-Paraguai: o caso do município de Dourados, Mato Grosso do Sul*, sob minha coordenação, foi aprovado pela FUNDECT²³¹ e teve vigência entre 2006 e 2009. Neste projeto iniciamos nossa aproximação com a temática da fronteira, com o objetivo de verticalizar as reflexões que já vinham sendo delineadas no Programa de Pós-Graduação em Geografia sobre o tema em questão. Este projeto envolveu pesquisadores das áreas de Geografia (Geografia Urbana, Geografia Agrária, Geografia Cultural), Antropologia, Letras e Ciências Sociais. Os resultados da pesquisa foram debatidos no *I Seminário Interno do grupo TERRHA*, momento em que todos os docentes e discentes envolvidos no projeto puderam participar, apresentar seus trabalhos, dialogar e compartilhar os resultados de suas pesquisas, e também foram publicados em anais de eventos²³². Além de pesquisa, o grupo fazia reuniões mensais para debater temas ligados à fronteira e ao território. Por exemplo, situações

²³¹ Conforme termo de outorga n. 025/06.

²³² MIZUSAKI, M. Y.; CALIXTO, M. J. M. S.; GARDIN, C.; MARCHI, M. D. C. V.; FERREIRA, A. R. A. L.; CASTRO, M. A. A. *Transformações territoriais na fronteira internacional Brasil-Paraguai: o caso do município de Dourados-MS*. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

MIZUSAKI, M. Y.; CALIXTO, M. J. M. S.; GARDIN, C. *Olhares na(s) fronteira(s): ensaio sobre a questão da fronteira a partir de estudos de caso*. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

MIZUSAKI, M. Y. *Olhares e fronteiras: apontamentos sobre a questão agrária no município de Dourados-MS*. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. *Caminando en una América Latina en transformación*. Montevideo: Easy Planners, 2009.

relativas à economia solidária, à presença da comunidade paraguaia e de sua composição cultural, como a manifestação religiosa, à dos povos indígenas, à da desigualdade socioespacial expressa a partir da análise da questão das moradias.

Outro projeto, intitulado *Os guarani e sua relação com o território*, também aprovado pela FUNDECT²³³, foi coordenado por Maria José Martinelli Silva Calixto, com vigência entre 2008 e 2010. Marcou-se por ser um projeto interinstitucional, com parceria da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e envolveu pesquisadores de diversas áreas de conhecimento. Essa pesquisa foi essencial para iniciarmos nossa aproximação com a temática indígena; ela teve como propósito fomentar a investigação sobre território e reprodução social. Os resultados do estudo também puderam ser divulgados e publicados em eventos.²³⁴ Foram analisados dados sobre a violência contra os povos indígenas e estratégias de afirmação étnica, como a formação e a atuação do grupo de rap indígena, Brô Mc's, um gênero musical contemporâneo e estrangeiro, ressignificado para a realidade local dos Guarani e Kaiowá. Ao comunicar a sua vivência, por meio da música, o grupo questiona o sistema social.

O projeto *Estado, território e estrutura produtiva: apontamentos sobre a questão agrária a partir da realidade brasileira e paraguaia*, com vigência entre 2008 e 2011, foi por mim coordenado e objetivou o estudo sobre a dinâmica do território em áreas de fronteira internacional. Tal projeto foi possível principalmente porque partiu de pesquisas de orientandos do programa de mestrado. Especial destaque foi dado à exploração dos brasiguaios no Departamento de Alto Paraná, Paraguai, por grandes proprietários de terra ligados ao agronegócio, particularmente, à produção de soja para exportação. Outra contribuição da pesquisa relaciona-se ao estudo sobre a realidade de famílias de ex-brasiguaios que retornaram do Paraguai e conquistaram um pedaço de terra no Assentamento Itamarati I, Mato Grosso do Sul. O trabalho reuniu outros pesquisadores do PPGG/UFGD e orientandos do programa, além de alunos que desenvolviam projetos de iniciação científica. Os resultados puderam ser divulgados em anais de eventos e publicados²³⁵.

No período de 2009 e 2010, fiz parte de um projeto de pesquisa intitulado *Aspectos da territorialização dos assentamentos da região de fronteira do Mato Grosso do Sul*, coordenado por Walter

²³³ Conforme termo de outorga 063/08.

²³⁴ MIZUSAKI, M. Y. Considerações sobre a questão indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2011, Belém. Questões Agrárias na Panamazônia no século XXI: usos e abusos do território. Belém: UFPA, 2011, p. 1-13.

²³⁵ Corrêa; Mizusaki (2008); Camata; Mizusaki (2011); Caimar; Mizusaki (2010); Corrêa; Mizusaki (2008b); Ferrari; Mizusaki (2012); Melo; Mizusaki (2014); Coca; Mizusaki (2012); Melo; Mizusaki (2012).

Roberto Marschner. O projeto teve como propósito mensurar aspectos das mudanças decorrentes da implantação dos assentamentos rurais no município de Ponta Porã-MS. O trabalho contribuiu para reunirmos informações referentes ao assentamento Itamarati e para aprofundarmos os estudos sobre a abordagem territorial²³⁶.

No período de 2010 a 2017, coordenei o projeto *Questão agrária e apropriação territorial: impasses, possibilidades e perspectivas no sul de Mato Grosso do Sul*²³⁷. O projeto teve como intuito procurar compreender aspectos do processo de territorialização/desterritorialização da agricultura capitalista no Estado de Mato Grosso do Sul, bem como a formação de novas territorialidades, impulsionadas por sujeitos sob relações não capitalistas, como os camponeses e os indígenas. Consideramos que, nessa desigual disputa pelo território, os territórios conquistados por camponeses e indígenas têm demonstrado que a territorialização do capital não é uma via de mão única. Para entender tais disputas territoriais foi necessário pensá-las a partir do pressuposto de que os diferentes interesses de classe trazem consigo diferentes concepções de propriedade e, dessa forma, diferentes formas de apropriação territorial. Nesse processo, acentuam-se as tensões que os homens estabelecem entre si e com a natureza, na medida em que se apresentam relações que envolvem diferentes territorialidades. Essa situação nos colocou diante da necessidade de pensarmos o território a partir do conteúdo das suas relações, pois são diferentes escalas e mediações que entram em conflito na dialética de apropriação do território. Os resultados da pesquisa foram divulgados em evento, na forma de palestra, e publicados em forma de capítulos de livros²³⁸.

Uma importante atividade que caminhou articulada aos projetos de pesquisa foi a da orientação de iniciação científica. A partir de 2005 comecei a ter orientandos, o que resultou em um total de 20 orientações, até 9 de abril de 2020. Foram trabalhos que versaram sobre temas ligados à Geografia Agrária. Estes não serão listados, mas é importante registrar que, entre os temas pesquisados, evidenciam-se estudos sobre conflitos territoriais envolvendo povos indígenas e proprietários de terra, como os dos Guarani e Kaiowá nas aldeias dos municípios de Caarapó, Douradina, Amambai; sobre o papel da mulher indígena na aldeia bororó, em Dourados; sobre a relação dos Guarani com o território, na aldeia Jaguapiru e Bororó; a luta camponesa pela terra, em Antonio Irmão, município de Itaquiraí; a retirada da Laguna, em Guia Lopes da Laguna; o acampamento Dorothy Stang, em Ivinhema; a relação campo x cidade, em

²³⁶ Leduino; Mizusaki (2010); Tosati (2011).

²³⁷ Conforme resolução nº 287, de 20/09/2017.

²³⁸ Mizusaki (2014); Ferrari; Mizusaki (2012); Mizusaki (2011).

Dourados; a organização da produção camponesa, no distrito de Indápolis, município de Dourados; a Colônia Arnaldo Estevão de Figueiredo, em Fátima do Sul; o assentamento Itamarati, em Ponta Porã; e o assentamento Casa Verde, em Douradina.

Tive a satisfação de ver três dos 20 trabalhos orientados receberem menção honrosa na área de Ciências Humanas, pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UFGD. Cada prêmio recebido deu dupla satisfação: a de compartilhar o belo resultado dos trabalhos das orientandas e a de ter o reconhecimento institucional acerca da atividade de orientação²³⁹.

Um marco na minha vida profissional foi o relativo ao meu envolvimento com a luta dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. A causa indígena sempre me sensibilizou, mas a dificuldade com a compreensão da língua e da cultura retardou esse processo²⁴⁰. No entanto, em Mato Grosso do Sul, em especial no sul do estado, não há como permanecer alheio ao que se passa com os Guarani e Kaiowá, sobretudo, alguém que trabalha com a questão agrária. A luta dos Guarani para a demarcação de seus territórios tradicionais tem recebido brutal reação por parte de proprietários de terra, o que vem transformando os campos sul-mato-grossenses em espaços considerados os mais violentos do país, associados aos povos indígenas. Trata-se de uma situação que fere “como bala de revólver” e que entra nos corações e mentes daqueles que têm a vivência num estado, em que se violam, cotidianamente, os direitos dos povos originários.

Meu envolvimento com os povos indígenas teve início em 2011, quando, em novembro, quarenta pistoleiros armados, entraram em uma área de retomada indígena, o *tekoha Guaiviry*, no município de Amambaí, atiraram no cacique, Nísio Gomes, e levaram o seu corpo, que nunca foi encontrado. Era mais um de uma série de assassinatos e violências cometidos contra os Guarani e Kaiowá. Em setembro do mesmo ano, havia sido assassinado Teodoro Ricardi, primo de Genivaldo e Rolindo Vera, assassinados no ano de 2009.

Sobre o fato, escrevi o artigo intitulado *O agrobandidismo e as disputas territoriais em Mato Grosso do Sul* que foi publicado na página da UFGD e em um jornal de circulação regional (*O Progresso*, de 23/11/2011). O objetivo era questionar tanta violência, chamar a atenção das autoridades para o problema agrário no estado, e cobrar providências, levantando dados a respeito da questão agrária. Esse artigo teve repercussão regional e foi republicado em outros sites de notícias.

²³⁹ Silva; Mizusaki (2008); Caimar; Mizusak (2010); Cleve; Mizusaki (2012).

²⁴⁰ Esse debate é recente na Geografia.

No XXI Encontro Sul-Mato-Grossense de Geografia, ocorrido em Dourados, no período de 26 a 28 de junho de 2013, em uma reunião de membros de duas seções locais da AGB, surgiu a ideia de criarmos um grupo de trabalho de apoio à causa indígena que fosse ligado à associação. Nesse contexto, criou-se o grupo de trabalho GT-Indígena para ser a entidade representativa dessas questões.

A partir daquele momento, passamos a atuar como entidade, por meio de posicionamentos, debates e ações desenvolvidas com os povos indígenas. Tratava-se de uma atuação que começou pela prática, mas que, depois, foi tomando também contornos acadêmicos, pois não era possível dissociarmos a prática da teoria. Iniciamos com a discussão de textos sobre a temática indígena no grupo de estudos e, embora anteriormente já tivesse orientado trabalho de graduação²⁴¹, os trabalhos acadêmicos posteriores já indicavam interesse maior e aproximação com a temática, mesmo antes da criação do GT, particularmente, após minha defesa de doutorado.

Num primeiro momento orientei, acerca da referida temática, trabalhos de monografia e de iniciação científica²⁴²; e, depois, textos de dissertações, no mestrado²⁴³, e de teses, no doutorado²⁴⁴. Além disso, foram efetivadas publicações de artigos em periódicos e capítulos de livros²⁴⁵.

Atualmente, meu foco de atuação e de pesquisa são os movimentos de retomada indígena, por serem eles expressão territorial significativa das resistências indígenas, e por revelarem as contradições estruturais mais profundas com a sociedade capitalista. Uma das questões centrais, em termos de pesquisa, tem sido a de compreender os movimentos de resistência indígena no contexto da questão agrária brasileira, que tem a mediação da propriedade privada da terra, expressão da lógica da acumulação capitalista. Porém, o processo de realização do capital envolve também relação com outras formações sociais não capitalistas.

Um dos pontos mais difíceis e dramáticos, quando se visitam essas áreas, é o de se verificar a situação de fome e de outras formas de violência geradas a partir da perversidade imposta pelo modo capitalista de produzir. Desde a criação do GT, temos visitado várias áreas²⁴⁶

²⁴¹ Santos; Silva; Luna (1998).

²⁴² Santana Junior (2006); Caimar (2009); Caimar (2010); Aguiar (2013); Anjos (2014); Madureira (2015); Maruchi (2017).

²⁴³ Bastos (2014).

²⁴⁴ Silva (2022).

²⁴⁵ Mizusaki; Santos (2018); Mizusaki (2017); Mizusaki (2019); Mizusaki; Santos (2017); Batarce; Mizusaki (2017).

²⁴⁶ Em Dourados: Ñu Porã, Apikay, Pakuriti, Ñu Verá I e II, Ñu Verá Guasú, Boqueirão, Avaeté, Yvy Poty Rory, Jayche Piru, Passo Piraju, Panambizinho. Em Rio Brilhante: Laranjeira Ñanderu. Antonio João: Ñanderu

e realizado ações em defesa das causas indígenas, a saber: viabilização de mudas frutíferas; campanha para arrecadação de roupas e alimentos e entrega em várias retomadas; notas de solidariedade perante ataques sofridos; nota contra a tese do marco temporal; participação e apoio em ato de solidariedade em dia de ação de despejo (retomada Guapo'y, município de Caarapó); participação em manifestação indígena contra a tese do marco temporal, em Dourados. À medida que essas ações eram feitas, procurávamos nos situar nessas lutas, para compreender as resistências e, ao mesmo tempo, apoiar, de alguma forma. Uma atividade de risco, que já resultou em perseguição, ameaça e ataques da imprensa. Um ambiente difícil e “pesado”, mas que não se aproxima, nem de perto, do vivido pelos Kaiowá e Guarani.

Quanto aos trabalhos do GT-Indígena, eles puderam ser apresentados e discutidos no *XIX Encontro Nacional de Geógrafos*, realizado no período de 4 a 6 de julho de 2018, com o tema: *Povos indígenas, conflitos territoriais, lutas e resistências*, coordenado por mim e pela geógrafa e Guarani, Salvadora Cáceres Alcântara de Lima.

Com o propósito de fortalecermos, neste estado, o debate sobre a questão agrária e chamarmos a atenção sobre essa difícil realidade envolvendo os povos indígenas, trouxemos para a UFGD, o *XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária*. A realização desse encontro em Dourados foi aprovada em assembleia do evento anterior: o XXIII ENGA. Em decorrência da abrangência e da característica do evento, de grande envergadura, efetuou-se um projeto de extensão que envolveu um ano e meio de organização e contou também com a coordenação da professora Claudia Marques Roma²⁴⁷. Desse modo, concorremos a dois editais para a solicitação de recursos para o evento (CNPq e FUNDECT²⁴⁸), e o projeto foi aprovado pelos dois editais.

O evento, ocorrido no período de 6 a 10 de novembro de 2018, na UFGD, possibilitou a criação de mais um espaço crítico de reflexão, debate, socialização do conhecimento e renovação de nossa práxis acadêmica no que diz respeito aos principais problemas que envolvem o campo brasileiro. Possibilitou, também, reunir pesquisadores e estudantes de diversas instituições do país para discutir suas pesquisas, que foram apresentadas, debatidas e publicadas nos anais do encontro. Contribuição especial foi dada pelo conferencista de abertura, Leonardo Boff, que reuniu aproximadamente mil pessoas no primeiro dia, no auditório central e, a conferência de encerramento, com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, uma das maiores referências da Geografia Agrária brasileira. O evento foi possível, graças a um esforço coletivo

Marangatu. Douradina: Guyra Kambi'y. Caarapó: Guapo'y, Pindo roky, Guyraroka. Aral Moreira: Guaiviry. Coronel Sapucaia: Kurusu Amba I, II e III.

²⁴⁷ Resolução nº 147, de 22 de setembro de 2017.

²⁴⁸ Na Fundect, o projeto foi aprovado, mas o recurso não foi liberado.

envolvendo vários professores, técnico-administrativos, estudantes e instituições: a UFGD, o CNPq (processo 104762/2018-1), os sindicatos (ADUFDourados e SIMTED-Dourados), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Apesar dos percalços, sem esse esforço coletivo teria sido impossível a realização do evento, que foi singularizado por competente organização e elevada qualidade nos debates, palestras e trabalhos apresentados.

O XXIV ENGA ocorreu uma semana após as eleições presidenciais, em que foi vitorioso um candidato publicamente defensor da repressão, da tortura, do armamento de proprietários de terra e, declaradamente, contrário aos direitos dos povos indígenas e quilombolas. Nesse sentido, não foi apenas um evento marcado pela tensão diante da situação de instabilidade para a qual caminhava o país, mas, também, um marco nos debates da geografia agrária, realizada nos ENGAs, e na UFGD, que, até então, não havia realizado evento desse porte para discutir a questão agrária brasileira. As discussões apresentadas nas palestras puderam ser reunidas e publicadas em formato de livro (Mizusaki; Roma; Vieira, 2021), com o apoio financeiro da PROPP/UFGD, PPGG/UFGD e CNPq.

Tendo em vista a abundância de discussões no grupo TERRHA e o fato de o nosso Programa de Mestrado em Geografia ter como área de concentração *Produção do espaço regional e fronteira*, desenvolvendo e acumulando debates nessa temática, em 2007 coordenei, na UFGD, o *I Seminário sobre Território, Fronteira e Cultura*, e, em 2009, o *II Seminário sobre Território, Fronteira e Cultura*²⁴⁹. Os dois eventos tiveram ampla participação e colaboração de docentes e discentes, cuja atividade possibilitou-nos reunir pesquisadores ligados à temática e trabalhos importantes, de diferentes instituições do país e do Paraguai.

O *III Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura* foi realizado no período de 14 a 17 de setembro de 2011, na UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, fruto de parcerias que foram se desdobrando. O evento ocorreu juntamente com o *I Seminário Internacional dos Espaços de Fronteira (Geofronteiras)* e a *VIII Expedição Geográfica da UNIOESTE: Espaços de fronteira – território e ambiente*. Foi organizado pelo curso de graduação e pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, da UNIOESTE. A ideia de fazer o evento em outras instituições surgiu da necessidade de estreitarmos laços e de construirmos novas parcerias com pesquisadores que vêm trabalhando a temática da fronteira, com vistas a fortalecermos o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD. Desse último evento, passo importante foi dado na formação de parcerias com outras instituições, dentre as quais destaco, além do

²⁴⁹ Registro nº 312, fl. 32, livro 01. 18/10/2007. UFGD.

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon – Paraná/Brasil); o *Posgrado en Antropología*, da UNaM (Posadas – Misiones/Argentina) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana/ UNILA (Foz do Iguaçu – Paraná/Brasil). Na oportunidade, discutiu-se sobre as possibilidades de ações conjuntas em torno da temática da fronteira, o que ficou denominado *Iniciativa Geofronteiras*, e que agregou pesquisadores brasileiros e argentinos das instituições mencionadas. Nessa parceria, os objetivos da realização do *Seminário Regional sobre Território, Fronteira e Cultura* foram ampliados, e o evento unificado ao *Geofronteiras*.²⁵⁰ O último evento aconteceu de 13 a 15 de outubro de 2022, em Encarnación, no Paraguai²⁵¹.

No âmbito da pós-graduação, em 2017, foi proposta a coordenação de um Grupo de Trabalho (GT), intitulado *Geografia, povos indígenas e questão agrária brasileira*, no Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE), organizado a cada dois anos pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE). Desde a sua criação, o referido GT tem sido proposto, aprovado e oferecido no ENANPEGE²⁵², e tem se constituído num importante espaço para reunir pesquisadores de diferentes universidades do país, com o propósito de debater, dialogar, refletir sobre a temática. A coordenação tem sido realizada juntamente com os professores Djoni Ross, da UNIOESTE, e José Gilberto de Souza, da UNESP/Campus Rio Claro. Além desses professores, também têm colaborado as professoras Marilda Telles Maracci, da UFU; Amanda Christinne Nascimento Marques, da UFPB, e Maria Inês Ladeira, do CTI. Para o XV ENANPEGE, teremos a participação de Salvadora Cáceres Alcântara de Lima, da REME, Dourados-MS.

Como membro da diretoria da AGB-seção Dourados, participei da organização do *XIX Encontro Nacional de Geógrafos*, ocorrido de 01 a 08 de julho de 2018, na UFPB, em João Pessoa. O evento foi coordenado pela diretoria da AGB-Nacional com apoio das seções locais. A seção

²⁵⁰ Ver em: <http://www.geofronteras.com/#about>.

²⁵¹ Dentre outras atividades de extensão, mencionei também: um minicurso intitulado, *Dinâmica territorial e reestruturação produtiva no campo: um estudo de caso*, ministrado a convite do Curso de Geografia, da UNIOESTE, no período de 19 a 22 de outubro de 2005, campus de Marechal Cândido Rondon, no evento *IV Expedição Geográfica da UNIOESTE* (Registro n. 1865, livro n. 01, fl. 32, Colegiado do Curso de Geografia da UNIOESTE). Ainda nas atividades de extensão, elaborei o projeto *Introdução à pesquisa: o uso de técnicas de amostragem em ciências humanas*, ministrado pelo professor Alexandre Pitanguí Calixto, da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (FACET/UFGD), nos dias 18 de outubro e 21 de novembro de 2008, na FCH (Resolução 014, de 19/02/2009). O projeto de extensão teve como objetivo oferecer, aos discentes, noções básicas sobre técnicas de amostragem, como complemento de formação acadêmica para o exercício da pesquisa.

²⁵² No XII ENANPEGE, realizado na UFRGS, em Porto Alegre-RS; no XIII ENANPEGE, realizado na USP, de 02 a 06 de setembro de 2019 (neste ano o GT foi oferecido, mas não pude participar, por estar afastada para o pós-doutorado, na Universidade de Sevilla); no XIV ENANPEGE, de 10 a 15 de outubro de 2021 (o evento foi virtual em decorrência da pandemia); e será oferecido neste ano, de 9 a 13 de outubro de 2023, em Palmas-TO.

Dourados, juntamente com as seções de São Paulo, Belo Horizonte, Campinas e Viçosa, ficaram responsáveis pela comissão *Espaço de Diálogo e Práticas* (EDPs)²⁵³. Também tenho participado de outras atividades, que são desdobramentos de projetos de extensão, como coordenação de mesas e eixos temáticos²⁵⁴, grupos de trabalho²⁵⁵, e atribuir parecer de trabalhos em eventos (comissão científica)²⁵⁶.

No que se refere à participação em atividades de cunho administrativo na UFGD, também necessárias para a manutenção da autonomia universitária, deve-se apontar, além da experiência na coordenação do curso, anteriormente mencionada, as seguintes: 1. membro da Comissão Estatuinte, formada para elaborar o Estatuto da então criada UFGD – a comissão era composta por representantes das três categorias da instituição (docentes, discentes e técnicos-administrativos), sendo 15 membros titulares, considerando o regime de paridade. Foram várias reuniões e assembleias, muitas vezes tensas, para chegarmos a uma definição do Estatuto da UFGD. 2. Vice-diretora *pro tempore* da Faculdade de Ciências Humanas (com a nova estrutura da recém-criada UFGD, as faculdades vieram a substituir a estrutura de departamentos; assim, o antigo Departamento de Ciências Humanas passou a compor a Faculdade de Ciências Humanas).

No início de criação, a UFGD teve seu funcionamento organizado por meio de uma estrutura administrativa temporária, até que houvesse a realização das eleições. Nesse cenário, fui indicada, conforme acordo entre os colegas da Faculdade, para compor a diretoria *pro tempore*. O prof. João Carlos de Souza foi nomeado diretor, e eu, vice-diretora. A vigência desse mandato foi de 26 de setembro de 2006 a 30 de junho de 2007.²⁵⁷ Finalizado o mandato *pro tempore*, foram organizadas as eleições gerais na UFGD. No caso da FCH, concorremos às eleições e fui eleita

²⁵³ Informações na página do evento: <https://www.eng2018.agb.org.br/>.

²⁵⁴ **a)** no IX Encontro Sul-mato-grossense de geógrafos (ENSUL), realizado no período de 20 a 27 de setembro de 1998, no Centro Universitário de Três Lagoas, coordenei a mesa redonda *Desenvolvimento regional e transformações do trabalho no campo*; **b)** no II Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), coordenei a comunicação livre referente ao eixo *Agronegócio*; **c)** no XVI ENSUL, realizado no período de 29 a 31 de outubro de 2008, coordenei a mesa *Produção do espaço: desenvolvimento regional*; **d)** no VIII Simpósio Nacional de Geografia da Saúde, realizado no período de 27 de junho a 1º de julho de 2017, em Dourados, coordenei a seção *Fronteiras da saúde*; e coordenei, também, juntamente com a professora Salvadora Cáceres Alcântara de Lima, o Grupo de Trabalho: *Povos Indígenas: conflitos territoriais, lutas e resistências*; (04,05 e 06/07/2018).

²⁵⁵ No XIX Encontro Nacional de Geógrafos, realizado no período de 1º a 07 de julho de 2018, na Universidade Federal da Paraíba, coordenei a mesa *Povos indígenas na sociedade capitalista: lutas, conflitos, resistências*.

²⁵⁶ Participei como membro da Comissão Científica dos eventos: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2007), I e II Seminário Internacional sobre Território, fronteira e Cultura (2007 e 2009), XVI Encontro Nacional de Geógrafos (2010), XXI Encontro Sul-Mato-Grossense de geógrafos, IV Seminário Internacional dos Espaços de Fronteira (2017); XXIV Encontro nacional de Geografia Agrária (2018).

²⁵⁷ Nomeação pela portaria nº0439, de 21 de setembro de 2006/UFGD.

vice-diretora para um mandato de quatro anos.²⁵⁸ No entanto, por motivos particulares, pedi exoneração do cargo, o que se efetivou pela portaria nº 470, de 13 de agosto de 2009. Também foram realizadas outras atividades administrativas que podem ser consultadas, conforme portarias indicadas²⁵⁹.

Como parte de minhas atividades acadêmicas, outros trabalhos transversais, igualmente relevantes, foram desenvolvidos, entre os quais destaco as palestras – momentos importantes de socialização do conhecimento acumulado, resultado de leituras, pesquisas e reflexões que foram realizadas ao longo da vida acadêmica. Não são, portanto, desvinculadas de nossas práticas inerentes ao trabalho; a participação em eventos de Geografia realizados no estado, como as semanas de Geografia da UEMS, o Encontro Sul-mato-grossense de Geografia; a participação em evento de âmbito nacional, ligado à área à qual dediquei minhas pesquisas: Geografia Agrária²⁶⁰.

Uma das atividades, que considero de relevância social, foi a da participação voluntária em estudo sobre parecer técnico referente à queima da palha da cana em Dourados/COMDAM.

²⁵⁸ Nomeação pela Portaria nº 223, de 04 de julho de 2007.

²⁵⁹ a) Comissão para elaboração das normas para avaliação de pessoal docente em relação à progressão funcional (Portaria nº 093, de 14 de março de 2007); b) Comitê Local de Acompanhamento do Programa de Educação Tutorial da UFGD (vigência: ago./2006 a mar./2007, IS nº 3, de 01 agosto de 2006); c) Presidente da Comissão para avaliação do Estágio Probatório dos docentes lotados na FCH (Portaria nº 289, de 21 de maio de 2009); d) participação no Seminário de implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) da UFGD (Vigência: 06 a 09 de maio de 2008); e) Comissão de avaliação do Curso de Geografia da UEMS, em Glória de Dourados/MS (Resolução “P” SED a. 1.886/12, de 10 de agosto de 2012, publicado no DOU/MS em 13/08/2012); f) membro do conselho da Faculdade de Ciências Humanas (período de vigência no cargo de vice-diretora, membro nato do Conselho Diretor); g) membro da Câmara de Ensino (de 2005 aos dias atuais); h) avaliadora do VI Encontro de Iniciação da UFMS, ano de 2005; i) consultora *ad hoc*, na avaliação de propostas de iniciação científica do processo seletivo PIBIC/PIBIC AF/PIBITI/CNPq Biênio 2017/2018, UFMS.

²⁶⁰ a) Mesa redonda: *Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo e na cidade*, no XII Encontro Sul-Mato-Grossense: produção e Preservação do Espaço Regional, realizado em 27 de setembro de 2003, na UFMS, no município de Três Lagoas-MS; b) mesa redonda: *As territorialidades no Mato Grosso do Sul*, na I Semana Acadêmica de Geografia – UEMS, no dia 20/09/2005, na UEMS, município de Glória de Dourados-MS; c) mesa redonda: *Transformações rurais em Mato Grosso do Sul: o agronegócio*, no I Seminário de estudos sobre as transformações rurais em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas, no dia 28/08/2007 na UFGD, Dourados-MS; d) mesa redonda: *O agronegócio no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul* no dia 10/22/2009, no evento *Temas de geografia contemporânea: novas dinâmicas produtivas: do espaço palco de crescimento, ao território vetor de desenvolvimento*; e) mesa redonda: *Mercado da terra e diferentes formas de apropriação territorial*, no período de 25 a 29/10/2010, no XX Encontro Nacional de Geografia Agrária em Francisco Beltrão-PR, UNIOESTE; f) palestra: *Expansão do capital e os territórios em disputa no campo e na cidade no século XXI*, no dia 11/11/2010, na I Semana de Geografia da UEMS em Jardim-MS; g) mesa redonda: *A atualidade das disputas territoriais e do desenvolvimento em Mato Grosso do Sul: tecendo leituras sobre os reflexos sociais, econômicos e ambientais*, ocorrido no dia 21/10/2011, na II Semana de Geografia da UEMS, em Campo Grande-MS, UEMS; h) mesa redonda: *Expansão da cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul: impactos, desafios*, em 2012, na III Semana de Geografia da UEMS em Campo Grande-MS; i) mesa redonda: *O campo, a cidade e as reformas: lutas e movimentos sociais*, de 12 a 15/07/2017, no Encontro Sul-mato-grossense de geografia, na cidade de Três Lagoas-MS, UFMS; j) mesa redonda: *O campo e a cidade em tempos de reformas: impasse e perspectivas*, no dia 03/10/2017, no Ciclo de debates da AGB-seção Dourados, em Dourados-MS, UFGD; k) mesa redonda: *Insegurança alimentar e nutricional no Brasil: perspectivas e desafios frente ao cenário político-econômico atual*, no dia 27 de outubro de 2017, no IV Encontro Temático do PET-SAÚDE, em Dourados-MS, UFGD.

Em 2011 entrou na pauta para avaliação, no Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDAM), solicitação da Usina São Fernando para liberação da queima da palha da cana em Dourados. Formou-se, então, uma equipe para avaliar e estudar a viabilidade do pedido. A equipe foi composta por uma câmara técnica de análise de projetos e processos e também por profissionais da EMBRAPA (agrônomos José Rubens Almeida Leme Filho e Harley Nonato de Oliveira) e da UFGD (geógrafos André Berezuk e Márcia Yukari Mizusaki). Graças a esse parecer e à atuação do presidente do COMDAM, à época, Ataulfo Alves Stein Neto, conseguiu-se impedir que a queima da palha da cana fosse legalizada em Dourados. Tal medida significou importante conquista para a saúde da sociedade douradense, uma vez que a fuligem emitida pela queima provoca sérios danos à saúde²⁶¹.

Tenho atuado também em conselhos e câmaras editoriais. Conforme mencionado, fiz parte do conselho editorial da Editora UFMS²⁶², durante o período em que estive na diretoria da AGB-seção Dourados, como coordenadora de publicação; fui membro da Câmara Editorial da Revista de Geografia da UFMS, durante o período de sua vigência. Participei do conselho consultivo da Revista Espaço Plural (2008-2009), da UNIOESTE, e continuei a integrar o conselho editorial da Revista Entre-Lugar, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD; o da Revista de Geografia de Três Lagoas e o da Revista Campo-Território, ligada a pesquisadores da Geografia Agrária. Além disso, emiti pareceres *ad hoc* para outras revistas, por exemplo, Revista Terra Livre, ligada à Associação dos Geógrafos Brasileiros; Caderno Prudentino de Geografia, mantido pela AGB-seção Presidente Prudente; Revista Ideias, ligada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da UNICAMP; e parecer em livros, pela Editora da UFGD. Atualmente tenho atuado como editora de seção da Revista Geosp.

No período de março de 2019 a fevereiro de 2020, realizei o pós-doutorado na Universidade de Sevilha, Espanha, sob a supervisão do professor David Sanchez Rubio, um excelente profissional, que trabalha na área de filosofia e direitos humanos. No projeto intitulado *Diversidade, unidade e direitos humanos: as lutas e (re)existências do movimento jornalero em Andaluzia e dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul*, estudei como dois distintos movimentos – o movimento *jornalero* na Comunidade Autônoma de Andaluzia, por meio do Sindicato de Obreros del Campo/Sindicato Andaluz de Trabajadores (SOC/SAT), e o movimento indígena Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul – têm construído suas lutas por direitos. Foi uma experiência

²⁶¹ STEIN NETO, A. A. *et al. Relatório do estudo sobre a queima, ou não, da palha da Ana(ou da cana?) no âmbito do município de Dourados-MS*. Dourados: COMDAM, julho/2012.

²⁶² Maio/2001 a ago./2002, Resol. 008/01-COED, de 19/04/2001.

inesquecível e de um aprendizado fundamental para a nossa atualização profissional. O afastamento foi dividido em duas etapas: seis meses na Espanha e seis no Mato Grosso do Sul. Na Espanha, participei de um conjunto de atividades que foram essenciais para a nossa formação profissional. Foram colóquios de discussão no grupo de estudos *Antagônicos*, coordenado pelo professor David, participação em eventos, leituras, contatos com outros estudantes e professores, pesquisa de campo, o que me aproximou da realidade agrária andaluza.

Em relação aos colóquios, pude conhecer conhecer, ler e discutir a obra do filósofo mexicano, Pablo Gonzáles Casanova, intitulada *Las nuevas ciencias y las humanidades*. No livro, o autor faz interessante análise das novas ciências – mediadas pela tecnociência – e seus desdobramentos sociais, econômicos e políticos. O autor avança teoricamente ao problematizar a dialética e dar as suas contribuições sobre as relações complexas organizadas, e como esse novo contexto coloca a necessidade de a humanidade ter um posicionamento mais crítico na sociedade contemporânea. Para o autor, tais desdobramentos constituem um problema teórico-prático de segurança mundial. Outro filósofo latino-americano do qual também pude me aproximar em relação às discussões foi Raúl Fonet-Betancourt (cubano, radicado na Alemanha). Tive a oportunidade de assistir à sua palestra, proferida na Universidade de Loyola, em Sevilha. O professor fez uma análise filosófica dos *equivocos*, discutindo, a partir de pressupostos político-sociais, ontológicos, epistemológicos e filosóficos os desafios para o mundo intercultural na atualidade, em que há a hegemonia de determinada civilização, que pertence ao capital. Conhecer esses dois filósofos, foi fundamental para pensarmos a sociedade em tempos atuais.

Tive a oportunidade também de participar de vários eventos ligados à temática indígena e aos direitos humanos, o que me aproximou de importantes debates na área do Direito. Um deles, ocorreu no *Encuentro Internacional sobre Derechos Humanos y Madre tierra (derechos de la pacha mama)*, em 14/05/2019, na Facultad de Derecho/US. O evento dizia respeito à necessidade de mudança do paradigma antropocêntrico para o não cêntrico, ao se considerar a natureza como um todo e dotada, portanto, de direitos. Alguns países vêm chamando de direitos bioculturais, ou direito do mundo como sociobiodiverso.

Em outro debate, realizado no *X Encuentro Multidisciplinar sobre Pueblos Indígenas (EMPI)*, ocorrido entre 30 e 31 de maio de 2019, na Universidad de Girona, em Girona, foi possível conhecer experiências educativas em Oaxaca, no México, onde busca-se criar um espaço de educação superior a partir da perspectiva do conhecimento dos povos originários; pesquisas sobre mulheres indígenas, como a resistência das Mapuche, no Chile, frente ao colonialismo

patriarcal; violência contra mulheres indígenas no Equador, que passam a vivenciar formas de violência doméstica no contato com a sociedade não índia; debates epistemológicos e situação dos povos indígenas em outros países. Assim, foi importante assistir às apresentações de trabalhos ligados à temática e avaliar as discussões que têm sido feitas, numa escala mais ampla, sobre povos indígenas.

No *Encuentro sobre constitucionalismo*, realizado entre 15-16 de maio de 2019, na Facultad de Derecho/US, foi relevante o debate sobre a democracia, que se encontra corrompida pela manutenção das forças oligárquicas e pela revolução da internet, o que é denominado de utopia da ciberdemocracia. A era da informação levou ao extremo a linguagem simbólica e algorítmica-funcional, com a quantificação e a qualificação dos gostos e desejos, que têm a pretensão da verdade, classificando e tratando desigualmente as pessoas, numa economização dos direitos humanos. Enfatizou-se, na ocasião, que, nos diálogos das redes sociais, não há possibilidades de construção de consensos a partir de bases filosóficas.

No *Congreso Internacional Derechos Humanos y Globalización*, ocorrido em 04 de julho de 2019, na Facultad de Derecho, acompanhei o debate sobre privatização de sementes, direitos dos povos indígenas, reflexões em torno da necessidade de se romper com a colonialidade do poder e de se recuperar a categoria do comum, como processos comunitários que criamos para a satisfação de nossas necessidades de vida. Ouvimos reflexões sobre a relação entre o bem viver e direitos humanos, momento em que foi colocada a necessidade de ruptura epistemológica, pois, no vocabulário indígena, não existe a ideia de direito, considerando que esta pressupõe uma carga individualista. No vocabulário indígena, existe o “nosso”.

No evento *Acciones para enfrentar la trata de personas en Andalucía, Costa Rica y Marruecos*, realizado em 23 de setembro de 2019, na Sede Universitaria Pablo Olavide, em Sevilla, tive também a oportunidade de compreender melhor as condições de trabalho dos/as trabalhadores/as migrantes originários/as de Costa Rica e Marrocos, que se dirigem para trabalhar na Espanha.

Além dos eventos, do colóquio de discussões e de novas leituras, a pesquisa de campo me aproximou da realidade agrária andaluza. Pude acompanhar algumas atividades do SOC/SAT, como o ato público contra a criminalização de algumas lideranças (05/09/2019) que haviam participado de ato de expropriação de alimentos de duas grandes redes de supermercado (Carrefour e Mercadona S/A) e a assembleia do Sindicato, na propriedade Somontes, ocupada pelo movimento, no município de Palma del Rio. Essa participação foi memorável e de rica

vivência e aprendizado. Além de entrevista de liderança e de trabalhadores participantes, pude partilhar do almoço coletivo com o movimento e conhecer pessoas valorosas.

Outra rica experiência foi a ida a um pequeno povoado, Marinaleda, onde conheci um pouco da cidade e da organização social e política do município, a Cooperativa Humar e a propriedade El Humoso, pertencentes aos moradores. A história de Marinaleda confunde-se com a história do movimento *jornalero* de Andaluzia, sendo que a propriedade El Humoso, que pertencia a um duque, foi desapropriada para os moradores de Marinaleda, fruto de um longo e persistente processo de luta pela terra.

Além da valiosa experiência com a pesquisa de campo, outra realidade despertou interesse de investigação, o que me motivou a realizar um pequeno estudo extra. A presença significativa de imigrantes indígenas em Sevilha despertou meu interesse no sentido de compreender um pouco melhor essa realidade, o que me motivou a efetuar leituras e entrevistas. Como resultado, construí um texto escrito, que foi apresentado em um evento no Brasil, após meu retorno, em 1º de novembro de 2019, para dar continuidade à execução do plano de trabalho, que findava em fevereiro de 2020.

Em Mato Grosso do Sul, visitar algumas áreas de retomada e conhecer outras²⁶³ foi uma oportunidade para aprofundar minhas leituras. Os resultados da pesquisa foram publicados em revistas no país²⁶⁴.

Em março de 2020 retomei nossas atividades de ensino na UFGD, ministrando as disciplinas *Territórios e fronteiras* e *Teorias e Métodos em Geografia*. Voltei a orientar trabalhos de monografias, dissertações e teses. Contudo, infelizmente, como é do conhecimento de todos, em decorrência da pandemia, ocasionada pela propagação da Covid-19, as aulas foram suspensas pela faculdade nos dias 16 e 17 de março de 2020, e, posteriormente, pela universidade²⁶⁵. Em 03 de agosto de 2020, foram retomadas, remotamente (Portaria 367, de 29/06/2020). O retorno das aulas presenciais só aconteceu em fevereiro de 2022 (Resolução 209, de 28 de outubro de 2021), seguindo-se as Instruções Normativas de Biossegurança (IS n. 04, de 18/11/2021).

Assim, atualmente, participei como integrante do projeto de pesquisa *Acumulação por espoliação e a territorialização do monopólio (a questão indígena e a economia política do agronegócio)*,

²⁶³ Nhú Vera I e II, Nhú Vera Guasu, *Avaeté, Yvy Poti Rory (Unati) e Jayche Piru*, todos em Dourados e Laranjeira Nhandaru, em Rio Brillhante.

²⁶⁴ Mizusaki (2020); Mizusaki; Souza (2020); Mizusaki (2019).

²⁶⁵ Portaria n° 205, de 18 de março de 2020 e prorrogada, *sine die*, em 17 de abril de 2020, na portaria n° 249, de 13 de abril de 2020.

coordenado pelo professor José Gilberto de Souza, da UNESP/Rio Claro. Trata-se de um projeto interinstitucional e tem como objetivo a análise das estratégias de apropriação de terras que têm sua lógica centrada na economia do agronegócio (expansão de *commodities*, concentração fundiária, apropriação da renda da terra e do fundo público, destruição de outras formas de reprodução social). Os resultados da pesquisa têm sido divulgados em periódicos²⁶⁶.

Além de atuar no projeto de pesquisa, dei continuidade ao processo de orientação. No doutorado, a tese de Jéssica Aparecida de Ávila Follmann, em processo de finalização, no projeto, provisoriamente intitulado *O avanço do capital sobre áreas de luta pela terra no Centro Sul Paranaense: subordinação e resistência camponesa*. Também estava em andamento a tese de João Evaldo Ghizoni Dieterich, no projeto *Kinikinau – dispersão e luta por seus territórios ancestrais*; a tese de Maristela Akino, intitulada *Modos de resistência da agricultura Kaiowá nas retomadas: Piraju e Guyra Roka*; a tese de Clariana Vilela Borzone, nomeada *O neoextrativismo e financeirização da agricultura num mundo multipolar: a indústria de papel e celulose em Ribas do Rio Pardo e o protagonismo das mulheres camponesas*; a tese de Ronilson Farias Majjione Balbuena, intitulada *As políticas públicas no campo brasileiro: análise de assentamentos do Sudoeste de Mato Grosso e o impacto para as famílias assentadas*; e a dissertação de Thiago Medeiros, intitulada *Análise geo histórica da formação territorial do município de Sidrolândia-MS e a luta pela terra*.

Além dos projetos anteriormente mencionados, é meu propósito aprofundar leituras e discussões envolvendo povos indígenas, particularmente as relativas às condições de trabalho; tal proposta executarei executar no projeto de pesquisa em elaboração. Outra frente de pesquisa que mantereí é sobre as formas de acumulação do capital no campo e seus desdobramentos para camponeses, quilombolas, indígenas e trabalhadores do campo, bem como sobre as formas alternativas de produção e resistências. Considero fundamental não perder de vista os impactos gerados por esse processo, que é dinâmico e que necessita de estudo permanente para que não percamos de vista os impasses que reiteradamente estão sendo colocados para os sujeitos sociais apontados.

Relativamente ao ensino, uma questão que não está diretamente associada a uma iniciativa individual, mas tem nos preocupado muito e sido apontada em alguns debates acadêmicos, diz respeito à relação entre ensino de Geografia, ciência, conhecimento e saberes indígenas. Cada vez maior é a presença de estudantes indígenas no curso de Geografia, o que nos coloca desafios, no sentido de efetuarmos reflexão e adequação do projeto pedagógico

²⁶⁶ Souza; Mizusaki (2018); Santos; Mizusaki (2018); Souza; Mizusaki (2022).

frente a essa realidade. Não se trata de tarefa simples e nem de questões que envolvam projetos mais imediatos, pois algumas delas nos remetem a contradições estruturais tão profundas que limitam o nosso campo de atuação.

Considerações finais

Neste texto foram reunidas de maneira breve, informações sobre minha trajetória acadêmica, que, na universidade, somam mais de 30 anos de trabalho. Destaco aqui a importância da existência do ensino público e gratuito, o qual marcou toda a minha formação, do primário à pós-graduação; da existência de uma política pública para o acesso ao ensino, como transporte público e gratuito; da existência das políticas de incentivo à pesquisa, ao ensino, à extensão, que permitiram minha qualificação profissional e minha atuação para a qualificação de outros/as.

Não posso dizer que tenha sido uma trajetória exemplar, com resultados extraordinários em todas as dimensões da vida profissional, pois reconheço que deixei a desejar em alguns aspectos, especialmente no quesito produção acadêmica, uma vez que a relação maternidade x corpo x trabalho constituiu fator de relevância.

Atuei no curso de Geografia, na construção do próprio curso, na formação dos profissionais licenciados e dos bacharéis, na coordenação de curso, na vice direção da faculdade, na conquista do Programa de Educação Tutorial (PET), nas reuniões do colegiado/câmara de ensino, como membro sempre presente. Também colaborei para o processo de verticalização do curso, por meio dos cursos de especialização, mestrado e doutorado, e para o seu andamento administrativo, com a participação como membro da coordenadoria da pós-graduação.

Cooperei para o resultado de várias pesquisas em nível de graduação, mestrado e doutorado (em maio de 2023, completei um total 80 orientações) o que possibilitou um acúmulo de estudos sobre a questão agrária no Mato Grosso do Sul, a partir de uma perspectiva metodológica de compromisso com os simples, como mencionado no início deste memorial, deixando como legado contribuições para a Geografia Agrária, especialmente em Mato Grosso do Sul; contribuí também para a qualificação profissional de muitos geógrafos.

Os eventos organizados possibilitaram a criação de espaços de diálogo, aprendizado, debates e interlocução entre a comunidade geográfica e a de áreas afins, particularmente alunos do curso de Geografia que não têm disponibilidade de participar de eventos em outras

universidades, especialmente, os de fora do estado. Tais eventos auxiliaram também no processo de formação e de cumprimento das atividades complementares exigidas no projeto pedagógico.

As palestras ministradas, bem como a coordenação de mesas redondas, grupos de trabalho em eventos locais, regionais e nacionais, foram momentos que possibilitaram a socialização do conhecimento, assim como a divulgação e a consolidação do curso de Geografia da UFGD.

A disponibilidade e a emissão de pareceres envolvendo artigos de periódicos, livros, anais de eventos, planos de trabalho de INIC são ações que têm permitido o movimento e a continuidade da vida acadêmica, da mesma forma que minha participação em bancas de defesa de monografia, especialização, mestrado e doutorado; além do próprio aprendizado coletivo que se coloca nesses momentos.

Sublinho que todas essas atividades não devem ser pensadas como ações unicamente individuais, mas coletivas e formadoras de profissionais mais qualificados, que hoje atuam no mercado de trabalho, inclusive, em outras universidades.

O fato de ter relatado alguns problemas pessoais pode, aparentemente, não ter sido necessário, já que o texto é parte de um memorial sobre trajetória acadêmica. No entanto, creio que o apontamento de algumas questões seja importante, não somente para contextualizar essa trajetória, reflexo do *ser inteiro*, mas também porque nos faz refletir sobre debates que ainda se fazem necessários na academia, no que diz respeito às condições de trabalho, às questões de gênero e ao papel e à importância da educação pública.

Existe uma questão que atinge somente as mulheres que se propõem a seguir a carreira acadêmica, ou seja, a de mediar a relação entre maternidade e qualificação profissional. Sei o quanto a maternidade nos afeta profissionalmente. Não por acaso, a maioria dos professores das séries iniciais são mulheres e, à medida que avança a qualificação, as mulheres vão ficando para trás e os homens se sobressaem. Essa relação entre corpo feminino e trabalho faz com que as mulheres vivam e sofram, privadamente, essas contradições, produzidas e ocultadas socialmente.

Como se pôde observar neste memorial, as escolas e as universidades públicas foram fundamentais na minha trajetória acadêmica. Sou uma das demonstrações da importância da educação pública e gratuita e é com ela que mantenho minha coerência e compromisso.

Reafirmo que, nesse caminho, o trabalho coletivo foi fundamental e destaco o engajamento dos professores do curso de Geografia, particularmente o dos professores do

antigo CEUD, cujas lutas possibilitaram ao curso ser o que é hoje, e dos colegas de hoje, que permitem a continuidade e a dinâmica do curso. Nessa trajetória, alguns professores, não apenas os do curso de Geografia, tornaram-se mais que colegas de trabalho, tornaram-se amigos/as e companheiros/as de vida e de lutas. Alguns se aposentaram. Outros partiram. A todos(as), meu carinho e agradecimento por terem partilhado comigo essa trajetória.

Enfim, somos esse coletivo, que permite grandes saltos qualitativos, quando se caminha e se reconhece na coletividade. E assim fomos nos fazendo no caminho, com imperfeições, erros e acertos, mas, sempre, com os simples.

Dourados-MS, 31 de maio de 2023.

Referências

AGB-SEÇÃO DOURADOS. AGB-seção Dourados: memória e história de um processo de construção coletiva. *In: Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB, 2004. Ano 20, v. 1, n. 22. jan./jul. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/502/471>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ANJOS, Flávia Camila Dias dos. **O território: disputa entre indígenas e produtores no município de Douradina/MS**. 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD.

BASTOS, Tayaná Carolini Felizardo. **A questão indígena no contexto das disputas territoriais em Mato Grosso do Sul**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados.

BATARCE, A. P. A.; MIZUSAKI, M. Y. **Processos de des-re-territorialização: o acampamento Apyka'y em Dourados-MS, Brasil**. *In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2017, Curitiba. Geografia das redes de mobilização social na América Latina: resistências e rebeldia desde baixo nos territórios de vida, 2017. p. 1-20.

CAIMAR, Nayara Souza. **O papel da mulher e da criança indígenas na reprodução da existência Kaiowá na reserva indígena de Dourados-MS**. 2009. Iniciação Científica. (Graduando em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CAIMAR, Nayara Souza. **Territorialidade guarani: a Associação de Mulheres Indígenas da Aldeia Jaguapiru, no município de Dourados-MS**. 2010. Iniciação Científica. (Graduando em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CAIMAR, N. S.; MIZUSAKI, M. Y. **O papel da mulher e da criança indígenas na reprodução da existência Kaiowá: o caso da Reserva Indígena de Dourados-MS**. *In: ENEPE - Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão*, 2010, Dourados. 4º Encontro de Iniciação Científica. Dourados: Editora UFGD, 2010. p. 1-11.

CAMATA, Estela; MIZUSAKI, M. Y. **A territorialidade camponesa no assentamento Lagoa Grande, município de Dourados-MS: caminhos e lutas pela permanência na terra.** *In:* 5º Encontro de Iniciação Científica, 2011, Dourados. ENEPE - Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. Dourados: Editora UFGD, 2011. p. 1-20.

CASANOVA, Pablo Gonzales. **Las nuevas ciencias y las humanidades.** De la academia a la política. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

CLEVE, J.; MIZUSAKI, M. Y. **A experiência de luta e permanência na terra no assentamento Retirada da Laguna, município de Guia Lopes da Laguna-MS.** *In:* XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012, Belo Horizonte. Entre escalas, poderes, ações, geografias. Rio de Janeiro: AGB, 2012. p. 01-07.

COCA, A. L.; MIZUSAKI, M. Y. **A geografia da fome na luta pela terra: um estudo no acampamento Antonio Irmão, município de itaquiraí-MS.** *In:* Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2012, Dourados. Economia verde, sustentabilidade e erradicação da pobreza. Dourados: UFGD, 2012. p. 1-13.

CORRÊA, A. S.; MIZUSAKI, M. Y. **Transformações na estrutura produtiva em Mato Grosso do Sul: um estudo sobre a agricultura canavieira.** *In:* XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008, São Paulo. O espaço não pára: por uma AGB em movimento. São Paulo: AGB, 2008. p. 1-11.

CORRÊA, A. S.; MIZUSAKI, M. Y. **Novos arranjos territoriais: a expansão das agroindústrias no município de Dourados.** *In:* II Encontro de Iniciação Científica da UFGD/UEMS e I Encontro da Pós-graduação, 2008, Dourados. Pesquisa discente: da Iniciação à Pós-graduação, 2008. p. 1-11.

FERRARI, C. A.; MIZUSAKI, M. Y. **Expansão do capital e apropriação territorial na fronteira BrasilParaguai: considerações a partir da análise da situação dos brasiguaios.** *In:* Jacira Helena do Valle Pereira. (Org.). Migração e integração: resultado de pesquisas em Mato Grosso do Sul. 1ed.Dourados: Editora UFGD, 2012, p. 61-74.

FORNET-BETANCOURT, Raul. Palestra proferida em 14 de maio de 2019, na Universidad de Loyola, Sevilha.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

LEDUINO, D.; MIZUSAKI, M. Y. **Diagnóstico sócioeconômico da produção familiar no Assentamento Itamarati I, Mato Grosso do Sul.** *In:* ENEPE - Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2010, Dourados. 4º Encontro de Iniciação Científica. Dourados: Editora UFGD, 2010. p. 1-14.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio.** Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LOWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América latina. *In:* **Revista de Cultura e Política.** São Paulo: CEDEC, 1989. P. 5-21.

MARTINS, José de Souza. **Sociabilidade do homem simples.** São Paulo: Hucitec, 2000.

MARUCHI, Leonardo Calixto. **A participação indígena no comércio de Amambai-MS.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal da Grande Dourados.

MELO, T. S.; MIZUSAKI, M. Y. **Considerações sobre a questão agrária no município de Ivinhema.** *In:* Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2012. Economia verde, sustentabilidade e erradicação da pobreza. Dourados: UFGD, 2012. p. 1-20.

MELO, T. S.; MIZUSAKI, M. Y. **Da terra prometida ao cativeiro da terra: formação do espaço agrário de Ivinhema.** *In:* VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória. A AGB e a geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. Vitória: AGB, 2014. p. 01-11.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **A territorialização da avicultura em Mato Grosso do Sul: o caso COOAGRI.** Presidente Prudente/SP: FCT/UNESP, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNESP.

MIZUSAKI, M. Y. **O campo em Mato Grosso do Sul: as transformações decorrentes da atividade avícola.** *In:* XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000, Florianópolis. Os outros 500 na formação do território brasileiro. Florianópolis: Indústria Gráfica Ltda, 2000. v. 1. p. 384-385.

MIZUSAKI, M. Y. **Monopolização do território pelo capital e competitividade em Mato Grosso do Sul: o caso da avicultura.** *In:* 8º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2001, Santiago. Las oportunidades y desafíos del siglo XXI para la geografía latinoamericana. Santiago: Universidade de Chile, 2001. v. I. p. 61-69.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul.** São Paulo: USP, 2003. 432 f. Tese (doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MIZUSAKI, M. Y. **As relações de trabalho na avicultura em Mato Grosso do Sul.** *In:* II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2005, Presidente Prudente. Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas, 2005. p. 1-10.

MIZUSAKI, M. Y. **A renda da terra no agronegócio: a avicultura em Mato Grosso do Sul.** *In:* X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, SÃO PAULO. Por uma Geografia latino-Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2005. p. 9639-9664.

MIZUSAKI, M. Y. **As relações de trabalho na avicultura em Mato Grosso do Sul.** *In:* II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2005, Presidente Prudente. Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas, 2005. p. 1-10.

MIZUSAKI, M. Y. **A reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul.** *In:* XIV Encontro sul mato-grossense de geógrafos, 2006, Três Lagoas. Produção e uso do território e novas tecnologias do conhecimento geográfico, 2006.

MIZUSAKI, M. Y. **Diferenciação e mobilidade socioterritorial na avicultura em Mato Grosso do Sul.** *In:* XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2006, Rio de Janeiro. Perspectivas teórico-metodológicas da Geografia Agrária. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, 2006. v. 1. p. 1-26.

MIZUSAKI, M. Y. Reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul. **Geosul** (UFSC), v. 22, p. 135-154, 2007.

MIZUSAKI, M. Y. Diferenciação e mobilidade socioterritorial do campesinato: o caso da avicultura de corte em Mato Grosso do Sul. *In:* Rosemeire Aparecida de Almeida. (org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 323-347.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura.** 1. ed. Dourados: EDUFGD, 2009. 354 p.

MIZUSAKI, M. Y. Atividades produtivas no campo: contribuição aos estudos de geografia agrária. *In*: OLIVEIRA NETO, A.F.; BATISTA, L.C. (org.). **Espaço e natureza: a produção do espaço sul-matrossense**. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2009, p. 161-181.

MIZUSAKI, M. Y. Mercado da terra e diferentes formas de apropriação territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio Cesar; MARAFON, Gláucio José. (org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 247-259.

MIZUSAKI, M. Y. Questão agrária e disputas territoriais em Mato Grosso do Sul: novos conteúdos, velhas práticas. *In*: ARAÚJO, A. P.; VARGAS, I.A. (org.). **Dinâmicas do rural contemporâneo**. 1. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2014, p. 89-107.

MIZUSAKI, M. Y. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando 'novos' personagens entram em cena. **REVISTA NERA** (UNESP), v. 20, p. 39-59, 2017.

MIZUSAKI, M. Y.; SANTOS, S. M. M. Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: lutas e conflitos territoriais. *In*: PEREIRA, A. P. C.; BARBOSA, J. M.; SOUZA, S. C.; KUERTEN, S. (org.). **Geografia e suas linguagens: a construção de novas leituras sobre o espaço regional sul-mato-grossense**. 1. ed. Campo Grande: Life Editora, 2018, v. 3, p. 43-54.

MIZUSAKI, M. Y. Lutas, (re)existências e direitos humanos: o movimento jornalero em Andaluzia, Espanha. **Revista Produção Acadêmica**, v. 5, p. 2-22, 2019.

MIZUSAKI, M. Y. **Processos de des-re-territorialização em contextos de migração internacional**: considerações sobre migrantes indígenas em Andaluzia, Espanha, a partir da perspectiva do trabalho e dos direitos humanos. *In*: IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2019, Recife. Para além das cercas que nos cegam: as naturezas das r-existências no capô na América Latina. Recife: UFPE, 2019. p. 1-10.

MIZUSAKI, Márcia Yukari, SOUZA, José Gilberto de. O campo brasileiro e a destituição de direitos: impasses dos trabalhadores, trabalhadoras e movimentos de luta pela terra/território frente ao ultraliberalismo. *In*: **Caderno Prudentino de Geografia**. Dossiê temático "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência", n. 42, v. 4, p. 390-416, 2020.

MIZUSAKI, M. Y. **Marinaleda e o movimento jornalero em Andaluzía, Espanha**. Campo.Terrítório, v. 15, p. 418-446, 2020.

MIZUSAKI, Márcia Yukari; ROMA, Cláudia Marques; VIEIRA, Alexandre Bergamin. (org.). **Questão agraria e práxis social no século XXI**. Curitiba-PR: CRV, 2021.

MIZUSAKI, M. Y.; SOUZA, J. G. 'Del tiepo del desparramiento (ñemosarambipa) al tiempo del derecho': re-existencias en la dinámica del territorio Guani y Kaiowá en Mato Grosso do Sul, Brasil. **Alternativa. Revista de Estudios Rurales**, v. 6, p. 127-154, 2020.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (a renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988). **GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF, 2000. Ano II, n. 3. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/13373-52721-1-PB.pdf.

NOGUEIRA, Juliana Tosati. **Fronteiriços**: diferentes territorialidades no Assentamento Itamarati I - MS. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados.

PESSOA, Fernando. **Novas Poesias Inéditas** (Direção, recolha e notas de Maria do Rosário Marques Sabino e Adelaide Maria Monteiro Sereno.) Lisboa: Ática, 1973 (4. ed. 1993). Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/280>. Acesso em: 01 fev. 2019.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1983. Tradução de: Pour une géographie du pouvoir. Paris: LITEC, 1980. 269p. Tradução de Maria Cecília França.
- RODRIGUES, Cleiton Aguiar dos Santos. **Considerações sobre a questão indígena no município de Amambai-MS**. 2013. Iniciação Científica. (Graduando em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados.
- SANTANA JUNIOR, Jaime Ribeiro de. **Os guarani e sua relação com o território: um estudo de caso na Aldeia Bororó no município de Dourados-MS**. 2006. Iniciação Científica. (Graduando em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados.
- SANTOS, Delmira Alves dos. **Terra e trabalho Kaiowá: a aldeia Panambizinho no município de Dourados**. 2000. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- SANTOS, D. A. dos, SILVA, E. F. da, LUNA, I. F. **Os guarani-kaiowá da aldeia Panambizinho no município de Dourados - MS e a luta pela terra**. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orientadora: Márcia Yukari Mizusaki.
- SANTOS, S. M. M., MIZUSAKI, M. Y. Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: lutas e conflitos territoriais. In: PEREIRA, A. P. C.; BARBOSA, J. M.; SOUZA, S. C.; KUERTEN, S. (org.). **Geografia e suas linguagens: a construção de novas leituras sobre o espaço regional sul-mato-grossense**. 1. ed. Campo Grande: Life Editora, 2018, v. 3, p. 43-54.
- SANTOS, S. M. M.; MIZUSAKI, M. Y. **Apropriação territorial do sul do Mato Grosso do Sul e desterritorialização indígena: uma discussão introdutória**. In: IV Seminário Internacional dos Espaços de Fronteira, 2017, Dourados. Por fronteiras do encontro. Por encontros na fronteira, 2017. p. 1-13.
- SILVA, K. M. da. **Pindo roky e Guyraroka: faces da territorialidade Guarani e Kaiowá no município de Caarapó-MS**. 2015. Iniciação Científica. (Graduando em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD.
- SILVA, F. F.; MIZUSAKI, M. Y. **Caracterização e análise da unidade familiar de produção na antiga área de colonização da CAND: o exemplo do Distrito de Indápolis, no município de Dourados-MS**. In: II Encontro de Iniciação Científica UFGD/UEMS e I Encontro de Pós-graduação, 2008, Dourados. Pesquisa discente: da Iniciação à Pós-graduação, 2008. p. 1-20.
- SILVA, S. P. **Reza-canto-dança (Nhemboe), retomada e roça (Kokwe): geografias das insurgências Kaiowá e Guarani**. 2022. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados.
- SOARES, Maria Cristina Soares. **Políticas públicas no campo: o sistema de irrigação no distrito de Santa Terezinha, do município de Itaporã/MS**. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- SOUZA, J. G.; MIZUSAKI, M. Y. A (re)conquista do Estado: antipolítica, agronegócio e genocídio no Brasil. **OKARA: GEOGRAFIA EM DEBATE (UFPB)**, v. 12, p. 507-532, 2018.
- SOUZA, J. G.; MIZUSAKI, M. Y. As retomadas (tekoharã) e o enfrentamento da lógica de financeirização do território. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 26, p. 1-22, 2022.

REFLEXÕES SOBRE TRAJETÓRIA ACADÊMICA E A CONSTRUÇÃO DO OLHAR GEOGRÁFICO

Edvaldo Cesar Moretti

“Según el planteamiento dialéctico, que aquí forma parte consustancial del pensamiento, la verdad (si es que hay verdad) no se encuentra al principio sino al final del trayecto. No se comienza ni por evidencias ni por axiomas sino por proposiciones en sentido amplio. La distinción misma entre lo verdadero y lo falso no se plantea al principio. El pensamiento avanza, descubre al andar y se descubre al avanzar. El incipit tiene algo arbitrario. Lo importante es comenzar.”

(Lefebvre, 1983)

As reflexões apresentadas neste texto são atualizações dos relatos e ideias registradas no memorial apresentado em 2017 como exigência para promoção à classe de Professor Titular na Universidade Federal da Grande Dourados. Diferente do memorial, aqui faço recorte específico da construção do olhar geográfico que construí ao longo do tempo sobre determinados processos priorizados para a minha atuação acadêmica. Ressalto que parte do texto apresentado aqui foi publicado anteriormente em 2021, com inserção de atualizações e reflexões não apontadas no texto anterior²⁶⁷.

Para contextualizar o início de minha formação na área de Geografia, é relevante destacar aspectos do curso de graduação realizado. Ingressei no curso de Geografia na UNESP de Rio Claro no ano de 1981, em um período de profundo embate na sociedade brasileira rumo ao processo de democratização política e fim dos governos militares.

No período de 1981 a 1986, cursei as modalidades de bacharelado e licenciatura em Geografia, com participação fundamental da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, que nos finais dos anos 70 e início dos 80 do século XX, sofreu profundas alterações no seu interior, com alteração de estatuto, permitindo a participação de estudantes e democratizando a sua estrutura administrativa. A transformação da AGB foi um embate profundo no interior da

²⁶⁷ MORETTI, E. C. **MEMÓRIAS DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL. OS OLHARES, OS CONFLITOS E OS DESAFIOS DA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E A GEOGRAFIA** In: Os caminhos do viver e do fazer Geografia no estado de Mato Grosso do Sul. 1 ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2021, v. 1, p. 73-107.

Geografia brasileira e a participação nestes embates foi fundamental para a minha formação enquanto cidadão e geógrafo. As mudanças nos rumos políticos da entidade foram acompanhadas de profundos questionamentos dos rumos da ciência geográfica, inclusive para a Geografia produzida na UNESP/Rio Claro.

Neste período de estudante de graduação, participei de diretorias eleitas dos Centros Acadêmicos (na época Diretórios Acadêmicos, inclusive participamos da luta pelo retorno dos Centros Acadêmicos) e da diretoria da AGB, seção Rio Claro. A participação no movimento estudantil possibilitou contatos e conhecimento da Geografia brasileira e do processo de reestruturação democrática, e definiu inclusive os rumos das pesquisas que realizaria posteriormente; foi um momento acadêmico e político fundamental para a construção de minha trajetória profissional e engajamento nas correntes de análise geográfica críticas aos modelos científicos dominantes.

No final de 1981 iniciei a participação em um primeiro projeto de pesquisa, com a coordenação do Prof. José Antonio Ronchezel e com a participação de outros colegas do curso, com o tema “Condições e mercado de trabalho para o Geógrafo Profissional na região de Campinas”. O resultado deste trabalho foi apresentado no V Encontro Nacional de Geógrafos realizado em Porto Alegre/RS no ano de 1982, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. Foi também minha primeira aproximação com a AGB/nacional, e com importantes pesquisadores da Geografia brasileira.

No último ano do curso de graduação em Geografia bacharelado, 1984, realizei trabalho de monografia de conclusão de curso com orientação da professora doutora Maria Beatriz Soares Pontes (Bia), uma expoente da Geografia crítica, com profundas reflexões sobre os países pobres da África e América Latina. O trabalho de monografia teve como tema “A transformação do trabalhador rural em proletário: o volante ou bóia-fria”. Durante esta pesquisa, entrei em contato com a realidade vivida pelos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar, aprofundando o entendimento do desenvolvimento capitalista no campo e a relação entre o morar na cidade e o trabalho no campo.

Com a professora Bia, participei pela primeira vez de um grupo de estudos referentes à ciência geográfica, a temática do grupo era Geografia da América Latina. O tema do grupo constituiu em uma tentativa de rompimento e construção frente ao pensamento hegemônico que definia como importante os processos produzidos no centro do capitalismo e não nas periferias. Nesse período, estes temas, centro e periferia, eram centrais na leitura do mundo.

No ano de 1985, concomitantemente ao curso de graduação em Geografia modalidade licenciatura, participei de uma especialização em Geografia, na UNESP/Rio Claro, com o tema “As consequências espaciais e sociais da implantação do Projeto Carajás”, com orientação da Profª Drª Beatriz Maria Soares Pontes, e com bolsa do CNPq. Esse projeto permitiu um olhar sobre a realidade brasileira e o primeiro contato com o tema da valorização de elemento da natureza pelo capital.

Concomitantemente ao curso de graduação, realizei atividades profissionais relacionadas ao ensino de Geografia, ministrando aulas em escolas públicas e privadas, e, no ano 1983, fui selecionado para participar como estagiário na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na área de Planejamento Urbano, visando a elaboração do Plano Diretor do município. Esse projeto possibilitou proximidade com o planejamento estatal; foi uma experiência fundamental tanto acadêmica, no campo do planejamento, como política no sentido de realizar ações de planejamento direcionadas para as camadas mais pobres da população, com o objetivo de mitigar problemas sociais.

Formado, retornei a atuar na prefeitura de Rio Claro em 1985, até 1986. Neste novo período na Prefeitura de Rio Claro, agora como profissional, atuei no setor de planejamento, com a realização de trabalhos que exigiram o aprendizado de técnicas de planejamento.

Em 1986 prestei concurso para professor da rede estadual do estado de São Paulo. Fui aprovado e escolhi uma escola no município de Getulina, interior de São Paulo. Em 1987 passei a residir na cidade de Lins/SP. Ministrei aulas como professor efetivo em Getulina no primeiro e segundo graus período matutino e noturno e, na cidade de Lins, no curso de Geografia da Faculdade Auxilium de Filosofia Ciências e Letras, ministrei as disciplinas: Introdução a Filosofia; Métodos e técnicas de pesquisa; Geografia Humana; Geografia Física: recursos hídricos. A variedade de disciplinas ministradas era comum nas faculdades privadas pouco preocupadas com a qualidade da formação, mas particularmente proporcionou a possibilidade de trabalhar na perspectiva da unidade da Geografia, articulando o pensar sobre a sociedade e a natureza.

Foi tempo de aprender a ser professor e de militância. Participei da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) de Lins, sendo eleito para a diretoria da entidade, participando da construção de greves históricas, como a de 1988, que paralisou durante meses as escolas do estado de São Paulo. Também nesse período participamos da vida política partidária na cidade de Lins, com intensas atividades de organização política. O ser professor aliado com a participação política, foi fundamental para

alicerçar a ideia da necessidade de evitar e construir estratégias para superar o distanciamento entre as práticas acadêmicas e a luta social.

No ano de 1989 fui convocado para assumir concurso para docente que prestei na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; a vaga existente era para atuar em Corumbá, no Departamento de Ciências Ambientais (DAM) curso de Geografia.

O momento histórico que ingresso como docente efetivo no ensino superior foi marcado pelo acirramento do debate sobre a chamada “crise ambiental” e as propostas e estratégias possíveis para superação dos problemas advindos da produção de mercadorias. O lugar onde iria atuar, o Pantanal, e a universidade em que ingressei, UFMS/CEUC/ Departamento de Ciências Ambientais, composta pelos cursos de Geografia e Biologia, aglutinava, em seu interior, pessoas com diferentes perspectivas de natureza, algumas pensando e atuando a partir da premissa de natureza fragmentada e quantificada, outras pensando a natureza enquanto produção social e participante do processo de reprodução do capital. A experiência vivenciada anteriormente, aliando o “ser professor” com a atuação política, foi fundamental para compreender a necessidade de diálogo com as gentes pantaneiras e construir o olhar sobre aquela realidade.

As diferentes formas de compreender a natureza e a sociedade permitiu minha participação em debates e ações concretas dentro da acadêmica e fora dela, nas lutas políticas que inseriam o Pantanal como espaço de reflexão sobre desenvolvimento e conservação, sobre apropriação da natureza por assentados rurais e por empresas mineradoras, apropriação dos rios pelo ribeirinho, pelo isqueiro²⁶⁸, pelo pescador e pelas empresas turísticas. Foi nesse turbilhão que comecei a minha vida profissional na universidade.

Foi tempo de embates, espaços de conflitos que possibilitaram, a partir do histórico até então vivenciado, construir ações de ensino, pesquisa e extensão estruturados a partir da leitura crítica sobre a perspectiva ambiental e de sustentabilidade, que era hegemônica nas reflexões sobre a relação sociedade-natureza.

Logo percebi e compreendi que minha formação política e geográfica encaminhava para pensar o tempo e o espaço que vivenciava na perspectiva da crítica à proposta de mercantilizar a natureza e desconfiava das propostas que emergiam do processo de internalizar os problemas ambientais nos processos de reprodução do capital. Minhas reflexões e vivências com os moradores do Pantanal e com a comunidade universitária indicavam que o caminho não estava

²⁶⁸ Isqueiros são coletores de peixes comercializados para os turistas como iscas vivas para pesca.

na proposta apresentada pelo capital para superar uma crise gerada por ele e utilizada para a sua reprodução. Particpei de grupos de pesquisadores que criticavam a proposta do desenvolvimento sustentável e baseei minha ação de pesquisa e práticas políticas no sentido de demonstrar esta crítica e construir caminhos alternativos a esta proposta e sua falácia enquanto perspectiva de sociedade.

Esse tempo e lugar, direcionaram a escolha do recorte analítico que defino como central em minha trajetória como pesquisador. Direciono a leitura geográfica de mundo, que materializo nos temas de pesquisas e nas disciplinas que ministro, na perspectiva crítica do “mundo da sustentabilidade”, mundo esse produzido no processo de passagem do valor de uso da natureza para o valor de troca. Procuo compreender a geografia produzida no processo de pilhagem e apropriação da natureza pelas modernas formas do capital. Especificamente, procuro compreender os processos de transformação da natureza em ambiente, a radicalização do entendimento da natureza enquanto física e sua apropriação social como recurso, a despolitização das análises sobre a natureza e o uso da ideia de conservação como estratégia para desapropriação de parcelas da sociedade de seus lugares e a destruição de suas práticas sócio ambientais. A proposta de reflexão é um contraponto à produção de territórios excludentes em nome da conservação.

Nesse contexto, desenvolvi minha primeira pesquisa como professor universitário, iniciada em 1991 e concluída em 1994, com o título *Contribuição ao zoneamento socioambiental da área urbana de Corumbá*, em conjunto com docentes do curso de Biologia. A proposta tinha como lugar de pesquisa dois morros localizados na área urbana de Corumbá ocupados para moradia por parcela da população trabalhadora pobre da cidade, migrantes do campo e de outras cidades, que encontram no morro a única possibilidade de morar. Essa pesquisa gerou minha primeira publicação acadêmica: *Estudo de ocupação humana em área de morraria, Corumbá – MS*, publicada (p. 745-755) nos anais do III Encontro Nacional de estudos sobre meio ambiente, de 1991, em Londrina-PR.

Nos anos de 1990 e 1991 orientei minhas duas primeiras iniciações científicas no curso de graduação em Geografia; uma relativa à implantação de Assentamento Rural em Corumbá e outra referente ao ambiente urbano em Corumbá. No ano de 1992 orientei o primeiro trabalho de conclusão de curso, no curso de Geografia, na área de agrária, especificamente sobre a implantação do Assentamento Taquaral em Corumbá.

A partir da pesquisa, das aulas ministradas no curso de Geografia, das orientações, participação em eventos e de debates na academia e fora dela, construí a minha linha de pesquisa,

cuja atuação permeia minhas reflexões até o momento: relação sociedade-natureza e produção do lugar. Esse tema geral incorpora temáticas específicas de pesquisa, orientação, e disciplinas, mas a centralidade analítica permanece a mesma, e busca pensar o real na perspectiva do olhar geográfico.

Nos eventos científicos que participei, apresentei e discuti as reflexões que realizei sobre as relações sociedade-natureza no urbano em Corumbá, encontrei a Dra. Arlete Moyses Rodrigues, docente da UNICAMP e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente. Naquele momento ela desenvolvia uma profunda crítica ao chamado desenvolvimento sustentável, e produziu tese de doutorado sobre mercadorias indesejadas (lixo) e o urbano, apontando caminhos metodológicos para a análise do chamado ambiente urbano. Desse encontro e do diálogo com a Prof^a Arlete, desenvolvi projeto de mestrado com a sua orientação, e ingressei no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente no ano de 1993, com o título “Problemática Ambiental no Urbano: análise da ocupação do espaço e sua relação com a natureza no Pantanal (Corumbá)”.

Durante o mestrado, avancei na reflexão sobre a relação sociedade-natureza, especificamente em área urbana. O curso e orientação possibilitou acesso à bibliografia fundamental para a compreensão do processo de construção da relação sociedade-natureza. Nesse período, refleti e defini um arcabouço teórico e metodológico de leitura crítica do fenômeno hegemonicamente definido como crise ambiental.

No mestrado, percebi e encaminhei a reflexão do significado da crise ambiental, compreendendo-a como inserida na crise geral dos paradigmas que conformam o mundo ocidental moderno, fazendo parte do processo de mercantilização dos elementos da natureza.

A construção desta leitura dentro da Geografia permitiu avançar em relação à análise do real e na capacitação para futuras ações na universidade. As pesquisas de campo em Corumbá apontaram para a presença da atividade turística como importante na configuração do lugar Pantanal. Parcela significativa de trabalhadores da cidade de Corumbá passavam, no período, por profundas transformações no mundo do trabalho relacionadas às mudanças na atividade turística. As mudanças foram percebidas durante os trabalhos de campo em diálogos com os trabalhadores da pesca.

Após a conclusão do mestrado, participei de dois projetos de pesquisas no Centro Universitário de Corumbá, UFMS. O primeiro deles com o título “Forte Coimbra: um contexto histórico ambiental”, projeto multidisciplinar, contando com equipe de pesquisadores da

UFMS, Campus de Corumbá. Atuei no projeto como coordenador do levantamento socioeconômico no Forte Coimbra.

O outro projeto de pesquisa que participei ainda como mestre, foi o “Vitória Régia”, um projeto formado pelos docentes do curso de Geografia do CEUC/UFMS, com o objetivo de realizar a análise socioeconômica e ambiental da Codrasa - Baía Negra, no Pantanal. Nesse projeto, atuei como coordenador do levantamento socioambiental junto aos moradores do entorno da Codrasa - Baía Negra.

No período de 1997 a 1999, participei como docente do curso de especialização *Estudos ambientais em micro bacias hidrográficas*, ofertado no Centro Universitário de Corumbá/UFMS. Nesse curso ministrei a disciplina “Relação sociedade-natureza”, com carga horária de 30 horas. Orientei dois (2) acadêmicos que desenvolveram duas monografias já voltadas para um tema que comecei a pesquisar e que posteriormente seria inserido em minhas reflexões acadêmicas:

- O turismo pesqueiro no ambiente pantaneiro (Corumbá-MS);
- Desenvolvimento do Ecoturismo no pantanal. Um estudo de caso no município de Corumbá.

Nesse tempo e lugar (Pantanal), comecei a elaborar o projeto de doutorado e a buscar uma inserção do olhar sobre as transformações no Pantanal relacionadas às práticas turísticas. Em 1997 ingressei no curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro, nível doutorado. No segundo semestre de 1996 construí um projeto de tese com a orientação da Doutora Arlete Moyses Rodrigues, com a proposta de analisar a produção do Pantanal a partir da construção do chamado mundo globalizado. O desafio era compreender os processos de transformações do território pantaneiro para atender às demandas do capital globalizado. Nesse momento, final da década de 90 do século XX, geógrafos de diferentes matizes teóricas e temáticas pesquisavam e refletiam sobre o processo de globalização e a transformação dos lugares. Vivendo no Pantanal e instigado por compreender os conflitos experimentados pelas gentes pantaneiras, defini por centrar a análise na dinâmica geográfica trazida pela prática do turismo e a imposição de significados de natureza que causavam estranhamento e promoviam novas formas de relação entre as gentes pantaneiras.

O recorte – turismo – possibilitou compreender fenômenos globais, como o aumento da velocidade da comunicação e da informação, transformações nas culturas locais, mudanças no mundo do trabalho. A centralidade da análise estava na inserção de um lugar caracterizado e olhado como possuidor de um “tempo lento” e sua transformação, ao se inserir no processo de radicalização da “aceleração do tempo”, e “diminuição das distâncias”.

Nesse contexto inclui em minhas reflexões a ideia de natureza produzida socialmente. Procurei compreender os múltiplos significados de natureza produzidos por grupos sociais diversos. Assim, foi necessário repensar as formas de pesquisar e construir metodologias que permitissem avançar na análise, superando amarras metodológicas. Foi fundamental, nesse processo, o retorno à leitura dos autores clássicos que sistematizaram o conhecimento geográfico, e à releitura de textos marxistas para entendimento da sociedade e construção de metodologias de análise.

Durante o período do doutorado, dois fatos foram marcantes e provocaram mudanças em minha trajetória acadêmica e profissional. O primeiro ocorreu no ano de 1998, quando fui convidado para integrar o Fórum Permanente de Educação Ambiental da UFMS; o segundo, em 1999, se deu quando participei da construção do Grupo Temático de Turismo da UFMS. Foram duas ações fundamentais porque permitiram a minha atuação na perspectiva dos temas que analisava, para fora do Centro Universitário de Corumbá. As atividades ocorreram com pesquisadores da UFMS de Campo Grande, de áreas como Biologia, Antropologia, Sociologia, Turismo e Educação e implicaram numa ampliação das atividades acadêmicas e em novas possibilidades de interlocução nos temas de pesquisa. Fruto da participação no Grupo Temático de Turismo, organizei e publiquei em conjunto com o colega Álvaro Banducci Junior o livro *Qual Paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal*.²⁶⁹

Mais uma vez, as relações construídas no lugar e as relações com pesquisadores interessados no processo de compreensão crítica do real, independentemente do campo disciplinar, possibilitou aprofundamentos teóricos no campo das ciências humanas.

A partir de 1999 ocorreu a transferência do Centro Universitário de Corumbá para o Departamento de Ciências Humanas do Centro Universitário de Dourados/UFMS. Em agosto de 2000, defendi a tese de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Rio Claro. A tese foi publicada em formato de livro em 2006²⁷⁰.

É importante destacar que, nesse período, especificamente em 2005, como projeto de Expansão das Universidades Federais do Governo Federal, foi criada a Universidade Federal da Grande Dourados. O lugar de trabalho passou de Centro da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, para universidade, com todos os desafios políticos e de mudanças no cotidiano

²⁶⁹ MORETTI, E. C.; BANDUCCI JUNIOR, A. *Qual Paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal*. Campo Grande - São Paulo: Editora da UFMS e Editora Chronos, 2001, v.01. p. 205.

²⁷⁰ MORETTI, E. C. *Paraíso visível e real oculto: A atividade turística no Pantanal*. Campo Grande: Editora da UFMS. 2006.

que este processo acarretou. A universidade passou de 7 para 34 cursos de graduação, 22 cursos de mestrado, e 9 de doutorado. A Geografia contava com os cursos de graduação em licenciatura e bacharelado, e de pós-graduação, mestrado e doutorado. A criação da UFGD foi fundamental para potencializar as possibilidades de inserção em projetos de pesquisa, de extensão e de ensino na graduação e pós-graduação.

A partir do ano 2000, já com o doutorado defendido e atuando em Dourados, ministrei aulas no curso de graduação em Geografia e disciplinas de núcleos comuns da universidade, com destaque para as disciplinas Biogeografia; Geografia e conservação ambiental; Geografia e estudos ambientais; Geografia do turismo; Geografia e natureza: concepções e abordagens; Sociedade, desenvolvimento e meio ambiente; Sociedade meio ambiente e sustentabilidade. Também neste período ministrei disciplinas nos cursos de Biologia e Psicologia. As disciplinas possuíam como nexos a discussão da relação sociedade-natureza e estavam de acordo com as pesquisas que realizava.

Também atuei nas disciplinas de Trabalho Orientado de Monografia I, II e III, que consistiam em orientação de monografia de conclusão de curso. Na maioria das vezes, os alunos que realizavam esta disciplina eram inseridos no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, que coordenava desde o ano de 2000; portanto, os temas das monografias estavam normalmente relacionados com os objetivos do grupo de pesquisa. Desde o ano 2000, foram realizadas 31 monografias de conclusão do curso de graduação em Geografia com a minha orientação.

Ministrar disciplinas na graduação foi o lugar e o momento de maior possibilidade de diálogos com o conjunto de pessoas inseridas no conhecimento geográfico, possibilitando um constante repensar nas práticas de ensino e mesmo de pesquisas. A partir de 2000 foi possível ministrar disciplinas associadas às reflexões derivadas das pesquisas, e essa possibilidade foi fundamental para o êxito do processo educativo fortalecendo a relação entre pesquisa e ensino. O diálogo com os alunos da graduação e da pós-graduação possibilitaram avanços na linha de pesquisa que desenvolvo desde os tempos de mestrado.

Atuando em outro lugar, na cidade de Dourados, passei a realizar ações de pesquisa na região do Planalto da Bodoquena e na região delimitada como Grande Dourados. As pesquisas estavam centralizadas no Laboratório de Pesquisas Territoriais que idealizei e implantei no ano de 2000 junto ao Centro Universitário de Dourados. O laboratório foi constituído com o intuito de ser um lugar para alojar e incentivar a realização de pesquisas na área de Geografia, especificamente para compreender a produção socioespacial do mundo moderno.

Dois grandes projetos de pesquisa com caráter multidisciplinar viabilizaram equipar o laboratório e o consolidaram nos primeiros anos de sua existência:

- O “Diagnóstico socioeconômico e energético dos municípios cortados pelo ramal gasoduto”, que se constituiu como uma pesquisa multidisciplinar em convênio entre UEMS-UFMS-Embrapa, e financiada pela FINEP. O projeto foi coordenado pela UEMS e coordenei o subprojeto Mapeamento socioeconômico. O objetivo do projeto foi realizar levantamento e análise sobre o impacto da implantação de um ramal do Gasoduto Bolívia – Brasil, passando pela região da Grande Dourados.
- Nos anos de 2000 a 2002, participei do “Plano de Desenvolvimento Regional do Mato Grosso do Sul”. Tratava-se de uma pesquisa multidisciplinar coordenada pelo Instituto de Planejamento do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, em parceria com as universidades: UFMS (CEUD), UEMS, Uniderp e UCDB e com as prefeituras dos municípios do Mato Grosso do Sul.

Estes dois projetos possibilitaram a minha inserção no planejamento governamental, incorporando novas metodologias de pesquisa, com destaque para a proposta de planejamento participativo. Estas pesquisas foram fundamentais para aproximações com as realidades diversas que compõem o Mato Grosso do Sul. E, fundamentalmente, possibilitaram refletir sobre a situação de fronteira vivenciada no estado e as possibilidades de pesquisas nesta área.

No ano de 2017, o laboratório passou a integrar o Núcleo de Estudos Estratégicos - Fronteiras (NEEF), que passou a ter sua sede no prédio do NEEF localizado na Unidade II da UFGD. Além de possuir um espaço físico maior, esta nova localização inseriu o LAPET em uma estrutura de pesquisa integrada com outros laboratórios das ciências humanas da UFGD. Deixei a coordenação do LAPET no ano 2020, completando, assim, 20 anos de implantação e coordenação do laboratório.

Outra estrutura acadêmica fundamental para a produção de conhecimento nas ciências humanas, na perspectiva da análise geográfica da relação sociedade-natureza, foi a participação e coordenação de grupos de pesquisas.

Desde o ano de 2000 coordeno o Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), associado ao Laboratório de Pesquisas Territoriais e registrado no CNPq. A criação e coordenação do GTA é a síntese da minha trajetória acadêmica, pois nele ocorrem as realizações e produtos que são frutos de cada momento e do conjunto de reflexões que tenho encaminhado durante a minha trajetória acadêmica. A sua implantação foi resultado da necessidade de agregar, de forma orgânica, pessoas para a reflexão das questões priorizadas nas pesquisas e orientações. É um desafio relatar, de forma sintetizada, as atividades e, ao mesmo tempo, que reflitam a importância do grupo de pesquisa em minha formação enquanto educador e pesquisador.

A construção do GTA foi fruto do meu entendimento de universidade construído desde minha formação inicial na graduação, passando pelas participações em lutas políticas dentro e fora da universidade, pelos momentos de capacitação (pós-graduação) e na convivência com docentes e discentes. Essa trajetória construiu a ideia da produção acadêmica e científica como um projeto coletivo. Os avanços da reflexão ocorreram com as trocas de conhecimentos e isto somente é possível no campo coletivo, com todas as dificuldades que esta forma de produzir acarreta.

O grupo de pesquisa tem como prática a realização de reuniões entre seus membros de forma corriqueira. Nestas reuniões são realizadas discussões sobre os projetos individuais, estudos de material bibliográfico e são propostas e definidas as atividades encampadas pelo coletivo do grupo.

Os membros do GTA realizam publicações individuais e coletivas, organizam essas publicações por temas de pesquisa ou mesmo como resultado de pesquisas individuais. No ano de comemoração dos 20 anos do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, o grupo publicou o livro *Olhares Geográficos. Produção social da natureza*²⁷¹, com resultados de pesquisas realizadas nos anos anteriores. Essa publicação foi significativa para o grupo, demonstrando o seu amadurecimento acadêmico.

O vínculo com o grupo de pesquisa possibilitou concorrer por financiamento para pesquisas nos órgãos de fomento e realizar pesquisas que compõem um processo de reflexão sobre a produção da geografia a partir do olhar sobre a apropriação e significados de natureza.

O ato de pesquisar envolve a definição de metodologias para o entendimento das questões definidas como de interesse para compreensão dos significados de natureza e sua participação na produção de geografias. As metodologias utilizadas nas pesquisas que desenvolvi neste tempo foram amadurecidas e passaram por avanços importantes no processo de investigação científica.

De 2000 até 2017 participei de 20 projetos de pesquisas. Destes, em 7 participei como integrante de equipe, e nos outros 13 como coordenador do projeto de pesquisa. Do total de 20 pesquisas, a maioria, 14 projetos, contaram com financiadores externos à universidade, pelos órgãos: FINEP, CAPES, FUNDECT e CNPq.

²⁷¹ MORETTI, E. C. **Olhares Geográficos**. Produção social da natureza. Porto Alegre: Totalbooks, 2020, v. 1. 318 p.

Em todos os projetos que coordenei ou participei como colaborador, atuei como pesquisador na área de Geografia, especificamente na leitura geográfica da relação sociedade-natureza.

Em 2014 participei de um projeto que se constituiu em rede de pesquisa, junto ao Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), com sede em Cuiabá. Passei a integrar o projeto *Ciência e Sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental*. Foi um momento importante, considerando-se a participação em rede de pesquisadores na região do Pantanal, possibilitando avanços na linha de pesquisa sociedade e natureza.

Outro momento marcante na pesquisa, foi a aprovação do primeiro projeto internacional com a minha coordenação. Em 2012, elaborei projeto e constituí uma equipe de pesquisadores para concorrer ao edital da AULP/CAPES para projetos em países de língua portuguesa com a proposta *Práticas sociais e saberes de mulheres e homens e a produção do território rural no Distrito de Marracuene em Moçambique: viabilidade das alternativas produtivas no mundo da sustentabilidade*. Em 2013, o projeto foi aprovado e iniciamos as atividades de pesquisa, com pesquisadores brasileiros e moçambicanos. O projeto incluiu intercâmbio de estudantes e de pesquisadores da UFGD e da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique.

Esse projeto resultou em alguns produtos acadêmicos, entre eles:

MORETTI, EDVALDO CESAR. **A PRÁTICA DO TURISMO E A PRODUÇÃO DOS LUGARES: UM OLHAR SOBRE MACANETA - MOÇAMBIQUE**. GEO UERJ (2007), v. 1, p. 53712, 2020.

MORETTI, EDVALDO CESAR. SECÇÃO: OLHARES GEOGRÁFICOS SOBRE MOÇAMBIQUE. GEO UERJ (2007). 2020.

MORETTI, EDVALDO CESAR; CATSSOSSA, L. A. **Processos e dinâmicas geográficas no Moçambique contemporâneo**. Porto Alegre: Totalbooks, 2023, v. 1. p. 198.

No processo de internacionalização das pesquisas, em 2016, elaborei projeto de pesquisa com colegas da Universidade de Havana de Cuba, com o objetivo de analisar práticas socioambientais em dois países – Brasil e Cuba - que adotam modelos estruturantes de desenvolvimento diferentes. Os resultados foram publicados em forma de livro e artigos em revistas científicas; destes destaque:

MORETTI, E. C.; CHAVEZ, E. S. **Apropriação e mercantilização da natureza na produção de territórios turísticos**. Porto Alegre: Totalbooks, 2021, v. 1. p. 310.

MORETTI, E. C.; CHAVEZ, E. S. Las áreas protegidas y el turismo como estrategia de desarrollo en áreas cársticas tropicales - Parque Nacional Serra da Bodoquena, Brasil y Parque Nacional Viñales, Cuba. *In: Gestión Ambiental y desarrollo sustentable: experiencias comparadas*.1 ed. Navarra: Thomson Reuters/Aranzadi, 2018, v. 1, p. 165-176.

MORETTI, E. C.; CHAVEZ, E. S.; GARCIA-ROMERO, A.; CRUZ, M. A. S. L.; MENDEZ, A. Las dimensiones del paisaje como recurso turístico *In: TURISMO I PAISATGE*.1 ed. Girona: Universitat Girona, 2019, v. 1, p. 131-140.

Na trajetória da construção da linha de pesquisa em que atuo, foi fundamental o estágio de pós-doutorado que realizei em 2006-2007 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP. O pós-doutoramento permitiu repensar a linha de pesquisa, reforçando o interesse na leitura da relação sociedade-natureza, a partir das identificações e mapeamento dos conflitos sociais como campo de reflexão acadêmica sobre o processo de produção de geografias, e a participação popular na construção de resistências e de outras geografias.

As pesquisas realizadas reforçaram a linha de atuação, o olhar geográfico sobre a relação sociedade natureza, refletindo sobre os significados de natureza construídos no mundo moderno e a sua localização enquanto processo de constituição da geografia dos povos. A centralidade das pesquisas está na identificação dos conflitos nas relações sociais e como os conflitos participam do processo de constituição do significado de natureza em cada situação analisada.

No período conhecido como da pandemia do COVID-19, iniciada no ano de 2020, a atuação como pesquisador e professor sofreu profunda transformação. Formas de ensinar e de pesquisar sofreram adaptações e, mesmo, transformações, com a utilização de ferramentas de ensino e de pesquisa que já existiam, mas que não eram corriqueiras no processo de produção do conhecimento. Foi um período de reflexão sobre as práticas acadêmicas e, mesmo, sobre as metodologias de pesquisa e de socialização do conhecimento. O momento desafiou, impôs limites, mas, ao mesmo tempo, possibilitou construir novas relações, novas formas de pesquisar.

Nesse momento, retomo os estudos como o olhar geográfico sobre a prática turística. A atividade turística, assim como outras, paralisou praticamente todas as suas atividades, provocando desestruturação na atividade, com a proibição do deslocamento das pessoas. Os lugares turísticos foram impactados de forma contundente. O desafio estava posto: compreender as consequências da pandemia para o setor turístico, e como a ciência geográfica poderia contribuir, no contexto das ciências humanas, com a leitura dessa realidade.

Ingressei na rede de pesquisa “Turismo em tempos de Pandemia”, no ano de 2021. A rede era coordenada pela Professora Rita Cruz do curso de Geografia da Universidade de São Paulo, e incluía pesquisadores de praticamente todos estados brasileiros e de países como França, Portugal, Moçambique, Argentina. Fui escolhido como coordenador da rede nos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, formando a equipe de pesquisadores destes dois estados. A rede possuía, nessa primeira fase, o objetivo de identificar e analisar impactos da pandemia sob uma perspectiva multi e transescalar.

As pesquisas e as reflexões são intensas, e alguns artigos e capítulos de livros foram publicados com os primeiros resultados dos estudos. Entre as publicações vinculadas à rede de pesquisa, participei de três publicações, dois capítulos de livros e um artigo em revista científica:

MORETTI, E. C.; NOVAES, A. L.; RIBEIRO, Mara Aline; OLIVEIRA, J.; GONÇALVES, KAROLINE BATISTA Trabalho e turismo no Pantanal e na Serra da Bodoquena em tempos de pandemia *In: Apropriação e mercantilização da natureza na produção de territórios turísticos*. 1 ed. Porto Alegre: Totalbooks, 2021, v. 1, p. 288-305.

MORETTI, EDVALDO CESAR; NOVAES, A. L.; OLIVEIRA, J.; GONCALVES, K. B.; RIBEIRO, Mara Aline Turismo e a pandemia de Covid-19 no Mato Grosso do Sul. *In: Turismo em tempos de Covid-19*. 1. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2021, p. 71-78.

SIMONETTI, S. R.; BOTELHO, E. S.; MORETTI, E. C. Impactos da pandemia de Covid-19 no fluxo e práticas de visitação em parques nacionais no Brasil. **CONFINS** (PARIS), v. 56, 2022.

Em 2023, com a consolidação do grupo de pesquisa, foi consensuado entre seus membros a necessidade de ampliar os objetivos e metas das investigações, para tanto o tema e o título da rede, que passou a ser *Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais Contemporâneas*.

Nessa nova fase, coordenei o Grupo de Trabalho Turismo, natureza e comunidades, reforçando a temática que desenvolvo desde o início de minha trajetória nas ciências humanas, voltada para a reflexão dos processos e fenômenos relacionados à natureza e sociedade.

A participação na rede de pesquisa potencializou contatos com pesquisadores que atuavam em diferentes pontos do território nacional e em diferentes países, proporcionando a troca de experiências temáticas, metodológicas, e o conhecimento sobre a diversidade dos processos de produção de lugares turísticos.

Não poderia deixar de destacar que o ato de pesquisar está associado, na academia, aos projetos de extensão. Portanto, derivadas das ações de pesquisa que realizei na universidade, desenvolvi ações de extensão relacionadas, de alguma forma, com resultados ou reflexões

oriundas das atividades de pesquisador junto ao Grupo de Pesquisa Território e Ambiente. São, portanto, construções coletivas que fazem parte do processo de divulgação científica e de aproximação com as comunidades que temos contato no ato da pesquisa.

Os projetos de extensão foram desenvolvidos no sentido de realizar práticas junto aos assentamentos rurais e comunidade em geral, com participação dos membros do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, discentes de graduação e pós-graduação e docentes.

Os projetos permitiram aproximações com as comunidades e resultaram em produtos, textos e apostilas didáticas resultantes de dados das pesquisas que foram sistematizados em pequenos textos de apoio às atividades de extensão desenvolvidas nos assentamentos rurais. Destes produtos acadêmicos destaco um capítulo de livro, publicado em 2015: MORETTI, E. C.; FARIAS, M. L. de. **Incubadora de tecnologias sócias e solidárias da UFGD: diálogos entre economia solidária e turismo comunitário**. In: Empreendimentos econômicos solidários e a relação com a cadeia produtiva do turismo nas regiões da Serra da Bodoquena e do Pantanal. Campo Grande: UFMS. 2015, p. 173-188.

Os projetos de extensão realizados estavam vinculados aos temas de pesquisas com a participação de grupos de pesquisadores. A extensão teve papel fundamental como possibilidade de diálogos no interior da universidade com outros grupos de pesquisadores, e fora da universidade, dialogando com sujeitos e coletivos participantes de processos relacionados aos temas das pesquisas.

Outra atividade que formou a unidade acadêmica e possibilitou a produção do conhecimento foi a orientação de pessoas nos diferentes níveis de formação. As orientações estavam diretamente associadas ao grupo de pesquisa, cada membro, nos diferentes graus de orientação, participou da construção do GTA.

Foram realizadas orientações de monografias de conclusão de cursos, iniciação científica (com bolsas e voluntárias), dissertações, teses e como supervisor de estágios de pós-doutoramento. A partir de 2000, portanto em um período de 23 anos, concluí 31 orientações de conclusão de curso de graduação; 11 orientações em cursos de aperfeiçoamento e especialização; 42 iniciações científicas; 25 dissertações de mestrado; 11 teses de doutorado e duas supervisões de pós-doutoramento.

As orientações na pós-graduação foram realizadas a partir da participação em quatro programas de pós-graduação: Geografia da UFMS (encerrado quando da criação da UFGD);

Agronegócio da UFGD (participação encerrada em 2016); Geografia da UNICAMP e Geografia da UFGD.

O processo de orientação foi construído paulatinamente associado à realização dos projetos de pesquisa e participação nos cursos de pós-graduação. Procurei inserir as orientações nas atividades do grupo de pesquisa estabelecendo um vínculo acadêmico entre os orientandos dos diferentes níveis de ensino, com o objetivo de construir um processo de aprendizagem coletivo a partir de intensões de pesquisas. Avaliei que esta forma de atuação possibilitou o fortalecimento da linha de pesquisa e da capacidade de produção do conhecimento.

A coordenação e a participação em projetos de pesquisa e as orientações resultaram em publicações em diferentes meios de divulgação científica, publicação em anais de eventos, em livros, e em periódicos científicos. As participações nos programas de pós-graduação qualificaram as pesquisas e impuseram a obrigação de construir caminhos para publicação.

Em periódicos até o ano de 2023, publiquei 37 artigos; destes quatro foram em revistas internacionais. Publiquei ainda 28 capítulos de livros, e participei da organização de 11 livros.

Associada às atividades acadêmicas, compreendo como fundamental para a minha caminhada na ciência geográfica, a participação nas diretorias das duas maiores e mais importantes associações da Geografia brasileira.

Na AGB participo desde o ingresso como estudante no curso de graduação, em 1981. Foi nesta associação que, ao longo de todos estes anos, procurei atuar de forma constante, com intervalos de ausências provocados por momentos pessoais e políticos da entidade.

De maneira formal, participei como integrante das diretorias de seções locais da AGB em Rio Claro, em Corumbá e em Dourados. Participei como integrante das comissões organizadoras de eventos locais e nacionais da AGB (Encontros Nacionais de Geografia – ENG e Encontro Nacional dos Professores de Geografia – Fala Professor).

Em 2006, no encontro nacional realizado em Rio Branco, no Acre, fui eleito presidente da AGB. Sem dúvida, foi um momento importante em minha trajetória. No decorrer do mandato de dois anos, 2006 – 2008, participei de reuniões em diferentes locais do Brasil, contribuindo com a construção da AGB e efetivando diálogos relevantes com a comunidade geográfica brasileira.

No ano de 2007, já como presidente da entidade, coordenei a organização do Fala Professor, evento nacional da AGB, com o objetivo de refletir sobre o ensino de Geografia, que

aconteceu na cidade de Uberlândia. Já no ano de 2008, coordenei o Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiros realizado na Universidade de São Paulo, que contou com 5 mil inscritos. Considero a organização destes eventos momentos importantes de minha trajetória na Geografia, pois foi possível participar de debates sobre a constituição da Geografia brasileira naquele momento e os caminhos que a ciência traçava para seu futuro.

Após o mandato como presidente da entidade, fui eleito como coordenador editorial da Revista Terra Livre, revista da AGB – Nacional, para o período 2008/2010. Como coordenador da revista, publicamos quatro números, um por semestre, mantendo a periodicidade do periódico.

Nesse mesmo período, participei da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia – ANPEGE, como tesoureiro da entidade, eleito em 2009 para um mandato de dois anos. A participação na ANPEGE foi fundamental, contribuindo com debates sobre a pesquisa e pós-graduação em Geografia no Brasil e aprofundando as relações com a Universidade Federal de Goiás, de onde eram a presidenta, o secretário da entidade, e o local que sediou o Encontro Nacional da ANPEGE.

Outras atividades fundamentais na perspectiva de compreender a produção da Geografia brasileira, foi a atuação como avaliador de cursos de graduação pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, do Ministério da Educação. Participei de avaliações de cursos de graduação em Geografia, públicos e privados, no Brasil como um todo. Foi uma experiência fundamental para conhecer a rede de ensino brasileira, com destaque para os cursos de Geografia e suas potencialidades e demandas.

Também foi fundamental participar do processo de acompanhamento da implantação, em duas universidades federais, do projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras – REUNI. Foi um trabalho importante que permitiu contribuir com o projeto brasileiro de expansão universitária e, ao mesmo tempo, contribuir com a estruturação da UFGD que participou deste projeto como uma das universidades integrantes do REUNI.

Por fim, ainda neste sentido de atuações não acadêmicas, mas que possuem significado na leitura da ciência geográfica, destaco a atuação na CAPES como membro do Comitê de Avaliação da Pós-Graduação da Área de Geografia, no período de 2011 a 2014.

A participação na AGB, na ANPEGE e nos processos avaliativos de graduação e pós-graduação, ocorreu em momento importante de minha atuação na Geografia brasileira, com inserção nacional. Foi um período de estreitamento das relações com pesquisadores do Brasil

com a participação em ações coletivas de valorização da ciência e no próprio fortalecimento das entidades. Pessoalmente, a participação nas entidades possibilitou aprendizado sobre a atuação dos geógrafos na compreensão do mundo. Nesse período, percebi o fortalecimento dos estudos temáticos locais e de temas relacionados à perspectiva das lutas de grupos sociais tornados invisíveis durante muito tempo pela academia.

As ciências humanas, e, em particular a Geografia, têm papel fundamental no processo de diálogo com estes grupos e a inserção de temas relevantes nos estudos científicos. Esse processo, no mundo científico, demonstra os limites das metodologias consideradas científicas para compreensão dos fenômenos. É imprescindível a necessidade de superar alguns dogmas metodológicos que inviabilizam o diálogo, no sentido de buscar formas de compreender o mundo real na perspectiva de que todas as pessoas participam e são afetadas pela produção de geografias.

Considerações finais

Como destacado no início, o presente texto é resultado do memorial defendido no processo de seleção para a classe de Professor Titular na Universidade Federal da Grande Dourados. Para esta publicação, o foco central foi no relato das escolhas dos temas de pesquisas que durante o caminhar foram consolidadas.

Destaco que a trajetória relatada ocorreu em escolas públicas, impondo como princípio a atuação na valorização da educação pública como um direito social, mas com adjetivos: gratuita, de qualidade, e para toda a gente. Penso a atuação profissional como professor e pesquisador como sendo um ato político. Entendo o papel social do professor como fundamental para instrumentalizar as pessoas com conhecimento, possibilitando uma formação profissional sólida e de cidadão capaz de compreender o mundo em que vive e permita ser o que deseja ser. Penso a pesquisa inserida no processo de aprendizado do mundo, sendo esta livre do dogma da prevalência da técnica sobre o pensar.

A Geografia, como ciência humana, é capaz de contribuir com a formação de pessoas e com a produção de conhecimento com o olhar sobre as geografias produzidas pelas pessoas e para as pessoas. E, no contexto do retorno das tentativas de desvalorização do conhecimento e da intelectualidade, do desrespeito às diferenças culturais, da valorização plena do ter e de quem tem, é fundamental a valorização do “fazer ciência” na perspectiva de superação da ciência produtora do mundo do individualismo e da valorização do mercantilmente privado. Portanto,

as ciências humanas e a Geografia, enquanto produtoras do saber, participam do processo de disputa do modelo de sociedade que queremos.

O fazer como professor e pesquisador na área de Geografia impôs o olhar sobre a produção dos lugares pelas pessoas, e o significado que os lugares assumem de acordo com as vivências das pessoas nos conflitos econômicos, sociais e políticos. Nesse caminhar, optei por atuar no estudo do processo de constituição dos significados de natureza socialmente produzidos. A partir deste olhar, alguns recortes espaciais foram realizados durante a trajetória, com estudos específicos sobre o campo, a cidade, a fronteira, e sobre áreas de conservação. Uma prática social aparece como central nessa trajetória: os estudos sobre a atividade turística e a sua participação no processo de produção dos lugares.

As análises tanto em relação aos lugares analisados como da atividade turística, são na perspectiva crítica, sendo essencial considerar o movimento e as contradições do mundo capitalista, com a produção de desigualdades, com o aprofundamento da concentração da riqueza e a imposição da pobreza para enormes contingentes da população mundial. Nesse contexto, é necessário assumir um lado, o lado da produção do conhecimento que contribua com a superação da desigualdade social. Para dar um sentido a esta reflexão sobre a trajetória pessoal e a Geografia, concluo o texto com uma provocação de Douglas Santos:

[...] o discurso geográfico, discurso necessário ao desenvolvimento dos primeiros passos do processo civilizatório é, ainda hoje, a mediação cotidiana entre o processo do “saber de si no mundo” como “saber do mundo” que se realiza na individualidade de cada um de nós (Santos, 2008).

Referências

LEFEBVRE, H. **La Presencia y la Ausencia**. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1983.

SANTOS, D. Um objeto para a Geografia. Sobre as armadilhas que construímos e o que devemos fazer com elas. **Terra Livre**, v. 1, p. 27-40, 2008.

NA/DA/COM A UNIVERSIDADE PÚBLICA: O FAZER DE UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICO/PROFISSIONAL

Flaviana Gasparotti Nunes

Introdução

Quando em fins de 2012, a Presidenta da República Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.772 (alterada pela Lei 12.863 de 24 de setembro de 2013) que incluiu a Classe E (Professor Titular) na Carreira de Magistério Superior Federal, parecia que “chegar lá” era algo que estava muito distante, que haveria muito tempo ainda pela frente. Em 2022 esse “distante” chegou e, com isso, a necessidade da escrita de um memorial.

O presente texto origina-se do memorial apresentado para a progressão funcional à classe de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)²⁷².

Em vista da natureza e dos objetivos desta publicação, foram necessárias algumas adequações e modificações em relação ao texto original. Realizei recortes e suprimi algumas informações de caráter quantitativo procurando conferir uma perspectiva mais narrativa ao texto. Sendo assim, priorizei momentos e atividades acadêmico-profissionais que entendo serem mais significativas, ao longo de minha trajetória de 23 anos como docente no ensino superior²⁷³.

O texto está organizado em subtítulos nos quais conto um pouco sobre a minha formação acadêmica desde a graduação e apresento minha trajetória e atuação profissional como docente no ensino superior. Nos subtítulos relativos a esse segundo aspecto, realizei algumas escolhas, optando por atividades e momentos que se destacam em minha avaliação pessoal e nas memórias afetivas.

Por fim, apresento algumas perspectivas futuras para a minha atuação profissional na universidade.

²⁷² A escrita do referido memorial pautou-se nos critérios estabelecidos no Anexo III da Resolução COUNI nº 07/2014 - Orientações à Comissão Especial para Avaliação do Memorial na Promoção à Classe E, Resolução 007 de 20 de março de 2014 pelo COUNI/UFGD. A Comissão Especial teve a seguinte composição: Prof^a Dr^a Silvana de Abreu (UFGD – Presidente), Prof^a Dr^a Gisele Girardi (UFES), Prof^a Dr^a Ivaine Maria Tonini (UFRGS) e Prof. Dr. César de David (UFSM) e a defesa foi realizada no dia 05/10/2022.

²⁷³ Informações mais detalhadas sobre publicações, orientações e demais atividades acadêmicas podem ser consultadas em meu Currículo Lattes.

O encontro com a Geografia e a universidade pública: alguns fragmentos da formação acadêmica

Como a maioria dos estudantes que ingressam no curso de Geografia, minha escolha não se deu por um desejo ou algum tipo de identidade ou gosto por esse campo de conhecimento. Na verdade, ingressar no curso de Geografia foi muito mais “fazer o curso superior possível” em vista das condições socioeconômicas de minha família naquele momento, do que, de fato, uma escolha.

Venho de uma família que não se pode considerar pobre, mas classe média baixa, que passou por muitas instabilidades e dificuldades financeiras a partir da segunda metade dos anos 1980. Durante um longo período, inclusive no momento em que eu terminei o então “colegial” (hoje Ensino Médio), o sustento de minha família vinha quase que exclusivamente do salário de minha mãe, professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede estadual de São Paulo. Ela trabalhava dois períodos (manhã e tarde) em duas escolas diferentes e ainda tinha que “dar conta” de três filhos e das tarefas domésticas. Como filha mais velha, eu ajudava no que era possível nas tarefas domésticas (limpeza da casa, preparo das refeições) e no cuidado com os irmãos mais novos (levar e buscar na escola, quando não estudávamos todos no mesmo período, acompanhar as tarefas escolares, etc.).

Foi nesse contexto que concluí o Ensino Médio e precisava “decidir o que fazer da vida”. Era tudo muito difícil naquela situação em que a renda familiar mal era suficiente para pagar o aluguel e as despesas básicas com alimentação. Além disso, numa época em que não existia ENEM, SISU, cotas para alunos de escolas públicas, etc., conseguir ingressar numa universidade pública em um curso concorrido, para quem teve toda a formação na escola pública, era praticamente impossível.

Mesmo assim, e tentando contrariar a lógica (acho que acreditei em sorte nesse momento), ao final do 3º ano do Ensino Médio, me inscrevi no vestibular da Universidade Estadual Paulista (UNESP) para o curso de Jornalismo. Durante todo o meu período escolar, sempre tive bom desempenho nas redações, gostava de escrever e os professores me diziam que eu tinha uma boa capacidade comunicativa. Foi daí que veio a ideia do Jornalismo.

No entanto, o curso de Jornalismo da UNESP era no *campus* de Bauru e morávamos em Presidente Prudente. Como eu iria me manter fora de casa? “Isso a gente vê depois”, pensei. Mas logicamente, não consegui ficar entre os 50 primeiros classificados no vestibular (fiquei em 92º) e não entrei para o curso de Jornalismo.

De volta à “vida real”, não tendo ingressado na universidade, precisei procurar trabalho aos 17 anos, pois não havia condições de pagar um cursinho pré-vestibular ou algo do tipo. Consegui um trabalho de balconista numa loja de conserto de aparelhos eletrônicos. Ficava em pé 8 horas por dia atendendo pessoas de todos os tipos e classes sociais; desde pessoas simples e com poucos recursos financeiros que levavam sua “Sonata” até os abastados da burguesia prudentina que levavam seus *laser disc* importados dos Estados Unidos para o conserto. Foi um período muito difícil... aprendi na pele o que era exploração da força de trabalho, assédio moral, assédio sexual, machismo, entre tantas outras coisas que fazem parte do cotidiano da maioria dos trabalhadores, sobretudo das mulheres. Seis meses depois, eu tinha certeza: precisava entrar na universidade, pois sem o ensino superior era esse tipo de trabalho que restaria.

Me matriculei no chamado “intensivão” do Colégio Objetivo no período noturno, obviamente, gastando quase todo meu salário para pagar a mensalidade. O “intensivão” era um formato mais barato e concentrado em três meses de cursinho pré-vestibular.

Sabendo que seria muito difícil entrar no curso de Jornalismo, resolvi ouvir a minha mãe e tomar uma decisão pragmática: escolher um curso público em Presidente Prudente, numa área que mais se aproximasse do que eu gostava ou tinha mais aptidão.

Em Presidente Prudente, naquela época, a única universidade pública era a UNESP e, na área de Ciências Humanas, havia os cursos de Geografia e Pedagogia apenas. Foi, então, que prestei vestibular, no final de 1993, para o curso de Geografia. Também prestei vestibular para o curso de Direito na Instituição Toledo de Ensino (ITE), uma instituição privada que, na época, gozava de algum reconhecimento acadêmico por ser considerada mais “séria”. Fui aprovada, cheguei a pagar a matrícula, mas quando saiu o resultado da UNESP, “fiz as contas” e decidi ir para uma instituição pública.

Logo que entrei no curso de Geografia, em 1994, consegui um emprego como secretária numa escola de Inglês. Isso melhorou muito a minha condição de trabalho, principalmente devido ao ambiente e aos horários. Eu cursava Geografia no período da manhã e trabalhava das 13 às 21 horas. Mesmo assim, era uma rotina exaustiva e os finais de semana eram dedicados às leituras e trabalhos da universidade.

No primeiro ano do curso houve uma greve de quatro meses na UNESP. Eu costumo dizer que essa greve me salvou! Graças à greve, consegui fazer todas as leituras e trabalhos das disciplinas do 1º semestre com mais tranquilidade (tive quatro meses para isso!) e tive um bom desempenho nas avaliações. Jamais esquecerei do dia em que a Profª Marília Libório (Introdução

à Sociologia) entregou as provas corrigidas e me disse ao final da aula: “Gostei muito da sua prova. Você tem perfil acadêmico, acho que deveria investir nisso.”

Em 1995, no segundo ano do curso, recebi um convite do Prof. Sérgio Braz Magaldi para concorrer a uma bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/CNPq. Para minha surpresa, em julho daquele ano fui contemplada com a bolsa e iniciei a pesquisa: “Geografia e Economia: fronteiras e convergências – um estudo da produção científica na área de Geografia Econômica”.

Esse trabalho propiciou o contato com a pesquisa científica e com o universo de ideias, questões e fontes de investigação da Geografia Econômica. A pesquisa estendeu-se no período de agosto de 1995 a julho de 1997 e foi fundamental para a definição de meu futuro profissional e intelectual.

Com a ajuda financeira da bolsa de iniciação científica foi possível deixar de trabalhar (naquela época, o valor da bolsa PIBIC era muito próximo ao salário mínimo) e dedicar-me integralmente às atividades do curso de Geografia, o que propiciou um maior envolvimento com as atividades acadêmicas e científicas como congressos, grupos de estudos, seminários, etc.

No segundo semestre de 1997, já no quarto ano do curso fui incentivada por alguns professores, dentre eles meu orientador de iniciação científica e o Prof. Eliseu Savério Sposito, coordenador do grupo de pesquisa ao qual eu também estava vinculada naquela ocasião (o GAsPERR – Grupo Acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais) a fazer a seleção para o mestrado.

Resolvi, então, submeter-me ao processo seletivo para o mestrado em Geografia da UNESP – *Campus* de Presidente Prudente. Fui aprovada e ingressei no mestrado no ano de 1998. Durante o mestrado contei com o suporte financeiro de uma bolsa da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), o que garantiu boas condições para o desenvolvimento da pesquisa que previa deslocamentos para Rio Claro e São Paulo (pesquisas de campo).

A dissertação de mestrado “A Geografia Econômica na produção científica acadêmica dos programas de pós-graduação em Geografia no estado de São Paulo (1970-1998)” foi resultado de uma pesquisa que teve como base o projeto de iniciação científica realizado. O trabalho foi orientado pelo Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito e defendido em fevereiro de 2000.

O mestrado representou um importante passo em minha trajetória acadêmica e intelectual. Mesmo considerando-se os limites de uma pesquisa nesse nível de formação,

entendo que o envolvimento com as questões trabalhadas na dissertação e demais atividades realizadas durante o mestrado, contribuíram para a tomada de duas importantes definições: a de um campo de pesquisa na Geografia; e a tentativa de construção de uma carreira profissional na universidade.

Nos meses finais do mestrado, realizei concurso para Professor do Magistério Superior na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)²⁷⁴ e fui aprovada em 1º lugar, iniciando as minhas atividades profissionais no ano 2000. Mesmo sendo um ano de muito trabalho e mudanças significativas em minha vida, decidi fazer a seleção para o doutorado no segundo semestre de 2000. As reflexões realizadas na dissertação de mestrado e as próprias contribuições da banca, naquela ocasião, motivaram-me a elaborar um projeto de pesquisa para o doutorado que enfocasse ou tivesse como preocupação central aquilo que, de alguma forma, havia me atraído na pesquisa em Geografia: o entendimento das questões teórico-metodológicas relativas à elaboração da análise geográfica.

Faço este destaque porque a minha trajetória de pesquisa, desde a iniciação científica, sempre apresentou essa preocupação, embora em alguns momentos eu mesma acreditasse estar mais voltada à Geografia Econômica. Na verdade, o trabalho com a produção científica da Geografia (manuais e periódicos na iniciação científica, e dissertações e teses no mestrado) fez com que eu cada vez mais me aproximasse da reflexão sobre as questões teórico-metodológicas na construção deste pensamento, embora eu até então tivesse utilizado, como objeto, a chamada Geografia Econômica.

Tendo esta clareza e contando com ideias e sugestões do Prof. Dr. Ariovaldo U. de Oliveira, elaborei um projeto de pesquisa e realizei a seleção para o doutorado em duas instituições: UNESP – *Campus* de Presidente Prudente e na USP – Universidade de São Paulo. Fui aprovada nos dois programas e precisava decidir, então, onde realizaria o doutorado. Fiz a seleção na USP com o propósito de “mudar de ares”, tentando procurar novas discussões, pois já tinha uma vivência desde a graduação na UNESP e queria uma outra experiência. No entanto, dadas as dificuldades para cursar as disciplinas na USP devido à distância em relação a Marechal Cândido Rondon (aproximadamente 1.100 km) decidi ficar na UNESP, que, deste ponto de

²⁷⁴ Nesse mesmo período, também realizei o concurso para Professor da Educação Básica (PEB II) do estado de São Paulo e fui aprovada. Cheguei a fazer a escolha de uma escola para lotação do cargo no município de Assis, mas quando fui convocada para a posse havia sido divulgado o resultado do concurso da UNIOESTE e decidi não assumir o cargo de PEB II.

vista, era mais viável, pois teria que viajar toda semana para cursar as disciplinas mantendo minhas atividades de trabalho na UNIOESTE.

O ano de 2001 foi literalmente de “estrada”. Viajava todas as semanas de Marechal Cândido Rondon a Presidente Prudente para cursar as disciplinas do doutorado. Tinha aulas em Prudente às segundas e terças até as 12 horas. Pegava a estrada no início da tarde de terça-feira e ministrava aulas em Marechal Cândido Rondon de quarta à sexta-feira. No sábado, retornava a Prudente e, assim foi todo aquele ano. Durante quase três anos conciliei as atividades profissionais com a pesquisa do doutorado. Somente no segundo semestre de 2003 consegui afastamento integral para me dedicar à pesquisa.

A tese “O econômico na Geografia. Influências do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2001)” foi defendida em 06 de outubro de 2004 e, nesse momento, percebi que terminava uma fase da minha vida acadêmica e iniciava-se outra. Faço parte de uma geração para qual, ao contrário da maioria de meus professores, o doutorado não significava o “coroamento” de uma trajetória acadêmica e intelectual e, sim, apenas um rito de passagem para, de fato, maiores possibilidades de inserção na universidade e na pesquisa.

Em 2011, já como docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), tive oportunidade de realizar o primeiro estágio de pós-doutorado. O estágio foi desenvolvido no período de 01 de agosto de 2011 a 31 de janeiro de 2012 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no âmbito do projeto de “Cooperação Acadêmica entre a Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD”, do Edital PROCAD-NF da CAPES. Este estágio de pós-doutoramento, inserido no contexto do PROCAD-NF foi financiado com bolsa de estudos da CAPES e teve supervisão da Prof^a Dr^a Ana Maria Lima Daou.

A importância desse estágio de pós-doutoramento na UFRJ deve-se principalmente ao fato de que minha formação (graduação, mestrado e doutorado) foi realizada na mesma instituição – UNESP/Campus de Presidente Prudente. Isso significou que, durante mais de 10 anos (início de 1994 a outubro de 2004), convivi grande parte do tempo com o mesmo grupo de professores e ambiente acadêmico em geral. Tal fato, de certa maneira, restringiu meu contato e conhecimento em relação a outros ambientes e dinâmicas acadêmicas, além das próprias ideias e referenciais teórico-metodológicos.

Sendo assim, o estágio na UFRJ possibilitou conhecer e vivenciar de forma mais direta um outro ambiente acadêmico e ter contato com outras referências teóricas, temáticas, compreensões e posicionamentos no âmbito da Geografia.

O período de seis meses foi demasiadamente curto para um aprofundamento teórico mais relevante; por isso, priorizei utilizar o tempo participando de atividades as mais variadas, com o intuito de me atualizar nas discussões temáticas que direta ou indiretamente envolviam as minhas preocupações de pesquisa naquele momento²⁷⁵.

Realizei o segundo estágio de pós-doutorado na Universidad de Buenos Aires no período de abril de 2017 a março de 2018 junto ao Instituto de Geografía sob supervisão da Profª Drª Verónica Hollman.

A partir do campo de interesse relacionado ao estudo das imagens na Geografia, especialmente na Geografia escolar, a investigação desenvolvida no estágio de pós-doutorado teve como intuito refletir sobre a participação das imagens na constituição da cultura geográfica escolar, analisando de que maneira as imagens presentes nos manuais didáticos de Geografia utilizados no Brasil e na Argentina contribuem para a construção de determinada(s) concepção(ões) de fronteira.

Nossa proposta integrou-se ao projeto de investigação *“Geografías discursivas y visuales en los procesos de (re)configuración territorial. De la formación estatal a las reivindicaciones identitarias de inicios del siglo XXI”*, sob direção da Drª Perla Zusman. Assim, meu plano de trabalho procurou contribuir com o projeto de investigação ao qual se integrou, na identificação e problematização sobre o papel das imagens relativas às fronteiras (presentes nos manuais didáticos de Geografia) na construção de um imaginário sobre a configuração territorial e identitária da Argentina em tempos recentes.

Este segundo estágio propiciou experiências distintas, principalmente por ter se efetivado fora do país, numa instituição de reconhecimento internacional. A despeito das dificuldades enfrentadas devido à restrição do financiamento de bolsas de pós-doutorado no

²⁷⁵ Os projetos de pesquisa que eu desenvolvia eram os seguintes: “Construções e representações do conceito de fronteira na fronteira Brasil-Paraguai: aportes para o ensino de Geografia” financiado pela FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do estado de Mato Grosso do Sul) e “Interculturalidade e ensino de Geografia: um estudo a partir da fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul” financiado pelo CNPq (Editais 02/2010 e 014/2010). Os dois projetos tinham como questão central o ensino de Geografia em contextos educativos diferenciados que se constituem a partir das situações de fronteira internacional, especificamente a fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul, como também aqueles ligados à presença de referenciais étnicos distintos muito presentes em Mato Grosso do Sul devido ao expressivo número de populações indígenas nesse estado.

exterior (submeti solicitações de bolsa à CAPES e ao CNPq, as propostas foram aprovadas no mérito, mas não fui contemplada com a bolsa), é importante mencionar que parte do estágio foi financiado com recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Chamada FUNDECT/CAPES nº 44/2014 – PAPOS-MS).

Os fragmentos aqui reunidos relacionam-se às atividades de formação acadêmica realizadas formalmente no âmbito da estrutura universitária. No entanto, entendo que essa formação, sobretudo a partir do doutorado, não se desvincula de minha atuação como professora no ensino superior público, conforme apresentarei na sequência.

Os primeiros passos no ensino superior público: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Em 1999, terminando a redação da dissertação de mestrado, realizei as provas do 19º Concurso Público para professor da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná para a área de Metodologia e Prática de Ensino de Geografia, sendo aprovada em 1º lugar.

Embora a área de ensino não fosse especificamente o meu campo de pesquisa até aquele momento, acredito que algumas atividades realizadas ao final da graduação e durante o mestrado proporcionaram o contato e a reflexão com um conjunto de leituras relativas ao ensino de Geografia, o que contribuiu sobremaneira para o meu desempenho no concurso da UNIOESTE.²⁷⁶

Com a aprovação no concurso e a defesa da dissertação de mestrado, iniciei o ano 2000 com uma “nova vida”: saí da condição de aluna e passei à de professora e pesquisadora; saí da condição de bolsista para a de funcionária pública, concursada e assalariada.

Em 28 de fevereiro de 2000 iniciei minhas atividades junto ao Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Tratava-se de universidade nova, reconhecida pelo Ministério da Educação em 1994.

²⁷⁶ Sem dúvida, a pesquisa realizada durante as atividades de Prática de Ensino em Geografia sobre o ensino de Geografia a partir da análise do sistema de avaliação do estado de São Paulo (SARESP) abriu caminho para meu envolvimento e reflexão sobre esta área. Os resultados e reflexões da pesquisa sobre a Geografia no SARESP foram apresentados em forma de minicurso no XI Encontro Nacional de Geógrafos em Vitória da Conquista (BA) em julho de 1998. Ainda como produto desta pesquisa, o trabalho foi apresentado no IV Encontro Nacional de Ensino de Geografia – FALA PROFESSOR realizado em Curitiba (PR) em julho de 1999. Nesse ano foi publicado, no Caderno Prudentino de Geografia, número 21 o artigo “Avaliação, ensino de Geografia e projeto educacional” no qual procurei, a partir da pesquisa realizada em 1997 e das experiências e contribuições recebidas nos dois eventos citados, estabelecer relação entre as diversas escalas dos processos avaliativos e o ensino de Geografia naquele momento.

Assim como a universidade, o curso de Geografia também tinha pouco tempo de existência (fora criado em 1997).

Durante o período em que atuei na UNIOESTE, ministrei as disciplinas de Prática de Ensino I (120 horas/aula) e Prática de Ensino II (180 horas/aula)²⁷⁷, além de outras como Monografia em Geografia e até Geografia Urbana, em momentos de necessidade do curso por ausência de professores. Além do ensino na graduação e na pós-graduação *Lato Sensu*, a UNIOESTE propiciou a minha inserção nas diversas atividades desempenhadas pelos docentes das universidades públicas em regime de dedicação exclusiva, relacionadas à pesquisa, extensão e gestão acadêmica.

Particpei como colaboradora em dois projetos de extensão: “Educação Popular nas comunidades Jardim Primavera, Botafogo e Conjunto Habitacional São Mateus” (2000) coordenado pelo Prof. Dr. João Edmilson Fabrini, do curso de Geografia, e “Observatório do Mundo Contemporâneo: olhares sobre a história do tempo presente” (2001-2004) coordenado pelo Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil, do curso de História.

Fui membro de bancas de três concursos públicos para professor, representante em órgãos colegiados do Campus, vice coordenadora do curso de Licenciatura em Geografia, membro do Fórum das Licenciaturas da UNIOESTE, subcoordenadora de Estudos e Pesquisas do CEPEDAL – Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina, órgão suplementar da UNIOESTE – campus de Marechal Cândido Rondon, membro da comissão do Vestibular da UNIOESTE, como elaboradora de questões, e coordenadora da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, além de ter desenvolvido dois projetos de pesquisa.

Os seis anos e sete meses em que fui professora na UNIOESTE foram de grande aprendizado sobre a estrutura e dinâmica da universidade, tanto no que diz respeito às questões acadêmicas como políticas. Sou extremamente grata à UNIOESTE e aos colegas com os quais aprendi e que me ajudaram muito naquele começo de vida profissional. No entanto, a cidade de Marechal Cândido Rondon era um lugar difícil de viver...

Entre 2000 e 2006 prestei três concursos públicos para professor em universidades públicas. Em 2001, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), para uma vaga de Geografia Humana. Em 2003 na UNESP – Campus Experimental de Ourinhos, também para uma vaga

²⁷⁷ Foi o período de transição entre o chamado modelo 3+1 e a implantação das Resoluções 01 e 02/2001 CNE que ampliaram a carga horária de estágio nos cursos de licenciatura para 400 horas distribuídas a partir da segunda metade do curso. No ano de 2000, ainda trabalhei com uma turma em que o estágio tinha carga horária de apenas 180 horas.

de Geografia Humana. Nesses dois concursos fui classificada em 2º lugar com diferença de 0,10 para o primeiro colocado. Entendi essas duas situações como um “sinal” de que a área de Ensino de Geografia era o meu destino. E eu não podia fugir dele!

No final do ano de 2005, durante o 8º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia ocorrido em Dourados (MS), soube que haveria concurso para a recém-criada Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com vagas para o curso de Geografia. Havia gostado da cidade e conhecia alguns professores do curso. Passei a acompanhar as informações sobre o edital e me inscrevi para a vaga de Ensino de Geografia.

Realizei as provas do concurso no mês de maio de 2006 e fui aprovada em 1º lugar. Tomei posse na UFGD no dia 02/08/2006. A partir desse dia, iniciou-se um novo momento na minha trajetória profissional.

Pavimentação do caminho e trajetória-até-agora: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

O ingresso na UFGD, sem dúvida, significou um novo momento em minha trajetória profissional. Vivíamos o início dos “anos de ouro” das universidades federais no Brasil com o governo Lula e a UFGD era a materialização disso. Uma universidade nova (embora tivesse sido constituída a partir de um *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS), com um projeto inclusivo, democrático e de valorização da diversidade. Os ares eram de otimismo, felicidades, mas também havia muito, muito, muito trabalho!

A UFGD não só me acolheu, como também forneceu condições para que eu construísse e consolidasse uma carreira atuando em todas as dimensões da universidade e do trabalho acadêmico: ensino de graduação e pós-graduação, orientações em todos os níveis (graduação, iniciação científica, mestrado e doutorado), coordenações de cursos, vice-direção de unidade acadêmica, desenvolvimento de projetos de pesquisa com e sem captação de fomento externo, projetos de extensão, coordenação de programas e participação em instâncias e órgãos colegiados.

No Curso de Licenciatura em Geografia, desde o meu ingresso na UFGD, tenho trabalhado com os estágios e disciplinas da área de Ensino de Geografia e desenvolvido orientações em nível de graduação que são formalizadas pelos componentes curriculares Trabalho Orientado I (36 horas), Trabalho Orientado II (36 horas) e Trabalho Orientado III (72 horas). Além das orientações de monografia de graduação, desde 2007 oriento planos de

trabalho de iniciação científica no âmbito do PIBIC/CNPq, PIBIC/UFGD, PIVIC e PIBIC/FUNDECT.

Entre 2008 e 2010 fui coordenadora do Curso de Geografia (licenciatura e bacharelado). O período em que estive na coordenação foi marcado por diversas mudanças na universidade e que se refletiram diretamente na reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos.

Com as proposições do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, houve ampla e intensa discussão sobre os projetos pedagógicos dos cursos de graduação no sentido de reorganização das estruturas curriculares, valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade.

A perspectiva de diálogos interdisciplinares entre cursos de diferentes unidades acadêmicas da UFGD e a possibilidade de mobilidade dos acadêmicos para melhor concretizar suas opções de formação, após um período de amadurecimento e de experiências no interior da universidade, foi um dos princípios do REUNI. Assim, foram criados eixos comuns à universidade, bem como disciplinas comuns às áreas.

Além de participar de todos os debates que definiram as orientações gerais para a reestruturação dos projetos pedagógicos na universidade, o maior desafio que enfrentei à frente da coordenação do curso foi a condução da discussão e sistematização dessa reestruturação no curso de Geografia. Ressalto que foi um momento bastante difícil, com muitos embates e tensões, para além da demanda de trabalho de ordem burocrática.

Nesse período, também houve mudança do regime seriado para o regime de créditos, o que acarretou em três estruturas curriculares sendo ofertadas simultaneamente. Lembro-me da dificuldade (para não dizer o caos!) que era organizar os horários de aulas com turmas que cursavam os três diferentes currículos!

Também participei, nesse período, das discussões e votações relativas à primeira política de cotas sociais da UFGD. Esse foi, certamente, um momento muito marcante e significativo em minha trajetória profissional.

PIBID, PRP e PET: o “mergulho” nos programas de formação da graduação

Ainda no âmbito da formação em nível de graduação, considero importante destacar meu envolvimento e atuação em três programas: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação

à Docência (PIBID), o Programa Residência Pedagógica (PRP) e o Programa de Educação Tutorial (PET).

No ano de 2008, tive a honra de participar da comissão acadêmica que coordenou e elaborou o primeiro projeto institucional que a UFGD submeteu à CAPES para concorrer às bolsas do PIBID. No final de 2008 fomos contemplados e o programa foi implantado em 2009 na UFGD.

Entre março de 2009 e agosto de 2011, março de 2012 e fevereiro de 2017, agosto de 2018 e janeiro de 2020, atuei como Coordenadora de Área do PIBID/Geografia. Registro minha satisfação e alegria por ter feito parte, tanto em nível local como nacional, da história dessa importante e bem-sucedida política pública de formação de professores. O PIBID possibilitou o desenvolvimento de várias discussões, trabalhos e atividades articulando os estudantes da licenciatura com as escolas da educação básica de Dourados. O programa propiciou formação inicial qualificada para os estudantes e continuada para os professores supervisores.

Para mim, permitiu uma maior aproximação com as questões e problemáticas das escolas e da educação básica de forma geral. Tratou-se de um imenso aprendizado que contribuiu sobremaneira para muitas questões de pesquisa, mas também para a melhoria de minha atuação na condução dos estágios e disciplinas do curso. Além disso, as atividades desenvolvidas no PIBID resultaram em diversos trabalhos publicados em anais de eventos e artigos.

Em 2018, o PIBID passou por uma reformulação e outro programa de formação de professores foi lançado: o Programa Residência Pedagógica (PRP). Inicialmente marcado por muitas críticas e controvérsias, o PRP teve sua segunda edição em 2020.

Havíamos encerrado um edital do PIBID em janeiro de 2020 e, considerando que eu já havia atuado no PIBID como coordenadora de área praticamente todo o período permitido pelo regulamento do programa (96 meses), além de entender que era importante a participação de outros colegas do curso, decidi me candidatar para o Programa Residência Pedagógica (PRP). Analisando as condições do curso de Geografia naquele momento, com elevada evasão, o que poderia trazer dificuldades de implantação de um núcleo, procurei os colegas do Curso de Ciências Sociais e propus que submetêssemos uma proposta de subprojeto interdisciplinar entre Geografia e Sociologia. A proposta foi bem recebida e, juntamente com o Prof. André Luiz Faisting, elaboramos o subprojeto que foi aprovado e conseguimos 16 bolsas para residentes e 2 para preceptores.

O subprojeto do PRP foi desenvolvido entre outubro de 2020 e março de 2022 e, entre os desafios, tivemos que adaptar as atividades para o contexto da pandemia de COVID-19, que forçou a adoção do ensino remoto tanto na UFGD quanto nas escolas da educação básica. Foi um período difícil, mas também de importantes aprendizados no que se refere ao diálogo e práticas interdisciplinares.

As atividades desenvolvidas se pautaram na compreensão de que Geografia e Sociologia, assim como as demais disciplinas que compõem as Ciências Humanas, possuem identidades configuradas por características epistemológicas, conceituais e metodológicas como conhecimentos específicos. Portanto, qualquer movimento ou busca de articulação entre esses conhecimentos no sentido da interdisciplinaridade não deixa de considerar essas especificidades. Ao contrário, esse movimento requer a identificação clara das particularidades de cada uma dessas disciplinas. Tomando a interdisciplinaridade como categoria de ação, e não circunscrita à unificação ou mera junção de disciplinas, procuramos instigar os residentes, licenciandos em Geografia e em Ciências Sociais, a pensarem sobre as características dessas disciplinas como conhecimentos específicos. Ao mesmo tempo, também consideramos que, guardadas as fronteiras disciplinares, alguns procedimentos comuns particularizam as Ciências Humanas e as tornam ciências reflexivas.

Em junho de 2021 realizei a seleção para a tutoria do grupo do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Geografia e fui aprovada. Assim, desde agosto de 2021 venho desenvolvendo atividades como tutora do PET. Meu interesse e motivação em atuar nesse programa relacionam-se à possibilidade de desenvolver atividades distintas daquelas que estão no escopo do PIBID e do PRP.

Atuar no PET, para mim, teve e tem o sentido de colocar-me ao desafio de trabalhar com atividades e questões para além do ensino de Geografia. Mesmo sendo uma experiência recente, o PET tem propiciado o contato mais direto com os estudantes do bacharelado em Geografia (modalidade na qual eu não ministro disciplinas) assim como a proposição e realização de atividades que buscam articular ensino, pesquisa e extensão.

Pós-graduação: fazer e ser parte da construção do PPGG e do PROFGEO

Quando ingressei na UFGD, em agosto de 2006, o Programa de Pós-Graduação em Geografia – nível mestrado, acabava de ser aprovado pela CAPES. Assim, iniciei a minha participação na pós-graduação em 2007, mesmo ano de implantação do programa.

Em 2012, participei juntamente com a Prof^a Dr^a Lisandra Pereira Lamoso e o Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva da comissão que elaborou a proposta de criação do curso de doutorado submetida à CAPES e aprovada em novembro daquele ano. Em 2013, o PPGG/UFGD implantou o doutorado.

Nos dois primeiros anos de atuação no PPGG/UFGD, ministrei uma disciplina optativa por mim proposta, ainda derivada das discussões e questões presentes em minha tese de doutorado. Conforme fui me envolvendo com temáticas e questões de pesquisa mais ligadas ao ensino de Geografia e também ao contexto socioespacial em que se insere a UFGD, propus outra disciplina optativa que substituiu a anterior e estava mais articulada com minhas leituras, projetos e orientações de pesquisa.

Ministrei, também, com frequência, as duas disciplinas obrigatórias oferecidas pelo programa: Tópicos Especiais em Geografia e Seminários do Doutorado. A primeira, voltada a todos os alunos do programa, objetiva discutir os conceitos que compõem e se relacionam com a área de concentração e linhas de pesquisa do programa: produção do espaço regional; fronteira; reprodução social; planejamento e dinâmicas produtivas. A segunda, voltada especificamente aos alunos do doutorado, realiza a discussão de temas atuais relacionados à ciência geográfica com ênfase nos projetos de pesquisa em andamento, inclusive relacionados aos temas de tese, além de seminários de aprofundamento teórico-metodológico relacionados aos projetos de pesquisa dos doutorandos.

Entre setembro de 2013 e agosto de 2015, fui coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Assumi a coordenação justamente no ano de implantação do curso de doutorado, o que implicou em novas demandas e parâmetros para a condução das atividades do programa. Nesse período, conheci mais a fundo toda a sistemática e política de financiamento e da avaliação da pós-graduação no Brasil a partir da CAPES. Fui “cobaia” da Plataforma Sucupira, que substituiu o Coleta CAPES em 2014. A plataforma era instável, passava constantemente por atualizações que ocasionavam na perda de dados e informações já lançadas. Enfim, era infernal trabalhar com aquilo!

Durante esse período de atuação na pós-graduação, orientei dissertações de mestrado e teses de doutorado, sendo a grande maioria dos trabalhos sobre temas ligados ao ensino de Geografia, às linguagens, e às relações entre escola e culturas, que, ao longo de minha trajetória na UFGD, se constituíram em minhas questões de pesquisa, conforme mencionarei no próximo item deste texto.

Em 2019 participei da Comissão Nacional que elaborou e submeteu à CAPES o projeto do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO). O programa objetiva proporcionar formação geográfica consistente, atualizada e relevante ao exercício da docência na educação básica, visando dar ao egresso qualificação para o exercício profissional de professor de Geografia. É um curso semipresencial realizado por instituições de ensino superior associadas em rede nacional, no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), coordenado pela Comissão Acadêmica Nacional, que opera sob a égide da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O PROFGEO foi aprovado pela CAPES em 2020 e teve a sua implantação em 2022. A partir de 2022, passei, então, a atuar também nesse programa, ministrando as disciplinas obrigatórias Epistemologia do Ensino de Geografia (60 h/aula) e Seminário de Projeto (30h/aula).

Com a aprovação do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO), em 2022 assumi a coordenação desse programa, embora já estivesse à frente dos trabalhos desde o início da elaboração da proposta, assim como da “luta” para sua implantação na UFGD²⁷⁸ após a aprovação pela CAPES.

A coordenação do PROFGEO representa um grande desafio, já que se trata de um programa que possui especificidades: é do tipo profissional, semipresencial, em rede, e voltado exclusivamente a professores da educação básica em exercício. Além disso, o contexto político desfavorável dos últimos anos tem trazido uma série de dificuldades relativas ao financiamento da pós-graduação (e da educação superior pública em geral) que impactam diretamente nas atividades do programa.

O Ensino de Geografia como campo de pesquisa

Conforme relatei no início deste texto, minha trajetória de pesquisa na Geografia desde a iniciação científica até o doutorado constituiu-se em torno de questões ligadas ao pensamento geográfico, mais especificamente voltadas ao campo da Geografia Econômica.

No entanto, o meu ingresso na universidade como docente na área de Ensino de Geografia, aos poucos, foi demandando e me colocando em um outro caminho de pesquisa.

²⁷⁸ Para mais detalhes sobre o processo de criação e implantação do PROFGEO na UFGD ver: Nunes (2023).

Meu ingresso na UFGD, de certa forma, “selou” o compromisso que assumi (e não me arrependo, de forma alguma!) com a área de Ensino de Geografia.

A partir de 2006, portanto, “abraçei” o ensino de Geografia como campo de pesquisa e todos os projetos que coordenei desde então estão relacionados a questões ou temáticas que envolvem o ensino de Geografia e a educação geográfica de forma geral.

Listo, a seguir, todos os projetos de pesquisa que coordenei ao longo deste período²⁷⁹:

Título do Projeto	Vigência	Financiamento
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): mudanças ou permanências no ensino de Geografia?	2006-2009	PROLICEN/UFGD
Programas de Educação Ambiental: uma avaliação das propostas e ações no município de Dourados (MS)	2007-2010	FUNDECT
Construções e representações do conceito de fronteira na fronteira Brasil-Paraguai: aportes para o ensino de Geografia	2009-2011	FUNDECT
A Geografia no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): subsídios para o ensino e formação de professores na área	2009-2012	PROLICEN/UFGD
Interculturalidade e ensino de Geografia: um estudo a partir da fronteira Brasil-Paraguai em Mato Grosso do Sul	2010-2013	CNPq
A Geografia na educação escolar indígena: reflexões a partir de Mato Grosso do Sul	2012-2016	CNPq
Cartografias Sonoras: sons/imagens na dinâmica espacial de Dourados (MS) - possibilidades para o ensino e pesquisa em Geografia	2014-2018	CNPq
Limites e possibilidades da Geografia na educação escolar indígena: uma análise com base em escolas do município de Dourados (MS)	2017-2018	FUNDECT
O que pode o cinema na escola? Contribuições da Geografia para a regulamentação e implementação da Lei 13.006/2014	2016-2021	CNPq
Culturas, linguagens e educação geográfica: por outras imaginações espaciais	2020-atual	Sem financiamento

²⁷⁹ Além da coordenação de projetos, participei também como membro de equipe de dois projetos de pesquisa, a saber: “O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) como política governamental e o ensino de Geografia na Educação Básica: uma análise do PIBID Geografia/UFGD. Resultados e proposições. (2009-2018)”, coordenado pela Profª Drª Silvana de Abreu (FCH/UFGD) vigente entre 31/05/16 e 30/11/19 e “A configuração do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nas licenciaturas da UEMS e UFGD e suas repercussões para a formação de professores”, sob a coordenação do Prof. Dr. Fabio Perboni (FAED/UFGD) com vigência de 01/08/2017 a 31/07/2022.

Os dois primeiros projetos de pesquisa desenvolvidos na UFGD sinalizam a minha tentativa de construir questões e temáticas de investigação ligadas ao ensino ou à educação, assim como de me inserir em grupo de pesquisa institucional e pleitear fomento via editais de agências. Nesse início, contei com a gentil e solidária colaboração de alguns colegas, como o Prof. Edvaldo César Moretti, que me acolheu no GTA (Grupo de Pesquisa Território e Ambiente) e no LAPET (Laboratório de Pesquisas Territoriais).

Assim, meu primeiro projeto de pesquisa com fomento externo da Fundação de Apoio ao Ensino e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) dialogava com as linhas de pesquisa do GTA; por isso, o foco foi a educação ambiental. Os recursos obtidos com esse projeto possibilitaram a aquisição de alguns equipamentos (computador, gravadores, câmera fotográfica) que deram início ao “patrimônio” do futuro Laboratório de Ensino de Geografia, criado em 2009.

À medida que fui me envolvendo com as atividades do Programa de Pós-Graduação em Geografia, conhecendo as problemáticas e questões da região de Dourados, além do direcionamento da área de concentração do programa para a fronteira, passei a investir em temáticas de pesquisa que dialogassem com essas questões.

Entre 2009 e 2018 desenvolvi quatro projetos de pesquisa ligados à problemática das escolas de fronteira e da educação escolar indígena na relação com a Geografia e o ensino. Os recursos obtidos com o financiamento desses projetos possibilitaram a aquisição de materiais e equipamentos e pude pleitear um espaço na Faculdade de Ciências Humanas (FCH) para a instalação do Laboratório de Ensino de Geografia (LEG).

O LEG, inicialmente, foi instalado numa sala bem pequena, separada de outros laboratórios por uma divisória, com mesas e cadeiras velhas (aquelas da época do CEUD!²⁸⁰) doadas por outros laboratórios e por colegas que estavam se desfazendo desses materiais. Mas o importante é que tínhamos um espaço para as atividades do PIBID e dos bolsistas de PIBIC, além do valor simbólico e “territorial” que representava.

Posteriormente, a FCH obteve uma vaga de concurso para técnico em multimeios didáticos e o LEG passou a ocupar uma sala maior, dentro do Laboratório de Multimeios Didáticos de Geografia, que é uma unidade do Curso de Geografia que visa dar suporte e apoio aos docentes e discentes do ensino de graduação, pós-graduação e extensão, projetos de

²⁸⁰ Centro Universitário de Dourados (CEUD) era o nome do campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) que deu origem à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em 2005.

pesquisa e extensão, promovendo a mediação entre recursos tecnológicos, materiais didáticos e a prática educativa escolar.

Em novembro de 2009, participei do I Colóquio Internacional “A educação pelas imagens e suas geografias” realizado na UNICAMP. Esse evento promoveu a aproximação entre pesquisadores de diferentes instituições que, de alguma maneira, possuíam pesquisas ligadas às relações entre as imagens e a Geografia na interface com a educação. O evento foi organizado pelo Prof. Dr. Wenceslao Machado de Oliveira Júnior (FE/UNICAMP) e pela Prof^a Dr^a Gisele Girardi (UFES). Na programação constava uma reunião sobre as possibilidades de envolvimento das diferentes instituições em compor uma rede de pesquisa. Dessa reunião, resultou a formação da rede de pesquisa “Imagens, geografias e educação” da qual passei a fazer parte, e a elaboração de um projeto temático, também denominado Imagens, geografias e educação, submetido e aprovado pelo CNPq, que se iniciou no segundo semestre de 2011.

Atualmente, a Rede de Pesquisa “Imagens, geografias e educação” se organiza em polos, sediados em instituições públicas de ensino e pesquisa. Há sete polos no Brasil, com nove instituições envolvidas (Uberlândia - ESEBA/UFU, Natal - UFRN, Vitória -UFES, Dourados - UFGD, Campinas - UNICAMP, São Paulo - USP e Sul - UDESC, UFPR e UFFS-Erexim), um polo na Colômbia (Córdoba - UNICOR) e um na Argentina (Buenos Aires - UBA/UNICEN). As instituições que fazem parte da rede celebraram acordo de cooperação, que tem permitido o trânsito de pesquisadores entre seus distintos polos, especialmente em projetos de pós-doutoramento e no fortalecimento de programas de pós-graduação, e a efetivação de algumas ações comuns²⁸¹.

A participação na rede, sem dúvida, foi e tem sido importantíssima para a minha inserção e mergulho na discussão sobre as linguagens imagéticas e a educação geográfica, passando a constituir uma das linhas do grupo de pesquisa que criei em 2015²⁸²: o grupo “(Geo)grafias, linguagens e percursos educativos”.

²⁸¹ É importante destacar que o convênio que deu início aos acordos de cooperação da rede foi firmado entre UNICAMP e UFGD em 2014 com vigência até 2018 e prorrogado até 2023 e, na UFGD, sou a responsável pela gestão desse convênio. Também fui coordenadora geral da rede entre 2016 e 2019.

²⁸² Entre 2007 e 2014 estive vinculada ao Grupo de Pesquisa Sócio-Econômico-Ambiental de Mato Grosso do Sul liderado pela Prof^a Dr^a Lisandra Pereira Lamoso. Nesse grupo, atuei na linha de pesquisa “Educação, ensino de Geografia e práticas pedagógicas no Mato Grosso do Sul”. Entre os anos de 2011 e 2014 também estive vinculada ao Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas, sediado na UNESP de Presidente Prudente. Desde 2016 colaboro com o Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores (GEPPEF) liderado pela Prof^a Dr^a Andréia Nunes Militão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

O Grupo de Pesquisa “(Geo)grafias, linguagens e percursos educativos” foi constituído e certificado pela UFGD em 2015 e está registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo estão voltados às discussões sobre as potencialidades das diferentes linguagens na construção do pensamento espacial em percursos educativos. As pesquisas realizadas possuem como foco a reflexão sobre as linguagens imagéticas (cinema, fotografia, desenhos e cartografias pós-representacionais) visando aprofundar metodologias e temas que apontem outras possibilidades de produção de significados para os estudos científicos da Geografia, sobretudo em percursos educativos. O grupo entende que não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que situa. Nesse sentido, as pesquisas destacam, também, a reflexão sobre as práticas educacionais que são desenvolvidas no interior da escola, de forma que estas busquem trabalhar com as diferenças existentes, bem como as relações de identificação e diferenciação que ocorrem não apenas em seu interior, mas que se estendem externamente.

O grupo possui duas linhas de pesquisa: Cultura(s) e ensino de Geografia e Ensino de Geografia e Linguagens. O objetivo da primeira linha é realizar estudos e pesquisas sobre as relações entre cultura(s) e educação tendo como foco o ensino de Geografia. Incluem-se pesquisas sobre a educação escolar indígena, a educação em áreas de fronteira, entre outros contextos educacionais nos quais a interculturalidade destaca-se como elemento e questão central. As pesquisas desenvolvidas na segunda linha objetivam analisar e refletir sobre as potencialidades das diferentes linguagens na construção do pensamento espacial em percursos educativos.

Com a inserção na rede de pesquisa “Imagens, geografias e educação”, a partir de 2014 passei a desenvolver, de forma mais sistematizada, pesquisas relacionadas às linguagens na educação geográfica. Os projetos de pesquisa “Cartografias Sonoras: sons/imagens na dinâmica espacial de Dourados (MS) - possibilidades para o ensino e pesquisa em Geografia” e “O que pode o cinema na escola? Contribuições da Geografia para a regulamentação e implementação da Lei 13.006/2014”, ambos financiados pelo CNPq, dialogam diretamente com as problemáticas e referenciais conceituais da rede. Este último, inclusive, compôs a pesquisa comum, realizada por todas as instituições que formam a referida rede.

O projeto de pesquisa que coordeno neste momento, de certa maneira, busca agregar e articular as duas linhas do grupo de pesquisa “(Geo)grafias, linguagens e percursos educativos”. Tomando como referência as principais questões que estruturam o grupo de pesquisa, neste projeto propomos analisar o papel/contribuição das diferentes culturas, assim como das

linguagens na educação geográfica contemporânea. O objetivo geral da pesquisa é analisar o papel/contribuição das diferentes culturas e das linguagens na educação geográfica contemporânea. Como objetivos específicos, propõe-se refletir sobre as potencialidades das diferentes linguagens na construção do pensamento espacial em percursos educativos; analisar diferentes referenciais étnico-culturais e suas relações com as formas de pensar o espaço; identificar e propor materiais que possam contribuir para o trabalho com linguagens e culturas no âmbito da educação geográfica.

Sob o meu ponto de vista, dois textos que publiquei simbolizam minha trajetória de atuação e amadurecimento nesse campo. O artigo “Prática de Ensino e Estágio Supervisionado: pela superação da dicotomia teoria e prática” publicado em 2006 no Boletim de Geografia (UEM) é uma versão ampliada do texto da prova escrita que elaborei no concurso da UFGD. Eu diria que é um texto mais “duro”, quase burocrático, muito fundamentado e influenciado pelas referências teóricas mais clássicas na discussão sobre formação de professores e estágio.

Já no texto “7.669 dias formando professores de Geografia: entre estágios, relatórios e afetos” - publicado em 2022 no livro “Geografando afetos: escritos, imagens e intensidades” - a partir de alguns dos pequenos atos (nem tão) esquecidos em quase 16 anos formando professores de Geografia, procurei destacar a força da dimensão humana e sensível que atravessa os processos de formação de professores e que não cabe nas legislações, normativas, políticas públicas e currículos que eram minha principal referência no texto de 2006.

Considerando a totalidade das atividades de pesquisa e as produções bibliográficas a elas relacionadas, também percebo um amadurecimento no campo de discussões e concepções sobre o ensino de Geografia. Acredito que as experiências de pesquisa com escolas em áreas de fronteira e com a educação escolar indígena, atravessadas pelas discussões sobre as linguagens realizadas no âmbito da rede “Imagens, geografias e educação” possibilitaram que eu construísse algumas referências empíricas e teórico-conceituais que hoje embasam minha forma de pensar e o meu fazer em relação ao ensino de Geografia, à Geografia escolar e à educação geográfica de uma forma mais ampla.

O artigo “Outras imaginações espaciais: tensões e desestabilizações na Geografia escolar” publicado em 2019 na revista Signos Geográficos (NEPEG/Goiânia) é, em minha avaliação, o texto em que esse amadurecimento se manifesta de maneira mais evidente.

Do ensino de Geografia às políticas educacionais: BNCC e PNLD

A atuação e o envolvimento com a área de ensino de Geografia me propiciaram a participação em importantes atividades ligadas a duas políticas públicas educacionais brasileiras: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

Em maio de 2015, recebi o convite da Prof^a Dr^a Marisa Valladares (UFES) para compor a equipe do componente curricular Geografia, para elaborar a proposta da Base Nacional Curricular para esse componente. O convite de Marisa foi um misto de felicidade (pela lembrança de meu nome e reconhecimento do meu trabalho) e preocupação/receio, pois sabia que colocar-se num processo desta magnitude, complexidade e polêmica era certeza de “levar muita pedrada.” E, obviamente, foi o que aconteceu! Relutei em aceitar, mas a saudosa Marisa era extremamente hábil em matéria de convencimento.

Entre maio de 2015 e abril de 2016 trabalhamos na elaboração da 1^a e 2^a versões desse documento que, posteriormente, com o golpe jurídico-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, tomou outros rumos. Além das diversas viagens a Brasília (DF) e a Belo Horizonte (MG), onde ocorreram as reuniões de trabalho, participei de mesas, palestras, seminários e audiências sobre a BNCC.

Apesar do desgaste que permeou todo o processo - seja pela instabilidade no MEC que refletia a própria conjuntura política nacional, seja pelo embate interno com colegas da Geografia e da educação em geral, contrários à instituição da BNCC – acredito que o saldo final foi positivo. A experiência possibilitou que eu conhecesse mais de perto todas as questões, interesses e contradições que envolvem a proposição de uma política dessa natureza.

A segunda política importante que tive a oportunidade de participar foi o PNLD²⁸³. Em novembro de 2016 recebi o convite da Prof^a Ivaine Tonini (UFRGS), assessora pedagógica da equipe de avaliação do PNLD/2018 (Ensino Médio) de Geografia, para participar como avaliadora. Aceitei o convite e foi, então, que me inseri e passei a entender melhor todo o processo que envolve o PNLD. Logo nessa primeira participação, já tive a experiência de avaliar uma obra que foi reprovada...

²⁸³ Em verdade, minha primeira experiência com avaliação de obras e materiais didáticos foi no Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE Temático em 2013 quando avalei obras paradidáticas e de apoio ao professor sobre a temática sustentabilidade socioambiental.

No final do ano de 2018 fui convidada para atuar como coordenadora adjunta do PNLD/2020 (Anos Finais do Ensino Fundamental) do componente curricular Geografia. Apesar de não ter muita segurança se estaria apta a esse trabalho apenas com base em uma participação como avaliadora, aceitei a empreitada. Acho que deu certo!

Em 2020 tive duas participações no PNLD: como avaliadora do PNLD/2019 (Anos Iniciais – atualização BNCC - Geografia) e como coordenadora adjunta do PNLD/2021 (Ensino Médio – Objeto 1 - Projetos Integradores – Ciências Humanas). Este segundo representou desafio, pois tratou da avaliação de obras interdisciplinares voltadas ao Novo Ensino Médio, uma novidade para a maioria da equipe de avaliação, acostumada em trabalhar com obras disciplinares. Esse desafio não se deu apenas devido às características das obras, como também pela composição da equipe de avaliação que reuniu professores de Geografia, História, Filosofia e Sociologia.

Entre o final de 2020 e abril de 2021 participei novamente como coordenadora adjunta do PNLD 2021 (Ensino Médio – Objeto 2 – Obras de Ciências Humanas) que, assim como o anterior, trazia o desafio da avaliação de materiais interdisciplinares.

Ainda em 2021 recebi o convite para atuar como Coordenadora Pedagógica no PNLD 2021 (Ensino Médio – Objeto 4 – Recursos Educacionais Digitais). Esta participação trouxe, assim como as anteriores, novos desafios, não só pelo fato de assumir, pela primeira vez, a responsabilidade de coordenar todo o processo e atuar junto com a comissão técnica instituída pelo MEC, mas principalmente, por se tratar da primeira avaliação de materiais em formato digital no âmbito do PNLD.

Minha última e mais recente participação ocorreu no PNLD 2024 – Anos Finais do Ensino Fundamental – Geografia – Obras Didáticas, em que atuei como coordenadora pedagógica. Embora já tivesse alguma experiência nessa função, o número de obras a serem avaliadas e o tamanho da equipe, entre outros fatores, tornaram o trabalho tão desafiador e complexo quanto o primeiro. O peso da responsabilidade foi grande!

Todas as experiências no PNLD me possibilitaram conhecer de forma mais aprofundada e qualificada as etapas, as características e os gargalos do processo de avaliação de materiais didáticos no Brasil. Para além disso, o contato com colegas professores universitários e da educação básica de diversas regiões do país, participantes das equipes de avaliação, possibilitou intercâmbios e diálogos não só sobre material didático, mas também o ensino de Geografia e a educação geográfica de forma geral.

O que será o amanhã?

Em vista dos limites e objetivos deste texto, não será possível elencar e apresentar as diversas outras atividades que realizei ao longo desta trajetória que envolvem a coordenação e participação em projetos de extensão, gestão acadêmica e representação, entre outras, como: participações em bancas, emissão de pareceres, ministração de palestras, oficinas e minicursos, composição de mesas redondas em diversos eventos.

A última reforma da previdência social ocorrida em 2019 me “presenteou” com, no mínimo, mais 15 anos de trabalho. Então, há ainda um bom tempo de caminhada a ser percorrido.

O momento em que vivemos no país é de reconstrução, inclusive das universidades públicas, da pesquisa e da educação em geral. Mas, como a gente tem “essa estranha mania de ter fé na vida” e resistir cotidianamente, ser parte e trabalhar para a reconstrução é o que se coloca em nosso horizonte imediato.

Continuarei trilhando o caminho construído até aqui-agora, na luta pela educação pública, gratuita, de qualidade e inclusiva, buscando contribuir para a formação de professores de Geografia e para a educação de forma geral, seja por meio de pesquisas, publicações, orientações, aulas, entre outras formas de atuação.

Sendo assim, como tentei expressar no título deste texto, continuarei essa caminhada acadêmica e profissional na, com e pela universidade pública!

Ao finalizar, quero agradecer a todas as pessoas que estiveram e as que ainda estão comigo nesta caminhada: aluno(as), ex-alunos(as), orientandos(as) e ex-orientandos(as), colegas da UNIOESTE, da UFGD e de outras instituições Brasil afora e do exterior, muitos(as) dos(as) quais também se tornaram grandes amigos(as).

O agradecimento maior, no entanto, é para a universidade pública sem a qual a caminhada até aqui não teria sido possível.

Encerro com os versos de Lô Borges, Milton Nascimento e Marcio Borges da canção Clube da Esquina nº 2 que, para mim, dizem muito sobre os sentidos da caminhada e do caminhar como vida e como movimento da vida:

“Porque se chamava moço
Também se chamava estrada
Viagem de ventania
Nem se lembra se olhou pra trás
Ao primeiro passo, asso, asso
Asso, asso, asso, asso, asso, asso
Porque se chamavam homens
Também se chamavam sonhos
E sonhos não envelhecem
Em meio a tantos gases lacrimogênicos
Ficam calmos, calmos
Calmos, calmos, calmos
E lá se vai mais um dia...”

Referências

- NUNES, Flaviana G. Avaliação, ensino de Geografia e projeto educacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 21, p. 145-157, 1999.
- NUNES, Flaviana G. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado: pela superação da dicotomia teoria e prática. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 1, p. 87-94, 2006.
- NUNES, Flaviana G. 7.669 dias formando professores de Geografia: entre estágios, relatórios e afetos. *In*: GOETTERT, Jones D.; MOTA, Juliana G. B.; NUNES, Flaviana G.; IORIS, Antonio A. R. (org.). **Geografiando afetos: escritos, imagens e intensidades**. Porto Alegre: TotalBooks, 2022, p. 705-714.
- NUNES, Flaviana G. Outras imaginações espaciais: tensões e desestabilizações na Geografia escolar. **Signos Geográficos**, Goiânia-GO, v. 1, p. 01-13, 2019.
- NUNES, Flaviana G. Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO): formação continuada e contribuições para a educação básica. *In*: FARIAS, Marisa de F. L. de; SATHLER, Conrado N. (org.). **Sob a Proteção das Deusas Clio, Gaia, Atena e Psiqué: a Faculdade de Ciências Humanas da UFGD em narrativas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 275-290.

VIDA, PASSADO, PRESENTE - LUTAS, UTOPIAS E MEMÓRIAS

Adauto de Oliveira Souza

“Reconocer a la realidad significa algo más que conocerla. Exige saber ubicarse en el momento histórico que se vive, el cual es una forma de asombro que obliga a colocarse en un umbral desde el cual poder mirar, no solamente para contemplar sino también para actuar; la utopía, antes que nada, es la tensión del presente.”

(Zemelman, 2000, p. 110).

Apresentação

Este memorial teve o escopo de cumprir a previsão legal para a promoção docente à classe de Professor Titular na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), tendo passado por todas as classes e atingido a última, de Associado IV e trinta e um (31) anos de exercício, no ensino superior. Com tal propósito, esse texto memorialístico foi apresentado, em julho de 2019, junto à Comissão Especial, instituída formalmente no âmbito da UFGD.²⁸⁴

Nesse sentido, fiz um relato de percurso estudantil/acadêmico – relacionando-o com o meu viver/fazer – mas, priorizando minhas atividades, desde a formação inicial em Estudos Sociais e depois em Geografia, até minhas atividades profissionais no ensino, pesquisa, extensão, mas também na administração universitária e em associações científicas e sindicais, além de outras instituições relacionadas à atuação como educador, geógrafo e cidadão.

Tal postura decorreu da compreensão de que o passado é o presente tal como sobreviveu na memória.

Convém mencionar que este texto – em sua maior parte - foi publicado (Souza, 2021). A decisão em (re)publicá-lo deveu-se ao irrecusável convite dos professores Damião Duque de Farias e Edvaldo César Moretti - companheiros da Faculdade de Ciências Humanas – mas, fundamentalmente, para que possa servir, no coletivo da faculdade, junto com as “memórias” dos outros professores que passaram pelo mesmo processo – para a compreensão da dinâmica

²⁸⁴ Presidida pelo Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti (UFGD) foi composta igualmente pelos professores titulares: Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS); Wilson Valentim Biasotto (UFMS) e Paulo Roberto Joia (UFMS).

histórica desta unidade acadêmica. Com tais pressupostos, esse texto foi acrescido de uma reflexão da nova conjuntura da política brasileira, com a eleição do Presidente Lula, em 2022, e a nomeação/posse do novo reitor da UFGD, Prof. Jones Dari Goettert, em julho de 2022, encerrando um longo período de intervenção, injustificável, na instituição.

Tais fatos históricos – determinantes para o país e o ensino superior – em particular à UFGD -, ocorreram posteriormente à defesa deste memorial e já num contexto em que nós já estávamos aposentados e atuando tão somente na Pós-Graduação em Geografia.²⁸⁵

Este memorial foi organizado em quatro partes. Em notas introdutórias, apresento o meu percurso formativo até a graduação. Igualmente, apresento aspectos do meu viver/fazer. Em seguida, apresento as considerações sobre a formação no mestrado e doutorado. Na sequência, relato as atividades desenvolvidas como docente, já atuando na universidade, inicialmente na UFMS (1989 a 2005) e, posteriormente, na UFGD (2006 até os dias atuais). Por fim, trago uma leitura a que denominei considerações finais acerca do “momento” – meados de 2019 - que vivíamos no país e na universidade, sob intervenção. As principais alterações textuais foram aqui inseridas, visando atualizar a redação, mas sobretudo, refletir – ainda que brevemente – acerca do novo contexto histórico: a “volta do desenvolvimentismo no país e da normalidade institucional na UFGD”.

Nesse sentido, o texto memorialístico aqui apresentado procura enfatizar os momentos/movimentos que considerei significativos em nossa trajetória profissional.

Saliento que há passagens relatadas que não constam no currículo. Primeiro, porque algumas “*não cabem no Lattes*”, secundariamente, muitas foram realizadas num contexto histórico em o que *Lattes* era inexistente. Entretanto, na sua maioria, as atividades podem ser consultadas no meu *Currículo Lattes* disponível no endereço eletrônico do CNPq.

A exigência de lembrar, de reconstruir um trajeto, não significa, entretanto, trazer à tona a verdade do passado, mas fazer emergir a potência e a virtualidade que esse passado encerra. Em que medida é possível escapar da construção do passado? Ordenar o vivido num fio narrativo não implica ficcionalizá-lo? Quais as implicações desse processo?

Enfim, espera-se de um memorial que ele forneça o sentido de uma vida acadêmica. Será que no curso de uma vida que é a nossa temos a possibilidade de enxergar esse sentido?

²⁸⁵ Estive vinculado à pós-graduação (mestrado e doutorado) até o 1º semestre de 2023.

É imbuído dessas dúvidas que inicio esse texto, no qual a seleção – como já mencionamos – reveste-se de função ordenadora importante. Como a vida é feita de todos os dias e relatá-los é inútil além de impossível, a seleção das informações mais significativas, aquelas capazes de aglutinar/adensar/relacionar uma direção ao vivido, é que poderá proporcionar um campo de informações adequadas para os fins a que se destinou esse memorial.

Notas introdutórias

*Singelamente, dedico essa publicação a dois companheiros que dedicaram suas vidas à educação, no CEUD:
Prof. Wilson Valentim Biasotto (falecido em 2021) e
Prof. José Carlos Abrão (falecido em 2023).*

Ao refletir na produção deste memorial fiquei indagando sobre a dinâmica da minha trajetória acadêmica e institucional. Convenhamos, é uma tarefa ingente, dada a sua relação com todas as outras dimensões de nossa existência. Mas, a oportunidade me impõe tal reflexão, ainda que, com o passar do tempo, muitas memórias possam ter sido perdidas ou esquecidas, o que certamente refletirá em algumas lacunas que o texto apresenta.

Tais lacunas não significam, entretanto, “apagar a história”. Compreendo que é difícil dialogar com o tempo presente, o tempo da disputa política. De qualquer modo, tenho a compreensão de que neste memorial sempre que destaquei a minha participação e/ou coordenação em algum movimento/processo ou evento, jamais tive a pretensão de assumir a autoria ou participação individualmente. Concebo os processos histórica e socialmente, de modo que a totalidade do que relato a seguir, indubitavelmente, contou com a valorosa e imprescindível colaboração (melhor, o comprometimento!) de outros companheiros – professores e técnicos – assim, como de alunos, seja da graduação ou da pós-graduação. Sem eles, essa trajetória teria sido impossível e desprovida de sentido. Dispensável advogar que os equívocos, estes sim, são de minha responsabilidade.

Ao reconhecer o comprometimento dos companheiros nessa jornada, é imperioso destacar a minha família. Pais trabalhadores honestos, por isso, pobres, mas que “jamais perderam a ternura.” Em especial, reconheço – isso é pouco – a luta da Silvana de Abreu nessa caminhada. Sem dúvida, dividimos, somamos, multiplicamos. E historicamente sempre foi assim, desde 1986.

Nesse contexto, ainda preliminarmente, dois pressupostos que me orgulham como educador, é que, em nenhum momento histórico, desde 1981, quando ingressei como discente de Estudos Sociais no Centro Universitário de Dourados (CEUD/ UFMS), jamais em meus posicionamentos políticos fui questionado – por qualquer sujeito – de que lado eu estava denotando, a meu ver, um posicionamento sempre transparente, público e jamais de neutralidade político-institucionais. Em nenhuma circunstância, ouvi alguém dizer: “fiquei surpreso com a sua posição.”

Destarte, jamais pautei minha jornada priorizando os interesses próprios, nunca “coloquei a faca no pescoço de alguém”, buscando um posto ou quaisquer vantagens. Sempre que os ocupei, foi por via eleitoral, por compromissos coletivos ou institucionais. Tal postura, carrego como um bem próprio. Sempre acreditei, como outros companheiros, que um outro mundo é possível e a educação emancipatória ocupa lugar de relevo nesse processo. Educação emancipatória concebida no sentido de não evitar conflitos e contradições, mas concebendo-os como parte constitutiva dos processos pedagógicos.

Educação, como instrumento de conhecer melhor e atuar de forma politicamente posicionada, no mundo e na vida. Educação, como direito social, humano, que articula justiça social e cognitiva.

Historicamente, procurei pautar a minha atuação profissional-institucional referenciado nos princípios coletivos/solidários, democráticos e públicos. Talvez, seja desnecessário tal afirmação, mas em dias atuais, as pessoas são estimuladas a se ver como uma empresa e a eliminar a concorrência, em detrimento dos projetos coletivos. Vivemos numa sociedade narcísica e ensimesmada.

Nascido em Laranja Lima, criado em Vila Vargas, distrito rural de Dourados, a origem já designa os limites aos sonhos. Minha mãe, natural de Tupã (SP), chegou à CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) como ela contava “no dia do suicídio do Presidente Vargas”. Portanto, em 24 de agosto de 1954. Meu pai, também paulista de Pompéia (SP), chegou aos 14 anos, desapontado por trocar a vida na Alta Paulista, pela mata e pelo trabalho duro na colônia. Contava que veio “de pé e chorando no trem, de Junqueirópolis até a estação ferroviária de Ithaum”.

Meu sonho juvenil era cursar Educação Física, mas, como um filho de trabalhador rural meeiro e de uma dona de casa/lavadeira poderia estudar em Campo Grande – longe de casa – e em tempo integral?

Sonho que jamais se realizou, acabei cursando a minha segunda opção “Estudos Sociais”²⁸⁶, um curso de licenciatura curta, com apenas dois anos e meio e que me habilitaria para trabalhar unicamente no ensino fundamental (de 5ª a 8ª série, naquele contexto). Assim, a “opção” – em função da condição socioeconômica – acomodaria, ainda que secundariamente, uma relação de respeito e gosto, desde o ensino básico, com a Geografia e a História. Por mais que hoje tenha a compreensão do quanto aquele conteúdo estudado não passava de “decoreba”, de qualquer modo me levava a “viajar além de Vila Vargas”, onde residia.

No distrito de Vila Vargas (Dourados-MS), cursei o ensino fundamental. Recordo que, no antigo primário, as tarefas que exigiam acompanhamento da mãe foram todas feitas à luz de lamparina. Já bem tarde conheci o lampião. Numa primeira aproximação com a novidade – ao brincar com plástico perto de suas chamas – queimei as duas mãos; as cicatrizes até hoje expressam o resultado do deslumbramento com a técnica (daquele tempo!).

Mudamos para Dourados, justamente por recomendação do professor Edson Félix. Minha mãe prestava serviços domésticos para a sua família. Ele ministrava aulas de Português e Inglês. Ao findar a 8ª série (1977), numa reunião de pais e mestres, ele sugeriu à minha mãe que devíamos mudar residência para Dourados, para que eu pudesse continuar os meus estudos. Ela, que sabia tão somente escrever seu nome e arriscava uma e outra leitura, sem dúvida entendeu a mensagem e aceitou o desafio junto com meu pai, até então acostumado apenas com o trabalho braçal na roça.

No crepúsculo dos anos de 1970 e a família sempre trabalhando como meeiro, ou para terceiros, o êxodo rural era inevitável. Em Dourados, fomos procurar ajuda com os “conhecidos”. Famílias que “vieram na frente” e foram decisivas em nossas escolhas. O que e aonde estudar o Ensino Médio? Esses solidários conhecidos tornaram-se meus referenciais de orientação profissional/educacional. Quer ser professor? Não? Então, o curso de Magistério da Escola Estadual Menodora Figueiredo, não era uma opção!

O desejo era a universidade, sem nenhuma noção do que isso representava efetivamente. Em Vila Vargas, além do Prof. Edson Félix, conheci apenas uma moça que estudava em Dourados, viajando diariamente de jardineira – pela BR 163, ainda em pavimentação – era de pouco estímulo para a maioria, inclusive, porque custava caro estudar na cidade, mesmo que na escola pública.

²⁸⁶ Posteriormente em 1987, no I FALA PROFESSOR – Encontro Nacional de Professores de Geografia – participei em Brasília, em atividade coordenada pela AGB, de ato público contra o oferecimento de cursos de licenciatura curta.

Fui então direcionado para o “científico”, na Escola Estadual Presidente Vargas (1978). Lá cursei todo o Ensino Médio, um curso científico, mas técnico (produto da ditadura militar e da Lei 5.692/1971) em “Análise de Solo”. Jamais tivemos acesso a algum laboratório ou algo semelhante. Todavia, as aulas de OSPB ou Educação Moral e Cívica eram ministradas por um general (hoje “notório saber”). Na prática, apenas fomos informados desta habilitação para a qual, evidentemente, não estávamos preparados. Em 1980 terminaria o “científico” e o Brasil teria mais um entre os milhares de técnicos de coisa nenhuma, que a ditadura militar, associada ao modelo estadunidense, criou.

Assim, ingressei no antigo CEUD/UFMS, em 1981, concluindo a minha primeira graduação no 1º semestre de 1983, já num acalorado processo de redemocratização do país. Recordo do DACA – Diretório Acadêmico Cinco de Abril –, que era o instrumento de mobilização e luta estudantil desse período. Muitas lembranças, notadamente da nossa presidenta Maria de Fátima... a Fafá, que muito cedo nos deixou.

Por meio do DACA, em 1982, participei do Encontro Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro. Os tempos eram ainda de desconfiança e incertezas quanto às possíveis reações das forças militares de modo que o ambiente, pelo menos aqui em Mato Grosso do Sul, ainda era um tanto quanto velado. Os encontros com lideranças estudantis que chegavam do interior, se davam na antiga rodoviária de Campo Grande (MS), ainda “camuflados”. Tive a companhia, neste evento político da UNE, do meu amigo Antonio Leopoldo Van Suypene, que, posteriormente, seria professor de História na rede pública e Secretário de Educação do Município de Dourados, na gestão do geógrafo Laerte Tetila (2001-2008).

Um dos fatos mais marcantes dessa primeira aproximação com o CEUD foi o movimento liderado pelos professores Wilson Biasotto e José Laerte Tetila em prol da criação de uma universidade federal, em Dourados.

Tal movimento teve seu auge em 1983, quando o então deputado federal Sérgio Cruz materializou esse desejo e elaborou um projeto,²⁸⁷ que, aprovado em diversas comissões permanentes do Congresso Nacional, ficou na mesa do presidente João Figueiredo (1979-1985) para assinatura, o que não ocorreu. Indubitavelmente, não assinou pelas contradições próprias do estabelecimento da política, nos termos apontados por Poulantzas (2000) e Mészáros (2015), em que o Estado é a arena política das disputas. Neste caso, a política do ensino superior público.

²⁸⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei N° 1.320, de 1983.

Estou convencido de que essa é a gênese histórica do processo de criação da UFGD, materializado institucionalmente, 23 anos depois, em 2005.²⁸⁸ Retomarei essa experiência mais adiante, mas não sem referenciar a acolhida como política governamental, inclusive, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), nos seus dois primeiros mandatos.

Concluído o curso de Ciências Sociais fui convidado pelos professores Laerte Tetila e Vera Abrão a participar como representante estudantil no processo de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Geografia, criado em setembro de 1982, para a sua implantação em 1983, no então Centro Universitário de Dourados (CEUD), estrutura integrante da UFMS²⁸⁹. Sinceramente, é de se questionar quais eram os argumentos que os levaram a me convidar para tal empreitada, mas tive uma convivência/formação acadêmica memorável no curso de Estudos Sociais, com um quadro de docentes que incluía, além dos citados, os professores Wilson Biasotto, Valdeir Justino e Irene Rasslan, com os quais aprendi a desvendar o lado oculto da realidade.

A minha participação no processo de criação do curso, praticamente delineou um percurso “natural” para complementação de minha formação de professor. Da licenciatura curta, veio a necessidade da licenciatura plena. Assim, aguardei até 1984, um ano após o ter iniciado o seu funcionamento, para ingressar como portador de diploma de curso superior na Geografia. Tive que aguardar “rodar” a semestralidade, tendo em vista que aproveitei diversas disciplinas já cursadas anteriormente.

Como estudante de Geografia, fundamos, em 1984, juntamente com outros colegas, especialmente Silvana de Abreu e Artemio Franco Júnior, o Centro Acadêmico de Geografia (CAGEO). Eram tempos de luta contra o pagamento de mensalidades na universidade. No ato da matrícula, recebíamos o boleto para efetivar o pagamento. O boicote foi nacional... não pagamos a mensalidade! Foi a resistência possível e a gratuidade foi uma conquista dos estudantes, nacionalmente.

Além de assumir tarefas políticas em um momento difícil, já que a anistia e a abertura política eram recentes e muitos atos de repressão ainda aconteciam, a gestão do CAGEO era também acadêmica na perspectiva da consolidação de um curso, em sua primeira turma, o que demandava a participação, como representante discente, no Departamento de Ciências, antigo DCI. Fui eleito o 1º representante discente do curso.

²⁸⁸ A UFGD foi criada em 29 de julho de 2005, pela Lei nº 11.153, assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

²⁸⁹ Oficialmente, o citado curso obteve autorização de funcionamento através da Portaria RTR/UFMS nº 102, de 9 de setembro de 1982, e reconhecimento pela Portaria MEC nº 553, de 11 de novembro de 1987, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de novembro de 1987.

Concluí o curso de Geografia em 1986, tendo ingressado por concurso público, ainda como professor auxiliar (apenas graduado), em 1989. O concurso foi realizado em 1987, mas o presidente José Sarney (1985-1990) suspendeu as contratações de servidores públicos por dois anos e, por pouco, não o perdi, em virtude do esgotamento de sua validade (dois anos).

Entre 1986 e 1989, enquanto aguardava ser contratado (ou não), ministrei aulas de Geografia, de OSPB, de Prática Comercial, Prática do Lar, Horticultura, em quase todas as escolas públicas de Dourados. Sempre como substituto (contrato temporário): 30 dias numa escola; mais 40 em outra e assim por diante. Vivia-se o tempo do mimeógrafo como recurso na produção de material didático para os estudantes. Os salários eram baixíssimos e a sobrevivência dependia de muitas aulas e turmas. Trabalhei, igualmente, numa escola privada.

Em 1989, já concursado na rede estadual de ensino, ministrava aulas no ensino básico, nos três períodos: de manhã, salas com 60 ou mais alunos numa unidade privada, uma “gurizada” bem nutrida, exigiam toda nossa energia; à tarde em uma escola distrital de Nova América (município de Caarapó, onde fui lotado pelo Estado), alunos da zona rural traziam todo tipo de alimento para complementar a merenda e agradecer os professores; e, à noite, aulas na Escola Menodora, com turmas do Magistério, em contrato temporário. Em um único dia, vivenciava três realidades educacionais completamente diferentes. Creio que tal experiência contribuiu significativamente na minha formação como professor.

Vivíamos a “década perdida”, no dizer dos economistas. Descobri, mais tarde, os pressupostos dessa ideologia economicista. O discurso de crise era recorrente (como ainda é!). Para os movimentos populares foi a “década ganha”.

Como argumenta Mészáros (2015, p. 10), o Estado é muito mais que uma construção histórica para sustentar (e manter) as bases da dominação política. “É, em si, o próprio espaço dessa disputa”.

Tínhamos esperança. Fizemos a disputa. Lutamos e ganhamos! Mesmo num contexto mundial adverso, com avanço do neoliberalismo no Brasil, a sociedade brasileira conseguiu produzir uma constituição (CF 1988) que seria apropriadamente denominada por Ulisses Guimarães: “Constituição Cidadã.”

Ainda professor substituto na rede estadual, estive em caravana sindical, em Brasília. Chegamos, depois de uma longa jornada rodoviária, em um *busão* sem ar-condicionado, para entregar as emendas populares aos constituintes. Penso que valeu a viagem e a luta. Certamente,

a viagem foi mais cansativa, mas não o suficiente para abater a esperança e a utopia – conforme a epígrafe – daqueles dias de redemocratização, mobilização e luta.

Nesse período, mais precisamente em 1987, tive a experiência de atuar como professor substituto na área de Sociologia, tentando minimamente cumprir uma função hercúlea de substituir o Prof. Valdeir Justino. Essa condição como professor substituto constituiu-se numa oportunidade ímpar, pois além de atuar em sala de aula, também pude participar da elaboração de um livro didático para as séries iniciais, juntamente com as professoras Regina Targa Moreira (História) e Shio Yoshikawa, do curso de Pedagogia.

A experiência foi escrever uma coletânea de livros didáticos sobre Mato Grosso do Sul, de 1ª a 4ª série, que foi aprovada por Conselho Editorial para publicação na Editora da UFMS. Em pelo menos duas ocasiões, passamos os dados bancários para o depósito dos direitos autorais, já que a obra estava pronta. Nunca saiu da editora! Aspectos de um tempo histórico em que os recursos para as universidades eram mínimos e a operacionalização da editora não era uma prioridade.

Efetivado na condição de Professor Auxiliar (1989), quando os concursos exigiam apenas graduação, construí toda a minha trajetória acadêmica no interior dessa instituição, de tal forma que posso asseverar que “fui formado pela UFMS/UFGD”. Tratou-se, portanto, de uma realidade completamente diferente da dos dias atuais, nos quais, em regra, ingressam jovens docentes, muitos com pós-doutorado, mas quase sempre sem experiência no cotidiano da sala de aula e, sobretudo, das questões relativas à gestão da universidade. Muitos colegas vão ter a primeira experiência em sala de aula como professor da universidade, já portando o título de doutor. Outros tempos e outros espaços! Outras lutas!

A trajetória de formação acadêmica

O mestrado e a temática da industrialização territorialmente planejada

Importante mencionar que, mesmo tendo cursado duas habilitações – Estudos Sociais e Geografia – até o meu ingresso no mestrado, praticamente não tive nenhuma experiência imediata/prática com a pesquisa. Tive excelentes professores que contribuíram significativamente com a minha formação, todavia, a pesquisa não era uma prática própria daquele tempo histórico e tal fato se relacionava, umbilicalmente, com as condições objetivas do Centro Universitário de Dourados (CEUD).

No curso de Geografia, por exemplo, havia apenas cinco docentes no seu quadro. No então projeto pedagógico não havia a monografia como trabalho de conclusão de curso (TCC). O acesso à iniciação científica era impossível para a realidade dos estudantes no CEUD. Entre os docentes do curso, havia três (3) mestres; condição de muita qualificação naquela época, já que não havia afastamento ou bolsa para qualificação. Os docentes levavam cerca de quatro (4) a oito (8) anos para cursar os programas de pós-graduação que também eram mínimos no país. Assim, as condições objetivas, como distâncias, não concessão de bolsas e/ou afastamentos, não permitiam ou obstaculizavam, até se pensar em fazer um doutoramento. Ainda me lembro, que no meu tempo de estudante, de todo o quadro docente do CEUD, apenas dois eram doutores, sendo um originariamente do Equador. Nenhum deles integrava a área de Ciências Humanas.

Eram tempos difíceis. Mas, por outro lado, tais condições possibilitavam o ingresso como docente nas universidades, na condição de professor auxiliar. Reafirmando, iniciei a carreira como professor universitário e fui sendo “construído” academicamente, sob teoria e prática, prática e teoria. Assim, ser o que eu quis ser, também envolvia pensar sobre as demandas próprias do curso e se relacionava sempre com as condições e os interesses institucionais.

Com tais pressupostos, em 1993, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Arlete Moisés Rodrigues, docente da Unicamp e credenciada na UNESP/Presidente Prudente. Confesso, publicamente, que não poderia ser mais feliz em minha escolha: excelente profissional, exemplar orientadora, solidária, aguerrida... faltam adjetivos.

O processo de preparação para o ingresso foi tenso. Havia uma bibliografia muito extensa, porque contemplava as duas grandes áreas da Geografia (Física e Humana) e tive que, nesse período, conciliar a preparação para as provas - específica e de idiomas -, com a função de coordenador de curso, duas situações novas que exigiam esforço e dedicação. Pela condição econômica, não havia feito idiomas “no tempo certo”, o que me obrigou a dedicar mais tempo e esforço na preparação para a seleção.

Enfim, fui aprovado, e iniciei a dissertação de mestrado, cujo objetivo central era compreender por que Dourados, considerada uma cidade polo de desenvolvimento regional, desde meados da década de 1970, no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975/79), contemplada com um distrito industrial, concebido governamentalmente como principal instrumento de desenvolvimento, não conseguia fazê-lo “decolar” do ponto de vista de atração de plantas industriais motrizes e em quantidade que permitisse a atividade industrial ter representatividade na geração de empregos.

Por que o Distrito Industrial de Dourados (DID) não era um instrumento capaz de impulsionar o crescimento industrial nesta cidade? Ou, por que o DID teve sua performance historicamente obstaculizada?

Assim, o objetivo era compreender o significado, as contradições, os redirecionamentos e as interações espaciais (Correa, 1997, 2016) da construção deliberada de um espaço para servir a determinados objetivos da economia e da política. Procurei compreender a importância da ação estatal, por meio de uma política econômica desenvolvimentista (Bielschosky, 2000), que produziu repercussões no plano da produção espacial douradense.

Com o escopo de responder as questões colocadas e do ponto de vista da compreensão geográfica desse fato, examinei o papel de todos os agentes socioeconômicos e políticos relacionados no processo, assim como suas particularidades históricas e determinações específicas, relacionando-as com o processo de industrialização brasileira e com a sua inserção no contexto da divisão internacional do trabalho.

Constatou-se que o DID, mesmo se tratando de um “espaço projetado”, não é apenas um lugar que foi produzido e transformado, mas também um componente do modo de produção capitalista que traz, em seu bojo, todas as contradições e formas necessárias ao desenvolvimento do capital.

A dissertação serviu para ratificar que a função do geógrafo deve ultrapassar a escala da constatação e descrição dos fenômenos. A análise produzida ofereceu os princípios do método necessário ao exame das leis da construção e reconstrução do espaço geográfico, numa fase capitalista determinada, sob um ângulo particular. Concluí que é impossível “amarrar” uma realidade dinamicamente contraditória em modelos assumidos como harmônicos, como é apregoada pela teoria dos polos de desenvolvimento (Perroux, 1967).

A história do DID é um processo preñado de contradições, conflitos, tensões e notadamente incapacidade estatal, no sentido de implantar e viabilizar a concepção da proposta.

Desse trabalho, inédito em Mato Grosso do Sul, se produziu um conjunto de artigos publicados em periódicos, assim como apresentações em eventos científicos, em diversas escalas, além de ter participado em audiência pública, na Câmara de Vereadores de Dourados com objetivo de discutir e encaminhar questões relativas ao desenvolvimento urbano municipal. Posteriormente, esse material ainda seria utilizado como apoio referencial na redefinição de estratégias de desenvolvimento durante a gestão municipal do governo do prefeito Tetila (2001-2008).

O trabalho referenciado e colocado a serviço dos interesses científicos e/ou de administração pública foi defendido em 1995, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na UNESP, em Presidente Prudente, tendo sido intitulado: “Distrito Industrial de Dourados: intenções, resultados e perspectivas.”

O doutorado: polarização como instrumento de desenvolvimento regional

O aprofundamento da discussão acerca do papel do Estado como indutor de políticas e a existência de distritos industriais como estratégia de desenvolvimento, no território sul-mato-grossense, viria com o doutoramento realizado na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação da Prof^a Margarida Maria de Andrade, com quem aprendi bastante, no seu trato simples, respeitoso e estimulante a todos com quem trabalhava.

Refletindo acerca da referida problemática, constatei que, guardadas as suas particularidades, a sua análise articulava-se com as determinações gerais da política industrial brasileira nos seus diferentes níveis. Diante dessa constatação é que optei por ampliar a área de análise, de modo a contemplar as cidades Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três Lagoas, pioneiras e oficialmente definidas como polos de desenvolvimento para a porção meridional do então Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Todas estas cidades-polos possuem distritos industriais, evidenciando, por um lado, que a proposta de industrialização dirigida concretiza-se num dado espaço e, por outro, que o espaço é condição fundamental para o desenvolvimento regional baseado na indústria.

O objetivo geral da tese foi investigar o papel desempenhado pela polarização, como estratégia particular de desenvolvimento, em Mato Grosso do Sul. Mais especificamente, busquei compreender o significado geográfico da implantação dos polos de desenvolvimento e de seu principal instrumento: os distritos industriais.

Do conceito de polos de desenvolvimento foram extraídas várias diretrizes de política econômica, tal como a executada em Mato Grosso do Sul, tendo permitido uma leitura geográfica, não só para avaliação de sua apregoada eficácia, mas principalmente para identificar as suas manifestações no espaço (LEFEBVRE, 2000).

Ademais, a particular polarização/industrialização destas cidades sul-mato-grossenses não se explica por si mesma, abstraída da totalidade espacial considerada.

A história econômica do Brasil e da maior parte da América Latina, no pós-segunda guerra, esteve marcada pelo esforço de industrialização por substituição de importações (ISI), como meio de romper com as amarras impostas pela dotação das chamadas vantagens comparativas, que segundo defesa da CEPAL, à época, condenaria os países não industrializados ao papel de exportadores de matérias-primas, inibindo o seu desenvolvimento.

Nesse quadro, a ideia de planejamento – com todas as suas implicações ideológicas – difundiu-se e constituiu-se num dos conceitos fundamentais produzidos pelo capitalismo como instrumento de imposição do capital internacional em âmbito mundial. O desenvolvimentismo foi, então, colocado a serviço da manutenção do *status quo* e do fomento ao capitalismo nos países avançados, assim como nos países periféricos, desencadeando as explicações para o subdesenvolvimento e as formas de superá-lo.

É nesse contexto que François Perroux (1967) lançaria a teoria dos polos de desenvolvimento, sob a concepção de que com a aplicação da polarização se promoveria a eficiência econômica e a equidade regional. As regiões atrasadas se desenvolveriam e os fluxos de pessoas, bens e capitais, que de outro modo se dirigiriam para as áreas metropolitanas congestionadas, desviar-se-iam até seletivos centros regionais.

Esse discurso da importância do planejamento do desenvolvimento vem acompanhado da criação de um extenso aparato de intervenção pública na sociedade e no espaço (IANNI, 1990). A criação de polos de desenvolvimento, a instalação de distritos industriais, assim como a dinamização das cidades de porte médio, assume papel preponderante. Dentro dessa lógica, foram criadas as superintendências de desenvolvimento regional.

É o caso da SUDECO, por exemplo, criada em 1967, além das companhias de desenvolvimento estadual, criadas em praticamente todas as unidades da Federação. (Abreu, 2000).

A região Centro-Oeste e, singularmente o então Mato Grosso, no interior do processo de divisão regional do trabalho, buscava oferecer condições para a industrialização de matérias-primas locais, caracterizando-se como área alternativa de desconcentração industrial e, principalmente, promovendo a sua definitiva integração à economia brasileira. Com esse princípio, entende-se, tornou possível a implementação dessas áreas-polos no sul do então Mato Grosso.

Trata-se, no dizer de Lefebvre (1949) de uma "ilusão tecnocrática", a qual supõe que se considere o Estado como um simples instrumento, indiferente, em si mesmo, as relações sociais e superior à essas relações.

Penso que a principal contribuição da tese foi compreender, do ponto de vista geográfico, como uma política governamental executada num determinado momento histórico produziu interações espaciais (Corrêa, 1997, 2016). Ademais, essa era uma temática ainda não trabalhada em Mato Grosso do Sul e serviu para “instrumentalizar” os planos regionais de desenvolvimento sustentável nessa Unidade da Federação.

Como desdobramento dessa pesquisa, dois livros foram publicados, sendo um deles, inclusive, com objetivo paradidático (Souza, 2008, 2010) para atender a uma demanda de conhecimento em nível médio e/ou para graduação acerca do processo de produção do espaço sul-mato-grossense; nesse caso, sob o viés da política industrial.

Momentos importantes foram aqueles do final dos anos noventa, cuja participação no movimento político da cidade envolvia desde apoio teórico e técnico-científico para elaboração do plano de campanha/governo do amigo e professor Tetila, passando por reuniões para definição de estratégias, além do trabalho de campanha direta, com panfletagem depois do expediente, para “pegar” os trabalhadores em final de tarde, voltando do trabalho, ou mesmo aos finais de semana, visitando bairros e conversando de casa em casa, na praça... na feira livre.

O desfecho vitorioso dessa eleição determinaria para sempre a nossa vida naquele centro universitário! Não tenho qualquer dúvida quanto a isso!

Trajétoria no ensino superior

Atividades de ensino de graduação

Na graduação em Geografia - licenciatura e/ou bacharelado - tenho sido responsável por uma carga horária de trabalho dedicada às disciplinas teóricas, mas também de ordem teórico-práticas, nomeadamente, Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia e Trabalho Orientado (TO), com orientação de monografias na modalidade de conclusão de curso.

É mister destacar que o curso de Geografia/CEUD/UFMS implantado em 1983, passou a contar com o Trabalho Orientado somente a partir de 1995, com a habilitação em bacharelado e a sua oferta no período noturno.²⁹⁰

Nesse contexto, é significativo o rol de disciplinas que ministramos durante a carreira docente. Todavia, após a criação da UFGD, foi possível verticalizar a atuação, de modo que,

²⁹⁰ Ao longo de minha trajetória institucional, participei de bem mais de uma centena de bancas examinadoras de monografias. Essa condição foi importante para contribuir com os trabalhos, mas também para conhecer “o que foi produzido” nestes 40 anos de história do curso.

particularmente, as disciplinas Geografia das Indústrias, Estágio Supervisionado e Trabalho Orientado (monografias), foram ministradas por pelo menos uma década.

O Estágio Supervisionado em Ensino de Geografia foi um encargo curricular que assumi em um contexto específico. De um lado, o Conselho Nacional de Educação/MEC aumentou a carga horária para 400 horas de estágio obrigatório e mais 400 horas de prática de ensino, que passaram a ser incorporadas à carga horária de formação de professores. Os acadêmicos do curso de Geografia/UFGD, desde o 3º semestre passaram a ter obrigatoriedade de cursar o Estágio Supervisionado, o que impactou sobremaneira essas áreas de formação prática.

Além disso, com o processo de criação da UFGD, uma docente do curso de Geografia que atuava na área de ensino assumiu cargo diretivo na administração, de modo que, apesar das contratações recebidas, desde 2009, assumi tal atribuição, tendo sido inclusive, escolhido pelos pares, como presidente da Comissão de Estágio Supervisionado (COES), cargo que ocupo desde 2015.²⁹¹

É importante mencionar que a rotina semestral de supervisionar o estágio nas escolas de educação básica, em Dourados, traz como consequência o encontro com ex-colegas de turma, mas, sobretudo, com ex-alunos de Geografia, hoje, em sua maioria, lotados nestas escolas. É sempre um encontro agradável e revigorante tomar conhecimento do trabalho realizado pelos egressos e ver que estão atuando como professores.

Uma outra vertente tem sido a dedicação como orientador na iniciação científica (IC). No contexto da UFMS, anos 80 e 90, era praticamente impossível tal experiência. Com o número de bolsas escasso e a priorização das chamadas “áreas duras”, ter bolsa CNPq nas licenciaturas era difícil, senão impossível. Sem mencionar que o título de doutorado também tinha “peso”, o que era um problema para o ainda jovem quadro docente do curso de Geografia, em formação, no final dos anos 90.

Todavia, com o doutorado e a “década inclusiva” – governos Lula e Dilma Rousseff – foi possível construir a prática de orientações de iniciação científica todos os anos.

É necessário afirmar que, em alguns anos, além dos dois bolsistas (que era o limite definido em edital), tive também acadêmicos na condição de iniciante à pesquisa na forma de voluntário. Essa prática de participação na IC revelou-se, significativamente importante, tendo

²⁹¹ Tendo sido encerrado apenas em julho de 2019, por ocasião da minha aposentadoria. BRASIL. DIÁRIO OFICIAL Nº 127, de 04 de julho de 2019, p. 46.

em vista que diversos estudantes, senão a maioria, acabaram por ingressar na pós-graduação, chegando até o nível de doutorado. Neste percurso, foram mais de 30 projetos de IC, orientados.

Outro elemento significativo e obrigatório, no Curso de Geografia, tem sido o Trabalho Orientado de Monografia. Introduzido em 1993, quando houve uma das reestruturações do Projeto Pedagógico do Curso, com a mudança para o período noturno e a introdução da habilitação em bacharelado, não deixaria nunca mais de compor a exigência de formação para professores e também para bacharéis.

Nesse contexto – conforme publicado no *Lattes* – orientei trinta e quatro (34) monografias em diversas temáticas, que também serviram como uma espécie de ponte para alguns acadêmicos também ingressarem no mestrado. Sempre argumentei que uma “monografia bem feita é um caminho sem sobressaltos para a pós-graduação.” A experiência desses anos, reforça isso. A maioria desses alunos ingressou na pós-graduação.

Ainda na graduação, historicamente o curso de Geografia tem a prática de participação de todos os seus docentes na Comissão Permanente de Apoio à Graduação. Assim, é mister afirmar singelamente, que a minha história e a história desse curso se cruzaram de tal modo que posso afirmar ter participado de todas as discussões e reestruturações curriculares, desde a sua criação em 1982. Certamente é uma condição única, entre meus colegas e na Faculdade de Ciências Humanas.

Quantos sujeitos podem dizer ter participado da criação de um curso, integrar a sua primeira turma (1983), ainda nele trabalhar, e acompanhar todas as suas fases, mudanças e dinâmica histórica (1989/2023)? Sou realmente um privilegiado!

Feitas essas considerações, passamos a discorrer sobre atividades na pós-graduação, compreendendo que são atividades relacionadas e interdependentes.

Atividades de ensino de pós-graduação

Minha experiência na pós-graduação iniciou-se ainda em 2003, um ano após concluir o doutorado. Na oportunidade, coordenei um Curso de Especialização em Geografia, na área de concentração em Desenvolvimento Regional, oferecido no período de abril de 2004 a junho de 2005.²⁹² Embora na modalidade *lato sensu*, era compreendido, naquele momento histórico, como um passo fundamental como a preparação para um curso *stricto sensu*. Tanto os docentes, como os

²⁹² O mencionado curso foi aprovado pela Resolução nº 325, de 28 de novembro de 2003, do Conselho do *Campus* de Dourados, da UFMS.

alunos comungavam desse sentimento. Tal compreensão efetivamente se materializou em 2004, quando o curso de mestrado em Geografia foi criado, ainda na condição institucional de UFMS.

Além da coordenação do mencionado curso, na oportunidade orientei cinco (5) trabalhos de pós-graduandos. Foi efetivamente a primeira experiência em ensino, orientação e coordenação da pós-graduação.

Como já mencionado, o processo de construção da formação teórica e profissional como professor na universidade foi fundamental. Estou certo que essa vivência foi basilar para a minha aprendizagem/formação profissional.

Na pós-graduação *stricto sensu*, fui professor permanente desde 2004, ainda no *Campus* de Dourados (UFMS). Nessa condição, além de ministrar disciplinas em Dourados e, também, em Aquidauana, foram muitas as bancas de qualificação e defesas de dissertações das quais pude participar, além de orientação de quatro (4) dissertações, ainda no então CEUD/UFMS.

Posteriormente, com o desmembramento da UFMS e criação da UFGD, em 2005, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Geografia – ainda em 2006 – tendo como área de concentração a “Produção do Espaço Regional e a Fronteira”, temáticas marcadas pela relação dialética entre dinâmicas políticas, econômico-produtivas e físico-geográficas.

Particularmente, acabei inserido na linha de pesquisa “Políticas públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza”, a qual permeia discussões de políticas públicas sob diversas perspectivas: ações de planejamento e desenvolvimento regional pela atuação do Estado através de investimentos, incentivos fiscais, financiamentos; parcerias público-privadas, integração regional sul-americana; normas de uso do território.

As possibilidades de pesquisa acerca das “dinâmicas produtivas” aglutinam estudos sobre configurações/ordenamentos territoriais produtivos determinadas pelas atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços. Portanto, as pesquisas relacionam-se à industrialização, comércio exterior e integração, economia de serviços, fluxos, circulação e logística e atividade turística na produção do espaço.

A ocasião estimula um balanço de minha atuação, desde o ingresso no mestrado em Presidente Prudente (1993), o doutorado (2002) e o período de atuação no contexto do Programa de Pós-Graduação da UFGD.

A reflexão sobre o meu percurso acadêmico e a sua dinâmica neste período, mostra que persistiu bastante fidelidade em relação ao objeto inicial de pesquisa sobre a relação do Estado

com a economia e a sociedade, delineado pioneiramente, na UNESP, com a dissertação, concluída em 1995.

Hoje, é possível afirmar que o foco das minhas análises, ou seja, boa parte do que escrevo/publico, ensino, pesquiso, oriento, está relacionado com a problemática do Estado (tanto do ponto de vista atual, quanto no passado recente).

Nem sempre temos o benefício da visão retrospectiva que esse memorial acaba por proporcionar. Portanto, meus interesses incluem um tema principal: algo como compreender e analisar as experiências práticas das políticas governamentais e públicas sul-mato-grossenses e as suas interações no espaço geográfico. As suas determinações, articulações, tensões, contradições e clivagens.

Nesse sentido, entre 2004 e 2008, orientei 4 (quatro) dissertações, ainda na UFMS. Posteriormente, na UFGD, orientei 11 (onze) dissertações. Quanto às teses, ainda no contexto institucional da UFGD, orientei 6 (seis) doutorados, sendo 4 (quatro) concluídos, antes da aposentadoria em 2019.²⁹³

Um comentário específico acerca da dissertação de Osmar Dantas (2004) – nosso primeiro orientando – merece destaque: tratou-se de um desdobramento de um trabalho coletivo que participamos com colegas da UFGD, em convênio com o Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul. Por ora, destaca-se que este convênio nos permitiu criar e equipar o Laboratório de Planejamento Regional (LAPLAN), ainda no Centro Universitário de Dourados.

Além das atividades acadêmicas, o LAPLAN foi também um espaço de construção de encontros para debater a universidade e a política universitária, inclusive a criação da UFGD e a sua implementação, em 2006.

Como argumentado no início, as temáticas que foram orientadas no mestrado e no doutorado, denotam um “diálogo” direto com o Estado e suas representações governamentais, elaborando e implementando políticas públicas que intervêm (ou se omitem)²⁹⁴ em determinados setores e atividades, produzindo interações espaciais.

²⁹³ Posterior a minha aposentadoria, na condição de Professor Sênior do programa de pós (UFGD), tive mais três orientações de mestrado e duas de doutorado. Um montante, portanto, de 18 dissertações e 6 teses, orientadas.

²⁹⁴ Discutindo o conceito de política pública, Saravia (2006, p. 29) afirma que: “Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa **a ações ou omissões**, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.” (Grifo meu).

É válido dizer que na Pós-graduação ocupei o posto de vice-coordenador do curso, eleito pelos pares, no período de 2011 a 2015, portanto, dois mandatos seguidos: nas gestões da Prof^a Flaviana Gasparotti Nunes (2011-2013)²⁹⁵ e do Prof. Charlei Aparecido da Silva (2013-2015).²⁹⁶ Entendo que foi um tempo histórico de consolidação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, a partir do qual foi criado o doutorado, em 2013.

Atividades de pesquisa

A execução de projetos de pesquisa e a participação em grupos de estudos e de pesquisa mostrou-se como uma prática imprescindível para a produção do nosso conhecimento. Nesse sentido, o LAPLAN (Laboratório de Pesquisa em Planejamento Regional) foi uma conquista fundamental para as atividades de pesquisa e debate do Grupo de Pesquisa PPODER²⁹⁷. Esse grupo de pesquisa, reconhecido institucionalmente, iniciou suas atividades a partir da necessidade de discutir Geografia, Estado e planejamento regional, tendo suas pesquisas relacionadas precipuamente com o território de Mato Grosso do Sul.

O trabalho que se procurava realizar em conjunto com outros professores do curso de Geografia e respectivos orientandos, nos diferentes níveis, teve como *locus* o LAPLAN – sob a minha coordenação de 2002 (ano de implantação) a 2013. Conforme já mencionado, o espaço foi viabilizado pela participação, em conjunto com outros professores/as da própria Geografia, como Silvana de Abreu e Edvaldo César Moretti, em projeto de pesquisa conveniado.

As atividades no LAPLAN iniciaram a partir da participação em pesquisa e parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com financiamento da GasPetro/Petrobrás. Com os recursos desse projeto, foram adquiridos os equipamentos necessários para montar o referido laboratório: computador e impressora. A partir desse “espaço” organizamos – juntamente com a Prof^a Silvana de Abreu – o grupo de pesquisa, para dar vazão às pesquisas e orientações sobre planejamento, políticas públicas e desenvolvimento regional.

Até então, o principal recurso didático era um retroprojektor, adquirido com recurso de inscrição de evento regional que coordenei. O antigo DCH não tinha mais que dois ou três retroprojetores e, conseqüentemente, não atendia à demanda dos professores. Sinceramente, ter um retroprojektor no LAPLAN se assemelhou a “uma revolução”. É um exagero. Certamente, se equivale a ter um “datashow”, nos dias de hoje para as atividades do grupo de pesquisa, mas

²⁹⁵ Nomeado através da Portaria RT 625, de 01 de setembro de 2011.

²⁹⁶ Nomeado através da Portaria RT n° 918, de 29 de agosto de 2013.

²⁹⁷ PPODER – Grupo de Pesquisa “Política Pública e Planejamento Regional”.

acabou sendo largamente utilizado para o ensino em sala de aula, inclusive. Atualmente, encontra-se no Laboratório de Múltiplos/FCH como representação de um equipamento didático-pedagógico, mas ainda utilizado em muitas escolas deste país.

O mencionado grupo de pesquisa (PPODER) constituiu-se por afinidade de temáticas, quais sejam: discutir questões relacionadas ao Estado, ao poder público e suas políticas de planejamento e desenvolvimento e teve como repercussão direta a implantação do Laboratório de Planejamento Regional e a institucionalização do próprio grupo, que já vinha refletindo sobre textos clássicos e contemporâneos referenciados na temática/categoria Estado e região, agrupando orientandos e outros colegas desejosos de leituras e debates.

Nesse sentido, foram realizadas pesquisas, nos níveis de graduação (monografias e iniciação científica) e pós-graduação (mestrado e doutorado), que tiveram como objetivos, analisar as políticas públicas implementadas nos diferentes níveis de governos, fundamentalmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento (Lefebvre 1972, 1976; Castoriadis, 1996), como é o caso das políticas de industrialização, de produção energética e da multimodalidade nos transportes, como estratégia de desenvolvimento regional, mas também as políticas de inclusão social, de saúde/assistência básica e assistência farmacêutica, de turismo e parcerias público-privadas, de resíduos sólidos urbanos, de mobilidade urbana, e de formação de professores.

Assim, participei de alguns projetos, seja na condição de coordenador, seja como pesquisador-colaborador e, vale dizer, todos cadastrados institucionalmente e, na sua maioria, com financiamento de órgãos de fomento (Fundect e CNPq).

Tais contribuições constituem-se em um acervo de estudos de políticas públicas e de governos, operacionalizadas em Mato Grosso do Sul, tornando-se uma base de informações geográficas, técnicas e científicas, que podem subsidiar ações, projetos e programas governamentais, sob uma dialética *sui generis*, em virtude da qual o conhecimento, ao informar a pluralidade dos sujeitos envolvidos, passa a fazer parte da realidade que se busca conhecer.

Metodologicamente, procurei utilizar uma abordagem integrada para a análise das políticas públicas. Tal opção decorreu da necessidade de analisar a totalidade dos aspectos e sujeitos que planejam, decidem, executam, avaliam ou são beneficiados e/ou excluídos de políticas implementadas.

A referida proposta decorreu do modo de conceber historicamente e conceituar as políticas públicas. Ao discutir o mencionado conceito, Di Giovanni (2009) nos diz que o mesmo extrapola a ideia de que uma política pública se constitui unicamente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática.

Para Di Giovanni (2009, p. 4-5): “a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade.” E segue dizendo que “é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal.”

Assim, desta interação se definem as políticas públicas: quais setores, espaços, gentes que serão beneficiados (ou não!) com os recursos públicos.

Analisando essa questão, Poulantzas (2000, p. 134), afirma que o Estado é a condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe.²⁹⁸ Ainda em suas palavras: “O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado”.

Portanto, na concepção deste autor, entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como *um campo e um processo estratégico*, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições uns em relação aos outros.

Ademais, o conceito de Estado deve ser identificado como a produção política, sempre em elaboração, que exprime sem separação, mas, dialeticamente no político, as relações existentes na economia.²⁹⁹ Trata-se de uma produção política que se torna produtora de consenso, de narrativas, não obstante as contradições, tensões e conflitos que carrega.

Assim, enquanto forma do político, o Estado se comporta como centro de institucionalização e decisões, reconduzindo as relações sociais, garantindo desse modo, a sua própria recondução (Nasser; Fumagalli, 1996).³⁰⁰

²⁹⁸ “[...] o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas [...] como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tais como elas se expressam, de maneira sempre específica, no seio do Estado”. (Poulantzas, 2000, p. 134).

²⁹⁹ No dizer de Oliveira (1998, p. 20-21): “A formação do sistema capitalista é impensável sem a utilização dos recursos públicos, que em certos casos funcionaram quase como uma ‘acumulação primitiva’ [...]”

³⁰⁰ Na compreensão destes autores: “O Estado não é uma mediação. Ele é a mediação. Ele é a forma do(a) político(a), a forma das formas. O Estado torna-se produtor de formas quando as oculta, dissimulando-as como normas. Por meio delas, propõe modelos que se difundem na sociedade, normatizando/normalizando as relações sociais” (Nasser; Fumagalli, 1996, p. 34).

Isso significa dizer que, em todas as suas ações, haverá uma tensão permanente entre os interesses do capital hegemônico, os interesses das frações secundárias do capital, entre as necessidades de integração e as exigências contraditórias decorrentes do caráter de classe da estrutura social (Kosminky; Andrade, 1996; Souza, 2013).

Foi a partir desse pressuposto que busquei compreender a lógica subjacente à definição, execução e dinâmica das políticas públicas e, em torno dela, buscou-se em conjunto com orientandos e colegas professores/as do grupo de pesquisa *PPODER* estudar e compreender o Mato Grosso do Sul e também outras espacialidades como é o caso dos territórios da cidadania, dos indígenas e dos quilombolas, por exemplo.

Extensão, participações externas, apresentação de trabalhos

Concebo, desde tempos longínquos, que o tripé básico de uma universidade está sustentado no tripé ensino, pesquisa e extensão. Além, obviamente da administração, que se enquadra em nosso rol de atribuições como servidores públicos, sendo caracterizada como atividade meio. Em termos de extensão (e cultural!) é quando se materializa o encontro da universidade com a sociedade, no sentido da universidade “ir além muro” ou, também, quando a sociedade “vem” à universidade. Concorda-se com Boaventura de Souza Santos (2018, p. 591) quando menciona que:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino.

No caso da Geografia, notadamente da habilitação em licenciatura, essa relação se dá primordialmente com os professores da educação básica, através de cursos, treinamentos, eventos.

Em toda a trajetória percorrida se comungou dessa concepção e, nesse sentido, procurei, na medida do possível, referenciar uma atuação prática a partir desse tripé. Juntamente com outros professores do curso de Geografia, mas também estudantes, pessoal técnico-administrativo, coordenamos, organizamos e colaboramos com diversas atividades de extensão.

Tenho recordação quando, ainda no início deste século, a informática era distante de nós e, principalmente, dos nossos alunos; não havia laboratórios no curso.³⁰¹ Na época coordenei dois cursos de extensão, sendo um de *Princípios de Informática* e outro de *Noções Básicas de Corel Draw*, ofertados no período noturno e nas instalações do antigo NECA – Núcleo Experimental de Ciências Agrárias, hoje Unidade II, da UFGD. O percurso do prédio do CEUD, na rua João Rosa Góes, até a “Agronomia” fazíamos todos numa Kombi da universidade, inclusive o ministrante. Estávamos nos preparando para montar e “fazer funcionar o LAPLAN”.

Outra modalidade de extensão considerada importante de mencionar é a organização e participação dos eventos científicos – em suas diversas escalas. Essa forma de participação tem sido uma ferramenta para potencializar o debate e divulgar os trabalhos produzidos no interior do LAPLAN, *locus* de atividades de pesquisa e debate do Grupo PPODER.

Do ponto de vista da “organização de eventos” como atividade de extensão, trata-se de um instrumento formativo que é essencial para nossos alunos; na sua maioria impossibilitados de viajar para participar de eventos em outros locais/instituições. Assim, a única possibilidade efetiva de participação é quando o evento ocorre em Dourados/UFGD. Ademais, a formação complementar (240 horas) é obrigatória em seus percursos acadêmicos. Muitas vezes, esses eventos se tornam a única chance de os acadêmicos ouvirem/discutirem, pessoalmente, com os autores de livros e textos que normalmente estão habituados a ler/discutir.

Assim, os eventos científicos, em todas as suas escalas – Semana de Geografia, Encontro Regional, Encontro Estadual, Encontro Nacional e Internacional – são fundamentais para viabilizar a participação e o processo formativo de nossos acadêmicos.

Dentro do que denominei “participações externas”, em seus 40 anos de história, o curso de Geografia da UFGD participa ativamente de ações que promovem a reflexão sobre a produção do espaço e tem atuado em atividades de definição de políticas de desenvolvimento e de planejamento regional.

Cabe destacar a participação e coordenação, por parte de docentes do curso – dentre os quais me incluo, em quatro grandes projetos relacionados ao planejamento.

³⁰¹ Implantada a Pós-Graduação em Geografia no Campus de Dourados, os alunos não tinham sequer acesso a um computador. Conseguimos com um amigo – professor de outra instituição onde tinha contato com o delegado da PF – um equipamento então apreendido pela polícia, na condição de comodato para que os alunos pudessem fazer seus trabalhos. Era, sem dúvida, um equipamento relativamente defasado, mas extremamente útil naquele contexto. Creio que ainda hoje esse processo de comodato consta na PF, em meu nome.

Nos anos de 1999 e 2000, um grupo de docentes participou da elaboração do Planejamento do Estado – MS 2020; de 2001 a 2003, formou-se a equipe que elaborou o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Mato Grosso do Sul e, em seguida, entre 2004 e 2006, participaram da elaboração do MS 2025 – “Atualização dos Cenários para o Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul.”

Objetivando especificamente os estudos fronteiriços, a equipe do curso de Geografia trabalhou no projeto Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Mato Grosso do Sul (2001-2003), sendo responsável pelos trabalhos de planejamento da Região Sul-Fronteira, incluindo os municípios fronteiriços da porção sul estadual. Esse trabalho foi o pioneiro nos estudos sobre fronteira, no curso de Geografia, e seus resultados contribuíram para os primeiros reconhecimentos e reflexões sobre a fronteira.

Para o entendimento da trajetória da construção da UFGD e da participação do curso de Geografia, é importante destacar que uma das justificativas para a implantação da nova universidade em Dourados foi a sua localização em área de fronteira. Tal justificativa, apoiada pelo coletivo organizado na construção do projeto da UFGD, encaminharia para a valorização das pesquisas direcionadas para a fronteira (área de concentração do programa). Essa participação resultou, inclusive, na primeira dissertação de mestrado que tive o prazer de orientar, concluída em 2004 (Dantas, 2004).

No ano de 2002, um grupo de docentes e discentes participou, em conjunto com a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, com financiamento da FINEP, do projeto Avaliação Ambiental Estratégica para o Gás Natural, outra ação com importante repercussão regional, cujo resultado foi divulgado nacionalmente, sendo referência para os estudos energéticos no Brasil.

A participação dos professores e acadêmicos do curso de Geografia da então UFMS, *Campus* de Dourados, possibilitou a contribuição em ações de planejamento e capacitação profissional para/com atuação em Mato Grosso do Sul.

Por fim, as ações mencionadas neste item evidenciam um perfil relacionado ao ensino e formação “de formações”, assim como ao planejamento e desenvolvimento regional. Portanto, duas áreas que temos nos dedicado no ensino, na pesquisa e na extensão.

Atividades administrativas: coordenação de curso; chefia de departamento; conselhos superiores e presidência de comissões

Como já mencionado, a experiência institucional vivida nessas três décadas foi própria do seu tempo histórico. Tendo ingressado em seus quadros como aluno, trabalhado na condição de professor substituto e só posteriormente, por meio de concurso público, ingressado como professor auxiliar, foi possível construir quase toda a minha trajetória profissional dentro da instituição.

Fui aprovado em 1987, mas o governo José Sarney (1985/90) decretou a proibição de contratação de servidores públicos por dois anos. Fui efetivado somente em 1989, dois anos depois, com o concurso quase “caducando”.

Em tempo da chamada “década perdida”, os anos de 1980, para quem viveu, foram de instabilidade, transição democrática e abissal aprofundamento da pobreza. A inflação era galopante e respondia à crise produzida pelo capital, mundialmente. Eram tempos de Margaret Thatcher, Ronald Reagan... Neoliberalismo!

Contraditoriamente, essa realidade nos levou à luta e a conquista do direito de greve no serviço público e a autonomia universitária.

Ao docente/professor foi garantido o direito de ensinar e de expressar seu conhecimento mediante a liberdade de concepção teórico-metodológica e de promover o conhecimento e pesquisar livremente.

A Constituição de 1988, a despeito de várias críticas, foi uma conquista social em seus vários aspectos: universalização da saúde, educação pública, respeito aos direitos humanos, aos indígenas, mobilidade urbana, e respeito ao meio ambiente.

É nesse contexto que as travas de um país destruído pela dívida externa contraída para garantir a ditadura militar, por duas décadas, se dariam.

Ingressei ministrando aulas num rol de disciplinas que abrangia desde Geologia, na sexta-feira à noite, à Geografia Urbana, no sábado de manhã. Eram tempos de escasso quadro docente, que exigia essa flexibilidade no campo de atuação. Trabalhei alguns anos letivos com disciplinas da área física. Essa condição me obrigou a estudar/preparar/planejar exaustivamente os planos de ensino mais diversos. Entretanto, confesso que tive um excelente professor nessa área. Refiro-me ao Prof. Laerte Tetila, com quem dividi sala por um bom tempo, e que sempre me orientava.

É imperioso mencionar que foi o Prof. Laerte, politicamente conhecido depois como Tetila, em um de nossas conversas na sala de professores de Geografia, que me instigou a pesquisar o papel de Dourados como polo de desenvolvimento regional. Essa sala do Curso de Geografia funcionaria junto ao seu múltiplo e único laboratório aonde atualmente funciona a Secretaria Acadêmica da UFGD.

Coordenação do curso de Geografia: UFMS (1991 a 1993) e UFGD (2006 a 2008)

Em março de 1991 assumi a coordenação do curso pela primeira vez, exercendo o mandato até fevereiro de 1993. Tal cargo garantia uma “cadeira” no conselho de centro, no CEUD. Era o órgão deliberativo máximo do centro.

Tempos difíceis, em função do contexto antidemocrático vivido no CEUD, mas, sobretudo, da política neoliberal implementada no país, pelo fatídico governo Collor de Mello.

Posteriormente, ainda assumiria a coordenação do curso, pela segunda vez, quando a então coordenadora abdicou, extemporaneamente, da função. Já era o contexto de luta pela implantação da UFGD e, na crise que se sucedeu a saída da colega, a minha assunção ao cargo foi estratégico. Fui, de fato, o 1º coordenador do curso de Geografia com o processo de implantação da UFGD, tendo assumido a função de novembro de 2006 a março de 2008. Tratava-se um momento histórico institucional, em que praticamente tudo, do ponto de vista da gestão, estava por ser feito: concursos públicos; definição do perfil dos professores a serem contratados; mudança do curso para a Unidade II; a implantação da nova unidade acadêmica (refiro-me à Faculdade de Ciências Humanas/FCH), a qual, por sua vez, estava em processo de definição de cursos novos a serem criados.

Participamos desse processo, tenso, cansativo, mas democrático e compensador. Foram criados o curso de Ciências Sociais e, posteriormente, o de Psicologia.³⁰²

Para que se tenha ideia da dinâmica do processo, a FCH sequer possuía um regimento interno. No início de 2007, presidi a comissão que produziu a minuta de regimento, que seria aprovado pelo Conselho Diretor da Faculdade e que, ainda hoje, está em vigência.

Ainda como coordenador, além da participação obrigatória no Conselho Diretor da FCH, era preciso participar da Câmara de Ensino de Graduação (CEPEC/UFGD), órgão que reunia todos os coordenadores de curso da UFGD. Vale dizer, “toda uma garotada”: apenas eu

³⁰² Igualmente, foi aprovada a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo, todavia, ainda não implementado.

e o Prof. João Dimas Graciano (Agronomia), já “dinossauros”. Da mencionada câmara, fui indicado pelos pares³⁰³ e atuei como representante da área de Ciências Humanas, no Conselho da Editora da UFGD, assim como no CEPEC – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Nesse mesmo período fui eleito presidente da seção sindical docente (AdufDourados/ANDES), tendo na vice-presidência o Prof. Irio Valdir Kichow (do Curso de Matemática), um “tremendo companheiro”. E também nessa diretoria, a Prof. Irene Rasslan, minha professora ainda em Estudos Sociais (1981) e, agora, valiosa companheira na política sindical, representando o setor de aposentados.

Nesse mesmo sentido, e como registro histórico, fui representante sindical eleito para participar como membro titular do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (COUN/UEMS), no biênio 2007 a 2008. Falarei dessa experiência mais adiante.

Certamente, jamais foram aleatórias essas representações e nem foram desejo individual, mas é preciso reforçar que o processo de implantação da UFGD foi muito (in)tenso, sobretudo para aqueles e aquelas que não apenas lutaram diretamente para a sua criação e implantação, mas participaram e se comprometeram em diferentes espaços (de disputas) em defesa dos princípios e da cultura institucional democrática.

Chefia de Departamento

No interior da estrutura administrativa da UFMS, existia o departamento enquanto estrutura “administrativa” dos cursos. Era uma organização distinta da do quadro atual, no qual são as faculdades (unidades acadêmicas) que congregam os cursos de cada área do conhecimento.

Dentro da ordem institucional havia legislação de impedimento de nomeação de chefia imediata em caso de parentesco direto. Nesse sentido, eu e Silvana de Abreu, lotados no mesmo departamento, jamais poderíamos assumir a função de chefia departamental.

No entanto, a experiência foi possível entre fevereiro a dezembro de 1997. Em 1996, ano em que a Prof^a Silvana se afastou para doutoramento e os colegas me elevaram à condição de chefe do DCH, no ano seguinte. Juridicamente, era a única oportunidade dessa contribuição enquanto chefe: assim foi feito.

De certa forma, foi uma experiência necessária, mas pouco agradável, seja em função dos poucos recursos disponibilizados pelo Governo FHC, mas também porque era um

³⁰³ À época, os coordenadores dos cursos de História e Ciências Sociais, respectivamente, professores Protasio Paulo Langer e Levi Marques Pereira.

momento em que particularmente me preparava para prestar a seleção no doutorado, cursando dois idiomas e ainda tinha que administrar todos os aspectos burocráticos, reuniões, atas e encaminhamentos, além das aulas. Mas, felizmente, acredito que “no final deu certo.”

Quase sempre a função exigia uma ou outra viagem à capital para acompanhar a tramitação de processos. Isso significava no mínimo 8 horas (quando não 12 horas) – ida e volta – de uma “desconfortável e insegura viagem de Kombi lotada”. Sim, lotada, porque diversos outros professores – chefes, coordenadores, tinham o mesmo destino e incumbência.

A “Kombi do CEUD” era uma experiência à parte. Para ir à reitoria em Campo Grande, eram contactados os departamentos sobre possíveis viajantes/ocupantes. A saída era sempre bem cedo e o retorno, invariavelmente, depois das 17h, quando fechava o expediente e também todos os gabinetes da administração central. A chegada em Dourados, era quase sempre depois das 22h.

Conselhos superiores: UFMS, UFGD e UEMS

Na UFMS, no biênio 2001-2002, assumi como representante docente, eleito pelo *Campus* de Dourados, uma vaga no Conselho Universitário (COUNI), da UFMS.

Foi uma experiência deveras constrangedora porque tal representação me obrigava a dividir o veículo com o diretor do centro que, na verdade, era um interventor, tendo em vista que havia perdido as eleições e assumido posição verbal de respeito à consulta eleitoral, dentro do Conselho do *Campus* (CEUD), para a nomeação do mais votado; no entanto, durante o recesso letivo, aceitou o convite da reitoria e tornou-se interventor/diretor. Era uma “viagem longa e silenciosa”.

Foram tempos conturbados, porque nesse período também exercia a função de coordenador de curso e participava das reuniões do conselho de *campus*. Por diversas passagens, o interventor dizia ao conselho, “não aprovem tal proposta porque eu não a levarei para Campo Grande”; “não irei votar no COUNI contra o Reitor”³⁰⁴. E, realmente não votava. Eu sou testemunha.

O Conselho do *Campus* deliberava por um encaminhamento, ele encaminhava/votava e executava outro, de acordo com a vontade do reitor que lhe indicou, desrespeitando as discussões e deliberações do *Campus*.

³⁰⁴ Reitorado de Manoel Catarino Peró (2000-2004), nomeado por Marco Maciel, no Governo de FHC.

Como mencionamos em nota anterior, o próprio reitor da época (UFMS), igualmente era um interventor, tendo em vista que havia perdido as eleições e aceitou a nomeação. Evidentemente, dentro da lógica da lista sêxtupla não havia ilegalidade, mas imoralidade na sua nomeação.

Outra experiência vivida foi como representante sindical eleito para participar como titular do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), no biênio 2007 a 2008.

Indiscutivelmente, uma experiência muito produtiva, no sentido de compreender, mas também participar do estabelecimento da política universitária, numa instituição coirmã e que, inclusive, divide o mesmo espaço na cidade universitária. No referido Conselho, creio que uma das questões mais emblemáticas em que participei da discussão e da votação, foi a cedência da então inconclusa Biblioteca Central – da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – para a UFGD. Esta última se encarregaria de concluir a sua construção para, posteriormente, usá-la compartilhadamente.

Atividades sindicais

Sempre acreditei na luta. Participei ativamente como sindicalizado na ADP – Associação Douradense de Professores - hoje FETEMS, mesmo ainda na condição de professor temporário da rede básica. Procurei sempre estar presente e contribuir com o movimento, inclusive, conforme relatado anteriormente, foi através da ADP, em conjunto com todos os outros sindicatos de professores do Cone Sul-mato-grossense, que estivemos em Brasília, entregando as chamadas “emendas populares” aos constituintes, para discussão no processo que produziu a Constituição Federal de 1988.

Concursado na UFMS (1989), imediatamente filiei-me à seção sindical, então ADUFMS - subseção Dourados, que fora criada em 28 de setembro de 1990.

Em 1996, no transcurso de uma das greves, e na gestão do Prof. Wilson Biasotto, foi criada a seção sindical de Dourados, ocorrendo o desligamento da ADUFMS, em Campo Grande. Os conflitos eram imensos e nossa assembleia (23/09/1996) decidiu soberanamente pelo desligamento da seção da capital. A justificativa fora a constatação que o modelo concentrado era ineficiente. Assim, foi criada a ADourados, hoje denominada AdufDourados.

Na ADOURADOS e posteriormente na ADUFDOURADOS, ocupei diversos cargos, tendo sido diretor-presidente no período de 2012 a 2014.

A experiência e comprometimento no processo de criação da UFGD... e depois vem o processo estatuinte e até o PDI

No início da década de 1980, mais precisamente em 1983, foi possível participar como ouvinte e entusiasta de debates acerca da criação da UFGD. A memória ficou marcada pelas acaloradas discussões no então sofrível anfiteatro do CEUD. Muitos alunos se acotovelavam para conhecer e discutir o projeto, então encabeçado institucionalmente pelos professores José Laerte Tetila e Wilson Biasotto. Tal projeto foi encaminhado a Brasília, obteve a sua aprovação nas comissões permanentes do Congresso Nacional, mas não foi promulgado pelo então presidente João Figueiredo.

Contradições do estabelecimento da política, mas que, indubitavelmente, seguiu na “cabeça e nos corações” de muitas pessoas em Dourados, em especial dos dois educadores acima mencionados.

Estou convencido de que essa foi a gênese histórica do processo que culminou com a criação de uma universidade pública em Dourados, agora numa outra quadra histórica, num outro contexto político, nas escalas do município – do qual Tetila era prefeito e Biasotto, chefe de governo (2001 a 2008); de Mato Grosso do Sul, onde Zeca do PT (1999-2006) era o governador; e do Brasil, onde Lula (2003-2010) era presidente. Portanto, materializava-se um “alinhamento político”, mas, sobretudo, de princípios e referências que denotavam papel significativo à expansão do ensino superior público e gratuito como oportunidade de futuro.

Essa “chama de esperança” teve seu reinício em 2002, e não cessou mais. Desde então, fomos sendo envolvidos em reuniões e discussões, em diferentes esferas, institucionais e políticas.

Em 2003, por exemplo, o conselho diretor do *campus* deliberou por autorizar o processo de discussão para a criação da universidade, tendo criado diversos grupos de trabalho (GT) encarregados de materializar o projeto de criação. Dele participei.³⁰⁵ Contudo, era na arena da política interna e externa que os movimentos, contatos e diálogos necessários aconteciam, de modo que o Departamento de Ciências Humanas assumiria determinante protagonismo, com algumas pessoas assumindo a dianteira desses diálogos e encaminhamentos. Nominalmente, e por ordem alfabética: Aduino, Ceres Moraes, Damião Duque de Farias, João Carlos de Souza e

³⁰⁵ RESOLUÇÃO Nº 056, de 07 de abril de 2003. O CONSELHO DO *CAMPUS* DE DOURADOS, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e em reunião extraordinária realizada no dia 07/04/2003, RESOLVE: I – Abrir o processo de discussão para a possível criação da Universidade Federal da Grande Dourados (...).

Silvana de Abreu eram a “ponte” que se estabelecia entre o externo e o interno das estratégias, mediações e encaminhamentos a serem construídos e consolidados.

O projeto foi elaborado no âmbito do CEUD, sob essas condições sucintamente colocadas, para ser efetivamente implantado em 2006. Vale dizer que, em 2005, a UFGD esteve sob tutoria da Universidade Federal de Goiás (UFG).

O sonho sonhado junto se fez realidade! Não sem contradições. Não foi um processo simples, muito menos monolítico. Havia muitos interesses contrários, que publicamente demonstravam apoio, mas, que, entretanto, se tinha conhecimento dos encaminhamentos sub-reptícios contrários.

Ao final, quando o filho nasce bonito, todos querem a paternidade!

O PDI na UFGD

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFGD foi produzido para um interregno de cinco anos, mais precisamente de 2013 a 2017. Junto com outros colegas, participei como membro *ad hoc* em uma comissão instituída através Instrução de Serviço nº 28, de 18 de novembro de 2013, na condição de consultor no seu processo de elaboração, que contou com participação dos três segmentos institucionais, sob metodologia participativa.

Tratava-se do documento que identificava a instituição de ensino superior no que se relaciona com a sua proposta de trabalho, a missão a que se propõe, as diretrizes pedagógicas que referenciam suas ações, a sua materialidade e as atividades acadêmicas que desenvolve ou que pretende operacionalizar.

Nesse sentido, a UFGD definiu no PDI os seus princípios referenciais em quatro linhas basilares: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; gestão democrática; compromisso social; gratuidade de ensino.

Portanto, tratava-se de um documento referencial para a instituição em termos de definições estratégicas e de planejamento institucional do qual, singelamente, colaborei na organização dos grupos de trabalho e discussão, sistematização dos documentos produzidos e propostas, ponto a ponto debatidos e deliberados em plenária.

Vale mencionar que este documento que deveria ser atualizado no final de 2017, ainda vigora na instituição. Em outras palavras, a gestão da universidade (2016/2019) não conseguiu produzir seu próprio PDI. Nesse contexto, o mesmo foi prorrogado com aprovação pelo

conselho universitário, passando a vigorar até 31/12/2020 (Resolução COUNI nº 231, de 20/12/2017). Posteriormente, teve nova alteração, com vigência até 31/12/2021 (Resolução COUNI nº 133, de 18/12/2020).

Estatuinte

Demandada como processo democrático, a estatuinte acabou sendo uma iniciativa que contou com a colaboração do sindicato dos professores, a AdufDourados, para definição de seus membros, através de processo eleitoral. Portanto, uma proposta política de validação dos processos democráticos.

Assim como outros companheiros, professores, estudantes e técnicos administrativos, fui membro eleito para participação na estatuinte, da recém-criada UFGD. Foi um espaço de disputas em torno da concepção e do projeto que deveria ser implementada na instituição.

A estatuinte da UFGD foi uma experiência democrática e posso me orgulhar de ter participado de todas as reuniões e debates juntamente, com os professores João Carlos de Souza e Renato Nogueira, entre tantos outros, mas com eles, articuladamente.

Foi um processo que teve início oficialmente em maio de 2006 e que se encerrou em agosto de 2007; portanto, bem mais de um ano. Foram mais de 60 reuniões/assembleias em que participavam os três segmentos universitários.

Não foi uma discussão simplesmente jurídica, pois envolveu as diferentes concepções e interesses de universidade que se almejava implantar.

Participação em comissões internas

Devido às várias experiências com normas, legislações, estatutos ... adquiridas no acúmulo de práticas, nesses 30 anos, presidi diversas comissões no interior do departamento e, posteriormente, com a criação da UFGD e da FCH, assumi como presidente, três comissões: 1) Comissão de Legislação e Normas, desde 2009; 2) Comissão de Estágio Probatório Docente, desde 2008; e³⁰⁶ 3) Comissão de Estágio Supervisionado em Geografia (COES), em vários anos desde 2008, mas continuamente desde 2015.

³⁰⁶ Também participei, como titular, da Comissão de Estágio Probatório da FAED – Faculdade de Educação/UFGD, de 2008 a 2012.

Tais comissões são importantes, porque emitem pareceres consubstanciados para subsidiar as deliberações do Conselho Diretor da Faculdade e regem sob a vida profissional e acadêmica na faculdade.

Considerações finais

Como nos situarmos – como cidadão e como educador – numa quadra histórica de deliberada produção de satanização da política e, portanto, num processo que mata a esperança civilizatória?

A indagação acima nos remete à realidade histórica que vivíamos no Brasil, antes das eleições de 2022: um Estado de exceção, com a “Constituição golpeada”. (Cardoso Jr, 2018). Tratavam-se de processos fraudulentos, que corroíam por dentro a Constituição e a democracia, e mantinham uma aparente imagem de legalidade. E não se resumiam a criminalizar a política. Em especial, no caso brasileiro, à imposição de reformas políticas como a do Teto dos Gastos Públicos (2016); a Trabalhista (2017); a Reforma do Ensino Médio (2017), mas também a da Previdência Social (2019).

São processos autoritários essenciais ao capital financeiro – justificados ideologicamente pela narrativa de crise – e expressam a forma de conter a violência provocada pela desigualdade crescente. Na compreensão de Serrano (2017): “O interessante é que, ao contrário da pregação, o mercado não deseja um Estado mínimo como imaginado pelos liberais clássicos. Exige um Estado máximo, autoritário, a seu serviço.”

Refletindo acerca dessa temática, Mascaro (2013, p. 124), assevera apropriadamente que:

O neoliberalismo não é uma política dos capitais contra os Estados, é uma política dos capitais passando pelo Estado. [...] O favorecimento aos capitais especulativos em desfavor do planejamento da produção é uma política constante e sistemática dos Estados nacionais, num tenso concerto de movimentação internacional dos capitais.

O neoliberalismo não é a abolição da forma política estatal, mas, antes, a sua exponenciação. [...]

A partir de 2016, com o golpe - parlamentar, judicial, empresarial e midiático - tanto o Estado democrático de direito, como o incipiente Estado de proteção e promoção social, até então em construção, sofreram um desmonte abrangente, profundo e veloz. Nos dizeres de Nozaki e Cardoso Jr (2018, p. 9):

O pacto constitucional de 1988 foi quebrado. Ainda que instável e inacabada, a democracia brasileira se fiava no respeito das instituições políticas às decisões das urnas. Entretanto, desde o questionamento dos resultados eleitorais em 2014 até a deposição presidencial em 2016, romperam-se os laços que sustentavam o ciclo político da Nova República.

Diversas análises têm demonstrado, apropriadamente que o programa do golpe, com a destruição do setor público da economia e a violação dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988, teve como escopo central relançar as bases para um Estado neoliberal no Brasil, inteiramente consagrado à quebra da soberania nacional e à concentração das rendas e riquezas, em um país já escandalosamente desigual do ponto de vista social (regional!), além de anacronicamente patriarcal e racalista.

Neste interregno histórico – entre o golpe de 2016 e o fim do governo Bolsonaro (2022) – o desenvolvimento deixou de ser compreendido em perspectiva soberana, inclusiva e sustentável e passou a ser entendido como (re)inserção subordinada no processo de globalização financeira em curso, reforçando a situação de dependência perante as economias centrais.

O Estado brasileiro se pôs abertamente a serviço do mercado, da geração do lucro e dos interesses dos detentores do poder econômico, o que fez com que desaparecesse a perspectiva de redução da desigualdade, enquanto “liberdade” passou a ser entendida como a liberdade para ampliar as condições de acumulação do capital e a geração de lucros.

O mercado passou a ser a razão de ser do Estado brasileiro, sem quaisquer limites. Tratava-se de um processo que Casara (2018) denomina absolutismo de mercado e que autores como Nozaki e Cardoso Júnior (2018, p.13) afirmam ser regido pela “ascensão do ativismo judicial”. Esse limiar tênue entre o legal e o ilegal, associado à espetacularização pela mídia alimentou sentenças, com a do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Igualmente, se forjou o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, assim como diversas tentativas de sua prisão, como ré em diversos processos.

Tratava-se de um contexto histórico, em que os direitos e garantias fundamentais – previstos no ordenamento jurídico – em escala mundial, mas, no Brasil em particular, foram concebidos como obstáculos à eficiência do Estado ou aos fins do mercado.

O poder judiciário deixou de ser o garantidor de tais direitos fundamentais para assumir o papel político de regulador das expectativas dos consumidores. Tudo isso era transmitido ao vivo: a lógica dos espetáculos. “No espetáculo, como mercadoria, não há espaço para nada a não ser agradar o consumidor.” (Casara, 2018, p. 44).

No bojo desse processo, vivíamos diuturnamente sob ameaças e ações efetivas de perdas de direitos duramente conquistados. No ambiente acadêmico, igualmente, não poderia ser diferente e as ameaças eram constantes. Os processos de intervenções nas universidades públicas – duas vezes na UFGD, entre 2019 e junho de 2022 -, assim como os drásticos cortes orçamentários são exemplos materiais dessa prática.

Analisando esse processo, Bonadio de Oliveira (2023), assevera:

O ódio ao pensamento é o medo de pôr em questão o senso comum, as ideias preestabelecidas. Por que ódio e medo se juntam aqui? Porque o pensamento, ao questionar o senso comum, tem força transformadora: ao pensar, o pensamento faz pensar, dá o que pensar e abala os fundamentos do senso comum. O ódio ao pensamento aparece no ódio à universidade pública.

Onde estão os frutos prometidos pelo golpe? Os empregos prometidos pela reforma trabalhista? Pregavam, ideologicamente, que o Brasil iria mudar de verdade. Constatamos as mudanças... para pior. Houve, indubitavelmente, uma deterioração progressiva das políticas sociais, da política de saúde à política de educação.

Programas sociais estratégicos foram desmontados num piscar de olhos: o “Ciências Sem Fronteiras”; o “Mais Médicos” (Dantas, 2018); o “Farmácia Popular do Brasil” (Gomes, 2018); de mobilidade urbana (Barros, 2016); “Territórios da Cidadania” (Visú, 2019); de aviação regional (Novais, 2019), o de turismo (Buscioli, 2021); de reestruturação dos hospitais universitários (Leite, 2020); de “Economia Criativa” (Diniz, 2022). Enfim, a lista é exaustiva...

Invocando crises, as opções políticas dos governos Temer e Bolsonaro produziram alterações profundas nos seus orçamentos sempre no sentido de desacelerar, estagnar e, mesmo, garrotear o orçamento social. Com isso, a ameaça de morte rondou cada um de nós, no despropósito de um governo irresponsável em suas manifestações sobre a pandemia Covid-19, o avanço da dengue, da febre amarela, do sarampo que se colocaram como ameaça à saúde pública. Melhor: adotou um posicionamento teórico e prático absolutamente negacionista.

Tomando de empréstimo a assertiva “nunca antes na história desse país”, a democracia e a liberdade foram tão distorcidas e pervertidas. Felizmente, a sociedade brasileira não apostou no obscurantismo. A resposta política foi a histórica vitória do presidente Lula, em 2022, para o seu terceiro mandato presidencial (2023-2026).

O desenvolvimentismo voltou... A esperança (na reconstrução nacional!) venceu o ódio de classe.

Chauí (2021), sintetiza de maneira muito apropriada esse contexto:

Tal como nos séculos passados, também em nossos dias a racionalidade política, *le bon combat*, continua sendo a luta pelo aprofundamento da democracia, pelas liberdades civis, pelo trabalho digno e bem remunerado, por um Estado capaz de assegurar educação, saúde, mobilidade e segurança, por equidade econômica, étnica e de gênero, pela laicidade, pela autonomia sobre o próprio corpo e pelo respeito aos direitos das outras espécies. Essa continuidade entre passado e presente é mais que nunca necessária, já que os últimos três ou quatro decênios vêm provocando, globalmente, retrocessos dramáticos em todas, ou quase todas, essas frentes de luta.

Isso posto, acredito na luta para *ressimbolizar* o mundo, *desmercantilizar* a vida (o mundo não está à venda!) e *resgatar* os direitos e garantias fundamentais, concebidos ideologicamente como empecilhos ao exercício do poder.

Defendo o direito do professor de sê-lo na essência, pois não é nunca foi o professor um “instrutor neutro”.

Afinal, todos tivemos um professor que nos inspirou ou ajudou a sonhar!

Resistir é o que nos move!

Referências

ABREU, S. **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense - contexto, propósitos e contradições**. São Paulo: USP/FFLCH, Tese (Doutorado), 2001.

AGB – “Seção Dourados: memória e história de um processo de construção coletiva.” *In: Revista Terra Livre*. Ano 20, v. 1, n. 22. São Paulo: AGB, jan./jul. 2004, p. 85-92.

BARBOSA, A. F.; AMORIM, R. L. C. **Novo regime fiscal e desenvolvimento**. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/novo-regime-fiscal-e-desenvolvimento/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2023-04-27/. Acesso em: 27 abr. 2023.

BARROS, O. C. E. P. **Transporte público coletivo na cidade de Dourados-MS: mudanças, permanências e relações com a Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas – UFGD - Dourados, 2016.

BONADIO OLIVEIRA, F. Ameaças à educação. **A terra é redonda**. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ameacas-a-educacao/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BUSCIOLI, R. R. **Política Nacional de Turismo: discursos e práticas do Estado brasileiro e suas interações no processo de (re)produção espacial sul-mato-grossense**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas – UFGD - Dourados, 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº 1.320, de 1983**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados e dá outras providências. Brasília, 1983.

CARDOSO JR., J. C. (org.). **A constituição golpeada: 1988-2018**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

CASARA, R. **Estado pós-democrático**. Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTORIADIS, C. "Reflexões sobre o "desenvolvimento" e a "racionalidade" *In*: CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto/2** - os domínios do homem. Trad. José O. A. Marques. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 135-158.

CHAUI, M. O exercício e a dignidade do pensamento: o lugar da universidade brasileira. Palestra (Universidade Federal da Bahia), 22/02/2021. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/o-exercicio-e-dignidade-do-pensamento-o-lugar-da-universidade-brasileira-conferencia.

CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Explorações Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. *In*: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun. 2016.

DANTAS, O. **O Planejamento como instrumento de desenvolvimento regional: o caso do Plano Regional de Desenvolvimento da Região Sul-Fronteira (MS)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFMS - Dourados, 2004.

DANTAS, D. S. **O Programa Mais Médicos: análise do processo de implementação, desdobramentos e perspectivas em Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas – UFGD - Dourados, 2018.

DINIZ, R. G. **Economia criativa e indústria de games no centro-oeste brasileiro: processos de expansão, fomento, desafios e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas – UFGD - Dourados, 2022.

DINIZ, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (org.). **Redes, sociedades e territórios**. 2. ed. Edunisc: Santa Cruz do Sul, 2007.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. *In*: NEPP/Unicamp. **Caderno de Pesquisa** n. 82, Campinas, 2009.

DOURADOS. Conselho do Campus. **RESOLUÇÃO N° 056, de 07 de abril de 2003**. Dourados: UFMS, 2003.

GOMES, M. R. **Uma análise geográfica do Programa Farmácia Popular do Brasil na cidade de Dourados-MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas – UFGD - Dourados, 2018.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IPEA. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. Comunicados do IPEA n° 155, 25 de setembro de 2012.

KOSMINSKY, E. V. e ANDRADE, M. M. O Estado e as classes sociais. *In*: MARTINS, J. S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 51-70.

LACOSTE, Y. **A Geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Papyrus, 1988.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. PEREIRA, D. B. e MARTINS, S. (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

LEFEBVRE, H. Estado do crescimento. Crescimento do Estado. Trad. Andrade, M. M. *In*: LEFEBVRE, H. **De l'État, tome I**. Paris: UGE, Col. 10-18, 1976, (mimeo), p. 1-4.

LEFEBVRE, H. "Les ideologies de la croissance" *In*: LEFEBVRE, H. **La survie du capitalisme - la re-reproduction des rapports de production**. Paris: Anthropos, 1972, p. 141-167.

LEITE, M. N. **Um olhar geográfico sobre o processo de inserção do Hospital Universitário da UFGD no Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas – UFGD - Dourados, 2020.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

NASSER, A. C. A.; FUMAGALLI, M. A opressão das equivalências. *In*: MARTINS, J. S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 25-34.

NOVAES, A. L. **Política de indução ao transporte aéreo regional, desenvolvimento e integração em Mato Grosso do Sul**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

NOZAK, W.; CARDOSO JR., J.C. Introdução: para uma refundação democrática do Estado no Brasil. *In*: CARDOSO JR., J.C. (org). **A constituição golpeada: 1988-2018**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018, p.9-24.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Trad. José L. Freitas. Lisboa: Moraes, 1967.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Trad. Rita Lima. São Paulo/Rio de Janeiro: Graal/Paz e Terra, 4. ed. 2000.

SANTOS, B. S. Para um pensamento alternativo de alternativas. Compilado por Maria Paula Meneses... *[et al.]* - **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia essencial, v. II. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas públicas**; coletânea v. 1. Brasília: ENAP, 2006, p. 21-42.

SERRANO, P. Sob o manto da democracia produzem-se medidas de exceção. **Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/965/sob-o-manto-da-democracia-produzem-se-medidas-de-excecao>. Acesso em: 16 ago. 2017.

SOUZA, Adauto de O. Geografias e políticas: algumas considerações. *In*: **Revista Entre Lugar**. Ano V. n. 8, Dourados: EdUFGD, 2013, 2º sem. 2013, p. 65-75.

SOUZA, Adauto de O. **Estado e indução da atividade industrial**. Dourados: EdUFGD, 2010.

SOUZA, Adauto de O. **Mato Grosso do Sul no contexto dos novos paradigmas de integração e desenvolvimento nacional**. Dourados: UFGD, 2008.

SOUZA, Adauto de O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, 2003.

SOUZA, Adauto de O. **Distrito Industrial de Dourados: intenções, resultados e perspectivas**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, 1995.

SOUZA, Adauto de O. Distrito Industrial e (re)orientação espacial urbana: o caso de Dourados (MS). *In*: **Revista de Geografia**. Dourados: AGB, n. 2, p. 5-9, jan/abril 1996.

SOUZA, Adauto de O. Do CEUD à UFGD: lutas, utopias, passagens e memórias. *In*: ALMEIDA, R. A. e CALIXTO, M. J. M.S. (org.). **Os caminhos do viver e do fazer Geografia no estado de Mato Grosso do Sul [recurso eletrônico]**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2021, p. 162-218.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2013-2017**. Dourados: UFGD, dez. 2013.

VISÚ, G. C. **Abordagem territorial de desenvolvimento no território da Grande Dourados: análise do PRONAT e PTC**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas – UFGD - Dourados, 2019.

ZEMELMAN, Hugo. Conocimiento social y conflicto em América Latina: notas para uma discusión. *In*: **Revista do Observatório Social da América Latina**, n. 01, ano I, p. 108-110, jun. 2000.

LEITURAS DAS DOBRAS DO TEMPO, DA POLÍTICA – EXPERIÊNCIAS DE UM HISTORIADOR

João Carlos de Souza

O cotidiano de uma carreira docente e de pesquisador é constantemente marcado por momentos de diálogos e interlocuções nos diferentes espaços da academia: sala de aula, congressos, palestras, reuniões, avaliações pelos pares, bancas, pareceres de artigos e pesquisas.

Escrever sobre a trajetória de quase 40 anos, é um desafio, há muitas abordagens possíveis. Ao pensar nisso, me vi diante da pergunta: o que unifica meu trabalho? Essa problemática veio acompanhada de outra: qual a minha contribuição, enquanto historiador, ao meu campo de pesquisa? Para oferecer um panorama, ainda que sucinto, escolhi abordar alguns traços de minha formação e experiências que, de alguma forma, me levaram à opção pela área de conhecimento da História, aos meus temas e abordagens. Não se trata, portanto, de trazer debates teóricos sobre a área.

O tempo sempre me intrigou. O conto *Missa do Galo*, de Machado de Assis, que li no colegial, me impressionou. As confabulações do personagem sobre o evento, me causaram a sensação de que um longo tempo transcorreria, mas, ao término, a surpresa, haviam passado apenas poucos minutos... é o tempo psicológico, que o autor trabalhou com habilidade.

A memória desse conto fez aflorar uma outra sensação do tempo, do meu tempo vivido. A inserção nas pesquisas, quer em arquivos ou em entrevistas, aulas, trazia momentos em que nem via o tempo passar, mas em relação às atividades burocráticas de preenchimentos de relatórios, diários, correções de provas, tinha por vezes a sensação de um tempo interminável. Contudo, ao elaborar o memorial para a banca de avaliação de Professor Titular, que coincidiu com a proximidade da aposentadoria, em um olhar de conjunto, fui surpreendido pela sensação de que o tempo passou rápido demais, que coincidiu com a proximidade da aposentadoria, fui surpreendido pela sensação de que tempo passou rápido demais, inversamente ao experimentado pelo personagem do conto de Machado de Assis. Portanto, o lugar e a perspectiva na qual nos situamos, trazem novas percepções, sensações e atribuição de novos sentidos. A escrita do texto me levou, inevitavelmente, a fazer um balanço da carreira, a elaborar reflexões sobre a universidade, como o local de produção, para além da própria área de história e de outras experiências sociais. Outra questão que também surgiu foi: o que unifica meu

trabalho? Essa, se desdobrou em: qual a minha contribuição, enquanto historiador, ao meu campo de pesquisa?

A ideia, portanto, ao longo do texto, é oferecer um protocolo mínimo de leitura. Tento relacionar experiências que marcaram a minha maneira de ver o mundo e que também me conduziram para alguns temas e abordagens na História. Dessa forma, estarei respondendo, em primeiro lugar, a mim mesmo a alguns questionamentos, dado que me percebo a caminho, pois tenho projetos que ainda acalentou.

Retomando algumas reflexões sobre o tempo, são intrigantes as possibilidades de inverter a perspectiva. Como seria começar a vida pelo fim? Nesse caso, recorro mais uma vez à literatura, ao conto *O curioso caso de Benjamin Button*, de autoria de Francis Scott Fitzgerald, escritor norte-americano. O personagem Benjamin nasce velho, enrugado, com todos os problemas que a velhice acarreta, e vai rejuvenescendo. Casou-se, teve uma filha. Com o passar do tempo, tornou-se uma criança, que necessitava dos cuidados da esposa, que faz as vezes do papel de mãe. Viveu dramas nesse processo, ao se ver adolescente e a filha jovem. Começar a trajetória da vida ao inverso, pelo fim, nascer como um velho, além de inusitado, é igualmente cheia de percalços, desafios e perdas. A consciência desse processo traz suas dores.

Contudo, a leitura em retrospectiva é exatamente o ofício do historiador, pois nos permite analisar a História atribuindo novos sentidos. Posso afirmar que hoje, mais do que em outros tempos, tenho poucas certezas sobre a vida, o conhecimento, o futuro da sociedade. Isso não me paralisa. Não se trata simplesmente de desencantamento, mas principalmente de saber largar a casca que um dia já serviu, como fazem as serpentes. Mantenho acesas as chamas do inconformismo, a capacidade de indignação com as injustiças, os esquemas, o estabelecido... Por outro lado, também desconfio do voluntarismo. A experiência possibilita a percepção do conhecimento dos limites, da contingência. Do tempo que escoar, voa, mas não é linear, tem seus retornos. A ideia de progresso líquido e certo, tão ao gosto dos positivistas, há muito, não se sustenta.

As décadas finais do século XX, e as iniciais do século que vivemos, foram de muitas mudanças, em velocidade nunca antes sentida. Contudo, há muitas permanências, particularmente no campo das relações sociais. Olhando em retrospectiva, alguns temas dos anos 1960/70, como a dívida externa, a desigualdade social, a concentração da riqueza entre os 10% mais ricos, a crítica à ditadura militar, e a falta de oportunidades de escolarização retornam com outras preocupações. Em alguns casos com dimensões agravadas, tais como, a riqueza concentrada em 1% da população, os autoritarismos marcados pela extrema direita fascista, a

destruição intensiva do meio ambiente, o aquecimento global chegando ao seu limite, as novas formas de expansão da ideologia e propaganda potencializadas pelas mídias sociais. O retorno não é só aos temas, mas às práticas fascistas, antidemocráticas, de intolerância, exploração e violências contra as mulheres, negros e LGBTQIA+, de imposição de trabalho análogo à escravidão. Infelizmente, um cenário cercado de viés de legitimidade, corroborado por parte das instituições jurídicas, parlamentos, mídia corporativa, igrejas neopentecostais etc. Nesse cenário, não é descabida e me ocorreu, mais uma pergunta: para que serve a História?

Leituras no “ginásio”, experiências de trabalho e a profissão

Ao comentar com meus alunos sobre a escolha de temas de suas dissertações ou teses, sempre fazia a pergunta: vocês que escolheram a temática que vão estudar ou o tema que os escolheu? Aplico essa pergunta às minhas escolhas, trajetória acadêmica na área de História. Para início de conversa, apresentarei algumas breves memórias, do final da década de 1960 aos anos 1980, experiências profissionais, tempos iniciais e impressões.

A primeira vez que li o texto *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* de Carlo Ginzburg, em torno de 1991, que aborda as relações entre os métodos de Morelli para identificar pinturas, a atividade dos médicos, do detetive Sherlock Holmes criado por Arthur Conan Doyle, e os métodos de Freud, um turbilhão de lembranças me veio à memória. Transportou-me para 1969 ou 1970, quando então lia *O cão dos Baskerville*. Minha curiosidade para chegar a entender como o detetive resolveria o caso era tanta que boa parte dessa obra li, disfarçadamente, com o livro em baixo da carteira, durante as aulas. Cursava então a 2ª ou 3ª série do antigo ginásio.

O texto de Ginzburg, me suscitou uma surpresa enorme, pois me reconduziu a um outro tempo de minha vida e às leituras que, então, fazia no ginásio. Desse modo, quase vinte anos depois ocorria meu reencontro com o detetive Sherlock Holmes e o médico Watson. Devorei a coleção inteira de Sherlock Homes que existia na biblioteca. O que outrora significou leitura prazerosa e aventura, agora se apresentava como parte de práticas do meu fazer profissional. Do gosto pela busca de nexos e pistas num arquivo, nas notícias de jornais, nas falas, de olhar os fragmentos, imaginar os caminhos percorridos. Assim, esta é apenas uma das dimensões da resposta à escolha dos temas e da própria profissão.

Iniciei minha atividade de professor de História, em 1981, na rede pública do estado de São Paulo, enquanto professor contratado, exatamente na mesma escola onde havia cursado o primário, Escola Estadual Pe. José de Carvalho. Tempos de distensão gradual, mas ainda em plena ditadura, participei de greve comandada pela APEOESP. Vivi aquele clima de lutas por

melhores salários, que a inflação corroía há muito tempo, e por direitos sociais do final da ditadura. Foram greves que mobilizaram grande parte da categoria, passeatas enormes pelo centro de São Paulo. Sempre muito estimulante.

Sobre esse período, algumas situações me marcaram profundamente. A morte do operário metalúrgico Santo Dias, atingido por um tiro na porta da fábrica, em movimento de greve em 1979. Seu velório ocorreu na Igreja da Consolação. Clima tenso. Passeatas pelo centro. Policiais sempre rondando. Comprei briga com meu pai que tinha medo de meus envolvimento com a política.

No contexto das greves do ABC, participei do 1º de maio de 1980. A Igreja Matriz de São Bernardo estava cercada de policiais com escudos, fuzis, cassetetes. Impressão de memória, os soldados da tropa de choque pareciam um armário. Esses momentos sempre traziam medo. Como estudante, participei de campanhas de alimentos para as famílias dos metalúrgicos, saíamos batendo de casa em casa na região do Ipiranga. Foram minhas primeiras experiências de ouvir xingamentos, engolir a raiva e tocar a campainha da próxima casa... era difícil ouvir que os metalúrgicos eram grevistas baderneiros, vagabundos...

Na greve de 1980, quando o Lula foi preso e o sindicato sofreu uma intervenção, um colega estudante e eu, que participávamos da Pastoral Operária da região, conseguimos espaço na casa de formação em que estudávamos, que ficava no Ipiranga, em SP, para que a diretoria do sindicato realizasse uma reunião. O padre, diretor da casa, queria que participássemos da reunião, pois, na visão dele, era muito perigosa a presença dos sindicalistas. Era necessário saber o que estavam tramando. Argumentei que não tinha como participar da reunião para controlar, pois era uma reunião da diretoria. Estávamos cedendo o espaço. Lógico que tínhamos também preocupação, pois se vazasse a informação, a polícia poderia aparecer.

Nesse período, fui bancário durante pouco mais de cinco anos. O clima que vivera até aquele início dos anos 1980, não tinha relação com o trabalho que passei a fazer. Era por sobrevivência. Depois de pouco tempo senti grande insatisfação e a certeza de que não era o tipo de trabalho que gostaria de investir profissionalmente.

Ingressi no curso de História, na Faculdade Associadas do Ipiranga, e, como era graduado em Filosofia, eliminei muitas disciplinas; assim, concluí o curso em dois anos, entre 1984 e 1985. Destarte, voltei a ministrar aulas de História na rede pública no período noturno. Mantive-me nesse ritmo: banco durante o dia e aulas no noturno. Em 1986, passei em concurso para docente na rede pública do estado de São Paulo, assumindo no ano seguinte, quando deixei o banco.

Experiências de docente no ensino fundamental e básico

Na minha trajetória como docente na rede pública do estado (1981-1983, 1986-1994) e posteriormente na rede municipal de São Paulo (1989-1994), duas experiências de reorientação curricular, das quais participei ativamente, marcaram muito minha prática como docente e provocam reflexões até hoje, pelos seus acertos e erros.

Em 1986, ocorria, na rede estadual, o debate sobre uma proposta de História encaminhada pela Secretaria Estadual de Educação e organizada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP. O governo Montoro, eleito em 1982, propôs um movimento de avaliação e renovação dos currículos escolares.

A proposta de História, para o então 1º Grau (1ª a 8ª séries), partia de um eixo central para construção do currículo: o trabalho. As várias experiências de trabalho na constituição da sociedade, da antiguidade ao mundo contemporâneo e os seus desdobramentos. A recepção na rede foi cheia de senões.

Os organizadores da proposta percorreram várias regiões do estado de São Paulo, realizaram muitos encontros e debates nas escolas. Os professores manifestaram muita incerteza, insegurança, suspeita quanto à possibilidade de realizar um currículo desse, a partir de uma categoria central, numa escola conservadora. Havia, também, preocupações práticas, como montar o currículo e o material didático para trabalhar, uma vez que o tempo disponível dos docentes era muito reduzido, considerando que muitos trabalhavam em várias escolas para conseguir a sua carga horária.

O fato é que, oficialmente, a proposta não chegou a ser implantada, pois na sequência ocorreu mudança de governo e a nova equipe da Secretaria de Educação deixou o debate esfriar. Contudo, as discussões suscitadas na rede contribuíram para se repensar a prática, e muitos professores alteraram a sua forma de ministrar as aulas, incorporando novas temáticas.

Uma segunda experiência, da qual participei de equipe de formulação, foi a da Prefeitura de São Paulo, quando a Secretaria de Educação foi comandada por Paulo Freire, no governo da Prefeita Luiza Erundina, do PT (1989-1992). A secretaria iniciou um movimento de reorientação curricular nas escolas do município. Uma das primeiras coisas alteradas foi a nomenclatura das, até então, Delegacia de Ensino, para Núcleo de Ação Educativa. Ingressei no NAE 7, na Penha, uma das regiões da Zona Leste. Cada escola poderia optar pelos seus caminhos dentro dos princípios propostos pela “Reorientação Curricular”. Contudo, a própria secretaria oferecia um caminho que era o “Projeto de Interdisciplinaridade”. Coordenei a equipe interdisciplinar do

NAE 7, composta por professores de todas as áreas de conhecimento, e, ao mesmo tempo, respondia pela área de História.

Como exemplo, ofereço apenas alguns indicadores básicos. O projeto começou com 10 escolas, uma de cada NAE. A primeira ação foi o estudo da realidade local, que envolvia os pais, alunos, servidores das escolas (professores, administrativos, serventes) e a equipe interdisciplinar. Desse estudo, que tinha uma metodologia própria, cada escola, em vários momentos de apresentação dos resultados, debatia e definia seus temas geradores. Exemplos: violência, moradia; transporte, favela, água; desemprego.

Na montagem do currículo começaram a surgir os desafios, nem todas as áreas conseguiam articular tema(s) e os conhecimentos. Outra questão, como seriar? Para responder à necessidade de construir um programa a partir de temas, formou-se um grupo de cada área do conhecimento, composto por representantes de cada um dos 10 NAEs. Como já previsto, os livros didáticos não respondiam parte das questões propostas pelos temas. Houve a necessidade de produção de materiais alternativos. Na História, para as séries iniciais, se recorria muito ao estudo do meio, entrevistas, fotografias sobre o bairro, identificação de equipamentos comunitários etc.

A área de ciências, por exemplo, resolveu propor conceitos articuladores para cada série, o tema era desenvolvido considerando o conceito. Algumas equipes de apoio pensaram também em conceitos para História, mas a formulação final do texto de orientação, a visão *de Área*, decidiu por não adotar, em função dos riscos de uma História fechada e “evolutiva”.

A partir desses dois projetos, entendi a importância de aprender a olhar ao meu redor, perceber que há outros que pensam diferente, que é possível abordar um tema incorporando dimensões diversas para se enxergar mais longe. Aprendi que o ensino caminha melhor quando se atribui sentido e se busca respostas. Que é possível aprender com o outro. Que as experiências precisam ser valorizadas. Isso é possível quando estamos de antena ligada, captando e valorizando o envolvimento dos alunos com a pesquisa.

Alguns encontros com Paulo Freire, mais voltados para as questões dos princípios gerais norteadores da educação, sempre foram muito estimulantes para me fazer pensar em novos paradigmas em relação ao ensino e à pesquisa. Os debates com os dois professores coordenadores gerais da proposta, Marta Pernambuco e Demétrio Delizoicov, ambos das áreas de ciências, representaram grande aprendizado. O grupo de História, formado por professores

experientes da rede e a assessoria do Prof. Marcos Silva (USP), ajudou a pensar o ensino de História para além dos marcos convencionais³⁰⁷ (Pontuschka, 1993).

A cidade de São Paulo, pela primeira vez, era governada por uma mulher nordestina, do PT. Várias vezes ocorreu mobilização para defender as propostas e projetos da prefeita, em frente à Câmara de São Paulo. Além disso, foi um período em que tivemos a queda do muro de Berlim, a desintegração da URSS, levantando muitos questionamentos sobre a esquerda. Apesar da Constituição de 1988 ter garantido direitos sociais e ter mobilizado os movimentos populares, a desconfiança da sociedade em relação a um possível governo de esquerda era grande. Os embates nas eleições de 1989, para presidente foram reveladores, o que conduziu a vitória do “caçador de marajás”.

No último dia do mandato da Erundina, a pedido, saiu a minha exoneração e da maioria da equipe, e meu retorno à escola. O novo/velho prefeito Maluf, desde os primeiros dias de seu governo, começou o desmonte da proposta, deixando de oferecer o apoio das equipes pedagógicas e a infraestrutura tão necessária para viabilização da mesma. Na Escola Municipal Amadeu Amaral, com apoio da direção e de vários professores, tentamos dar continuidade aos trabalhos. Atuei na escola por quase dois anos, pois ao final de 1994 ingressei na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, em Aquidauana, MS.

O mestrado e a temática dos movimentos sociais

A partir do momento que passei a atuar exclusivamente no magistério, em 1987, me preparei para ingressar no mestrado. Iniciei, nesse mesmo ano, uma disciplina como aluno especial no Programa de História da PUC-SP, no qual ingressei no ano subsequente. Tinha dúvidas quanto ao tema, mas não demorou muito para que começasse a formulá-lo. Em uma manhã, estava num ônibus circular indo para a escola dar aula, quando visualizei uma grande movimentação de pessoas, em uma área próxima a uma garagem de empresa de ônibus urbano. Muita gente fincando estacas, cavando buracos e montando barracos de lona. Aquela imagem ficou gravada em minha mente. Tratava-se de uma das 187 ocupações que ocorreram em São Paulo no ano de 1987. Naquele ano, teve início o mandato do governador Quéricia, do PMDB.

Para situar o momento, transcorria o governo Sarney, e uma das questões centrais era a altíssima inflação, que chegou ao patamar de 80% ao mês. Nesse contexto, as famílias que não

³⁰⁷ Um texto que oferece um panorama da experiência é: Pontuschka (1993). Desde então, vários trabalhos de mestrado e doutorado já foram defendidos.

tinham acesso ao sistema bancário eram as que mais perdiam, o custo de vida estava altíssimo, sendo os aluguéis um item que pesava muito.

As imagens marcaram minhas impressões. Já havia vivido a ebulição de vários movimentos sociais e sindicais nos anos 1980 e no período da assembleia constituinte. Pensava em realizar uma pesquisa sobre algum desses movimentos. A visualização da ocupação relatada, contudo, foi decisiva na definição de meu tema de pesquisa para o mestrado: ocupações dos movimentos por moradia em São Paulo. A gente pensa a partir das imagens. Fora o caso; o tema que me escolheu.

As disciplinas do mestrado foram importantes, pois na graduação não havia participado de nenhuma atividade ou projeto de pesquisa. Assim, o contato com a Prof^a Déa Ribeiro Fenelon, minha orientadora, foi decisivo para algumas definições sobre a abordagem, a problemática, mais do que a definição da temática.

Assim, no diálogo com a orientadora, fui constituindo o meu foco: entender como os atores sociais leram e atribuíram sentidos às suas participações no processo de conquista por moradia. Interessava-me apreender quem eram esses sujeitos. Busquei narradores que tinham alguma inserção nos movimentos sociais, mas também aqueles que não tiveram nenhum contato anterior às ocupações. Vale lembrar que algumas lideranças se formaram no processo.

Sabia, por outras referências de pesquisa, que os participantes das ocupações, em sua maioria, eram migrantes. No roteiro das entrevistas se contemplava a trajetória de vida, de onde vinham, com que expectativas, e quais suas experiências de vida. Na organização do projeto de dissertação, portanto, as categorias centrais foram as experiências de moradia e de trabalho, pensadas em relação aos seus locais de origem, nos deslocamentos enquanto migrantes, e em São Paulo, antes da ocupação e após a conquista da moradia. Nesse sentido, a referência teórica principal foi Thompson (1987).

O contato com a Déa fortaleceu a opção pela História Oral, pois respondia à intenção de apreender as experiências de vida, de como esses sujeitos interpretavam suas vidas e lhe atribuíam sentido. O roteiro das entrevistas foi elaborado com essa preocupação. Ressalto que o próprio campo da História Oral, ainda ganhava seus contornos no Brasil em 1988. A Associação Nacional de História Oral só surgiria em 1994.

Dialogar com os sujeitos do movimento e depois aprender a dialogar com as próprias entrevistas, enquanto documento, exigiu problematizar a memória desses participantes. Devo minha formação de historiador, em grande parte, a esse trabalho de pesquisa. Na dissertação,

procurei apontar algumas narrativas analisadas no contexto em que foram realizadas, questionando-as problematizando-as. Estas, às vezes, estavam relacionadas a uma nostalgia do passado: “Ah... aquela época é que era boa...” Contudo, saíram em busca de melhores condições. As dificuldades do presente levavam a releituras idealizadas do passado. Problematizei relatos de participações desses sujeitos, que narravam quase epopeias frente à polícia, que revelam o enaltecimento da atuação desses atores sociais.

Meu contato com a História Cultural inicialmente se deu através de Raymond Williams e de Thompson que argumentava que a cultura atua em todos os campos da vida, numa totalidade. Reconheço algumas marcas de minha formação nos diálogos mantidos com a Déa: a necessidade de se refletir a partir de um trabalho sistemático e sério das fontes; a preocupação com uma História Social que não ficasse presa aos cânones engessados de teorias, como a própria visão ortodoxa de certo marxismo. A tônica, portanto, era a de trazer as experiências dos sujeitos.

Na banca de defesa da dissertação, também composta pelas Prof^a Maria Célia Paoli (USP) e Prof^a Maria Antonieta Antonacci (PUC), um dos aspectos que me marcou, pois muito gratificante, foi ouvir Déa afirmar que meu trabalho a reconciliou com a História Oral. Outro momento veio um pouco depois, quando recebi a informação que a dissertação havia sido escolhida para publicação pela editora da PUC (Souza, 1995).

Uma consideração, ainda, sobre essa pesquisa merece ser destacada. O debate sobre a necessidade de preservação de fontes e de disponibilização das mesmas, foi outro aprendizado do mestrado. Incorporei esse valor na minha prática de pesquisa, o suscitando nas orientações, disciplinas da graduação e pós-graduação. As fitas cassetes resultantes das 33 (trinta e três) entrevistas e suas respectivas transcrições, desse trabalho de História Oral, foram doadas ao Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” – CEDIC-PUC-SP.

Decisões em torno do doutorado, modernidade e cidade

Após a conclusão do mestrado, passei no concurso para professor efetivo de História Moderna e Contemporânea na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, em vaga destinada ao Curso de História do Centro Universitário de Aquidauana, onde iniciei as minhas atividades em outubro de 1994.

No campo da pesquisa, a primeira preocupação foi conhecer melhor a região e sua historiografia, queria me inserir nesse debate e pensava em um projeto para o doutorado. Assim, decidi por pesquisar sobre a cidade de Corumbá ao final do século XIX. A decisão por debater as questões sobre o período logo após a guerra do Paraguai vinculava-se a um desejo de ampliar a minha formação de historiador, pois no mestrado trabalhara com um tema da história do tempo presente, no qual as fontes orais predominaram, embora também tenha analisado fontes da imprensa.

Na pesquisa do doutorado, uma das fontes mais importantes que utilizei foi a imprensa periódica em razão da problemática, pois, para recuperar as experiências urbanas do final do século XIX e início do XX, não poderia prescindir de um dos instrumentos que os positivistas recorriam para divulgar seus ideais de progresso. A imprensa periódica, os jornais e almanaques difundiam os novos ideais de civilização, moda, comportamento. Inclusive, os próprios jornais se auto proclamavam como sendo a luz e o conhecimento que aceleraria a chegada do progresso, fatal na visão deles, mas que poderia ser acelerado com a ajuda de divulgação, função dos jornais. Se no mestrado já tinha uma pequena experiência de trabalho com a imprensa, a mudança de temporalidade implicou em entendimento da linguagem e das questões que permeavam aquela sociedade no recuo de um século.

A orientação no doutorado foi do Prof. Marcos Antonio da Silva, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP. Tive o privilégio de conhecê-lo nos trabalhos de assessoria que prestou ao projeto de interdisciplinaridade na Prefeitura de São Paulo. Foram muitos encontros e me identifiquei com a forma de conceber a História, principalmente sua dimensão política. Destaco que a interlocução com Marcos ocorria, além dos diálogos presenciais, através de suas obras de análise de charges de humor e de personagens políticos, importantes na apreensão ao entendimento dos discursos, da atenção aos silenciamentos.

Destaco, como um aprendizado importante no doutorado, a experiência do trabalho com fontes arquivísticas. Pesquisei principalmente em três arquivos: o Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá; o Arquivo Estadual de Mato Grosso e o Arquivo Nacional. Tive acesso a documentos oficiais de diferentes órgãos, como os da intendência municipal e da câmara (ofícios, leis, relatórios, orçamentos, regulamentações), alguns processos jurídicos, e documentações do cotidiano, como receitas médicas e orientações em razão das epidemias, compras de alimentos pelos batalhões, marinha. Da experiência de ter que ler manuscritos de meados do século XIX, e, mesmo, do início do XX, passei a valorizar, na prática, aquilo que sabia por dever de ofício, a importância da paleografia.

Em relação à elaboração da escrita da tese, fiz escolhas quanto à estratégia de redação e linguagem. Os capítulos foram elaborados a partir de temas centrais sobre a cidade, mais do que por uma sequência cronológica. Incorporei, nos títulos dos capítulos, elementos das manchetes da imprensa, chamando atenção para o cotidiano. A abordagem recaiu sobre a pluralidade de experiências do morar em Corumbá, a incorporação das novas tecnologias, e a pouca democratização de acesso para o conjunto da população sobre os espaços considerados salubres e recomendáveis, e os condenados. Nesse sentido, algumas ideias de Italo Calvino permearam essa elaboração, como fazer a leitura da cidade a partir de diferentes portas de acesso e buscar sua singularidade (Calvino, 1998).

Na banca de defesa da tese, em dezembro de 2001, tive a honra de contar com a presença da Déa Fenelon, do colega de curso Cláudio Vasconcelos, e demais arguidores. Este trabalho foi indicado e selecionado para publicação na “Série Teses”, que publica estudos significativos defendidos no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, o que também muito me honrou (Souza, 2008).

Primeiras experiências no magistério superior e ingresso na UFMS

Minha primeira experiência no ensino superior foi ministrando aulas de História Moderna, na então Faculdade Cruzeiro do Sul – São Paulo, de 1988 a 1991. Após a conclusão do mestrado em 1993, me inscrevi, no ano seguinte, no concurso público para professor efetivo de História no Campus de Aquidauana, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. A área era História Moderna e Contemporânea. Ao ser aprovado e convocado, não tive dúvidas em assumir, mesmo porque, após ter participado de uma greve ao final de 1990 na Faculdade Cruzeiro do Sul, fui dispensado no ano seguinte. Várias tentativas de ingressar em outras faculdades em São Paulo, foram infrutíferas. Soube que circulava uma lista dos professores grevistas, o que não é de se duvidar. Dessa forma, cheguei em Aquidauana ao final de 1994.

Permito-me uma digressão nesse momento, e a faço por entender extremamente justa e afetuosa. A decisão de efetivamente mudar para Aquidauana foi compartilhada com minha companheira, Tereza Bressan, a quem trato por Tê, que, na ocasião, era professora de Português e Literatura em São Paulo. Essa decisão implicava que ela deixasse as escolas em que atuava, nas quais inclusive era muito querida pela forma dinâmica com que sempre participava. Ela topou a mudança. Posteriormente, cursou seu mestrado na UFMS, atuou por mais de dez anos em universidades e, depois, correu atrás de mais um sonho, montar uma livraria. Sempre fomos

solidários e respeitamos a trajetória um do outro, e chegamos a participar de projetos juntos. Em meus textos, conto com suas valiosas sugestões e revisões, desde a dissertação de mestrado. O segredo dessa saudável relação é respeitar os limites e saber perdoar. O alto astral e a energia da Tê me cativam.

Em Aquidauana, assumi aulas de História Moderna e Contemporânea. Destaco, nesse trabalho, a prática da reescrita de textos com os acadêmicos. Algo que assimilei dos projetos que participei quando professor do ensino básico. Essa experiência me trouxe retorno de alunos que agradeceram pela significativa melhora em seus textos, inclusive anos depois, no mestrado. Isto foi muito gratificante!

No âmbito da extensão, a atividade mais desafiadora foi participar do projeto do encontro da ANPUH-MS, com os professores Carlos Martins Júnior e Osvaldo Zorzato. Apesar de todas as dificuldades financeiras e os entraves burocráticos, saiu a contento o IV Encontro de História do Mato Grosso do Sul: *História, Universidade e Sociedade*, em 1998.

A oportunidade de participação na pós-graduação (*Latu Senso*) ocorreu no Curso de Especialização em História Regional, proposto pelo Departamento de História do CEUA (1998 - 2000). Os diálogos com o Prof. Osvaldo Zorzato foram incentivadores e estimulantes. Orientei minhas três primeiras monografias, cujas defesas ocorreram entre 1999 e 2000.

Minhas experiências de participação em projetos de ensino, me levaram a uma nova inserção. A convite da Associação dos Educadores das Colônias Agrícolas, Assentamentos e Acampamentos de Mato Grosso do Sul – AECAMS, integrei uma equipe de assessoria de uma proposta de reorientação curricular de Educação Rural em Mato Grosso do Sul, que tinha por parceiros a Secretaria de Estado de Educação, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI-MS e a própria AECAMS. Realizamos vários encontros de discussão e formação, especialmente junto a professores de duas escolas de assentamentos, uma no município de Nioaque e outra em Bodoquena. Para consolidar os debates e a construção da proposta, foi produzido o documento: “*Ensino Rural: construindo uma proposta para Mato Grosso do Sul*. SED-MS; UFMS: Campo Grande, 1996”. As reflexões e a pedagogia de Paulo Freire, foram fundamentos que em muito contribuíram nos encaminhamentos desse projeto. Reconheço que, desde então, essa experiência me vinculou às preocupações com a formação e o ensino no campo e todas implicações relacionadas, como a reforma agrária, regularizações de terra, a agricultura familiar, a preservação do meio ambiente e as políticas de geração de renda.

No campo da pesquisa, a primeira preocupação foi conhecer melhor a região e sua historiografia; queria me inserir no debate. Das leituras e dos diálogos com colegas professores, a temática do doutorado foi sendo pensada, ou seja, o interesse em analisar o processo de urbanização de Corumbá nas cinco décadas subsequentes à guerra do Paraguai, no final do século XIX e no início do XX.

No período em que iniciava o doutorado, foi criado o Programa de Pós-graduação em História – PPGH-UFMS, *Campus* de Dourados. Colegas da História conheciam a minha intenção de atuar no mestrado, tão logo concluisse o doutorado. Nesse contexto, surgiu o convite do diretor do *Campus* de Dourados, Prof. Wilson Valentim Biasotto, para que alguns professores viessem conhecer e conversar sobre os projetos dessa unidade da UFMS e de perspectivas de transferências. Diante disso, logo depois formalizei oficialmente junto ao PPGH de Dourados o meu interesse em uma transferência do *Campus* de Aquidauana para Dourados. Efetivamente, isso ocorreu em 2000, ano em que ainda me encontrava afastado para o doutorado, e o mesmo foi mantido pelo então DCH – Departamento de Ciências Humanas.

Em 2001, passei a exercer atividades docentes no *Campus* de Dourados. Mantive as disciplinas de História Moderna e Contemporânea, e minhas estratégias de valorização da escrita e reescrita de textos. Do contato com os acadêmicos, iniciei minhas primeiras orientações de iniciação científica com um pequeno grupo de alunos voluntários, pois não havia bolsas. Trata-se de uma atividade fundamental para incentivar o gosto pela pesquisa. Os frutos foram colhidos anos depois, ao ver ex-graduandos concluindo mestrado e doutorado.

Concluído o doutorado, outra tarefa me aguardava: assumir a coordenação do curso de História, em 2003. O desafio que se apresentava era a reestruturação do curso. Naquele momento, estávamos no ano limite para implantação das novas diretrizes curriculares, cujo principal debate focava a formação do professor, o perfil de professor que as licenciaturas pretendiam formar com seus currículos e práticas. As alterações trariam impacto nas disciplinas de ensino e nos estágios curriculares, particularmente nas cargas horárias. Com apoio do conjunto de professores, levou-se a contento a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de História naquele ano. Dentre as mudanças, embora o curso fosse anual, ocorreu a padronização das cargas horárias das disciplinas em 72h, que passaram a ser ofertadas semestralmente, o que facilitou muito a adequação da estrutura do curso quando a UFGD implantou o sistema de créditos. No projeto constava, pela primeira vez, a necessidade de o curso possuir um laboratório, particularmente para viabilizar as atividades de estágios, cursos e oficinas de materiais didáticos.

Para contribuir e responder à necessidade de aspectos da formação de professores de História, apontados no projeto pedagógico, em conjunto com a Prof^ª Benícia C. de Oliveira, coordenei o Projeto de Extensão “*Tecnologias da Informática e o Ensino de História de Mato Grosso do Sul*”, com carga horária de 50 horas, destinados a professores da rede e a alunos de História. Foi executado de abril a agosto de 2005, no Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE/Dourados, parceiro no projeto. Contamos com os ministrantes: Prof. Laércio Cardoso de Jesus e a Prof^ª Irene Quaresma Azevedo Viana, ambos da rede estadual de ensino e do NTE. Entendíamos que a parceria com os professores da rede, auxiliaria no processo de formação dos alunos.

O prazer das pesquisas

Aproveitando o embalo das pesquisas de doutorado, no qual utilizei a imprensa como fonte para entender a sociedade, seus projetos, disputas e tensões, elaborei em 2003, o projeto de pesquisa “*Imprensa Sul-MatoGrossense e Vida Urbana*”. Este motivou a apresentação, em 2005, de um projeto mais amplo, com o título “*A presença da imprensa na vida urbana sul-mato-grossense: memórias e testemunhos*”, o qual foi submetido e aprovado pela agência de fomento FUNDECT. Tratava-se de levantamento de acervo sobre imprensa periódica e sua relação com a vida urbana em Mato Grosso do Sul. Consistiu, também, no levantamento de acervos na identificação e fichamento detalhado sobre informações dos jornais. Deste projeto resultaram: relatório técnico, orientações de iniciação científica e participações em congressos.

No mesmo período, passei a integrar grupos com projetos de pesquisa sobre assentamentos da reforma agrária, pois os movimentos sociais, como no caso do meu mestrado, também são focos dos meus trabalhos de pesquisa. Os projetos eram integrados por professores de diferentes instituições, o que ampliava e aprofundava os debates em razão das diferentes perspectivas de abordagens. Assim, entre 2005 e 2007, participei do projeto “*Vida de mulheres em assentamentos de Reforma Agrária no município de Itaquiraí, MS*” - Agência de Fomento FUNDECT. A intenção foi registrar o cotidiano e a atuação das mulheres em assentamentos de Itaquiraí (MS). O grupo de pesquisadores era procedente de diferentes instituições, como as coordenadoras, Prof^ª Alzira Menegat e Prof^ª Marisa de Fátima Lomba de Farias, ambas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Prof^ª Tereza Bressan de Souza, da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP). A mestranda Edna de Falchi integrou o projeto, uma vez que seu tema de pesquisa abordou as experiências de acampados, da qual fui orientador.

Outro projeto que participei, com o mesmo grupo, tinha por título “*Assentamentos rurais no sul do Mato Grosso do Sul: estudos econômicos e sociais das mudanças no meio rural (2005-2008)*”, sob coordenação geral da Prof^a Marisa de Fátima Lomba de Farias (UFGD)³⁰⁸. Este trabalho teve por objetivo realizar levantamentos econômicos e sociais em assentamentos da Reforma Agrária e contou com financiamento e apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, da UEMS, e da UFGD.

Nas atividades de historiador, desenvolvi pesquisas de história contemporânea, mais especificamente, do final do século XIX aos dias do presente, abrangendo o período dos últimos 150 anos. Convenhamos, se considerarmos o tempo histórico, não se trata de período extenso, comportando aproximadamente as experiências de seis gerações.

Contudo, na área de Arqueologia, tive que lidar com uma temporalidade bem mais recuada. Meu interesse no campo de Arqueologia, me levou a participar, desde 2014, de atividades com o arqueólogo e professor Rodrigo Luiz Simas de Aguiar, quando desenvolvia seu projeto de identificação de sítios de arte rupestre no Mato Grosso do Sul. Participei de duas expedições desses levantamentos, na região do Pantanal. Experiências, ainda mais marcantes, foram duas campanhas de escavações arqueológicas no Templo dos Pilares, em Alcínópolis - MS, município com o maior número de sítios de arte rupestre no estado. Nas escavações, foram encontradas várias peças de artefatos líticos, raspadores, cortadores, pontas de flexas etc., analisadas em laboratório, para identificação da técnica de produção. Pode-se falar em tecnologias apropriadas para cada tipo de rocha utilizada. Em restos de fogueiras, identificamos ossos de pequenos animais, cascas de moluscos, sementes de frutas, pistas da dieta que esses grupos humanos dispunham.

A datação mais antiga obtida na primeira escavação chegou a 10.735 A.P. (anos antes do presente), na profundidade de 1,92 m do sítio escavado³⁰⁹. Nesse período, que corresponde à transição da última glaciação do pleistoceno ao holoceno, a região certamente passava por transformações em sua paisagem, quando ocorreu a extinção da megafauna e a formação da fauna e flora dos dias atuais. São necessárias, ainda, muitas pesquisas para entender o processo de ocupação dos diferentes períodos. Para melhor expressar minhas impressões sobre o que significou essa experiência, lembro que, após a segunda campanha de escavação, depois de mais de uma semana de trabalho de campo, ao entrar na sala de aula, comentei com os alunos: “nesses

³⁰⁸ As pesquisadoras Marisa e Alzira, que antes trabalhavam na Universidade Estadual do MS, passaram a integrar o corpo docente efetivo da UFGD.

³⁰⁹ Para uma visão do sítio arqueológico, ver: (Souza; Aguiar, 2017).

últimos dias fiz uma viagem no tempo; estive há 10 mil anos atrás”. Inevitável, lembrei de Raul Seixas “Eu nasci, há dez mil anos atrás”.

Destaco, para além dos resultados obtidos, sem dúvida importantes, a temática da presença humana na região, os procedimentos e os desafios da interpretação, da necessidade do entendimento do meio ambiente, para compreender as relações humanas com seu meio. Pouco podemos afirmar sobre a população que habitava a região no período mais recuado. Os diferentes momentos de ocupações revelam vestígios de grupos distintos. Além dos artefatos líticos, há gravuras e pinturas rupestres como marcas de suas existências, sentimentos e fazeres. Nesse sentido, me deparei mais uma vez com a importância do método indiciário, que exige profundo conhecimento para se fazer leituras das pegadas deixadas pelos grupos humanos pretéritos. Os diálogos com o professor Rodrigo Aguiar me estimularam a adentrar nessa área de pesquisa e oportunizaram publicações em conjunto.

Em relação às minhas publicações, ressalto que, além dos livros já mencionados, resultados do mestrado e doutorado, que considero as mais relevantes, publiquei artigos, capítulos de livros, verbetes e prefácios os quais estão relacionados às minhas pesquisas, temáticas, experiências docentes e orientações devidamente registradas em meu *Currículo Lattes*.

A experiência de atuação na pós-graduação

Aguardei, com certa ansiedade, a possibilidade de participação em Programa de Pós-Graduação, e me preparei para desempenhar as funções que esse trabalho requer. Ao fazer o projeto de pesquisa para o doutorado, tive a preocupação de ampliar a minha formação de historiador. No mestrado, havia desenvolvido um tema, que poderia ser classificado como “História do tempo presente”, priorizando a História Oral como metodologia central. Foi uma experiência muito importante ao longo de minha carreira. Contudo, a opção, no doutorado, foi tratar de uma temporalidade mais recuada, o final do século XIX, de intensas mudanças, período da chamada *Belle Époque*. O objeto recaiu sobre a cidade de Corumbá, região de fronteira e de conflito de interesses internacionais, ocupada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). A intenção foi a de me habilitar ao trabalho com uma diversidade de outros documentos e pesquisar em arquivos, elementos fundamentais para um historiador.

A participação em programa de pós representa um desafio estimulante e permanente, pela diversidade de leituras e atualização da produção historiográfica, exigências de orientações, publicações de artigos, participação em bancas de defesa, eventos acadêmicos, além de ministrar disciplinas. Singulares, não poderia deixar de mencionar, foram os diálogos

com os pares. Nesse caso, além dos colegas referidos ao longo deste relato, menciono as professoras Adriana Aparecida, Ana Colling, Ceres Moraes, Nauk de Jesus, e os professores Cláudio Vasconcelos, Fabiano Coelho Fernando Perli, Eudes Fernando, Jorge Eremites, Liderval Augusto, Paulo Cimó, Protásio Langer e Thiago Leandro, pois oportunizaram muita aprendizagem, com novas e diferentes perspectivas de abordagens. De fato, reconheço que se tratou de um período muito gratificante, de contribuição com a formação de novos professores e pesquisadores, mas certamente muito enriquecedor. O amadurecimento intelectual, nesse processo, foi o meu maior ganho.

Passsei a integrar o corpo docente do mestrado do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFMS, em 2002. No ano seguinte, ministrei a disciplina *Seminário de Dissertação* com outros dois docentes do Programa: Prof. Wilson V. Biasotto e Prof^a Marina Wenceslau. Aprendi muito com a experiência de ambos. O plano da disciplina consistia, essencialmente, na análise dos projetos dos mestrandos e mestrandas. A partir de uma avaliação, com críticas ao formato, esta foi reestruturada.

No novo ementário e no plano da disciplina, além da análise de cada projeto, foi incluído um debate sobre fontes documentais, que tinha como ponto de partida as fontes indicadas nos projetos de cada turma. As principais tipologias mais recorrentes: documentos oficiais, imprensa, literatura, história oral. A diversidade, contudo, era grande: processos crime, cartas, fotografias, relatos de viajantes etc. O debate girava em torno da natureza de cada fonte, as exigências metodológicas e indicação de referências teóricas. A metodologia consistia na leitura crítica de uma dissertação ou tese já defendidas, com foco no olhar sobre a forma como o autor lidou com as fontes na construção de sua temática. Tive o prazer de ministrar essa disciplina de 2004 a 2010.

A referida disciplina, ao se implantar o doutorado no PPGH, em 2011, passou a ser denominada de *Seminário de Pesquisa* e passou a ser frequentada pelos mestrandos e doutorandos. Já naquele ano, percebi a inviabilidade da disciplina ser conduzida no mesmo formato. Assim, nos anos subsequentes, foi ministrada por docentes representantes de cada uma das três linhas do programa. Nesse formato, trabalhei com a disciplina nos anos de 2012 e 2015.

A experiência com o trabalho sobre fontes me fez pensar na proposta de uma disciplina específica. Primeiramente, foi ofertada em 2016 como *Tópicos especiais: imprensa e imagens*, em função de vários projetos com essas fontes. Os resultados foram muito bons, com alunos interessados, debates aprofundados e elaboração de oficina e análises de teses e dissertações englobando essas tipologias.

A incorporação das imagens, como fontes para os historiadores, é tema que vinha acalentando há algum tempo e a disciplina oportunizou o aprofundamento de leituras que envolviam diálogos com outras áreas, como sociologia, antropologia e artes.

Dessa experiência, e num momento de avaliação e reestruturação do PPGH em 2016, fiz a proposta de uma disciplina específica: *Fontes Históricas e o Ofício do Historiador*, a qual ministrei em 2017, mantendo o formato e a metodologia da disciplina de tópicos que lhe deu origem. A presença de mestrandos, doutorandos e alunos especiais foi muito interessante, pois proporcionou troca de experiências, de análises e de informações de acervos. Constatei, nessas duas disciplinas, um retorno favorável dos participantes, com disposição para rever a abordagem que inicialmente pretendiam realizar em suas fontes e, mesmo, incorporar novas tipologias para entendimento de suas problemáticas de pesquisa, sempre em diálogo com seus orientadores e orientadoras. Foram gratificantes os debates, as trocas de experiências, de informações sobre acervos e indicações de bibliografia e reflexões de diferentes autores.

Quanto ao trabalho de orientação, considero-o como uma das atividades mais exigentes enquanto docente da pós-graduação, pois envolve a responsabilidade de buscar e oferecer alternativas para dilemas enfrentados pelos orientandos. Além disso, mesmo sendo a escrita da dissertação e da tese o momento mais solitário da atividade para mestrandos e doutorandos, esta não deixa de ser exigente para quem orienta. No período de 2002 a 2017, concluí a orientação de 15 (quinze) dissertações, e 3 (três) teses. Essas informações quantificadas nada dizem sobre a natureza desse trabalho, que exige conhecimento, disponibilidade para enfrentar as inúmeras implicações que um processo de pesquisa origina, sabedoria para lidar com os limites de prazos, problemas de financiamento e percalços de todo tipo. Impossível mencionar cada uma das dissertações e teses, suas especificidades e méritos, nessa publicação. As bancas de defesa já fazem, em grande parte, esse trabalho crítico.

Em relação às produções e seus temas, objetos de pesquisa, é certo que a valorização dos mesmos ocorre pela qualidade do trabalho, das perguntas que o orientado se coloca, a demonstração das fontes, a argumentação escrita, e a redação. Existem temáticas clássicas na produção historiográfica, tais como: governos nacionais, guerras, cidades, economia, escravidão, movimentos sociais, religião etc. A listagem não tem intenção de estabelecer qualquer hierarquia. Lógico que essas temáticas podem apresentar abordagens e perspectivas inusitadas, assim como um objeto aparentemente inovador, receber tratamento pouco crítico. Contudo, não me furtarei em tecer, ainda que brevemente, algumas considerações sobre temáticas que fogem aos padrões

mais usuais, e que representaram um desafio suplementar, inclusive pela maior escassez de bibliografia.

Destaco, dentre os trabalhos sob a minha orientação, três temáticas que se constituíram em desafio suplementar em razão de suas particularidades. Uma delas, a abordagem sobre a prática de *skate*, que se constituiu em esporte da juventude no Brasil, um dos esportes mais praticados no país. Em torno dessa prática, surgiram novas atitudes, questionando a forma da sociedade se relacionar com os espaços da cidade, estabelecendo uma nova cultura entre os jovens e também impactando as utilizações de praças no Brasil.

A história da difusão da tatuagem contemporânea, o início dos ateliês no Brasil, o preconceito e o reconhecimento da profissão de tatuador foi outra temática desafiadora nesse âmbito da cultura. Para se estabelecer, enfrentou a desqualificação de seus usuários, estigmatizados pela concepção reinante sobre a utilização do próprio corpo. Muitos jovens sofreram discriminação por usarem tatuagem, como proibições de ingressar em certos espaços, perda de oportunidade de empregos, pois eram vistos como marginais, presidiários. As técnicas de produção das tatuagens, ganharam aperfeiçoamentos e aparelhos com novas tecnologias. O reconhecimento da profissão de tatuador, também estabeleceu regras para segurança dos clientes, controle e discursos de pertencimento.

A música e a formação de um campo musical no Mato Grosso do Sul, conceito fundamentado nas concepções de Bourdieu, também fogem do tratamento mais convencional. Nesse caso, foram entrevistados compositores e interpretes buscando compreender como se definem as temáticas, os discursos sobre os ritmos, o que é bem aceito pelo campo, incluindo a preocupação com a identidade sul-mato-grossense. O estudo identificou as temáticas de fronteira, o pantanal, o rio Paraguai, o tereré, entre outras. A incorporação da viola, da gaita, de ritmos da música Paraguaia, o chamamé, a polca, o rasqueado. A análise recaiu sobre o que constitui esse campo da música do Mato Grosso do Sul, quem são seus principais representantes e os discursos de referências dos artistas.

Ressalto, finalmente, que considero a experiência de orientação um aprendizado extraordinário. Se existe uma atividade que exige constante interlocução, de escuta ativa, aos moldes do que propunha o saudoso Paulo Freire em suas obras pedagógicas, é a orientação. A visão do orientador não deve simplesmente prevalecer, sob risco do mestrando ou doutorando perder a identidade com o próprio objeto de pesquisa.

Da experiência política da criação da UFGD e da direção da FCH

As experiências de desempenho acadêmico, relatadas até aqui, estão simultaneamente interligadas a uma vivência institucional. Não poderia deixar de comentar, ainda que com brevidade, o que significou participar, entre 2004 e 2005, do processo de discussão e criação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

No início do governo Lula (2003), houve a sinalização pelo MEC, de uma política de interiorização das universidades públicas federais. Foi o sinal para reacender um antigo projeto, de transformar o *Campus* de Dourados da UFMS, em uma universidade. Um grupo de docentes, do qual participava, liderados pelo Prof. Wilson Biasotto, desencadeou o debate. Assim, enquanto este fazia gestões junto ao prefeito Laerte Tetila e outros políticos, o Prof. Damião D. de Farias articulou as primeiras ações internas ao *campus*. A proposta de elaboração de projeto de criação da universidade foi levada ao conselho diretor do *campus* e, embora houvesse grande descrédito por parte de muitos, foi aprovada a sua tramitação. Assim, foram formadas várias comissões temáticas para elaborar propostas que, após expostas e debatidas com a comunidade, foram sistematizadas e aprovadas no conselho, compondo o projeto de criação da nova universidade.

O projeto foi encaminhado ao MEC. Tivemos, a partir daí, algumas dificuldades, lentidão nos trâmites internos do MEC, até engavetamento da proposta, o que demandou ações do grupo de apoio e visitas a Brasília. Outra etapa foi a das negociações no Congresso, buscar o apoio de parlamentares interessados, também, em criar novas universidades federais, em suas regiões, onde possuíam suas bases de apoio. Nesse sentido, foi fundamental a participação dos deputados federais, senadores de MS, e do governador Zeca do PT. Finalmente, em julho de 2005, veio a boa notícia da criação da UFGD.³¹⁰

O histórico do processo de criação foi muito mais complexo do que o breve panorama apresentado. Ressalto, contudo, que na implantação da universidade foi fundamental a direção que se deu à UFGD. A Reitoria pró-tempore e o Conselho Universitário decidiram por fortalecer e investir nos antigos e novos cursos, distribuir as vagas de concursos de novos docentes para atender aos cursos de forma equilibrada, a partir de suas cargas horárias; igualmente alocar as novas vagas de técnicos em secretarias e laboratórios, atendendo às demandas das Faculdades de todas as áreas.

³¹⁰ Para uma visão ampla, detalhada, sobre antecedentes e vários protagonistas desse processo, ler: Farias (2022).

Destaco que os critérios desses dois itens provocaram muitas discussões, em razão de certa visão de hierarquia entre as áreas. Com isso, se visava à excelência acadêmica. Ressalto que a implantação de conselhos com participação dos três segmentos (técnicos, docentes e discentes) e a defesa dos colegiados, são marcas do respeito à democracia e participação da nova instituição. O fortalecimento dos cursos de graduação levou a uma rápida criação de programas de pós-graduação na maioria das áreas.

Foi nesse contexto de criação da UFGD, que exerci a chefia do Departamento de Ciências Humanas – DCH, de junho a setembro 2006 e assumi a direção *pró-tempore* da recém criada Faculdade de Ciências Humanas – FCH, de setembro de 2006 a junho de 2007. Na sequência, após consulta à comunidade, fui conduzido para o primeiro mandato como diretor, no período de julho de 2007 a junho de 2011, e reconduzido para um segundo mandato, de julho de 2011 a julho de 2015.

Após um período de nove anos à frente da faculdade, em texto de julho de 2015, apresentei algumas considerações para expressar o que o período significou para mim. Manterei, em parte, o tom daquele momento, porém ampliando algumas considerações, já com certo distanciamento e em outra conjuntura. Antes de tudo, ressaltarei a importância da presença e participação de cada um, técnicos, docentes e discentes nas atividades cotidianas e nos colegiados durante esse período. Afirmar, na ocasião, sobre a FCH: fizemo-nos, posso dizer, e somos o que somos, em função dos debates, do diálogo, da presença participativa, das divergências, da política, da superação ou não das tensões, dos jogos, das festas, da cultura, do trabalho e do respeito pelas diferenças. Nesse processo de envolvimento dos três segmentos técnicos, acadêmicos e docentes, no respeito à autonomia de cada curso, na participação e reflexão, eram realizados o planejamento e as tomadas de decisões nas instâncias internas. Tínhamos presente a gestão democrática e participativa.

Aprendi muito na direção, para muito além dos aspectos burocráticos que a função requer. Refiro-me à dimensão do trato com as diferentes pessoas: as reações inesperadas, as mediações de diálogos e conflitos, o respeito ao tempo de cada um ao processar sentimentos e informações. Tudo isso me levou a contínuas reflexões, autoavaliação e a um crescimento pessoal.

A direção foi compartilhada com outros colegas. As professoras Márcia Yukari Mizusaki e Flaviana Gasparotti Nunes atuaram como vice-diretoras na primeira gestão (2007/2011) e o professor Jones Dari Göettert, vice-diretor no segundo período (2011/2015). Enfrentamos juntos os desafios desses períodos. Suas contribuições, críticas e apoio foram relevantes, aos

quais agradeço a dedicação e disponibilidade. Essa referência é extensiva a todos/as professores, professoras, técnicos e técnicas.

Embora a intenção não seja a de elencar e quantificar realizações, reconheço que é difícil deixar de mencioná-las, pois concretizam os projetos e respostas do que se espera de uma faculdade. Assim, farei referências que possam contribuir com o entendimento do papel representado pela FCH.

Alguns desafios marcaram a trajetória da nova faculdade, no contexto da implantação da UFGD, a partir de janeiro de 2006: um deles, iniciar a implantação do Curso de Ciências Sociais (Bacharelado). Até então, o antigo Departamento de Ciências Humanas - DCH tinha os cursos de História (licenciatura) e Geografia (bacharelado e licenciatura) e o Programa de Pós-Graduação em História (mestrado). A implantação do novo curso implicou na montagem da secretaria, da coordenação, a elaboração do projeto pedagógico, definindo o perfil de formação, a contratação de docentes, e a elaboração dos regulamentos.

Cuidou-se da elaboração do regimento da faculdade e demais regulamentações. Não poderia deixar de lembrar as mais diversas comissões: de pesquisa, extensão, ensino, estágio probatório, progressão funcional, legislação e normas e tantas outras... Todas vinculadas à vida funcional, acadêmica, e às atividades dos discentes. Foi inestimável o valor dessas atividades, às vezes silenciosas, na vida da Faculdade.

Outro momento importante, em 2008, foi o debate em torno da expansão da UFGD, desencadeado pelo Programa REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas, no governo Lula. Nesse contexto, a FCH criou e implementou os cursos de Psicologia, o bacharelado em História e a licenciatura em Ciências Sociais. Do último debate sobre expansão (2012/2013) realizado na UFGD, ficaram, para a FCH, os desafios de implantação dos cursos: Arquitetura e Urbanismo, Filosofia e Antropologia.

Sobre os cursos de graduação, as coordenadoras e coordenadores tiveram papel relevante na reestruturação dos projetos pedagógicos e nos cuidados com suas implantações. Particularmente para os acadêmicos/as houve muitas implicações, as quais exigiram presença e paciência das coordenações, que tiveram papel fundamental político/pedagógico junto aos acadêmicos/as.

Na pós-graduação, a FCH avançou muito: criação do Programa de Pós-Graduação - mestrado e doutorado em Geografia; o doutorado em História; Programa de Pós-Graduação em Antropologia; Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e a fase de elaboração, em 2015,

do projeto do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Não foram poucas as dúvidas, angústias e preocupações dos coordenadores/as que atuaram nesses programas, as quais acompanhei e também compartilhei, testemunhando a dedicação e empenho dos mesmos.

Além dos cursos regulares, tenho a destacar a participação da FCH em programas específicos como o PRONERA – Curso de Licenciatura em Ciências Sociais. A primeira atividade que diferenciou esse curso foi a construção das linhas gerais de seu currículo, uma parceria entre a universidade e os movimentos sociais rurais: (MST, MMC, COAMS, FETAGRI, CUT, FAF, CPT). A realização foi possível em razão do compromisso da UFGD com os movimentos sociais e parcerias MDA/PRONERA/INCRA.

Dessa licenciatura, basicamente surgiram outros desdobramentos que oportunizaram o retorno dos alunos/as egressos do PRONERA à universidade. Um deles, foi o curso de especialização: “Relações de Gênero e Interculturalidade”; outro foi o curso de “Residência Agrária: agroecologia, produção e agricultura familiar”, que significou um aprofundamento e uma dimensão prática de elaboração e implantação de projetos em assentamentos, vários deles com financiamentos, na área de agricultura ecologicamente sustentável.

Uma experiência fundamental foi a participação de docentes da FCH na Licenciatura Indígena, alocado inicialmente na Faculdade de Educação. As etnias indígenas são outro segmento de nossa sociedade com poucas oportunidades e muitas dificuldades para ingressarem nas universidades públicas. Tais ações expressam o compromisso social da faculdade. Essa atuação também contribuiu com a consolidação do curso.

A partir dos cursos de Licenciatura Indígena e de Licenciatura de Ciências Sociais/PRONERA para os assentados, surgiu a necessidade de oferecer melhor suporte e estrutura para atender a demanda e oferecer oportunidade de ensino superior para esses dois grupos com maior vulnerabilidade social. A universidade, de forma corajosa e inovadora, criou a Faculdade Intercultural Indígena – FAIND, com cursos específicos para atender essas populações. Alguns professores e professoras da FCH passaram a integrar a nova faculdade. São experiências marcantes de contribuição e diálogo que se recriam nesse processo, pois também recebemos professores da citada faculdade para os nossos quadros.

Uma instituição de seu tempo é aquela que se pensa, e pensa com a sociedade seus desafios, e se interroga sobre os caminhos percorridos e a percorrer. As tarefas que implicam, a cada momento podem mudar, mas devem possuir subjacentes valores, uma ética e compromissos que a sustentam. Os tempos são de crise da universidade pública, no contexto

da globalização mercantil da universidade³¹¹. Esse desafio não está descolado dos enfrentamentos que a sociedade vive, da lógica do modo de regulamentação neoliberal, com reformas dos direitos sociais, desregulações, eufemisticamente denominadas de modernização, que, entre outras implicações, aprofundam a segregação e as desigualdades.

Os cursos de graduação e programas de pós-graduação, regulares e específicos, já mencionados, desenvolvidos na FCH, contribuem com a formação de profissionais, em suas respectivas áreas, para atuarem diretamente no território de abrangência da universidade, assim como em outras regiões do país. Suas disciplinas de estágios e projetos de extensão realizados junto à comunidade ajudam os futuros profissionais a compreender melhor a realidade social e a importância de sua inserção para contribuir com respostas e soluções para suas demandas. Por sua vez, os projetos de pesquisa de docentes e orientandos de pós, possibilitam reflexões ao abordar as diferentes dimensões da realidade, contribuindo com a sua compreensão.

Algumas iniciativas, já mencionadas, de oferecimento de cursos, foram uma resposta às demandas de segmentos específicos da sociedade, o que demonstra a sensibilidade da faculdade em estar inserida no seu contexto, assumindo sua responsabilidade social, como a demanda por formação de professores indígenas e de professores para assentamentos da reforma agrária. Para além disso, atendeu a formação de produtores da agricultura familiar, caso da “Residência Agrária”, na perspectiva da soberania alimentar e geração de renda, de práticas da diversidade agroecológicas e preservação ambiental.

Junto às comunidades tradicionais, essas atuações se fizeram presentes, com perspectivas semelhantes que resultaram, inclusive, na criação da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS) da UFGD. O objetivo foi o de incentivar a incubação de experiências alternativas solidárias para geração de trabalho e renda. Um relevante trabalho de professores da faculdade, para essas comunidades, se configurou na participação de relatórios antropológicos sobre áreas em litígio.

As contribuições para áreas de planejamento urbano, como moradia, indústria e meio ambiente, ajudam a pensar as cidades e o meio rural. São, sem dúvida, contribuições para a melhoria da qualidade de vida da população. Há participação e contribuição de profissionais da faculdade em conselhos públicos e profissionais.

³¹¹ Sobre esse tema ver: Santos (2011).

O entendimento da sociedade e de suas relações sociais, sem dúvida, é a contribuição principal das áreas de Ciências Humanas da faculdade. A começar pelas relações políticas, de organização da sociedade, sua compreensão abarca as mais diversas situações sociais. Ressalto o debate pela democratização das relações, das reflexões em torno do combate a todo tipo de discriminação, particularmente contra a mulher, que tem se traduzido em agressões, violência psicológica, física e o feminicídio. Vivenciamos, também, no estado do MS, as discriminações raciais contra os indígenas e negros. Em todas essas questões sociais, os docentes contribuem com pesquisas, projetos de extensão, divulgação e denúncias. Pode-se afirmar que, desse conjunto de preocupações, foi criada, em 2013, a Cátedra UNESCO “Diversidade Cultural, Gênero e Fronteira”, coordenada pelo Prof. Losandro Tedeschi.

Com o objetivo de apreender e dialogar sobre a riqueza das atividades no âmbito da FCH, houve a preocupação de realizar momentos de compartilhamento de experiências através da realização do evento “Humanidades na Humanidade”. As considerações aqui apresentadas, têm por objetivo apenas qualificar um pouco a atuação da FCH, demonstrando que esta possui inserção e compromisso com a sociedade envolvente e apontar que a universidade pública é fundamental para o desenvolvimento de nossa população. Políticas de Estado para seu fortalecimento são fundamentais. Tenho certeza de que a FCH continuará buscando caminhos, se fazendo protagonista.

Dessa experiência na gestão à frente da FCH, reservo uma palavra de reconhecimento ao ex-reitor da UFGD, o Prof. Dr. Damião Duque de Farias, oriundo da FCH, pela capacidade de liderança e implantação das políticas debatidas para o conjunto da universidade. Reconhecimento que estendo a toda a sua equipe, com destaque aos docentes vinculados à FCH, professoras Ceres Moraes e Silvana de Abreu, e os professores Cláudio Vasconcellos e Edvaldo Moretti. Posso, sem erro, afirmar que o apoio e a atenção à FCH foram justos, republicanos. Para além das funções institucionais que exercíamos, destaco a amizade que nos une.

Sobre esse período, cabe ainda uma palavra em relação a minha participação como candidato à reitoria da universidade, junto com a Prof^a Marlene Marchetti, como vice-reitora, do campo de apoio do grupo que conduziu a implantação da UFGD. A consulta foi realizada no sistema paritário, entre os três segmentos, docentes, técnicos e discentes, sendo que por diferença mínima de votos não obtivemos sucesso, o que produziu a sensação de que, se pequenos erros tivessem sido evitados, a vitória poderia ter sido garantida. A Prof^a Liane Calarge ficou em primeiro.

Ressalto que a consulta transcorreu em pleno clima de grande protesto nacional contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, que enfrentava uma crise política e econômica. Nossa candidatura era identificada com o PT e o clima de antipetismo estava em pleno processo de ebulição. As insatisfações com problemas no processo de implantação, foram canalizadas, assim como o desejo por mudanças. Avalio que as pessoas fizeram opções, marcadas politicamente por viés de protesto.

Após a consulta, cabia ao Colégio Eleitoral (formado pelos conselhos superiores da universidade) elaborar a lista tríplice e encaminhá-la ao MEC. Durante a campanha, firmei compromisso, junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais - SINTEF, de não fazer parte da lista tríplice caso não fosse o primeiro colocado. Por princípio e coerência, respeitei o resultado da escolha da comunidade universitária.

Leituras do presente

Nesta sequência final de considerações, retomo algumas memórias de situações políticas do país, que atravessam minha experiência e formação, e que certamente contribuem para compreensão das condições em que me movi para fazer minhas opções enquanto historiador, cidadão, e para pensar as minhas perspectivas de atuação.

Em breve rasante pela minha infância, recordo das vassourinhas da campanha de Jânio Quadros, de meu pai falando que as greves iam tornar tudo uma bagunça, de minha mãe, em 1964, chorar com medo de nova guerra e, vagamente, que não fui à escola naqueles dias. Quando cursava o ginásio e o colegial, já no início dos anos 1970, pouco sabia de política. Ouvia os professores falarem bem dos presidentes militares em aulas de Educação Moral e Cívica e que o regime comunista era perigoso. Já no colegial, no início dos anos 1970, alguns professores ensaiavam críticas veladas aos militares, e isso começou a despertar minha atenção para a política. Ressalto que estudava em colégio interno, de formação de seminaristas; de certa forma, vivia um tanto quanto alheio e “protegido”. No primeiro ano de faculdade, em 1975, cursando Filosofia, meu entendimento e consciência da situação do país ganhou outros contornos. Participei de palestra do advogado criminalista José Carlos Dias sobre a importância do estado de direito, do respeito aos direitos humanos e da democracia, condenando a violência do regime militar. Nesse mesmo ano, a tortura e assassinato do jornalista Vladimir Herzog, anunciada como suicídio pela ditadura, me impactou. Nesse período, comecei a ter contato com a teologia da libertação, a partir de uma leitura mais engajada de atuação política e social da igreja.

Com essas referências, vivi o final dos anos 1970, com grandes expectativas. Acompanhei as greves do ABC, o novo sindicalismo, o surgimento da liderança sindical de Lula, o movimento pela anistia em 1979, a criação de novos partidos e, nesse contexto, a criação do PT em 1980. Nas eleições diretas para governador, em 1982, ficaram evidentes as resistências que o PT enfrentaria. Participei da campanha pelas diretas, de atos com a presença de um milhão de pessoas nas ruas de São Paulo. Foi empolgante, mas frustrante, presenciar o movimento “Diretas já!” em 1984 e ver, melancolicamente, Sarney tomando posse (1985) e Jânio Quadros na prefeitura de São Paulo. Bem-vindos à democracia!

Fiz muita campanha em dia de eleição, percebendo o incômodo de muitos eleitores, que rasgavam santinhos sem disfarçar. O dia de votação não era uma festa. Além disso, o mais difícil era ser fiscal na apuração, com olho nas cédulas de papel, para evitar que houvesse manipulação de votos. Um dia inusitado foi a vitória de Luiza Erundina, eleita primeira mulher prefeita de São Paulo, em novembro de 1988. No ano seguinte, a primeira eleição direta para presidente, com Lula no segundo turno. O acirramento foi grande e o caçador de marajás “venceu”.

A conjuntura internacional não favorecia a esquerda. Era tempo das reformas, do debate da Perestroika na União das Repúblicas Socialistas – URSS, comandadas pelo líder Mikhail Gorbachev. Dois fatos passaram a ser símbolos da derrocada do comunismo: a queda do muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da União Soviética, em 1991. Livrarias colocavam obras de Marx nos saldões de liquidação de livros.

Foram momentos de profundas transformações. O discurso ideológico de defesa do capitalismo se acentuou como único sistema possível, tanto que Francis Fukuyama produziu um ensaio sobre o fim da história. O mundo da guerra fria e bipolar se esvaecia. A globalização cada vez mais se impôs, como parte do processo de financeirização da economia.

Duas observações sobre esses novos tempos. Sob o ponto de vista político, no primeiro momento há uma predominância da hegemonia dos EUA, de políticas deliberadas de controle, intervenções em regiões e países. Essa hegemonia tem sido solapada, quer por crises que o próprio EUA enfrenta, mas também pelo crescimento da economia chinesa, assim como a formação do bloco dos BRICS, países emergentes que pensam em cooperação econômica.

Sob o ponto de vista econômico, entre outros fatores, destaco a crescente desindustrialização, predominância do setor terciário, formação de grandes conglomerados, financeirização, e conseqüente concentração de riqueza. A implantação do chamado “Estado

mínimo”, fundado na ideologia neoliberal, avançou em desregulações e retiradas de direitos, alterando as relações de trabalho, e implicando, também, no perfil da classe trabalhadora.

Além da dimensão política e econômica, há a crise do meio ambiente; o planeta tem apresentado níveis de aquecimento nunca vistos. Apesar dos alertas frequentes dos cientistas, de que há necessidade de medidas urgentes para conter esse avanço antes que se atinja o ponto limite do qual não haveria mais retorno, pouco se faz.

Nesse rápido panorama, complemento e destaco o retorno do projeto político da extrema direita fascista pelo mundo afora. Há 30 anos, no Brasil, quando estávamos vencendo o regime militar, não imaginava atravessar um novo cenário de ameaças à democracia, desta feita com viés fascista.

A nova configuração coloca novos desafios, para todos, explícito como me situo nesse processo, pelo menos de duas maneiras. Entendo que os projetos políticos antidemocráticos e autoritários exigem vigilância constante, pois podem retornar de diferentes formas, principalmente em sociedades como a brasileira, cujas ditaduras acabam em processos de anistia, conciliação, não punindo criminosos, tais como os torturadores. Estou nessa trincheira, lutando para que os direitos humanos sejam respeitados, no combate a toda e qualquer discriminação, principalmente contra as mulheres, pretos e indígenas. Trabalho pela democratização da sociedade, que se concretiza na construção da cidadania, que requer igualdade de oportunidades e direitos.

Uma segunda forma de atuação, relaciona-se ao contexto do Brasil, nas primeiras décadas de nosso século, inserido no mundo globalizado, em que se aprofunda o grau de concentração da riqueza e desigualdade social. Nesse cenário, realizo pesquisa histórica de algumas experiências de economia solidária e popular, economia alternativa e criativa no Mato Grosso do Sul, para identificar e analisar as estratégias próprias de formação de redes, o emprego de tecnologias sociais, a constituição de alternativas de trabalho e renda, o significado da autonomia e emancipação para os participantes e suas comunidades. Ressalto a importância do diálogo com autores latino-americanos, tais como Enrique Dussel, Anibal Quijano e Arturo Escobar, pela contribuição e perspectiva crítica ao colonialismo.

Além das pesquisas, participo de projeto de extensão junto à comunidade dos povos originários em Dourados, o “Projeto Ânimo”, envolvendo várias parcerias. Este projeto tem por objetivos apoiar a produção de hortas, começando pela obtenção de água contribuir com soberania alimentar e comercialização do excedente, e oferecer oficinas de práticas e visitas a diferentes experiências. Quanto aos consumidores, em formação, se busca informá-los sobre os

processos agroecológicos dessas produções, que contribuem com a preservação do meio ambiente. Aqui se conecta mais uma dimensão, a das tecnologias sociais, para responder mais adequadamente à soberania dos produtores.

Perspectivas

Para retomar algumas questões sobre o tempo, comentadas no início deste texto, recorro a experiências alheias, sobre o que pensam alguns profissionais quando chegam à meia-idade. Neste sentido, posso mencionar o historiador Hobsbawm, que dispensa maiores referências. Ao comentar o momento em que chegou a intitular-se “professor” na Grã-Bretanha, afirmou: “já estava com cinquenta e poucos anos, um momento da vida em que a maioria dos profissionais já chegou tão longe quanto eles próprios, e o mundo espera que cheguem. Naquele ponto, para muitos de nós a promessa já é coisa do passado, assim como os êxitos produzidos.” (Hobsbawm, 2002). Lembro que depois disso, Hobsbawm foi professor nos EUA, realizou inúmeras conferências, publicou livros e artigos. Inclusive, chegou a revisar, em 2012, ano de seu falecimento, o que seria sua última publicação, editada em 2013, “*Tempos Fraturados: cultura e sociedade no século XX*”.

É interessante olhar para a experiência alheia, que nos ajuda a ver mais longe. Poderia citar outros exemplos, mais próximos, mas minha identificação com a experiência de Hobsbawm foi automática, não em função de suas realizações, mas da perspectiva que o motivava: “o ofício de historiador lhe trazia felicidade”. É o meu caso. Gosto do que faço; sou feliz quando estou refletindo sobre questões que me instigam para descobertas. Não pauto minhas atividades em função de obrigações formais. Por isso, entendo adequado recorrer ao que Pierre Bourdieu teria dito ao amigo Hobsbawm: “Vejo a vida intelectual como algo mais próximo da vida do artista do que da rotina da academia” (Hobsbawm, 2002).

Recorri à literatura de Fitzgerald e de seu conto sobre Benjamin Button, pois aprendi que na trajetória da vida, inverter o começo pelo fim, é uma experiência de novas percepções, o que não elimina as perdas, os problemas, mas possibilitam atribuição de novos sentidos. Como já afirmei, a leitura da História se faz em retrospecto, a partir das vivências do presente. Nesse sentido, aprecio muito uma afirmação de um personagem de Jostein Gaarder, em *O dia do Curinga*: “Só entenderá seu destino, quem sobreviver a ele”.

Sinto-me mais atraído para olhar o futuro do que contabilizar o passado. Espero que a vida ainda me conceda um punhado de anos para concretizar alguns projetos e sonhos, mas, caso isso não venha a ocorrer, deixo, de antemão, registrados meus protestos e sentimentos de estar sendo injustiçado.

Referências

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 10ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FARIAS, Damião Duque (org.). **UFGD em Memórias: gestão democrática e excelência acadêmica (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2022.

HOBBSAWAM, Eric. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 332.

PONTUSCHKA, Nádía Nacib (org.). **Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade na escola pública**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Coleção questões da nossa época, v. 11.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872 - 1918)**. São Paulo: Alameda, 2008. (USP, História Social. Teses).

SOUZA, J. C.; AGUIAR, R. L. S. A Escavação no Sítio Arqueológico Templo dos Pilares: Relação entre a Ocupação Humana e a Produção de Arte Rupestre em Mato Grosso do Sul. **CLIO. SÉRIE ARQUEOLÓGICA (UFPE)**, v. 32, n. 2, 2017, p. 118-138.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

HISTÓRIA DE UM PROFESSOR

Cláudio Alves de Vasconcelos

[...] a totalidade do real só pode ser apreendida e transmitida por processos simbólicos ou por um tipo de linguagem cujo código é infinito nas suas expressões e recursos, como é a poesia.

(Mattoso, 1988, p. 18).

Para escrever sobre a minha história acadêmica, acompanho o pensamento do historiador português José Mattoso, que, em conferência sobre a escrita da História³¹², afirmou ter “a convicção de que a escrita da História é um discurso pessoal. [...] resulta da *minha* interpretação”. Por isso, escrevo em meu próprio nome e em primeira pessoa. Uso basicamente o *memorial* que apresentei à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte das exigências para a progressão à Classe E – Professor Titular. O *memorial* contém as principais informações sobre as atividades profissionais que desenvolvi durante a minha vida profissional até 1º de fevereiro de 2015 (Vasconcelos, 2015). Fiz algumas alterações no texto para retirar um pouco de sua característica técnica e numérica e o completei com as atividades desenvolvidas após a minha titulação.

Para percorrer o meu passado, adotei uma narrativa com metódica sequência cronológica da minha vida estudantil e profissional. Nesse percurso, vou dialogando mentalmente com as “provas” da História, e as “marcas” deixadas na minha trajetória acadêmica, que estão registradas no meu *currículo Lattes*, me ajudaram³¹³. Nesse sentido, tenho que concordar com a afirmação de José Mattoso e reforçá-la: “Não acredito, por isso, nas profecias sobre o Fim da História, anunciado por Foucault, Lyotard ou os seus seguidores menores” (Mattoso, 1988, p. 11).

Tentar descobrir como é que esta percepção interior do inexprimível, revelada no sentimento existencial da totalidade da História, se pode conciliar com uma construção crítica do texto historiográfico, que métodos e condições exige [sic] ao nível da representação mental e verbal, que problemas coloca, que temas prefere hoje, eis o que vou tentando dizer, ainda que por rudimentares aproximações (Mattoso, 1988, p. 11-12).

³¹² Conferência realizada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa em 22 de outubro de 1986.

³¹³ Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4240797387120677§>.

Vida de estudante

À história seca, fria, impassível, prefiro a história apaixonada. Incliná-me-ia mesmo a considerá-la mais verdadeira.

(Duby, 1993, p. 62).

Sou filho de sergipanos que migraram para o estado de São Paulo em 1939. Nasci em Rancharia, SP, em 3 de junho de 1953, cidade na qual cursei parte do primeiro e do segundo graus. Minha formação pré-escolar, o jardim de infância, foi no Educandário São José, escola administrada pela paróquia de Rancharia. Ingressei na primeira série escolar no Grupo Escolar Dr. Júlio Lucant. Retornei ao Educandário São José e lá cursei o terceiro e quarto anos, concluindo o curso primário em 7 de dezembro de 1963.

Em 1964, fui enviado para o Seminário São José, em Assis, SP, pois, segundo o Padre Alberto, pároco da Igreja de Rancharia, onde eu era coroinha, provavelmente eu me tornaria um ótimo sacerdote. Isso convenceu meu pai e minha mãe a me enviarem ao seminário, onde cursei o 5º ano e prestei o exame de admissão e, somente no ano seguinte, pude começar a primeira série do ginásio. Minha passagem pelo seminário foi muito importante, pois foi lá que obtive as primeiras noções de língua latina (principalmente da sua estrutura gramatical), língua francesa e linguagem musical. No entanto, de História pouco aprendi porque, na maior parte do tempo, estava ocupado com o ensino religioso, basicamente fundamentado na Bíblia, em seus antigo e novo testamentos. Porém, de uma cena que presenciei logo no meu ingresso no seminário, nunca me esqueci. Foi no dia 1º de abril de 1964, quando, às 5h25min da manhã, o padre reitor da instituição acordou toda a comunidade badalando o sino ferozmente. Era o sinal para nos levantarmos, nos arrumar e irmos para a fila. Lá estava o padre, sob o sino, explicando o porquê daquela euforia toda. Era, segundo ele, a vitória da democracia sobre o comunismo. Eu não sabia o que era democracia. Sabia que a expansão do comunismo da China era a pior desgraça que poderia acontecer para o Brasil, pois, diariamente, durante o almoço da molecada, que tinha que ficar em silêncio absoluto, eram lidos depoimentos de religiosos que eram ou foram perseguidos, presos e torturados pelos comunistas chineses. “Eram comedores de criancinhas”. Portanto, para aquele momento, festejamos muito a derrota comunista representada pelo presidente João Goulart que foi deposto.

Voltando à minha vida de estudante, posso afirmar que o padre Alberto se enganou, uma vez que, em 1968, os olhares de meninas adolescentes de Rancharia me fizeram desistir da vontade de ser padre. Voltei para Rancharia, minha cidade natal, para concluir o ginásio. Em 1969, ingressei também em um curso noturno de Técnico em Contabilidade. No entanto, em 1971, já com 18 anos, eu não poderia continuar naquela pequena cidade nada promissora em relação ao trabalho. Era uma prática comum na região, do interior do estado, que jovens que atingissem a maior idade fossem para as grandes cidades para trabalhar. Meu destino foi Juiz de Fora, MG, onde eu trabalhava na equipe técnica da banda Super Som Solfas, cujo proprietário era meu irmão mais velho, José Roberto de Vasconcelos, o Zulu. Foi lá que concluí e obtive o diploma de Técnico em Contabilidade em 1972.

De volta a Rancharia, não dei sequência imediata aos meus estudos. Trabalhei com meu pai num pequeno sítio próximo ao Morro do Diabo, no município de Teodoro Sampaio, SP. O cafezal, com vinte mil pés, estava muito bonito e próspero na época, mas uma forte geadas, em 1975, atingiu o Vale do Paranapanema, na divisa de São Paulo com o Paraná, e mudou a minha vida. Aconselhado por um irmão mais novo, Mário Sérgio de Vasconcelos, hoje professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que cursava Psicologia em Assis, prestei o vestibular na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (atual UNESP) e fui aprovado para cursar Estudos Sociais, licenciatura curta. Em 1979, com a reabilitação do curso História (o curso tinha sido criado em 1963), fiz a complementação em licenciatura plena em História e fui, então, diplomado em Estudos Sociais e História. Todo esse estudo foi possível devido ao meu trabalho na Banda Crazy's, de início como técnico de som e depois, também, como sócio da banda.

Terminada a graduação, concorri a uma vaga no mestrado em História. Fui aprovado e ingressei como um dos alunos da primeira turma do Programa de Pós-Graduação em América Latina Contemporânea. O curso, implantado em 1980, foi fruto do trabalho de professores do campus de Assis, entre eles, a professora Anna Maria Martinez Corrêa que, para a minha sorte, aceitou ser minha orientadora.

Vida de estudante e professor

No mesmo ano, fui convidado para coordenar e ministrar aulas de História no ensino médio, colegial integrado ao cursinho pré-vestibular, na escola particular Associação de Ensino de Rancharia. Foi minha primeira experiência como professor. Ministrava aulas de todas as histórias: Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea e do “Brasil de todos os tempos”. Diplomado em Estudos Sociais e em História, as oportunidades foram surgindo. Fui aprovado

no concurso para professor de 1º e 2º graus e logo chamado para assumir aulas na Escola Estadual de João Ramalho, SP. Ministrei aulas também no Instituto Estadual Don Antônio José dos Santos em Rancharia, SP. O período de 1980 a 1982, posso dizer, foi repleto de muito trabalho. Além do trabalho em duas escolas, disciplinas sendo cursadas no mestrado e muito estudo, a banda Crazy's, o meu “ganha pão”, era o trabalho de finais de semanas e de feriados.

Foi no segundo semestre de 1982 que fiz o concurso público para docente auxiliar na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), concorrendo a uma vaga para o Centro Universitário de Aquidauana (CEUA). Aprovado, fui convocado para assumir o cargo em 23 de dezembro de 1982, em Campo Grande, MS, sede central da UFMS. No dia 3 de janeiro de 1983, deixei Rancharia e fui para Aquidauana, MS, iniciar minhas atividades de docência no ensino superior. Logo na semana seguinte, fui enviado à cidade de Bela Vista, MS, divisa com o Paraguai, à beira do rio Apa, para ministrar a disciplina de História do Brasil no curso de Estudos Sociais, em um campus avançado da UFMS. No ano seguinte, novamente fui encaminhado para Bela Vista para ministrar outra disciplina. Essa prática era comum para uma universidade nova, criada em 1979, que tinha que atender também a região de fronteira, desprovida de cursos superiores. Foi nessa ocasião que, pela primeira vez, pisei em solo estrangeiro, pois era só atravessar a ponte que existia sobre o rio Apa para estar em terras paraguaias.

Voltando às minhas atividades docentes no Centro Universitário de Aquidauana, logo no primeiro semestre de 1983, assumi disciplinas no curso de Estudos Sociais (desativado em 1985) e no curso de História (curso de licenciatura criado em 1982 e cujas atividades foram iniciadas em 1983). Assumi também a coordenação do curso de Estudos Sociais em dezembro de 1984 e exerci o mandato até a sua finalização. Naquele mesmo ano, fui eleito para compor o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Confesso que não sabia muito bem o que significava aquilo, no entanto, foi o meu batismo nos conselhos superiores da UFMS. As reuniões eram realizadas em Campo Grande.

Os cursos de Estudos Sociais e de História eram no período noturno, mas, mesmo assim, dentro das salas de aula (nenhuma sala de aula tinha ar-condicionado), a temperatura atingia 40 graus no verão. Na década de 1980, no CEUA-UFMS, quase todos os professores ministravam quatro disciplinas anuais, totalizado uma média de 16 horas/aula por semana. Apenas um professor do curso de História tinha o título de mestre; os demais eram graduados, inclusive eu, com apenas os créditos em disciplinas no mestrado. As coisas começaram a melhorar na década de 1990, quando, por exemplo, passei a ministrar apenas quatro disciplinas,

sendo História da América III e História Contemporânea IV, no primeiro semestre, e História Contemporânea III e História da América II, no segundo.

Foi nessa época que desenvolvi, no âmbito da universidade, a minha primeira atividade de extensão, o primeiro Seminário de Geografia e História, coordenado pelos professores Luiz Carlos Batista (Geografia) e por Cláudio Vasconcelos (História), e realizado no Centro Universitário de Aquidauana nos dias 5 e 6 de setembro de 1983, com a participação de professores dos centros universitários de Corumbá, Dourados e Três Lagoas, que também ofereciam os cursos de Geografia e História. Para conferencistas, foram convidados, pelo curso de Geografia, o professor José Roberto Tarifa, da Universidade de São Paulo (USP), pelo curso de História, o professor José Carlos Barreiro, da UNESP, e, pela Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul – Setor de Currículo, as professoras Onilda Ourives e Jacinta dos Santos. Para mim, um professor calouro na universidade, o evento foi magnífico. Gravamos as palestras realizadas, mas não sabíamos muito bem o que fazer com aquele material. Reproduzi-lo em fitas cassetes? Lembro aqui, que o computador ainda não tinha chegado e que a máquina de escrever era o nosso principal meio de registro escrito das nossas atividades. Decidi, então, transcrever as gravações das conferências proferidas durante o seminário e datilografá-las em estêncil, último modelo da época, que já reproduzia cópias por impressora, deixando de lado o mimeógrafo. Os “anais” do evento ficaram prontos com o título: *Seminário sobre a realidade e ensino de Geografia e História*.

O II Seminário sobre a Realidade e o Ensino de Geografia e História também foi realizado em Aquidauana nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 1985. Durante esse evento, além de toda a programação prevista, ocorreu um fato que considero de máxima importância: a criação do Núcleo Regional MS da Associação dos Professores Universitários de História, com a presença do professor Caio César Bochi, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que era o presidente nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). No momento, formou-se uma diretoria provisória com a finalidade de promover a divulgação da associação e o recebimento de novas adesões. A diretoria provisória foi formada pelos professores Marisa Bittar (diretora), Cláudio Alves de Vasconcelos (secretário) e Onilda Ourives (tesoureira). Na reunião do Núcleo ANPUH-MS, realizada em 10 de outubro de 1987, foi eleita a sua diretoria efetiva, que ficou constituída da seguinte forma: Marisa Bittar (diretora), Paulo Roberto Cimó Queiroz (secretário), Cláudio Alves de Vasconcelos (tesoureiro). Na ocasião, também foi eleito o Conselho Consultivo, composto por representantes dos diversos cursos de História de Mato Grosso do Sul.

Revedo o meu *currículo Lattes*, constatei que, durante a minha vida acadêmica, participei da organização e/ou coordenação de 22 eventos, congressos, seminários ou semanas acadêmicas de História, dos quais alguns serão mencionados adiante.

Atividades de pesquisa para a dissertação de mestrado

A quantidade de disciplinas a serem ministradas e, conseqüentemente, o preparo de aulas e outras tarefas de professor, somados à coordenação de curso, tomavam quase todo o meu tempo. A pesquisa para a produção da dissertação de mestrado ficou praticamente parada nos dois primeiros anos de docência na universidade. Lembro que, no meu caso, com os créditos em disciplinas do mestrado e recém contratado pela universidade, não tinha direito ao afastamento. No regimento da época, constava o estágio probatório e, além disso, a universidade não tinha professores para assumirem as atividades daqueles que eventualmente saíssem para a pós-graduação. Mesmo assim, em 1985, decidi retomar a pesquisa com um novo tema de trabalho. Minha pesquisa, que inicialmente tinha como foco a colonização contemporânea na região do Vale do Paranapanema no estado de São Paulo, passou a enfocar o sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), pontualmente o município de Terenos, a 100 km de Aquidauana.

Foram várias viagens à Colônia Várzea Alegre, viagens a Campo Grande para pesquisa nos arquivos públicos, e, inclusive, duas viagens a São Paulo para pesquisa na Casa de Cultura Japonesa e na antiga sede da *Japan Management Immigration Company*, Imigração e Colonização Ltda. (JAMIC). Em junho de 1986, defendi o relatório de qualificação. A banca foi composta pelos professores Dra. Anna Maria Martinez Corrêa (orientadora), Dr. José Ribeiro Júnior e Dr. Olímpio Beleza Martine. Essa banca me deixou bastante animado com o parecer final que constava na ata: “Como o candidato demonstrou, durante a arguição, coerência e conhecimento das questões levantadas, os examinadores, em reunião posterior à entrevista, por unanimidade atribuíram-lhe o Conceito A”. Com mais dois meses de intenso trabalho, consegui, finalmente, concluir a dissertação.

Demorou, mas o texto da dissertação ficou pronto sob o título: *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. Essa Colônia surgiu de um projeto particular de colonização e foi instalada com o objetivo de absorver imigrantes japoneses no período posterior à Segunda Guerra Mundial. A defesa foi em setembro de 1986. Para os padrões e exigências de hoje, um tempo exagerado para a conclusão de um mestrado, mas, para a época, nem tanto. Da turma ingressante de 1980 (composta de dez discentes), a minha defesa foi a terceira. A carga horária em disciplinas também era muito grande, totalizava

39 créditos. Para cumprir essa exigência, cursei as seguintes disciplinas: Historiografia, com 6 créditos; Economia Sociedade e Pensamento Político do México (1880-1930), com 8 créditos; Metodologia da Pesquisa Histórica, com 6 créditos; O poder político nos quadros dos Estados Nacionais Latino-Americanos: o caso brasileiro, com 3 créditos; Economia Sociedade e Pensamento Político do Peru, com 8 créditos; Metodologia da Pesquisa Científica, com 6 créditos; O Brasil no Sistema Internacional, com 6 créditos; e Estudo dos Problemas Brasileiros, com 2 créditos. Portanto, muito mais exigente do que na atualidade.

A banca de defesa do mestrado foi composta por minha orientadora, Anna Maria Martinez Correa, doutora do Departamento de História da UNESP de Assis, SP; Arlinda Rocha Nogueira, professora assistente doutora do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, especialista em imigração japonesa; e José Ribeiro Júnior, professor titular do departamento de história da UNESP de Assis, SP. Fui aprovado na defesa e obtive o título de Mestre em História, o qual, posteriormente, quando ingressei no doutorado na USP, teve o reconhecimento de equivalência aprovado pela Câmara Curricular do Conselho de Pós-Graduação em sessão realizada em 6 de abril de 1992.

O final da década de 1980, pós-mestrado

Em 1989, fui eleito coordenador do curso de História do Centro Universitário de Aquidauana para um mandato de dois anos. Coordenei o curso, e, no período de férias do professor Osvaldo Zorzato, respondia também pela chefia do Departamento de História. Fui membro do Conselho de Ensino e Pesquisa (COEPE) de outubro de 1989 a outubro de 1990, e também da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMS. No ano de 1989, no primeiro semestre, ministrei as disciplinas História da América I e III e, no segundo, as disciplinas História da América II, História Contemporânea III e História Regional II. Em 1990, no primeiro semestre, ministrei História da América III em regime especial, História Contemporânea IV e História da América III. No segundo semestre, ministrei História Contemporânea III e História da América II.

As atividades docentes, aulas, orientações de alunos e eventos de todos os tipos, nunca deixaram de existir durante a escrita da dissertação. No entanto, com o título de mestre e com certa experiência em pesquisa, comecei a pensar em novos temas relacionados ao cotidiano. Na época, me deparei com novas opções teóricas e metodológicas para o estudo da História e resolvi dar segmento a novos projetos de pesquisa, me preparando para o doutorado.

Pensando nas possibilidades, incluo como ação bastante importante para aquele momento a minha iniciativa de formação de um grupo de estudos chamado Grupo de Estudos Latino-Americanos (GELA). A sistemática de trabalho do grupo consistia em reuniões semanais (aos sábados pela manhã) para a discussão sobre as opções teóricas e metodológicas para estudos sobre a América Latina, incluindo o Caribe não latino. O grupo, sob minha coordenação, era composto de 21 pessoas, a maioria alunos dos cursos de Licenciatura em História e alguns alunos dos cursos de Geografia e Letras. Aproveitávamos a situação para aprender, na prática, algumas noções básicas da língua espanhola, trabalhando exclusivamente com bibliografia em espanhol. Qualquer tema referente à história da América Latina era objeto para nossas discussões, bastava apenas que um dos membros do grupo fizesse a sugestão para que o tema fosse agendado para a semana seguinte já com alguma indicação bibliográfica. Nosso grupo repercutiu positivamente nos outros centros universitários da UFMS. Os professores de História do Centro Universitário de Dourados (CEUD) me convidaram para ministrar um curso de extensão sobre a História da América Latina Contemporânea no período de 19 a 24 de setembro de 1988. Foi a minha primeira atividade de extensão em Dourados.

Uma das atividades mais importantes do GELA aconteceu durante o encontro de História em novembro de 1990. Convidamos o professor Leon Pomer, um dos maiores historiadores da América Latina, na época docente da UNESP, campus de Assis, para, além de ministrar um minicurso, participar de uma entrevista. O objetivo da entrevista com Pomer foi trazer à tona uma discussão mais acalorada sobre a História da América no contexto da história das mentalidades. Essa opção teórica estava no auge das discussões internacionais, englobando famosos historiadores como Georges Duby, Michel Vovelle, Jacques Le Goff, Carlo Ginszburg, Mary Del Priori, Laura de Melo e Souza, entre outros. Foi o Grupo de Estudos Latino-Americanos que, em uma de suas reuniões, formulou as questões consideradas mais importantes para servirem de parâmetro para a entrevista. Tratava-se de questões direcionadas a vários momentos históricos, como o pré-colombiano, o da conquista e da colonização e o da pós-independência com a formação dos estados nacionais. Essa entrevista foi publicada em forma de livreto, sob título *Entrevista – Leon Pomer* (1990).

Perspectivas para o doutorado

Foi no ano de 1990 que me inscrevi no Plano de Capacitação Docente, pleiteando afastamento para o doutorado. Qual seria, então, o tema a ser estudado? Vou tentar resumir como cheguei à escolha da temática indígena para o meu objeto de estudo.

Foto 1 - Grupo de Estudos Latino-Americanos (GELA), Aquidauana, MS, 1988. Presença do diretor do CEUA, Eusebio Garcia Barrios, e do historiador argentino, Leon Pomer.



Fonte: Acervo particular do autor.

Eu morava em uma das ruas principais de Aquidauana, que passava pelo centro da cidade, mas que também dava acesso à estrada para as aldeias indígenas Terena. Todos os dias passavam pela rua, de nome Estevão Alves Corrêa, mulheres e crianças indígenas oferecendo produtos oriundos da aldeia na porta de casa. Diziam eles: “Quer milho, mandioca, banana, pequi?” Eu perguntava quanto era, e me respondiam: “Tem alguma coisa pra dar?”. Era assim, qualquer coisa servia como moeda de troca para a aquisição de seus produtos. Pão, roupa ou quaisquer utensílios domésticos eram mercadorias apreciadas por eles. Porém, essa relação foi mudando rapidamente. Num curto espaço de quatro anos, além de passarem a revender produtos adquiridos em feiras ou mercados da cidade, por exemplo, o milho já descascado e empacotado em sacos plásticos, colocavam o preço em dinheiro.

Comecei então a pensar nesse processo. Porque estava acontecendo aquilo tudo? Fui então buscar explicações na bibliografia existente sobre o tema. Historiadores, antropólogos e sociólogos afirmavam que a “questão indígena”, incluindo a incorporação do indígena à sociedade de mercado, estava na terra. Os territórios indígenas teriam sido “invadidos” pelos não índios. No entanto, os estudos desses historiadores limitavam-se ao período colonial, mais especificamente ao estado de Mato Grosso do século XVIII, e os dos antropólogos e sociólogos, à perspectiva da etnologia ou às questões contingenciais do século XX.

Portanto, na busca de elementos que explicassem o processo histórico de incorporação dos territórios que hoje constituem Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, deparei-me com inúmeros estudos que privilegiavam o século XVIII. Era como se a história da região Centro-

Oeste não existisse após o passado colonial. Sob essa perspectiva, os confrontos entre brancos e indígenas, que caracterizaram a história da antiga província fronteiriça, eram ignorados, o que levava o leitor desprevenido a ter uma visão harmônica daquele período, marcado por conflitos e tramas que até hoje, vez por outra, ressurgem no cenário regional e nacional. Foi então que decidi estudar o século XIX enfocando exatamente no que se tornaria o tema da minha pesquisa do doutorado, a questão indígena no século XIX.

Em 1991, após oito anos de intensa dedicação a atividades de ensino, pesquisa e extensão no Centro Universitário de Aquidauana, consegui o sonhado afastamento para o doutorado. Minha escolha foi o Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). Naquela época, tínhamos o afastamento integral, com salário integral, um salário para a mudança de ida e a de volta, e também a bolsa de Demanda Social da CAPES.

Ser acadêmico da USP era muito importante, dava certo status e um ar de superioridade perante os pós-graduandos de outras universidades. No entanto, isso tinha um preço, tínhamos que mostrar que fazíamos jus à USP, nós éramos “uspianos”. Muito estudo para poder acompanhar aquela moçada afiada e recém-saída dos mestrados, atualizada quanto à bibliografia nacional e internacional, mas foi um período espetacular para a minha vida intelectual. Três cursos concluídos: Agricultura e capitalismo no Brasil; História da Igreja Paulista; e Repensando a História Comparada na América Latina, nos quais fui aprovado com conceito A. Além de proporcionarem a complementação dos créditos exigidos no doutorado, abasteceram-me de conhecimentos teóricos e metodológicos para a produção de três artigos (que não foram publicados) assim intitulados: *A propósito do espírito da dialética*; *A Igreja e a escravidão do índio no Brasil* e *O índio e o projeto nacional*. As disciplinas ora citadas e esses trabalhos representaram, com certeza, a base para a minha tese de doutorado.

Nesse período de afastamento, paralelamente às atividades específicas do curso, apresentei trabalhos em eventos, participei de congressos seminários e encontros e, inclusive, ministrei aulas em cursos de especialização. No Centro Universitário de Dourados, por exemplo, ministrei o curso Estado e Sociedade na América Latina e o curso O Índio na História de Mato Grosso do Sul nos primeiros semestres de 1991 e 1992 respectivamente. Ministrei também, no ano de 1991 em Aquidauana, o curso Estado e Sociedade na América Latina.

De volta a Aquidauana em 1994, a pesquisa de doutorado ainda estava em andamento, mas boa parte do texto já estava escrito. Naquele ano, elaborei o relatório de qualificação e apresentei à banca, sendo aprovado. A banca foi composta pela professora Nanci Leonzo, presidente, e pelas professoras Maria Regina Cunha de Toledo Sader e Vera Lúcia Amaral Ferline.

Foi a partir das considerações e sugestões da banca de qualificação que a escrita do trabalho ganhou ritmo acelerado e foi tomando forma de uma tese de doutorado. Na primeira parte, intitulada “O índio em Mato Grosso: um olhar interdisciplinar”, foi feito um exame crítico da historiografia mato-grossense. Na segunda, foi feito um balanço crítico da legislação indigenista produzida no século XIX, antes e depois da independência, com o objetivo de destacar que, basicamente, duas correntes de pensamento orientaram a produção e a aplicação dessa legislação: a primeira defendia a força como fórmula eficaz para chamar o índio à civilização, e a segunda recomendava a aplicação de métodos brandos. Na terceira parte, trabalhei a catequese missionária, estratégia frequentemente adotada pelos governantes da província de Mato Grosso para a pacificação dos indígenas, pois os missionários acabavam colaborando para a utilização do índio como mão de obra dócil e eficaz. Na última parte, fiz um estudo das “bandeiras”, expedições punitivas, oficiais ou particulares, organizadas para reprimir os povos indígenas. Após algumas revisões, a tese, com o título *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*, estava pronta e, por indicação da minha orientadora, a submeti à banca examinadora em setembro de 1995.

Foto 2 - Defesa da tese na Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1995.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Para a composição da banca examinadora, além de minha orientadora, Prof^ª Dr^ª. Nanci Leonzo, foram convidados a Prof^ª Dr^ª Lúcia Maria Paschoal Guimarães, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o Prof. Dr. Manuel Lello Bellotto, da USP (pai do Bellotinho, da banda Titãs), a Prof^ª Maria Regina Cunha de Toledo Sader, da área de Geografia, da USP, e a Prof^ª Vera Lúcia Amaral Ferlini, também da USP. Ainda hoje não tenho certeza se eu merecia as cinco notas 10,0 atribuídas ao trabalho pelos membros da banca. Isso tudo

aconteceu em 14 de setembro de 1995 e me deu a satisfação de ser aprovado com distinção, com a nota máxima. Depois de quatro anos da defesa, baseando-me nas críticas e sugestões da banca, fiz algumas mudanças no texto e o submeti à publicação pela Editora da UFMS, sendo aceito e publicado em formato de livro com o mesmo título da tese: *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade* (Vasconcelos, 1999).

Com a publicação do livro, começaram a surgir convites para participar em eventos relacionados às temáticas trabalhadas. No ano de 2000, participei do Simpósio “Momentos Fundadores da Formação Nacional” promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), realizado nas dependências do próprio instituto, na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 26 a 30 de junho. Na ocasião, apresentei um trabalho com o título “O processo civilizatório na província de Mato Grosso: segurança interna e externa”. No mesmo ano, o texto apresentado foi publicado em formato de artigo na *Revista do IHGB* (Vasconcelos, 2000).

Foto 3 – Apresentação de trabalho no Simpósio Momentos Fundadores da Formação Nacional do IHGB, 2000.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Tese defendida, diploma de doutor em Ciências, área de concentração em História Social, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, recebido. Porém, a história continua... Retomei as minhas atividades acadêmicas no Centro Universitário de Aquidauana, UFMS, e, desde o início da década de 1990, com a criação do Departamento de História (pois a História já contava com dez professores), as condições de trabalho no CEUA haviam melhorado muito. Diziam até que, entre os cursos de História que existiam em Mato Grosso do Sul, o de Aquidauana era o melhor. A própria administração central da UFMS tinha essa percepção.

Quando retornei do meu afastamento, passei a ministrar apenas três disciplinas por ano: História da América I, com 68 horas; História da América II, com 102 horas; e Trabalho de Graduação, com 68 horas. Era uma carga horária bem pequena se comparada à da década de 1980. Nós, professores de História, tínhamos, então, tempo para outras atividades. No ano de 1994, também ministrei um minicurso, chamado “O Índio na História de Mato Grosso do Sul”, durante o “II Encontro de História de Mato Grosso do Sul (História na Fronteira)”, realizado em Dourados pelo Núcleo Sul-mato-grossense da Associação Nacional de História (ANPUH) e pelo Departamento de Ciências Humanas do CEUD.

Novos projetos de pesquisa

Animado com a conclusão da tese, decidi submeter um novo projeto pesquisa. O tema escolhido foi a história das religiões em Mato Grosso do Sul, com o objetivo principal de desenvolver estudos referentes às diversas instituições religiosas estabelecidas em MS e sobre as suas relações com as dinâmicas sociais. A ideia desse projeto nasceu no momento em que fazia a pesquisa para a elaboração da tese, especificamente enquanto eu elaborava o capítulo “O processo civilizatório em Mato Grosso – segurança interna e catequese”. A problemática apontada naquele momento era que, no século XIX, o Estado se apresentava impotente para resolver os seus problemas. A catequese missionária religiosa, a exemplo dos jesuítas em séculos anteriores, seria a solução. Daí a insistência veemente dos presidentes da província junto ao governo imperial para que fossem enviados missionários. Entretanto, a Igreja Católica, ainda no século XX, não dava conta de assistir a toda a população.

No século XX, diversificaram-se as ações das instituições estatais ao mesmo tempo que um moderado crescimento populacional introduziu modificações nas formas de organização da sociedade. A Igreja Católica ganhou concorrentes com a entrada em cena das igrejas evangélicas ainda na década de 1920.

Foi assim, então, que pensei nesse projeto. Estudos referentes às igrejas evangélicas seriam de suma importância, já que o estabelecimento de protestantes em Mato Grosso na década de 1920 se deu com o propósito pré-estabelecido de catequizar índios. No caso de Dourados, MS, a Igreja Presbiteriana se estabeleceu oficialmente antes da Católica, a fim de catequizar os índios na Reserva Indígena de Dourados.

O relatório final do projeto foi apresentado ao Departamento de Ciências Humanas da UFMS, campus de Dourados, em 2000 (minha transferência para Dourados foi em 17 de junho de 1997). Os resultados das pesquisas foram apresentados em cinco eventos regionais e nacionais e também foram publicados em cadernos de resumos e revistas especializadas da área de História. É importante salientar que esse projeto abrigou onze bolsistas do PIBIC/CNPq/UFMS e gerou onze relatórios no formato de monografias, que constam no relatório final do projeto de pesquisa.

A pós-graduação em História em Mato Grosso do Sul

Merece destaque, com relação à pós-graduação em MS, a elaboração do projeto de um curso de especialização, portanto, uma proposta de um curso *lato sensu* de pós-graduação em História da América Latina. Durante o ano de 1990, com o apoio de professores de História da UFMS e de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, o nosso projeto ficou pronto, foi enviado ao COEPE e obteve aprovação. Parece simples, mas não era para a época. Era a criação do primeiro curso de especialização em História de Mato Grosso do Sul. Um curso destinado a funcionar nos *campi* do interior do estado: Aquidauana, Dourados e Corumbá. No início de 1991, ministrei, nos centros universitários de Dourados e de Aquidauana, a disciplina “Estado e Sociedade na América Latina”. Foi também naquela época que assumi as minhas primeiras orientações na modalidade de especialização.

Essa primeira experiência nos estimulou, professores da UFMS, a pensar mais alto com relação à expansão da pós-graduação na nossa universidade. Dessa forma, foi promovido um primeiro evento, no ano de 1993, com o tema “A experiência da UFMS na pós-graduação em História”. Na oportunidade, eu participei de uma mesa redonda cujo objetivo era discutir o curso de especialização em História da América Latina (curso que estava em andamento na instituição). No evento, começamos também a pensar na possibilidade de formatação de um mestrado em História. Aconteceram outros encontros, reuniões e trocas de ideias, e chegamos a rascunhar uma proposta na área de História do Brasil sob a coordenação, na época, do professor Walmir Corrêa. Entretanto, o “campo de pouso”, o local a ser implantado o mestrado, não estava definido, pois não havia acordo. Algumas pessoas queriam que o curso fosse implantado na capital do estado, Campo Grande, mas lá não havia graduação em História; outras, em Aquidauana, ou em Corumbá, ou em Dourados. Foi então que cada campus iniciou as suas articulações políticas junto à reitoria da UFMS para pleitear a sede do curso.

No ano de 1997 (ano no qual solicitei e consegui a minha transferência para Dourados - Instrução de Serviço n. 086, de 17 de junho), fui convidado pelo diretor do Centro Universitário de Dourados (CEUD) para, junto a outros doutores e doutorandos da área História daquele e também de outros centros, elaborar uma proposta de curso de mestrado em História. Estabelecido na cidade de Dourados como professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas, começamos a trabalhar em uma proposta de mestrado. A primeira proposta foi em História do Brasil com o enfoque regional, proposta que, aos olhos da Comissão de Área da CAPES, não teria sucesso. Por sugestão de professora Ângela Delben, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMS na época, convidamos os professores Ronaldo Vainfas, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Margarida de Souza Neves, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), ambos com muita experiência na pós-graduação e membros da comissão da área de História na CAPES, para nos orientar na reelaboração da proposta. Após longas discussões, com o auxílio desses professores, definimos então a área de concentração do curso: História, Região e Identidades.

O Mestrado em História, Região e Identidades foi implantado em 1999. É importante lembrar que, naquela época, as instituições de ensino superior tinham autonomia para criar também os seus cursos *stricto sensu* sem antes submetê-los à avaliação da CAPES. Evidentemente, para que o curso fosse reconhecido pelo Ministério da Educação, ele passaria, posteriormente, pela avaliação daquela coordenadoria. Portanto, era um risco implantar o mestrado, mas sabíamos disso e implantamos o curso ainda assim para, em seguida, submetê-lo à avaliação da CAPES.

Desde o período da gestação do mestrado, eu já tinha sido escolhido como coordenador, cargo que assumi e no qual permaneci até 2005. Na verdade, o meu cargo era de supervisor e não de coordenador, pois a universidade não tinha mais cotas de função gratificada (FG1) para os coordenadores de novos cursos. Foi assim que coordenei o mestrado em História por seis anos, sem a FG1, portanto, até a criação da UFGD em julho de 2005 e sua implantação em janeiro de 2006. Isso significa também que deixei de receber a FG1, uma vez que, quando assumi a supervisão do mestrado, eu era o coordenador do curso de graduação em História, pelo qual eu recebia a referida gratificação.

Na época da implantação do programa, eu já possuía certa experiência com a pós-graduação *lato sensu*, mas pouca noção do que era o mestrado. No CEUD, que passou a ser posteriormente Campus de Dourados, existia apenas um curso de mestrado, o de Agronomia, criado em 1994 e coordenado pela professora Maria do Carmo Vieira. A professora Maria,

como a chamamos até hoje, foi a minha tutora/orientadora experiente, a pessoa que me deu o suporte “burocrático” suficiente para a obtenção do reconhecimento do mestrado de História pela CAPES. Passados quinze anos de sua implantação, o Programa de Pós-Graduação em História, agora também com doutorado, ainda é o único mestrado acadêmico de Mato Grosso do Sul na área.

A criação do mestrado em História trouxe benefícios financeiros imediatos para o Campus de Dourados. Conseguimos, junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), uma verba para a construção da primeira parte do prédio que hoje abriga o Centro de Documentação Regional (CDR) na unidade II da então UFMS³¹⁴. Naquele tempo, eu era o coordenador do programa de mestrado e, conseqüentemente, também fiquei como coordenador do subprojeto que foi encaminhado à Finep pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMS em junho de 2001, portanto, quatro anos antes da criação da UFGD. O título original do projeto era: *Projeto de desenvolvimento da infraestrutura para expansão e consolidação de um Núcleo de Documentação e Estudos Regionais (NDR) – UFMS*.

A História continua

Durante oito anos seguidos, fiquei responsável pela disciplina “Metodologias da História”, que era obrigatória no nosso mestrado em História. Essa disciplina era sempre oferecida no primeiro semestre e tinha como objetivo principal “discutir possibilidades metodológicas para a pesquisa e a escrita da História”. Eu dizia para meus alunos que se tratava de uma “sopa rala” para o ingressante no mestrado. Além de alunos formados especificamente em História, recebíamos alunos de Ciências Sociais, Pedagogia, Letras, Economia e todas as áreas que considerássemos afins. Tive quatorze orientandas(os), das(os) quais treze concluíram e defenderam as suas dissertações. Apenas uma aluna, que já tinha sido aprovada no exame de qualificação, desistiu do curso por motivos pessoais.

Naquela época, preocupado com a qualidade intelectual dos nossos graduados interessados em cursar o mestrado, organizei e coordenei um projeto de ensino, um “cursinho pré-mestrado”. O curso, com o título “Pesquisa Histórica: noções metodológicas para a elaboração de um projeto”, teve como objetivo principal proporcionar à comunidade acadêmica

³¹⁴ “O **Centro de Documentação Regional (CDR)** é um laboratório pertencente à **Faculdade de Ciências Humanas (FCH)** da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Originado de um projeto elaborado por docentes da UFMS/Dourados, no início da década de 1980, o CDR vem colecionando, desde então, material documental e bibliográfico referente, especificamente, aos estudos regionais. O CDR destina-se, prioritariamente, a apoiar as atividades de ensino e pesquisa, em nível de graduação e pós-graduação, dos diversos cursos da FCH” (UFGD, 2023).

noções metodológicas para a elaboração de projetos de pesquisa em História. Meus alunos do mestrado, Simone Anselmo Girão, Astor Weber e Ciro José Toaldo, também faziam parte da equipe de professores do curso. Nesse sentido, outra atividade importante, sob minha coordenação, foi a organização de uma viagem a Florianópolis, SC, em 1999 para participar do XX Simpósio Nacional de História. Convoquei minhas alunas e alunos do mestrado e da graduação, especialmente os da iniciação científica, para irem a esse evento. Com recursos do mestrado, alugamos um ônibus e fomos. Foi uma experiência fundamental para a turma da História. Lá estavam intelectuais famosos da História, como Ciro Flamarion Cardoso, e da Geografia, como Milton Santos, entre outros diversos conferencistas participantes.

Enquanto coordenador do programa, participei de todos os encontros de coordenadores de pós-graduação da área de História realizados em várias universidades brasileiras. Tratando-se de um programa novo, era necessário torná-lo conhecido não somente em território brasileiro, e, para promover essa visibilidade, nós, professores do mestrado, realizamos missões aos países vizinhos, especialmente ao Paraguai. Em um evento promovido pela *Academia Paraguaya de la Historia* no período de 24 a 27 de julho de 2000, proferi uma palestra com o título “História, Região e Identidades: a pós-graduação em História no Mato Grosso do Sul”. Transcrevo abaixo uma pequena parte da minha fala:

Ao longo da década de 1990, a área da História, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, experimentou grande expansão, mediante o início da prática da iniciação científica e o oferecimento, nos diferentes *campi* da universidade, de vários cursos em nível de especialização. Os projetos de pesquisa apresentados, nos cursos de especialização e na iniciação científica, revelaram notáveis vocações de pesquisadores, com uma grande riqueza e variedade de objetos de pesquisa efetivamente relevantes. Essas novas vocações, todavia, para poderem desabrochar plenamente, viam-se forçadas a buscar programas de pós-graduação *stricto sensu* em outras instituições, situadas a grandes distâncias, com todas as dificuldades e inconvenientes que se possa imaginar em tais casos. O PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA criado pela UFMS (reconhecido, em 1999, pela CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – MEC) visou, portanto, preencher essa lacuna³¹⁵.

Paralelamente às minhas atividades no mestrado, obviamente eu trabalhava na graduação. Logo que cheguei ao Centro Universitário de Dourados (o qual já conhecia muito bem, pois já tinha ministrado um minicurso e duas disciplinas nos cursos de especialização em História da América Latina e em História do Brasil), assumi, no curso de graduação em História,

³¹⁵ O artigo completo foi publicado posteriormente na revista *Fronteiras* (Vasconcelos, 2003a).

as disciplinas História da América I, Pesquisa Histórica, Teorias da História e História da América II.

Foto 4 – Palestra na *Academia Paraguaya de la Historia* (de 24 a 27 de julho de 2000). Prof. Cláudio Alves de Vasconcelos (Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, DCH, Campus de Dourados, UFMS).



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Tendo concluído e apresentado os resultados do projeto de pesquisa *História das Religiões em Mato Grosso do Sul*, resolvi retomar os meus estudos referentes à colonização contemporânea em Mato Grosso do Sul. Minha dissertação de mestrado (onde fiz o estudo da colonização contemporânea em Mato Grosso e que teve como enfoque central a Colônia Várzea Alegre), com o passar do tempo, já estava “amarelando”. Fazendo uma nova leitura do texto, percebi lacunas expressivas com relação à história da colonização contemporânea em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em especial, sobre as tentativas oficiais e particulares de colonização e das ações espontâneas de ocupação do território sul-mato-grossense durante as décadas de 50 e 60 do século XX.

Decidi, então, formular um novo projeto de pesquisa com o título *A colonização dirigida e a especulação fundiária: a dialética da ocupação e desocupação da terra em Mato Grosso do Sul*. O projeto foi aprovado com previsão de início em outubro de 2002 e término em 2005, mas, posteriormente, apresentei o relatório parcial e solicitei a prorrogação do projeto para o período de 2006 a 2009. O projeto, que tinha como objetivo investigar as tentativas oficiais e particulares de colonização e as ações espontâneas de ocupação do território sul-mato-grossense, “rendeu” à equipe participante cinco trabalhos de iniciação científica e cinco dissertações de mestrado. As pesquisas sobre essa temática também geraram publicações em revistas e anais de eventos.

A publicação do capítulo “A colonização dirigida e a imigração japonesa: elementos constitutivos da identidade sul-mato-grossense” (Vasconcelos, 2003b) no livro *História, região e identidades*, organizado por mim e pelo professor Jerri Roberto Marin, está entre as cinco produções mais relevantes de meu *currículo Lattes*. No XXII Simpósio Nacional de História, realizado em Londrina, PR, também apresentei alguns resultados da pesquisa realizada sob a temática “A colonização contemporânea em Mato Grosso do Sul”. O trabalho foi publicado, por meio digital, nos anais do evento.

Em 2006, solicitamos o nosso cadastro (eu e o Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz) no Diretório de Grupo de Pesquisa do CNPq como líderes de um grupo de pesquisa. Cadastramos o grupo História, Região e Identidades, que levava o nome da área de concentração do nosso mestrado e abrigava docentes e alunos de duas linhas de pesquisa: História, Poder e Instituições e Região Identidades e Representações. Era um grupo emergente, formado por vários recém-doutores, mas que, em conjunto, produziu alguns efeitos importantes no contexto da UFGD. Destaca-se, a esse respeito, a própria criação do Programa de Mestrado em História na UFGD e da revista *Fronteiras*, cujo primeiro fascículo saiu em 1997, classificada pelo Qualis como “Nacional - B”. Desse modo, houve um aumento significativo da produção científica docente e discente em termos de publicação de livros, capítulos, artigos em periódicos, trabalhos em anais e outras produções. Foi na revista *Fronteiras* que publiquei outro artigo referente à colonização, intitulado *A colonização contemporânea no Brasil e suas implicações sobre a sociedade brasileira* (Vasconcelos, 1997), no qual fiz uma abordagem sobre a política de colonização dirigida no Brasil com destaque para a década de 1950 em Mato Grosso.

Na mesma revista, publiquei mais um artigo com a temática voltada para a colonização, inserindo, na discussão, a Igreja Católica e suas relações com o processo de ocupação não indígena de Mato Grosso nos séculos XIX e XX. Sob o título *A Igreja e a escravidão do índio* (Vasconcelos, 1998), propus no artigo uma discussão sobre a participação das instituições na exploração do trabalho. É importante destacar que, uma das linhas do programa de pós-graduação era História Indígena e a outra, na época, era História, Instituições e Poder. Portanto, as temáticas trabalhadas estavam plenamente alinhadas às linhas de pesquisa e à área de concentração do mestrado.

Outro artigo, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, também teve a pretensão de expressar categoricamente a identidade do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). No artigo *O processo civilizatório na província de Mato Grosso: segurança interna e*

externa (Vasconcelos, 2000), fiz um estudo sobre as ações governamentais cujo intuito era o de “pacificar” e “civilizar” os índios da província de Mato Grosso.

O “produto”

De toda essa história, qualifico como mais importante, precioso e gratificante o “produto” final do meu trabalho: a formação de meus alunos e minhas alunas. Das (os) alunas (os) que orientei na iniciação científica, na especialização e no mestrado, tenho a grata satisfação de saber que a maioria é professora e professor seja no ensino médio, seja no superior.

Na própria UFGD, o Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, ex-aluno da graduação em História da UFMS, foi meu primeiro orientado na iniciação científica e hoje atua como professor na graduação e no Programa de Pós-Graduação em História. A Prof^a Dr^a Noêmia Moura, também ex-aluna da graduação, foi minha orientada na especialização e hoje atua na graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFGD. O Prof. Dr. Luiz Miguel do Nascimento, da Universidade Estadual de Maringá –(UEM), foi monitor da disciplina História Moderna, que eu ministrava no Centro Universitário de Aquidauana. Além das atividades da monitoria, Luiz Miguel escreveu, sob minha orientação, um texto sobre o liberalismo, provavelmente o primeiro trabalho acadêmico escrito por ele e o primeiro passo para o conhecimento científico. A Prof^a Dr^a Vera Lúcia Ferreira Vargas, uma de minhas orientadas de iniciação científica, que fazia parte do Grupo de Pesquisa História das Religiões em Mato Grosso do Sul, hoje é professora do curso de História da UFMS no campus de Aquidauana.

Com relação aos acadêmicos e às acadêmicas do mestrado, começo com o meu primeiro orientado no Programa de Mestrado em História, Alexandre Panosso Neto, que também foi meu orientado no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História do Brasil República. Ele foi o primeiro aluno da primeira turma do mestrado a defender sua dissertação, intitulada *Gleba Celeste: colonização e madeireiras no norte de Mato Grosso*, e hoje é professor da Universidade de São Paulo. Com doutorado, pós-doutorado e livre docência, é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Turismo daquela universidade.

O meu segundo orientado no mestrado em História foi Astor Weber, que apresentou a sua dissertação em 2002 sob o título *Os Eyguaeyegui-Mbayá-Guaicuru: encontro e confrontos com os luso-brasileiros na capitania de Mato Grosso*. Mestre em história, é docente da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, PR, onde também foi coordenador de curso.

O meu terceiro orientado foi Manuel Pacheco Neto, que desenvolveu pesquisas sobre os bandeirantes no Brasil colonial e apresentou a sua dissertação também em 2002, com o título *Palmilhando o Brasil colonial: a motricidade de bandeirantes, índios e jesuítas no século XVII*. É professor concursado na UFGD, atua como docente do curso de Educação Física da Faculdade de Educação (FAED) e também foi coordenador de esportes nessa universidade.

Em 2003, foi a defesa da dissertação da minha quarta orientada, Simone Anselmo Girão, que apresentou o trabalho *Do ideário desenvolvimentista ao universo social carvoeiro: 1964-1994*. Hoje, a professora Simone é coordenadora de tutoria em Educação Aberta e a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O professor Mário Teixeira de Sá defendeu sua dissertação em 2004 sob o título *A invenção da alva nação umbandista: a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influência na produção dos intelectuais da Umbanda (1840-1960)*. Hoje, já doutor e concursado na UFGD, atua no curso de graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR) e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Ciências Humanas (FCH).

A professora Meire Adriana da Silva é docente e coordenadora do curso de História da Universidade Federal do Amapá. Ela defendeu a sua dissertação em 2005 com o título: *O movimento dos Guarani e Kaioná de reocupação de seus territórios em Mato Grosso do Sul e a participação do CIMI – 1978-2001*.

Minha sétima orientada foi Lisandra Zago, que, em 2005, defendeu a sua dissertação com o título *Etnoistória Bororo: contatos, alianças e conflitos (século XVIII e XIX)*. Lizandra é doutoranda do programa de Sociologia da Universidade de Campinas, professora no Colégio de Vinhedo e orientadora de pós-graduação no curso de Gestão Escolar/EAD da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

A professora Mirta Mabel Escovar Torraca apresentou a sua dissertação em 2006³¹⁶. A dissertação da acadêmica Mirta teve o título: *Imigração e colonização Menonita no processo de legitimação do Chaco Paraguai (1921-1935)*. Além de minha orientada no mestrado, ela foi também minha orientada na iniciação científica, momento em que desenvolveu pesquisa sobre a Igreja Presbiteriana em Ponta Porã, MS. Mirta, que agora também é aluna do doutorado, é técnica

³¹⁶ Vale lembrar que a partir de 2006 os diplomas de mestrado, antes emitidos pela UFMS, passaram a ser emitidos pela UFGD.

pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã, MS, e também é docente da Faculdade MAGSUL e do Grupo UNIEP, instituições de ensino superior, também de Ponta Porã.

Particpei intensamente da formação acadêmica de Claudete Soares de Andrade Santos desde a sua orientação na iniciação científica, quando ela desenvolveu uma pesquisa sobre as Missões Palotinas em Mato Grosso do Sul, passando por sua orientação no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História do Brasil República, até chegar ao mestrado. Sua dissertação, apresentada em 2007, teve o título: *Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Nacional de Dourados- 1940-1970*. Claudete é técnica pedagógica da Secretaria Estadual de Educação de MS e professora de Ensino Médio em Campo Grande, MS.

Carla Cristina Nacke Conradi, minha orientada de mestrado, concluiu sua dissertação, intitulada *As ações do Estado nacional e a trajetória dos Guarani Nandeva no Oeste do Paraná (1977-1997)*, e a defendeu em 2007. Atualmente, é professora adjunta do curso de História e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Com o texto *As representações sobre o bandeirante: heroísmo e civilização na tentativa de formação da identidade Mato-grossense (1922-1946)*, Ana Cláudia Marques Pacheco defendeu a sua dissertação de mestrado em 2008. Ana Cláudia, desde a época que era aluna do mestrado, exercia também a profissão de professora. Atualmente, é docente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Tiago Wolfgang Dopke, outro orientado meu do mestrado em História da UFGD, desenvolveu pesquisas sobre a maçonaria. Em 2011, defendeu sua dissertação *Nosce te ipsum: sociabilidade maçônica na Revista Consciência*. Atualmente, é professor de História no Instituto Federal do Paraná, campus Colombo.

Marco Antonio Almeida Oliveira foi o meu último (o décimo terceiro) orientado de mestrado no Programa de História (programa que abriga também o doutorado desde 2010). O título de sua dissertação, defendida em 2013, foi: *Memória e imaginário paraguaios em tempos de ditadura (1954-1989): entre o Lopismo e o Stronismo*. Marco Antonio é professor de ensino fundamental e médio da Rede Pública de Ensino de Mato Grosso do Sul.

A época de Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi criada em 29 de julho de 2005 e, para a sua implantação, o MEC indicou como tutora a Universidade Federal de Goiás (UFG). Na época, passei a compor a equipe para coordenar o processo de construção da Pró-

Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa. Fui nomeado pela Reitora da Universidade Federal de Goiás, Milca Severino Pereira.

A constituição de uma nova universidade representou para mim novos universos, de muito trabalho, muitas decisões e expectativas. De muito trabalho porque, a partir daquele momento, eu passei a atuar para uma instituição como um todo e não apenas para um de seus cursos ou áreas de conhecimento. De muitas decisões, porque sabia que minhas atividades acadêmicas, incluindo a minha produção científica (que já não era grande), ficariam em segundo plano. De expectativas, porque acreditava na ideia de uma universidade que pudesse trazer para a região da Grande Dourados, e para Mato Grosso do Sul, novos horizontes e novos campos de possibilidades positivas para a sociedade como um todo.

Passado o primeiro momento da implantação da UFGD, com a tutoria da Universidade Federal de Goiás, era a hora da nova universidade começar a caminhar com seus próprios pés. Em portaria publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2006, constava, entre outras nomeações, como a do reitor da UFGD, Damião Duque de Farias, e minha nomeação “para exercer o cargo de Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, CD2”. Fui nomeado para a primeira gestão da UFGD pelo reitor eleito, Damião Duque de Farias.

Transcorrido os quatro anos do primeiro mandato do reitor Damião, uma nova eleição foi realizada. Reeleito, o professor Damião me convidou para participar também da sua segunda gestão. Na Portaria n. 667, de 9 de setembro de 2011, consta: “Designar o servidor Cláudio Alves de Vasconcelos, Matrícula 4329230/SIAPE, Professor Adjunto, para exercer o cargo de Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa, CD2”.

Antes da criação da UFGD, a UFMS, campus de Dourados, tinha em funcionamento três programas de pós-graduação *stricto sensu*: Agronomia, com mestrado e doutorado; História e Entomologia, com apenas mestrado. Atualmente, a UFGD possui 34 programas de pós-graduação, onze deles com doutorado. Citei apenas os programas que possuem doutorados. São eles, por ordem de criação: Agronomia, Entomologia, História, Geografia, Biotecnologia e Biodiversidade, Ciência e Tecnologia Ambiental, Ciências da Saúde, Educação, Química, Agronegócios e Zootecnia.

Uma expressão muito usada popularmente pode representar tal realidade: “pensa só” no trabalho que foi criar e implantar tantos cursos de pós-graduação. É bom destacar que a criação de todos esses cursos não foi aleatória; tudo fez parte de planejamentos da administração central da universidade. Durante os nove anos e cinco meses que estive à frente da Pró-Reitoria

de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP) da UFGD, junto aos coordenadores de pós-graduação (inicialmente, a professora Marlene Estevão Marchete e, depois, o professor Antônio Carlos Tadeu Vitorino) e à coordenadora de pesquisa (a professora Maria do Carmo Vieira), colocamos a PROPP e toda a UFGD como prioridade em nossas vidas. Toda a equipe de servidores da pró-reitoria (principalmente minha assessora, Olga de Almeida Bachega) incorporou esse “espírito de construção do melhor” para uma universidade excelente. Evidentemente, ainda que conste nos planos de ação e de expansão da UFGD, é preciso ressaltar que o papel de cada unidade acadêmica, com seus docentes e acadêmicos, foi fundamental para a criação desse grande número de programas de pós-graduação.

Eu disse anteriormente que, na administração da universidade, passei a atuar para uma instituição como um todo e não apenas para um de seus cursos ou área de conhecimento. E foi isso mesmo que aconteceu, e esse foi o lado bom da história. O lado não muito bom foi que, a partir do momento que eu assumi o comando da PROPP, a minha dedicação aos cursos de graduação e pós-graduação em História, às minhas pesquisas e, conseqüentemente, à minha produção científica tornou-se inversamente proporcional à minha dedicação à pró-reitoria. Claramente, isso se reflete no meu *currículo Lattes*. Meus artigos, minhas aulas, minha participação em eventos da área de História e minhas orientações foram decaindo, ano a ano. Trata-se, enfim, da expressão prática e fiel da dialética, porém invertida.

Sempre afirmei aos meus colegas ligados à pós-graduação que o nosso trabalho do dia a dia junto aos cursos e colegiados internos de nossa universidade é importante. Porém, o trabalho (“invisível” à comunidade local) que é realizado externamente junto aos órgãos de fomento e de credenciamento das nossas ações de pesquisa e de pós-graduação possui importância demasiada, pois, por exemplo, uma participação intensa junto ao Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP) pode render resultados bastante positivos para a universidade.

Quando fui coordenador da regional Centro-Oeste do FOPROP durante duas gestões (a primeira no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2011 e, a segunda, de dezembro de 2013 a dezembro de 2014), defendi intensamente, com o apoio de outros pró-reitores da região, junto aos órgãos governamentais, principalmente, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a implantação de programas para o desenvolvimento do Centro-Oeste. Além de termos conseguido uma expansão significativa da pós-graduação nesse período, conseguimos a aprovação de muitos projetos que viabilizaram grandes recursos para a construção de infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisas.

Junto à Finep, concorremos (fui o coordenador geral das propostas da UFGD) com diversos projetos a várias chamadas públicas MCT/CT-INFRA e tivemos a aprovação de recursos, que somaram por volta de 11 milhões de reais, para a construção de oito laboratórios para pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, inclusive para as humanidades. Quatro desses laboratórios foram entregues aos professores pesquisadores da UFGD durante a nossa gestão. A FCH foi contemplada com o Núcleo de Estudos Estratégicos de Fronteiras (NEFF), um prédio com área de 391,34 m² no valor de R\$ 400 mil. Esse laboratório, de uso compartilhado, abriga projetos e núcleos de pesquisas de outras faculdades da UFGD e também de pesquisadores e pesquisadoras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

É muito importante destacar aqui a conquista de um financiamento que conseguimos da CAPES para a nossa FCH. No Edital n. 11, de 2014, do Programa Pró-equipamentos, que destinava recursos para a aquisição de equipamentos para compor a estrutura de pesquisa dos programas de pós-graduação recomendados pela CAPES, a UFGD conseguiu a aprovação de R\$ 660 mil, valor máximo ao qual a instituição poderia concorrer³¹⁷. Não era comum, no âmbito das instituições de fomento, contemplar propostas voltadas para as humanidades. No entanto, nesse edital, em um dos subprojetos, conseguimos o aporte de R\$ 296.728,00 para a aquisição de um *scanner* do tipo planetário, capaz de reproduzir originais até o tamanho de 63 x 110 cm (um pouco maior que o formato A1) e detentor de avançadas especificações (resolução ajustável de acordo com as dimensões do original, mesa motorizada para livros com compensador de lombada etc.). Para essa aquisição, juntaram-se sete programas de pós-graduação, a saber: Agronegócios, Antropologia, Educação, Geografia, História, Letras e Sociologia. Esse equipamento foi alocado no Centro de Documentação Regional (CDR) da Faculdade de Ciências Humanas (FCH), mas destinado ao uso compartilhado. Com ele foi possível, por exemplo, realizar o trabalho de digitalização da coleção completa do jornal douradense *O Progresso*, publicado desde 1951 e que serve de fonte para pesquisas desenvolvidas no interior dos mencionados programas³¹⁸.

Merece destaque ainda, no período da nossa administração, a criação da Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, o PROCENTROESTE, um programa que foi idealizado pela Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UFG, professora Divina das Dores de Paula Quintão, com o apoio do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação da

³¹⁷ Estava previsto, no edital, que as instituições que tivessem de dez a catorze programas de pós-graduação poderiam solicitar, com quatro subprojetos, até R\$ 660 mil.

³¹⁸ O subprojeto foi elaborado pelo professor Paulo Roberto Cimó Queiroz, da Faculdade de Ciências Humanas (FCH). Na época, ele era o Coordenador do Centro de Documentação Regional (CDR).

Região Centro-Oeste (FOPROP-CO) e a adesão das secretarias estaduais para assuntos de CTI – Centro-Oeste (Consecti), das fundações de amparo à pesquisa do Centro-Oeste (CONFAP-CO) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além da participação de pesquisadores de instituições de ensino e/ou pesquisa do Centro-Oeste.

O programa teve como objetivo o estabelecimento de uma rede de pós-graduação, pesquisa e inovação e foi construído considerando a capacidade instalada na região no que se refere à formação de recursos humanos, à produção de conhecimento científico- tecnológico e às iniciativas que visavam à inovação para beneficiar a sociedade em geral. O projeto da Rede Pró Centro-Oeste foi aprovado em 2009³¹⁹ e, em 2010, teve início a sua execução. A UFGD foi contemplada com a aprovação de dois projetos ligados à rede.

Para a sua efetiva criação, foi realizada, em 2009, no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, a segunda reunião do conselho diretor da rede, que contava com a seguinte composição: secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED/MCT); presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); representante das Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia dos Estados do Centro-Oeste; representante das fundações de amparo à pesquisa dos estados do Centro-Oeste; representante empresarial do setor de biotecnologia e o pró-reitor representante da regional Centro-Oeste no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (na ocasião, Cláudio Alves de Vasconcelos).

Gosto de ser professor

Em 2015, eu já poderia requerer a minha aposentadoria, pois já tinha o tempo de trabalho e a idade necessários. No entanto, ainda continuo na ativa na FCH da UFGD. Nos anos posteriores à minha saída da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP), passei a me dedicar basicamente aos cursos de licenciatura e bacharelado em História. Quando me perguntam sobre qual disciplina trabalho, não tenho uma resposta imediata, pois, a cada semestre, assumo disciplinas diferentes. Já não sou o professor de História da América, área de minha formação no mestrado concluído na UNESP, que tinha como área de concentração América Latina Contemporânea. Venho trabalhando com História Social (área de concentração do meu doutorado na USP), Projetos de Ensino e Pesquisa em História, Fontes

³¹⁹ A Rede Pró Centro-Oeste foi instituída no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia pela Portaria Interministerial n. 1038, de 10 de dezembro de 2009, publicada no DOU n. 237, p. 30, de 11 de dezembro de 2009.

Históricas, História do Tempo Presente, Estágio Curricular de Bacharelado, Atividades Complementares e Monografias I e II. Enfim, fico à disposição da coordenação do curso para “preencher” eventuais lacunas. Gosto de ser professor, independentemente da disciplina que esteja trabalhando.

A partir do momento que fui promovido à Classe E – Professor Titular (acho que o primeiro da FCH), passei a ser uma referência para os demais colegas da História, da UFGD e da UFMS. De lá para cá, já fui convidado e aceitei compor as bancas de oito docentes que solicitaram suas promoções à Classe E – Professor Titular, sendo cinco da UFGD e três da UFMS³²⁰.

Quanto à escrita da História, produzi, nos últimos anos, um capítulo para o livro organizado por Graciela Chamorro e Isabelle Combès, *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Trata-se da reformulação de um dos capítulos da minha tese de doutorado, publicado com o título *A política indigenista em Mato Grosso (1845-1889)*. No texto, destaco a perseguição armada e a repressão a todos os grupos indígenas que resistiram à “civilização” como saldo geral da política indigenista aplicada na província de Mato Grosso (Vasconcelos, 2018).

Também escrevi um capítulo do livro *UFGD em memórias: gestão democrática e excelência acadêmica (2005-2015)*. O livro, organizado pelo ex-reitor da UFGD Damião Duque de Farias, trata da história da UFGD, de sua criação até o ano de 2015, e fui convidado a escrever sobre a pós-graduação e a pesquisa nessa universidade durante o período no qual estive à frente da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Nessa escrita, revivi um dos momentos mais gratificantes de minha vida profissional. Nas considerações finais do texto, expressei assim o meu sentimento:

O espírito público pairava na cabeça de quase toda a comunidade universitária. Professores, técnicos e discentes absorviam e transpiravam um forte sentimento de pertencimento. Docentes vendo seus projetos e grupos de pesquisa sendo aprovados e, concomitantemente, envolvidos na construção de propostas de novos cursos. Técnicos da administração e dos laboratórios entrando e concluindo mestrado ou doutorado. Discentes da graduação e da pós-graduação comemorando a conquista de uma bolsa de iniciação científica, de mestrado ou de doutorado. Sentíamos orgulho da nossa universidade e vestíamos o corpo e a alma com a camisa UFGD (Vasconcelos, 2022, p. 250).

³²⁰ O presidente da minha banca foi o Prof. Dr. Wilson Valentin Biasotto. Ele havia atingido o nível de professor titular na época da UFMS. Logo após a criação da UFMS, vários docentes da instituição foram elevados à categoria de titular, mesmo que ainda não tivessem o título de doutor.

Para finalizar, acrescento uma reflexão de Georges Duby, que consta em seu livro *A história continua* e que me inspirou na escrita da minha trajetória. Não tive a “[...] pretensão de comunicar-lhe a verdade, mas de sugerir-lhe o provável, colocando-o diante da imagem que eu mesmo tenho, honestamente, do real” (Duby, 1993, p. 62).

Referências

- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Portaria Interministerial n. 1038, de 10 de dezembro de 2009. Institui a Rede Pró Centro-Oeste. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 237, p. 30, 11 dez. 2009.
- DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora/Ed. UFRJ, 1993.
- FARIAS, Damião Duque de (org.). **UFGD em memórias: gestão democrática e excelência acadêmica (2005-2015)**. Curitiba: Editora CRV, 2022.
- MARIN, Jerri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. História, região e identidades. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 7. p. 153-164, 2005.
- MATTOSO, José. **A escrita da história: teoria e métodos**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- POMER, Leon. Entrevista – Leon Pomer. Aquidauana, nov. 1990. v. 1. Entrevista concedida ao Grupo de Estudos Latino-Americanos (GELA) sob a coordenação de Cláudio Alves de Vasconcelos, CEUA-UFMS.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG. UFG. Reitoria. Portaria UFG n. 2, de 2 de janeiro de 2006. Diário Oficial da União: seção 2, Brasília, DF, p. 30, 4 jan. 2006.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD. Centro de Documentação Regional (CDR/FCH/UFGD). Dourados: UFGD, 2023. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/cdr/index>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A pós-Graduação e a pesquisa na UFGD. In: FARIAS, Damião Duque. **UFGD em memórias: gestão democrática e excelência acadêmica (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2022. p. 221-252.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A política indigenista em Mato Grosso (1845-1889). In: CHAMORRO, Graciela; COMBÊS, Isabelle (org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: Ed. UFGD, 2018. p. 765-780.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. Memorial: promoção funcional para professor Classe E (professor titular) da UFGD. Dourados: [s. n.], 2015.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. História, região e identidades: a pós-graduação em História no Mato Grosso do Sul. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 153-160, jan./jun. 2003a.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A colonização dirigida e a imigração japonesa: elementos constitutivos da identidade sul-mato-grossense. In: MARIN, Jerri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **História, região e identidades**. Campo Grande: UFMS, 2003b. p. 47-73.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. Protestantes e católicos em Mato Grosso: relações conflitivas no início do século XX. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 6. p. 133-142, 2002.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. O processo civilizatório na Província de Mato Grosso: segurança interna e externa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, ano 161, v. 1, n. 408, p. 471-488, jul./set. 2000.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade**. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A igreja e a escravidão do índio. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 4, p. 311-325, jul./dez. 1998.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. A colonização contemporânea no Brasil e suas implicações sobre a sociedade brasileira. **Fronteiras**, Campo Grande, v. 1, p. 75-84, jan./jun. 1997.

SOBRE OS AUTORES

ADAUTO DE OLIVEIRA SOUZA

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - FFCL/USP. Professor Titular da Universidade Federal da Grande Dourados. Atuou na Faculdade de Ciências Humanas, nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Foi coordenador do Laboratório de Planejamento Regional. ORCID 0000-0002-9396-8154. E-mail: adautosouza@ufgd.edu.br.

ALZIRA SALETE MENEGAT

Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, mestra em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba/UFPb e doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP. Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociedades e culturas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul. ORCID 0000-0001-8777-7637. Endereço Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8125859341239167>. E-mail: alziramenegat@ufgd.edu.br.

ANDRÉ LUIZ FAISTING

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professor Titular da Universidade Federal da Grande Dourados, na Faculdade de Ciências Humanas, nos cursos de graduação e pós-graduação em Sociologia. Coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre Direitos, Diversidades e Diferenças na Fronteira. ORCID 0000-0001-6009-7455. E-mail: andrefaisting@ufgd.edu.br.

CLÁUDIO ALVES DE VASCONCELOS

Professor de História com doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, USP. Docente titular da Faculdade de Ciências Humanas, da UFGD. Foi Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UFGD de 2006 a 2015. ORCID 0009-0009-9470-5370. E-mail: claudiovasconcelos@ufgd.edu.br.

DAMIÃO DUQUE DE FARIAS

Docente titular da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Doutor pela USP, professor da graduação e pós-graduação em História da FCH/UFGD. Foi Reitor da UFGD no período de 2006 a 2015. Coordenador do grupo de pesquisas “Recepção da filosofia de Nietzsche entre artistas e intelectuais brasileiros, na primeira metade do século XX”. ORCID 0000-0002-5718-730X. E-mail: damiaofarias@ufgd.edu.br.

EDVALDO CESAR MORETTI

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP – Campus Rio Claro/São Paulo-Brasil. Professor Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Brasil, onde leciona nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Membro da rede de pesquisadores do Fórum Universitário do Mercosul (FOMERCO) e da rede de pesquisa Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais. Coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), vinculado à Faculdade de Ciências Humana (FCH/UFGD) – Brasil. ORCID 0000-0002-8065-8392. E-mail: edvaldomoretti@ufgd.edu.br.

EUDES FERNANDO LEITE

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis. Professor Titular da Universidade Federal da Grande Dourados, na Faculdade de Ciências Humanas, nos cursos de graduação e pós-graduação em História. ORCID 0000-0002-2934-0522. E-mail: eudesleite@ufgd.edu.br.

FLAVIANA GASPAROTTI NUNES

Doutora em Geografia pela UNESP – Campus de Presidente Prudente. Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na Faculdade de Ciências Humanas (FCH), Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia. Líder do Grupo de Pesquisa (Geo)grafias, linguagens e percursos educativos. ORCID 0000-0002-7512-453X. E-mail: flaviananunes@ufgd.edu.br.

JOÃO CARLOS DE SOUZA

Professor Titular aposentado pela UFGD. Graduado em História e Filosofia. Possui Mestrado em História (PUC/SP), Doutorado (USP) e estágio de Pós-doutorado (UFRJ). Desenvolve pesquisas de história dos movimentos sociais, nas temáticas de moradia, terra e trabalho; história da cidade e imprensa, história ambiental e história política; com publicações de artigos nas referidas temáticas. Reflexões sobre história oral e fontes. Algumas incursões em arqueologia. Foi Diretor da Faculdade de Ciências Humanas – UFGD, por dois mandatos. E-mail: joaosouza@ufgd.edu.br.

MÁRCIA YUKARI MIZUSAKI

Possui graduação e mestrado em Geografia pela FCT/UNESP, doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela FFLCH/USP e pós-doutorado na Universidad de Sevilla. Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados, e trabalha nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia (mestrado e doutorado). ORCID 0000-0001-8335-969X. E-mail: marciamizusaki@ufgd.edu.br.

MARIA JOSÉ MARTINELLI SILVA CALIXTO

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Presidente Prudente. Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados, na Faculdade de Ciências Humanas, nos cursos de Graduação e Pós-graduação - Mestrado e Doutorado - em Geografia. Coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários – LEUA/UFGD. ORCID 0000-0003-3214-8256. E-mail: mariajosemartinelli@ufgd.edu.br.

MARISA DE FÁTIMA LOMBA DE FARIAS

Docente titular da Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados. Doutora em Sociologia pela Unesp/Araraquara. Participa do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociologia (PPGS) e foi Diretora da FCH no período de julho de 2019 a julho de 2023. Desenvolve pesquisas em temas, tais como: relações de gênero, mulheres, movimentos sociais e epistemologias feministas decoloniais. ORCID 0000-0002-3846-5140. E-mail: marisa.lomba@ufgd.edu.br.

PAULO ROBERTO CIMÓ QUEIROZ

Doutor em História Econômica pela USP. Professor Titular (aposentado), pesquisador sênior e membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, na Faculdade de Ciências Humanas. ORCID 0000-0002-0866-1239. E-mail: prcqueiroz@uol.com.br.

PROTASIO PAULO LANGER

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis. Professor Titular da Universidade Federal da Grande Dourados, na Faculdade de Ciências Humanas, nos cursos de graduação e pós-graduação em História. ORCID 0000-0002-7849-0375. E-mail: protasiolanger@ufgd.edu.br.

SILVANA DE ABREU

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo – FFLCH/USP. Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados, na Faculdade de Ciências Humanas. Professora Sênior do PPGG/FCH e do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional/PROFGEO/FCH. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Planejamento, Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional (PPODER). ORCID 0000-0001-8210-0774. E-mails: sabreu@ufgd.edu.br; silvanadeabreu01@gmail.com.

